EDA
Electricidade dos Açores



Comprometidos
com o amanhã.

Relatório de Gestão

Contas e Sustentabilidade

2025

Índice

A . **RELATÓRIO DE GESTÃO** 9

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 10

A1. **EDA S.A.** 18

1. **ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL** 19

1.1. Enquadramento Macroeconómico 19

1.2. Enquadramento Setorial 22

1.3. Regulação Económica 26

2. **DESEMPENHO** 31

2.1. Comercial 31

2.2. Transporte e Distribuição 34

2.3. Produção 36

2.4. Investimento 41

3. **EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA** 47

4. **INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE** 56

4.1. Informação sobre a Sociedade e Órgãos Sociais 56

4.2. Ações próprias 70

4.3. Negócios entre a sociedade e os seus administradores 70

4.4. Sucursais da sociedade 70

4.5. Factos relevantes ocorridos após o termo do período 70

5. **VALORES CARACTERÍSTICOS – EDA** 71

6. **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES** 73

A2 . **GRUPO EDA** 83

1. **UNIVERSO DA CONSOLIDAÇÃO** 83

2. **ORGANIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS** 86

3. **DESEMPENHO** 87

3.1. EDA, S.A. 87

3.2. EDA Renováveis 89

3.3. GLOBALEDA 94

3.4. SEGMA 96

4. **EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA** 99

5. **GESTÃO DO RISCO** 108

6. **VALORES CARACTERÍSTICOS – GRUPO EDA** 110

B . **SUSTENTABILIDADE NO GRUPO EDA** 112

SOBRE O RELATÓRIO 113
1. **A EDA EM 2025** 114
2. **SOBRE A EDA** 115
2.1 História 115
2.2 Uma missão com propósito 119
3. **DIVULGAÇÃO GERAL** 119
3.1 Abordagem Estratégica 119
3.1.1 Materialidade 123
3.1.2 Eixos Estratégicos e linhas de atuação 125
3.1.3 Garantia da Segurança no Abastecimento 127
3.2 Envolvimento com *stakeholders* 131
3.3 Associações, Certificações e Reconhecimentos 133
4. **PILAR AMBIENTAL** 139
4.1 Alterações Climáticas e Transição Energética 139
4.1.1 Estratégia de Descarbonização 140
4.1.2 Mitigação e adaptação às alterações climáticas 149
4.1.3 Emissões de gases com efeito de estufa 153
4.1.4 Eficiência energética 156
4.2 Emissões Atmosféricas 163
4.3 Eficiência de Recursos 165
4.3.1 Gestão de Resíduos 165
4.3.2 Gestão da Água 167
5. **PILAR SOCIAL** 169
5.1 Trabalhadores 169
5.1.1 Caracterização e Gestão do Capital Humano 170
5.1.2 Saúde e Segurança Ocupacional 174
5.2 Satisfação do Cliente 180
5.3 Apoio à Comunidade 183
6. **PILAR *GOVERNANCE*** 191
6.1 Conduta Empresarial 191
6.1.1 Ética, Transparência e Integridade 192
6.2 Cibersegurança 194
6.3 Cadeia de Fornecedores 198
6.4 Desempenho Económico e Sustentável 200
7. **TABELA ESRS** 205

C. **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS** 228

D. **APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS** 231

E. **ATA** 404

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Emissão e aquisição de energia, por tecnologia, de 2021 a 2025 **25**
Tabela 2 - Número de clientes e consumo de 2021 a 2025 **31**
Tabela 3 - Faturação, energia faturada e preço médio de venda (preços correntes) de 2021 a 2025 **32**
Tabela 4 - Ações de manutenção em subestações e redes MT/AT de 2021 a 2025 **35**
Tabela 5 - Ações de manutenção em Postos de Seccionamento e Transformação de 2021 a 2025 **35**
Tabela 6 - Ações de manutenção em redes Baixa Tensão de 2021 a 2025 **36**
Tabela 7 - Emissão de energia elétrica, por ilha, de 2021 a 2025 **38**
Tabela 8 - Ponta máxima anual (kW), por ilha, de 2021 a 2025 **38**
Tabela 9 - Manutenções em centros produtores, 2025 **41**
Tabela 10 - Investimento realizado em 2025 **41**
Tabela 11 - Demonstração dos resultados da EDA, em 2024 e 2025 **47**
Tabela 12 - Balanço da EDA, em 2024 e 2025 **51**
Tabela 13 - Resultados do período da EDA, em 2024 e 2025 **53**
Tabela 14 - Evolução da dívida financeira da EDA, em 2024 e 2025 **55**
Tabela 15 - Custos e proveitos financeiros da EDA, em 2024 e 2025 **55**
Tabela 16 - Custo médio de financiamento EDA de 2008 a 2025 **55**
Tabela 17 - Indicadores de atividade, de 2021 a 2025 **72**
Tabela 18 - Número de trabalhadores da EDA, por género, de 2021 a 2025 **72**
Tabela 19 - Indicadores Económicos da EDA (matérias sociais) **73**
Tabela 20 - Empresas incluídas na consolidação **85**
Tabela 21 - Indicadores económico financeiros da EDA de 2021 a 2025 **88**
Tabela 22 - Produção de energia elétrica de base renovável, por recurso e por ilha em 2025 **89**
Tabela 23 - Indicadores económico financeiros da EDA Renováveis, de 2021 a 2025 **92**
Tabela 24 - Investimento realizado em 2025 **93**
Tabela 25 - Indicadores económico financeiros da GLOBALEDA, de 2021 a 2025 **96**
Tabela 26 - Indicadores económico financeiros da SEGMA, de 2021 a 2025 **98**
Tabela 27 - Demonstração dos resultados consolidada do Grupo EDA, em 2024 e 2025 **99**
Tabela 28 - Balanço consolidado do Grupo EDA, em 2024 e 20258 **102**
Tabela 29 - Resultados do período do Grupo EDA, em 2024 e 2025 **104**
Tabela 30 - Evolução da dívida financeira do Grupo EDA, em 2024 e 2025 **106**
Tabela 31 - Custos e proveitos financeiros do Grupo EDA, em 2025 **106**
Tabela 32 - Custo médio de financiamento Grupo EDA e EDA de 2008 a 2025 **107**
Tabela 33 - Indicadores económico-financeiros do Grupo EDA, de 2021 a 2025 **110**
Tabela 34 - Temas materiais **124**
Tabela 35 - Eixos estratégicos, temas materiais e linhas de atuação **126**
Tabela 36 - Inspeções e manutenções à rede **130**

Tabela 37 - *Stakeholders* – expectativas e canais de comunicação 132
Tabela 38 - Certificações das atividades do Sistema de Gestão do Grupo EDA 138
Tabela 39 - Alterações Climáticas e transição energética: Impactos, Riscos e Oportunidades 139
Tabela 40 - Emissões atmosféricas: Impactos, Riscos e Oportunidades 163
Tabela 41 - Emissões atmosféricas poluentes das centrais termoelétricas 164
Tabela 42 - Gestão de resíduos: Impactos, Riscos e Oportunidades 165
Tabela 43 - Trabalhadores: Impactos, Riscos e Oportunidades 169
Tabela 44 - Satisfação do cliente: Impactos, Riscos e Oportunidades 180
Tabela 45 - Conduta empresarial: Impactos, Riscos e Oportunidades 191
Tabela 46 - Conduta empresarial: Impactos, Riscos e Oportunidades 194
Tabela 47 - Conduta empresarial: Impactos, Riscos e Oportunidades 198
Tabela 48 - Desempenho económico sustentável: Impactos, Riscos e Oportunidades 201



Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Comparação do consumo per capita, RAA, RAM, Portugal e UE27 **23**
Gráfico 2 - Consumo per capita de 2021 a 2025 **23**
Gráfico 3 - Consumo (GWh) e número de instalações em 2025 nas diversas ilhas açorianas **23**
Gráfico 4 - Aquisição de energias renováveis e RSU (GWh) por ilha e por tecnologia, em 2025 **25**
Gráfico 5 - Estrutura da emissão própria e aquisição de energia por ilha e por tecnologia, em 2025 **26**
Gráfico 6 - Evolução do preço médio de venda (preços correntes) de 2021 a 2025 **32**
Gráfico 7 - Indisponibilidades totais por ilha de 2023 a 2025 **33**
Gráfico 8 - Potência térmica instalada por ilha **37**
Gráfico 9 - Peso do consumo de serviços auxiliares na produção por ilha **37**
Gráfico 10 - Evolução da ponta máxima (kW), por ilha, de 2021 a 2025 **39**
Gráfico 11 - Investimento total a preços correntes 2021 a 2025 **42**
Gráfico 12 - Investimento a custos técnicos de 2021 a 2025 **42**
Gráfico 13 - EBIT e EBITDA, da EDA em 2024 e 2025 **53**
Gráfico 14 - Resultados da EDA em 2024 e 2025 **54**
Gráfico 15 - Resultados por ação da EDA em 2024 e 2025 (em euros) **54**
Gráfico 16 - Estrutura Acionista **57**
Gráfico 17 - Indicadores financeiros EDA, de 2021 a 2025 **71**
Gráfico 18 - Evolução da base de ativos regulada, por atividade e taxa média de remuneração de 2021 a 2025 **71**
Gráfico 19 - Remuneração do Ativo, por atividade, de 2021 a 2025 **72**
Gráfico 20 - Universo da consolidação das empresas do Grupo EDA, em 2025 **84**
Gráfico 21 - Produção de energia elétrica de base renovável, por recurso, de 2021 a 2025 **91**
Gráfico 22 - Investimento total a preços correntes 2021 a 2025 **93**
Gráfico 23 - Investimento a custos técnicos de 2021 a 2025 **94**
Gráfico 24 - EBIT e EBITDA, do Grupo EDA em 2024 e 2025 **104**
Gráfico 25 - Resultados do Grupo EDA em 2024 e 2025 **105**
Gráfico 26 - Valor Económico Gerado e Distribuído, entre 2021 e 2025 **110**
Gráfico 27 - Modelo de Governance **121**
Gráfico 28 - Cadeia de valor do Grupo EDA **122**
Gráfico 29 - Eixos estratégicos **126**
Gráfico 30 - Principais categorias de stakeholders do Grupo EDA **131**
Gráfico 31 - Cenário de Descarbonização do Grupo EDA **141**
Gráfico 32 - Plano de Descarbonização do Grupo EDA **142**
Gráfico 33 - Emissões brutas de GEE do Grupo EDA (tCO_2e) **154**
Gráfico 34 - Emissões brutas de GEE de âmbito 1 (tCO_2e) **155**
Gráfico 35 - Emissões brutas de GEE de âmbito 2 (tCO_2e) **155**

Gráfico 36 - Emissões brutas de GEE de âmbito 3 (tCO_2e) 156
Gráfico 37 - Emissões de GEE evitadas (tCO_2e) 156
Gráfico 38 - Consumo total de energia em 2025 (MWh) 163
Gráfico 39 - Consumo de energia renovável em 2025 (MWh) 163
Gráfico 40 - Emissões específicas de poluentes atmosféricos nas centrais termoelétricas do Grupo EDA (g/kWh) 164
Gráfico 41 - Produção de resíduos do Grupo EDA 166
Gráfico 42 - Tipologia dos resíduos do Grupo EDA 166
Gráfico 43 - Destino dos resíduos do Grupo EDA 167
Gráfico 44 - Consumo de água nas centrais termoelétricas da EDA e da EDA Renováveis 168
Gráfico 45 - Relação entre o uso da água pelo Grupo EDA e a quantidade de água disponível nas ilhas da RAA 168
Gráfico 46 - Média de horas de formação do Grupo EDA 172
Gráfico 47 - Participações nas formações 172
Gráfico 48 - Análises de desempenho (%) 173
Gráfico 49 - Número de acidentes com baixa 177
Gráfico 50 - Número de acidentes sem baixa 177
Gráfico 51 - Índice de Frequência 178
Gráfico 52 - Índice de Gravidade 178
Gráfico 53 - Patrocínios atribuídos em 2025 186



A.

Relatório de Gestão



A . **RELATÓRIO DE GESTÃO**

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

O ano de 2025 marcou mais uma etapa decisiva no percurso do Grupo EDA, caracterizado por um contexto global exigente, fortemente influenciado pela continuidade de tensões geopolíticas internacionais, que mantiveram elevados níveis de incerteza na economia mundial, e por intempéries mais fortes e frequentes na nossa zona geográfica, já por si mais exigente.

Apesar desse enquadramento, a EDA e o Grupo EDA, sobretudo pela competência e dedicação dos seus trabalhadores, demonstraram uma vez mais uma assinalável capacidade de resiliência operacional, assegurando a continuidade do serviço público essencial que prestamos nos Açores.

A atividade desenvolvida neste exercício, e nos anos anteriores do mandato que agora termina, assentou numa estratégia clara: servir os nossos clientes com qualidade e fiabilidade, promover uma transição energética sustentável e assegurar a robustez económico-financeira necessária para enfrentar os desafios do setor elétrico na Região Autónoma dos Açores.

A organização continua focada num rigoroso e permanente controlo dos custos em todas as empresas do Grupo, em especial no caso da EDA, face ao quadro regulatório a que está sujeita. Mantivemos também o foco na ética e na transparência, pela operacionalização do Plano de Prevenção da Corrupção e do Código de Conduta, e na racionalização da estrutura organizacional, promovendo a eficiência, a agilidade e simplificação dos processos, sem descurar as preocupações com a segurança, a qualidade e o ambiente, de modo a garantir um local de trabalho seguro e saudável.

Ao nível interno, o ano de 2025 ficou marcado especialmente por quatro situações com implicações diretas na vida da empresa que, no nosso entender, deverão ser aqui realçadas.

Em primeiro lugar, foi possível solucionar com sucesso a crise energética sentida desde 2024 na ilha de São Miguel, originada por uma grave avaria num dos grupos geradores diesel de maior potência da Central do Caldeirão, cujas razões eram extensivas aos outros três grupos geradores do mesmo tipo. Uma vez mais, tal só foi possível pela mobilização, envolvimento e esforço de todos os nossos trabalhadores envolvidos, dos nossos parceiros e fornecedores. Foram meses árduos, mas felizmente foi ultrapassada esta situação crítica, que originou sobrecustos elevados na rúbrica de materiais e fornecimentos e serviços externos, quer devido às diversas intervenções de manutenção curativa, quer devido aos custos de aluguer de uma central de emergência durante os meses de 2025 com maior consumo.

(...) temos vindo a garantir condições para aumentar o peso das energias renováveis.

Em segundo lugar, e como consequência dos procedimentos de concurso público internacional para aquisição de fuelóleo para as centrais de São Miguel, Terceira, Pico e Faial terem ficado desertos, foram realizados dois procedimentos de ajuste direto por urgência imperiosa, para salvaguardar a segurança do abastecimento. Estes estão a originar custos significativos não reconhecidos pelos mecanismos regulatórios atualmente em vigor. No final de 2025 a ERSE, após termos exaustivamente apresentado o impacto negativo desta situação nos resultados financeiros da EDA, acedeu implementar um mecanismo extraordinário para reconhecimento destes sobrecustos, onde reconhecem 95% dos mesmos, no valor estimado pelo regulador de 9,2 milhões de euros, incluindo este mecanismo extraordinário na compensação tarifária de 2026. Deste modo, com base em valores reais, foi possível especializar 8,9 milhões de euros nos proveitos permitidos pela ERSE nas contas de 2025, contribuindo fortemente para os resultados obtidos, sendo um evento extraordinário. O seu reconhecimento definitivo ocorrerá no ajustamento aos proveitos permitidos de 2025, em tarifas de 2027. Realçamos o empenho e compreensão do regulador em auxiliar-nos neste grave problema.

Em terceiro lugar, o pagamento integral da dívida acumulada dos hospitais da Região, num total de 26 milhões de euros, através de uma operação financeira com uma instituição bancária, sem custos e responsabilidades para a EDA, ajudou na redução do endividamento bancário e na melhoria dos nossos rácios. Os juros de mora associados, cerca de 5 milhões de euros, foram já reconhecidos nas contas da EDA de 2025, contribuindo também fortemente para os resultados obtidos sendo um evento extraordinário irrepetível. Realçamos também o empenho do Governo Regional dos Açores na busca de soluções para este grave problema que se arrastava desde 2012.

Por fim, no final de 2025, através da Resolução do Conselho do Governo n.º 154/2025, de 17 de novembro, o Governo Regional dos Açores emitiu orientações à EDA, enquanto acionista maioritário, para iniciar o procedimento de alienação das participações sociais detidas na GLOBALEDA e na SEGMA. Esta resolução permitiu que a EDA adquirisse as participações sociais da EDA Renováveis que a SEGMA detinha. Em 2025 distribuímos também parte dos resultados transitados da SEGMA, uma vez que a manutenção destes na empresa não iria favorecer as suas condições de venda. Estamos finalizando as peças dos procedimentos concursais, uma vez que só após o fecho das contas de 2025 destas empresas foi possível proceder ao cálculo definitivo do valor de venda. Procuraremos maximizar o valor para a EDA e salvaguardar o futuro destas empresas e dos seus trabalhadores.

No que concerne ao desempenho do ano, do ponto de vista macroeconómico, os Açores viveram em 2025 um ambiente de recuperação moderada, com melhoria dos indicadores de atividade económica regional, que conduziu novamente ao aumento da emissão de eletricidade para 879,5 GWh, que representa um acréscimo de 2,1% face a 2024, sendo um recorde na história dos Açores, muito impulsionado pelo turismo.

O volume de negócios da EDA ascendeu em 2025 os 287,3 milhões de euros, o que representa um crescimento de 8,6% face a 2024, tendo sido o maior volume de negócios de sempre.

Continuamos a operar num sistema elétrico arquipelágico caracterizado pela pequena escala, dispersão territorial e forte dependência de combustíveis fósseis, mas onde, progressivamente, temos vindo a garantir condições para aumentar o peso das energias renováveis. A composição da emissão em 2025 teve 67,1% de origem térmica (fuelóleo e gasóleo), e 31,5% de origem renovável (excluindo os Resíduos Sólidos Urbanos). A produção renovável mais relevante foi a geotérmica, com 18,8%. A principal razão para esta redução face aos anos anteriores prende-se com a diminuição da produção geotérmica, justificada pela desativação dos grupos 1 e 2 da Central Geotérmica da Ribeira Grande, em fim de vida, para darem lugar à instalação de um novo equipamento de maior potência, e com a redução em cerca de 50% da produção da Central Geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira, que se verifica desde finais de 2023, bem como o baixo desempenho dos novos poços. Esta situação originou o registo do reforço de uma imparidade nas contas da EDA Renováveis de cerca de 6,1 milhões de euros, com impacto direto nos resultados da EDA. Contudo, a EDA Renováveis continua a encetar esforços para reverter esta situação, com o apoio de consultores externos especializados. Outra das razões prende-se com a diminuição da produção eólica, justificada pela desativação dos parques eólicos de Santa Maria, São Jorge e Flores, em fim de vida, para darem lugar à instalação de novos aerogeradores de maior potência, que se espera entrarem em serviço no primeiro semestre de 2026.

Mantivemos igualmente um diálogo construtivo com o regulador, melhorando para o novo período regulatório, que se inicia em 2026, mecanismos regulatórios essenciais para a adequação dos custos reais de operação às exigências da atividade arquipelágica. Em 2025, a compensação tarifária ascendeu aos 129,5 milhões de euros, representando um aumento significativo face ao ano anterior, explicado sobretudo pelo acréscimo dos proveitos permitidos, que refletiram a forte pressão sobre os custos regulados da empresa. Este crescimento resultou, em particular, do aumento dos custos com combustíveis em cerca de 9 milhões de euros, dos maiores gastos de manutenção nos centros produtores, que ascenderam a mais 4,6 milhões de euros, do acréscimo de 4 milhões de euros nos custos relativos às licenças de emissão de CO_2 e ainda do aumento dos custos de exploração em aproximadamente 2,5 milhões de euros.

Em 2025, os gastos com pessoal na EDA, uma das nossas principais rúbricas, ascenderam a 38,4 milhões de euros, refletindo um aumento homólogo de 1,1 milhões de euros, decorrente da atualização salarial destinada a corrigir a elevada inflação, e da evolução periódica automática das carreiras prevista no Acordo da Empresa. Esta evolução foi contida pela gestão criteriosa de novos recrutamentos. Contudo, subsiste a necessidade de assegurar o rejuvenescimento e ajustamento do quadro de pessoal, uma vez que permanece um número significativo de trabalhadores próximos da idade de reforma, sendo essencial garantir a adequada perpetuação do conhecimento.

O resultado líquido da EDA atingiu 11,4 milhões de euros em 2025, registando um acréscimo de cerca de 1 milhão de euros face ao obtido em 2024. O resultado operacional (EBIT) situou-se em 24 milhões

de euros, representando uma redução de 10,7% relativamente a 2024, consequência do maior aumento dos gastos operacionais face ao crescimento dos proveitos obtidos. O EBITDA totalizou 55 milhões de euros, 1,9 milhões de euros abaixo dos 56,9 milhões de euros registados em 2024, traduzindo uma diminuição de 3,4% em termos homólogos. Estes resultados demonstram uma deterioração dos nossos resultados operacionais, em virtude do crescimento significativo dos gastos, sobretudo ao nível dos centros produtores e com licenças dos sistemas de informação, não acompanhado pelos custos permitidos pelo regulador.

Logo, temos de manter para o futuro a estratégia atual de rigoroso controlo dos custos.

Ao longo de 2025, demos seguimento às orientações estratégicas aprovadas pelos órgãos sociais e materializadas no Plano Estratégico Plurianual, reforçando o investimento no sistema elétrico regional, na modernização de infraestruturas, no reforço da segurança do abastecimento, e na consolidação de um modelo energético cada vez mais sustentável. Este percurso permitiu manter elevados padrões de qualidade de serviço, prosseguir o desenvolvimento de projetos estruturantes e apoiar a transição energética da Região Autónoma dos Açores. Destaca-se, neste contexto, os projetos geotérmicos em curso em São Miguel, ao abrigo do PRR, que irão disponibilizar +17MW de potência geotérmica e permitir exceder os 60% de penetração de renováveis na ilha, e a finalização da ampliação fotovoltaica e da nova componente eólica no Corvo, também ao abrigo do PRR, que irão contribuir para elevar para mais de 50% a penetração de renováveis na ilha.

Em 2025, o volume de investimentos da EDA voltou a crescer, ascendendo a 38,9 milhões de euros (não incluindo participações financeiras), o que representa um acréscimo de 6,5 milhões de euros face ao ano anterior, embora só tenhamos atingido 54,6% do previsto. Este reforço de investimento resultou, sobretudo, do aumento das intervenções ao nível dos centros produtores e das redes de transporte e distribuição, que representaram respetivamente 23% e 42% do total investido. Apesar do crescimento registado, a implementação do plano de investimentos continuou a enfrentar desafios significativos, tais como a complexidade técnica de vários projetos, a necessidade de uma gestão criteriosa dos recursos financeiros, as exigências do regime de contratação pública, os constrangimentos persistentes nas cadeias de fornecimento e logística, bem como o aumento exponencial dos custos e a dificuldade na obtenção de propostas em diversos concursos, mesmo após revisão em alta dos preços base. Estes fatores continuam a introduzir incerteza sobre a capacidade de concretização de alguns investimentos no calendário inicialmente previsto.

No plano económico-financeiro, o Grupo continuou a fortalecer a sua posição, com melhoria da autonomia financeira, contenção do endividamento e reforço da tesouraria. O pagamento integral da dívida acumulada dos hospitais da Região ajudou na redução do endividamento bancário e na melhoria dos nossos rácios.

O total de financiamentos obtidos da EDA foi de 372,5 milhões de euros, representando uma redução de 6,7 milhões de euros face a 2024, associada sobretudo à diminuição da dívida financeira e à utilização de excedentes das empresas participadas, refletindo uma estrutura financeira mais equilibrada.

(...) a EDA e o Grupo EDA estão bem preparados para enfrentar os desafios dos próximos anos (...)

As condições de financiamento mantiveram-se exigentes, mas observaram-se melhorias nos encargos financeiros, que em 2025 tiveram uma redução de 4,1 milhões de euros face a 2024. Esta diminuição reflete a redução da dívida bancária em cerca de 8,9 milhões de euros, e a descida do custo médio de financiamento, que passou de 3,65% em 2024 para 3,30% em 2025.

A gestão prudente da dívida permanece prioritária, de forma a reforçar a sustentabilidade financeira futura da empresa.

O ativo líquido total da EDA ascendeu a 759,7 milhões de euros em 2025, mais 15 milhões de euros do que em 2024. Os capitais próprios totalizaram 310,6 milhões de euros, refletindo um aumento de 20,2 milhões de euros face a 2024, resultante sobretudo da evolução das participações financeiras e da incorporação de resultados transitados.

Relativamente às subsidiárias do Grupo EDA, o desempenho financeiro em 2025 foi globalmente positivo, embora marcado por realidades distintas entre as empresas. A EDA Renováveis apresentou um desempenho muito robusto, evidenciando a forte capacidade de geração de resultados. A SEGMA reforçou também o seu desempenho, refletindo sólidos resultados operacionais e financeiros em 2025. Em sentido contrário, a GLOBALEDA manteve resultados negativos em 2025, embora tenha reduzido significativamente as perdas registadas no exercício de 2024.

Concluímos este exercício com a convicção de que a EDA e o Grupo EDA estão bem preparados para enfrentar os desafios dos próximos anos e para continuar a desempenhar um papel determinante no desenvolvimento energético dos Açores.

O Conselho de Administração agradece a todos os 965 trabalhadores do Grupo EDA contabilizados no final de 2025, aos trabalhadores que nos deixaram até essa data, às diversas estruturas recreativas e representativas dos trabalhadores, aos gerentes e administradores das nossas subsidiárias, bem como aos nossos clientes, aos nossos fornecedores, parceiros institucionais, entidades reguladoras, e por fim aos acionistas pela confiança e pelo contributo para mais um ano de progresso.





Paulo Jorge da Costa André
Presidente



Francisco Manuel Sousa Botelho
Administrador Executivo



Rodrigo Rebelo Costa
Administrador Executivo



João Carlos Santos Correia
Administrador Executivo



Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda
Administradora Executiva



António Félix Flores Rodrigues
Administrador Não Executivo



Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt
Administradora Não Executiva

Conselho de Administração



Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira
Administrador Não Executivo



Joana Oliveira Freitas
Administradora Não Executiva



FATURAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A faturação de energia elétrica atingiu, em 2025, um total de 133,9 milhões de euros, dos quais 100,5 milhões de euros correspondem a fornecimentos de energia em Baixa Tensão (BT) e 33,4 milhões de euros a fornecimentos em Média Tensão (MT). No que respeita à composição da faturação, 75% do volume faturado corresponde a fornecimentos em baixa tensão e 25% a fornecimentos em média tensão. Este último segmento, embora represente apenas 0,8% do total de contratos, mantém uma contribuição financeira significativamente superior ao seu peso contratual, refletindo a elevada concentração de valor num número restrito de clientes. Comparativamente ao ano anterior, observa-se em 2025 um ligeiro decréscimo de 0,5% na faturação total.

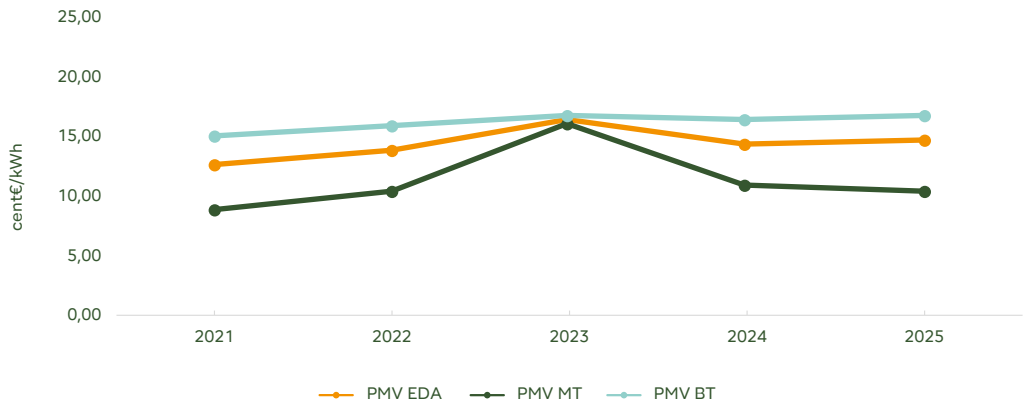
Em 2025, a facturação de energia elétrica ascendeu a 133,9 milhões de euros

Tabela 3 - Faturação, energia faturada e preço médio de venda (preços correntes) de 2021 a 2025

	2021	2022	2023	2024	2025
Faturação (10^3 EUR)*	113 386	123 755	147 638	134 548	133 877
Média Tensão	31 069	35 671	53 434	38 240	33 410
Baixa Tensão	82 316	88 083	94 204	96 309	100 467
Energia Faturada (GWh)**	759,3	766,1	786,2	807,1	790,3
Média Tensão	281,8	283,2	292,1	290,0	262,5
Baixa Tensão	477,5	482,9	494,1	517,1	527,9
Preço Médio Venda (cent.€/kWh)	14,93	16,15	18,78	16,67	16,94
Média Tensão	11,02	12,60	18,29	13,19	12,73
Baixa Tensão	17,24	18,24	19,07	18,62	19,03

* Não inclui energia em contadores e compensação tarifária.
** Não inclui consumos próprios.

Gráfico 6 - Evolução do preço médio de venda (preços correntes) de 2021 a 2025



A1.
EDA, S.A.

1 . ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL

1.1. Enquadramento Macroeconómico

A economia global mundial manteve em 2025 um perfil de resiliência assinalável, apesar da persistência de choques geopolíticos significativos, nomeadamente o prolongamento do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e o agravamento das tensões no Médio Oriente.

O conflito entre os EUA, Israel e Irão no final de fevereiro de 2026, desencadeou uma subida significativa dos preços do petróleo e do gás e aumento da volatilidade nos mercados financeiros. A economia mundial está dependente dos fluxos de petróleo e gás natural do Médio Oriente que são, em grande medida, exportados através do Estreito de Ormuz. A paralisação do tráfego comercial neste estreito, a par da redução da capacidade produtiva e outros constrangimentos operacionais provocados pela guerra, contribuiu para a pressão sobre os preços destas matérias-primas. O preço do petróleo registou uma subida abrupta com o início da ofensiva militar. O impacto no preço do gás europeu foi ainda mais pronunciado, embora muito aquém do valor atingido em março de 2022 com a invasão da Ucrânia pela Rússia. Embora os envios de gás natural liquefeito através do Estreito se destinem principalmente à Ásia, estas perturbações condicionam o mercado global de petróleo e gás. Na cadeia de abastecimento de equipamentos de produção, transporte e distribuição de energia elétrica, a intensificação do conflito pode provocar atrasos e encarecimento de materiais por via de disrupções logísticas (seguros, fretes, desvios de rotas). Em particular, equipamentos com longos prazos de fabrico podem ver os lead times aumentar, com impacto em calendários de manutenção, reforços de rede e novos investimentos. Adicionalmente, a subida do custo da energia e dos metais industriais tende a pressionar custos de fabrico. Atualmente, o grau de incerteza é elevado quanto à evolução do conflito e, consequentemente, sobre a magnitude e a duração dos seus efeitos sobre os preços das matérias-primas, os mercados financeiros e a confiança dos agentes económicos.

Estes conflitos continuam a constituir riscos sistémicos, com potencial para intensificar as perturbações nas cadeias globais de valor, aumentar a volatilidade nos mercados financeiros e gerar pressões adicionais sobre os fluxos comerciais internacionais. Continuamos, desta forma, a assistir a disrupções nas cadeias de fornecimento.

O ano de 2025 ficou marcado pelo aumento unilateral das tarifas comerciais por parte dos Estados Unidos de América aos produtos importados. Em resposta, os seus parceiros comerciais, como China, União Europeia e Brasil, aumentaram as suas tarifas sobre produtos americanos, provocando uma nova escalada de tarifas aduaneiras.

A instabilidade gerada por estas medidas afetou as empresas europeias que se viram confrontadas com custos acrescidos e perturbações nas suas cadeias de valor. Os seus efeitos foram sentidos, sobretudo, nas indústrias exportadoras, sendo afetadas de forma particular as ligadas aos setores do aço, alumínio e automóvel. A restante economia é afetada de forma indireta pela propagação desses efeitos pela cadeia de valor, bem como pelas medidas retaliatórias contra os Estados Unidos que afetam o preço dos bens importados.

Esta "guerra comercial" abrandou após estabelecido um acordo entre a EUA e União Europeia em julho de 2025, evitando assim piores cenários. Não obstante a volatilidade vivida, o comércio global mostrou-se mais forte do que o esperado. Muitas empresas anteciparam encomendas para evitarem novas tarifas, o que ajudou a manter o comércio ativo no início do ano. As tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China também abrandaram, devido a acordo temporário que reduziu as tarifas bilaterais e suspendeu controlos à exportação, contribuindo para um ambiente mais estável. O maior impulso surgiu no setor tecnológico, em que vários países asiáticos aumentaram significativamente as suas vendas em semicondutores e equipamento eletrónico, compensando o enfraquecimento de outros tipos de exportações. No conjunto, o FMI conclui que o comércio mundial se manteve robusto e ajudou a sustentar a economia global, apesar da incerteza e das mudanças nas políticas comerciais.

De acordo com os dados mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI), estima-se que em 2025 a economia mundial apresente um crescimento global de 3,3%, impulsionado fundamentalmente por investimento tecnológico, em particular no domínio da inteligência artificial, e pela manutenção de condições financeiras globalmente favoráveis, traduzidas em mercados acionistas valorizados, *spreads* de crédito reduzidos e acesso facilitado ao financiamento.

A inflação global, na publicação de janeiro de 2026 do FMI, estima-se que para 2025 será de 4,1%, esperando uma tendência de decrescimento, com os EUA, Zona Euro, Reino Unido, Japão, China e Índia a estabilizarem a inflação nos seus objetivos internos, até 2027.

A economia da Zona Euro, durante o ano de 2025, registou um crescimento moderado, sustentado sobretudo por um dinamismo crescente do consumo e do investimento e por um setor dos serviços particularmente forte, enquanto a indústria e a construção permaneceram estáveis. O mercado de trabalho continuou robusto, com desemprego historicamente baixo e criação líquida de emprego, embora a procura de mão de obra tenha abrandado. A procura interna deverá permanecer o principal motor da atividade, reforçada pela recuperação dos salários reais, pela solidez do emprego e pelo aumento do investimento público em áreas estratégicas como infraestruturas e defesa.

O Banco Central Europeu (BCE), segundo as últimas publicações com dados de 2025, estima que o PIB real em 2025 será de 1,4%, um crescimento superior ao verificado em 2024 (0,9%). Ao nível da inflação, a maioria das expectativas a mais longo prazo continua a situar-se em torno de 2%. No entanto, as perspetivas permanecem mais incertas do que o habitual, devido ao contexto volátil em termos de políticas mundiais. A inflação poderá revelar-se superior, caso se verifique uma persistente deslocação em sentido ascendente dos preços dos produtos energéticos ou se as cadeias de abastecimento mundiais elevarem os preços das importações, limitando a oferta de matérias-primas críticas e aumentando as restrições em termos de capacidade produtiva da economia da área do euro. Nestes cenários, é expectável um período de restrição de políticas monetárias por parte do BCE.

O desempenho da economia portuguesa, manteve-se resiliente, com consumo, investimento e emprego a evoluírem positivamente e com o rendimento disponível apoiado por medidas fiscais e

inflação moderada. As condições financeiras tornaram-se mais favoráveis, impulsionando o crédito e a confiança empresarial, e o investimento público deverá reforçar-se, mas o comércio externo abrandou e as importações continuaram fortes. A política orçamental deverá mudar de orientação nos próximos anos, enquanto reformas estruturais e maior eficiência do gasto público serão essenciais para sustentar o crescimento e a produtividade.

A nível nacional, Portugal beneficiou em 2025 do impulso europeu do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que terá em 2026 o maior impacto económico devido à execução acelerada dos fundos ainda por aplicar e, em 2027, continuará a repercutir efeitos positivos graças às reformas estruturais, instrumentos financeiros ativos e substituição parcial por outros fundos da UE.

O Produto Interno Bruto no final de 2025 registou um acréscimo de 25%.

O Banco de Portugal no seu relatório de dezembro de 2025, refere que o PIB nacional em 2025 atingiu os 2,0%, prevendo-se uma tendência de crescimento nos próximos anos. Quanto à inflação, e de acordo com a mesma fonte, esta deverá manter uma tendência descendente, com a variação do Índice Harmonizado dos Preços ao Consumidor a situar-se nos 2,2% para 2025. À semelhança da Zona Euro, Portugal prevê estabilizar a inflação no seu objetivo de 2% num futuro próximo.

A incerteza global e novas tarifas influenciaram o dinamismo das exportações, que apesar do recuo auferido no quarto trimestre de 2025, segundo os primeiros resultados anuais de 2025, apontam para aumentos nas exportações e importações de 0,5% e 3,9%, respetivamente.

O indicador de atividade económica (IAE) para a Região Autónoma dos Açores, demonstrou crescimentos positivos ao longo de 2025, com variações entre os 1% e os 1,7% face aos mesmos períodos de 2024. Os açorianos mantiveram confiança na economia, uma vez que o indicador nunca entrou em terreno negativo, no entanto, o otimismo foi perdendo força ao longo do ano.

A variação média dos últimos 12 meses do Índice de Preços no Consumidor na Região Autónoma dos Açores fixou-se no final de 2025, em 2,1%.

A balança comercial açoriana revelou um comportamento particularmente dinâmico em 2025, com as exportações a aumentarem 20,4% e as importações a registarem uma redução de 18,3%. A procura turística nos Açores reforçou-se em 2025, traduzindo-se num aumento de 4,5% nas dormidas face ao período homólogo. Paralelamente, o total de hóspedes registou um acréscimo de 3,7%, indicando que, em média, cada visitante permaneceu mais noites do que no ano anterior. O desembarque de passageiros nos aeroportos da região aumentou 4,5% face a 2024, ou seja, teve um acréscimo de 59 mil passageiros. No setor secundário, englobando a indústria e a energia, observou-se em 2025 um crescimento anual significativo na produção de leite (+20,3%), de iogurte (+9,4%) e de queijo (+6,9%). No domínio energético, registaram-se igualmente variações anuais positivas, com a emissão de

eletricidade a aumentar 2,1% e o respetivo consumo a crescer 1,6%. No que concerne ao setor da construção, registou-se uma redução anual de 6,7% no número de edifícios licenciados, enquanto o número de novos fogos licenciados aumentou 14,4%.

No quarto trimestre de 2025, a população ativa da Região Autónoma dos Açores foi estimada em 126 mil indivíduos, dos quais 119,6 mil se encontravam empregados. Neste mesmo período, a taxa de desemprego regional fixou-se em 5,1%, refletindo a proporção da população ativa que permanecia sem emprego, mas disponível e à procura de trabalho.

1.2. Enquadramento Setorial

EVOLUÇÃO DA PROCURA DE ELETRICIDADE

O mercado da eletricidade da Região caracteriza-se pela sua reduzida dimensão e dispersão pelas nove ilhas do arquipélago, bem como por uma estrutura de consumo de eletricidade predominantemente de comércio e serviços (incluindo serviços públicos) que representam 44,3% do total. Os consumos decorrentes de utilizações domésticas e industriais representam 38,6% e 15,4%, respetivamente.

A maior concentração geográfica de clientes encontra-se nas ilhas de São Miguel e Terceira, que comportam 78,9% do consumo de energia elétrica e 73,2% do número de instalações.

Após um ciclo de crescimentos na emissão de energia elétrica (2015-2018), verificou-se, em 2019 e 2020, anos marcados pelo estado de pandemia, decréscimos de 0,2% e 3,1%, respetivamente. Recuperando a tendência anterior à pandemia, em 2021, 2022, 2023 e 2024 observaram-se crescimentos de 5,1%, 1,8%, 1,5% e 3,1% na emissão de energia elétrica. Em 2025, e acompanhando a tendência dos últimos anos, observou-se uma evolução positiva de 2,1% da emissão de energia elétrica, principalmente impulsionada pelo aumento do consumo doméstico.

Em 2025 observou-se um crescimento de 2,1% na emissão de energia elétrica.

Em 2025, a taxa de crescimento do consumo *per capita*[1] na Região foi de 1,6%, traduzindo um rácio de 3.399 kWh/habitante. O maior consumo, medido em kWh por habitante, foi registado na ilha de Santa Maria, com um valor de 3.853 kWh/habitante, e o mais baixo na ilha das Flores, de 3.070 kWh/habitante. Em termos relativos, o consumo per capita na RAA corresponde a cerca de menos 30% e 38%, comparativamente ao mesmo indicador em Portugal continental e média da UE27, respetivamente.

[1] No cálculo do consumo anual per capita, foram utilizados os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística para o ano de 2024. Foi considerado o consumo de 2025 e a estimativa de população residente 2024.

Gráfico 1 - Comparação do consumo *per capita*, RAA, RAM, Portugal e UE27[2]

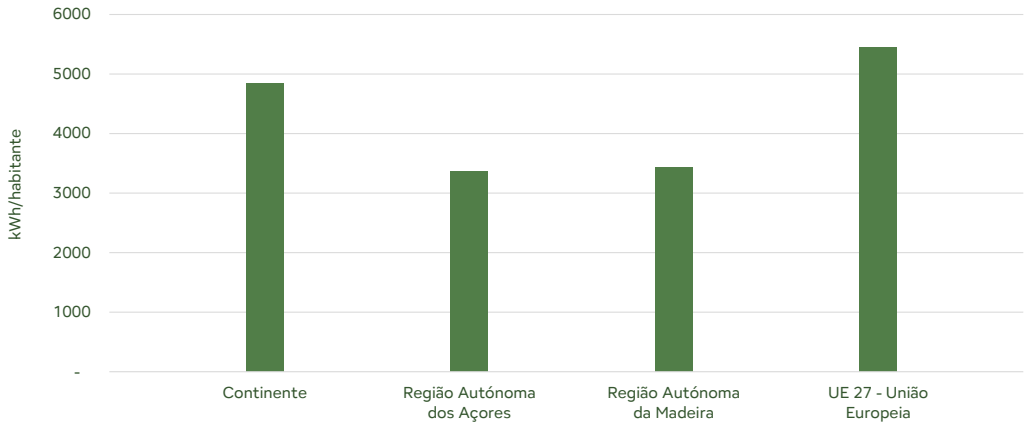
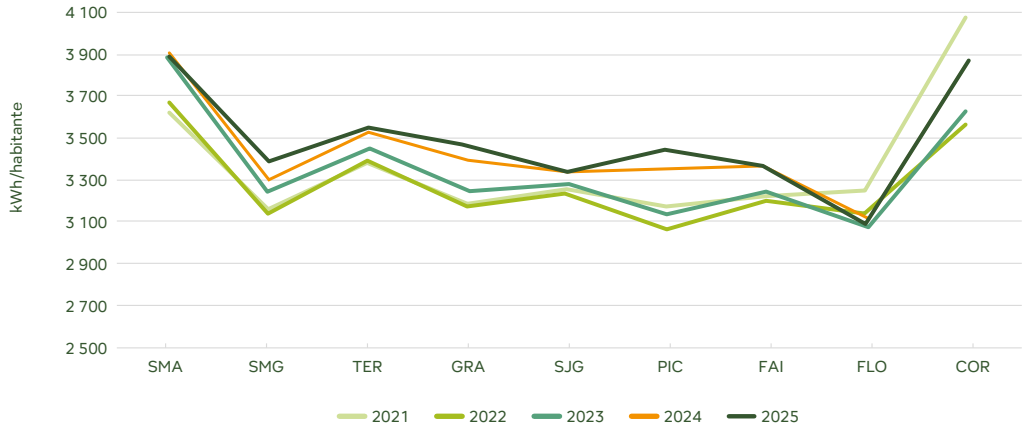
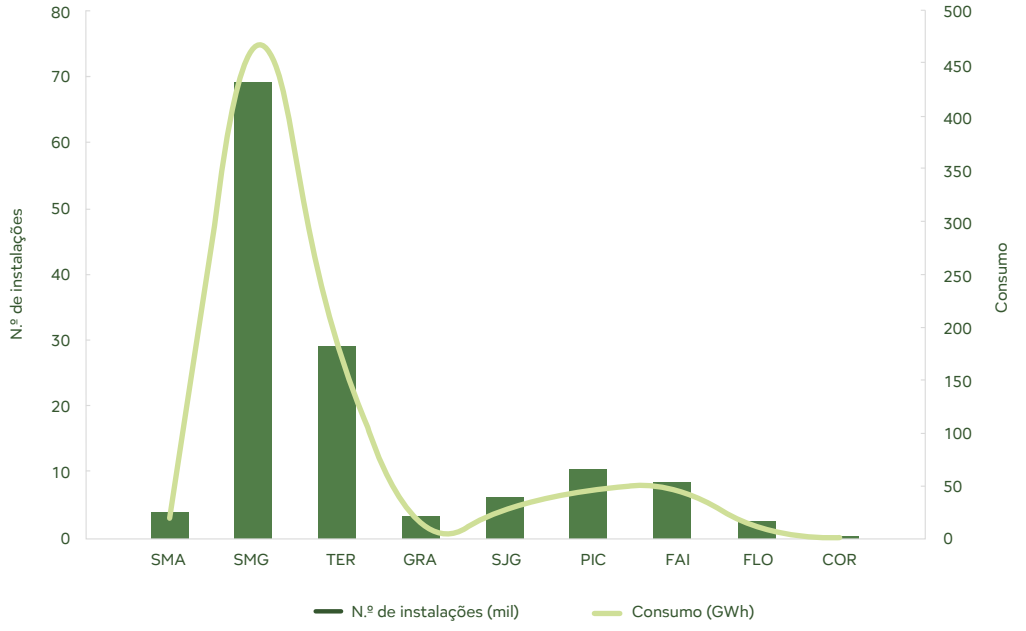


Gráfico 2 - Consumo *per capita* de 2021 a 2025*



* Consumo de 2025 e estimativa de população residente do INE de 2024

Gráfico 3 - Consumo (GWh) e número de instalações em 2025 nas diversas ilhas açorianas



Inclui instalações de Média Tensão, Baixa Tensão, Iluminação Pública e Consumos próprios.

[2] Fontes: Portugal, RAA e RAM – Estimativa de população residente do INE 2024 e dados de consumo de energia DGEG 2024;
UE27: EUROSTAT (dados provisórios relativos a 2024).

Na RAA registou-se, em 2025, um crescimento do consumo de eletricidade de 1,6%, com destaque para a evolução positiva de 5,0% no segmento do consumo doméstico. Em sentido contrário, ocorreu a redução do consumo na iluminação pública de -16,4%, consequência da campanha de substituição de luminárias VSAP (vapor de sódio de alta pressão) por LED.

EMISSÃO PRÓPRIA E AQUISIÇÃO DE ENERGIA

A emissão própria e a aquisição anual de eletricidade atingiram os 879,5 GWh, correspondendo a um acréscimo de 2,1% relativamente ao ano anterior. A emissão própria, de origem térmica (fuelóleo e gasóleo) contribuiu com 67,1%, registando um aumento 4,2% face a 2024. Destaca-se a emissão a fuelóleo, com 59,6% do mix de emissão. A aquisição de energia elétrica, de origem renovável, não incluindo RSU, totalizou 276,8 GWh, cerca de 31,5% da energia injetada na rede, registando um decréscimo de 1,7% face a 2024. A energia de origem geotérmica foi a renovável mais significativa, com cerca de 18,8% do valor total do *mix* de emissão. De assinalar que, em 2025, a produção com origem geotérmica decresceu 6,6%, consequência do declínio do recurso geotérmico na central do Pico Alto e da desativação para substituição dos grupos 1 e 2 na central da Ribeira Grande. Em 2025, a produção de origem eólica representou 7,8% do valor total da emissão, apresentando um crescimento de 4,2%. Este resulta, sobretudo, do aumento da produção do parque eólico de iniciativa privada do CAEN, que superou o decréscimo associado às renovações dos parques eólicos das ilhas de Santa Maria, São Jorge e Flores que implicaram a desativação prévia dos aerogeradores antigos para a instalação dos novos, de maior potência. A produção com origem hídrica, que em 2025 representou 4,0% da emissão total da região, teve uma evolução positiva de 7,0%, uma vez que foi ultrapassada a indisponibilidade das centrais hídricas da Foz da Ribeira e do Salto do Cabrito verificada no ano anterior.

Em 2025, a energia renovável representou 31,5% de emissão de energia na RAA.

Atualmente, encontram-se em curso e em preparação investimentos no âmbito das energias renováveis que irão permitir aumentar o seu contributo nos sistemas elétricos dos Açores, destacando-se os trabalhos de ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho, que representará +12MW, e os trabalhos de revitalização da Central Geotérmica da Ribeira Grande, que representará +5MW, que permitirá um aumento significativo na produção geotérmica nos Açores. A introdução de mecanismos que concorram para uma maior capacidade de penetração de energias renováveis, nomeadamente sistemas de reserva rápida do tipo BESS (*Battery Energy Storage System*), reveste-se da maior importância, não apenas pela diminuição da dependência dos combustíveis fósseis, por parte da RAA, mas também por potenciar o aumento da sustentabilidade da nossa atividade. Estão também em fase conclusão as renovações dos parques eólicos das ilhas de Santa Maria, São Jorge e Flores, que irão contribuir com +4,2MW.

Alinhado com a estratégia europeia onde vários países aprovaram moções que proíbem a venda e circulação, em cidades, de automóveis de combustão interna nas próximas décadas, através de mecanismos de incentivo à adoção do veículo elétrico, também na Região têm existido programas de atribuição de incentivos financeiros para a aquisição de veículos elétricos e de pontos de carregamento. A implementação de um programa de mobilidade elétrica tem merecido a atenção das entidades governamentais, potenciando os Açores, no contexto dos espaços insulares europeus, como um verdadeiro *Living Lab* de soluções para a mobilidade elétrica, tendo em consideração o seu importante papel na conquista dos objetivos do desenvolvimento sustentável, bem como na descarbonização da economia, na mitigação dos efeitos das alterações climáticas e na melhoria da eficiência energética. Como tal, a EDA tem desenvolvido e participado em diversos estudos de investigação e desenvolvimento sobre o tema.

Tabela 1 - Emissão e aquisição de energia, por tecnologia, de 2021 a 2025

GWh

	2021	2022	2023	2024	2025	Var.% 24/25
Emissão própria	**520,3**	**534,0**	**530,4**	**566,2**	**590,0**	**4,2**
Fuel	466,3	474,0	471,5	502,7	524,4	4,3
Gasóleo	54,0	60,1	58,8	63,5	65,6	3,3
Aquisição	**288,2**	**289,1**	**305,4**	**295,0**	**289,6**	**-1,8**
Hídrica	34,8	34,6	30,8	32,5	34,8	7,0
Geotérmica	158,8	172,9	183,8	177,6	165,8	-6,6
Eólica	78,9	68,1	73,0	66,0	68,8	4,2
Fotovoltaica	2,0	2,6	2,9	4,0	5,3	31,2
Outras	13,8	10,8	14,8	14,9	14,8	0,0
Total	**808,5**	**823,1**	**835,7**	**861,2**	**879,5**	**2,1**

Outras: Biogás e RSU

Gráfico 4 - Aquisição de energias renováveis e RSU (GWh) por ilha e por tecnologia, em 2025

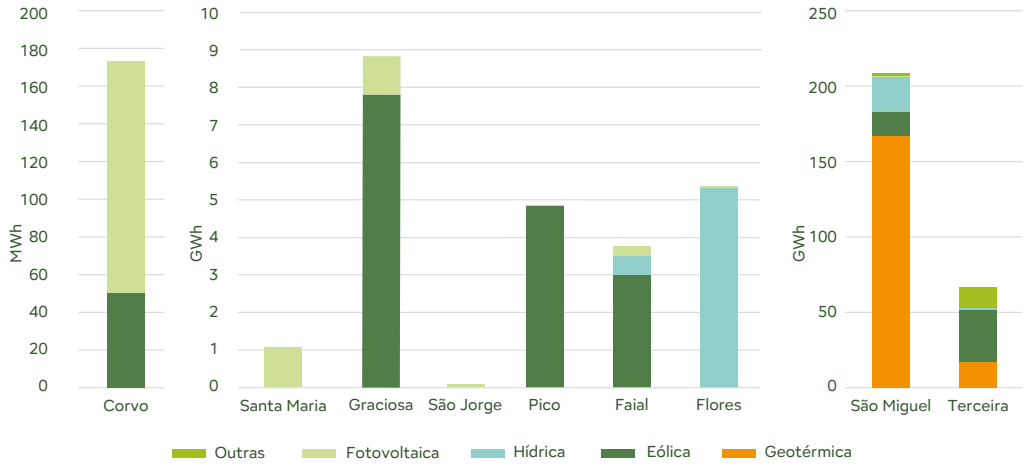
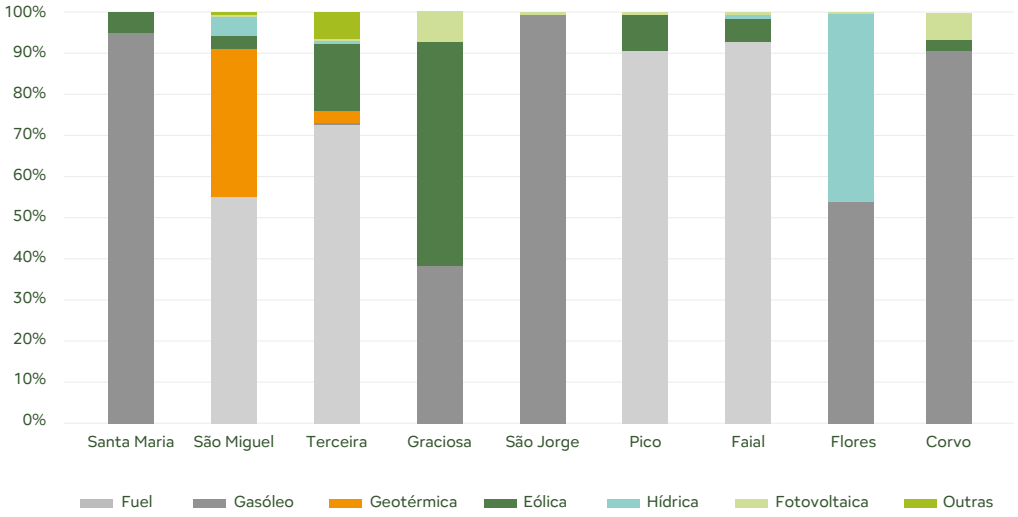


Gráfico 5 – Estrutura da emissão própria e aquisição de energia por ilha e por tecnologia, em 2025



Outras: Biogás e RSU.

1.3. Regulação Económica

As tarifas de eletricidade a cobrar aos consumidores são fixadas anualmente pela ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, de acordo com o Regulamento Tarifário, em que, para além da metodologia de determinação do nível de proveitos a proporcionar por cada tarifa, se caracteriza a metodologia de cálculo tarifário e a forma de determinação da estrutura das tarifas.

Na RAA, desde 2003, as tarifas de eletricidade são fixadas anualmente pela ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

Em Portugal continental, com a extinção das tarifas reguladas decorrente das diretivas do mercado interno de energia, os preços da eletricidade são determinados pelo mercado liberalizado, para todos os segmentos de consumidores. Através do Decreto-Lei n.º 69/2025, de 23 de abril, que altera o Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, foi fixado em 31 de dezembro de 2027 o prazo para a extinção das tarifas transitórias para fornecimentos de eletricidade aos clientes finais com consumos em baixa tensão normal. A extinção das tarifas transitórias para os fornecimentos de eletricidade em Média Tensão (MT) e Baixa Tensão Especial (BTE) ocorreu em 2021 e 2022, respetivamente.

Estes princípios de liberalização do setor elétrico não se aplicam quer na RAA quer na RAM, atendendo a que a Diretiva que estabelece as regras comuns para o mercado interno da eletricidade foi parcialmente derrogada ao abrigo do estatuto de pequena rede isolada, tendo o Regulamento Tarifário, de novembro de 2025, inscrito no Artigo 191.º, n.º 3, o seguinte:

"3 - A estrutura dos preços das tarifas de Venda a Clientes Finais da RAA em MT, BTE e BTN deve resultar da estrutura dos preços de venda a clientes finais de Portugal continental, aplicáveis a

fornecimentos em MT, BTE e BTN, respetivamente, determinados tendo em conta: (i) os resultados da monitorização dos preços de eletricidade praticados no mercado, (ii) as variações das tarifas de Acesso às Redes e (iii) os preços de energia."

Aquando da divulgação (15 de dezembro de 2025) das tarifas e preços de energia elétrica para 2026, o regulador referiu:

"No caso da Região Autónoma do Açores (RAA) é aplicada a tarifa de Venda a Clientes Finais, não estando perspetivada a liberalização do mercado de eletricidade nessa região. Ao abrigo do estatuto de pequena rede isolada, nas Regiões Autónomas os comercializadores de último recurso continuam a desempenhar o papel de fornecedor em todos os segmentos de consumo."[3]

A tarifa social de fornecimento de energia elétrica, a aplicar a consumidores finais economicamente vulneráveis, que passou a ter um carácter automático desde 1 de julho de 2016, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 138 -A/2010, de 28 de dezembro, e transposta para o Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, sendo calculada mediante a aplicação de um desconto na tarifa de acesso às redes em baixa tensão normal. O valor do desconto é determinado por despacho do membro do Governo responsável pela energia, ouvida a ERSE. O Despacho n.º 12371/2024, de 18 de outubro, fixou, a partir de 1 de janeiro de 2025, um desconto de 33,8% sobre as tarifas transitórias de venda a clientes finais de eletricidade.

Para todos os períodos regulatórios, os proveitos permitidos que integram anualmente as tarifas são determinados de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário, sendo construídos com base em valores previsionais, que resultam quer dos custos aceites pelo regulador, quer da aplicação dos parâmetros fixados para aquele período de regulação, aos respetivos indutores de custos, para cada atividade regulada. Dado que os proveitos permitidos previstos para as tarifas assentam nos pressupostos anteriormente descritos, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano n+2 o diferencial que decorre do confronto daqueles com os valores efetivamente realizados e, desta forma, a empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste procedimento, referente ao ano n. Refira-se, também, a existência de um mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível da tarifa social e do custo com capital das atividades reguladas, efetuado no ano n+1.

O diferencial entre o somatório dos proveitos permitidos por atividade e as receitas obtidas, decorrentes da aplicação do tarifário, constitui o sobrecusto do fornecimento de energia elétrica na RAA.

Os sobrecustos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são incluídos na Tarifa de Uso Global do Sistema, aplicada pelos operadores da rede de distribuição aos fornecimentos a clientes dos comercializadores a atuar no mercado liberalizado e no mercado regulado.

A EDA desenvolve, assim, as atividades de produção, distribuição e comercialização de energia elétrica num contexto totalmente regulado, pela legislação em vigor e pela regulamentação emitida pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

[3] Estrutura tarifária do setor elétrico em 2026, (Pág. 120).

Períodos regulatórios 2003-2021

Desde 2003, primeiro ano da fixação pela ERSE das tarifas praticadas pela empresa concessionária do transporte e distribuição da RAA, a EDA - Electricidade dos Açores, S.A., até 2008, foi aplicada uma metodologia de regulação por custos aceites para todas as atividades reguladas da empresa.

No caso particular do custo de capital (CAPEX), a regulação por custos aceites em base anual permanece até à data, sendo constituído pelas amortizações e remuneração do ativo, através da aplicação de uma taxa à base de ativos regulados. A partir de 2012, é introduzido um mecanismo de indexação que permite refletir na taxa de remuneração a evolução da conjuntura económica e financeira que enquadra a atividade das empresas reguladas. Até 2014, são utilizados os CDS[4] como indexante neste mecanismo. A partir do período regulatório 2015-2017, são introduzidas as *yields* das Obrigações do Tesouro (OT) a 10 anos como indexante para determinação do custo de capital. Em dezembro de 2013, a ERSE procedeu à revisão de algumas disposições do Regulamento Tarifário, designadamente a introdução do mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível do custo com capital das atividades reguladas. Esta alteração[5] estabelece que a correção dos desvios provisórios do custo com capital, referente ao ano n-1, é determinada de acordo com a estimativa dos ativos fixos para esse ano e aplicada a taxa de remuneração definitiva.

No âmbito dos custos operacionais controláveis (OPEX), a partir de 2009, a ERSE alterou a forma de regulação das atividades de Distribuição e de Comercialização de Energia Elétrica, que passou a ser efetuada por *price cap* com o objetivo de incentivar a empresa a obter maiores ganhos de eficiência naquelas atividades. Os custos de exploração resultam do *mix* entre os custos fixos e os custos variáveis, que dependem dos respetivos *drivers* de custos e das metas de eficiência aplicadas.

No período de regulação 2012-2014, através do Regulamento Tarifário publicado em julho de 2011, a ERSE reviu as metodologias de regulação da atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema. Passou a estar também sujeita a uma regulação por incentivos, com a definição de metas de eficiência para o OPEX, mediante a aplicação da metodologia de regulação por *revenue cap* ao nível destes custos, com exceção dos custos com manutenção de equipamentos produtivos afetos a esta atividade.

Os custos com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme o Regulamento Tarifário, corresponderam:

- ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e,

- aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, que foram determinados pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo.

[4] CDS – *Credit Default Swap*.
[5] materializada através da publicação no Diário da República, 2.ª série — n.º 2, da Diretiva n.º 1/2014, de 3 de janeiro de 2014.

Os gastos com a aquisição de licenças de emissão de CO_2 foram reconhecidos de acordo com o mecanismo de otimização da gestão das licenças de emissão de dióxido de carbono (CO_2), instituído pela Diretiva ERSE n.º 2/2014, de 3 de janeiro. Este mecanismo foi revogado no âmbito da Diretiva ERSE n.º 2/2021, de 19 de janeiro, que regula o incentivo para a gestão otimizada de CAE não cessados. Esta Diretiva é, no entanto, omissa em matéria de CO_2.

Período Regulatório 2022-2025

O Regulamento Tarifário, de julho de 2023, altera a duração do período regulatório. Através do número 1, do Artigo 177.º do referido regulamento, define-se que: *"O período de regulação em Portugal continental e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira é de quatro anos."*

O Regulamento Tarifário estabelece que o período de regulação em Portugal continental e nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira é de quatro anos.

No período regulatório 2022-2025, a ERSE manteve as metodologias de regulação do período regulatório imediatamente anterior, embora com uma base de custos aceites insuficiente, face aos custos reais suportados pela empresa para garantir o fornecimento de energia elétrica nas micro redes isoladas de cada uma das ilhas da Região.

Os custos com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme Regulamento Tarifário[6], correspondem:

- ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e,

- aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, determinados pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo, atualizado em 2021.

A ERSE, no âmbito da determinação dos parâmetros para o período regulatório 2022-2025, contempla os referenciais inerentes à previsível futura utilização de fuelóleo com teor de enxofre de 0,5%, definindo, quer o respetivo mercado de referência, quer os custos eficientes com o transporte, handling e margem de comercialização.

Neste domínio, foi lançada pela ERSE a Consulta de Interessados n.º 4/2022 - Proposta de alteração de parâmetros a aplicar no período regulatório 2022-2025, que culminou com a publicação da Instrução n.º 9/2022, de 19 de outubro - Revisão de parâmetros para o período

A ERSE definiu que, a partir de 2022, o referencial de preço para fuelóleo, corresponde ao produto IFO 380 cst, 1% S, cargo NWE cif, USD/t, publicado pela ARGUS.

[6] Regulamento Tarifário de julho de 2023 – Artigo 130.º

de regulação 2022 a 2025 para o setor elétrico. Nesta, é estabelecido um novo referencial para o fuelóleo (ARGUS em detrimento da PLATTS) e uma nova abordagem de cálculo dos custos de transporte do fuelóleo para a RAA, que passam a variar em função do custo médio do fuelóleo consumido pelos navios, para abastecimento à Região.

Os parâmetros para cálculo do custo eficiente de aquisição do fuelóleo, nomeadamente, a margem de comercialização e a forma de cálculo dos custos de transporte, foram novamente revistos em 2023 através da instrução 3/2023, de 11 de agosto, com aplicação retroativa ao ano de 2022. Segundo o n.º 2 do artigo 7.º, *"A presente Instrução produz efeitos desde 1 de janeiro 2022, inclusive, sendo as correções aos custos de referência publicados em tarifas de 2022, decorrentes da alteração dos parâmetros, tida em consideração nos ajustamentos aos proveitos permitidos de 2022 a refletir nas tarifas de 2024."*

No seguimento da denúncia pela BENCOM – Armazenagem e Comércio de Combustíveis, S.A. e pela Região Autónoma dos Açores (RAA) do acordo existente para o fornecimento de fuelóleo à EDA e restante indústria e que levou ao seu término efetivo no dia 31/01/2025, a EDA promoveu três concursos públicos internacionais, o primeiro ainda em 2024, o segundo em 2025 e o terceiro já em 2026. Embora com variantes, todos os concursos foram efetuados tendo por base o mecanismo regulatório de determinação de custos eficientes na aquisição de fuelóleo e respetivos parâmetros na formação do preço. Os interessados optaram por não apresentar proposta em qualquer dos concursos, revelando a sua falta de aderência aos custos reais.

No tempo que mediou os concursos, a EDA viu-se obrigada a recorrer ao ajuste direto por urgência imperiosa para assegurar o fornecimento de energia elétrica na RAA. Os contratos de fornecimento resultantes desse procedimento, visados pelo Tribunal de Contas, resultaram num aumento substancial dos custos com fuelóleo. Embora o regulador não tenha revisto o mecanismo e parâmetros regulatórios, face ao impacte no equilíbrio económico e financeiro que o aumento muito significativo dos custos não reconhecidos teriam na EDA no ano de 2025, a ERSE incluiu nos proveitos permitidos da EDA nas tarifas para 2026, 95% dessas perdas. O seu reconhecimento em definitivo será efetuado no ajustamento aos proveitos permitidos de 2025, em tarifas de 2027, condicionado à apresentação, por parte da EDA, de evidências de ter desenvolvido um conjunto de ações destinadas a permitir a participação de um maior número de agentes de mercado, nomeadamente nos concursos para fornecimento de fuelóleo. Neste âmbito, salienta-se que a EDA, salvaguardando os seus interesses, tudo tem feito para ir de encontro das pretensões quer do regulador, quer dos potenciais interessados.

Os gastos com a aquisição de licenças de emissão de CO_2, a partir 2023, são incluídos nos proveitos permitidos da empresa de acordo com o mecanismo de incentivos para a gestão otimizada de licenças de emissão de CO_2 na RAA e na RAM, estabelecido através da Diretiva ERSE n.º 29/2022, de 22 de dezembro.

Para mitigar o seu impacte económico e financeiro, a ERSE incluiu 95% das perdas associadas a custos não reconhecidos com fuelóleo na compensação tarifária de 2026.

FATURAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A faturação de energia elétrica atingiu, em 2025, um total de 133,9 milhões de euros, dos quais 100,5 milhões de euros correspondem a fornecimentos de energia em Baixa Tensão (BT) e 33,4 milhões de euros a fornecimentos em Média Tensão (MT). No que respeita à composição da faturação, 75% do volume faturado corresponde a fornecimentos em baixa tensão e 25% a fornecimentos em média tensão. Este último segmento, embora represente apenas 0,8% do total de contratos, mantém uma contribuição financeira significativamente superior ao seu peso contratual, refletindo a elevada concentração de valor num número restrito de clientes. Comparativamente ao ano anterior, observa-se em 2025 um ligeiro decréscimo de 0,5% na faturação total.

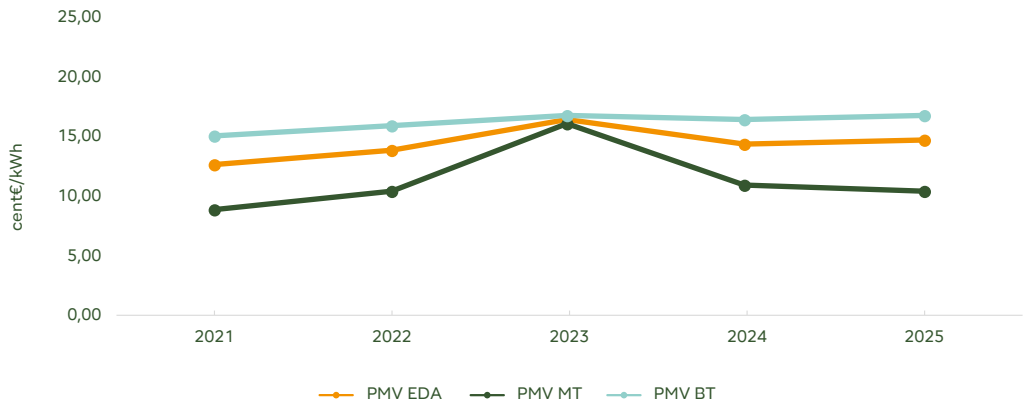
Em 2025, a facturação de energia elétrica ascendeu a 133,9 milhões de euros

Tabela 3 - Faturação, energia faturada e preço médio de venda (preços correntes) de 2021 a 2025

	2021	2022	2023	2024	2025
Faturação (10^3 EUR)*	113 386	123 755	147 638	134 548	133 877
Média Tensão	31 069	35 671	53 434	38 240	33 410
Baixa Tensão	82 316	88 083	94 204	96 309	100 467
Energia Faturada (GWh)**	759,3	766,1	786,2	807,1	790,3
Média Tensão	281,8	283,2	292,1	290,0	262,5
Baixa Tensão	477,5	482,9	494,1	517,1	527,9
Preço Médio Venda (cent.€/kWh)	14,93	16,15	18,78	16,67	16,94
Média Tensão	11,02	12,60	18,29	13,19	12,73
Baixa Tensão	17,24	18,24	19,07	18,62	19,03

* Não inclui energia em contadores e compensação tarifária.
** Não inclui consumos próprios.

Gráfico 6 - Evolução do preço médio de venda (preços correntes) de 2021 a 2025



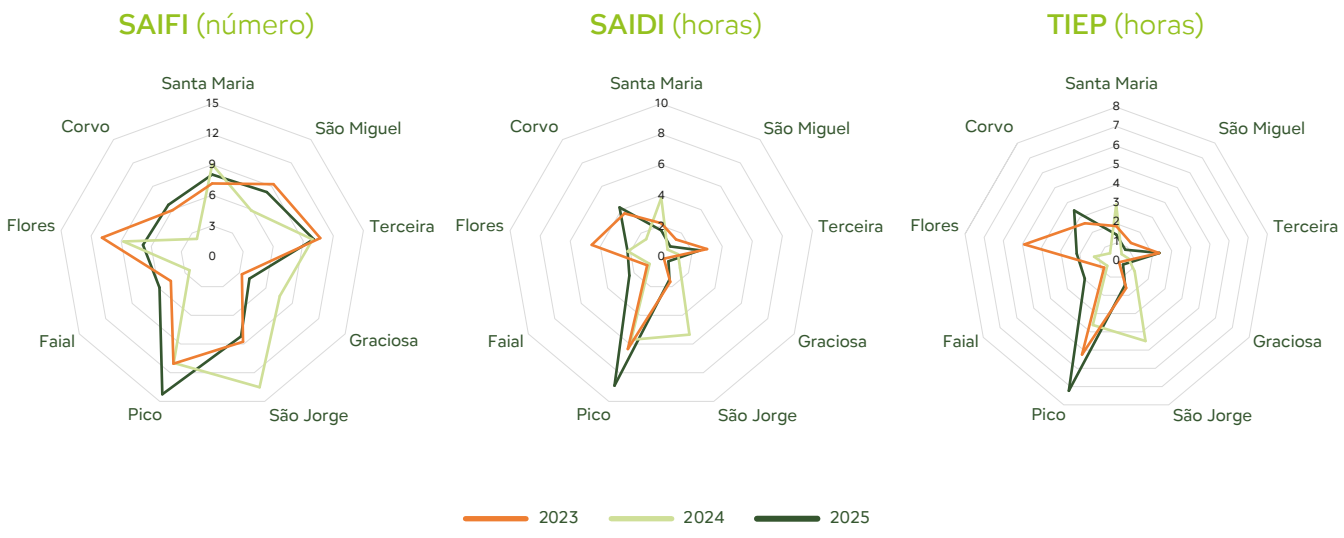
INDICADORES DE CONTINUIDADE DE SERVIÇO

A disponibilidade de fornecimento de energia elétrica, ou continuidade de serviço, é aferida por um conjunto de indicadores gerais e individuais relativos aos fornecimentos de eletricidade em média e baixa tensão. De salientar que o cálculo destes indicadores é estabelecido por normas regulamentares e incluem todas as interrupções verificadas, curtas e longas, intrínsecas aos sistemas da EDA.

Em 2025, verificou-se um aumento da frequência média de interrupções (SAIFI - *"System Average Interruption Frequency Index"*) face ao ano anterior, exceto nas ilhas Santa Maria, Graciosa, São Jorge e Flores. Relativamente à duração média de interrupções (SAIDI - *"System Average Interruption Duration Index"*) em pontos de entrega da rede de média tensão, verificou-se um aumento na generalidade das ilhas, com exceção das ilhas Santa Maria, Graciosa e São Jorge. O indicador tempo de interrupção equivalente da potência instalada (TIEPI) registou um crescimento na generalidade das ilhas, com exceção, de forma análoga ao SAIDI, nas ilhas Santa Maria, Graciosa e São Jorge.

Os indicadores gerais de continuidade de serviço têm padrões associados, definidos no Regulamento de Qualidade de Serviço, que não deverão ser ultrapassados. Para efeitos de comparação com os padrões, apenas são consideradas as interrupções acidentais longas com origem nas redes ou na produção, excluindo-se para este efeito as interrupções que tenham ocorrido durante eventos classificados pela ERSE como eventos excecionais. A este respeito, em 2025, a EDA cumpriu os padrões definidos em todas as ilhas e zonas de qualidade de serviço, com exceção do padrão definido para o indicador SAIFI BT na zona A do Faial.

Gráfico 7 - Indisponibilidades totais por ilha de 2023 a 2025



2.2. Transporte e Distribuição

Na mesma linha de atuação dos anos anteriores, a atividade de Transporte e Distribuição, durante 2025, pautou-se pela continuidade na adoção de medidas conducentes à melhoria da qualidade e continuidade de serviço, com menor custo e em respeito pelo ambiente, dando prioridade a ações que concorrem para o aumento da fiabilidade das instalações, bem como a ações de automatização de ativos essenciais para permitir o seu comando e controlo remoto.

As adversas condições climatéricas da RAA motivam a procura permanente das mais adequadas soluções técnicas disponíveis no mercado.

A empresa tem mantido uma postura de permanente procura de soluções técnicas mais adequadas e materiais mais resilientes às exigentes condições climatéricas, bastante adversas, não só pela proximidade do mar e consequente elevado nível de salinidade no ar, mas também pelas recorrentes intempéries com ventos ciclónicos que fustigam as infraestruturas e que se traduzem num sobrecusto para esta atividade. Ainda no âmbito da manutenção e conservação das instalações, destacam-se as ações que implicam a substituição de equipamentos tecnologicamente ultrapassados ou cujo estado de conservação possa deteriorar-se a curto prazo e colocar em causa a segurança de pessoas e bens. Apesar do esforço desenvolvido com recurso à mão-de-obra interna, é incontornável a necessidade de recorrer a prestadores de serviço em todas as ilhas, sendo que este é outro dos nossos maiores desafios. Nem sempre é possível manter estas empresas com as suas estruturas implantadas em todas as ilhas, sobretudo num cenário de contenção de custos que implica a necessária redução de contratação externa. A este facto alia-se a dificuldade de recrutamento interno de mão-de-obra jovem e com competências para atividades especializadas em algumas ilhas. É importante salientar o recurso à formação interna, aproveitando o conhecimento e experiência de alguns trabalhadores, que, associados ao seu perfil, constituem uma boa equipa de formadores internos.

O Sistema de Gestão de Qualidade da Distribuição, cuja certificação foi obtida em 2014, abrange a manutenção das redes de Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT), Baixa Tensão (BT), Subestações (SE), Aparelhos de Manobra da Rede Aérea (AMRA) e Postos de Transformação (PT). A implementação do sistema de gestão nesta área introduziu um conjunto de ações com forte impacto na programação e execução dos trabalhos. Os objetivos definidos foram alcançados com elevada taxa de sucesso. Destacam-se a uniformização de procedimentos em todas as ilhas, a gestão da manutenção através de uma única plataforma informática que reúne as valências técnica e financeira e o controlo das obrigações legais decorrentes dos regulamentos de segurança das instalações elétricas.

O Sistema de Gestão de Qualidade da Distribuição, encontra-se certificado desde 2014 e abrange a manutenção das redes Alta Tensão (AT), Média Tensão (MT), Baixa Tensão (BT), Subestações (SE), Aparelhos de Manobra da Rede Aérea (AMRA) e Postos de Transformação (PT).

MANUTENÇÃO PREVENTIVA

No ano de 2025, as ações de manutenção, ao nível do transporte e distribuição, seguiram a mesma tendência de anos anteriores.

Subestações e rede de média e alta tensão (MT/AT).

A tabela seguinte apresenta o número de ações de manutenção aos equipamentos das Subestações da EDA e da rede MT/AT ao longo dos últimos anos:

Tabela 4 - Ações de manutenção em subestações e redes MT/AT de 2021 a 2025

	2021		2022		2023		2024		2025	
N.º Equipamentos	927		972		976		1198		1200	
	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%
Manutenções	300	32%	352	36%	342	35%	544	45%	514	43%

	2021		2022		2023		2024		2025	
Rede Aérea (km)	1491		1533		1531		1533		1530	
	km	%	km	%	km	%	km	%	km	%
Inspeções	244	16%	310	20%	551	36%	479	31%	348	23%
Manutenções	258	17%	306	20%	148	10%	234	15%	97	6%

Em 2025, foram inspecionadas 23% das linhas AT/MT, tendo sido objeto de ações de manutenção 6% do total da extensão destas linhas. Em número de apoios, num total de 9.666, as percentagens são da mesma ordem de grandeza, tendo sido inspecionados 2.335 apoios (24%) e efetuadas intervenções de manutenção em 1.128 apoios (12%).

Relativamente à manutenção de aparelhos de manobra da rede aérea de MT foram efetuadas intervenções de manutenção a 230 equipamentos, num universo de 626.

Postos de seccionamento e transformação (PST)

A tabela seguinte apresenta o número de intervenções das ações de inspeção e de manutenção dos PST, realizadas desde 2021:

Tabela 5 - Ações de manutenção em Postos de Seccionamento e Transformação de 2021 a 2025

	2021		2022		2023		2024		2025	
Universo de PST	1 563		1 579		1 592		1 607		1 636	
	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%
Inspeções	923	59%	902	57%	633	40%	1 267	79%	840	51%
Manutenções	692	44%	782	50%	873	55%	879	55%	707	43%

Em 2025, foram inspecionadas 840 PST, tendo sido objeto de ações de manutenção 707 PST, de um total de 1.636.

Rede de baixa tensão (BT)

A tabela seguinte apresenta o número de intervenções das ações de inspeção e de manutenção nas redes BT e Iluminação Pública (IP), realizadas desde 2021:

Tabela 6 - Ações de manutenção em redes Baixa Tensão de 2021 a 2025

	2021		2022		2023		2024		2025	
Universo de Redes BT	1 296		1 303		1 317		1 337		1 340	
	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%
Inspeções	225	17%	222	17%	183	14%	234	18%	300	22%
Manutenções	136	10%	124	10%	138	10%	137	10%	72	5%

	2021		2022		2023		2024		2025	
Universo de Redes IP	1 131		1 195		1 160		1 174		1 179	
	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%	un.	%
Manutenções	2 095	185%	1 957	164%	974	84%	1 575	134%	1 252	106%

Em 2025, foram inspecionadas 300 redes de baixa tensão, tendo sido objeto de ações de manutenção 72 redes de um total de 1.340.

Relativamente à rede de iluminação pública, foram efetuadas 1.252 ações de manutenção às redes de iluminação pública, demonstrando uma tendência decrescente, decorrente da campanha de substituição em curso das luminárias VSAP por LED.

MANUTENÇÃO CONDICIONADA

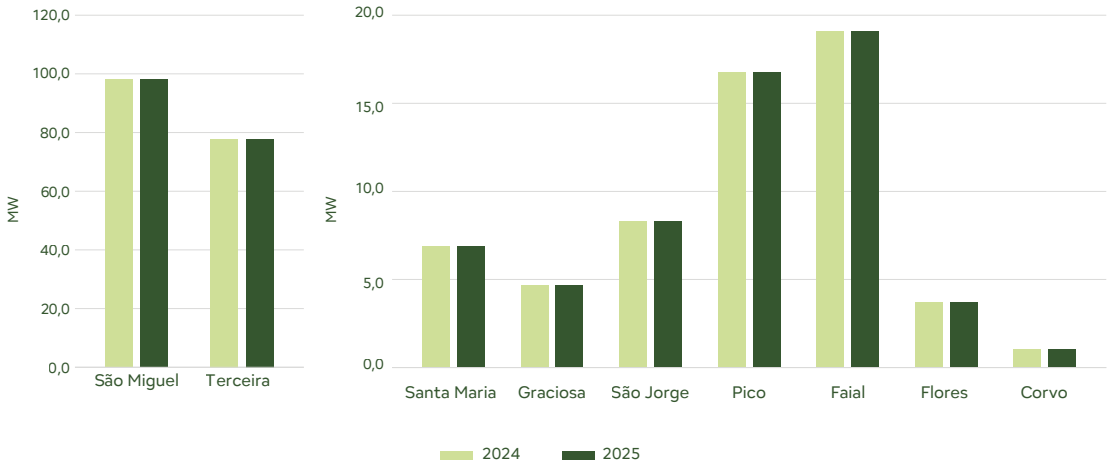
A manutenção preventiva condicionada, consistiu na realização de:

- 242 inspeções (20 subestações e 222 postos de seccionamento e transformação);
- análises de óleo, físico-químicas e cromatografia de gases dissolvidos, em 39 transformadores.

2.3. Produção

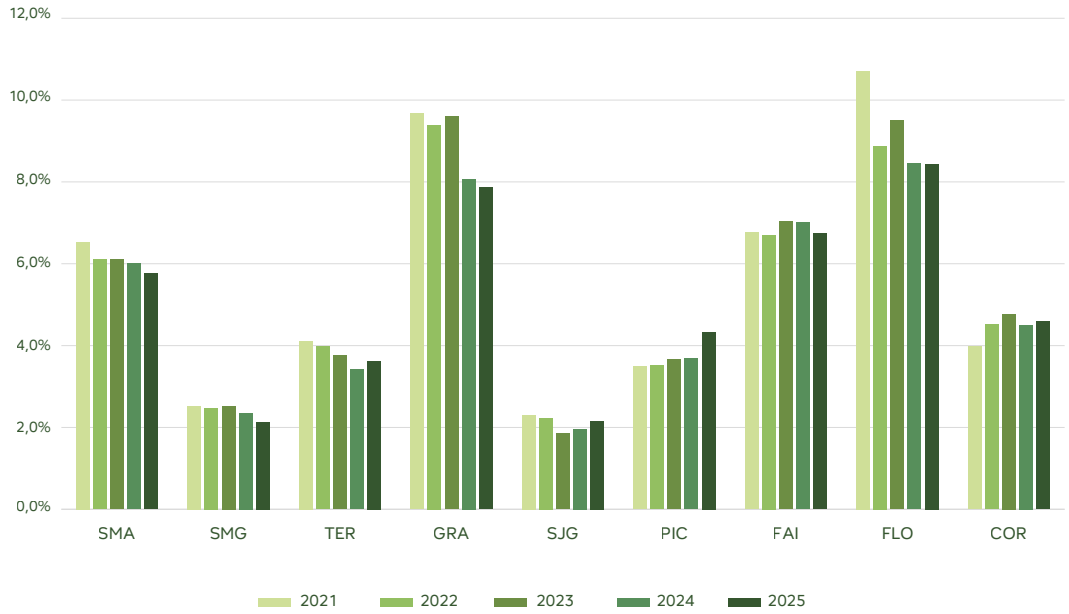
Em 2025, os sistemas electroprodutores que garantem o regular abastecimento de energia elétrica na Região, explorados diretamente pela EDA, eram constituídos por nove centrais termoelétricas, uma em cada ilha, com uma potência total instalada de 236,3 MW.

Gráfico 8 - Potência térmica instalada por ilha



O gráfico seguinte apresenta a evolução do consumo de serviços auxiliares nas centrais termoelétricas. Importa referir que a redução percentual mais acentuada, verificada na ilha das Flores em 2022, deveu-se à diminuição da aquisição de energia elétrica com origem renovável de 17% face a 2021, em virtude do menor recurso hídrico disponível.

Gráfico 9 - Peso do consumo de serviços auxiliares na produção por ilha



A emissão de energia elétrica das ilhas de São Miguel e Terceira representa cerca 55,9% e 23,2%, respetivamente, do total de energia emitida para as redes. Realça-se o facto das centrais termoelétricas do Caldeirão, em São Miguel, e do Belo Jardim, na Terceira, gerarem uma emissão correspondente a cerca de 48,9% do total da energia emitida na Região.

Tabela 7 - Emissão de energia elétrica, por ilha, de 2021 a 2025

GWh

	2021	2022	2023	2024	2025	Var.% 24/25
Santa Maria	20,7	21,8	22,3	22,5	22,6	0,5
São Miguel	442,9	453,4	464,2	478,3	491,8	2,8
Terceira	193,1	195,6	196,6	201,7	203,8	1,0
Graciosa	13,5	13,7	13,8	14,4	14,8	2,7
São Jorge	29,0	29,4	29,1	29,9	30,0	0,3
Pico	48,2	47,9	48,4	51,3	52,7	2,8
Faial	47,9	48,2	48,4	49,9	50,5	1,3
Flores	11,6	11,5	11,3	11,6	11,6	0,4
Corvo	1,7	1,7	1,7	1,8	1,9	4,3
	808,5	**823,1**	**835,7**	**861,2**	**879,5**	**2,1**

As pontas máximas em cada uma das ilhas nos últimos anos ocorreram, maioritariamente, no segundo semestre de cada ano.

Verificaram-se exceções em 2021 na Terceira, Flores e Corvo, em 2022 e 2024 na ilha do Corvo, onde ocorreram no primeiro semestre. Em 2025, registaram-se pontas máximas no primeiro semestre em quatro ilhas, São Jorge, Faial, Flores e Corvo.

Tabela 8 - Ponta máxima anual (kW), por ilha, de 2021 a 2025

	2021	2022	2023	2024	2025	Var.% 24/25	Data da ocorrência em 2025	Hora
Santa Maria	3 576	3 840	3 897	3 956	3 870	-2,2	30 de dezembro	18:30
São Miguel	72 407	76 934	76 558	78 849	81 561	3,4	30 de dezembro	18:30
Terceira	32 591	33 505	33 195	34 550	36 396	5,3	29 de dezembro	19:00
Graciosa	2 357	2 521	2 534	2 677	2 627	-1,9	31 de dezembro	19:00
São Jorge	5 017	5 439	5 264	5 363	5 273	-1,7	12 de março	20:00
Pico	8 217	8 259	8 681	9 513	9 740	2,4	22 de agosto	12:30
Faial	8 701	9 210	9 449	9 320	9 489	1,8	13 de março	19:30
Flores	2 164	2 183	2 117	2 052	2 108	2,7	14 de fevereiro	19:30
Corvo	338	307	330	336	364	8,3	10 de fevereiro	20:00

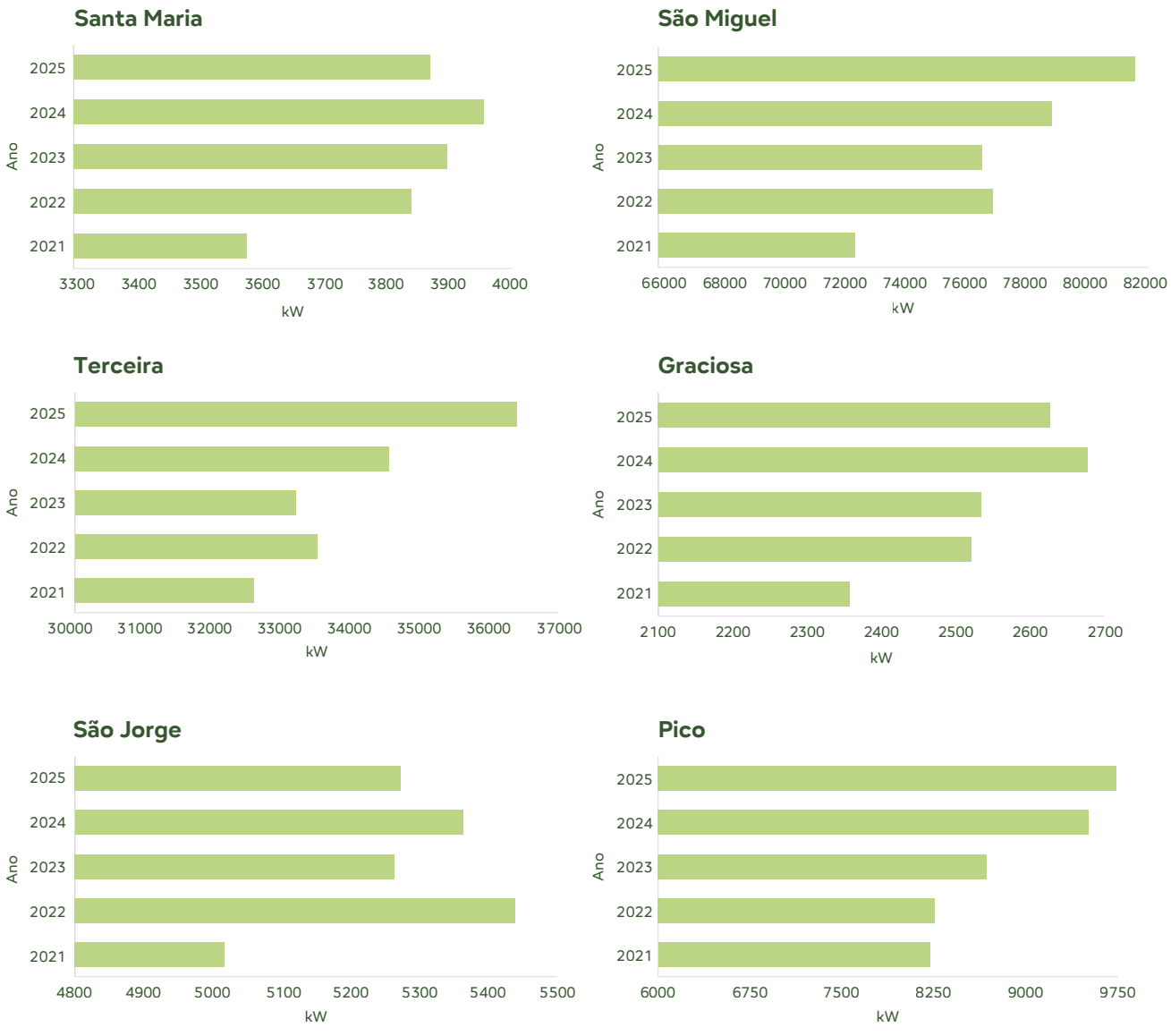
Apesar das pontas maioritariamente continuarem a ocorrer no segundo semestre, houve, na maioria das ilhas, um deslocamento do período de verão para o período de inverno. Após vários anos (2021-2024) onde as pontas ocorriam sobretudo no verão, associadas ao turismo, a ponta máxima deslocou-se para o inverno noturno. Este fenómeno poderá ser explicado pelo aumento da produção descentralizada, que satisfaz o consumo diurno (especialmente no verão), e pela progressiva eletrificação de consumos, que acentua a procura doméstica ao final do dia durante os meses de inverno. O forte aumento da produção descentralizada nos Açores, que hoje representa mais de 2% do total produzido, deve-se à conjugação do forte incentivo público através do programa SOLENERGE com a resposta dos consumidores à crise energética de 2023.

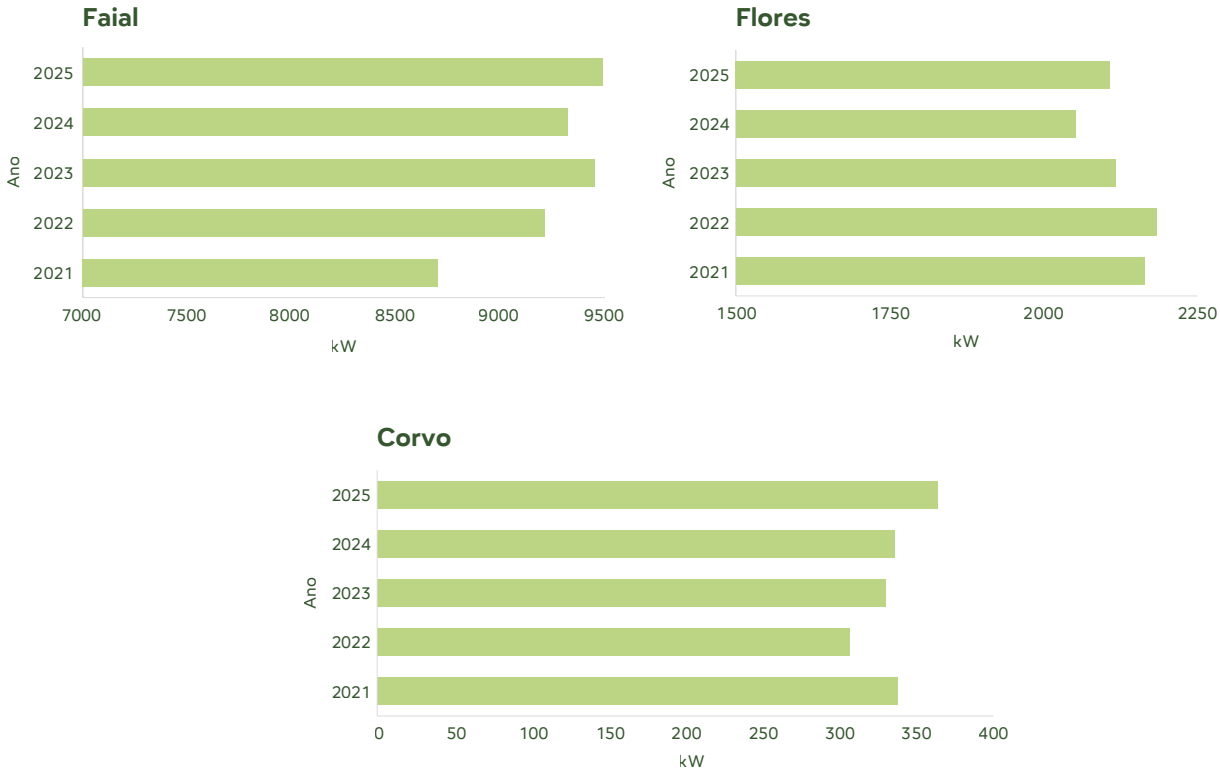
Importa, no entanto, notar que, sendo esta produção maioritariamente de origem fotovoltaica, a sua disponibilidade é nula durante as pontas máximas noturnas de inverno. Assim, em 2025, esta tecnologia não evitou o crescimento da ponta síncrona em seis das nove ilhas, evidenciando o desafio da eletrificação dos consumos fora das horas de maior exposição solar.

Em 2025, a ponta máxima registada aumentou em seis das nove ilhas da Região.

Constatou-se um crescimento nas ilhas do Corvo, Terceira, São Miguel, Flores, Pico e Faial, com variações percentuais entre 8,3%, na ilha do Corvo, e 1,8% na ilha do Faial. Em sentido contrário, as restantes ilhas viram diminuir o valor da ponta máxima anual em relação ao ano anterior, registando-se, nas ilhas de Santa Maria, Graciosa e São Jorge, uma diminuição de 2,2%, 1,9% e 1,7%, respetivamente.

Gráfico 10 - Evolução da ponta máxima (kW), por ilha, de 2021 a 2025





A EDA desenvolve esforços para homogeneizar os ciclos de manutenções dos seus sistemas electroprodutores. No entanto, existem diversas variáveis que restringem esses ciclos.

Não se tratando de sistemas interligados, os fatores de carga e o número de horas de funcionamento dependem estreitamente da procura, do escalonamento dos grupos, bem como do nível da produção renovável. O escalonamento tem como objetivo a procura do ótimo técnico-económico e a satisfação total da procura.

As manutenções, embora programadas com base nos escalonamentos previsíveis das máquinas associadas ao número de horas de funcionamento e ao desgaste dos equipamentos, podem sofrer num ano alterações significativas. A cada período anual podem existir flutuações consideráveis nos ciclos e custos das manutenções, dependendo dos programas normalizados referidos pelo fabricante (horas de funcionamento), especificidade do(s) grupo(s) a intervir e o nível de dimensão da manutenção, assim como de intervenções programadas e imprevistas nos centros de produção renovável, em cada Ilha.

A tabela seguinte resume as a contabilização das intervenções mais significativas realizadas nos centros produtores da EDA, em 2025.

De registar que ao longo de 2025 os Grupos Wartsila da Central do Caldeirão sofreram intervenções extraordinárias para resolver o problema que provocou, ainda em 2024 a gripagem da cambota do Grupo 6, e que obrigou à substituição da mesma.

Tabela 9 - Manutenções em centros produtores, 2025

Ilha	Central Termoelétrica	N.º Intervenções manutenção preventiva	N.º Intervenções manutenção curativa
Santa Maria	Aeroporto	22	90
São Miguel	Caldeirão	74	449
Terceira	Belo Jardim	56	240
Graciosa	Graciosa	67	56
São Jorge	Caminho Novo	72	18
Pico	Nova	55	202
Faial	Santa Bárbara	42	258
Flores	Flores	53	52
Corvo	Corvo	53	14
Total		**494**	**1379**

2.4. Investimento

Em 2025, o investimento realizado por parte da EDA, S. A. ascendeu a 54,1 milhões de euros a custos totais, cerca de 7,8 milhões de euros acima do executado no ano anterior. Desse montante, cerca de 42% e 23% respeitam a investimentos ao nível das redes de transporte e distribuição e ao nível dos centros produtores, respetivamente. Os outros investimentos (não incluídos nas categorias anteriores), representam 6% do total e são relativos a despesas de investimento em estudos e projetos e aquisições diretas. O valor de participações financeiras, 15,2 milhões euros, reflete o acréscimo de valor em participações financeiras.

Tabela 10 - Investimento realizado em 2025

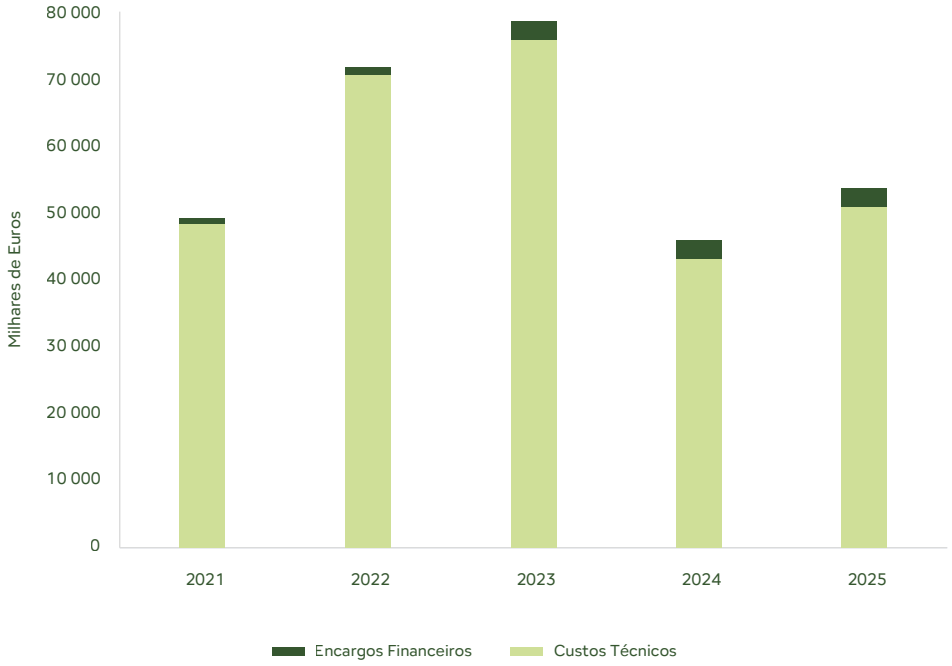
10^3 EUR

Atividade	Custos Técnicos	Encargos Financeiros	Total
Centros Produtores	11 550	1 167	12 717
Rede Transporte e Grande Distribuição	11 849	904	12 753
Rede Pequena Distribuição	9 507	286	9 793
Participações Financeiras	15 206	0	15 206
Outros	3 147	449	3 596
Total	**51 259**	**2 807**	**54 066**

A evolução dos montantes investidos nos últimos cinco anos é apresentada no gráfico 11, onde se observa uma tendência crescente até 2023, ano em que atingiu o nível mais elevado desse período. Esta tendência é interrompida em 2024, com um menor investimento derivado, sobretudo, dos elevados montantes alocados a sistemas de armazenamento de reserva rápida do tipo BESS nos anos anteriores. No ano de 2025, o investimento volta a crescer sobretudo ao nível dos centros produtores (100%) e nas redes de Transporte de grande e pequena distribuição, 50% no seu conjunto.

Face à baixa execução do Plano de Investimentos, foi criado a 11 de dezembro de 2025 um grupo de trabalho com o objetivo de analisar as causas, quer internas quer externas, e apresentar eventuais medidas mitigadoras, rever a matriz de priorização de investimentos, bem como rever a metodologia de elaboração da Proposta do Plano Estratégico Plurianual de forma que esta seja mais ajustada à efetiva capacidade de execução e de resposta do mercado.

Gráfico 11 - Investimento total a preços correntes 2021 a 2025



O Gráfico 12, apresentado de seguida, concentra dados relativos à evolução do investimento a custos técnicos, para o período compreendido entre 2021 e 2025.

Gráfico 12 - Investimento a custos técnicos de 2021 a 2025



Relativamente aos projetos de investimento realizados em 2025 e em curso, destacam-se como mais significativos os seguintes, por áreas de investimento:

PRODUÇÃO

- Central Termoeléctrica do Belo Jardim: revitalização do parque de combustíveis 2.ª fase;
- Reforço de Potência na ilha de São Jorge;
- Central Termoeléctrica do Pico: remodelação barramento 30kV, ampliação das instalações sociais e administrativas e substituição e reparação da cobertura dos edifícios da central;
- Central Termoeléctrica de Santa Bárbara: substituição dos grupos 3 e 4;
- Início dos trabalhos para preparação das especificações para Ampliação da Central Termoelétrica do Caldeirão.

TRANSPORTE E GRANDE DISTRIBUIÇÃO

Santa Maria

- Reconfiguração da linha Aeroporto – Santa Bárbara, com reforço da secção do troço subterrâneo à saída da subestação do Aeroporto;
- Interligação MT 10kV entre a subestação do Aeroporto e o ramal do Parque Eólico do Figueiral;
- Montagem de duas celas MT de 10 kV na Subestação do Aeroporto.

São Miguel

- Remodelação e ampliação de várias redes MT;
- Ampliação da subestação do Caldeirão (60/30 kV);
- Construção da subestação do Pico Vermelho (60/30 kV);
- Construção de infraestrutura subterrânea MT e apeamento da linha PS 31 da Central Hídrica dos Túneis e o PS 32 da Central Hídrica da Foz da Ribeira;
- Remodelação do troço de 30kV que liga Vila Franca às Furnas, entre o seccionador Caminho Novo II e o posto de seccionamento das Areias.

Terceira

- Remodelação da linha aérea Lajes-PT0187 para subterrâneo;
- Construção de linha de transporte 30kV entre a subestação da Vinha Brava e posto de corte e seccionamento do Pico Alto;
- Construção de infraestrutura subterrânea MT para linha Vinha Brava – Reguinho;
- Remodelação SCADA das subestações da ilha Terceira;
- Remodelação do troço 15 kV entre o PT30 e a Serreta.

Graciosa

- Remodelação do ramal aéreo do PT1016 e PT56 para subterrânea;
- Substituição de apoios MT.

São Jorge

- Ampliação da subestação do Caminho Novo;
- Construção da subestação no Pico da Urze;
- Reconfiguração MT das redes aéreas em linha com técnicas avifauna;
- Substituição de apoios MT.

Pico

- Construção de infraestruturas subterrâneas na Madalena;
- Remodelação da subestação da Madalena;
- Construção da subestação de São Roque (30/15 kV);
- Reconfiguração das saídas a 15kV para a nova subestação de São Roque;
- Construção de ramal MT para o novo PT no lugar do Cabrito;
- Ampliação redes MT aéreas e subterrâneas.

Faial

- Construção de infraestruturas subterrâneas na cidade da Horta;
- Remodelação da subestação de Santa Bárbara;
- Remodelação da rede subterrânea MT a 15kV da cidade da Horta – 3.ª fase.

Flores

- Sistema de alimentação contínua redundante para o posto seccionamento de Santa Cruz;
- Eletrificação de celas MT na subestação das Lajes;
- Ampliação redes MT aéreas.

Corvo

- Ampliação redes MT aéreas.

PEQUENA DISTRIBUIÇÃO

- Remodelação e ampliação das redes aéreas e subterrâneas em BT e instalação de chegadas subterrâneas de São Miguel;
- Ampliação e remodelação das redes aéreas e subterrâneas e instalação de chegadas aéreas em BT da ilha Terceira;
- Ampliação das redes aéreas em BT da ilha do Pico;
- Eletrificação, substituição ou beneficiação de equipamentos elétricos BT;
- Projeto de instalação e gestão de contadores inteligentes BTN;
- Campanhas de substituição de luminárias VSAP (vapor de sódio de alta pressão) por LED.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O ano de 2025 foi marcado pelo sucesso do projeto da nova fatura comercial da EDA. Este projeto, a par dos projetos de *UpGrade* técnico aos sistemas SAP-ERP e SAP-ISU, constituiu um enorme desafio que obrigou a esforços significativos por parte dos recursos humanos da EDA, não apenas da equipa da Direção de Sistemas de Informação e Comunicações, mas também, muito em particular, das equipas das Direções Comercial, Finanças e Seguros e Gestão de Pessoas e, em geral, das restantes direções e empresas participadas.

Ainda como destaque à atividade dos Sistemas de Informação e Comunicações em 2025, adjudicaram-se os trabalhos de *UpGrade* técnico do sistema de backups da empresa e das "*FireWalls*" de proteção do perímetro externo, obras de avultado valor financeiro, mas, sobretudo, de avultada importância para a segurança da informação da empresa.

As principais ações de investimento referentes a Sistemas de Informação e Comunicações da EDA, foram as seguintes:

- Conclusão do Projeto de Evolução do Site da Internet da EDA;
- Nova fatura comercial;
- *UpGrade* técnico ao SAP-ERP;
- *UpGrade* técnico ao SAP-ISU;
- *UpGrade* Técnico à ferramenta de Gestão e Circulação Documental (RCD);
- Implementação de Solução de Autofaturação (PHC);
- Início dos trabalhos de remodelação do sistema de telefonia de voz fixa (VoIP);
- Renovação tecnológica de equipamentos de rede (*Switches* e *Routers*);
- Início dos trabalhos de *UpGrade* técnico do sistema de *backup*s da empresa;
- Início dos trabalhos de Remodelação do sistema de "*FireWalls*" de proteção do perímetro externo;
- Instalação de Infraestrutura *Cluster* de Servidores HPE para Solução *Smartmeters*;
- Implementação do Portal de Cliente de *Smartmeters* "*SmartEDA*" e componente "*Send2Cloud*";
- Continuidade dos trabalhos de remodelação das redes rádio;
- Continuidade dos trabalhos de instalação de redes Wi-Fi nas centrais termoelétricas;
- Continuidade do processo de renovação tecnológica de equipamentos informáticos de postos de trabalho e impressoras.

REDES INTELIGENTES

No final de abril de 2024 foi formalizado o contrato para o projeto de investimento de conceção, fornecimento, instalação, ensaios e colocação em serviço da estrutura de contadores inteligentes. Dá-se assim início à implementação do projeto para a instalação das redes inteligentes nos Açores, cuja conclusão se prevê até ao final de 2028.

No decorrer de 2025 foi iniciada uma primeira fase do projeto, que se encontra na etapa final. Esta integrou diversas vertentes, tendo sido desenvolvida uma campanha de comunicação com os clientes e uma aplicação móvel para execução das ordens de serviço do projeto. A adequação desta aplicação para o processamento de todas as ordens de serviço com clientes está ainda em curso.

Em 2025, já se ultrapassou a meta de instalação de 10 mil contadores definida para a primeira fase de implementação.

Paralelamente, procedeu-se à instalação do parque de servidores e à operacionalização do software de gestão dos contadores, encontrando-se a decorrer os ajustes finais. Segue-se a fase de testes de aceitação, garantindo o funcionamento adequado dos sistemas implementados.

A instalação dos contadores previstos já ultrapassou a meta definida de 10 mil contadores para a primeira fase. Foram, também, instalados cerca de 70 armários com concentradores em postos de transformação, iniciando-se a infraestrutura necessária para o funcionamento das redes inteligentes.

Durante a implementação e adaptação do *software* de gestão dos contadores, assegurou-se a criação de automatismos para efeitos de faturação e atualização do Portal de Cliente. Este portal foi igualmente desenvolvido ao longo desta fase, o que irá proporcionar aos clientes acesso facilitado e atualizado a informações relevantes.

Durante 2026, e até finais de 2028, a EDA continuará a substituir o parque de contadores tradicionais e a instalar os sistemas e equipamentos necessários para a criação da infraestrutura necessária para a integração dos novos contadores.

OUTROS INVESTIMENTOS

A rubrica de Outros investimentos inclui:

- 1,8 milhões de euros, referentes a Estudos, Projetos e Outros;
- 1,3 milhões de euros de aquisições diretas, dos quais 0,1 milhões de euros referem-se à cedência de equipamentos.

Salientam-se também as beneficiações e remodelações de ativos incluídos em Estudos, Projetos e Outros:

- Novo edifício administrativo da EDA no Caminho da Levada;
- Beneficiação do edifício sede;
- Beneficiação do edifício na ilha de Santa Maria;
- Medidas preventivas de risco de queda na ex-central de Ponta Delgada.

3 . EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A Demonstração do Rendimento reflete o desempenho económico obtido no ano de 2025 e no ano de 2024, além da variação de resultados, em termos absolutos e percentuais.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO

Tabela 11 - Demonstração dos resultados da EDA, em 2024 e 2025

10³ EUR

Atividade	2025	2024	Var. 2025-24	Var.% 2025-24
Vendas e serviços prestados	287 334,2	264 565,6	22 768,5	8,6%
Subsidios à exploração	12,0	95,1	(83,1)	(87,4%)
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e associadas	8 463,7	11 079,6	(2 615,8)	(23,6%)
Trabalhos para a própria entidade	6 010,6	5 164,1	846,5	16,4%
Outros rendimentos	11 589,2	7 112,9	4 476,3	62,9%
Rendimentos Operacionais	**313 409,7**	**288 017,3**	**25 392,5**	**8,8%**
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	147 911,8	135 698,8	12 213,0	9,0%
Fornecimentos e serviços externos	36 079,9	26 259,9	9 819,9	37,4%
Gastos com o pessoal	38 374,2	37 301,5	1 072,7	2,9%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	82,5	61,2	21,4	35,0%
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversões)	125,3	225,8	(100,4)	(44,5%)
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	31 016,5	30 067,6	949,0	3,2%
Outros gastos	35 852,2	31 554,0	4 298,2	13,6%
Gastos Operacionais	**289 442,6**	**261 168,8**	**28 273,7**	**10,8%**
Resultado Operacional	**23 967,2**	**26 848,5**	**(2 881,3)**	**(10,7%)**
EBITDA	54 983,7	56 916,0	(1 932,3)	(3,4%)
Resultados financeiros	(11 693,8)	(15 816,9)	4 123,1	(26,1%)
Resultado antes de impostos	12 273,3	11 031,6	1 241,8	11,3%
Imposto sobre o rendimento do período	868,5	600,4	268,1	44,6%
Resultado líquido do período	**11 404,8**	**10 431,1**	**973,7**	**9,3%**

ANÁLISE DOS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Em 2025, o resultado líquido da EDA atingiu os 11,4 milhões de euros.

Em 2025, o resultado líquido da EDA fixou-se nos 11,4 milhões de euros, registando um acréscimo de aproximadamente 1 milhão de euros face aos 10,4 milhões de euros do ano anterior.

Esta variação reflete o aumento nos proveitos gerados de 25,4 milhões de euros, montante inferior ao acréscimo dos gastos operacionais, dando origem a um EBIT 10,7% inferior ao de 2024. O EBITDA diminuiu de 56,9 milhões de euros em 2024 para os 55 milhões de euros em 2025.

Os resultados obtidos estão profundamente influenciados pelo reconhecimento extraordinário pelo Regulador de 95% das perdas que resultariam da aplicação do mecanismo regulatório de determinação de custos eficientes com a aquisição de fuelóleo, no valor de 8,9 milhões de euros. Por forma a mitigar

o seu impacte económico e financeiro, a estimativa da ERSE para essas perdas foi incluída na compensação tarifária de 2026 e o seu reconhecimento definitivo ocorrerá no ajustamento aos proveitos permitidos de 2025, em tarifas de 2027.

Adicionalmente, os juros de mora faturados, no valor de 5 milhões de euros, relativos à divida vencida paga pelos três hospitais públicos da região em 2025, apresentam também um forte impacte nos resultados obtidos no corrente exercício.

O volume de negócios totalizou 287,3 milhões de euros, acima dos 264,6 milhões de euros do ano anterior, evidenciando um crescimento de 8,6%. Esta variação reflete o aumento registado na compensação tarifária, no valor de 18,3 milhões de euros. Os serviços prestados totalizaram 19,6 milhões de euros (18,4 milhões de euros em 2024), sendo os serviços de construção, no âmbito das atividades concessionadas (IFRIC 12), registados nesta rubrica, no valor de 18 milhões de euros, montante que compara com 16 milhões de euros no ano anterior.

Em 2025, o resultado líquido da EDA atingiu os 11,4 milhões de euros.

A venda de energia elétrica aumentou 2,4% entre 2024 e 2025, sendo esta influenciada pelo crescimento de 1,6% da procura de eletricidade. Do total das vendas, 102 milhões de euros correspondem a fornecimentos de energia em baixa tensão, sendo os restantes 36,2 milhões de euros associados a fornecimentos em média tensão. A compensação tarifária, em 2025, atingiu os 129,5 milhões de euros (111,2 milhões de euros em 2024). A variação resulta, sobretudo, do aumento dos proveitos permitidos, designadamente, com os custos com combustíveis em 9 milhões de euros, com gastos com manutenções de centros produtores em 4,6 milhões de euros, com gastos relativos a licenças de emissão de CO_2 em 4 milhões de euros e custos de exploração em cerca de 2,5 milhões de euros.

Os ganhos resultantes das participações da EDA nas associadas[7] apresentam uma diminuição de 2,6 milhões de euros, para o qual contribuiu a variação nos resultados líquidos de 2025 das associadas EDA Renováveis, GLOBALEDA e SEGMA, face a 2024.

Os trabalhos para a própria empresa atingiram 6 milhões de euros em 2025, 16,4% acima do valor do ano anterior.

A rubrica outros rendimentos e ganhos registou 11,6 milhões de euros (7,1 milhões de euros em 2024) e comporta 5,4 milhões de euros de juros por atrasos no pagamento, juros especializados relativos aos montantes de compensação tarifária, rendimentos provenientes da cedência de utilização das linhas e redes da EDA (2 milhões de euros), rendas associadas à cedência de edifícios e o valor correspondente à amortização dos subsídios ao investimento (2,4 milhões de euros).

[7] O desempenho de cada uma das empresas do Grupo é analisado no capítulo 4 – Desempenho.

Ao nível dos gastos operacionais, entre 2024 e 2025, registou-se um aumento de 28,3 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 10,8%. Este crescimento resulta essencialmente da subida dos gastos com combustíveis, dos fornecimentos e serviços externos (FSE) e dos outros gastos e perdas, que em conjunto representam aproximadamente 25 milhões de euros do aumento total verificado.

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) totalizou 147,9 milhões de euros, o que revela um acréscimo de 9%, em relação a 2024 (135,7 milhões de euros). O acréscimo de custos associados ao novo contrato de aquisição de fuelóleo, conjugado com o aumento do consumo de fuelóleo e gasóleo, teve impacto direto nos custos com combustíveis utilizados na produção de energia elétrica, que atingiram 95,7 milhões de euros em 2025, representando um crescimento de 12,8% comparativamente aos 84,9 milhões de euros do ano anterior. Foram consumidos mais 3 838 toneladas de fuelóleo e 568 quilolitros de gasóleo do que em 2024. Os custos médios destes combustíveis registaram aumentos de 9,2%, no caso do fuelóleo de 8,5% no caso do gasóleo, correspondendo a custos médios de 639,48 euros por tonelada e de 1.300,34 euros por quilolitro, respetivamente.

O custo com a energia adquirida a terceiros foi de 35,7 milhões de euros, mais 0,5% que no ano precedente. Do total de energia adquirida, 28,3 milhões de euros (29,4 milhões de euros em 2024) dizem respeito à EDA Renováveis, com destaque para a energia de origem geotérmica que atingiu os 19 milhões de euros em 2025.

A grave avaria que ocorreu na Central Termoeléctrica do Caldeirão, na ilha de São Miguel, e que originou a crise energética entre finais de setembro e meados de outubro de 2024, teve ainda repercussões na atividade da empresa em 2025 e nos seus gastos, nomeadamente, em materiais e fornecimentos e serviços externos. A resolução definitiva da situação implicou um conjunto de intervenções nos grupos 5, 6, 7 e 8, nomeadamente a substituição da cambota do grupo 6 e substituição de capas nos grupos 5, 7 e 8. De forma a garantir o contínuo fornecimento de energia, mantivemos em *stand-by* até 12 de março de 2025 uma central de emergência alugada, com potência de ponta de 6,2 MW, e entre 5 de setembro e 5 de novembro de 2025, outra central do mesmo tipo, com potência de ponta de 12,26 MW. Os fornecimentos e serviços externos (FSE) ascenderam a 36,1 milhões de euros, aumentando 9,8 milhões de euros, comparativamente ao valor de 2024, o que representa um acréscimo de 37,4%. De salientar que o valor desta rubrica se encontra fortemente influenciado pela adoção da IFRIC 12 (*International Financial Reporting Interpretations Committee*) – Contratos de concessão. De acordo com esta norma, os gastos com serviços de construção referentes aos investimentos em ativos inseridos nas

A crise energética registada no último trimestre de 2024 teve ainda repercussões na atividade da empresa em 2025 e nos seus gastos

atividades concessionadas de transporte, distribuição de energia e gestão do sistema elétrico estão incluídos em fornecimentos e serviços externos. Neste âmbito, encontram-se registados cerca de 9,9 milhões de euros em 2025, mais 1,9 milhões de euros que no ano anterior. As rubricas de gastos com FSE com maior expressão são relativas a trabalhos especializados e conservação e reparação. Os trabalhos especializados, que comportam serviços relacionados com serviços informáticos e consultorias diversas, representam cerca de 27% do total de FSE. A rubrica de conservação e reparação engloba, essencialmente, gastos com a manutenção e reparação dos ativos técnicos que constituem a rede de transporte e distribuição e os centros electroprodutores.

Os gastos com o pessoal ascenderam a 38,4 milhões de euros, o que traduz um aumento homólogo de 1,1 milhões de euros, reflexo da atualização salarial realizada para corrigir a elevada inflação, com impacto no custo de vida, da periódica evolução de carreiras previsto no Acordo da Empresa, e da gestão criteriosa dos novos recrutamentos.

Os outros gastos registaram um aumento homólogo de 13,6%, alcançando cerca de 35,9 milhões de euros. Esta rubrica integra, entre outros, os custos associados às licenças de emissões de CO_2, no montante de 26,5 milhões de euros, face aos 22,6 milhões de euros de 2024. A variação positiva de 3,9 milhões de euros resulta essencialmente do aumento do custo médio de aquisição das licenças no mercado, tendo-se verificado, no mesmo período, um acréscimo de 4% no volume de emissões. Em 2025, o custo médio das licenças de CO_2 utilizadas situou-se em 74,26 euros/ton, isto é 8,4 euros/ton acima do custo de 2024. A cotação máxima em mercado atingiu os 86,3 euros/ton no dia 23 de dezembro de 2025.

Adicionalmente, a rubrica de outros gastos inclui 5,8 milhões de euros relativos a direitos de passagem pagos aos municípios[8], cerca de 2 milhões de euros referentes à contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE), bem como encargos com as taxas de exploração dos ativos afetos às atividades da produção e distribuição.

No final de 2025, os gastos de depreciações e amortizações atingiram os 31 milhões de euros, mais 949 milhares de euros do que 2024. O aumento verificado, resulta da entrada em exploração em 2024 de 25,5 milhões de ativos em curso e 30 milhões de euros em 2025.

Os encargos financeiros suportados (juros, comissões e impostos) referentes aos empréstimos contraídos pela empresa tiveram um decréscimo de 26% entre 2024 (15,8 milhões de euros) e 2025 (11,7 milhões de euros), acompanhando a diminuição da dívida em 2025 e do custo médio de financiamento que atingiu 3,30% em 2025 (3,65% em 2024).

[8] Em termos regulatórios, tem a natureza de um custo do tipo *pass-through*, sendo incluída nos proveitos permitidos da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica.

EVOLUÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

O Balanço da EDA para 2024 e 2025, que ilustra a posição financeira e a estrutura de capitais da empresa, é apresentado na tabela seguinte.

Tabela 12 - Balanço da EDA, em 2024 e 2025

10³ EUR

Atividade	2025	2024	Var. 2025-24	Var.% 2025-24
Ativos fixos tangíveis, Intangíveis e Propriedades de investimento	474 328,3	467 951,2	6 377,1	1,4%
Participações financeiras e outros investimentos	192 248,3	177 042,5	15 205,9	8,6%
Créditos a receber	12 052,1	-	12 052,1	-
Clientes	6 788,3	-	6 788,3	-
Ativos por impostos diferidos	4 446,4	3 510,8	935,6	26,6%
Ativo Não Corrente	**689 863,4**	**648 504,5**	**41 358,9**	**6,4%**
Inventários	21 353,5	24 590,3	(3 236,9)	(13,2%)
Clientes e outras contas a receber	47 475,6	69 942,8	(22 467,2)	(32,1%)
Diferimentos	588,5	550,4	38,1	6,9%
Caixa e depósitos bancários	413,2	1 196,1	(782,9)	(65,5%)
Ativo Corrente	**69 830,8**	**96 279,7**	**(26 448,9)**	**(27,5%)**
Ativo Total	**759 694,2**	**744 784,1**	**14 910,0**	**2,0%**
Capital Próprio	**310 570,7**	**290 345,0**	**20 225,7**	**7,0%**
Financiamentos obtidos	278 871,4	291 306,9	(12 435,5)	(4,3%)
Responsabilidades por beneficios pós-emprego	6 667,9	5 451,0	1 216,9	22,3%
Passivos por impostos diferidos	2 649,1	811,7	1 837,4	226,4%
Outras dívidas a pagar	4 473,6	16 407,4	(11 933,7)	(72,7%)
Passivo Não Corrente	**292 662,0**	**313 977,0**	**(21 315,0)**	**(6,8%)**
Fornecedores e Outras divídas a pagar	60 402,4	46 787,4	13 615,0	29,1%
Financiamentos obtidos	93 667,2	87 933,2	5 734,0	6,5%
Estado e outros entes públicos	2 391,8	5 741,6	(3 349,7)	(58,3%)
Passivo Corrente	**156 461,4**	**140 462,2**	**15 999,3**	**11,4%**
Total Passivo	**449 123,4**	**454 439,1**	**(5 315,7)**	**(1,2%)**
Total do capital próprio e passivo	**759 694,2**	**744 784,1**	**14 910,0**	**2,0%**

O ativo líquido total da EDA, em 2025, ascendeu a 759,7 milhões de euros, cerca de 15 milhões de euros acima dos 744,8 milhões de euros de 2024. O ativo não corrente (689,9 milhões de euros), que representa 91% do ativo total, superou em 41,4 milhões de euros o valor de 2024. Este aumento é explicado pela evolução das participações financeiras (191,9 milhões de euros, em 2025), com a adição de 15,2 milhões de euros que derivam da variação dos capitais próprios das participadas, nomeadamente, dos resultados líquidos do exercício, dos dividendos recebidos, e do ajustamento em ativos financeiros, com origem na subsidiária EDA Renováveis.

Adicionalmente, em créditos a receber, não corrente, o saldo de aproximadamente 12,1 milhões de euros é referente ao ajustamento à compensação tarifária estimado para 2025. Em clientes de ativo não corrente encontram-se registados, 6,8 milhões de euros referentes a juros de mora relativos a dívida vencida dos hospitais da região.

O total de ativos fixos tangíveis e intangíveis, líquidos de amortizações e depreciações (cerca de 69% do ativo não corrente), atinge cerca dos 474,3 milhões de euros, face aos 468 milhões de euros no ano anterior.

O ativo corrente com o valor de 69,8 milhões de euros, regista uma diminuição de 26,4 milhões de euros (27,5%), por via do decréscimo no agregado, clientes e outras contas a receber, responsáveis pela redução de 22,5 milhões de euros (32,1%). O saldo de clientes e outras contas a receber atingiu 47,5 milhões de euros, dos quais 28,6 milhões de euros são referentes a saldo a receber de clientes, nomeadamente 10,8 milhões de euros faturados a título de convergência tarifária. Este diminuiu significativamente, cerca de 31,8 milhões de euros, sendo 26 milhões de euros provenientes do recebimento da dívida em atraso dos hospitais da região, no último trimestre de 2025.

Encontram-se também incluídos em outras contas a receber 7,2 milhões de euros de energia referente a consumos do ano (em contador) a faturar em 2026, bem como 5,6 milhões de euros de ajustamento à compensação tarifária de 2024 e subsídio a receber do Programa LIFE IP CLIMAZ.

Os inventários diminuíram 3,2 milhões de euros. São essencialmente matérias-primas como o fuel, gasóleo, stocks de segurança e materiais para manutenções previstas aos equipamentos da EDA.

Os capitais próprios da EDA ascendem aos 310,6 milhões de euros, o que representa um acréscimo de cerca de 20,2 milhões de euros, dos quais 16 milhões de euros são referentes ao aumento em ajustamento/outras variações no capital próprio, com origem na subsidiária EDA Renováveis. Acresce ainda aplicação dos resultados líquidos do exercício anterior em resultados transitados. Em 2025 foram distribuídos dividendos no valor global de 5,2 milhões de euros.

Os capitais próprios da EDA totalizaram 310,6 milhões de euros, apresentando um acréscimo de 20,2 milhões de euros, face a 2024

Relativamente ao passivo, a EDA apresenta em 2025 um financiamento total, corrente e não corrente, no montante de 372,5 milhões de euros, 6,7 milhões de euros (1,8%) abaixo do valor do ano anterior. Salienta-se que 75% dos empréstimos apresentam maturidade superior a um ano.

As outras dívidas a pagar não correntes diminuíram em cerca de 11,9 milhões de euros relativamente a 2024, resultante da transferência para curto prazo do desvio tarifário de 2024 (11 milhões de euros) a devolver às tarifas em 2026 e da redução de 0,9 milhões de euros de imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento.

As responsabilidades por benefícios pós emprego aumentaram 1,2 milhões de euros (22,3%) para 6,7 milhões de euros. A variação resulta da conjugação da valorização obtida no fundo com o aumento das responsabilidades pela variação de pressupostos atuariais, nomeadamente da taxa de crescimento salarial.

No passivo corrente, o agregado de fornecedores e outras dívidas a pagar aumentou 13,6 milhões de euros (29,1%), fundamentalmente por conta do acréscimo relativo ao desvio tarifário de 2024, acima

mencionado, e a um aumento do valor da dívida corrente a fornecedores de investimentos em 2,9 milhões de euros comparativamente ao ano anterior.

RESULTADOS DO PERÍODO

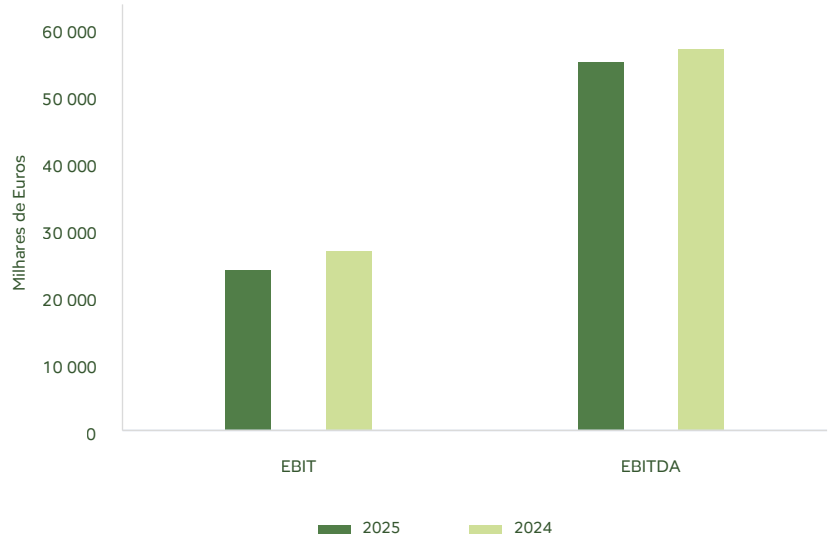
Tabela 13 - Resultados do período da EDA, em 2024 e 2025

10³ EUR

	2025	2024	Var. 2025-24	%
EBIT	23 967,2	26 848,5	(2 881,3)	(10,7%)
EBITDA	54 983,7	56 916,0	(1 932,3)	(3,4%)
Resultados financeiros	(11 693,8)	(15 816,9)	4 123,1	(26,1%)
Resultados antes de impostos	12 273,3	11 031,6	1 241,8	11,3%
Resultado Líquido do exercício	**11 404,8**	**10 431,1**	973,7	9,3%
Resultado por ação (€/ação)	**0,815**	**0,745**	0,07	9,3%

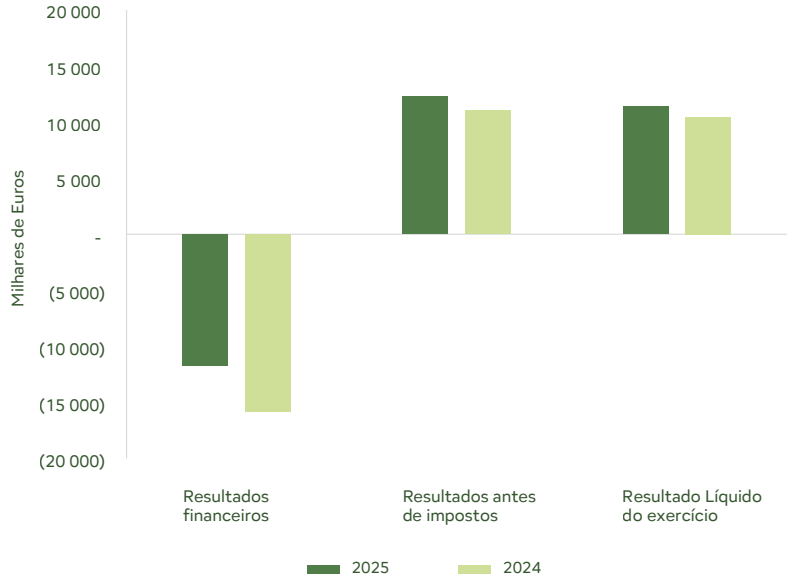
Em 2025, o resultado operacional (EBIT) ascendeu a cerca de 24 milhões de euros (26,8 milhões de euros em 2024), o que representa um decréscimo de 10,7%, explicado pelo maior aumento dos gastos operacionais (28,3 milhões de euros) em relação ao acréscimo dos proveitos operacionais de 25,4 milhões de euros. Os resultados operacionais antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) apresenta uma diminuição de 3,4% entre 2024 (56,9 milhões de euros) e 2025 (55 milhões de euros).

Gráfico 13 - EBIT e EBITDA, da EDA em 2024 e 2025



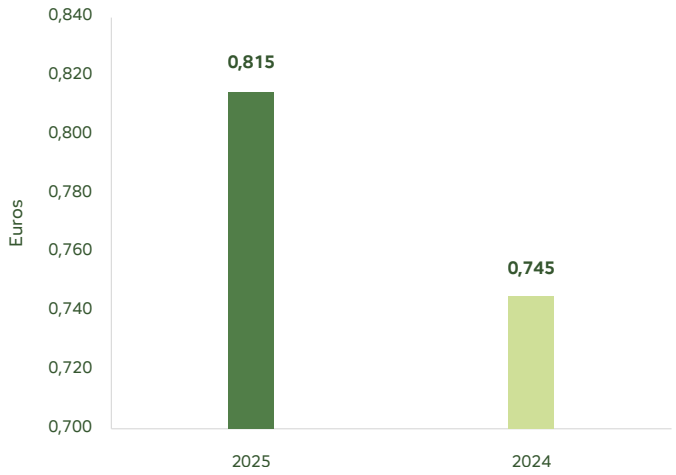
O resultado líquido do período ascendeu a 11,4 milhões de euros, traduzindo-se num acréscimo de 1 milhão de euros em relação ao período homólogo anterior.

Gráfico 14 - Resultados da EDA em 2024 e 2025



Tendo em conta o atual número de ações e rendimentos atingidos em 2025, o resultado por ação subiu para os 0,815 euros por ação, mais 0,07 euros face ao valor obtido em 2024 (0,745 euros por ação).

Gráfico 15 - Resultados por ação da EDA em 2024 e 2025



GESTÃO FINANCEIRA

No final de 2025 a dívida bancária da EDA ascendia a 318,6 milhões de euros, menos 8,9 milhões de euros do que em 2024. A dívida total atingiu 372,6 milhões de euros, menos 6,7 milhões de euros que a dívida registada no final de 2024, correspondendo esta diferença à utilização pela EDA dos fundos excedentários das associadas EDA Renováveis e SEGMA no montante de 54 milhões de euros.

Tabela 14 - Evolução da dívida financeira da EDA, em 2024 e 2025

10³ EUR

	2025			2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Papel Comercial	-	85 000	85 000	-	95 000	95 000
Empréstimos bancários	8 868	33 602	42 470	11 006	42 220	53 226
Obrigações	24 138	161 552	185 690	18 060	155 690	173 750
Contas Correntes Caucionadas	5 420	-	5 420	5 480	-	5 480
Outros empréstimos	54 000	-	54 000	51 790	-	51 790
	92 427	**280 154**	**372 580**	**86 336**	**292 910**	**379 246**
Juros a pagar - Empréstimos	1 241	-	1 241	1 597	-	1 597
Juros pagos (antecipação)	-	(1 282)	(1 282)	-	(1 603)	(1 603)
	93 667	**278 871**	**372 539**	**87 933**	**291 307**	**379 240**

Do total da dívida, os empréstimos obrigacionistas representam 49,8%, os Programas de Papel Comercial 22,8%, os empréstimos bancários (mercado interno e externo) 11,4%, e as contas correntes caucionadas 1,5%. Os outros empréstimos, onde são englobadas as cedências de fundos das participadas, representam 14,5% da dívida.

Tabela 15 - Custos e Proveitos Financeiros da EDA, em 2024 e 2025

10³ EUR

	2025	2024
Custos Financeiros [1]		
Juros Empréstimos	(10 234)	(14 117)
Comissões, Taxas aval e Outros	(1 460)	(1 700)
	(11 694)	**(15 817)**

[1] Inclui encargos financeiros capitalizados no montante de 2 807,04 mil euros

Os encargos financeiros associados ao serviço da dívida totalizaram no período 11,7 milhões de euros (incluindo encargos financeiros capitalizados no montante de 2,8 milhões de euros), menos 4,1 milhões de euros que os custos financeiros suportados em 2024.

Tabela 16 - Custo médio de financiamento EDA de 2008 a 2025

Evolução Custo Médio Dívida	
2008	4,99%
2009	2,91%
2010	2,60%
2011	3,53%
2012	4,76%
2013	3,69%
2014	2,95%
2015	2,28%
2016	1,29%
2017	1,25%
2018	1,34%
2019	1,27%
2020	1,27%
2021	1,20%
2022	1,32%
2023	3,60%
2024	3,65%
2025	3,30%

O custo médio da dívida da EDA foi de 3,30% em 2025 (3,65% em 2024). A EDA tem 72% da dívida a taxa variável indexada à Euribor (63,2% em 2024).

Em 2025, o custo médio da dívida da EDA foi de 3,3%.

Quanto às políticas de gestão de riscos seguráveis, assim como a contratação das apólices para sua cobertura e mitigação são coordenadas pela EDA e extensíveis a todas as empresas participadas que integram o grupo dos serviços partilhados.

No âmbito da sua ação social, o Grupo EDA tem dois planos de pensões em vigor, um de benefício definido e outro de contribuição definida. Para o financiamento das responsabilidades decorrentes dos complementos estão constituídos igualmente dois fundos de pensões. O fundo de contribuição definida é subscrito individualmente pela EDA, contribuindo também, em termos complementares, os próprios beneficiários. Em 2025, a empresa efetuou contribuições para este fundo no valor de 542,2 milhares de euros.

O fundo de benefício definido é totalmente financiado pela empresa e gerido por uma sociedade gestora de fundos de pensões de acordo com a política de investimentos definida no respetivo contrato de gestão. As responsabilidades com benefícios de reforma são calculadas anualmente com base em estudo atuarial efetuado por atuário independente. As contribuições para o fundo são determinadas pelo nível de financiamento das responsabilidades. No final de 2025, as responsabilidades a cargo do fundo eram de 41,5 milhões de euros. O valor do fundo ascendia a 41,3 milhões de euros, representando um nível de financiamento das responsabilidades a seu a cargo de 99,35%.

Nos termos das disposições previstas no Decreto-Lei n.º 12/2020, de 6 de abril, que estabelece o regime jurídico aplicável ao comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (CELE), bem como da Diretiva ERSE 29/2022, de 22 de dezembro que regulamenta os incentivos para a gestão otimizada das licenças de CO_2, procedeu-se, em 2025, à aquisição no mercado de 357.038 licenças de emissão de CO_2 (EUA's) pelo valor de 26,5 milhões de euros, para cobertura dos direitos de emissão do ano.

4 . INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE

4.1. Informação sobre a Sociedade e Órgãos Sociais

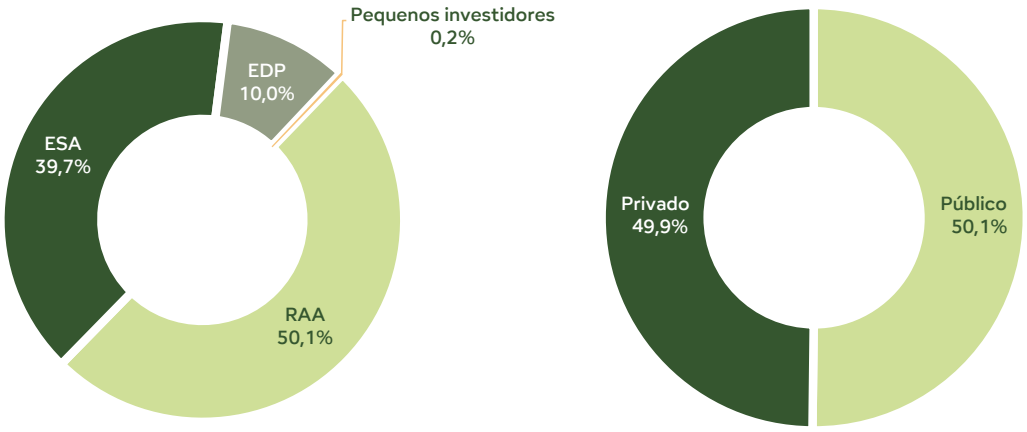
A EDA - Eletricidade dos Açores, S.A., constituída sob a forma de sociedade anónima e com sede em Ponta Delgada, na Rua Francisco Pereira Ataíde, n.º 1, é uma empresa pública que integra o setor público empresarial da Região Autónoma dos Açores. É-lhe aplicável o regime aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março. De acordo com o artigo 16.º daquele diploma, os relatórios anuais das empresas públicas regionais, além dos elementos que caracterizam as respetivas situações económicas e financeiras, deverão conter um conjunto de informações que, de seguida, se explicitam.

ESTRUTURA ACIONISTA

O Capital Social da EDA, no montante de 70 milhões de euros, é representado por 14 000 000 de ações, com o valor nominal de 5 euros cada.

A repartição do capital por investidor e tipo de investidor da estrutura acionista da EDA em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

Gráfico 16 - Estrutura Acionista



ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

As orientações estratégicas globais de gestão estão fixadas no Anexo I e Anexo II da Resolução do Conselho do Governo n.º 117/2017, de 27 de outubro.

As orientações estratégicas específicas da EDA estão vertidas no Plano Estratégico Plurianual e Orçamento que, anualmente, a Assembleia Geral aprova. No que respeita ao ano de 2025, a Proposta de Plano Estratégico Plurianual e do Orçamento para 2024 foi aprovada em Assembleia Geral, realizada em 20 dezembro de 2024, e encontra-se publicada no site da empresa (www.eda.pt), em Investidores > Assembleias Gerais.

ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

O Governo Societário da empresa, de acordo com o artigo 8.º do pacto social, tem a seguinte configuração: Assembleia Geral, Conselho de Administração e Órgão de Fiscalização. O Órgão de Fiscalização, de acordo com as modalidades previstas no artigo 21.º do pacto social, é constituído pelo Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não integra o Conselho Fiscal. O Conselho de Administração delegou numa Comissão Executiva a gestão corrente da sociedade.

De janeiro a dezembro de 2025 a composição dos Órgãos Sociais foi a seguinte:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente (Executivo): **Paulo Jorge da Costa André**
Administrador (Executivo): **Francisco Manuel Sousa Botelho**
Administrador (Executivo): **Rodrigo Rebelo Costa**
Administrador (Executivo): **João Carlos Santos Correia**
Administradora (Executiva): **Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda**
Administrador (Não Executivo): **António Félix Flores Rodrigues**
Administradora (Não Executiva): **Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt**
Administradora (Não Executiva): **Joana Oliveira Freitas**
Administrador (Não Executivo): **Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira**

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: **João António Câmara Correia**
Vice-Presidente: **Nuno Frade Correia da Silveira Serejo**
Secretário: **José Emanuel Lopes Fernandes**

CONSELHO FISCAL

Presidente: **Catarina Isabel Furtado Pacheco**
Vogal Efetivo: **Carlos Eduardo Ferreira Oliveira**
Vogal Efetivo: **João Manuel Beliz Trabuco**
Vogal Suplente: **Maria Olinda Soares Aguiar**

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

R. Cordeiro & Associado, SROC, Lda., inscrita na OROC com o n.º 292 e na CMVM com o n.º 20161585, representada por Rúben Mota Cordeiro (ROC n.º 1670)

PRINCIPAIS ELEMENTOS CURRICULARES DE CADA UM DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO;

Eng.º Paulo Jorge da Costa André: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, ramo de Energia e Sistemas pelo Instituto Superior Técnico, em 1999. Pós-Graduação em Ambiente, Saúde e Segurança pela Universidade dos Açores, em 2005. Iniciou em novembro de 1999 a sua atividade profissional como Técnico Comercial na SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., empresa do Grupo EDA. Ingressou na EDA - Electricidade dos Açores, S.A. em janeiro de 2001 como Quadro Superior, onde desempenhou diversas funções até à data. Apoio de Engenharia na Direção de Produção entre 2001 e 2003. Gestor de Projeto na Direção de Produção entre 2004 e 2006. Chefe de Departamento de Construção de Equipamentos de Produção entre 2006 e 2015. Diretor de Construção de Infraestruturas e Equipamentos entre 2015 e 2021. Administrador Executivo da EDA entre março de 2021 e junho de 2023. Vogal do Conselho Diretivo da ELECPOR – Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico, desde maio de 2025, em representação da EDA. Acumula a atual função com os

cargos de Presidente do Conselho de Administração da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A., desde março de 2023, e de Presidente do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A., desde junho de 2023.

Eng.º Francisco Manuel Sousa Botelho: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica, ramo de Produção, Transporte e Distribuição de Energia, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1985. Participou no Programa Avançado de Gestão para Executivos da Universidade Católica Portuguesa, em 1994/1995. Quadro Superior da EDA – Electricidade dos Açores, S. A., desde 1986, foi requisitado pela Direção Regional de Energia da Secretaria Regional da Economia, entre 1989 e 1990, onde trabalhou, entre outros, no Plano Energético Regional. Foi Chefe do Serviço de Planeamento da EDA, entre 1995 e 1997, ano a partir do qual passou a membro do Conselho de Administração, durante dezassete anos, tendo representado a empresa na negociação dos sistemas de convergência dos preços da energia elétrica entre as regiões autónomas e o continente e na entrada da EDP no capital social da EDA como parceiro estratégico. Foi, ainda, membro do Conselho de Administração da GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A., Gerente da EEG – Empresa de Electricidade e Gás, Lda., Vogal e Presidente da Direção da Fundação Engenheiro José Cordeiro, Presidente da Assembleia Geral da TV Cabo – Açores, Presidente da Assembleia Geral da SOGEO – Sociedade Geotérmica dos Açores, S.A., Membro do Conselho de Administração da ARENA – Agência Regional de Energia da Região Autónoma dos Açores, Presidente da Assembleia Geral da Geoterceira, S.A. e Presidente da Assembleia Geral da GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.. É Membro do Conselho Consultivo da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

Dr. Rodrigo Rebelo Costa: Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, em 2019. Em 2020, concluiu a pós-graduação em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade, pela mesma instituição. Entre 2020 e 2021, foi Professor Assistente Convidado na Faculdade de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, lecionando a disciplina de Microeconomia I. De 2020 a 2023, exerceu funções como Controller no Departamento de Logística da Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A.. Em 2024, concluiu a pós-graduação em Excelência e Sustentabilidade na Gestão de Serviços, pela Escola Superior de Tecnologias e Administração da Universidade dos Açores.

Eng.º João Carlos Santos Correia: Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e Computadores pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1989. Exerceu os seguintes cargos: Responsável pelo Serviço Coordenador de Redes e Centrais (Despacho) de São Miguel entre 1990 e 2000. Responsável pela condução e manutenção do Transporte e Subestações 60/30/10 kV de São Miguel entre 1995 e 1998. Responsável pela Direção de Serviços de Produção e Transporte do Centro de Exploração de São Miguel entre 1999 e 2000. Responsável pela Condução de Centrais dos Grupos Oriental e Ocidental da Direção de Produção entre 2001 e 2005. Responsável pela Gestão do Sistema Elétrico da EDA, entre 2006 e 2008. Responsável pela Direção de Exploração da Distribuição entre 2009 e 2014. Integra a Gerência da SEGMA desde 5 de novembro de 2014.

Dr.ª Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda: Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores. Funções na EDA: Técnica Superior, com funções no Departamento Central de Coordenação Económica (Planeamento) de 7 setembro de 1987 até 17 de janeiro de 1991 e no Centro de Exploração de São Miguel e na Direção de Estudos e Desenvolvimento (Investimentos) de 1996 a 2000, Coordenadora do Grupo de Atividades de Gestão Financeira e Seguros de janeiro de 2001 até 31 de dezembro de 2009, Coordenadora do Gabinete de Auditoria Interna de 1 de janeiro de 2010 a 11 de julho de 2013; Diretora de Finanças e Seguros de 2013 a 2021. Na Secretaria Regional da Habitação e Obras Públicas, foi Diretora Regional da Habitação de 2 de dezembro de 1994 até outubro de 1996 e Diretora do Gabinete de Organização e Gestão Financeira de 18 de janeiro de 1991 até 1 de dezembro de 1994. Presidente da Assembleia Geral da ELECPOR – Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico, desde maio de 2025, Acumula a atual função com o cargo de Administradora da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S. A., desde março de 2023 e de Administradora da EDA Renováveis, S.A. desde julho de 2024.

Prof. Doutor António Félix Flores Rodrigues: Licenciado em Física, em 1986, pela Universidade de Lisboa, com Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica em Biofísica pela Universidade dos Açores com orientação da Universidade de Coimbra, em 1994. Doutorado em Ciências do Ambiente – Ramo Poluição Atmosférica, em 2001, pela Universidade dos Açores com orientação da Universidade de Aveiro, é Professor Auxiliar da Universidade dos Açores, onde exerceu os cargos de Diretor dos Cursos de Engenharia do Ambiente, de Engenharia e Gestão do Ambiente e de Mestrado em Engenharia do Ambiente entre 2001 e 2018 e de membro do Conselho Geral da Universidade dos Açores em dois mandatos consecutivos entre 2015 e 2021. Lecionou disciplinas nos cursos de: Engenharia Agrícola, Engenharia Zootécnica, Engenharia do Ambiente, Mestrado em Engenharia do Ambiente, Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza, Mestrado em Engenharia e Gestão de Sistemas de Água, Mestrado em Ambiente Saúde e Segurança, Mestrado em Ensino de Física e Química, Engenharia e Gestão do Ambiente, Doutoramento em Gestão Interdisciplinar da Paisagem (Universidade dos Açores, Universidade de Évora e Instituto Superior de Agronomia), Preparatórios de Ciências da Nutrição (parceria com a Universidade do Porto), Preparatórios de Medicina Veterinária (parceria com a Universidade Técnica de Lisboa), Preparatórios de Ciências Farmacêuticas (parceria com a Universidade do Porto), Licenciatura em Tecnologia Agro-Alimentar, Licenciatura em Guias da Natureza, Licenciatura em Natureza e Património, Licenciatura em Enfermagem e Licenciatura em Energias Renováveis, todos da Universidade dos Açores, para além de outros cursos não conferentes de grau. Coordenou e colaborou em mais de uma dezena de projetos de investigação científica com universidades portuguesas e estrangeiras e foi membro da Comissão Organizadora de vários Congressos Nacionais e Internacionais. Participou na Missão Portuguesa de Ensino na Universidade Díli em Timor-Leste em 2001. Possui um vasto conjunto de artigos científicos publicados em diversos domínios científicos e orientou dezenas de teses de mestrado e dois doutoramentos. Foi vogal do Conselho de Administração da Empresa Municipal Culturangra, entre 2009-2010 e Deputado à Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores entre 2014 e 2015.

Dr.ª Joana Oliveira Freitas: É uma profissional do setor da energia, com uma carreira como executiva em operações e área financeira de infraestruturas, tendo trabalhado nos setores aeroportuário, imobiliário e da energia, após iniciar a sua vida profissional como consultora da *McKinsey & Company*, onde trabalhou sete anos em Londres, Rio de Janeiro e Lisboa. Licenciada em Economia pela Universidade de Economia do Porto, com um MBA pelo INSEAD, completou em 2019 o *Future Grid Managers Programme*, pela *Florence School of Regulation* e *Vlerick Business School*.

Dr.ª Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt: Licenciada em Administração de *Marketing* – Especialidade Bens de Grande Consumo, pelo Instituto Português de Administração e *Marketing* (IPAM). Exerce funções de Coordenadora de Segurança, Património & Logística, na Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, desde 2013 e de Secretária Executiva do Conselho de Administração desde abril de 2011.

Dr. Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira: Licenciado em Economia, pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, em 1992. Doutorado em Economia, pela *University College London*, *University of London*, em 1999. Assistente Convidado da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, entre 1992 e 1995. Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro, entre 2000 e 2001. Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, entre 2003 e 2004. Consultor da *The Boston Consulting Group*, entre 2001 e 2003, com projetos na área da Energia, Banca e Distribuição de bebidas, entre outros. Assessor do Ministro da Economia, entre 2002 e 2004, em particular para as áreas da Energia e Telecomunicações. Assessor do Ministro da Economia, entre 2004 e 2005, para a área da Energia. Diretor na Direção de Regulação e Tarifas, do centro corporativo da EDP, entre 2005 e 2018. Diretor da Direção *Competition & Energy Policy*, do centro corporativo da EDP, desde 2018. Representante da ELECPOR, primeiro no *Working Group Wholesale Market* e presentemente no *Markets & Investments Committee* da EURELECTRIC.

CARGOS OCUPADOS PELOS ADMINISTRADORES NOUTRAS EMPRESAS:

Eng.º Paulo Jorge da Costa André: Presidente do Conselho de Administração da GLOBALEDA, S.A., a partir de 31 de março de 2023, e da EDA Renováveis, S.A., a partir de 30 de junho de 2023.

Eng.º Francisco Manuel Sousa Botelho: Administrador da EDA Renováveis, S.A. a partir de 5 de março de 2021. Gerente da SEGMA a partir de 31 de março de 2023.

Dr.ª Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda: Administradora da GLOBALEDA, S.A. a partir de 31 de março de 2023; Administradora da EDA Renováveis, S.A. desde 1 julho de 2024, Membro do Conselho Fiscal do INOVA – Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores.

Eng.º João Carlos Santos Correia: Gerente da SEGMA a partir de 5 de novembro de 2014.

Prof. Doutor António Félix Flores Rodrigues: Administrador da EDA Renováveis, S.A..

INFORMAÇÃO SOBRE O MODO E AS CONDIÇÕES DE CUMPRIMENTO DE FUNÇÕES RELACIONADAS COM A GESTÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE GERAL

A EDA presta um serviço de interesse geral tendo-lhe sido cometida, em exclusivo, a concessão do transporte e da distribuição de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores. O contrato de concessão, outorgado no ano 2000, com a duração de 50 anos, regula o exercício desta atividade, a qual se encontra, também, sujeita à supervisão da ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

As atividades de produção, transporte e distribuição e comercialização de energia elétrica são reguladas, estando as competências de regulação destas atividades atribuídas à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE). Esta entidade estabelece os critérios e métodos para a formulação, cálculo e publicação das tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços, à definição das tarifas reguladas e estrutura tarifária e à determinação dos proveitos permitidos. As normas e parâmetros de regulação são definidos nos diversos regulamentos publicados pela ERSE, nomeadamente: Regulamento de Qualidade de Serviço, Regulamento de Relações Comerciais, Regulamento de Acesso às Redes e Interligações e Regulamento Tarifário. O serviço prestado aos clientes é objeto de avaliação e de elaboração de um relatório da qualidade de serviço que está disponível no site da empresa no endereço www.eda.pt.

EXERCÍCIO DE PODERES DE AUTORIDADE POR PARTE DE EMPRESAS QUE SEJAM TITULARES DESSE TIPO DE PODERES

A atividade concedida à EDA é considerada de utilidade pública. No corrente exercício não ocorreram processos de expropriação por utilidade pública.

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos Órgãos Sociais foram fixadas pela Assembleia Geral a 30 de junho de 2023, que determinou para o mandato 2023/25 as seguintes remunerações e benefícios sociais:

Administradores Executivos: A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 14 vezes por ano, é de:

a) Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva - 6.910,18 € (seis mil, novecentos e dez euros e dezoito cêntimos).;

b) Administrador Executivo - 6.622,26 € (seis mil, seiscentos e vinte e dois euros e vinte e seis cêntimos)

Administradores Não Executivos: A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 12 vezes por ano, é de 273,75 € (duzentos e setenta e três euros e setenta e cinco cêntimos). Três Administradores Não Executivos renunciaram à remuneração.

Membros do Conselho Fiscal: A componente fixa da remuneração mensal ilíquida, a processar 12 vezes por ano, é de:

a) Presidente do Conselho Fiscal – 600,00 €;

b) Vogal Efetivo do Conselho Fiscal – 400,00 €.

Membros da Mesa da Assembleia Geral: Estas funções não são remuneradas.

Os valores remuneratórios brutos e outros encargos dos Órgãos Sociais no ano de 2025 corresponderam a:

Orgão de Gestão	Remunerações Brutas	Benefícios Sociais e Encargos	Total
Orgão de Gestão Executivo 1	92 711,64 €	26 525,88 €	119 237,52 €
Orgão de Gestão Executivo 2	92 711,64 €	27 665,62 €	120 377,26 €
Orgão de Gestão Executivo 3	92 711,64 €	26 509,35 €	119 220,99 €
Orgão de Gestão Executivo 4	96 742,52 €	28 713,63 €	125 456,15 €
Orgão de Gestão Executivo 5	84 213,08 €	25 012,31 €	109 225,39 €
Orgão de Gestão Não Executivo 1	3 285,00 €	1 760,76 €	5 045,76 €
Conselho Fiscal 1	4 800,00 €	1 665,24 €	6 465,24 €
Conselho Fiscal 2	7 200,00 €	2 168,88 €	9 368,88 €
Conselho Fiscal 3	4 800,00 €	1 564,44 €	6 364,44 €

Os Administradores Executivos e os Administradores Não Executivos gozam dos benefícios sociais em vigor na Sociedade para os seus trabalhadores, previstos no acordo de empresa e respetivos regulamentos e que não estejam vedados pelo n.º 1 do artigo 31. ° do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de maio.

INDICAÇÃO DO NÚMERO DE REUNIÕES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO COM REFERÊNCIA SUCINTA ÀS MATÉRIAS VERSADAS

Durante o ano de 2025, o Conselho de Administração realizou 17 (dezassete) reuniões, onde participaram, regra geral, presencialmente, os Administradores Executivos e, através de videoconferência, os Administradores não Executivos. As matérias versadas respeitaram à definição e acompanhamento da execução da estratégia do Grupo EDA, feita pela apreciação das contas mensais da empresa e das suas subsidiárias, à apreciação dos Tableau de Bord mensais, à aprovação da proposta de Relatório e Contas do ano 2024, bem como da Proposta de Plano Estratégico Plurianual e do Orçamento para 2026. Previamente, a cada reunião do Conselho, são disponibilizadas todas as atas das reuniões anteriores da Comissão Executiva para acompanhamento, informações ou esclarecimentos que se entendam necessários. A delegação de competências na Comissão Executiva foi fixada em regulamento aprovado pelo Conselho de Administração, pela Deliberação 35/CA/2023, de 30 de junho.

As decisões de valor superior a 1,5 milhões de euros são da competência do Conselho de Administração. As decisões sobre participações sociais não são delegáveis na Comissão Executiva.

Na 1.ª reunião, realizada a 17 de janeiro, foi autorizada a aquisição e montagem da cambota do Grupo VI do Caldeirão, com valor estimado de 3,2 milhões de euros, e autorizado, conjuntamente com a Eda Renováveis, o lançamento de concurso público internacional para o fornecimento e montagem de equipamentos eletromecânicos da subestação da central geotérmica do Pico Vermelho, com preço base de 4,8 milhões de euros.

A 29 de janeiro, na 2.ª reunião, foram analisados as tarifas e os preços para o ano de 2025, bem como o cálculo do ajustamento tarifário do ano de 2023, aprovados pela ERSE, e foi autorizada a aquisição de Serviços de Manutenção SAP e Subscrição de Produtos SAP em Cloud com vista a assegurar a continuidade da atividade de suporte ao negócio da EDA, no valor 2,82 milhões de euros.

A 13 de fevereiro, em reunião extraordinária, foi autorizada a adjudicação do contrato para "Fabricação, fornecimento, desmontagem e montagem da cambota do grupo VI, incluindo assistência técnica e supervisão dos trabalhos, na central termoelétrica do caldeirão, ilha de São Miguel, Açores", no valor de 2,94 milhões de euros.

A 20 de fevereiro de 2025 foi deliberado lançar um concurso limitado por prévia qualificação com publicação internacional para a aquisição de transformadores de potência para as ilhas de São Miguel, Terceira, Pico e São Jorge – Açores com o valor estimado de 7,15 milhões de euros.

Foram adjudicados o contrato de empreitada de construção civil da subestação da Central Geotérmica do Pico Vermelho, Ribeira Grande, pelo valor de 1,6 milhões de euros, e o contrato para a aquisição por subscrição de serviços *cloud* e de licenciamento de SW em volume – 24CPI_microsoft - pelo valor total de 4,1 milhões de euros.

Na 5.ª reunião, ocorrida a 17 de março, foi aprovada a celebração de contrato interadministrativo com o Fundo Regional de Apoio à Coesão e Desenvolvimento Económico para assunção, pela EDA, na proporção do respetivo benefício, de parte dos encargos financeiros emergentes de contrato de fretamento de navio, celebrado entre o Fundo Regional de Apoio à Coesão e Desenvolvimento Económico e a Transinsular – Transportes Marítimos Insulares, S.A. com vigência até setembro de 2029, com encargo estimado de 6,7 milhões de euros. Foram aprovados os reconhecimentos de dívida e acordos de pagamento dos hospitais regionais, num total de 26,7 milhões de euros. Foi aprovada a revisão ao "Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva".

A 11 de abril de 2025 foi efetuada a 6.ª reunião. Foram aprovadas a proposta de Relatório de Gestão, Contas e Sustentabilidade e a Proposta de Aplicação de Resultados, relativas ao exercício de 2024. Foram analisados o *Tableau de Bord* Geral e o *Tableau de Bord* da Qualidade de Serviço, de janeiro a dezembro de 2024.

Para submeter à Assembleia Geral, foi aprovada a proposta de: 1) Delegar no Conselho de Administração competência para autorizar transferências orçamentais entre as diversas rubricas do orçamento aprovado, desde que o total anual não seja alterado e 2) Delegar no Conselho de Administração competência para autorizar reforços orçamentais quando o valor do orçamento se revele insuficiente para suprir o encargo adicional decorrente de fatores exógenos, tendo em conta a evolução da atividade, tais como combustíveis, lubrificantes, aquisição energia, licenças de CO_2, e manutenções das instalações de produção, bem como para fazer face a situações que coloquem em causa a segurança de abastecimento, devidamente fundamentado e justificado. Esta proposta mereceu aprovação da Assembleia Geral na reunião de 29 de abril.

A 28 de abril ocorreu a 7.ª reunião do Conselho de Administração.

Foi deliberado aprovar o Relatório de Avaliação Anual do Plano de Prevenção Riscos de Corrupção do Grupo EDA 2023-2025.

Considerando a necessidade de adquirir gasóleo para a exploração das Centrais Termoelétricas da EDA, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, com um valor estimado de 34,3 milhões de euros, foi autorizada a despesa correspondente, e adotado para escolha do adjudicatário o procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.

Tendo-se verificado que no dia 21 de setembro de 2024 o Grupo VI da Central Termelétrica do Caldeirão, com uma potência nominal de 16,8 MWe, sofreu uma avaria intempestiva, o que provocou a sua imobilização, estando a decorrer a sua reparação, sendo previsível a sua indisponibilidade até 27 de julho e, na eventual indisponibilidade de mais um grupo naquela central, e face ao aumento da ponta que se verifica nos meses de verão, não seria possível garantir fornecimento de energia à totalidade da ilha de São Miguel, foi autorizado proceder à locação de uma central de emergência com uma duração inicial de 2 (dois) meses, eventualmente prorrogável por sucessivos períodos de 1 (um) mês, até ao limite máximo de 6 (seis) meses, com um encargo estimado de 2,7 milhões de euros.

A 30 de maio de 2025 ocorreu a 8.ª reunião. Foram aprovados o Relatório e as contas intercalares do primeiro trimestre de 2025 e analisados o *Tableau de Bord* Geral e o *Tableau de Bord* da qualidade de serviço desse trimestre.

Foi ratificada a decisão de prorrogação do prazo de vigência do contrato de fornecimento de fuelóleo às centrais da EDA, pelo período de 3 (três) meses, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 2 da cláusula 3.ª do referido contrato.

Por outro lado, considerando a necessidade de adquirir fuelóleo para a corrente exploração das Centrais Termoelétricas da EDA e a deserção do anterior procedimento, aliada ao início de um novo período regulatório para 2026-2029, e considerando um período de vigência contratual máximo de 36 (trinta e seis) meses, a que está associado um valor estimado de 157,1 milhões de euros, foi deliberado adotar para a escolha do adjudicatário o procedimento de Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.

A 4 de julho de 2025 foi realizada a 9.ª reunião.

Foram analisadas as contas e o *Tableau de Bord* Geral e o *Tableau de Bord* da Qualidade de Serviço de janeiro a maio de 2025. Foram aprovadas Modificações Objetivas a vários contratos e lançados dois concursos públicos internacionais, um destinado ao Fornecimento e Montagem de Equipamentos Eletromecânicos da Subestação 30/15 kV da Madalena, ilha do Pico, com o valor estimado de 4,7 milhões de euros, repartido pela empreitada de construção civil com 1,7 milhões de euros e com 3 milhões de euros Equipamentos Eletromecânicos, e o outro destinado à realização da Empreitada de Fornecimento e Montagem de Equipamentos Eletromecânicos da Subestação da Central Geotérmica do Pico Vermelho, com um valor estimado de 4,9 milhões de euros, respeitando 1,3 milhões de euros à EDA e 3,6 milhões de euros à EDA Renováveis.

A 18 de julho de 2025 foi realizada a 10.ª reunião.

Foi autorizada a adjudicação do contrato de locação de central de produção de emergência com uma potência de 14,46 MVA (11,57 MWe) para a central termoelétrica do Caldeirão, na ilha de São Miguel, à empresa Powersil - Sistemas Industriais Electro-Mecânicos Lda., pelo preço contratual máximo global de 2,1 milhões de euros.

Foram, também, aprovadas, no âmbito do Concurso Público Internacional, para a celebração do contrato de fornecimento de Gasóleo para as Centrais Termoelétricas da EDA, as propostas apresentadas pelos concorrentes Galp Açores, Unipessoal Lda. e Repsol Portuguesa Lda. e adjudicadas as propostas apresentadas pelos seguintes Concorrentes:

- Lote 1 – Santa Maria, Lote 2 – São Miguel, Lote 3 – Terceira, à empresa GALP Açores, Unipessoal Lda.,
- Lote 4 – Graciosa, Lote 5 – São Jorge, Lote 6 – Pico, à empresa Repsol Portuguesa, Lda.,
- Lote 7 – Faial, Lote 8 – Flores e Corvo, à empresa GALP Açores, Unipessoal Lda.,

A 18 de agosto de 2025, o Conselho de Administração tomou conhecimento da carta da ERSE, datada de 8 de julho de 2025, acompanhada do Relatório de Monitorização Financeira (N.º Ref.ª: E-Técnicos-2025-1136) sobre a EDA e da carta de resposta remetida pela Comissão Executiva àquela entidade, onde fora salientado que, apesar de existirem fatores conjunturais a afetarem o equilíbrio económico-financeiro da EDA, a evolução que se perspetivava para os resultados das atividades reguladas da empresa indicavam que se estaria perante uma degradação estrutural desse equilíbrio caso a ERSE não ajuste, de forma significativa, a atual metodologia e parâmetros regulatórios, nomeadamente no reconhecimento dos custos com combustíveis e OPEX.

Foram aprovados o Relatório e as contas intercalares do primeiro semestre de 2025 e analisados o *Tableau de Bord* Geral e o *Tableau de Bord* da qualidade de serviço desse período.

Foi autorizada a despesa e a decisão de contratar a empreitada de reforço de potência na ilha de São Jorge – grupo 14 da central termoelétrica do Caminho Novo, Ilha de São Jorge, que se estimou em 5,4 milhões de euros, e adotado o procedimento de ajuste direto, nos termos da alínea a) do artigo 25.º do CCP e nos termos do disposto no artigo 25.º do Programa do Concurso que integrou o procedimento de Concurso Público realizado anteriormente.

Considerando a necessidade de adquirir Centrais de Emergência, com vista suprir a falta de energia em situações de catástrofe, bem como em situações de elevado consumo e procura de energia elétrica, o Conselho de Administração autorizou a despesa estimada de 3 milhões de euros e o lançamento de concurso público com a publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia para o fornecimento de 5 grupos de emergência e 8 subestações contentorizadas, e pela prestação dos serviços de formação, ensaios, transporte e colocação em serviço desses equipamentos.

Na sequência da inexistência de propostas ao concurso público efetuado para fornecimento de fuelóleo às centrais termoelétricas, o Conselho de Administração autorizou a contratação por ajuste direto desse fornecimento, para um período de seis meses, prorrogável por sucessivos períodos de três meses, até um máximo de doze meses de vigência do contrato, e com um valor estimado de 64,5 milhões de euros.

O Conselho de Administração deliberou, ainda, autorizar a aquisição de 105 mil contadores Inteligentes, autorizando a despesa no valor de 4,3 € milhões de euros, e adotar para a escolha do cocontratante o procedimento de Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.

A 8 de setembro de 2025 efetuou-se a 12.ª reunião do Conselho de Administração.

Foram aprovados os acordos de reconhecimento de dívida dos hospitais regionais e os acordos de cessão dos créditos com o Banco Santander Totta, S.A., no montante, respetivamente, de 10,1 milhões de euros, de 12,4 milhões de euros e de 3,6 milhões de euros, com o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, E.P.E.R., do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R. e do Hospital da Horta, E.P.E.R..

O Conselho de Administração analisou as contas de janeiro a julho de 2025.

O Conselho de Administração aprovou a proposta apresentada pelo Concorrente BENCOM, Armazenagem e Comércio de Combustíveis, S.A., e, em consequência, autorizou adjudicar a proposta para o fornecimento de fuelóleo às centrais termoelétricas da EDA – Electricidade dos Açores, S.A., incluindo ainda o transporte marítimo, até aos Açores, e rodoviário até às Centrais Caldeirão, Belo Jardim, Pico e Santa Bárbara, tramitação administrativa e cumprimento das obrigações perante a Autoridade Tributária e Aduaneira e operações de carga e descarga, resultando uma despesa total estimada no valor de 64,5 milhões de euros, determinado nos termos da cláusula 4.ª do caderno de encargos.

Foi autorizada a contratação da empreitada de construção da linha AT a 60 kV Ribeira Grande – Ponta Garça, freguesias de Conceição, Matriz, Ribeirinha, Porto Formoso, São Brás, Maia e Ponta Garça, Concelhos de Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, ilha de São Miguel, com vista ao fecho do anel de 60 kV com a Subestação 60/30 kV de Ponta Garça (SEPG), com convite a várias empresas de referência e especializadas em obras de construção de Linhas de Transporte de Alta Tensão em Portugal continental, com um preço base de 1,035 milhões de euros.

A 6 de outubro de 2025, foram analisados as contas e o *Tableau de Bord* Geral e o *Tableau de Bord* da qualidade de serviço referentes ao período de janeiro a agosto desse ano.

Foi aprovada a decisão de contratar e autorizar a despesa da empreitada de construção da subestação 30/15 kV da Madalena, ilha do Pico, com o preço base de 4,7 milhões de euros, e de adotar para efeitos de formação do contrato o procedimento de Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.

O Conselho de Administração deliberou aprovar, no âmbito do concurso limitado por prévia qualificação com publicação internacional para a aquisição de transformadores de potência para as ilhas de São Miguel, Terceira, Pico e São Jorge:

1. A admissão das propostas apresentadas pelos concorrentes "EFACEC Energia" e do agrupamento concorrente designado por o "MCA2 SUSTAINABILITY, S.A. / IBERGLOBAL";

2. A adjudicação da proposta apresentada pelo agrupamento concorrente designado por "MCA2 SUSTAINABILITY, S.A. / IBERGLOBAL", nos seguintes termos:

- Lote 1 (São Miguel) pelo preço de 1,7 milhões de euros e pelo prazo de 675 dias;
- Lote 2 (Pico) pelo preço de 973,1 milhares de e pelo prazo de 514 dias;
- Lote 3 (São Jorge) pelo preço de 732,7 milhares de euros e pelo prazo de 514 dias;
- Lote 4 (Terceira) pelo preço de 319,5 milhares de euros e pelo prazo de 629 dias.

Do que resulta uma despesa global com os presentes contratos no valor de 3,7 milhões de euros.
A 10 de outubro de 2025 o Conselho de Administração reuniu extraordinariamente para clarificar o teor de uma deliberação anterior.

A 27 de outubro de 2025, o Conselho de Administração analisou as contas de janeiro a setembro de 2025 e deliberou aprovar o Relatório de Avaliação Intercalar do PPR GEDA, 2023-2025.

Considerando a necessidade de adquirir peças de reposição para exploração dos motores dos grupos térmicos das Centrais Termoelétricas da EDA até 31 de dezembro de 2026, cujo valor se estimou que não ultrapasse o valor de 2,8 milhões de euros, repartindo-se em: 2 milhões de euros para Aquisição de Peças de Reposição para os Motores dos grupos térmicos e 776 milhares de euros para Aquisição de Peças de Reposição para os Turbocompressores dos grupos térmicos, o Conselho de Administração deliberou autorizar a despesa anteriormente referida e adotar para a escolha do adjudicatário os

procedimentos de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.
Foi também deliberado pelo Conselho de Administração contratar a aquisição de disjuntores de entrada de baixa tensão, autorizando a despesa correspondente, estimada em cerca de 1,6 milhões de euros, e adotar para escolha do adjudicatário o procedimento de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.

O Conselho de Administração autorizou a Contratação de Empreitada Contínua na Rede de Transporte e Distribuição da EDA 2026, e a despesa correspondente, no valor de 4,3 milhões de euros, para o ano de 2026, e determinou a adoção de um procedimento não vinculado com convite a 11 (onze) empresas regionais especializadas no setor de energia.

Deliberou, ainda, nessa reunião aprovar a celebração, formando com a EDA Renováveis, S.A., GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas Informação, S.A., e a SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção Lda., um agrupamento de entidades adjudicantes e autorizar a realização da respetiva despesa – que estima, para a contratação conjunta por todas as entidades, para o período de três anos, em 4,9 milhões de um contrato de seguro de saúde para colaboradores das empresas do Grupo EDA e respetivo agregado familiar – estes, mediante exercício de opção, nas condições previstas nas peças do concurso e do contrato;

A 4 de dezembro de 2025 o Conselho de Administração aprovou proposta de Plano Estratégico Plurianual e do Orçamento para 2026 a submeter à Assembleia Geral.

Também aprovou o Relatório de Execução Orçamental relativo ao período de janeiro a junho de 2025 e o Relatório e Contas intercalar até ao 3.º trimestre de 2025, bem como o *Tableau de Bord* Geral e o *Tableau de Bord* da qualidade de serviço referentes ao período de janeiro a setembro desse ano e as contas relativas a outubro.

O Conselho de Administração deliberou aprovar a admissão das propostas apresentadas pelos concorrentes Omnistal – Electricidade, S.A., Hitachi Energy Portugal, S.A., Sotécnica – Sociedade Electrotecnica, S.A. e Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A. e a provar a adjudicação do contrato de Fornecimento e Montagem de Equipamentos Eletromecânicos da Subestação 30/15 kV da Madalena, ilha do Pico, pelo valor de 2,6 milhões de euros, à empresa Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A.;

Considerando a necessidade de ampliação da Central Térmica do Caldeirão, São Miguel, Açores, para o que é imprescindível contratar a prestação de serviços de consultadoria e elaboração das especificações técnicas desse concurso público, o Conselho de Administração autorizou a despesa associada, estimada em 3,2 milhões de euros, e a sua contratação por procedimento de Concurso Público Internacional, com a publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.

Foi aprovada a adjudicação da aquisição de 105 mil contadores Inteligentes, nos seguintes termos: I) Adjudicação da proposta, LOTE 1 – Fornecimento de 89.250 contadores inteligentes monofásicos, à empresa Kaifa Technology Netherlands B.V., pelo valor global de 1,93 milhões de euros; ii) Adjudicação

da proposta, LOTE 2 – Fornecimento de 15.750 contadores inteligentes trifásicos, à empresa Kaifa Technology Netherlands B.V., pelo valor global de 683 milhares de euros.

Foi autorizado o procedimento de aquisição de armários equipados com concentrador de dados PLC Prime, router e antena, e a respetiva despesa no valor de 1,8 milhões de euros, e adotar para a escolha do cocontratante, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 do CCP, o procedimento de Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia;

O Conselho de Administração deliberou aceitar a proposta do Banco Montepio para um Empréstimo Obrigacionista por Oferta Particular de Subscrição no montante de 30 milhões de euros, para o prazo de 7 anos na modalidade de taxa variável.

A 18 de dezembro de 2025 foi efetuada a 17.ª e última reunião do Conselho de Administração em 2025. Foi aprovada a aquisição pela EDA da participação da SEGMA na EDA Renováveis, S.A., constituída por 15.089 ações daquela empresa e a proposta de distribuição pela SEGMA aos seus sócios, na proporção das participações, de resultados transitados no montante de 6 milhões de euros. Foram adjudicados os 8 lotes das empreitadas em contínuo às empresas vencedoras do respetivo procedimento. Foi adjudicada a prestação de serviços de seguro saúde para os colaboradores das empresas do Grupo EDA à empresa Generali Seguros, S.A., pelo valor global, para o número de trabalhadores e colaboradores considerado na proposta e para o período máximo de três anos, de 4,7 milhões de euros.

4.2. Ações próprias

Em 31 dezembro de 2025 a empresa não detinha ações próprias.

4.3. Negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não existem quaisquer situações previstas no artigo 397.º do CSC.

4.4. Sucursais da sociedade

A empresa não tem quaisquer sucursais.

4.5. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

O conflito entre os EUA, Israel e Irão no final de fevereiro de 2026, desencadeou uma subida significativa dos preços do petróleo e do gás e aumento da volatilidade nos mercados financeiros. A economia mundial está dependente dos fluxos de petróleo e gás natural do Médio Oriente que são, em grande medida, exportados através do Estreito de Ormuz. A paralisação do tráfego comercial neste estreito, a par da redução da capacidade produtiva e outros constrangimentos operacionais provocados pela guerra, contribuiu para a pressão sobre os preços destas matérias-primas. O preço do petróleo registou uma subida abrupta com o início da ofensiva militar. O impacto no preço do gás europeu foi ainda mais pronunciado, embora muito aquém do valor atingido em março de 2022 com a invasão da Ucrânia pela Rússia. Embora os envios de gás natural liquefeito através do Estreito se destinem principalmente à Ásia, estas perturbações condicionam o mercado global de petróleo e gás.

Na cadeia de abastecimento de equipamentos de produção, transporte e distribuição de energia elétrica, a intensificação do conflito pode provocar atrasos e encarecimento de materiais por via de disrupções logísticas (seguros, fretes, desvios de rotas). Em particular, equipamentos com longos prazos de fabrico podem ver os lead times aumentar, com impacto em calendários de manutenção, reforços de rede e novos investimentos. Adicionalmente, a subida do custo da energia e dos metais industriais tende a pressionar custos de fabrico. Atualmente, o grau de incerteza é elevado quanto à evolução do conflito e, consequentemente, sobre a magnitude e a duração dos seus efeitos sobre os preços das matérias-primas, os mercados financeiros e a confiança dos agentes económicos.

5 . VALORES CARACTERÍSTICOS – EDA

Gráfico 17 - Indicadores financeiros EDA, de 2021 a 2025

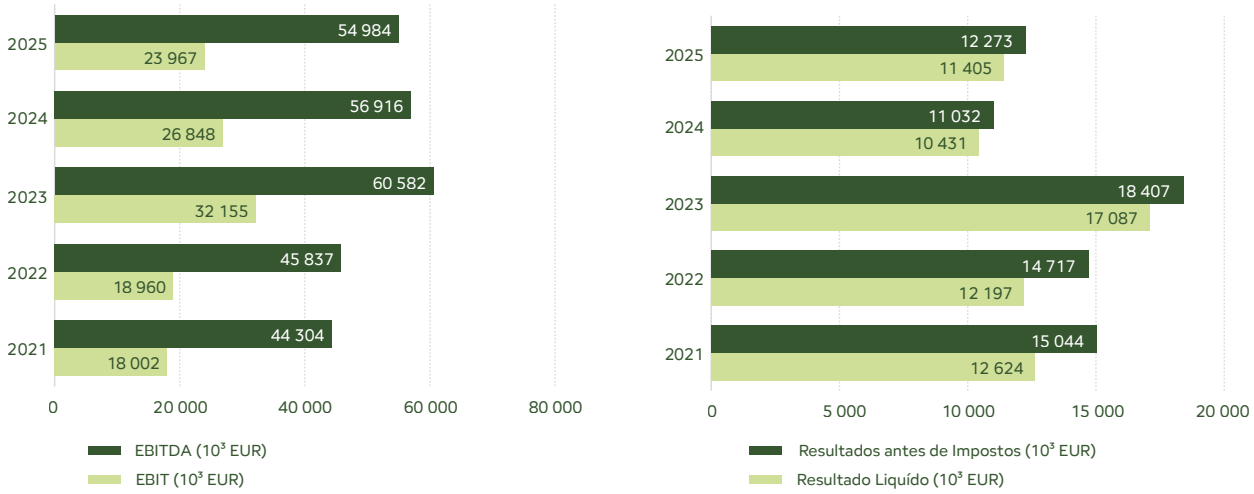
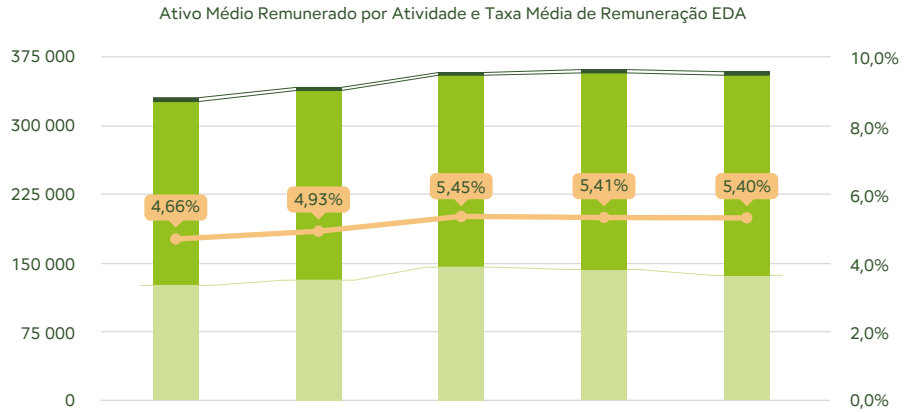


Gráfico 18 - Evolução da base de ativos regulada, por atividade e taxa média de remuneração de 2021 a 2025



	2021	2022	2023	2024	2025*
CEE (mil €)	4 093	3 348	3 072	3 640	3 947
DEE (mil €)	200 743	207 176	209 596	214 701	218 607
AEEGS (mil €)	125 454	131 000	145 266	142 822	136 273
T.M.Rem.EDA (%)	4,66%	4,93%	5,45%	5,41%	5,40%

*Valores estimados para o ano de 2025

Gráfico 19 - Remuneração do Ativo, por atividade, de 2021 a 2025

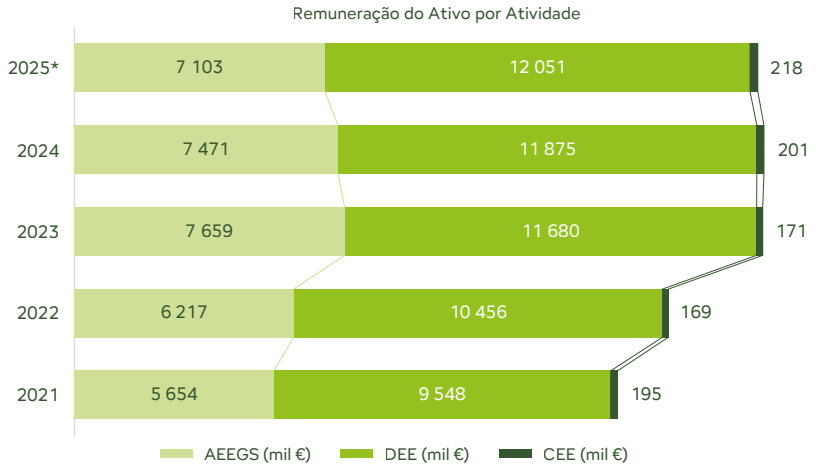


Tabela 17 - Indicadores de atividade, de 2021 a 2025

	2021	2022	2023	2024	**2025**
Emissão total (GWh)	809	823	836	861	880
Variação anual da emissão total (%)	5,1	1,8	1,5	3,1	2,1
Emissão térmica (GWh)	520	534	530	566	590
Variação anual da emissão térmica (%)	13,5	2,6	-0,7	6,8	4,2
Emissão renovável/recursos endógenos (GWh)	275	279	292	282	277
Variação anual de emissão renovável/recursos endógenos	-7,4	1,4	4,6	-3,6	-1,7
Consumo de serviços auxiliares (GWh)	19	20	20	20	20
Variação anual do consumo de serviços auxiliares (%)	1,0	1,7	-0,8	1,0	3,3
Consumo (GWh)[1]	761	768	788	809	822
Variação anual do consumo de eletricidade	5,8	0,8	2,62	2,7	1,6
Comprimento de linhas AT/MT (km)	2 082	2 088	2 101	2 115	2 124
Potência de transformação em PT (MVA)	626	628	635	643	656
Perdas na rede (%)	5,8	6,7	5,6	5,8	6,3
Tempo de interrupção equivalente da potência instalada da RAA (TIEPI) (hh:mm)[2]	1:57	1:57	1:57	1:04	1:44
Zona A	0:39	0:43	1:15	0:12	0:47
Zona B	0:52	1:17	0:51	0:22	1:18
Zona C	3:00	2:48	2:39	1:44	2:22
Número consumidores[3]	129 157	130 235	131 577	132 981	134 480
MT	768	817	814	937	1 074
BT	128 389	129 418	130 763	132 044	133 406

[1] Decorrente de procedimentos internos, os dados de consumo do fecho do exercício de 2022 não incluem cerca de 4 GWh de consumo de energia, motivado pelo atraso na disponibilização das leituras da telecontagem de alguns contratos de energia MT/BTE. O registo desta energia transitou para janeiro de 2023. Não contemplando esta energia em 2023, o consumo acumulado seria de 784 GWh, o que corresponderia a uma variação, face a 2022, de 1,6%. Em termos de nível de perdas, o valor das perdas nas redes seria de 6,1% e o valor de perdas totais seria de 8,4%.
[2] Inclui interrupções longas e curtas de todas as origens e naturezas.
[3] Inclui instalações de consumo próprio.

Tabela 18 - Número de trabalhadores da EDA, por género, de 2021 a 2025

	Género	2021	2022	2023	2024	**2025**
EDA		124	129	132	132	130
		666	656	652	642	649
Total		**790**	**785**	**784**	**774**	**779**

Inclui trabalhadores cedidos

Tabela 19 - Indicadores Económicos da EDA (matérias sociais)

	2021	2022	2023	2024	2025
Custos com pessoal (mil Eur)	30 953	31 286	32 985	34 821	35 915
Benefícios sociais (mil Eur)	1 964	2 044	2 524	2 480	2 460
Investimento direto com formação (mil Eur)	210	247	326	330	381
Investimento direto com formação por trabalhador (€/trabalhador)	265	314	415	427	489
Human Capital ROI[1] (€/trabalhador)	2,64	2,89	3,05	2,75	2,69

[1] Human Capital ROI = (Vendas e serviços prestados - CMVMC - FSE) / Gastos com Pessoal.
Este indicador representa o retorno do investimento efetuado com os trabalhadores.

6 . INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Santa Maria

		2021	2025
Superfície	(km²)	96,9	96,9
População Residente[1] [2]	(habitantes)	5 406	5 504
N.º de Instalações	(n.º)	3 997	4 115
Média Tensão		24	25
Baixa Tensão		3 853	3 971
Instalações de consumo próprio		6	5
IP		114	114
Consumo de Energia[3]	(MWh)	19 547	21 205
Domésticos		6 678	7 659
Comércio/ Serviços		7 784	8 930
Serviços Públicos		2 356	2 483
Industriais		1 324	1 436
Iluminação Pública		1 405	694
Mobilidade Elétrica		0	3
Emissão de Energia	(MWh)	20 657	22 589
Térmica a Gasóleo		17 166	21 519
Eólica		2 963	0
Fotovoltaica[4]		528	1 070
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	1 199	1 317
Ponta	(kW)	3576	3870
Vendas de Energia[5]	(euros)	3 009 874	3 650 086
Trabalhadores[6]	(n.º)	35	35
Potência Instalada em Centrais[7]	(kW)	9 007	7 507
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	91,2	95,2
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	19 970	22 580

[1] Censos 2021 publicado pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)
[2] Para o ano de 2025, considerada a estimativa 2024 INE (consultado em 2026)
[3] Inclui consumos próprios
[4] Inclui a produção independente e microgeração
[5] Não inclui compensação tarifária
[6] Trabalhadores ativos no final de cada ano
[7] Apenas incluí potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

São Miguel

		2021	2025
Superfície	(km²)	744,6	744,6
População Residente[1] [2]	(habitantes)	133 288	137 255
N.º de Instalações	(n.º)	66 086	68 977
Média Tensão		410	593
Baixa Tensão		64 929	67 620
Instalações de consumo próprio		23	25
IP		724	739
Consumo de Energia[3]	(MWh)	419 777	460 152
Domésticos		146 470	168 960
Comércio/ Serviços		151 386	178 206
Serviços Públicos		26 593	27 486
Industriais		82 999	78 154
Iluminação Pública		12 250	7 022
Mobilidade Elétrica		79	323
Emissão de energia	(MWh)	442 933	491 750
Térmica a Fuel		264 660	280 617
Térmica a Gasóleo		93	65
Hídrica		26 395	27 221
Geotérmica		132 837	161 710
Eólica[4]		17 982	16 731
RSU		653	2 145
Biogás			1 016
Fotovoltaica[4]		313	2 245
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	6 864	6 110
Ponta	(kW)	72 407	81 561
Vendas de Energia[5]	(euros)	61 693 576	76 508 804
Trabalhadores[6]	(n.º)	411	406
Potência Instalada em Centrais[7]	(kW)	135 130	129 230
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	831,1	859,0
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	353 835	368 075

[1] Censos 2021 publicado pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)
[2] Para o ano de 2025, considerada a estimativa 2024 INE (consultado em 2026)
[3] Inclui consumos próprios
[4] Inclui a produção independente e microgeração
[5] Não inclui compensação tarifária
[6] Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (11 em 2021 e 5 em 2025)
[7] Apenas incluí potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Terceira

		2021	2025
Superfície	(km²)	400,3	400,3
População Residente[1] [2]	(habitantes)	53 234	53 563
N.º de Instalações	(n.º)	28 355	29 423
Média Tensão		177	284
Baixa Tensão		27 784	28 732
Instalações de consumo próprio		12	11
IP		382	396
Consumo de Energia[3]	(MWh)	179 436	188 142
Domésticos		65 522	73 124
Comércio/ Serviços		53 130	60 129
Serviços Públicos		28 840	27 928
Industriais		28 232	25 142
Iluminação Pública		3 704	1 778
Mobilidade Elétrica		9	41
Emissão de energia	(MWh)	193 063	203 792
Térmica a Fuel		118 866	149 267
Térmica a Gasóleo		219	176
Hídrica		2 237	1 917
Geotérmica		25 917	4 082
Eólica[4]		32 635	36 301
RSU		13 122	11 687
Fotovoltaica[4]		68	363
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	5 110	5 611
Ponta	(kW)	32 591	36 396
Vendas de Energia[5]	(euros)	26 447 817	31 340 908
Trabalhadores[6]	(n.º)	135	134
Potência Instalada em Centrais[7]	(kW)	72 048	91 648
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	441,6	441,8
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	132 688	140 663

[1] Censos 2021 publicado pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)
[2] Para o ano de 2025, considerada a estimativa 2024 INE (consultado em 2026)
[3] Inclui consumos próprios
[4] Inclui a produção independente e microgeração
[5] Não inclui compensação tarifária
[6] Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (1 em 2021 e 2025)
[7] Apenas incluí potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Graciosa

		2021	2025
Superfície	(km²)	60,7	60,7
População Residente[1] [2]	(habitantes)	4 090	4 070
N.º de Instalações	(n.º)	3 341	3 429
Média Tensão		21	20
Baixa Tensão		3 232	3 317
Instalações de consumo próprio		5	4
IP		83	88
Consumo de Energia[3]	(MWh)	13 004	13 994
Domésticos		4 787	5 545
Comércio/ Serviços		3 641	3 867
Serviços Públicos		999	1 020
Industriais		2 885	3 205
Iluminação Pública		691	356
Mobilidade Elétrica		0	1
Emissão de energia	(MWh)	13 546	14 754
Térmica a Gasóleo		4 757	5 842
Eólica[4]		7 792	7 854
Fotovoltaica[4]		998	1 057
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	509	498
Ponta	(kW)	2 357	2 627
Vendas de Energia[5]	(euros)	2 035 799	2 441 214
Trabalhadores[6]	(n.º)	31	30
Potência Instalada em Centrais[7]	(kW)	4 670	4 670
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	67,412	67,0
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	12 875	13 185

[1] Censos 2021 publicado pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)
[2] Para o ano de 2025, considerada a estimativa 2024 INE (consultado em 2026)
[3] Inclui consumos próprios
[4] Inclui a produção independente e microgeração
[5] Não inclui compensação tarifária
[6] Trabalhadores ativos no final de cada ano
[7] Apenas incluí potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

São Jorge

		2021	2025
Superfície	(km²)	243,6	243,6
População Residente[1] [2]	(habitantes)	8 373	8 435
N.º de Instalações	(n.º)	6 065	6 286
Média Tensão		23	21
Baixa Tensão		5 911	6 129
Instalações de consumo próprio		5	7
IP		126	129
Consumo de Energia[3]	(MWh)	27 182	27 927
Domésticos		10 927	12 728
Comércio/ Serviços		6 291	6 971
Serviços Públicos		1 765	1 550
Industriais		7 182	6 208
Iluminação Pública		1 016	467
Mobilidade Elétrica		0	4
Emissão de energia	(MWh)	28 969	29 976
Térmica a Gasóleo		25 373	29 883
Eólica[4]		3 553	0
Fotovoltaica[4]		42	93
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	599	658
Ponta	(kW)	5 017	5 273
Vendas de Energia[5]	(euros)	4 187 108	4 898 299
Trabalhadores[6]	(n.º)	40	38
Potência Instalada em Centrais[7]	(kW)	10 098	8 298
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	160,4	166,8
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	21 480	22 550

[1] Censos 2021 publicado pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)
[2] Para o ano de 2025, considerada a estimativa 2024 INE (consultado em 2026)
[3] Inclui consumos próprios
[4] Inclui a produção independente e microgeração
[5] Não inclui compensação tarifária
[6] Trabalhadores ativos no final de cada ano
[7] Apenas incluí potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Pico

		2021	2025
Superfície	(km²)	444,8	444,8
População Residente[1] [2]	(habitantes)	13 879	14 418
N.º de Instalações	(n.º)	10 124	10 668
Média Tensão		41	41
Baixa Tensão		9 854	10 398
Instalações de consumo próprio		10	8
IP		219	221
Consumo de Energia[3]	(MWh)	43 852	49 209
Domésticos		18 750	22 475
Comércio/ Serviços		12 961	15 223
Serviços Públicos		3 851	3 428
Industriais		6 043	6 795
Iluminação Pública		2 247	1 275
Mobilidade Elétrica		0	14
Emissão de energia	(MWh)	48 171	52 721
Térmica a Fuel		41 965	47 799
Térmica a Gasóleo		4	12
Eólica		6 197	4 851
Fotovoltaica[4]		5	59
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	1 519	2 162
Ponta	(kW)	8 217	9 740
Vendas de Energia[5]	(euros)	6 976 121	8 738 643
Trabalhadores[6]	(n.º)	51	49
Potência Instalada em Centrais[7]	(kW)	19 166	19 166
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	244,4	249,4
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	39 516	40 974

[1] Censos 2021 publicado pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)
[2] Para o ano de 2025, considerada a estimativa 2024 INE (consultado em 2026)
[3] Inclui consumos próprios
[4] Inclui a produção independente e microgeração
[5] Não inclui compensação tarifária
[6] Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (1 em 2021 e 2025)
[7] Apenas incluí potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Faial

		2021	2025
Superfície	(km²)	173,1	173,1
População Residente[1] [2]	(habitantes)	14 331	14 466
N.º de Instalações	(n.º)	8 370	8 648
Média Tensão		48	66
Baixa Tensão		8 170	8 428
Instalações de consumo próprio		7	7
IP		145	147
Consumo de Energia[3]	(MWh)	45 977	48 285
Domésticos		18 255	20 683
Comércio/ Serviços		14 159	15 360
Serviços Públicos		6 811	6 385
Industriais		5 186	5 117
Iluminação Pública		1 560	736
Mobilidade Elétrica		6	3
Emissão de energia	(MWh)	47 883	50 509
Térmica a Fuel		40 844	46 675
Térmica a Gasóleo		26	14
Hídrica		107	532
Eólica[4]		6 905	3 008
Fotovoltaica[4]		1	279
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	2 966	3 375
Ponta	(kW)	8 701	9 489
Vendas de Energia[5]	(euros)	7 115 837	8 367 723
Trabalhadores[6]	(n.º)	50	51
Potência Instalada em Centrais[7]	(kW)	23 685	23 685
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	152,0	152,7
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	34 080	35 280

[1] Censos 2021 publicado pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)
[2] Para o ano de 2025, considerada a estimativa 2024 INE (consultado em 2026)
[3] Inclui consumos próprios
[4] Inclui a produção independente e microgeração
[5] Não inclui compensação tarifária
[6] Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (1 em 2021)
[7] Apenas incluí potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Flores

		2021	2025
Superfície	(km²)	141,0	141,0
População Residente[1] [2]	(habitantes)	3 428	3 570
N.º de Instalações	(n.º)	2 533	2 615
Média Tensão		20	19
Baixa Tensão		2 453	2 533
Instalações de consumo próprio		9	10
IP		51	53
Consumo de Energia[3]	(MWh)	11 105	10 959
Domésticos		4 415	5 044
Comércio/ Serviços		4 352	4 058
Serviços Públicos		1 351	1 391
Industriais		478	174
Iluminação Pública		510	292
Mobilidade Elétrica		0,1	0,1
Emissão de energia	(MWh)	11 607	11 595
Térmica a Gasóleo		4 660	6 437
Hídrica		6 059	5 154
Eólica[4]		884	0
Fotovoltaica[4]		3	4
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	559	593
Ponta	(kW)	2 164	2 108
Vendas de Energia[5]	(euros)	1 754 649	1 995 370
Trabalhadores[6]	(n.º)	31	31
Potência Instalada em Centrais[7]	(kW)	5 824	5 224
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	89,5	87,0
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	10 588	11 778

[1] Censos 2021 publicado pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)
[2] Para o ano de 2025, considerada a estimativa 2024 INE (consultado em 2026)
[3] Inclui consumos próprios
[4] Inclui a produção independente e microgeração
[5] Não inclui compensação tarifária
[6] Trabalhadores ativos no final de cada ano. Inclui trabalhadores cedidos (2 em 2021 e 2025)
[7] Apenas incluí potências instaladas em centrais do GRUPO EDA

Corvo

		2021	2025
Superfície	(km²)	17,1	17,1
População Residente[1] [2]	(habitantes)	384	437
N.º de Instalações	(n.º)	286	319
Média Tensão		1	2
Baixa Tensão		280	311
Instalações de consumo próprio		2	3
IP		3	3
Consumo de Energia[3]	(MWh)	1 559	1 680
Domésticos		689	727
Comércio/ Serviços		754	801
Serviços Públicos		80	104
Industriais		10	34
Iluminação Pública		26	14
Mobilidade Elétrica		0	0
Emissão de energia	(MWh)	1 679	1 854
Térmica a Gasóleo		1 678	1 681
Eólica			49
Fotovoltaica		0	124
Consumo de Serviços Auxiliares	(MWh)	70	81
Ponta	(kW)	338	364
Vendas de Energia[4]	(euros)	255 033	311 122
Trabalhadores[5]	(n.º)	6	5
Potência Instalada em Centrais[6]	(kW)	923	1 870
Redes de Transporte e Distribuição (MT)	(km)	4,0	4,8
Potência Instalada em Postos de Transformação	(kVA)	1 060	1 120

[1] Censos 2021 publicado pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)
[2] Para o ano de 2025, considerada a estimativa 2024 INE (consultado em 2026)
[3] Inclui consumos próprios
[4] Não inclui compensação tarifária
[5] Trabalhadores ativos no final de cada ano
[6] Apenas incluí potências instaladas em centrais do GRUPO EDA



A2.

Grupo EDA



1 . UNIVERSO DA CONSOLIDAÇÃO

Gráfico 20 - Universo da consolidação das empresas do Grupo EDA, em 2025



O objeto social da EDA - Electricidade dos Açores, S.A. e das suas subsidiárias, incluídas na consolidação de contas, comporta as atividades de produção, aquisição, transporte, distribuição e venda de energia elétrica, bem como o exercício de outras atividades relacionadas com aquelas, e também a prestação de serviços de telecomunicações e sistemas de informação, conceção e elaboração de projetos de engenharia e manutenção de instalações industriais.

No âmbito do processo de reestruturação em curso do Setor Público Empresarial da RAA, a EDA adquiriu em 2025 a participação de 0,32% no capital da EDA Renováveis detida pela SEGMA, conforme autorizado pela Resolução n.º 154/2025, de 17 de novembro. Atualmente, o capital das empresas subsidiárias é maioritariamente detido pela EDA - Electricidade dos Açores, S.A., com participações diretas de 100% na EDA Renováveis, 100% na SEGMA e 74,90% na GLOBALEDA.

Tabela 20 - Empresas incluídas na consolidação

	Capital Próprio [1]	Participação Capital	Resultado Liquído[1] 2025	2024
SEGMENTO ELETRICIDADE				
EDA, S.A.	310 571	-	11 405	10 431
EDA Renováveis, S.A.	184 051	100,00%	7 470	10 773
SEGMENTO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS				
SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	6 657	100,00%	2 651	1 037
GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	1 549	74,90%	(703)	(974)

[1] Milhares de euros.

2 . ORGANIZAÇÃO DOS NEGÓCIOS

EDA Electricidade dos Açores

- Produção Térmica de Energia Elétrica
- Transporte e Distribuição de Eletricidade
- Comercialização de Eletricidade

EDA RENOVÁVEIS GRUPO EDA

- Produção de Eletricidade de Base Renovável:
  - Geotérmica
  - Hídrica
  - Eólica
  - Fotovoltaica

SEGMA GRUPO EDA

- Projetos
- Consultoria
- Manutenção

GLOBALEDA GRUPO EDA

- Telecomunicações
- Sistemas de Informação

3 . DESEMPENHO

3.1. EDA, S.A.

A EDA foi criada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 34/81/A, de 18 de julho, sob a denominação Empresa de Electricidade dos Açores, E.P. (EDA), tendo iniciado a sua atividade em 1 de outubro de 1981. O seu património inicial foi constituído pelas infraestruturas da Região Autónoma dos Açores (RAA) afetas ao serviço público de eletricidade e as restantes instalações e serviços de produção e distribuição de energia elétrica exploradas pelas autarquias locais. A constituição da EDA teve como objetivo reestruturar o setor elétrico da RAA e criar uma única empresa para desenvolver as atividades de produção, transporte e distribuição de eletricidade na RAA e, ao mesmo tempo, promover o seu desenvolvimento económico e social.

Em 1997, a empresa foi transformada em sociedade anónima, passando a designar-se EDA - Electricidade dos Açores, S.A., num contexto de reestruturação do setor elétrico regional e nacional. Com a alteração da EDA para sociedade anónima nasce o Grupo EDA, através da aposta na diversificação e desenvolvimento de novos negócios. Posteriormente, em 2000, o Grupo concretizou um processo de reestruturação orgânica, extinguindo os centros de exploração por ilha e criando as 3 atuais áreas de atividade verticalizadas: produção, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Enquanto entidade prestadora de um serviço público, a EDA atua num ambiente regulado, cuja entidade responsável é a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), nos termos do Decreto-Lei n.º 69/2002, de 25 de março.

As atividades de gestão técnica do sistema elétrico, o transporte e distribuição de energia elétrica, bem como a construção das infraestruturas que as integram, são desenvolvidas ao abrigo de um contrato de concessão, em regime de exclusividade, pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 12 de outubro de 2000.

A venda de energia elétrica tem por base as tarifas de eletricidade fixadas pela ERSE, de acordo com o Regulamento Tarifário.

O contrato de concessão atribuído à EDA, para a gestão técnica do sistema elétrico, transporte e distribuição de energia elétrica, iniciou-se em outubro de 2000 e pelo prazo de 50 anos.

Tabela 21 - Indicadores económico financeiros da EDA de 2021 a 2025

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2021	2022	2023	2024	2025
Volume de Negócios[1] (mil €)	212 301	257 349	271 600	264 566	287 334
EBITDA[2] (mil €)	44 304	45 837	60 582	56 916	54 984
EBIT[3] (mil €)	18 002	18 960	32 155	26 848	23 967
Resultado Líquido (mil €)	12 624	12 197	17 087	10 431	11 405
VAB[4] (mil €)	92 024	101 563	115 024	108 989	112 041
Capital Próprio (mil €)	223 661	258 463	278 445	290 345	310 571
Rendibilidade Operacional[5] (%)	8,5	7,4	11,8	10,1	8,3
Rendibilidade Líquida[6] (%)	5,9	4,7	6,3	3,9	4,0
Rendibilidade Capitais Próprios[7] (%)	5,6	4,7	6,1	3,6	3,7
Endividamento[8] (%)	64,8	64,0	63,6	61,0	59,1
Solvabilidade[9] (%)	54,4	56,2	57,2	63,9	69,2
Autonomia financeira[10] (%)	35,2	36,0	36,4	39,0	40,9
Número de Trabalhadores[11]	790	785	784	774	779

[1] Vendas + Prestações de Serviços
[2] EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes
[3] Receitas Operacionais - Custos Operacionais
[4] Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos
[5] Resultado Operacional ÷ Volume de Negócios x 100
[6] Resultado Líquido ÷ Volume de Negócios x 100
[7] Resultado Líquido ÷ Total Capital Próprio x 100
[8] Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100
[9] Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100
[10] Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100
[11] Inclui cedidos

O volume de negócios da EDA tem vindo a evoluir a uma taxa de crescimento média anual próxima dos 7,9%, entre 2021 e 2025. Em 2025 foi registado o maior volume de negócios de sempre da EDA, com 287,3 milhões de euros, com um aumento de 8,6% face a 2024.

A EDA, em 2025, gerou uma rendibilidade operacional de 8,3%, o que significa que cada euro de volume de negócios gerou, em média, 8,3 cêntimos de resultados operacionais. A rendibilidade líquida ronda os 4% e ilustra o resultado líquido obtido, 4 cêntimos por cada euro de volume de negócios realizado.

A rendibilidade dos capitais próprios, que reflete a atratividade do negócio, do ponto de vista dos detentores de capital, ascendeu a 3,7% em 2025, o que reflete um acréscimo neste indicador de 0,1 pontos percentuais (p.p.) relativamente a 2024.

Ao nível dos indicadores financeiros, verifica-se uma subida do indicador de autonomia financeira de 1,9 p.p., face a 2024, atingindo os 40,9% em 2025. O rácio de endividamento surge com uma tendência decrescente desde 2021, verificando-se um decréscimo acumulado nos quatro últimos exercícios económicos de 5,7 p.p..

Finalmente, no que concerne ao número de colaboradores, apesar da tendência de decrescimento a que se tem vindo a assistir nos últimos anos, 2025 veio contrariar esta trajetória, tendo-se verificado um aumento de 5 colaboradores em relação a 2024. Neste sentido, a EDA encerrou o ano de 2025 com 779 trabalhadores (incluindo os trabalhadores cedidos).

3.2. EDA Renováveis

A EDA Renováveis, S.A. é uma sociedade anónima que tem como atividade principal o aproveitamento de recursos renováveis, designadamente de recursos hídricos, eólicos, geotérmicos, solares e outros, para a produção de eletricidade ou outras finalidades, bem como fornecer bens, prestar serviços e assistência técnica a terceiros em áreas afins.

O Grupo EDA iniciou em 2013 um processo de reorganização da atividade de produção de energia a partir de fontes renováveis. Nesse ano, forma-se a EDA Renováveis, S.A. por fusão das sociedades SOGEO – Sociedade Geotérmica dos Açores, S.A. e EEG – Empresa de Electricidade e Gaz, Lda., mediante a transferência global do património da segunda (EEG) para a primeira (SOGEO). Em 2014, a referida reorganização estendeu-se à Geoterceira – Sociedade Geoeléctrica da Terceira, S.A., incorporada por fusão na EDA Renováveis, S.A.. A EDA - Electricidade dos Açores, S.A. é detentora desde 2025 de 100% do capital social da EDA Renováveis.

A EDA Renováveis explora três centrais geotérmicas, que tinham em 2024 uma potência instalada conjunta de 26,5 MW, mas em 2025, com a desmontagem dos grupos 1 e 2 da Central Geotérmica da Ribeira Grande que estavam obsoletos e datavam de 1994, essa potência passou a ser de apenas 21,5 MW, doze centrais hídricas (potência instalada conjunta de 8,4 MW), sete parques eólicos (potência instalada conjunta de 24,5 MW) e dois parques fotovoltaicos (potência instalada conjunta de 0,75 MW). Integrada na política do Grupo EDA, a EDA Renováveis procura, com a sua atividade de exploração, maximizar o aproveitamento dos recursos endógenos existentes, e executa novos investimentos, sempre que a viabilidade técnica e económica seja demonstrada e a sua integração na estrutura de produção elétrica de cada ilha seja assegurada.

Tabela 22 - Produção de energia elétrica de base renovável, por recurso e por ilha em 2025

GWh

	Geotérmica	Hídrica	Eólica	Fotovoltaica	Total
Santa Maria	-	-	-	0,99	0,99
São Miguel	161,71	27,22	16,72	-	205,65
Terceira	4,08	1,92	20,74	-	26,74
São Jorge	-	-	-	-	0,00
Pico	-	-	4,85	-	4,85
Faial	-	0,53	3,01	-	3,54
Flores	-	5,15	-	-	5,15
Corvo	-	-	0,05	0,12	0,17
Total	**165,79**	**34,82**	**45,36**	**1,12**	**247,09**

No ano de 2025, a EDA Renováveis apresentou resultados positivos, com uma produção anual de energia elétrica com origem em recursos energéticos endógenos de 247,1 GWh.

Do total de energia elétrica emitida pela EDA Renováveis, 67,1% foi de origem geotérmica, 18,4% de origem eólica, 14,1% de origem hídrica e 0,5% de origem fotovoltaica. Face ao ano anterior, verificou-se, em 2025, um decréscimo global de 5,4%, influenciado pela diminuição em cerca de 6,6% na produção geotérmica e de 9,3% na produção eólica. Em sentido contrário, verifica-se uma variação positiva de 7,0% na produção hídrica e de 2,6% na produção fotovoltaica.

A produção das centrais geotérmicas ascendeu a 165,8 GWh em 2025, o que representa uma diminuição de 6,6% face aos 177,6 GWh registados em 2024. Esta redução ficou a dever-se, por um lado, à menor produtividade e à instabilidade do poço PA3 e, por outro, ao acentuado declínio da disponibilidade anual do poço PA2, na Central Geotérmica do Pico Alto. Neste último caso, verificou-se, a partir de dezembro de 2023, uma alteração significativa na sua estabilidade produtiva, momento em que a pressão de operação do poço passou a situar-se abaixo da pressão de serviço do coletor de vapor da central. Esta condição manteve-se ao longo de todo o ano de 2025, registando apenas uma ligeira recuperação no final do ano.

Em 2025, a EDA Renováveis contribuiu com 28,1% do mix energético da Região Autónoma dos Açores e 85,6% do total da energia de origem renovável.

Adicionalmente, contribuiu para esta quebra de produção a desmontagem dos grupos 1 e 2 da Central Geotérmica da Ribeira Grande, em funcionamento desde 1994, no âmbito do respetivo processo de revitalização ao abrigo do PRR. Esta intervenção implicou uma redução de 2 MW na potência útil instalada da central.

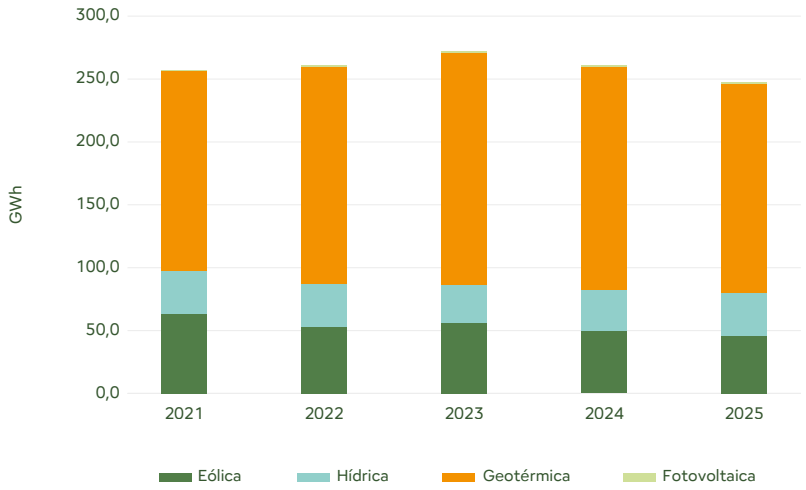
Apesar destes constrangimentos, a produção geotérmica nos Açores situou-se 2,4% acima do valor previsto.

No que diz respeito à produção de energia hidroelétrica, esta ascendeu a 34,8 GWh, em 2025, correspondendo a um aumento de 7,0% relativamente à produção de 32,5 GWh em 2024, voltando a atingir um máximo histórico.

Relativamente à produção anual de energia elétrica de origem eólica, esta atingiu os 45,4 GWh, correspondendo a um decréscimo de 9,3% face ao valor registado no ano anterior (50,0 GWh). Essa diminuição da produção resultou da desativação de todos os aerogeradores nas ilhas de Santa Maria, São Jorge e Flores para substituição por novos aerogeradores, com aumento da potência instalada, destes parques.

A produção fotovoltaica foi cerca de 1,1 GWh em 2025, distribuídos em 994 MWh no Parque Fotovoltaico de Santa Maria e 124 MWh no Parque Fotovoltaico do Corvo.

Gráfico 21 - Produção de energia elétrica de base renovável, por recurso, de 2021 a 2025



A EDA Renováveis registou, em 2025, um volume de negócios de 28,3 milhões de euros e um resultado líquido positivo de 7,5 milhões de euros, o que, comparativamente ao exercício de 2024, representa um decréscimo de 31%. No que respeita aos rendimentos operacionais, estes totalizaram cerca de 31,1 milhões de euros, em 2025, representando uma diminuição de 6% (1,8 milhões de euros) face ao valor registado em 2024. Por seu lado, os gastos operacionais ascenderam a 22,7 milhões de euros, o que, face a 2024, se traduz num aumento de 6% (1,2 milhões de euros), explicado, sobretudo, pela imparidade constituída no poço PA5, associado à Central Geotérmica do Pico Alto, no valor de 6,2 milhões de euros em 2025, na redução dos Fornecimentos e Serviços Externos em 16,0% (correspondente a cerca de 1 milhão de euros) e nos outros gastos e perdas em 15% (436 milhares de euros).

Em 2025, o volume de negócios da EDA Renováveis totalizou 28,3 milhões de euros.

A evolução dos indicadores económico-financeiros da EDA Renováveis, entre 2021 e 2025, é apresentada de seguida:

Tabela 23 - Indicadores económico financeiros da EDA Renováveis, de 2021 a 2025

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2021	2022	2023	2024	2025
Volume de Negócios[1] (mil €)	26 000	26 739	29 216	29 359	28 316
EBITDA[2] (mil €)	18 180	17 606	23 240	20 846	20 707
EBIT[3] (mil €)	10 601	9 953	15 360	11 541	8 462
Resultado Líquido (mil €)	7 923	8 532	13 582	10 773	7 470
VAB[4] (mil €)	20 292	19 746	24 891	22 678	21 434
Capital Próprio (mil €)	115 306	140 953	150 742	164 451	184 051
Rendibilidade Operacional[5] (%)	40,8	37,2	52,6	39,3	29,9
Rendibilidade Líquida[6] (%)	30,5	31,9	46,5	36,7	26,4
Rendibilidade Capitais Próprios[7] (%)	6,9	6,1	9,0	6,6	4,1
Endividamento[8] (%)	11,0	11,1	11,0	10,8	11,9
Solvabilidade[9] (%)	806,2	803,3	810,5	824,6	742,6
Autonomia financeira[10] (%)	89,0	88,9	89,0	89,2	88,1
Número de Trabalhadores[11]	80	70	63	60	58

[1] Vendas + Prestações de Serviços
[2] EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes
[3] Receitas Operacionais - Custos Operacionais
[4] Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos
[5] Resultado Operacional ÷ Volume de Negócios x 100
[6] Resultado Líquido ÷ Volume de Negócios x 100
[7] Resultado Líquido ÷ Total Capital Próprio x 100
[8] Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100
[9] Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100
[10] Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100
[11] Inclui cedidos

O volume de negócios da EDA Renováveis, após registar em 2021 o valor mais baixo dos últimos 5 anos, entre 2022 e 2024 manteve o sentido de crescimento. Assiste-se em 2025, no entanto, a uma inversão desta tendência, registando-se uma diminuição de 3,6%, 1 milhão de euros, face ao valor do ano transato.

Entre 2021 e 2025, o volume de negócios cresce a uma taxa média anual de 2,2%. O ano de 2021, em que se regista um menor volume, foi marcado pela avaria prolongada na Central Geotérmica do Pico Vermelho. Com a reposição do funcionamento normal desta central, o volume de vendas da empresa voltou aos seus valores expectáveis. Relativamente à quebra verificada entre 2024 e 2025, esta justifica-se pela redução na produção deste tipo de energia em virtude do declínio do recurso geotérmico na central do Pico Alto e devido à desativação de grupos para substituição na central da Ribeira Grande e parques eólicos de Santa Maria, São Jorge e Flores, conforme atrás detalhado.

Em 2025, a EDA Renováveis, S.A. gerou uma rendibilidade operacional na ordem dos 29,9%, o que significa que cada euro de volume de negócios gerou, em média, 29,9 cêntimos de resultados operacionais. A rendibilidade líquida ronda os 26,4% e ilustra o resultado líquido obtido (cerca de 26,4 cêntimos) por cada euro de volume de negócios realizado.

A rendibilidade dos capitais próprios, que reflete a atratividade do negócio do ponto de vista dos detentores de capital, ascendeu a 4,1% em 2025, traduzindo um decréscimo de aproximadamente 2,5 pontos percentuais (p.p.) face a 2024. O aumento significativo do capital próprio em 2025, por intermédio do reconhecimento de subsídios ao investimento, influencia a variação deste indicador em 2025.

No que concerne à estrutura de capitais, é de realçar o indicador de autonomia financeira a situar-se nos 88,1%, em 2025, valor representativo do elevado índice de segurança financeira da empresa. Em 2025, apenas 11,9% do ativo total foi financiado por capitais alheios.

Finalmente, no que concerne ao número de colaboradores, desde 2021 tem-se registado uma diminuição, encerrando-se o período económico de 2025 com 58 trabalhadores nos quadros da empresa.

Em 2025, o volume de investimento realizado pela EDA Renováveis totalizou 36,5 milhões euros, sendo 72% do investimento global direcionado para as centrais geotérmicas e 26% para os parques eólicos. Face a 2024, verifica-se uma variação de mais 9,2 milhões de euros, influenciado pelas obras de revitalização na central geotérmica da Ribeira Grande e da expansão da central geotérmica do Pico Vermelho, ambas financiadas pelo PRR, bem como pelas substituições dos aerogeradores nos parques eólicos em Santa Maria, São Jorge e Flores e instalação do parque eólico na ilha do Corvo, este último também ao abrigo do PRR.

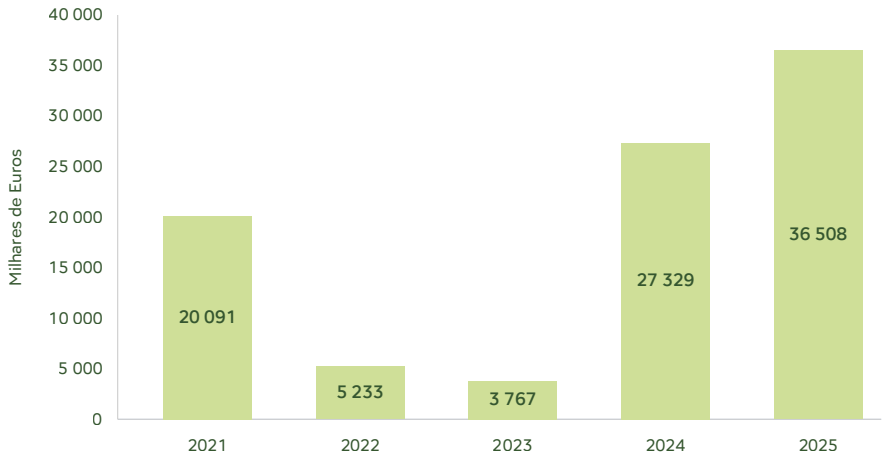
Tabela 24 - Investimento realizado em 2025[9]

10^3 EUR

Atividade	Total
Parques Eólicos	9 531
Aproveitamentos Hidroeléctricos	257
Aproveitamento Recursos Geotérmicos	26 189
Produção Fotovoltaica	23
Outros	509
Total	**36 508**

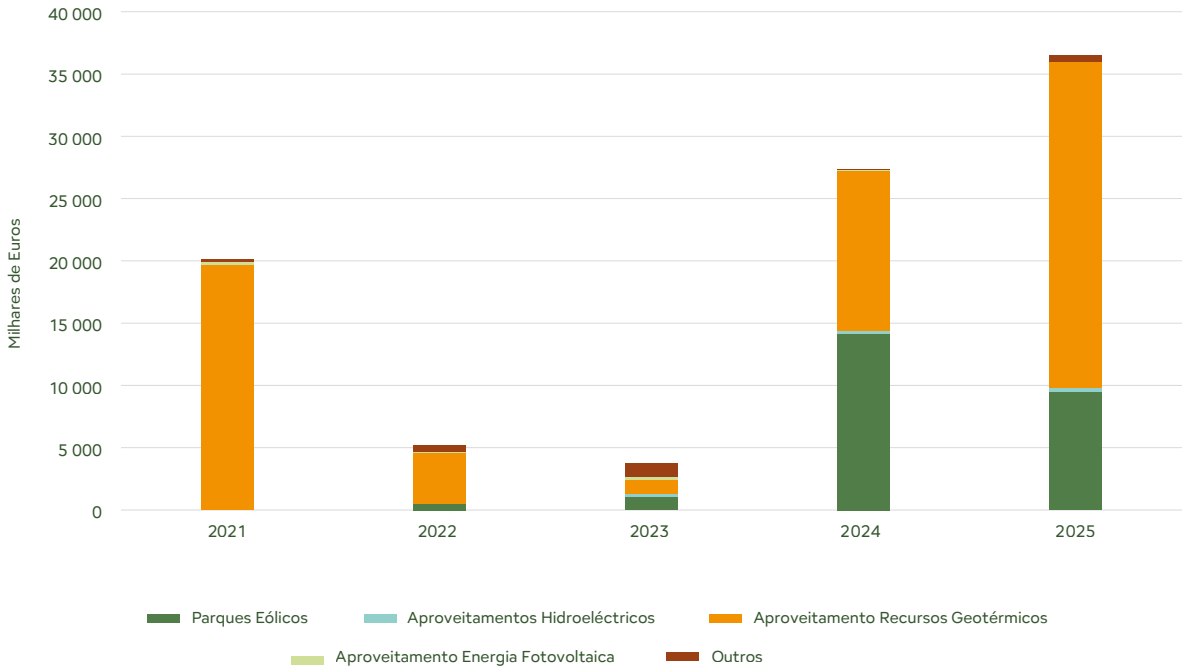
A evolução dos montantes investidos nas atividades de aproveitamento dos recursos endógenos existentes, a preços correntes, nos últimos períodos, é apresentada nos gráficos seguintes.

Gráfico 22 - Investimento total a preços correntes 2021 a 2025



[9] A rubrica de Outros inclui: 25.000€ de Aquisições Diretas de Ativos Fixos Intangíveis, 482.518€ de Aquisições Diretas de Ativos Fixos Tangível e 1.130€ de Estudos e Projetos.

Gráfico 23 - Investimento a custos técnicos de 2021 a 2025



O Gráfico 23 demonstra a continuidade do investimento no aproveitamento do recurso eólico. Contudo, em 2025, prevalece o investimento no recurso geotérmico, mantendo a sua preponderância no horizonte temporal compreendido em entre 2021 e 2025.

3.3. GLOBALEDA

A GLOBALEDA, Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A., é uma empresa do Grupo EDA, detida em 74,9% pela EDA, S.A., e em 25,1% pela NOVABASE Business Solutions.

A sua atividade centra-se na conceção, estudo e acompanhamento de projetos nas áreas das telecomunicações e dos sistemas de informação, bem como na comercialização de produtos Vodafone. A empresa presta serviços especializados de projeto, instalação e manutenção de infraestruturas de telecomunicações, consultoria, dese nvolvimento e suporte de sistemas de informação, além de comercializar comunicações móveis, enquanto Agente Comercial Vodafone para os segmentos empresarial e de consumo.

A inovação contínua, a diversificação do portefólio de serviços e a preocupação em responder às necessidades dos clientes, promovendo a melhoria contínua, constituem pilares estratégicos da GLOBALEDA. Com uma equipa de técnicos qualificados, a empresa procura reforçar a sua posição como parceiro de referência no mercado regional, assegurando eficiência, qualidade e proximidade, com respeito pelo ambiente e atenção ao impacto da sua atividade nas comunidades onde atua.

O Gráfico 23 demonstra a continuidade do investimento no aproveitamento do recurso eólico. Contudo, em 2025, prevalece o investimento no recurso geotérmico, mantendo a sua preponderância no horizonte temporal compreendido em entre 2021 e 2025.

3.3. GLOBALEDA

A GLOBALEDA, Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A., é uma empresa do Grupo EDA, detida em 74,9% pela EDA, S.A., e em 25,1% pela NOVABASE Business Solutions.

A sua atividade centra-se na conceção, estudo e acompanhamento de projetos nas áreas das telecomunicações e dos sistemas de informação, bem como na comercialização de produtos Vodafone. A empresa presta serviços especializados de projeto, instalação e manutenção de infraestruturas de telecomunicações, consultoria, dese nvolvimento e suporte de sistemas de informação, além de comercializar comunicações móveis, enquanto Agente Comercial Vodafone para os segmentos empresarial e de consumo.

A inovação contínua, a diversificação do portefólio de serviços e a preocupação em responder às necessidades dos clientes, promovendo a melhoria contínua, constituem pilares estratégicos da GLOBALEDA. Com uma equipa de técnicos qualificados, a empresa procura reforçar a sua posição como parceiro de referência no mercado regional, assegurando eficiência, qualidade e proximidade, com respeito pelo ambiente e atenção ao impacto da sua atividade nas comunidades onde atua.

Em 2025, a atividade da GLOBALEDA gerou ganhos e rendimentos no valor de 3,7 milhões de euros, o que representa uma redução de 19% face a 2024. Esta quebra resultou sobretudo da diminuição da atividade em Sistemas de Informação, área que em anos anteriores assumia um contributo significativo para os resultados da empresa.

O adiamento de investimentos estratégicos, tanto no setor público como no privado, limitou as oportunidades de negócio. Paralelamente, a intensificação da concorrência e as dificuldades na adjudicação de projetos pressionaram negativamente a geração de receitas. Assim, 2025 revelou-se um ano particularmente exigente, marcado por incerteza, constrangimentos operacionais e pressão sobre as margens.

A concorrência no mercado regional, já limitado pela sua dimensão, acentuou-se com o impacto da globalização e da generalização do trabalho remoto.

Ao nível do volume de negócios, a área de tecnologias de informação representou 28% da atividade. As restantes áreas, projeto, instalação e manutenção de infraestruturas de comunicações, e comercialização de comunicações móveis e de equipamentos de telecomunicações e informática, contribuíram com 43% e 29%, respetivamente.

Durante o mesmo período, os gastos operacionais totalizaram 4,3 milhões de euros, uma diminuição de

Os indicadores económico-financeiros da GLOBALEDA apresentaram a seguinte evolução, relativamente ao período de 2021 a 2025:

Tabela 25 - Indicadores económico financeiros da GLOBALEDA, de 2021 a 2025

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2021	2022	2023	2024	2025
Volume de Negócios[1] (mil €)	9 740	6 747	7 151	4 353	3 415
EBITDA[2] (mil €)	210	81	-624	-887	-501
EBIT[3] (mil €)	43	-53	-731	-970	-586
Resultado Líquido (mil €)	25	-55	-635	-974	-703
VAB[4] (mil €)	2 975	2 920	2 132	1 734	1 831
Capital Próprio (mil €)	3 929	3 861	3 226	2 252	1 549
Rendibilidade Operacional[5] (%)	0,4	-0,8	-10,2	-22,3	-17,1
Rendibilidade Líquida[6] (%)	0,3	-0,8	-8,9	-22,4	-20,6
Rendibilidade Capitais Próprios[7] (%)	0,6	-1,4	-19,7	-43,3	-45,4
Endividamento[8] (%)	42,9	46,7	48,2	35,6	48,6
Solvabilidade[9] (%)	133,2	114,3	107,5	180,8	105,8
Autonomia financeira[10] (%)	57,1	53,3	51,8	64,4	51,4
Número de Trabalhadores[11]	99	94	85	77	71

[1] Vendas + Prestações de Serviços
[2] EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes
[3] Receitas Operacionais - Custos Operacionais
[4] Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos
[5] Resultado Operacional ÷ Volume de Negócios x 100
[6] Resultado Líquido ÷ Volume de Negócios x 100
[7] Resultado Líquido ÷ Total Capital Próprio x 100
[8] Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100
[9] Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100
[10] Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100
[11] Inclui cedidos

O volume de negócios finaliza o ano com uma diminuição face ao valor registado no ano transato, -21,6% em relação a 2024. Embora se tenha verificado uma melhoria em 2025, os resultados líquidos, assim como o EBITDA, mantiveram-se negativos.

Em 2025, os rácios de rendibilidade operacional, total e dos capitais próprios encontram-se influenciados pelos resultados do ano. No que concerne à estrutura de capitais, verifica-se um decrescimento na autonomia financeira de cerca de 13 pontos percentuais (p.p.), face ao ano transato, sendo este em 2025 de 51,4%. Este valor reflete a supremacia dos capitais próprios em relação aos capitais alheios no financiamento do ativo.

3.4. SEGMA

A SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., é uma empresa do Grupo EDA, constituída em 1998, com o objetivo de prestar serviços na área de engenharia e tem vindo, progressivamente, a alargar a sua atividade a novos e mais exigentes segmentos de mercado.

A organização da SEGMA, com órgãos de apoio flexíveis e leves, tem-se revelado um modelo eficaz e que decidimos aprofundar. Em 2021, a SEGMA reorganizou-se criando uma Direção Geral que se subdivide em três departamentos, Suporte, Energia e Mecânica. Estes departamentos organizam-se

por Centros de Atividade que atuam de forma mais especializada em áreas de negócio, como Manutenção, Serviços Técnicos e Consultoria.

A SEGMA consolidou em 2025 um desempenho financeiro histórico, reafirmando a sua posição como parceiro tecnológico de referência na Região Autónoma dos Açores. O exercício foi marcado pela manutenção de níveis elevados de atividade e pela conclusão de projetos de elevada complexidade técnica, que asseguraram a sustentabilidade operacional da SEGMA. Este desempenho reflete a eficácia de uma estratégia focada na valorização do *know-how* interno e na otimização dos recursos próprios, resultando numa redução de 10% nos gastos totais e num reforço da eficiência operacional.

O resultado líquido do exercício ascendeu a 2,7 milhões de euros, atingindo um patamar recorde que, embora sustentado pela performance operacional positiva, foi significativamente potenciado por eventos de natureza extraordinária e irrepetível. Estes eventos permitiram uma robusta entrada de liquidez e a valorização dos ativos da SEGMA, refletindo-se num *Cash-Flow* de 2,8 milhões de euros e num EBITDA histórico. Estes indicadores demonstram a solidez financeira da SEGMA e a sua capacidade de gerar valor de forma sustentada, garantindo uma autonomia financeira de 66% e a total ausência de dependência de financiamento bancário.

Em 2025, o resultado líquido da SEGMA atingiu um máximo histórico de 2,7 milhões de euros.

No plano do capital humano, a SEGMA reforçou a sua estrutura para 57 colaboradores, garantindo uma presença geográfica estratégica em cinco ilhas do arquipélago. O investimento contínuo na qualificação das equipas e na valorização das carreiras tem sido o pilar fundamental para assegurar a agilidade de resposta e a excelência técnica que o mercado regional exige. A SEGMA encerra o ano com um balanço sólido e focado nos ativos produtivos, tendo realizado investimentos prioritários no reforço e adequação da sua frota automóvel. Este investimento visou suprir a carência de viaturas face ao crescimento da equipa, dotando os colaboradores das ferramentas necessárias para um trabalho eficaz e garantindo a continuidade e a capacidade de resposta em todo território de atuação.

As perspetivas para o horizonte 2026-2030 são de estabilidade e rigor, assentes num plano de investimentos focado na modernização tecnológica e na manutenção da excelência operacional. A SEGMA está a preparar-se ativamente para o futuro, priorizando a eficiência na alocação de recursos e a consolidação da sua posição na mobilidade sustentável e nos serviços de engenharia de alto valor acrescentado. O próximo ciclo será marcado por um novo enquadramento institucional, que a SEGMA encara como uma oportunidade estratégica para reforçar a sua autonomia, agilidade comercial e identidade própria no mercado regional.

Os indicadores económico-financeiros da SEGMA apresentaram a seguinte evolução, relativamente ao período de 2021 a 2025:

Tabela 26 - Indicadores económico financeiros da SEGMA, de 2021 a 2025

Indicadores de Desempenho Económico-Financeiro	2021	2022	2023	2024	2025
Volume de Negócios[1] (mil €)	8 831	9 420	9 920	13 297	12 943
EBITDA[2] (mil €)	1 156	1 147	1 217	1 141	3 170
EBIT[3] (mil €)	1 013	1 021	179	1 073	3 065
Resultado Líquido (mil €)	826	870	311	1 037	2 651
VAB[4] (mil €)	2 650	2 709	3 333	3 653	4 122
Capital Próprio (mil €)	9 314	9 770	9 645	10 525	6 657
Rendibilidade Operacional[5] (%)	11,5	10,8	1,8	8,1	23,7
Rendibilidade Líquida[6] (%)	9,4	9,2	3,1	7,8	20,5
Rendibilidade Capitais Próprios[7] (%)	8,9	8,9	3,2	9,8	39,8
Endividamento[8] (%)	17,4	20,2	18,4	28,5	34,0
Solvabilidade[9] (%)	476,1	393,9	443,9	250,7	194,0
Autonomia financeira[10] (%)	82,6	79,8	81,6	71,5	66,0
Número de Trabalhadores[11]	52	55	58	53	57

[1] Vendas + Prestações de Serviços
[2] EBIT + Amortizações + Provisões + Ganhos e Perdas não Recorrentes
[3] Receitas Operacionais - Custos Operacionais
[4] Volume de Negócios + Subsídios à Exploração + TPEs + Proveitos Suplementares - CMVMC - FSEs - Impostos Indiretos
[5] Resultado Operacional ÷ Volume de Negócios x 100
[6] Resultado Líquido ÷ Volume de Negócios x 100
[7] Resultado Líquido ÷ Total Capital Próprio x 100
[8] Total do Passivo ÷ Total do Ativo × 100
[9] Total do Capital Próprio ÷ Total do Passivo × 100
[10] Total do Capital Próprio ÷ Total do Ativo × 100
[11] Inclui cedidos

Com base na análise da tabela anterior, constata-se que o volume de negócios tem vindo a evoluir a uma taxa de crescimento médio anual de 10%, entre 2021 e 2025. Neste último ano, as prestações de serviços representaram 88% do volume gerado, enquanto as vendas registaram 12%. A prestação de serviços no período foi de 11,4 milhões de euros, o que se veio a traduzir no segundo valor mais elevado dos últimos 5 anos, apesar do ligeiro decréscimo de 0,78% em relação ao período homólogo anterior.

Em 2025, a SEGMA gerou uma rendibilidade operacional na ordem dos 23,7%, o que significa que cada euro de volume de negócios realizado se traduzia, em média, em cerca de 23,7 cêntimos de resultados operacionais. A rendibilidade líquida é de 20,5% e ilustra o resultado líquido obtido (20,5 cêntimos) por cada euro de volume de negócios concretizado.

A rendibilidade dos capitais próprios, que reflete a atratividade do negócio, do ponto de vista dos detentores de capital, é de 39,8% em 2025.

No que concerne à estrutura de capitais, é de realçar o indicador de autonomia financeira a rondar os 66%, em 2025, que reflete a supremacia dos capitais próprios, no financiamento do ativo, o que é representativo do elevado índice de segurança financeira da empresa. Em 2025, apenas 34% do ativo total era financiado por capitais alheios.

Finalmente, o número de recursos humanos afetos à empresa, voltou à tendência de crescimento interrompida pelo ano de 2024, registando um aumento de 4 colaboradores face a 2024, tendo terminado com um total de efetivo de 57 colaboradores em 2025.

4 . EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, para os anos de 2024 e 2025, encontra-se evidenciada na tabela seguinte.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

Tabela 27 - Demonstração dos resultados consolidada do Grupo EDA, em 2024 e 2025

10³ EUR

Atividade	2025	2024	Var. 2025-24	Var.% 2025-24
Vendas e prestações de serviços	299 089,3	274 653,0	24 436,3	8,9%
Outros Rendimentos	8 777,8	5 379,8	3 398,0	63,2%
Rendimentos Operacionais	**307 867,1**	**280 032,9**	**27 834,3**	**9,9%**
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	121 444,8	108 931,5	12 513,3	11,5%
Gastos com pessoal	43 661,5	42 959,5	702,0	1,6%
Fornecimentos e serviços externos	43 020,4	32 313,0	10 707,4	33,1%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	35 565,3	34 621,3	944,1	2,7%
Imparidade de ativos depreciáveis/ amortizáveis	4 405,9	1 496,0	2 910,0	194,5%
Imparidades de inventários	96,7	61,2	35,5	58,1%
Imparidades de contas a receber	(541,2)	825,6	(1 366,8)	(165,6%)
Provisões	(385,5)	-	(385,5)	-
Outros Gastos e Perdas	38 246,4	34 407,7	3 838,7	11,2%
Gastos Operacionais	**285 514,3**	**255 615,6**	**29 898,7**	**11,7%**
Resultado Operacional	**22 352,8**	**24 417,2**	**(2 064,5)**	**(8,5%)**
EBITDA	62 324,0	60 534,5	1 789,6	3,0%
Resultados financeiros	(7 640,7)	(10 716,1)	3 075,4	(28,7%)
Resultados antes de impostos	**14 712,0**	13 701,1	1 010,9	7,4%
Imposto sobre o rendimento	(3 481,1)	(3 549,8)	68,7	(1,9%)
Resultado líquido do período atribuível a:	**11 230,9**	**10 151,3**	**1 079,6**	**10,6%**
Detentores do capital do Grupo EDA	11 407,3	10 395,9	1 011,4	9,7%
Interesses que não controlam	(176,4)	(244,6)	68,2	(27,9%)
Rendimento integral do período atribuível a:	**9 306,6**	**10 731,4**	**(1 424,8)**	**(13,3%)**
Detentores do capital do Grupo EDA	9 483,0	10 976,0	(1 493,0)	(13,6%)
Interesses que não controlam	(176,4)	(244,6)	68,2	(27,9%)

ANÁLISE DOS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Em 2025, o volume de negócios do Grupo EDA rondou os 299,1 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 24,4 milhões de euros (8,9%), relativamente ao registado no ano anterior (274,7 milhões de euros).

Em 2025, o volume de negócios do Grupo EDA ascendeu a cerca de 299,1 milhões de euros

A venda de energia elétrica aumentou 2,4% entre 2024 e 2025, sendo esta influenciada pelo crescimento de 1,6% da procura de eletricidade. A compensação tarifária, em 2025, atingiu os 129,5 milhões de euros (111,2 milhões de euros em 2024). Os serviços prestados ascenderam aos 29,1 milhões de euros, mais 6,5% que em 2024, incluindo 18 milhões de euros de serviços de construção no âmbito das atividades concessionadas (IFRIC 12).

Os outros rendimentos operacionais ascenderam a 8,8 milhões de euros no final de 2025, mais 3,4 milhões de euros que no ano anterior, fundamentalmente pelos 5,4 milhões de euros de juros faturados a clientes de energia pelo atraso no pagamento, rendimentos obtidos através da cedência de utilização das linhas e redes da EDA no montante de 2 milhões de euros, e juros especializados sobre os montantes de compensação tarifária.

A estrutura dos gastos operacionais evidencia um forte predomínio do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), que ascendeu a 121,4 milhões de euros, representando 43% do total de gastos operacionais. Os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal representam 30%, cada uma das rúbricas com um peso de 15%, enquanto as depreciações e amortizações representam 12% do total. Em termos agregados, os gastos operacionais registaram um aumento de 11,7%, cerca de 30 milhões de euros, face ao período homólogo anterior.

Entre 2024 e 2025, o CMVMC aumentou 11,5%, o equivalente a 12,5 milhões de euros. Esta evolução decorre, sobretudo, do comportamento dos gastos com combustíveis utilizados na produção de eletricidade, que se elevaram em 10,9 milhões de euros (13%), impulsionados quer pelo acréscimo de custos associados ao novo contrato de aquisição de fuelóleo, quer por níveis de consumo superiores em 2025. O custo médio do gasóleo atingiu os 1.300,34 euros por quilolitro (+8,5%), enquanto o fuelóleo teve um incremento de 9,2% para os 639,48 euros por tonelada, reforçando a pressão sobre os custos diretos de produção.

Os gastos com o pessoal ascenderam a 43,7 milhões de euros em 2025, o equivalente a um aumento homólogo de 1,6%, variação que resulta maioritariamente da atualização salarial e progressão de carreiras.

Os FSE ascenderam a 43 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 33,1% face a 2024 (32,3 milhões de euros). A evolução desta rubrica encontra-se influenciada pelo acréscimo de gastos relacionado com a avaria que ocorreu na Central Termoeléctrica do Caldeirão, na ilha de São Miguel, e consequente crise energética entre finais de setembro e meados de outubro de 2024, cujas repercussões se estenderam à atividade da empresa em 2025. Contribui também para este aumento a aplicação da IFRIC 12 – Contratos de Concessão, normativa que determina o reconhecimento dos gastos com serviços de construção associados a investimentos em ativos afetos às atividades concessionadas de transporte, distribuição de energia e gestão do sistema elétrico. No âmbito desta norma, encontram-se registados 9,9 milhões de euros em 2025, face aos 8 milhões de euros em 2024, contribuindo de forma expressiva para o aumento da rubrica.

Nos FSE, as rubricas com maior expressão são as relativas a conservação e reparação, trabalhos especializados e subcontratos. A rubrica de conservação e reparação engloba, essencialmente, gastos com a manutenção e reparação dos ativos técnicos que constituem a rede de transporte e distribuição e os centros electroprodutores, assim como gastos com material a incorporar na conservação do equipamento produtivo da EDA Renováveis. Os trabalhos especializados, que representam cerca de 20% do total de gastos com FSE, comportam gastos com serviços informáticos, estudos de monotorização dos campos geotérmicos e parques eólicos e consultorias diversas. Os subcontratos referem-se maioritariamente a contratação de serviços especializados e materiais incorporados na execução dos projetos em curso.

A rubrica de outros gastos e perdas registou, em 2025, um crescimento homólogo de 11,2%, atingindo 38,2 milhões de euros. Esta evolução procede dos gastos com licenças de emissões de CO_2, que ascenderam a 26,5 milhões de euros, valor superior aos 22,6 milhões de euros registados em 2024. O acréscimo de 3,9 milhões de euros resulta do aumento do custo médio das licenças utilizadas, que se situou em 74,26 euros por tonelada em 2025, refletindo um incremento de 8,4 euros por tonelada face ao ano anterior, ao qual se associa igualmente o aumento do volume de emissões ocorridas no período. Para além dos encargos com licenças de emissão, engloba outros custos de natureza regulatória e fiscal, nomeadamente o pagamento de 5,8 milhões de euros em direitos de passagem aos municípios, as taxas no montante de 2,9 milhões de euros relacionadas com a concessão da atividade de exploração de recursos geotérmicos e um conjunto de impostos e taxas diversas associados ao normal funcionamento da atividade. Inclui ainda o reconhecimento da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético, cujo valor rondou os 2 milhões de euros em 2025.

Ao nível dos resultados financeiros, entre 2024 e 2025, verifica-se um decréscimo de 28,7% nos encargos financeiros suportados (juros, comissões e impostos) referentes à dívida do Grupo, que se concentra na EDA. O custo médio de financiamento do Grupo foi de 3,3% (3,66% em 2024).

EVOLUÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Apresenta-se de seguida, em termos sintéticos, a posição financeira consolidada do Grupo EDA.

Tabela 28 - Balanço consolidado do Grupo EDA, em 2024 e 2025

10³ EUR

Atividade	2025	2024	Var. 2025-24	Var.% 2025-24
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	493 622,4	480 477,8	13 144,5	2,7%
Ativos por impostos diferidos	11 315,9	10 261,3	1 054,6	10,3%
Clientes e outras contas a receber	18 907,9	63,7	18 844,2	29596,0%
Outros ativos financeiros	437,2	437,2	-	0,0%
Ativo Não Corrente	**524 283,4**	**491 240,0**	**33 043,4**	**6,7%**
Inventários	22 312,3	25 338,1	(3 025,9)	(11,9%)
Clientes e outras contas a receber	74 803,5	108 424,5	(33 621,0)	(31,0%)
Imposto sobre o rendimento a receber	4 971,3	125,6	4 845,6	3857,0%
Caixa e equivalentes de caixa	2 543,7	3 009,6	(465,9)	(15,5%)
Ativo Corrente	**104 630,8**	**136 897,9**	**(32 267,1)**	**(23,6%)**
Ativo Total	**628 914,2**	**628 137,9**	**776,3**	**0,1%**
Capital Próprio atribuível Detentores Capital	225 800,6	221 539,6	4 261,0	1,9%
Interesses não controlados	388,8	565,2	(176,4)	(31,2%)
Total Capital Próprio	**226 189,3**	**222 104,8**	**4 084,6**	**1,8%**
Provisões	4 697,5	2 854,0	1 843,6	64,6%
Empréstimos obtidos	278 871,4	291 306,9	(12 435,5)	(4,3%)
Obrigações de benefícios de reforma e outros	6 667,9	5 451,0	1 216,9	22,3%
Passivos por impostos diferidos	2 649,1	811,7	1 837,4	226,4%
Outros Passivos não Correntes	149,1	12 301,2	(12 152,1)	(98,8%)
Passivo Não Corrente	**293 035,0**	**312 724,7**	**(19 689,8)**	**(6,3%)**
Fornecedores e outras contas a pagar	69 780,0	55 398,3	14 381,7	26,0%
Imposto sobre o rendimento a pagar	242,6	1 766,8	(1 524,3)	(86,3%)
Empréstimos obtidos	39 667,2	36 143,2	3 524,0	9,8%
Passivo Corrente	**109 689,8**	**93 308,4**	**16 381,5**	**17,6%**
Total Passivo	**402 724,8**	**406 033,1**	**(3 308,3)**	**(0,8%)**
Total do capital próprio e passivo	**628 914,2**	**628 137,9**	**776,3**	**0,1%**

O ativo não corrente consolidado do Grupo EDA totalizou 524,3 milhões de euros, representando cerca de 83% do ativo total, evidenciando um crescimento de 6,7% face a 2024.

O total de ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento ascendeu a 493,6 milhões de euros, o que equivale a um aumento de 13,1 milhões de euros, comparativamente a 2024. Os aumentos registados nos ativos consideram o investimento do ano do Grupo que ronda os 75,9 milhões de euros, estando ainda os ativos sujeitos ao efeito das amortizações e comparticipações.

Em 2025, o ativo total do Grupo EDA ascendeu a cerca de 628,9 milhões de euros

As contas a receber, não correntes, refletem 12,1 milhões de euros referentes ao ajustamento à compensação tarifária estimado para 2025, a receber nas tarifas de 2027 e ainda 6,8 milhões de euros de juros de mora faturados, relativos à divida vencida dos três hospitais públicos da região.

O ativo corrente diminuiu 32,3 milhões de euros para os 104,6 milhões de euros, variação explicada sobretudo pela evolução do agregado de clientes e outras contas a receber (-31%), que atingiu 74,8 milhões de euros. Deste saldo, 33,6 milhões de euros são valores a receber de clientes.

Em 2025, registou-se uma diminuição significativa, cerca de 26 milhões de euros, na sequência da liquidação à EDA da dívida acumulada em atraso, pelos hospitais da região, no último trimestre de 2025. No final de dezembro de 2025, as principais componentes do saldo de clientes (corrente e não corrente) referem-se a valores faturados a título de convergência tarifária de 10,8 milhões de euros e clientes do regular fornecimento de energia elétrica com saldo de 22,6 milhões de euros, repartido entre setor empresarial e particular (11,3 milhões de euros) e entidades públicas (11,3 milhões de euros).

Encontram-se também incluídos em outras contas a receber 7,2 milhões de euros de energia referentes a consumos do ano a faturar em 2026, bem como 5,6 milhões de euros relativos ao acerto provisório do custo de capital de 2024 na compensação tarifária de 2025 e 25 milhões de euros de subsídios ao investimento dos Programas PRR e LIFE IP CLIMAZ. No âmbito dos fundos europeus salienta-se que o Grupo EDA, no enquadramento da componente C14 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a "Transição Energética nos Açores", encontra-se a desenvolver os projetos "Aumento da potência instalada geotérmica para a produção de eletricidade" e "Corvo Renovável - Incremento da potência instalada em renováveis para a produção de eletricidade na ilha do Corvo".

Os inventários diminuíram 3 milhões de euros e englobam, essencialmente, matérias-primas como o fuel, gasóleo, peças de manutenção e reparação, e ainda equipamento de rádio, telemóveis e acessórios comercializados pela GLOBALEDA, na sua atividade de telecomunicações.

Os capitais próprios atribuíveis aos detentores de capital do Grupo EDA ascendem aos 225,8 milhões de euros, evidenciando um acréscimo de cerca de 4,3 milhões de euros (1,9%), decorrente do resultado do período e dos dividendos distribuídos relativos ao exercício de 2024.

Relativamente ao passivo não corrente, os financiamentos obtidos ascenderam a cerca de 318,5 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 8,9 milhões de euros (3%), comparativamente ao ano anterior. De salientar que 88% da totalidade dos empréstimos apresentam maturidade superior a um ano.

As obrigações de benefícios de reforma e outros não financiadas registam, em 2025, um valor superior em 1,2 milhões de euros (22,3%), fixando-se em 6,7 milhões de euros. Esta variação resulta da conjugação da valorização obtida no fundo com o aumento das responsabilidades pela variação de pressupostos atuariais, nomeadamente da taxa de crescimento salarial.

O aumento verificado nas provisões constituídas em 1,8 milhões de euros resulta, sobretudo, do reforço das provisões para desmantelamento dos parques eólicos de Santa Maria, São Jorge, Flores e Corvo de 2,2 milhões de euros.

No passivo corrente, o saldo de fornecedores e outras contas a pagar de 69,8 milhões de euros apresenta uma variação positiva de 26%, mais 14,4 milhões de euros em relação a 2024. O aumento das outras dívidas a pagar correntes, em cerca de 10,3 milhões de euros, resulta da transferência para curto prazo do desvio tarifário de 2024 (11 milhões de euros) a devolver às tarifas em 2026. Este aumento está ainda influenciado pela subida verificada no saldo de fornecedores de investimento em 5,2 milhões de euros. Importa sublinhar que todas as dívidas a fornecedores se encontram dentro dos respetivos prazos de pagamento.

RESULTADOS DO PERÍODO

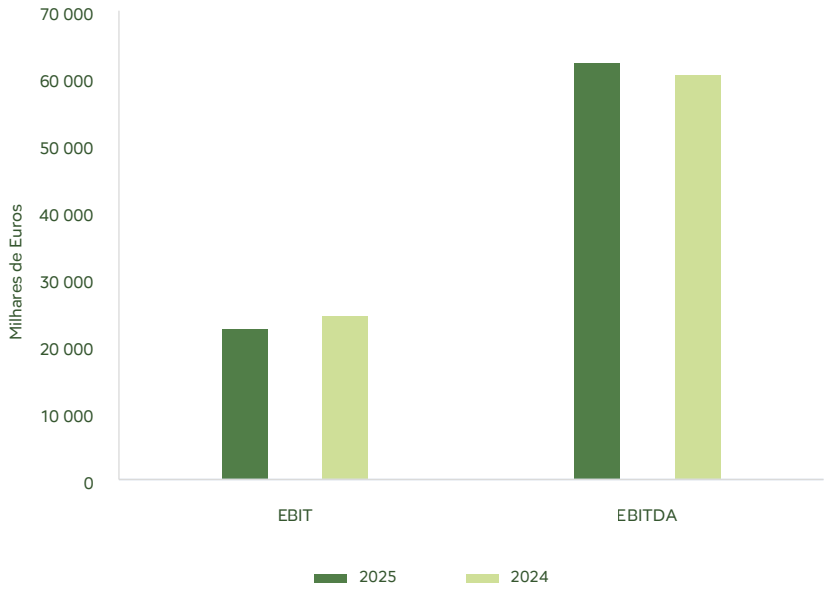
Tabela 29 - Resultados do período do Grupo EDA, em 2024 e 2025

10^3 EUR

Atividade	2025	2024	Var. 2025-24	Var.% 2025-24
EBIT	22 352,8	24 417,2	(2 064,5)	(8,5%)
EBITDA	62 324,0	60 534,5	1 789,6	3,0%
Resultados financeiros	(7 640,7)	(10 716,1)	3 075,4	28,7%
Resultados antes de impostos	14 712,0	13 701,1	1 010,9	7,4%
Resultado líquido do período atribuível a:	**11 230,9**	**10 151,3**	**1 079,6**	**10,6%**
Detentores do capital do Grupo EDA	11 407,3	10 395,9	1 011,4	9,7%
Interesses não controlados	(176,4)	(244,6)	68,2	(27,9%)
Rendimento integral do período atribuível a:	**9 306,6**	**10 731,4**	**(1 424,8)**	**(13,3%)**
Detentores do capital do Grupo EDA	9 483,0	10 976,0	(1 493,0)	(13,6%)
Interesses não controlados	(176,4)	(244,6)	68,2	(27,9%)
Resultado líquido por ação (€/ação)	**0,810**	**0,740**	**0,1**	**9,5%**
Resultado integral por ação (€/ação)	**0,680**	**0,780**	**(0,1)**	**(12,8%)**

O resultado operacional do Grupo EDA (EBIT), em 2025, totalizou cerca de 22,4 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 2,1 milhões de euros face aos 24,4 milhões de euros registados em 2024. Neste período, quer os rendimentos, quer os gastos operacionais aumentaram cerca de 27,8 e 30 milhões de euros, respetivamente, gerando um EBITDA próximo dos 62,3 milhões de euros.

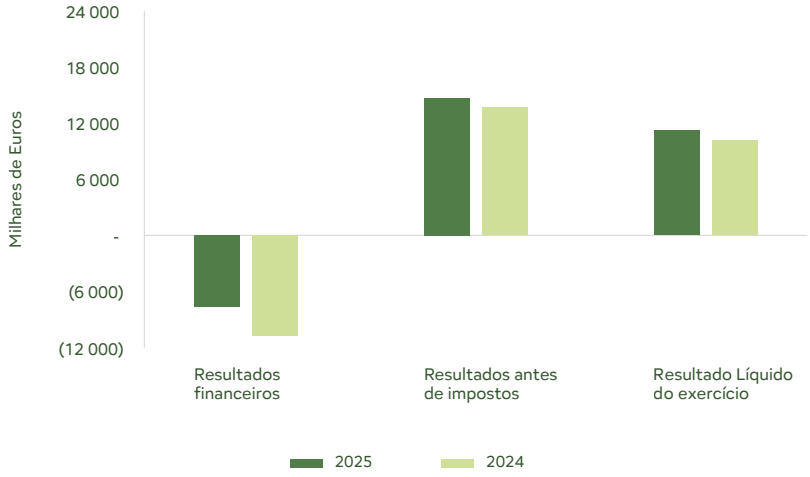
Gráfico 24 - EBIT e EBITDA, do Grupo EDA em 2024 e 2025



Salienta-se a importância para os resultados obtidos do reconhecimento extraordinário pelo Regulador de 95% das perdas que resultariam da aplicação do mecanismo regulatório de determinação de custos eficientes com a aquisição de fuelóleo, no valor de 8,9 milhões de euros. Adicionalmente, os juros de mora faturados, no valor de 5 milhões de euros, relativos à divida vencida paga pelos três hospitais públicos da região em 2025, apresentam também um forte impacte nos resultados do corrente exercício.

No Gráfico 25 é representada a evolução dos resultados financeiros, os resultados antes de impostos e o resultado líquido do período do Grupo EDA. Este último aumenta para 11,4 milhões de euros, mais cerca de 1 milhão de euros relativamente a 2024.

Gráfico 25 - Resultados do Grupo EDA em 2024 e 2025



GESTÃO FINANCEIRA

Mantendo uma gestão suportada no planeamento dos recursos e dos compromissos associados aos planos de negócio de cada empresa do Grupo, a par de uma política de gestão financeira centralizada, no final de 2025, o Grupo EDA dispunha de um montante 314 milhões de euros de linhas de crédito contratadas, das quais 179 milhões de euros em linhas de curto prazo e 135 milhões de euros em linhas de médio e longo prazo. No curto prazo o Grupo tem contratado 54 milhões de euros em contas concorrentes caucionadas que permite a gestão diária de tesouraria e 125 milhões de euros em Programas de Papel Comercial sem garantia de tomada firme.

Quanto às facilidades de crédito de médio e longo prazo, o Grupo dispunha no final de 2025, de um conjunto de Programas de Papel Comercial, com compromisso de tomada firme, no montante de 135 milhões de euros, nas modalidades de colocação direta e leilão competitivo de taxas de juro, instrumento que se tem revelado muito importante, uma vez que proporciona o acesso a uma base de investidores alargada, assegurando a flexibilidade necessária a uma eficiente gestão de tesouraria.

Do montante global contratado, no final do período de 2025, encontravam-se disponíveis e por utilizar 223,6 milhões de euros, cerca de 71% do limite total contratado.

No final do exercício de 2025 a dívida do Grupo EDA ascendia a 318,5 milhões de euros, menos 8,9 milhões de euros que a dívida reportada ao final de 2024.

Tabela 30 - Evolução da dívida financeira do Grupo EDA, em 2024 e 2025

10³ EUR

	2025			2024		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
EDA	38 427	280 154	318 580	34 546	292 910	327 456
EDA Renováveis	-	-	-	-	-	-
GLOBALEDA	-	-	-	-	-	-
SEGMA	-	-	-	-	-	-
Consolidado	**38 427**	**280 154**	**318 580**	**34 546**	**292 910**	**327 456**
Juros a pagar - Empréstimos	1 241	-	1 241	1 597	-	1 597
Juros pagos (antecipação)	-	(1 282)	(1 282)	-	(1 603)	(1 603)
	39 667	**278 871**	**318 539**	**36 143**	**291 307**	**327 450**

A dívida do Grupo está concentrada na EDA, em consequência do esforço de investimento que anualmente realiza.

Por fontes de financiamento, destacam-se, os empréstimos obrigacionistas que representam 58,3% e os Programas de Papel Comercial com 26,7% do total da dívida. Os empréstimos do mercado externo e interno e as contas correntes assumem um peso na dívida de cerca de 13,3% e 1,7%, respetivamente.

Tabela 31 - Custos e proveitos financeiros do Grupo EDA, em 2025

10³ EUR

	EDA	EDAR	SEGMA	GB	Total
Custos Financeiros[1]					
Juros Empréstimos	(10 234)	1 126	124	-	(8 984)
Comissões, Taxas aval e Outros	(1 460)	(0)	(7)	-	(1 467)
	(11 694)	**1 126**	**117**	-	**(10 451)**

[1] Inclui encargos financeiros capitalizados no montante de 2 807,04 mil euros
Não inclui *Unwinding* de passivos de locação no montante de 4 702,5 euros, referente à adoção da norma IFRS 16

Os encargos financeiros associados ao serviço da dívida consolidada, totalizaram no período, 10,5 milhões de euros, menos 3,1 milhões de euros que os custos financeiros suportados em 2024. Nestes estão incluídos os encargos financeiros capitalizados no montante de 2,8 milhões de euros.

Tabela 32 - Custo médio de financiamento Grupo EDA e EDA de 2008 a 2025

	Grupo EDA	EDA
2008	5,05%	4,99%
2009	2,91%	2,91%
2010	2,52%	2,60%
2011	3,44%	3,53%
2012	4,73%	4,76%
2013	3,67%	3,69%
2014	2,72%	2,95%
2015	2,29%	2,28%
2016	1,34%	1,29%
2017	1,21%	1,25%
2018	1,31%	1,34%
2019	1,24%	1,27%
2020	1,24%	1,27%
2021	1,20%	1,20%
2022	1,32%	1,32%
2023	3,61%	3,60%
2024	3,66%	3,65%
2025	3,30%	3,30%

O custo médio da dívida da Grupo atingiu 3,30% (3,66% em dezembro de 2024). Da dívida do Grupo, 72% estão contratualizados com taxa variável indexada à Euribor e 28% a taxas fixas.

Em 2025, o custo médio da dívida do Grupo EDA foi de 3,3%

Quanto às políticas de gestão de riscos seguráveis, assim como a contratação das apólices para sua cobertura e mitigação são coordenadas pela EDA e extensíveis a todas as empresas participadas que integram o grupo dos serviços partilhados.

No âmbito da sua ação social, o Grupo EDA tem dois planos de pensões em vigor, um de benefício definido e outro de contribuição definida. Para o financiamento das responsabilidades decorrentes dos complementos estão constituídos igualmente dois fundos de pensões. O fundo de contribuição definida é subscrito individualmente pela EDA, contribuindo também, em termos complementares, os próprios beneficiários. Em 2025, a empresa efetuou contribuições para este fundo no valor de 542,2 milhares de euros.

O fundo de benefício definido é totalmente financiado pela empresa e gerido por uma sociedade gestora de fundos de pensões de acordo com a política de investimentos definida no respetivo contrato de gestão. As responsabilidades com benefícios de reforma são calculadas anualmente com base em estudo atuarial efetuado por atuário independente. As contribuições para o fundo são determinadas pelo nível de financiamento das responsabilidades. No final de 2025, as responsabilidades a cargo do fundo eram de 41,5 milhões de euros. O valor do fundo ascendia a 41,3 milhões de euros, representando um nível de financiamento das responsabilidades a seu a cargo de 99,35%.

Nos termos das disposições previstas no Decreto-Lei n.º 12/2020, de 6 de abril, que estabelece o regime jurídico aplicável ao comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (CELE), bem como da Diretiva ERSE 29/2022, de 22 de dezembro, que regulamenta os incentivos para a gestão otimizada das licenças de CO_2, procedeu-se, em 2025, à aquisição no mercado de 357.038 licenças de emissão de CO_2 (EUA's) pelo valor de 26,5 milhões de euros, para cobertura dos direitos de emissão do ano.

5 . GESTÃO DO RISCO

RISCO FINANCEIRO

As atividades da EDA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros. A evolução dos mercados é analisada em consonância com a política de gestão de riscos determinada pelo Conselho de Administração.

A gestão do risco é conduzida centralmente pelo departamento financeiro com base em políticas aprovadas pela Comissão Executiva. O departamento financeiro identifica, avalia e remete à aprovação da Comissão Executiva, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da EDA.

A Comissão Executiva define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

Risco de taxa de câmbio
O Grupo EDA não tem operações significativas em moeda estrangeira.

Risco de crédito
O risco de crédito do Grupo EDA é diferenciado por área de negócio.

Eletricidade:
O risco de crédito existe, uma vez que parte significativa da venda de eletricidade resulta da faturação emitida aos consumidores finais de eletricidade. Contudo, é mitigado pela natureza essencial do bem fornecido, a energia elétrica, pelos mecanismos legais disponíveis para persuadir ao pagamento e pela dispersão da faturação por um número muito elevado de clientes.

Telecomunicações e Outros serviços:
Nas empresas do Grupo, com atividades inseridas em setores de mercado concorrenciais, o risco de crédito de clientes é mais elevado embora pouco significativo. Esta exposição ao risco de crédito prende-se, essencialmente, com os saldos a receber decorrentes da sua atividade operacional e é influenciado pelas características individuais de cada cliente. É efetuada uma gestão permanente das

carteiras de clientes e dos saldos devedores em aberto. O acompanhamento do perfil de risco de crédito dos devedores da Empresa, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente. Esta abordagem é complementada pelos procedimentos de cobrança.

No que se refere aos depósitos bancários do grupo, classificadas como Caixa e equivalentes de caixa, estas estão contratadas junto de instituições financeiras com um rating de crédito que varia entre A1 e Ba2, conforme a classificação da Moody's. Relativamente ao exposto verificamos uma melhoria na avaliação do rating das instituições financeiras em que se encontram as disponibilidades do Grupo EDA.

Risco de liquidez

O Grupo EDA efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento, com compromisso de tomada firme, para garantir o acesso imediato aos fundos. Estas linhas contratadas junto de instituições nacionais são utilizadas em complemento a programas de papel comercial e emissão de obrigações, assim como de créditos financeiros, contratados junto de instituições nacionais e internacionais, neste caso, quase exclusivamente contratados com o Banco Europeu de Investimento, os quais permitem diversificar as fontes de financiamento de curto e médio e longo prazo do Grupo EDA.

Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem dois impactos nas contas do Grupo: na remuneração dos ativos da empresa, conforme o regulamento tarifário; e no serviço da dívida contratada. O departamento financeiro da empresa, monitoriza de forma regular a evolução das taxas de juro, propondo à Comissão Executiva mecanismos para minimização desses impactos.

Uma vez que parte significativa dos ativos da EDA tem um rendimento garantido através das tarifas, indexado a taxa de juro do mercado, os seus fluxos de caixa operacionais são substancialmente afetados pelas alterações da taxa de juro de mercado. Acréscimos desta taxa determinam aumentos substanciais dos fluxos de caixa e vice-versa.

A EDA apresenta ainda exposição ao risco de taxa de juro, por via dos empréstimos obtidos pelas empresas do grupo. Os empréstimos emitidos com taxa variável expõem a EDA ao risco associado aos fluxos de caixa, decorrentes de alterações na taxa de juro. Os empréstimos emitidos com taxa fixa expõem a EDA ao risco de justo valor, decorrente de alterações na taxa de juro.

Riscos da atividade regulada

Os ganhos registados em cada período pela EDA resultam, em grande medida, dos pressupostos considerados pelo regulador, a ERSE, na definição das tarifas.

Risco de capital

O objetivo do Grupo EDA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital

ótima, através da utilização prudente de dívida e mantendo um *rating* de crédito sólido que lhe permita reduzir o custo de capital.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de construção de ativos para a concessão e ativos de empresas de produção a partir de energias renováveis; ii) a taxa de remuneração dos ativos regulados prevista no regulamento tarifário em vigor; e iii) a política de dividendos definida.

A EDA monitoriza ainda o seu capital total com base no rácio de gearing, o qual é determinado como sendo a dívida líquida a dividir pelo capital. A dívida líquida é calculada como o montante total de empréstimos (incluindo os saldos correntes e não-correntes conforme divulgado na Demonstração da posição financeira deduzido dos montantes de caixa e equivalentes de caixa). O capital total é calculado através da soma dos capitais próprios (como divulgado na Demonstração da posição financeira) acrescido da dívida líquida.

6 . VALORES CARACTERÍSTICOS – Grupo EDA

Destacam-se os seguintes indicadores económicos, do Grupo EDA, para o horizonte temporal compreendido entre 2021 e 2025.

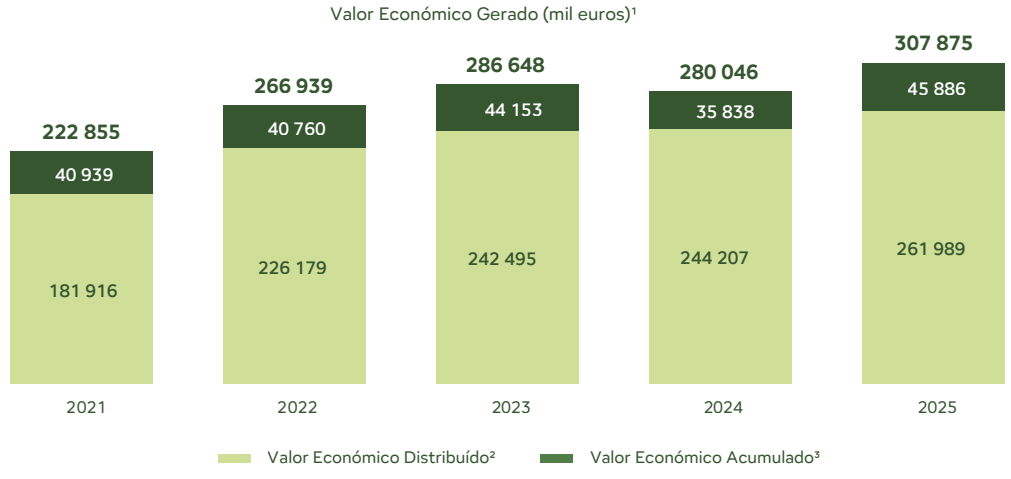
Tabela 33 - Indicadores económico-financeiros do Grupo EDA, de 2021 a 2025

10³ EUR

Atividade	2021	2022	2023	2024	2025	Var. 2025-24	%
Volume Negócios (10³ EUR)	219 493	263 499	280 049	274 653	299 089	24 436	8,7%
EBIT (10³ EUR)	19 882	19 323	30 752	24 417	22 353	(2 064)	(6,7%)
EBITDA (10³ EUR)	52 094	52 139	65 721	60 534	62 324	1 790	2,7%
Resultado Líquido[1)] (10³ EUR)	12 545	12 142	17 031	10 396	11 407	1 011	5,9%
Ativo (10³ EUR)	584 401	626 957	641 144	628 138	628 914	776	0,1%

[1)] Atribuível a detentores do capital do Grupo EDA

Gráfico 26 - Valor Económico Gerado e Distribuído, entre 2021 e 2025



[1] Valor Económico Gerado (VEG): Volume de negócios + Outros Proveitos Operacionais + Proveitos Financeiros + Ganhos/perdas em Associadas
[2] Valor Económico Distribuído (VED): Custos das Vendas + Custos Operacionais + Imposto Corrente + Custos Financeiros + Pagamento de Dividendos
[3] Valor Económico Acumulado: VEG - VED



B.

Sustentabilidade no Grupo EDA

B . SUSTENTABILIDADE NO GRUPO EDA

SOBRE O RELATÓRIO

O Grupo EDA (adiante designado Grupo EDA ou Grupo) reporta a sua informação não financeira de forma consolidada na presente secção, referente ao período de reporte de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025. O relatório engloba as várias empresas do Grupo EDA, à semelhança das informações financeiras apresentadas nas secções anteriores:

- **EDA - Electricidade dos Açores, S.A.;**
- **EDA Renováveis, S.A.;**
- **GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. e;**
- **SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.**

O Relatório de Sustentabilidade do Grupo EDA de 2025 foi elaborado com base num alinhamento inicial com a Diretiva de Reporte Corporativo de Sustentabilidade (CSRD) e respetivas Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS).

No âmbito do presente reporte, foi ainda conduzido um processo de revisão da Análise de Dupla Materialidade, realizada previamente em 2023, em conformidade com as ESRS. Nesta revisão, foi definido um conjunto de temas materiais, e respetivos impactos, riscos e oportunidades, que abrangem toda a cadeia de valor a montante e jusante do Grupo EDA.

Futuramente, o Grupo EDA irá alinhar a sua visão estratégica e as suas divulgações de sustentabilidade com os novos impactos, riscos e oportunidades materiais. Para efeitos do Relatório de Sustentabilidade de 2025, é reportada informação considerando a capacidade de reporte das empresas do Grupo para os vários temas, não garantindo a total resposta aos *datapoints* dos vários requisitos, mas assumindo o compromisso de melhor alinhamento no próximo ano.

Qualquer esclarecimento relacionado com as informações de sustentabilidade do Grupo EDA, questão ou sugestão em matéria de sustentabilidade, poderá ser endereçado através do seguinte contacto:

sustentabilidade@eda.pt

1. A EDA em 2025[10]

PILAR AMBIENTAL

44 989 MWh
Energia consumida

837 082 MWh
Energia própria emitida

2 335 ton
Resíduos produzidos

543 753 tCO_2e
Total de emissões
(market-based)

39 085 m^3
Água consumida

152 603 tCO_2e
Emissões evitadas

440 473 tCO_2e
Emissões de âmbito 1

18 tCO_2e
Emissões de âmbito 2
(market-based)

103 261 tCO_2e
Emissões de âmbito 3

PILAR SOCIAL

965
Colaboradore

18%
Mulheres

82%
Homens

26 940
Total de horas
de formação

PILAR *GOVERNANCE*

0
Condenações por infrações de combate à corrupção e ao suborno

0
Casos confirmados de corrupção ou suborno

0 €
Multas ou coimas aplicadas por infrações das leis de combate à corrupção e ao suborno

470 milhares €
Valor dispendido em serviços de cibersegurança e monitorização

[10] A energia própria emitida considera a energia produzida pelas centrais do Grupo EDA.

2 . SOBRE A EDA

2.1. História

No dia 20 de junho de 1980, a Assembleia Regional dos Açores aprovou uma proposta de Decreto Regulamentar Regional que visava a criação de uma empresa regional que fosse capaz de suprir as necessidades do subsetor energético - a eletricidade -, que se encontrava em grandes dificuldades. Para este efeito, a 21 de agosto do mesmo ano, foi publicado o Decreto Regional n.º 16/80/A, que previa a constituição de uma empresa pública regional, com a designação de Empresa de Electricidade dos Açores, E.P.. Constituída a 17 de julho do ano seguinte, a EDA, E.P., como ficou abreviada e popularmente conhecida, tinha como objetivo o estabelecimento e a exploração de serviço público de produção, transporte e distribuição de energia elétrica no arquipélago.

A 1 de outubro de 1981 iniciou a sua atividade, tendo como 1.º Presidente do Conselho de Gerência o Engenheiro Deodato Chaves de Magalhães Sousa, aderindo à mesma todas as entidades responsáveis pela gestão dos diversos sistemas elétricos de energia dos Açores, exceção feita aos Serviços Elétricos da Câmara Municipal da Praia da Vitória, Federação dos Municípios da Ilha das Flores e Câmara Municipal do Corvo.

Em janeiro de 1984, é integrado na Empresa de Electricidade dos Açores, E.P. o património dos Serviços Elétricos da Câmara Municipal da Praia da Vitória, ficando a EDA, E.P. sem jurisdição apenas no Grupo Ocidental do arquipélago.

A EDA, durante o primeiro decénio da sua existência, consolidou uma posição no tecido empresarial açoriano, tendo-lhe sido entregue, a 30 de março de 1992, pelo jornal Açoriano Oriental, os troféus relativos à maior empresa dos Açores, em volume de negócios e valor acrescentado bruto. Tendo em conta as expectativas criadas no tecido empresarial e atendendo ao sucesso da sua estratégia, a EDA, no início dos anos 90, inicia um processo inovador de progresso tecnológico, reorientando-se para uma reestruturação nos seus sistemas de informação, permitindo-lhe assumir uma nova atitude face aos seus clientes e aos seus colaboradores.

A 13 de janeiro de 1994, foram assinados os protocolos de transferência para a EDA, E.P. das instalações, serviço e distribuição de energia elétrica que eram explorados pela Federação dos Municípios da Ilha das Flores e pela Câmara Municipal do Corvo. Assim, a EDA, E.P., pela primeira vez no seu historial, passa a ter intervenção em todo o território da Região Autónoma dos Açores. A década de noventa marcará também uma nova aposta nas energias alternativas e na preservação do ambiente, designadamente através do reforço do investimento em centrais hidroelétricas e parques eólicos.

A 8 de abril de 1997, a EDA é transformada em sociedade anónima, introduzindo-se um novo conceito empresarial, o de Grupo EDA, através da aposta na diversificação e desenvolvimento de novos negócios

em áreas onde a EDA detinha elevado *know-how*. A 30 de dezembro de 1999, concretiza-se um importante passo no sentido da reprivatização da empresa, com a entrada, como parceiro estratégico, da EDP no seu capital social, com 10%.

A GLOBALEDA é fundada em 1997, sendo atualmente detida em 74,90% pela EDA e 25,10% pela NOVABASE Business Solutions. Tem como objetivo a conceção, o estudo e o acompanhamento de projetos na área das telecomunicações e dos sistemas de informação, a par da comercialização de produtos Vodafone para os setores residencial e empresarial.

Em 1998, é constituída a SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., com o objetivo de prestar serviços na área de engenharia. Atualmente, é detida em 90% pela EDA e 10% pela EDA Renováveis.

Em 2000, foi iniciada uma profunda reestruturação orgânica da EDA, destacando-se a extinção dos centros de exploração por ilha e a criação de três grandes áreas verticalizadas: Produção, Distribuição e Comercial.

Em 2002, com a publicação do Decreto-Lei n.º 69/2002, de 25 de março, verificou-se uma substancial alteração no setor elétrico regional, com a extensão das competências da ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Assim, as respetivas empresas passaram a ser sujeitas ao seu controlo e regulação e o sobrecusto da insularidade a ser suportado no quadro tarifário nacional.

Em 2003, iniciou-se a aplicação do novo processo de fixação de tarifas e cálculo das compensações pela convergência dos preços da energia elétrica pela ERSE, passando a EDA a receber mensalmente o valor assim definido.

Em 2005, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2005, de 3 janeiro, é autorizado o processo de alienação de um lote indivisível de 4.748.100 ações representativas de 33,92 % do capital social da Electricidade dos Açores, S. A.. O concurso foi ganho pela ESA - Energia e Serviços dos Açores, S.A., tendo sido este resultado homologado, sob proposta do Governo Regional dos Açores, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2005, de 23 de junho. Na sequência desta alienação procedeu-se, em Assembleia Geral realizada em julho, à eleição dos novos órgãos de gestão. Posteriormente, em setembro, foi efetuada a segunda fase do processo de reprivatização, através de oferta pública de venda (OPV) de 837.900 ações representativas de 5,98% do capital social, reservada a trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes.

Em 2006, a ESA reforça a sua participação na EDA, ficando detentora de 39,7% do seu total.

Em 2008, na sequência do projeto de cisão simples, a atividade de sistemas de informação foi destacada da GLOBALEDA e integrada na constituição de uma nova entidade designada por NOVABASE Atlântico, S.A..

Em 2013, a EDA Renováveis iniciou a sua atividade com os recursos humanos e os meios advenientes das sociedades fundidas (SOGEO e EEG), dispostos numa nova estrutura. No final desse ano, a Geoterceira fundiu-se, também, na EDA Renováveis, ficando esta empresa responsável pela exploração dos recursos hídricos, eólicos e geotérmicos do Grupo EDA. Em 2013, em Assembleia Geral realizada em 26 de dezembro de 2013, foi também deliberada a fusão da NOVABASE Atlântico na GLOBALEDA mediante a transferência global do seu património. Atualmente a EDA Renováveis é detida em 99,68% pela EDA e 0,32% pela SEGMA.

A EDA realizou, em 2023, o maior volume de investimento da sua história até então, no montante de 70 milhões de euros, ascendendo a 74,6 milhões de euros ao nível do Grupo EDA. Em 2025, o volume de investimento, excluindo participações financeiras, da EDA atingiu 38,9 milhões de euros, com o Grupo EDA a totalizar cerca de 75,9 milhões de euros em investimentos, evidenciando a continuidade de uma estratégia sustentada de modernização e reforço das infraestruturas energéticas da Região.

No domínio do investimento, destaca-se a entrada em exploração do sistema de reserva rápida de armazenamento de energia (BESS) na ilha de São Miguel, projeto que, à semelhança do sistema BESS da ilha Terceira, em exploração desde 2023, foi financiado pelo Programa Operacional Açores 2020 (PO2020). Foi igualmente assinado o contrato de ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho, promovido pela EDA Renováveis, que permitirá um aumento de 12 MW da potência instalada desta infraestrutura.

O ano de 2025 ficou ainda marcado por um passo decisivo no reforço da capacidade geotérmica do sistema elétrico regional, com o arranque de dois projetos estruturantes promovidos pela EDA Renováveis, financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência, num montante global de 71 milhões de euros. Estes projetos permitirão um acréscimo de 17 MW à capacidade de produção de energia geotérmica nos Açores. O primeiro corresponde à empreitada de conceção e construção de uma nova central geotérmica de 12 MW no Pico Vermelho, no concelho da Ribeira Grande, designada por "Expansão do Pico Vermelho", adjudicada ao consórcio Ormat International – C.M.E. O segundo projeto diz respeito à revitalização da Central Geotérmica da Ribeira Grande, com um aumento de 5 MW de potência instalada, adjudicada à Exergy International.

Paralelamente, a EDA Renováveis deu início ao processo de repotenciação dos parques eólicos das ilhas de Santa Maria, São Jorge e Flores. Este processo, cuja conclusão está prevista para 2026, representa um investimento global de 18,5 milhões de euros.

No seu conjunto, estes investimentos constituem um marco estratégico para o reforço da produção de energia renovável nos Açores, contribuindo de forma decisiva para a redução da dependência energética externa e para a consolidação de um sistema elétrico regional mais sustentável, resiliente e ambientalmente mais eficiente.

No âmbito da melhoria da relação com os clientes, foi iniciado o projeto de instalação de contadores inteligentes (*Smart Meters*) em toda a Região Autónoma dos Açores. A ilha do Corvo foi a primeira a concluir integralmente a substituição dos contadores, em outubro de 2025. O projeto, cuja conclusão está prevista para dezembro de 2028, representa um investimento de cerca de 16 milhões de euros. Ainda em novembro de 2025, a EDA apresentou um novo layout de fatura, com uma apresentação mais apelativa, maior uso de cor e reforço da informação disponibilizada, promovendo uma comunicação mais clara e eficaz com os clientes.

A atividade operacional em 2025 foi igualmente marcada pela passagem do furacão Gabrielle, em setembro, enquanto fenómeno climático extremo que colocou à prova a capacidade de resiliência da empresa e a eficácia dos seus mecanismos de antecipação e resposta. Foram adotadas medidas preventivas com vista a assegurar a segurança dos trabalhadores e dos equipamentos, bem como a continuidade do serviço público de fornecimento de energia. As equipas operacionais, de despacho e do *call center* foram reforçadas, os trabalhadores operacionais colocados em regime de máxima prontidão e assegurada uma estreita articulação com o Serviço Regional de Proteção Civil dos Açores. Apesar da ocorrência de numerosas interrupções de energias e de quedas de linhas de média e baixa tensão, as situações foram prontamente resolvidas, evidenciando o elevado profissionalismo e dedicação das equipas da EDA.

Ao nível do equilíbrio financeiro, o ano ficou assinalado pelo recebimento das dívidas dos hospitais da região, num montante de 26,4 milhões de euros, com os subsídios obtidos do PRR, e com a distribuição de resultados transitados pela SEGMA de 6 milhões de euros, o que permitiu uma redução da dívida bancária do Grupo EDA para 318,6 milhões de euros, menos 8,9 milhões de euros que a dívida registada em dezembro de 2024.

A 17 de novembro, foi publicada a Resolução do Conselho do Governo n.º 154/2025, da Presidência do Governo que autorizou a EDA e a EDA Renováveis a iniciar o procedimento de alienação das participações sociais detidas na SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda., e a EDA a dar início ao procedimento de alienação da participação social detida na GLOBALEDA – Telecomunicações e Gestão de Sistemas de Informação, S.A..

Ao abrigo desta mesma resolução a EDA procedeu em dezembro à aquisição da participação que a SEGMA detinha na EDA Renováveis, S. A., empresa que passou a ser detida a 100% pela EDA.

Também no final do ano de 2025 a ERSE aprovou os parâmetros para o novo período regulatório, a vigorar no período de 2026/29, os quais, continuando com um nível de exigência elevado, melhoraram face ao período regulatório anterior, no sentido de se aproximarem mais da necessária sustentabilidade económica financeira da empresa.

2.2. Uma missão com propósito

MISSÃO

Estamos na eletricidade com eficácia e qualidade para servir os nossos clientes. Assumimos um papel fundamental no processo de desenvolvimento dos Açores, com salvaguarda do património ambiental e cultural.

O Grupo EDA garante o desenvolvimento sustentável das suas empresas através da criação de valor para todas as partes interessadas, reconhecendo que as melhores práticas são indissociáveis do respeito pela segurança e a saúde das pessoas, do uso racional dos recursos e da preservação de um ambiente limpo.

O Grupo EDA promove uma política criadora de valor, essencial a uma posição de liderança socialmente responsável, considerando fundamental um **crescimento orientado aos interesses dos Açores** com base em riscos controlados e em parceria com as suas partes interessadas.

3 . DIVULGAÇÃO GERAL

3.1. Abordagem Estratégica

O Grupo EDA encontra-se profundamente comprometido com a transição energética dos Açores, assumindo um papel central no desenvolvimento e na crescente integração de energia proveniente de fontes renováveis, com vista ao reforço da autonomia energética da Região. Este compromisso materializa-se num volume significativo e continuado de investimento em infraestruturas de produção renovável, armazenamento de energia e modernização do sistema elétrico, promovendo simultaneamente a redução da dependência de combustíveis fósseis e a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa (GEE).

A transição energética do arquipélago é conduzida de forma responsável e faseada, assegurando, em

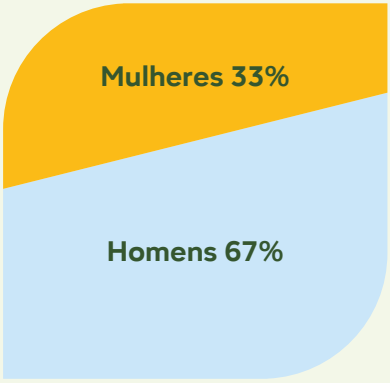
permanência, a garantia de abastecimento das nove redes elétricas isoladas e de pequena dimensão que caracterizam os Açores. Neste contexto, a aposta em soluções tecnológicas inovadoras, nomeadamente ao nível da geotermia, da energia eólica, da energia fotovoltaica, dos sistemas de armazenamento de energia (BESS) e da digitalização das redes, constitui um vetor estruturante da estratégia do Grupo, permitindo reforçar a resiliência, a flexibilidade e a eficiência operacional do sistema elétrico regional.

Este compromisso estratégico foi consolidado com a aprovação, em 2025, da Estratégia de Descarbonização do Grupo EDA, que constitui um instrumento estruturante para orientar a transição energética, reduzir a pegada carbónica do Grupo e reforçar a sustentabilidade ambiental do sistema elétrico regional, até 2050.

No âmbito da sua atividade, o Grupo EDA reconhece que a sustentabilidade é um fator determinante para a viabilidade e criação de valor a longo prazo. A sua abordagem estratégica assenta no reconhecimento da interdependência entre as operações, o ambiente e a sociedade, integrando de forma transversal as dimensões ambiental, social e de governance (ESG) nas diversas áreas de negócio, desde a produção e distribuição de energia até à relação com os clientes e à gestão financeira. Esta integração reflete-se igualmente no investimento em projetos orientados para a mitigação dos impactos das alterações climáticas, no reforço da resiliência face a fenómenos extremos, bem como no apoio a iniciativas de natureza social e cultural, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde o Grupo está presente.

O Conselho de Administração (CA) do Grupo EDA, o mais alto órgão de *Governance*, é composto por 9 elementos, onde 5 são membros executivos, constituídos em Comissão Executiva (CE), órgão com competência para assegurar a gestão corrente da sociedade, para operações de valor até 1,5 milhões de euros, de acordo com a delegação efetuada pelo CA. As operações sobre participações sociais não são delegáveis e a designação como Administradores Executivos e Não Executivos decorre de decisão da Assembleia Geral.

Composição do CA

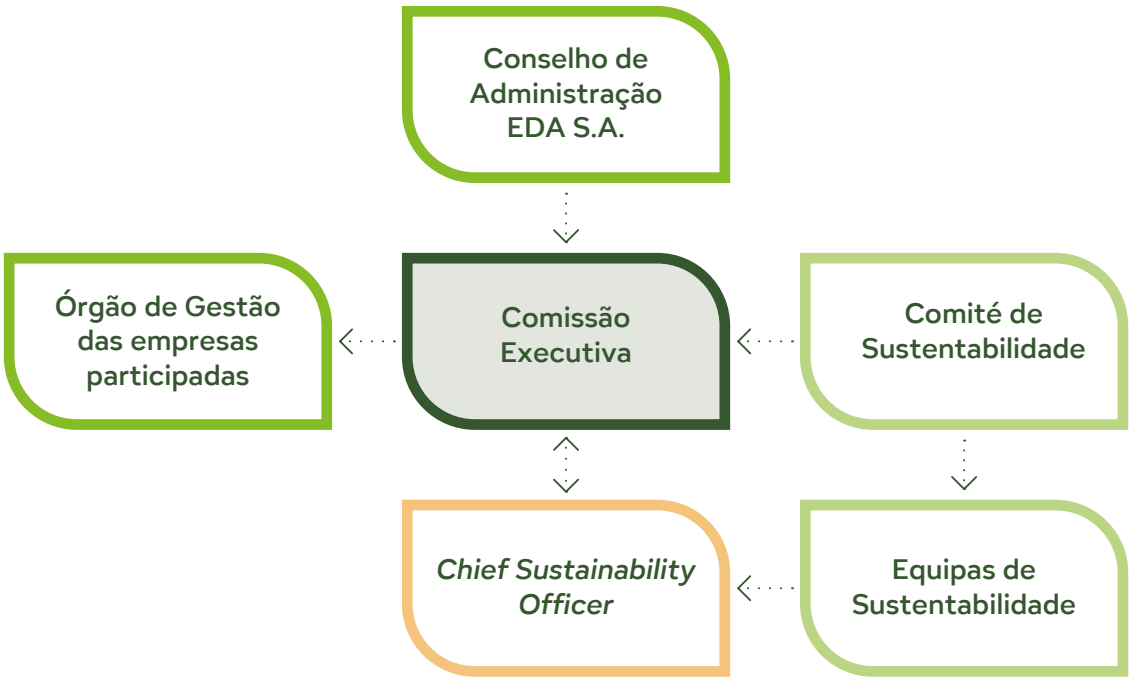


No Grupo EDA, a área da sustentabilidade está sob a responsabilidade do ***CSO – Chief Sustainability Officer***, que recebe e gere as informações sobre estas temáticas, de forma regular e integrada no Sistema de Gestão da organização, garantindo o cumprimento regulatório, o envolvimento de todas as Equipas de Sustentabilidade e o reporte de planos e desempenhos à CE.

As **Equipas de Sustentabilidade** são responsáveis, no contexto do Sistema de Gestão do Grupo, pela gestão das várias componentes ESG, dos temas materiais alocados aos Diretores e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e participam também na elaboração do reporte de sustentabilidade.

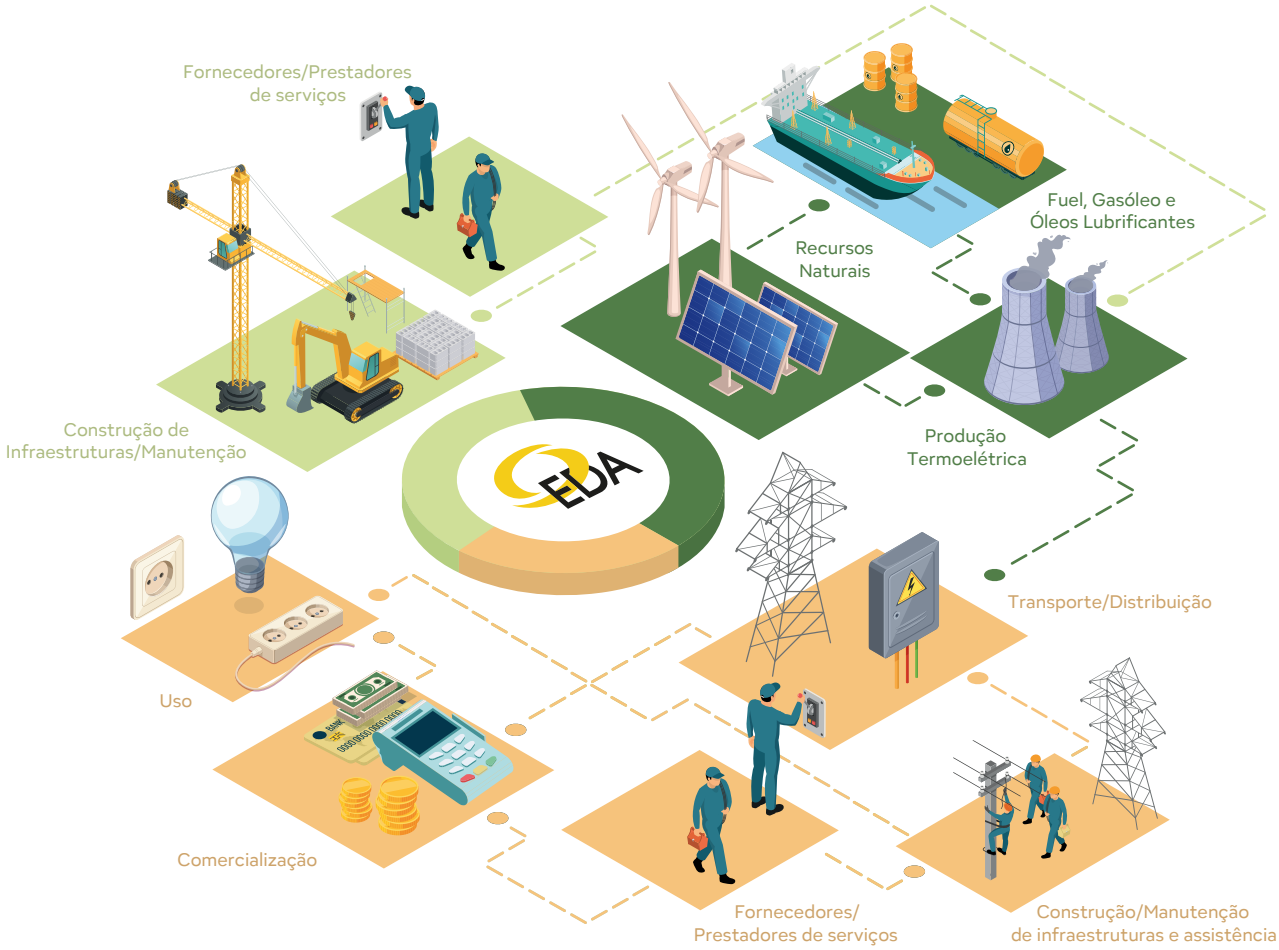
Foi ainda instituído um **Comité de Sustentabilidade**, composto pela CE, pelos Órgãos de Gestão das participadas e pelas Equipas de Sustentabilidade, que acompanha a implementação de políticas e objetivos ESG e avalia o seu desempenho, analisa e propõe medidas e meios para a execução do Plano de Gestão ESG, monitoriza a evolução dos principais indicadores de segurança no trabalho e propõe ações de melhoria, e analisa os procedimentos e os documentos a implementar transversalmente nas empresas do Grupo EDA.

Gráfico 27 - Modelo de *Governance*



O Grupo EDA desenvolve a sua atividade para garantir um abastecimento de energia elétrica seguro, eficiente e contínuo nas nove ilhas dos Açores. O seu modelo de negócio assenta, por isso, na produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica, promovendo a sustentabilidade e a inovação tecnológica de forma transversal. Este modelo pressupõe também um estreito envolvimento com os diversos intervenientes da cadeia de valor e a promoção dos valores do Grupo em todas as relações laborais e comerciais.

Gráfico 28 - Cadeia de valor do Grupo EDA



Ao antecipar e responder de forma proativa aos desafios ambientais e sociais, o Grupo EDA reforça a sua capacidade de adaptação a um enquadramento regulatório progressivamente mais exigente, mitiga riscos associados à sustentabilidade e afirma uma posição de liderança no setor relativamente a estas matérias. Neste contexto, o Grupo assume como prioridade a implementação de uma abordagem sistemática e estruturada para a identificação, avaliação e gestão dos riscos ESG relevantes para a sua atividade.

Em 2023, foi realizada uma análise comparativa com pares do setor e referenciais de sustentabilidade, com o objetivo de identificar os riscos ESG mais relevantes para o Grupo EDA. Esta análise teve por base os temas materiais identificados no âmbito do processo de Dupla Materialidade. Adicionalmente, foram consideradas as recomendações da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD) para a identificação dos riscos climáticos, em alinhamento com o tema material "Alterações Climáticas", abrangendo quer os riscos de transição associados aos processos de mitigação e adaptação, quer os riscos físicos decorrentes de fenómenos climáticos extremos e de outros impactos relacionados com o clima.

A metodologia de avaliação de riscos e definição de prioridades assenta na sua quantificação com base em critérios objetivos aplicáveis a cada parâmetro, sendo os riscos posteriormente agregados numa escala qualitativa que permite a sua priorização em função do potencial impacto. Para os riscos considerados mais significativos são definidas medidas de controlo destinadas a mitigar ou eliminar os seus efeitos. A eficácia e o grau de implementação dessas medidas são objeto de monitorização periódica, sendo os respetivos resultados comunicados à gestão de topo. Ao longo dos diversos capítulos do relatório, os principais riscos são apresentados de forma detalhada, enquadrados por cada tema material.

3.1.1. Materialidade

No âmbito da sua visão estratégica em matéria de sustentabilidade, e em respostas às crescentes exigências regulatórias europeias, em 2025, o Grupo EDA procedeu à revisão da análise de dupla materialidade, previamente realizada em 2023, em conformidade com os requisitos das Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS) e da Diretiva de Relato de Sustentabilidade Empresarial (CSRD). Mais do que um requisito regulatório, esta análise constitui uma oportunidade de reflexão estruturada sobre os temas de sustentabilidade que mais relevantes para o Grupo e para as suas partes interessadas.

A análise de dupla materialidade considera uma avaliação de potenciais impactos, riscos e oportunidades, a nível ambiental, social e de Governance, sob a perspetiva de impacto e a perspetiva financeira.

DUPLA MATERIALIDADE

Materialidade de Impacto	O modo como o Grupo EDA afeta o planeta e a sociedade, através de impactos positivos e negativos.
Materialidade de Impacto	O modo como os temas de sustentabilidade afetam o desempenho financeiro do Grupo EDA, através de diversos riscos e oportunidades.

A análise considerou toda a cadeia de valor do Grupo EDA, desde as atividades de produção de energia até à relação com os consumidores finais, passando pelas interações com fornecedores e parceiros estratégicos. O resultado foi a identificação de **42 impactos, riscos e oportunidades (IROs) materiais**, em torno de 8 temas ESG.

Tabela 34 - Temas materiais

Norma ESRS	Tema	Subtema	Materialidade de impacto	Materialidade financeira
Ambiente				
ESRS E1	Alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas		●
		Mitigação das alterações climáticas	●	●
		Energia	●	●
ESRS E2	Poluição	Poluição do ar	●	
ESRS E5	Economia circular	Resíduos	●	
Social				
ESRS S1	Mão de obra própria	Condições de trabalho	●	●
		Igualdade no tratamento e oportunidades para todos	●	●
ESRS S2	Trabalhadores da cadeia de valor	Condições de trabalho	●	●
ESRS S4	Consumidores e utilizadores finais	Impactos relacionados com a informação para os consumidores e/ou utilizadores finais	●	●
		Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais	●	
Governance				
ESRS G1	Conduta empresarial	Cultura empresarial		●
		Gestão da relação com os fornecedores	●	
		Corrupção e suborno	●	●
Tema específico do Grupo EDA				
Tema específico do Grupo EDA	Desempenho económico sustentável	-		●

Legenda:
● Material na prespetiva de impacto e/ou financeira.

Os IROs materiais identificados constituem a base para a definição dos requisitos de divulgação aplicáveis no âmbito das ESRS temáticas relevantes e informam a integração progressiva dos temas de sustentabilidade nos processos de gestão e tomada de decisão do Grupo EDA. Ao longo do relatório serão apresentados os IROs relativos a cada tema material.

Os temas relacionados com Água e Recursos Hídricos (ESRS E3), Biodiversidade e Ecossistemas (ESRS E4) e Comunidades Afetadas (ESRS S3) não foram considerados materiais para o Grupo EDA, pelo que não são objeto de divulgação no presente reporte.

PROCESSO DE ANÁLISE DE DUPLA MATERIALIDADE

A metodologia adotada pelo Grupo EDA está em alinhamento com os requisitos das ESRS, tendo sido desenvolvida em quatro momentos distintos. O processo iniciou com o mapeamento e compreensão do negócio: as suas operações, o seu modelo de criação de valor, a forma como se relaciona com os diferentes intervenientes ao longo da cadeia de valor, e os fluxos de produtos e serviços mais relevantes.

Seguiu-se a fase de identificação, na qual foram listados os impactos, riscos e oportunidades potencialmente relevantes para a atividade do Grupo EDA, tendo por base um processo de análise dos principais referenciais setoriais e pares do Grupo, o mapeamento da cadeia de valor efetuado

inicialmente, e a auscultação dos principais *stakeholders*, culminando numa lista de **143 IROs**. Cada impacto foi classificado como: potencial ou real; no caso de ser potencial, se poderá ocorrer a curto, médio ou longo prazo; positivo ou negativo; no caso de ser negativo, se tem impacto ao nível dos direitos humanos.

A avaliação desta lista de IRO foi conduzida com base em critérios distintos consoante a sua classificação. Para os impactos, a análise centrou-se na gravidade, aferida através da escala do impacto, do âmbito dos seus efeitos e, no caso dos impactos negativos, do grau de irremediabilidade. Para os impactos potenciais, foi ainda considerada a probabilidade de ocorrência. Para os riscos e oportunidades, a avaliação considerou a magnitude do potencial efeito financeiro e a probabilidade de se concretizar.

Por fim, a fase de determinação consistiu na aplicação de thresholds de materialidade para identificar os IROs mais relevantes, seguida de uma validação interna que incluiu um exercício de calibração, assegurando que os resultados refletem adequadamente o contexto e as prioridades do Grupo EDA.

O PAPEL DOS *STAKEHOLDERS* E DOS ESPECIALISTAS INTERNOS

A avaliação de IROs foi realizada por especialistas internos de diversas direções do Grupo EDA, com conhecimento aprofundado do negócio e da realidade operacional, garantindo o alinhamento dos resultados com a visão estratégica do Grupo.

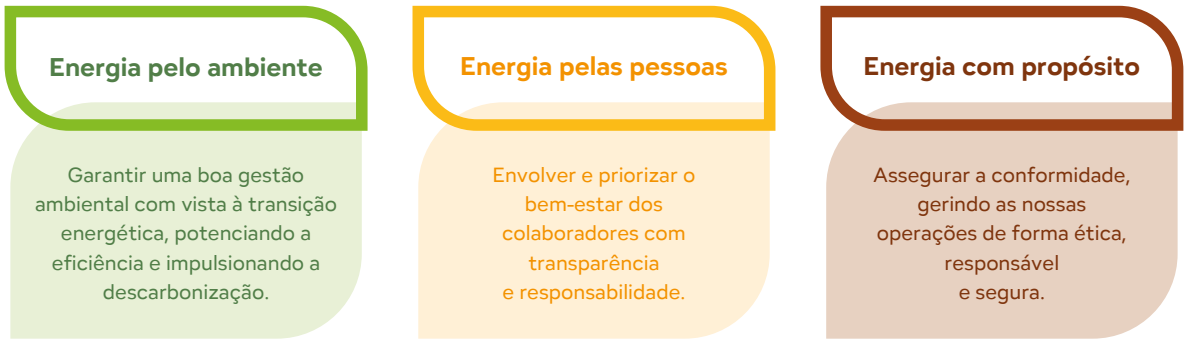
A análise de dupla materialidade contou ainda com a participação dos principais grupos de *stakeholders* do Grupo EDA, tendo sido realizado um processo de auscultação através de questionários online. As respostas obtidas foram incorporadas na avaliação da materialidade de impacto, nomeadamente na apreciação da escala dos efeitos identificados.

3.1.2. Eixos Estratégicos e linhas de atuação

A incorporação das questões de sustentabilidade na estratégia de negócio assume-se como uma prioridade para o Grupo EDA, de forma a não apenas garantir a mitigação de riscos e impactos negativos, como a tirar o melhor partido das oportunidades e impactos positivos associados a estas temáticas. O alinhamento com uma estratégia de sustentabilidade permite, ainda, assegurar o envolvimento das várias áreas da empresa nestes temas e garantir as necessidades das diversas partes interessadas.

Neste sentido, **em 2023 foi iniciada a definição da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo EDA**, alinhada com os temas materiais identificados e com o Plano Estratégico Plurianual da EDA e das restantes empresas do Grupo e **alicerçada em três grandes eixos: Energia pelo ambiente (eixo ambiental); Energia pelas pessoas (eixo social) e Energia com propósito (eixo de *Governance*)**.

Gráfico 29 - Eixos estratégicos



A definição dos eixos estratégicos de sustentabilidade teve por base não só os objetivos estratégicos já definidos para o Grupo, como a identificação dos temas materiais para o Grupo EDA e para o próprio setor. A partir destes eixos, foram desenvolvidas as linhas de atuação, de forma a assumir compromissos claros com cada um dos temas identificados.

Tabela 35 - Eixos estratégicos de sustentabilidade

Eixos estratégicos de sustentabilidade	Linhas de atuação
Energia pelo ambiente	Implementar medidas e tecnologias que visem a otimização do consumo de energia. Potenciar a mitigação das alterações climáticas através da redução de emissão de GEE. Potenciar a adaptação às alterações climáticas através de medidas que aumentem a resiliência do negócio. Contribuir para a descarbonização através da maximização da incorporação de renováveis e inovação tecnológica.
Energia pelas pessoas	Assegurar o desenvolvimento e valorização dos colaboradores e promoção da sua motivação e satisfação. Promover uma cultura de saúde e segurança, atenta às necessidades, bem-estar e integridade dos trabalhadores e de todos os que possam operar nas instalações do Grupo EDA.
Energia com propósito	Garantir o cumprimento de todos os requisitos legais e regulatórios nas empresas do Grupo EDA. Assegurar a privacidade, integridade e segurança da informação e dos ativos do Grupo EDA. Apostar em práticas preventivas que garantam a robustez dos sistemas de informação das empresas do Grupo EDA. Gerir o negócio com integridade e transparência, assegurando os valores éticos junto de colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros. Garantir a resiliência financeira e o crescimento sustentável do negócio do Grupo, contribuindo para o desenvolvimento dos Açores. Potenciar a implementação de medidas que visem uma cadeia de valor mais sustentável. Desenvolvimento de processos que garantam o regular, contínuo e eficiente abastecimento de energia elétrica Promover a mitigação e prevenção dos riscos no Grupo EDA. Estabelecer uma relação permanente e contínua de proximidade, confiança e satisfação com os nossos clientes. Garantir a qualidade de serviço técnica prestada.

Em 2025, o Grupo EDA desenvolveu também uma Estratégia de Descarbonização, através do qual foram definidas as metas e medidas de redução de emissões, contribuindo desse modo para o Roteiro Regional de Neutralidade Carbónica (RNCA) (mais informação em 4.1.1. Estratégia de Descarbonização).

O alinhamento entre a estratégia de sustentabilidade, as Medidas de Descarbonização e o Plano Estratégico Plurianual da EDA e das restantes empresas do Grupo irá garantir a implementação futura de iniciativas, metas e métricas de sustentabilidade necessárias à elaboração de uma estratégia robusta para o Grupo, a médio e longo prazo, promovendo um objetivo comum: preservar o nosso património único através de práticas energéticas sustentáveis, promovendo uma economia de baixo carbono e envolvendo ativamente as partes interessadas para um futuro mais sustentável.

Nos próximos anos, e de acordo com os resultados do novo exercício de materialidade, as linhas de ação serão revistas de forma a ser estruturada uma estratégia de sustentabilidade sólida e alinhada com os impactos, riscos e oportunidades materiais identificados. No âmbito deste processo, serão igualmente definidas medidas e metas específicas, bem como os respetivos mecanismos de monitorização e reporte, assegurando uma implementação eficaz e transparente da estratégia.

3.1.3. Garantia da Segurança no Abastecimento

A garantia de abastecimento de energia elétrica tem um elevado impacto na qualidade de vida das populações e na criação de valor económico nos diversos setores de atividade, pelo que, qualquer interrupção ou perturbação no seu fornecimento, provoca constrangimentos socioeconómicos, comprometendo o funcionamento de atividades críticas e essenciais à vida humana.

A segurança do abastecimento não se limita a um objetivo operacional, mas representa um eixo fundamental nas decisões estratégicas e no modelo de negócio do Grupo EDA, influenciando diretamente as escolhas de investimento, operação e gestão de riscos e contribuindo, assim, para a sustentabilidade económica e financeira do Grupo.

A avaliação e mitigação de riscos, tais como interrupções no fornecimento de energia, ameaças cibernéticas, dependência de combustíveis fósseis e impactos das alterações climáticas, são elementos centrais na estratégia de gestão do Grupo. Estes fatores determinam a implementação de medidas preventivas e planos de contingência, essenciais para garantir a fiabilidade e resiliência do abastecimento de energia elétrica.

O Grupo explora diretamente os sistemas electroprodutores que garantem o regular abastecimento de energia elétrica na RAA, sendo constituídos por nove centrais termoelétricas (cinco alimentadas a gasóleo e quatro a fuelóleo), dois sistemas de armazenamento de energia do tipo BESS, três centrais geotérmicas, oito parques eólicos, 12 centrais hidroelétricas e dois parques fotovoltaicos. Nestas instalações electroprodutoras, é ainda consumida energia elétrica para o seu funcionamento.

nquanto concessionária do Transporte e Distribuição de Energia Elétrica da Região Autónoma dos Açores (RAA), a EDA é responsável por assegurar a segurança do abastecimento nos sistemas elétricos de cada uma das nove ilhas, sem viabilidade de interligação entre si ou com a rede europeia. Esta ausência de interligação provoca, contudo, uma forte dependência de produtos petrolíferos para satisfazer as necessidades energéticas locais, representando uma vulnerabilidade significativa para a segurança do abastecimento. Neste sentido, o Grupo EDA tem vindo a investir na diversificação das

fontes de energia, através do aproveitamento de diversos recursos renováveis, como o hídrico, geotérmico, eólico e solar, bem como em soluções tecnológicas complementares que permitem a integração e gestão eficiente da energia renovável no sistema elétrico, sem colocar em causa a sua estabilidade e qualidade. Desta forma, assegura a robustez do sistema electroprodutor, aumenta a sua flexibilidade e reduz a relevância dos combustíveis fósseis. Por outro lado, o Grupo está também focado em dotar as redes de transporte e distribuição de capacidade de escoamento e resiliência.

Entre essas soluções tecnológicas, destaca-se a instalação de sistemas de armazenamento de energia em baterias (*Battery Energy Storage System* - BESS), implementados nas ilhas de São Miguel e Terceira, que, juntamente com a implementação de sistemas inteligentes da gestão de energia, otimizam o controlo da geração e do armazenamento de energia. Além disso, estes sistemas desempenham um papel crucial na estabilidade da rede elétrica e permitem aumentar a introdução de energias renováveis, minimizar o funcionamento dos grupos térmicos e assegurar o controlo de tensão e frequência, substituindo a reserva de energia girante por estática. A BESS possui também uma capacidade de energia significativa, permitindo responder às necessidades energéticas durante períodos de pico de consumo, em situações de saídas intempestivas de grupos geradores da rede elétrica, além de contribuir para a suavização das flutuações na geração de energia renovável. presenta um investimento de cerca de 16 milhões de euros.

Destaca-se também, no contexto da resiliência e continuidade do serviço público de fornecimento de energia, o papel dos Grupos Geradores Móveis, cuja operação cumpre integralmente os normativos europeus aplicáveis em matéria de emissões, eficiência, ruído e desempenho técnico. Estes equipamentos constituem um recurso crítico para assegurar a resposta em situações excecionais ou de contingência, reforçando a robustez e a segurança do sistema elétrico regional, sem comprometer os compromissos ambientais e de sustentabilidade assumidos pelo Grupo EDA.

Anualmente, são monitorizados dados relativos ao consumo de energia elétrica e estimada a sua evolução durante os próximos anos, de forma a aferir a adequação dos sistemas electroprodutores e das redes elétricas à procura. O Plano de Investimentos do Grupo EDA, que prevê a implementação de projetos no âmbito do desenvolvimento de infraestruturas e das energias renováveis para aumentar o seu contributo na produção de eletricidade nos Açores, é ajustado em função destas estimativas.

Ainda no contexto do Plano de Investimentos, para a elaboração do plano de expansão dos sistemas electroprodutores, é aplicado o critério de segurança N-2 (dois maiores grupos térmicos fora de serviço), para todas as ilhas em cenário de ponta máxima anual, que visa precaver falhas e garantir a capacidade de resposta em situações de contingência. Além disso, a dependência exclusiva de uma única infraestrutura de produção firme em cada ilha e o facto de as pontas máximas ocorrerem tendencialmente no verão quando os recursos renováveis são mais escassos (exceto o solar, mas muito inconstante devido às frequentes alterações da nebulosidade), representam riscos acrescidos para a segurança do abastecimento, exigindo investimentos em infraestruturas e equipamentos para mitigar potenciais falhas. Com esse objetivo, o Grupo EDA tem prevista a aquisição de um total de sete grupos geradores adicionais, com potências entre 1 000 e 1 450 kVA, para reforçar a capacidade de resposta a eventuais crises energéticas, contribuindo para a resiliência dos sistemas electroprodutores.

Adicionalmente, o Grupo EDA procura implementar, sempre que possível, redundâncias em equipamentos críticos do sistema de transporte e distribuição, como linhas e transformadores, assegurando a fiabilidade e continuidade do fornecimento de energia.

No que concerne à evolução dos sistemas electroprodutores, e no contexto de substituição de produção térmica por renovável, a EDA promove a realização de estudos de garantia de segurança de abastecimento, através dos quais é avaliada a adequação destes sistemas a longo-prazo, tanto ao nível da reserva de cobertura como ao nível da reserva operacional.

Relativamente às redes, a EDA promove investimentos em infraestruturas que têm como objetivo evitar que a indisponibilidade total ou parcial de equipamentos possa provocar, direta ou indiretamente, a rutura do abastecimento de energia elétrica ou a suspensão da injeção de energia por parte de produtores. Investe também em novas infraestruturas que visem criar condições necessárias para a ligação à rede pública de novos centros produtores e de novos clientes. Para este efeito, procura garantir a resiliência dos sistemas aplicando critérios de segurança nas suas principais infraestruturas, nomeadamente nas linhas de transporte, redes de distribuição de média tensão (MT) e subestações[11]. Para a ligação de novos clientes, em MT e baixa tensão (BT), é assegurada a disponibilidade da potência requisitada, sem congestionamentos, e com as características da tensão de alimentação dentro dos limites admissíveis estabelecidos no Regulamento de Qualidade de Serviço e na norma NP EN 50160.

Em 2025, foi dada continuidade à remodelação de redes elétricas subterrâneas, nas cidades da Ribeira Grande e Lagoa, com o objetivo de melhorar a segurança do abastecimento a clientes críticos e aumentar a capacidade de reconfiguração das redes em situações de contingência.

Um outro vetor importante para a segurança de abastecimento é a existência de planos de manutenção preventiva, elaborados anualmente, cuja execução permite reduzir o número de avarias dos equipamentos e as consequências das suas indisponibilidades. Para este efeito, a EDA dispõe, desde 2014, de um sistema de consolidação e melhoria do processo de manutenção dos equipamentos mecânicos e elétricos, organizado num Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança (SGQAS) certificado. Com base neste sistema, que visa garantir a operacionalidade contínua das infraestruturas, são planeadas ações de manutenção ao nível do transporte e distribuição, uniformizados procedimentos em todas as ilhas, reunindo diversas valências técnicas e financeiras numa única aplicação de gestão da manutenção, e controladas as conformidades legais decorrentes dos regulamentos de segurança das instalações elétricas.

A segurança do abastecimento está também sujeita a riscos cibernéticos, que podem comprometer o funcionamento das infraestruturas críticas para o abastecimento público de eletricidade. A adoção de mecanismos robustos para garantir a segurança da informação e a proteção contra ataques cibernéticos é, por isso, uma prioridade estratégica para o Grupo EDA.

[11] Nas ilhas com maior área (São Miguel, Terceira e Pico), os sistemas de distribuição de energia são compostos por uma rede de transporte e uma rede de distribuição MT com diferentes níveis de tensão. Nas restantes ilhas, as redes de distribuição estão estabelecidas apenas com um nível de tensão.

No âmbito do plano de manutenção de 2025, foram executadas 1 221 ações de manutenção e 840 ações de inspeção em subestações e postos de transformação e seccionamento. Na rede de alta tensão (AT) e MT foram efetuadas manutenções em 97 km de rede e foram inspecionados 348 km destas redes. Relativamente às redes BT e iluminação pública, foram inspecionadas 300 redes, mais 66 que em 2024, e foram objeto de manutenção 1 324 redes, menos 388 relativamente ao ano anterior.

Adicionalmente, em 2025, foram executadas 242 inspeções relacionadas com a manutenção preventiva condicionada, 20 em subestações e 222 em postos de seccionamento e transformação e, ainda, análises de óleo, físico-químicas e cromatografia de gases dissolvidos em 39 transformadores.

Com o objetivo de garantir uma resposta rápida em caso de falha de fornecimento de energia elétrica, a empresa dispõe de recursos humanos ao nível de serviços de monitorização, prevenção e assistência técnica, através de Call Center, despacho de avarias e equipas de piquete, de modo a garantir a resposta rápida em caso de necessidade e falha de abastecimento de energia elétrica. Em complemento, existem equipas de intervenção que são mobilizadas em função da dimensão de cada evento. As ocorrências com maior impacto são avaliadas de imediato, com vista à sua resolução e à prevenção da sua reincidência, tanto em equipamentos como em situações de operação similares.

Tabela 36 - Inspeções e manutenções à rede

	Rede Média e Alta tensão	Subestações (painéis)	Postos de Seccionamento e Transformação	Rede de Baixa Tensão e Iluminação Pública
N.º total de equipamento / Extensão	**1 530 km**	**1 200**	**1 636**	**2 519**
N.º total de manutenções / Extensão	97 km	514	707	1 324
N.º total de inspeções / Extensão	348 km	-	840	300

Por forma a monitorizar a qualidade de serviço técnica, na perspetiva da sua continuidade, são utilizados diversos indicadores de análise, destacando-se os indicadores gerais de frequência (SAIFI - "*System Average Interruption Frequency Index*") e duração (SAIDI - "*System Average Interruption Duration Index*") das interrupções. Em Portugal, estes indicadores são regulados e fiscalizados pela ERSE, tendo por base um conjunto de padrões base definidos de acordo com o nível de tensão, a área geográfica e o número de clientes abrangidos. A este respeito, em 2025, a EDA cumpriu os padrões definidos em todas as ilhas e zonas de qualidade de serviço, com exceção do padrão definido para o indicador SAIFI BT na zona A do Faial.

Considerando todas as interrupções verificadas em pontos de entrega da rede de MT, intrínsecas aos sistemas da EDA e não incluindo as interrupções por acordo com os clientes ou factos imputáveis aos mesmos, em 2025, verificou-se um aumento da frequência média de interrupções (SAIFI) na Região, tendo o valor do indicador sido superior em 14,5% face ao ano transato. Em relação ao indicador de duração média de interrupções (SAIDI), verificou-se também um aumento do valor deste indicador na Região, cerca de 31,5%, face a 2024.

3.2. Envolvimento com *stakeholders*

A EDA considera de extrema relevância o envolvimento contínuo e de longo prazo com as suas partes interessadas, que permite construir e reforçar relações de confiança, partilhar conhecimento e informação relevante, antecipar dilemas e desafios para o negócio e para a sociedade e identificar novas oportunidades.

Gráfico 30 - Principais categorias de *stakeholders* do Grupo EDA



A gestão da relação com as várias partes interessadas é acautelada através de canais de comunicação distintos, que permitem uma recolha mais direcionada das necessidades e expectativas de cada grupo. Uma parte importante deste envolvimento foi a auscultação de *stakeholders* no âmbito do processo de Análise de Materialidade de Impacto, desenvolvido em 2023, que permitiu a identificação dos temas mais relevantes para o Grupo EDA e a devida incorporação destas necessidades e expectativas na estratégia de sustentabilidade do Grupo.

Tabela 37 - *Stakeholders* – expectativas e canais de comunicação

Stakeholders	Principais necessidades e expectativas	Canais de Comunicação
Clientes	Garantir a continuidade e qualidade da energia elétrica fornecida Salvaguardar a proteção ambiental Aposta na estratégia de sustentabilidade Preços Tratamento adequado de reclamações e outros pedidos Segurança de bens e pessoas	Visitas comerciais Livro reclamações SAP-ISU Atendimento Digital Correio eletrónico Folheto Fatura Inquérito
Fornecedores	Cumprimento de requisitos de parceria/contrato Garantia de continuidade do negócio Cumprimento do prazo de pagamento Avaliação do desempenho Potenciação da Imagem	Questionários SAP-ARIBA Relatórios
Colaboradores	Condições de trabalho adequadas e seguras Segurança de bens e pessoas Oportunidades de desenvolvimento Participação nas tomadas de decisão Comunicação dos objetivos transversais e individuais Reconhecimento adequado Garantia de ambiente de trabalho saudável e justo Pagamento da remuneração do trabalho desenvolvido Conciliação do trabalho com a vida pessoal Solidez financeira a longo prazo Preservar/ potenciação da Imagem Acesso à Medicina do Trabalho Salvaguarda dos direitos dos trabalhadores (AE)	Plataforma informática *Website* Correio eletrónico Reuniões Relatório Revisão pela Gestão SAP *Success Factors* Folhetos Relatórios Formação/ Sensibilização Placard Informativo *Sharepoint* Ata da reunião com registo dos assuntos discutidos Comité de Segurança
Comunidade	Preservação do meio ambiente Segurança do Sistema Elétrico Capacidade de resposta em situações de emergência Solidez financeira da empresa pública Apoios à comunidade local Cooperação no âmbito de iniciativas locais	*Website* Lojas e Centros de Energia *Call Center* Correio eletrónico Impressão
Entidades Oficiais	Cumprimento de legislação, regulamentos aplicáveis e outros requisitos subscritos	*Website* Correio eletrónico Plataforma digital Carta
Acionistas	Sustentabilidade financeira e criação de valor a longo prazo Rentabilidade e estabilidade dos resultados Boa governação corporativa e gestão prudente do risco Cumprimento dos objetivos estratégicos e do plano de investimentos Transparência na gestão e na informação prestada Alinhamento com as políticas públicas e estratégicas do setor energético regional e nacional	*Website* Correio eletrónico Plataforma digital Carta
Entidades Financeiras	Ausência de Acidentes Reduzido nível de risco Pagamento dos compromissos assumidos Implementação de projetos sustentáveis (*green bonds*) Transparência	*Website* Correio eletrónico Plataforma digital Carta
Concorrentes	Aumento da quota de energias renováveis no mix energético na RAA. Disponibilização de infraestruturas para permitir o aumento da quota de energias renováveis. Pagamentos atempados relativos à energia entregue na rede.	Reuniões Meios de comunicação oficiais
Comunicação Social	Comunicação transparente e atempada Comunicação fluída	Notas de imprensa Redes Sociais *Website*

3.3. Associações, Certificações e Reconhecimentos

A EDA participa em diversas associações e organizações dos setores energético, empresarial e universitário, através das quais partilha e tem acesso a informação e conhecimento relevante para o desenvolvimento da sua atividade. Entre estas, destacam-se:

- **Associação Portuguesa da Energia (APE)**, representante português do Conselho Mundial da Energia (*World Energy Council* - WEC);

- **Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico (ELECPOR)**, representante português do EURELECTRIC – *Union of the Electricity Industry*, onde tem vários representantes no NEIS – *Network of Experts in Islands Management System*;

- **WavEC - *Offshore Renewables***;

- **Conselho Externo de Aconselhamento e Aferição (CEAA)** da iniciativa Energia para a Sustentabilidade (EfS), da Universidade de Coimbra.

- **Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ)**, como membro dos seus órgãos sociais para o triénio de 2024-2026, a EDA participa no Conselho Estratégico Nacional da Energia da CIP - Confederação Empresarial de Portugal;

- **Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada (CCIPD)**;

- **Associação Portuguesa de Segurança (APSEI)**, a maior comunidade técnica de Segurança e organismo de normalização setorial responsável pela coordenação de três comissões técnicas de Segurança. Participa nos fóruns técnicos especializados no Núcleo Autónomo de Proteção Ativa (NAPA);

- **ISAC Açores**, uma comunidade colaborativa, de partilha de conhecimento e de assistência mútua, com vista ao reforço da ciber-resiliência na Região Autónoma dos Açores.

A EDA é ainda associada da **GRACE - Empresas Responsáveis**, sendo membro fundador do *Cluster* Açores. É também beneficiária do projeto **LIFE IP CLIMAZ (2021-2030)**, que pretende desenvolver medidas para a descarbonização do setor da energia. Além disso, é membro efetivo da **CT 224 - Cidades e Comunidades Sustentáveis**.

A EDA é membro ativo da **Cartilha da Sustentabilidade** e participa na **Comissão Técnica de Normalização Eletrotécnica** (CTE 13 - Aparelhagem de Medição de Energia Elétrica e de Controle de Carga), coordenada pelo Organismo de Normalização Sectorial (ONS) do Instituto Eletrotécnico Português (IEP). Faz parte do ***MAN Users Group* (MUG)**.

A EDA tem também colaborado com a **Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA)**, visando diminuir o impacto da sua atividade na avifauna da Região, nomeadamente através de medidas anti-eletrocussão e anti-colisão, reduzindo assim a sua mortalidade e ao mesmo tempo a melhoria na qualidade de serviço prestado. Colabora ainda em programas de educação ambiental das escolas açorianas e comunidades locais, promovendo a consciencialização ambiental e a importância do uso das energias renováveis e recursos endógenos.

A EDA Renováveis atua em diversas associações e organizações, nomeadamente:

- **Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN)** e do **Conselho Europeu de Energia Geotérmica (EGEC)**, que promove o aproveitamento de recursos geotérmicos na Europa e o Congresso Europeu de Geotermia (*European Geothermal Congress* - EGC), que realiza a cada três anos;

- **Associação Internacional de Geotermia (IGA)**, que defende e promove a utilização sustentável e o desenvolvimento dos recursos geotérmicos em todo o mundo;

- **Geothermal Rising** (anteriormente designada *Geothermal Resource Council*), uma associação educacional e sem fins lucrativos que promove o uso da energia geotérmica e organiza anualmente um congresso internacional nos EUA;

- **IntAirsect (*Internationalization of the Air Centre Within the Scope of the Azores Sectorial Challenges*)**, que visa contribuir, através de projetos-piloto, para a sustentabilidade das ilhas do Atlântico, focando-se em metodologias e tecnologias inovadoras, numa colaboração com universidades norte-americanas, europeias e sul-americanas e com a Electra de Cabo Verde.

A GLOBALEDA, por sua vez, assume parcerias e atuações com as seguintes entidades:

- **Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada (CCIPD);**

- **Universidade de Aveiro;**

- **Universidade dos Açores;**

- **Associação Empresarial de Comunicações de Portugal (ACIST).**

A SEGMA, por sua vez, assume parceria e atuação com a **Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada (CCIPD).**

CERTIFICAÇÕES E RECONHECIMENTOS

O reconhecimento externo e independente dos serviços prestados pelo Grupo EDA tem sido um dos desígnios da empresa. Desta forma, o Grupo procura garantir que o sistema de gestão de qualidade, ambiente e segurança implementado se encontra em conformidade com os referenciais internacionais e, em simultâneo, garante uma gestão mais eficaz, quer da melhoria, quer dos aspetos ambientais das atividades desenvolvidas pela EDA, tendo em consideração a proteção ambiental, a poluição, o cumprimento legal e as necessidades socioecónomicas, promovendo a criação de valor para todas as partes interessadas.

As atividades do Sistema de Gestão do Grupo EDA possuem as seguintes certificações:

Tabela 38 - Certificações das atividades do Sistema de Gestão do Grupo EDA

Norma	Empresa	Designação
		Sistema de Gestão da Qualidade
NP EN ISO 9001	EDA	**Âmbito:** • Produção de energia nas centrais termoelétricas de São Miguel, Terceira, Graciosa, Pico, Faial e Santa Maria. • Manutenção da rede de transporte e distribuição de energia elétrica na RAA; • Comercialização de energia elétrica na RAA; • Manutenção de sistemas de produção de energia na RAA; • Gestão dos sistemas de contagem de energia e qualidade da onda de tensão. **Locais:** • Central do Caldeirão; Central do Belo Jardim; Central da Graciosa; Central do Pico; Central de Santa Bárbara; Central do Aeroporto; Serviços de Manutenção da Produção em todas as ilhas; Edifícios do Aprovisionamento em cada ilha; • Edifício Sede da Administração e Edifício escritórios dos Serviços Técnicos do Caminho da Levada; Lojas da EDA e Centros de Energia em todas as ilhas; Edifícios da Distribuição em cada ilha; Laboratório de Contadores, Telecontagem e Smartmeters (LATES).
	GLOBALEDA	**Âmbito:** • Prestação de Serviços de Manutenção de Infraestruturas de Telecomunicações; • Projetos e Instalações de Soluções de Telecomunicações; • Comercialização e Assistência Técnica de dispositivos eletrónicos; • Consultoria, Conceção, Desenvolvimento, Instalação e Manutenção de Soluções de Sistemas de Informação; • Comercialização de produtos de Sistemas de Informação. **Locais:** • Delegação Lisboa em Alfragide; Centro Técnico, Área Empresarial, NONAGON e Central EDA localizados em São Miguel; Armazém na ilha Terceira; Edifício EDA na ilha do Pico; Central de Santa Bárbara; • Lojas GLOBALEDA nas ilhas São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico e Faial.
	SEGMA	**Âmbito:** • Consultadoria, Projeto, Fornecimento, Montagem, Fiscalização, Manutenção e Operação de Instalações Elétricas (BT/MT), Telecomunicações, Eletromecânicas e Mecânicas, Avac, Grupos Geradores, Ups, Equipamentos de Energias Renováveis; • Certificação Energética de Edifícios e Auditorias Energéticas; • Gestão e Manutenção de Unidades Industriais e Edifícios. **Locais:** • Sede e Armazém localizados na ilha de São Miguel e o Núcleo presente na ilha da Terceira.

Norma	Empresa	Designação
		Sistema de Gestão Ambiental
NP EN ISO 14001	**EDA**	**Âmbito:** • Produção de energia e manutenção de sistemas de energia nas centrais termoelétricas de São Miguel, Terceira, Graciosa, Pico, Faial e Santa Maria; **Locais:** • Central do Caldeirão; Central do Belo Jardim; Central da Graciosa; Central do Pico; Central de Santa Bárbara; Central do Aeroporto; Serviços de Manutenção da Produção de São Miguel, Terceira, Graciosa, Pico, Faial e Santa Maria; Edifícios do Aprovisionamento de São Miguel e Terceira.
	GLOBALEDA	**Âmbito:** • Prestação de Serviços de Manutenção de Infraestruturas de Telecomunicações; • Projetos e Instalações de Soluções de Telecomunicações; • Comercialização e Assistência Técnica de dispositivos eletrónicos; • Consultoria, Conceção, Desenvolvimento, Instalação e Manutenção de Soluções de Sistemas de Informação; • Comercialização de produtos de Sistemas de Informação. **Locais:** • Delegação Lisboa em Alfragide; Centro Técnico, Área Empresarial, NONAGON e Central EDA localizados em São Miguel; Armazém na ilha Terceira; Edifício EDA na ilha do Pico; Central de Santa Bárbara; • Lojas GLOBALEDA nas ilhas de São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico e Faial.
		Sistema de Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional
NP ISO 45001	**EDA**	**Âmbito:** • Produção de energia e manutenção de sistemas de energia nas centrais termoelétricas do Faial, Santa Maria e Terceira; Serviços de Manutenção da Produção do Faial, Santa Maria e Terceira; **Locais:** • Central de Santa Bárbara, Central do Aeroporto e Central do Belo Jardim.
	GLOBALEDA	**Âmbito:** • Prestação de Serviços de Manutenção de Infraestruturas de Telecomunicações; • Projetos e Instalações de Soluções de Telecomunicações; • Comercialização e Assistência Técnica de dispositivos eletrónicos; • Consultoria, Conceção, Desenvolvimento, Instalação e Manutenção de Soluções de Sistemas de Informação; • Comercialização de produtos de Sistemas de Informação. **Locais:** • Delegação Lisboa em Alfragide; Centro Técnico, Área Empresarial, NONAGON e Central EDA localizados em São Miguel; Armazém na ilha Terceira; Edifício EDA na ilha do Pico; Central de Santa Bárbara; • Lojas GLOBALEDA nas ilhas de São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico e Faial.
		Boas Práticas na Gestão de Riscos Biológicos
GP *Biorisks*	**EDA**	**Âmbito:** • Produção de energia nas centrais termoelétricas; manutenção de sistemas de produção; distribuição de energia elétrica; manutenção da rede de transporte; comercialização de energia elétrica na RAA. **Locais:** • Centrais Termoelétricas em todas as ilhas; Serviços de Manutenção da Produção em todas as ilhas; Edifícios do Aprovisionamento em cada ilha; • Edifícios do Caminho da Levada (edifício sede, edifício técnico e edifício, e.g., ex-CTPDL); Lojas da EDA em todas as ilhas; Edifícios da Distribuição em cada ilha.
NP EN ISO/IEC 17025	**EDA**	**Âmbito:** • Contagem de Energia; Onda de Tensão **Locais:** • Laboratório LATES (Laboratório de Contadores, Telecontagem e *Smartmeters*).

A EDA tem sido de igual forma distinguida pelo seu desempenho, compromisso e contributo para o setor. Entre os reconhecimentos atribuídos em 2025 destacam-se:

- **II Jornadas Regionais da Sustentabilidade**

As II Jornadas Regionais da Sustentabilidade decorreram no dia 2 de outubro de 2025, no Hotel Azoris Royal Garden, em Ponta Delgada, numa organização conjunta da EDA e do Grupo Finançor, integradas no Programa de Ações do GRACE – Açores para 2025. O evento reuniu especialistas, empresas e entidades públicas e privadas para promover o diálogo, a capacitação e a partilha de conhecimento sobre os três pilares ESG.

As jornadas assumiram-se como um espaço de partilha de soluções práticas e de construção de redes colaborativas, pretendendo reforçar a preparação das organizações para as exigências regulatórias e competitivas ligadas à sustentabilidade, bem como sensibilizar a sociedade açoriana para o papel da sustentabilidade como motor do desenvolvimento económico, social e ambiental.



- **Prémio Dedicação APQ**

O 48.º Colóquio da Qualidade, promovido pela Associação Portuguesa para a Qualidade (APQ) e com a coorganização da EDA, na qualidade de vice-presidente da APQ, encerrou com uma cerimónia marcada pela entrega dos APQ Awards, onde se destacou a atribuição do Prémio Dedicação APQ - distinção que reconhece pessoas ou equipas cujo percurso reflete um contributo excecional e continuado para a missão da Associação.

Na edição de 2025, a Direção da APQ atribuiu o Prémio Dedicação APQ à Equipa da EDA, prestando apoio regular às atividades da Delegação Regional dos Açores. O reconhecimento destaca o envolvimento contínuo, o profissionalismo e o contributo relevante desta equipa para o fortalecimento da presença e impacto da Qualidade na Região Autónoma dos Açores.

A distinção insere-se no conjunto de prémios atribuídos no evento e visa sublinhar o papel de todos aqueles que, através da sua dedicação, impulsionam a melhoria contínua e a cultura de excelência promovidas pela APQ. Através deste prémio, a APQ reforça o seu compromisso em valorizar o trabalho desenvolvido pelas equipas e personalidades que contribuem de forma significativa para o progresso da Qualidade, tanto nos Açores como no resto do país.



4 . PILAR AMBIENTAL

44 989 MWh
Energia consumida

837 082 MWh
Energia própria emitida

2 335 ton
Resíduos produzidos

543 753 tCO_2e
Total de emissões
(market-based)

18 tCO_2e
Emissões de âmbito 2
(market-based)

39 085 m^3
Água consumida

440 473 tCO_2e
Emissões de âmbito 1

103 261 tCO_2e
Emissões de âmbito 3

152 603 tCO_2e
Emissões evitadas

4.1. Alterações Climáticas e Transição Energética

Tabela 39 - Alterações Climáticas e transição energética: Impactos, Riscos e Oportunidades

Subtema	Descrição	Tipo	Cadeia de valor	Potencial / Real
Adaptação às alterações climáticas (ESRS E1)	A ocorrência, cada vez mais frequente, de fenómenos meteorológicos extremos, devido ao agravamento das alterações climáticas, pode provocar danos em equipamentos e consequentes falhas no fornecimento de energia, resultado em possíveis danos na reputação e custos com manutenção e investimento na construção de infraestruturas mais resilientes.	R	OP	●
Mitigação das alterações climáticas (ESRS E1)	A integração de fontes renováveis, como solar, eólica, hídrica e geotérmica, no mix energético contribui para a redução das emissões de GEE associadas à produção de energia.	I+	OP	☑
	As emissões significativas de gases de efeito de estufa, geradas pelas atividades energéticas, intensificam as alterações climáticas e os seus impactos ambientais.	I-	OP	☑
	A produção de energia elétrica com recurso a combustíveis fósseis, nomeadamente gasóleo, fuelóleo e lubrificantes, para além de potenciar uma forte dependência energética do exterior, promove a extração e transformação de recursos fósseis, agravando as alterações climáticas devido às elevadas emissões de GEE.	I-	M	☑
	Devido ao crescente desenvolvimento de novas soluções de combustíveis sustentáveis e alternativos, como uma solução viável de futuro, é possível manter o funcionamento das centrais térmicas num contexto de descarbonização.	O	OP	●●
	O armazenamento permite acumular energia quando há excesso de produção renovável e disponibilizá-la quando a procura é maior, maximizando a integração de energia renovável, quer pelo balanceamento de cargas, quer pela redução do curtailment. Por outro lado, assegura maior segurança e confiabilidade do sistema em caso de falhas ou interrupções no fornecimento e redução dos picos de carga.	O	OP	●●
	A integração de energia renovável em sistemas elétricos isolados de pequena escala, pode levar a custos acrescidos associados a investimentos, havendo risco de falência económica de projetos, devido à falta de interconexão com outras redes elétricas, capacidade limitada de armazenamento, inflexibilidade dos motores diesel para reduzir rapidamente a produção e a curtailment.	R	OP	●●
	A transição climática pode implicar elevados custos associados a investimento em soluções de baixo carbono, constrangimentos tecnológicos devido à baixa maturidade de certas tecnologias e à dificuldade em garantir a maximização de energia renovável no abastecimento das ilhas.	I-	M; OP	●

Legenda:

I+ Impacto positivo I- Impacto negativo R Risco O Oportunidade OP Operações próprias M Montante J Jusante

☑ Real ●●● Potencial a curto prazo ●● Potencial a médio prazo ● Potencial a longo prazo

Subtema	Descrição	Tipo	Cadeia de valor	Potencial / Real
Energia (ESRS E1)	A intermitência no fornecimento de energia proveniente de fontes renováveis pode comprometer a continuidade do serviço elétrico das ilhas e o funcionamento de serviços essenciais.	I-	M; OP	●●●
	Estabelecimento de sistemas de armazenamento de resposta rápida e conversão de energia para compensar variações na produção intermitente das fontes renováveis (e.g. BESS, hídrica reversível e produção de hidrogénio) e garantir a segurança do abastecimento.	I+	OP	●●
	A melhoria da eficiência energética dos sistemas de produção permite reduzir os consumos e otimizar a produção elétrica, potenciando ganhos operacionais significativos e a redução da dependência energética da RAA.	I+	OP	☑
	A intermitência das fontes renováveis pode comprometer a estabilidade do sistema eletroprodutor, exigindo elevados investimentos em soluções de armazenamento e tecnologias de suporte, como sistemas BESS.	R	OP	●●
	A necessidade de modernização tecnológica para a transição energética do Grupo, como a implementação de medidas de otimização do consumo energético nas instalações e processos produtivos e a substituição de equipamentos ainda operacionais por outros mais eficientes, podem gerar custos significativos, perdas de valor por obsolescência de ativos e encargos financeiros elevados.	R	OP	●
	Se a eletrificação dos consumos domésticos e industriais não for acompanhada pela aposta na eficiência energética das infraestruturas e equipamentos elétricos do Grupo e na produção local, o aumento do consumo	R	M	●●

Legenda:

I+ Impacto positivo I- Impacto negativo R Risco O Oportunidade OP Operações próprias M Montante J Jusante

☑ Real ●●● Potencial a curto prazo ●● Potencial a médio prazo ● Potencial a longo prazo

4.1.1. Estratégia de Descarbonização

Consciente do seu papel na mitigação das alterações climáticas, o Grupo EDA compromete-se com um modelo energético de baixo carbono, alinhando a sua estratégia de descarbonização com os instrumentos legais aplicáveis nesta matéria, nomeadamente ao nível: (i) do Plano Regional para as Alterações Climáticas (PRAC); (ii) da Lei do Clima; (iii) da Estratégia Açoriana para a Energia (EAE), que define o objetivo de atingir 70% de energia elétrica de origem renovável no mix energético dos Açores até 2030; (iv) e do Roteiro para a Neutralidade Carbónica dos Açores (RNCA), que tem como meta reduzir 46% das emissões de GEE do setor da energia até 2030, face a valores de 2005.

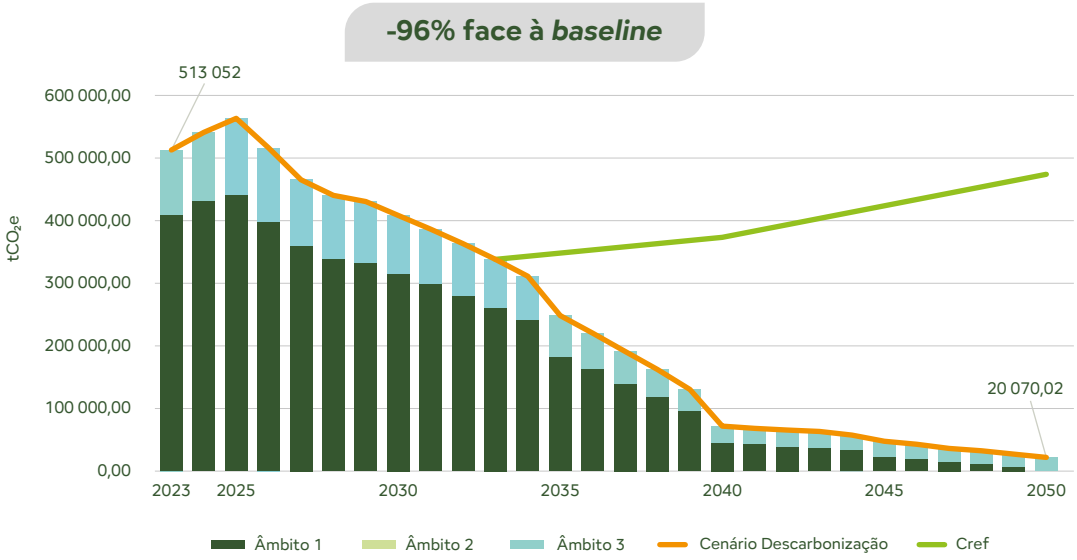
No âmbito da participação da EDA na elaboração do PRAC e no instrumento de operacionalização do RNCA, foi definida a necessidade de estabelecer um plano com uma abordagem integrada, composto por fases distintas, para definir e implementar uma estratégia de descarbonização adaptável às necessidades do Grupo EDA. Neste contexto, o Grupo tem vindo a participar em workshops técnicos e ciclos temáticos desenvolvidos no âmbito do Roteiro, a definir projetos e iniciativas para a redução de GEE e prevê, ainda, a implementação de um plano de compensação de emissões irredutíveis.

Os seus projetos e iniciativas passam, entre outros, pela: (i) diversificação do mix energético em todas as ilhas, em particular pela maximização da produção de energia renovável através da utilização de recursos endógenos renováveis em detrimento da utilização de combustíveis fósseis, situação apenas possível com a instalação de sistemas de armazenamento de energia do tipo BESS; (ii) modernização das infraestruturas e equipamentos auxiliares de sistemas de processo, substituindo

os atuais por alternativas mais modernas, eficientes, sustentáveis e automáticas, que possibilitem o controlo remoto para uma maior flexibilidade e precisão; (iii) adoção de medidas de eficiência energética e de otimização de consumos, que também passam pela formação técnica dos trabalhadores e pela sensibilização dos clientes sobre estas questões; (iv) acompanhamento de desenvolvimentos ao nível da utilização de combustíveis alternativos sustentáveis; (v) implementação de redes inteligentes; (vi) e acompanhamento e implementação de novas tecnologias, mediante estudos de viabilidade técnica e económica, principalmente ao nível do armazenamento e gestão de energia e de sistemas auxiliares que promovam a flexibilidade dos sistemas electroprodutores, permitindo maximizar a integração da produção a partir de fontes renováveis, melhorar a resiliência dos sistemas elétricos e garantir a qualidade de serviço e a segurança de abastecimento.

De acordo com os pressupostos assumidos para o Cenário de Descarbonização, foi traçada a evolução das emissões do Grupo EDA até 2050 para os âmbitos 1, 2 e 3. No geral, estima-se que as emissões totais do Grupo EDA reduzam em 96% até 2050, ou seja de 513 052 tCO_2e (2023) para 20 070 tCO_2e (2050), ou seja, um esforço de redução de 474 562 tCO_2e, sendo que, para atingir a neutralidade carbónica, as emissões irredutíveis deverão ser compensadas. Como metas intermédias, **o Grupo EDA prevê uma redução das suas emissões totais em 104 317 tCO_2e (-20%) até 2030 e em 441 609 tCO_2e (-86%) até 2040, atingindo, desta forma, a neutralidade carbónica até 2050**.

Gráfico 31 - Cenário de Descarbonização do Grupo EDA



A estratégia de descarbonização do Grupo EDA prevê a implementação de medidas de mitigação e adaptação dos impactes às alterações climáticas, considerando **18 medidas principais de descarbonização**. De entre estas medidas, 12 têm um impacto direto na redução das emissões e as restantes, por promoverem a descarbonização regional através da atuação do Grupo EDA, impactam indiretamente a sua atividade, demonstrando, assim, uma preocupação e compromisso com a estratégia da sustentabilidade da RAA.

Importa salientar que o pressuposto de implementação de determinadas tecnologias, está intimamente dependente da sua evolução e do conhecimento associado. O Grupo EDA está continuamente empenhado no acompanhamento dos desenvolvimentos científicos e tecnológicos, garantindo, desta forma, a aliança entre a implementação de tecnologias inovadoras e a sua viabilidade económica.

As 18 medidas estão enquadradas do seguinte modo:

Gráfico 32 - Plano de Descarbonização do Grupo EDA



Âmbito 1

1. Reconversão das atuais centrais termoelétricas a fuelóleo e gasóleo para combustíveis alternativos sustentáveis
2. Reforço da capacidade de produção de energia eólica onshore
3. Instalação de energia eólica offshore (projeto-piloto)
4. Reforço da capacidade de produção de energia fotovoltaica (PV)
5. Implementação de aproveitamento da energia oceânica com alargamento da escala até 2050 (projeto-piloto)
6. Aumento da capacidade de produção geotérmica
7. Implementação de tecnologias para retenção de CO_2
8. Utilização de sistemas de armazenamento do excesso de produção renovável (curtailment), tais como: hídrica reversível, produção de hidrogénio, baterias térmicas, termoacumuladores, BESS, V2G, etc.
9. Desenvolvimento de sistemas de gestão otimizada do sistema elétrico, garantindo maior flexibilidade, maximização de penetração de renováveis e segurança do abastecimento
10. Modernização das redes elétricas, garantindo o aumento de capacidade de incorporação das energias renováveis

Âmbito 3

11 Incorporar critérios de sustentabilidade na aquisição de serviços (e.g. tipo de combustível utilizado pelas transportadoras)

12 Aplicação de metodologia de aquisição de bens e produtos o mais localmente possível.

Outras

13 Incentivar o desenvolvimento de programas de mercado voluntário de carbono

14 Implementação de programas de sensibilização para a eletrificação do consumo doméstico

15 Implementação de programas de sensibilização e apoio da eletrificação do consumo de serviços e industrial

16 Desenvolvimento e incentivo à promoção da mobilidade elétrica inteligente (V2X)

17 Incentivo à criaçao de parcerias locais para a produçao de biocombustíveis/combustiveis avançados

18 Apoiar o investimento em solar descentralizado

Apoiando a implementação do Plano de Descarbonização do Grupo, a EDA Renováveis define também metas específicas às características do seu negócio.

EDA Renováveis

A EDA Renováveis definiu como meta aumentar, até 2030, (face à produção de 2025):

72% de energia geotérmica

148% energia eólica

9% de energia hídrica

607% de energia fotovoltaica

Para o período 2026/2030, a energia geotérmica apresentará um peso médio de 66% no mix de energia emitida pela EDA Renováveis, a eólica 23%, a hídrica 9% e a fotovoltaica 1% do total de energia emitida.

A operacionalização da Estratégia de Descarbonização prevê um grande investimento do Grupo EDA nas energias renováveis e em sistemas de armazenamento de energia, com o intuito de aumentar a penetração das energias renováveis no mix energético de cada ilha e diminuir o consumo de combustíveis fósseis e emissões de GEE.

A evolução do Grupo EDA na maximização do uso e aproveitamento de energias renováveis na RAA tem vindo a ser conseguida com o contributo da implementação de sistemas de armazenamento de energia com baterias do tipo BESS, que irão permitir, através de sistemas de gestão de energia (*Energy Management System* - EMS), com funções de monitorização e controlo avançados combinados com previsões de cargas, de produção e de condições atmosféricas, reduzir o curtailment dos ativos despacháveis (e.g., parques eólicos e fotovoltaicos) e o número de grupos geradores nas centrais termoelétricas, atendendo que a reserva estática necessária para a estabilidade de cada sistema electroprodutor poderá ser assegurada pela tecnologia BESS.

EDA Renováveis

Durante os próximos 5 anos, a EDA Renováveis pretende investir, largamente, na instalação de potência renovável em todas as ilhas da RAA, com exceção da Graciosa. A empresa executa a revitalização da Central Geotérmica da Ribeira Grande, com um grupo gerador de 5 MW, e o projeto de expansão da Central Geotérmica do Pico Vermelho em mais de 12 MW. O projeto de Expansão da Central Geotérmica do Pico Vermelho prevê a possibilidade de injeção das emissões. A empresa participa na *Geothermal Gas Management Task* da Agência Internacional de Energia, que tem como objetivo avaliar a variabilidade das emissões naturais de gases e promover soluções que permitam reduzir ou neutralizar as emissões associadas à produção geotérmica. Estão também em curso estudos na Central Geotérmica do Pico Alto com vista a possíveis intervenções futuras de investimento para reforço da sua capacidade.

No que respeita à **produção eólica**, prevê a instalação de potência eólica na ilha de Santa Maria um total de 2,7 MW, na ilha de São Miguel com mais 6 MW, na ilha Terceira com mais 9 MW, em São Jorge com um total de 4,5 MW, no Pico com um total de 6,9 MW, na ilha das Flores com um total de 900 kW, e no Corvo com 700 kW em 2025.

Ao nível da **produção hidroelétrica**, decorre o pedido de concessão do recurso hídrico para o projeto de aproveitamento hidroelétrico da Povoação que, dependendo das necessidades energéticas da ilha de São Miguel, permitirá instalar 1,1 MW de potência hídrica. Está ainda em fase de conclusão

a adaptação do projeto de aproveitamento hidroelétrico da Ribeira do Guilherme, que permitirá, em caso de necessidade, instalar uma potência hídrica de 0,96 MW. Ocorreu também a conclusão do projeto-piloto de instalação de duas turbinas *Vortex* na ilha de São Miguel, que visam contribuir para a redução dos consumos auxiliares da Central Hidroelétrica dos Túneis e ainda avaliar a possibilidade de produção hídrica descentralizada em várias ilhas do arquipélago, através do uso de novas técnicas de produção. Encontra-se também em estudo a possibilidade de se realizarem alterações técnicas ao projeto de Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande, na ilha das Flores, que permitirá a instalação de uma potência de cerca de 1 MW.

Os **parques fotovoltaicos** nas ilhas Terceira (2 000 kW), São Jorge (1 000 kW), Pico (1 500 kW), Faial (1 500 kW) e Flores (400 kW) estão em fase de projeto e no plano de intenções de investimento da empresa. As ampliações de potências renováveis dependem de estudos de capacidade de integração dessas energias nos sistemas elétricos isolados de cada ilha, estando também a ser considerados os problemas associados e soluções de armazenamento /conversão dessa energia num veículo energético, como é o caso do hidrogénio verde, um projeto que se encontra também em fase de estudo.

O Grupo EDA define ainda um **Plano Estratégico Plurianual de Investimentos**, ajustado periodicamente em função da conjuntura, indicadores técnicos e soluções tecnológicas, que coordena os investimentos em articulação com as decisões regulamentares e legais do setor. Aposta também na otimização da monitorização e despacho de energia durante as 24h diárias, na contratação de recursos humanos especializados na área e na criação de equipas de trabalho transversais a várias Direções. Além disso, implementou um despacho técnico-económico e está a desenvolver um modelo de monitorização para a implementação de um plano de transição suportado no ***software* Get2Zero**, que irá permitir a visualização do cenário de referência e de descarbonização, com a possibilidade de avaliar o impacte de diferentes dados de atividade na construção de cenários alternativos.

Neste enquadramento estratégico, o autoconsumo privado, quer em contexto doméstico quer industrial, assume uma relevância crescente para a EDA, na gestão do sistema elétrico regional, contribuindo para o aumento da penetração de energia por fontes renováveis, para uma utilização mais eficiente dos recursos energéticos e para redução de perdas associadas ao transporte e distribuição de energia. A produção descentralizada, próxima dos locais de consumo, apresenta não só desafios, mas também permite uma maior racionalidade na operação do sistema elétrico, reforçando a eficiência económica e ambiental do sistema e contribuindo para os objetivos de transição energética e de descarbonização da Região Autónoma dos Açores.

A EDA tem, assim, promovido o desenvolvimento do autoconsumo, tecnicamente sustentada e alinhada com a sua responsabilidade enquanto gestora do sistema, assegurando que a sua integração não compromete a qualidade de serviço, a estabilidade das redes nem, de forma prioritária, a segurança do abastecimento. Num sistema elétrico insular, caracterizado por maiores desafios operacionais e ausência de interligações, a maximização dos benefícios do autoconsumo é enquadrada por critérios técnicos rigorosos e por mecanismos de monitorização contínua, garantindo a resiliência do sistema.A gestão do sistema elétrico nos Açores enfrenta desafios únicos, impulsionados pelo contexto insular, pela crescente integração de energias renováveis e pela necessidade de garantir segurança do abastecimento e eficiência. A EDA tem sido pioneira na procura por soluções inovadoras que permitam superar as limitações técnicas e operacionais que derivam do contexto insular da RAA e impossibilitam a interconexão com outras redes, da intermitência da produção renovável e da necessidade de garantir segurança do abastecimento, a eficiência e a modernização de infraestruturas. Neste cenário, a inovação torna-se um vetor estratégico que permite superar desafios e captar oportunidades, sendo um elemento essencial para responder à transição energética, promover a descarbonização e assegurar a resiliência do sistema elétrico regional.

Desafios e oportunidades da transição energética

Curtailment de Renováveis
Em sistemas elétricos isolados de pequena escala, a integração de energia renovável resulta em curtailment, ou seja, na necessidade de limitar a produção de energia renovável mesmo quando há recursos disponíveis, devido a restrições técnicas ou operacionais da rede elétrica loca. Isto deve-se a: falta de interconexão com outras redes elétricas que impede a exportação do excedente; capacidade limitada de armazenamento de energia; inflexibilidade dos motores diesel em conseguir reduzir rapidamente sua produção; e à previsibilidade limitada da geração renovável em tempo real.

Flexibilidade do Sistema e Resposta da Procura
Sem mecanismos eficazes de resposta à procura (clientes), o sistema elétrico perde uma ferramenta importante para lidar com picos de carga, maximização da integração de renováveis e eficiência do sistema. Melhorar a flexibilidade do sistema e implementar soluções do lado da procura são fatores importantes para melhorar a segurança, a eficiência e a sustentabilidade do sistema elétrico.

Mobilidade elétrica
Os principais problemas associados à mobilidade elétrica em contextos insulares incluem: a incapacidade da infraestrutura existente para suportar o aumento da carga causado pelo carregamento simultâneo de múltiplos veículos elétricos, especialmente em horários de pico; o agravamento dos desequilíbrios entre oferta e procura, aumentando o risco de sobrecarga e instabilidade da rede; e a falta de coordenação entre a produção e o carregamento que pode levar ao desaproveitamento do *curtailment*.

Eficiência Energética
Aproveitar a capacidade instalada e os desperdícios existentes para fazer mais com menos, otimizando processos, equipamentos e comportamentos. Utilizar a energia de forma mais racional, reduzindo desperdícios e mantendo o nível de serviço.

Low Carbon Fuels
Devido ao isolamento da rede elétrica das diversas ilhas, são ainda utilizadas centrais termoelétricas a gasóleo ou fuelóleo para efeitos de produção de eletricidade, garantindo a segurança do seu abastecimento. Não obstante se perspetive que a penetração de energias renováveis no *mix* da eletricidade aumente até 2030, o recurso a estas centrais será ainda necessário, mesmo para além desta linha temporal. Neste sentido, e assegurando sempre a obrigação da garantia de abastecimento, pretende-se iniciar testes de incorporação de combustíveis sustentáveis e alternativos, avaliando a sua viabilidade como solução de futuro, contribuindo para a descarbonização.

Armazenamento de energia
As energias renováveis eólicas, hídricas e fotovoltaicas são variáveis e intermitentes, porque dependem das condições climatéricas. O armazenamento permite acumular energia quando há excesso de produção renovável e disponibilizá-la quando a procura é maior, maximizando a integração de energia renovável, quer pelo balanceamento de cargas, quer pela redução do *curtailment*. Mas sobretudo, assegura maior segurança e confiabilidade do sistema em caso de falhas ou interrupções no fornecimento e redução dos picos de carga, e na estabilização do sistema eletroprodutor.

Impactos nas Infraestruturas elétricas
Devido aos crescentes riscos cibernéticos causados pela digitalização e descentralização dos sistemas energéticos, importa garantir o desenvolvimento de sistemas que ajudem a detetar, resistir e a recuperar na ocorrência de ciberataques nas interfaces entre TI/TO, proporcionando melhorias mensuráveis na resiliência para os operadores de rede.

Destaca-se, assim, um conjunto relevante de iniciativas inovadoras adotadas para transformar obstáculos em oportunidades de desenvolvimento sustentável.

LIFE IP CLIMAZ

O Grupo EDA encontra-se a implementar diversas iniciativas no âmbito do projeto LIFE IP CLIMAZ, enquadrado no PRAC:

1. **Projeto piloto para redução de emissões da produção de energia a partir de combustíveis fósseis**

Consiste num sistema inline baseado na tecnologia de pré-emulsão ultrassónica que processa combustíveis, permitindo o blending de combustíveis tradicionais com combustíveis alternativos, como por exemplo o biofuel.

Este projeto permite, assim, reduzir as emissões de GEE e os consumos específicos de combustíveis fósseis nas centrais termoelétricas, diminuir os poluentes atmosféricos e melhorar a eficiência dos grupos electroprodutores devido à melhoria das condições de funcionamento.

2. **Promoção da digitalização e gestão "inteligente" da distribuição elétrica**

Tem como objetivo desenvolver redes elétricas inteligentes, instalando contadores inteligentes, uma capacidade de sensorização e comunicação avançada e carregadores de veículos elétricos com *smart-charging*.

Este projeto permite o aumento da produção descentralizada de eletricidade, da capacidade de carregamento de baterias de veículos elétricos e outros dispositivos de armazenamento estacionários e da resiliência da rede face a ocorrências diversa. Possibilita ainda a integração de uma maior parcela de produção endógena renovável numa micro-rede isolada e uma capacidade de disponibilização de flexibilidade, por parte da procura, para apoio à gestão local e global do sistema elétrico.

O projeto e-flexi em curso pretende caracterizar as necessidades de utilização de flexibilidade energética diárias ao nível do agregado, na ilha das Flores, bem como os pedidos de ativação dos dispositivos flexíveis (e.g., termoacumuladores controláveis), em linha com objetivos definidos de acordo com a estratégia de exploração de ativos da EDA (e.g., redução de curtailment) através de uma Plataforma para Gestão de Ativos Flexíveis. Será desenvolvida uma infraestrutura necessária para a utilização da flexibilidade energética disponibilizada por um conjunto de dispositivos para aquecimento e armazenamento de águas quentes sanitárias (AQS) localizados na ilha das Flores. A referida utilização será realizada em tempo-real, de acordo com a caracterização de necessidades de flexibilidade. Está prevista a instalação de cerca de 1 000 termoacumuladores nas ilhas Graciosa e das Flores.

3. **Estudo de viabilidade e projeto para identificação e instalação de um sistema de armazenamento massivo de energia para apoiar o aumento da integração de energias renováveis**

Este estudo integra o desenvolvimento de sistema de armazenamento à base de Hidrogénio (H_2) e uma análise da viabilidade de solução de armazenamento através de hídrica reversível. Tem como objetivos a transferência dos excessos de produção das horas de menor para as de maior consumo, a integração de uma maior quota de produção renovável no sistema elétrico, o aumento da continuidade de serviço da rede para aumentar a resiliência face a condições adversas, e a melhoria da qualidade da onda de tensão.

GESTÃO DE CARREGAMENTO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS EM CONDOMÍNIO

Solução de gestão de carregamento de veículos elétricos em condomínio, incluindo os serviços de Gestão de energia e Gestão financeira. Consiste num projeto-piloto da EDA / SEGMA para a gestão de carregamento de veículos elétricos em habitação multifamiliar, de forma a testar e avaliar a solução para aferir a sua adequabilidade funcional, técnica e comercial ao mercado da mobilidade elétrica nos Açores. Este projeto permite:

- Implementar um sistema de balanceamento dinâmico de carga com qualquer tipo de carregador, de forma automática e equitativa entre condóminos, garantindo a integridade dos serviços comuns;
- Acesso aos consumos e despesas associadas ao carregamento do veículo dos clientes, para consulta e posterior acerto de contas com o condomínio.

***GREEN HYSLAND TECHNICAL ASSISTANCE PROGRAMME* (TAP)**

Sob o quadro da ferramenta HTP (*Hydrogen Territory Platform Tool*), a EDA receberá suporte técnico e estratégico personalizado do consórcio *Green Hysland* e dos principais especialistas em hidrogénio, com o objetivo de acelerar a implementação de iniciativas de hidrogénio verde na Ilha de Santa Maria. Este projeto inclui:

- Uma série de reuniões bilaterais online para entender as necessidades específicas, contexto e objetivos da sua região;
- O desenvolvimento de um roteiro ou plano de ação para apoiar as ambições da EDA no ecossistema do hidrogénio;
- Suporte técnico direcionado e aconselhamento estratégico da equipa *Green Hysland*;
- Acesso às melhores práticas e lições aprendidas com o projeto *Green Hysland* em Maiorca;
- Oportunidades para participar em atividades de aprendizado entre pares, incluindo *webinars* conjuntos e *workshops* com outras regiões selecionadas.

A EDA também desenvolve e participa em projetos-piloto para testar novas soluções ao nível das redes elétricas, como é o caso do Projeto **IANOS - *Integrated Solutions for Decarbonisation and Smartification of Islands***, financiado pela União Europeia ao abrigo do programa H2020 e que conta com 35 parceiros de diversos países europeus. O projeto tem como objetivo testar soluções de descarbonização em ilhas que permitam compatibilizar o autoconsumo, reduzindo a fatura energética dos cidadãos, com uma gestão de sistemas elétricos de pequena dimensão e com elevada penetração de fontes renováveis de forma eficiente, segura e com qualidade, formando e capacitando, ao mesmo tempo, a população da RAA.

Outro projeto é o **EV4EU - *Electric Vehicles Management for carbon neutrality in Europe***, concebido para o desenvolvimento de infraestruturas, sistemas e procedimentos que permitam explorar as oportunidades significativas que o V2X pode proporcionar no aumento da resiliência e flexibilidade da

rede elétrica. A tecnologia V2X possibilita o aproveitamento das capacidades dos veículos elétricos como recursos de energia distribuída, fornecendo serviços auxiliares, como regulação de frequência, redução de picos de consumo e backup de emergência durante eventos de *stress* na rede. Além disso, facilita a integração de energia renovável, permitindo o armazenamento do excedente energético (*curtailment*) durante períodos de elevada produção renovável e a sua transferência para momentos de maior procura.

Para orientar a sua estratégia, Grupo EDA implementa uma Política de Qualidade, Ambiente e Segurança[12] que pressupõe medidas de atuação das alterações climáticas, ao nível da redução das emissões de GEE, relacionadas com a maximização da penetração de energias renováveis na RAA, com o objetivo de contribuir para a descarbonização e independência energética dos Açores.

4.1.2. Mitigação e adaptação às alterações climáticas

O Grupo EDA identifica os **principais riscos climáticos** para a sua atividade, através de uma análise detalhada do contexto externo, considerando as recomendações de divulgação da TCFD. A organização está empenhada em incorporar as recomendações da TCFD no seu modelo de *Governance* e em divulgar informações sobre os impactos financeiros relacionados com o clima, de acordo com as quatro áreas: *Governance*, Estratégia, Gestão de Risco, Métricas e Metas.

No seu processo de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades, são aplicados os procedimentos internos de Gestão do Risco e de Gestão dos Aspetos Ambientais, através dos quais são identificadas todas as atividades desenvolvidas ou produtos que possam interagir negativamente ou positivamente com o ambiente, sendo que o levantamento das atividades deve considerar a perspetiva de ciclo de vida. Posteriormente, são identificados os aspetos ambientais (AA) ou riscos associados a essas atividades e classificados como ameaças (riscos) ou oportunidades neste âmbito, sendo raras as situações onde são identificados um ou mais impactes que possam provocar potenciais efeitos inesperados. No final, os AA e riscos são avaliados pela sua probabilidade de ocorrência e gravidade, que depende da natureza das consequências resultantes dos riscos, da quantidade ou expressão do risco na origem, do alcance dos efeitos do risco e do tempo correspondente à duração da ocorrência do efeito.

Neste processo, são ainda consideradas as avaliações de custos de produção de energia elétrica na RAA, as avaliações do esforço financeiro necessário para o reforço do sistema electroprodutor e das redes para satisfazer o aumento da procura decorrente da eletrificação dos consumos, e as avaliações do esforço financeiro necessário à implementação de tecnologias de comunicação, tratamento de dados e gestão do sistema, em termos de equipamentos, plataformas digitais e recursos humanos.

Face ao tema das alterações climáticas, o Grupo EDA identifica riscos climáticos físicos, associados aos fenómenos extremos e agravamento do clima decorrentes das alterações climáticas, e riscos de transição relacionados com a mudança para uma economia de baixo carbono. Identifica também alguns impactos, bem como oportunidades associadas à gestão deste tema na organização, que estão

[12] Política de Qualidade, Ambiente e Segurança individual por empresa, aplicável à EDA, GLOBALEDA e SEGMA.

dependentes de avanços tecnológicos, dos resultados de investigação, da mudança nos padrões de consumo e de alternativas viáveis e sustentáveis para as soluções energéticas atuais. Considerando a temática da transição energética, destaca-se, sobretudo, o risco de dificuldade de investimento e os constrangimentos tecnológicos que garantem a maximização da produção de energia renovável no abastecimento às 9 ilhas dos Açores.

EDA Renováveis

Os riscos físicos relacionados com o clima requerem estratégias de adaptação para minimizar perdas económicas e aumentar a segurança dos equipamentos electroprodutores. O acompanhamento do estado do tempo permite estabelecer estratégias de mitigação dos riscos. Durante o ano de 2025, com inúmeras empreitadas a decorrer, traçaram-se diversos cenários em períodos de eventos extremos, que levaram ao encerramento das atividades.

Ao nível do risco associado a **tempestades e ventos extremos**, a análise das tendências da velocidade do vento, considerando vários cenários de aumento de temperatura, apontam para uma provável mudança no padrão da energia eólica disponível ao longo do ano. Esses resultados sugerem que a diminuição estará relacionada com uma pequena mudança no padrão da circulação geral, devido a um deslocamento para norte da corrente jato e, consequentemente, das trajetórias da frente polar. As projeções climáticas apontam para uma diminuição na densidade de energia eólica na RAA na ordem dos 15% até o final do século e, em meses, poderá chegar aos 75%.

Relativamente à produção geotérmica, associada a máquinas térmicas, o **aumento da temperatura média do ar** traduz-se numa redução da produção geotérmica que se estima ser entre 0,5% e 2% até ao final do século, tendo em conta os vários cenários de aumento de temperatura. No entanto, nesse longo período, a melhoria na eficiência das máquinas térmicas poderá compensar essas perdas que não são consideráveis. Por outro lado, verificar-se-á a necessidade de se aumentar o arrefecimento dos equipamentos hidroelétricos, o que leva a um aumento dos consumos de energia nesses equipamentos entre 2,5% a 6%.

Embora as projeções climáticas possam ser desfavoráveis para a exploração de energia geotérmica, hidroelétrica e eólica, são, no entanto, favoráveis no caso da energia fotovoltaica, para a qual se prevê, tendo em contas os vários cenários, aumentos de produção até 2% ao ano, podendo chegar a 7% no mês de agosto em resultado do aumento da irradiância. Não obstante, existem riscos físicos relacionados com ventos fortes que podem provocar danos nos parques fotovoltaicos.

A EDA Renováveis verifica, assim, uma necessidade crescente em apostar na resiliência das infraestruturas a eventos meteorológicos extremos e no desenvolvimento de medidas de adaptação e planos de emergência. A monitorização contínua dos equipamentos e dos diferentes cenários de alterações de padrões climáticos, juntamente com a análise de desastres passados e da vulnerabilidade nos sistemas e infraestruturas, são aspetos relevantes a ter em conta neste processo.

Em 2024 foi aprovado pelo Conselho de Administração o Plano de Gestão de Riscos nos Equipamentos Hidroelétricos dos Açores e Medidas de Adaptação às Alterações Climáticas.

No domínio do cumprimento da legislação ambiental aplicável, as empresas também enfrentam algumas obrigatoriedades na produção de energia. Além disso, no transporte e distribuição de eletricidade, o estabelecimento de infraestruturas elétricas apenas pode ocorrer de acordo com os procedimentos de licenciamento e no respeito pelos direitos dos particulares, tendo de ser observada a segurança de pessoas e bens.

Ao assegurar o cumprimento legal e regulamentar, a EDA está a mitigar riscos e a reduzir potenciais ameaças ao normal funcionamento da empresa, quer em termos operacionais, quer em termos económicos. Para tal, a EDA dispõe de um Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança certificado que pretende materializar, através de metodologias e dinâmicas, os compromissos estabelecidos na Política de Qualidade, Ambiente e Segurança, nomeadamente, garantir o cumprimento das obrigações de conformidade aplicáveis à EDA no contexto do desenvolvimento das suas atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica.

O aumento do nível de exigência dos consumidores, da regulamentação e da dependência pela eletricidade, aliado ao agravamento das alterações climáticas, implica um permanente esforço de investimento e de melhoria dos sistemas elétricos, não só em termos de eficiência energética, expansão da rede e aumento da produção renovável, como também na segurança do abastecimento e qualidade do serviço prestado.

De forma a tornar o seu modelo de negócio mais robusto e resiliente, o Grupo EDA investe em medidas de mitigação das alterações climáticas, que visam reduzir as emissões de GEE e promover a transição energética, e em medidas de adaptação às alterações climáticas, direcionadas para aumentar a resiliência das infraestruturas às consequências do agravamento das alterações climáticas:

- **Medidas de mitigação**
  - Diversificação do *mix* energético nas várias ilhas e aumento da capacidade instalada de produção de energia elétrica a partir de diversas fontes (térmica, renováveis e baterias);
  - Integração da produção de energia renovável, para aumentar a penetração de energia eólica, geotérmica e hídrica;
  - Construção de novos centros produtores e ampliação de instalações existentes;
  - Reforço e expansão das redes de transporte e distribuição;
  - Sistemas de armazenamento de resposta rápida e conversão de energia para compensar variações na produção intermitente das fontes renováveis, como a eólica e solar fotovoltaica (e.g., BESS e produção de hidrogénio), garantindo uma oferta mais estável e flexível de eletricidade por ilha e o controlo da qualidade de energia, diversificando as fontes de energia, e fomentando o envolvimento com fornecedores e instituições tecnológicas e a partilha de conhecimento;
  - Implementação de sistemas inteligentes de gestão de energia, como *Energy Management System* (EMS) e contadores inteligentes integrados numa rede inteligente, para um controlo mais eficiente e a otimização dos fluxos energéticos, adaptando a oferta à procura;
  - Reconversão tecnológica, de forma segura e sustentável, das centrais térmicas, assegurando a sua transição para a utilização de combustíveis alternativos.

- **Medidas de adaptação**
  - Escolha de materiais e conceção de redes adaptadas aos condicionalismos climáticos e dos ecossistemas;
  - Recurso a sistemas de previsão e monitorização climatérica;
  - Garantia da redundância no fornecimento energético, através da aplicação de cenários de garantia de abastecimento (critério n-2);
  - Investimentos ao nível da robustez operacional da rede, através da criação de alternativas de abastecimento (redundância), da adoção de novos requisitos técnicos, da aposta em soluções inovadoras e do aumento da resiliência das subestações, linhas elétricas e postos de transformação a condições adversas.

Paralelamente, o Grupo EDA dispõe de uma **Política de Circularidade**, direcionada aos eventos que organiza, que inclui diretrizes ao nível dos transporte e mobilidade sustentável, promovendo a adoção de meios de deslocação menos poluentes e a otimização das rotas. A política prevê ainda a recolha dedados para o cálculo da pegada de carbono dos eventos e identificação de oportunidades de melhoria.

EDA Renováveis

A EDA Renováveis implementa uma política de conformidade regulatória que assegura o cumprimento de todas as leis, regulamentos e normas aplicáveis relacionadas com a exploração e monitorização dos recursos naturais, garantindo uma operação de forma ética e legal.

A empresa aposta no aumento de penetração de renováveis no arquipélago com especial ênfase na energia geotérmica que permite maiores taxas de penetração e maior percentagem de energia renovável no mix energético. Contudo, considerando o facto de nem todas as ilhas terem esse potencial, o investimento é feito nas tecnologias mais adequadas para cada ilha.

Entre 2026 e 2030, a EDA Renováveis prevê um investimento total de cerca de 118 milhões de euros em medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas.

A organização procura, assim, não só superar os desafios como também aproveitar as oportunidades decorrentes da transição energética, mediante a definição de estratégias diversificadas e equilibradas que identificam os riscos inerentes aos investimentos em energias renováveis e estabelecem medidas de mitigação adequadas, alinhando o seu posicionamento estratégico e o modelo de negócio com metas de sustentabilidade e de rentabilidade sustentada a longo prazo.

Embora o Grupo EDA ainda não identifique formalmente os efeitos financeiros previstos nos riscos materiais físicos e de transição relacionados com o clima, está empenhado em divulgar estas informações futuramente, em linha com as recomendações da TCFD. A organização identifica, no entanto, que existem elevados custos associados ao investimento, devido à emergência da sua

execução, à inovação das soluções baseadas em tecnologias de ponta, à elevada procura dos equipamentos, à escassez de matérias-primas e aos conflitos internacionais.

4.1.3. Emissões de gases com efeito de estufa

O setor energético tem um impacto elevado nas emissões de GEE. Conscientes da sua responsabilidade neste contexto, o Grupo EDA preocupa-se em monitorizar a sua pegada de carbono e implementar medidas de descarbonização da sua atividade. Para além de reportar as suas emissões no âmbito do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), um mecanismo de regulação das emissões de GEE que abrange quatro centrais termoelétricas da empresa EDA, procura também aumentar a produção de energias renováveis no seu mix energético e melhorar a sua eficiência ambiental. As suas emissões de GEE estão organizadas em cinco áreas de atividade:

Produção
Emissões resultantes, na sua grande maioria, da queima de combustíveis fósseis (fuelóleo, gasóleo) nas centrais termoelétricas. Estas emissões são reportadas anualmente no âmbito do CELE para quatro das nove centrais térmicas.

Frota
As emissões associadas à frota correspondem sobretudo ao consumo de gasolina e gasóleo.

Serviços de Apoio
As emissões dos serviços de apoio são variadas. Incluem emissões referentes ao tratamento de resíduos (industriais perigosos e banais), emissões de outras fontes (consumo de gasóleo e gasolina em empilhadores, motosserras e geradores móveis), consumo de energia elétrica nos edifícios administrativos e técnicos (o consumo de energia elétrica nas centrais é considerado consumo próprio e já está a ser contabilizado nas emissões de produção), emissões fugitivas resultantes do uso de gases refrigerantes usados em edifícios de serviços e instalações técnicas, e emissões resultantes do tratamento de efluentes líquidos.

Transportes
Corresponde a emissões a montante e a jusante da atividade principal das centrais. São consideradas emissões resultantes do transporte de combustíveis e lubrificantes (via marítima e terrestre) entre o continente e as centrais, e emissões resultantes do transporte de resíduos para o continente, decorrentes da atividade da empresa. São também consideradas as viagens de negócios por via aérea.

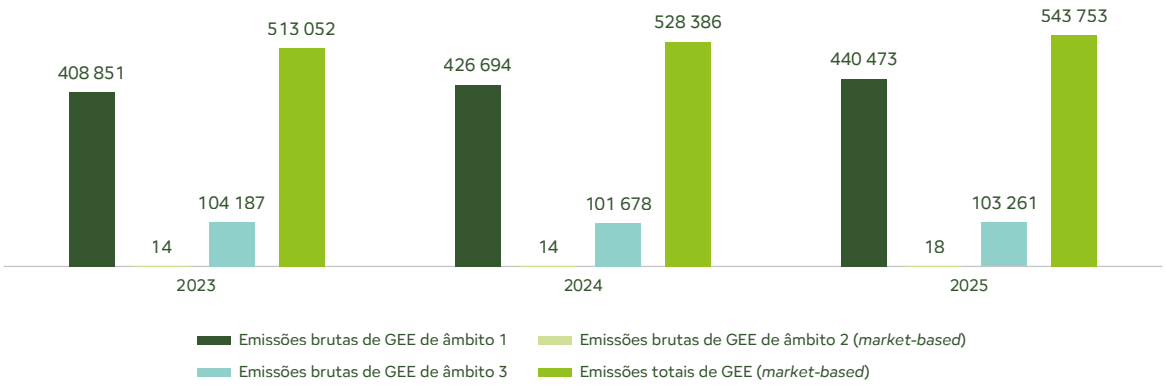
Transporte e Distribuição de Energia
Estão associadas a emissões fugitivas resultantes do uso de refrigerantes usados em equipamentos de alta e média tensão (hexafluoreto de enxofre-SF6) e ainda emissões decorrentes das perdas associadas ao transporte e distribuição da eletricidade consumida da rede.



Em 2025, foi contabilizado um total de **543 753 tCO_2e de emissões de GEE** (market-based), um aumento de 2,9% face ao ano passado, sendo que **81,0% se deve a emissões de âmbito 1 e 19,0% ao âmbito 3**. As emissões de âmbito 2 são insignificantes, fruto das características do negócio do Grupo EDA[13].

[13] Não foi possível obter informação sobre as emissões de âmbito 2 e 3 para 2025.

Gráfico 33 - Emissões brutas de GEE do Grupo EDA (tCO_2e)



Em termos de intensidade de emissões de GEE (*market-based*), o Grupo EDA contabiliza 0,002 tCO_2e/€ em 2025, valor praticamente constante desde 2023, considerando cerca de 299 milhões de euros de receitas líquidas consolidadas no ano.

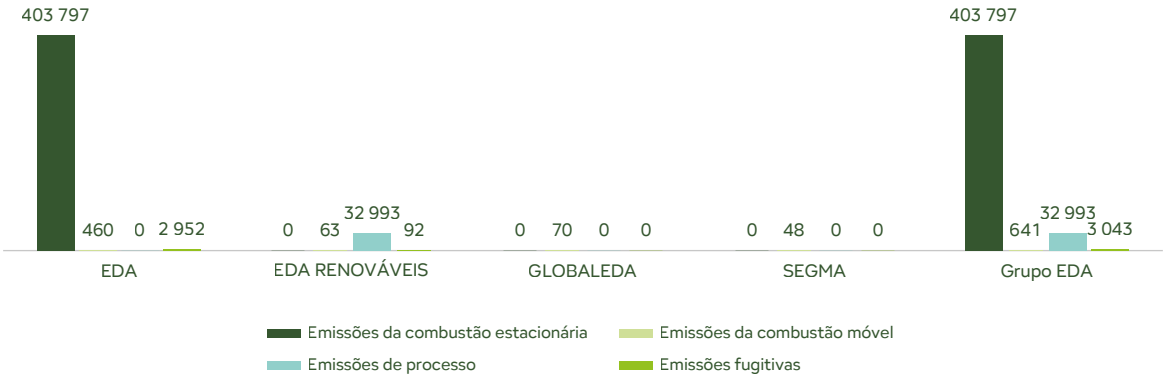
Relativamente às emissões de âmbito 1, a EDA é responsável pela totalidade das emissões derivadas da combustão em equipamentos estacionários, uma vez que as restantes empresas não possuem este tipo de equipamentos. No caso da EDA Renováveis, as emissões associadas à exploração geotérmica resultam maioritariamente da libertação de gases naturalmente presentes nos reservatórios geológicos profundos, como o dióxido de carbono (CO_2) e outros gases não condensáveis. Estes gases fazem parte de fluxos naturais contínuos da crosta terrestre, típicos de regiões vulcanicamente ativas. A exploração geotérmica pode intensificar temporariamente a libertação destes gases ao promover a extração e descompressão dos fluidos geotérmicos, funcionando os poços como vias preferenciais de emissão. No entanto, este processo corresponde sobretudo à mobilização de emissões naturais pré-existentes, podendo, ao longo do tempo e com adequada gestão do reservatório, tender para níveis próximos dos fluxos naturais de base. Assim, embora estas emissões sejam atualmente reportadas como emissões fugitivas no âmbito das diretrizes internacionais, a sua interpretação deve considerar o contexto geológico e a dinâmica natural dos sistemas geotérmicos. Todas as empresas do Grupo EDA contribuem para as emissões de combustão móvel, sendo a EDA responsável pela maior parte. Em relação às emissões fugitivas, apenas a EDA e a EDA Renováveis apresentam contributos relevantes, sendo que, no caso da geotermia, estas refletem em grande medida a libertação de gases de origem natural[14].

Em 2025, o Grupo EDA emitiu 440 473 tCO_2e de emissões de âmbito 1, um aumento de 3,2% face a 2024, devido principalmente às emissões da combustão estacionária. As emissões de processo reduziram-se 6,6% e as emissões fugitivas aumentaram 41,3%, devido sobretudo à desativação definitiva de comutadores elétricos da EDA que possuíam fugas de SF6, substituindo-se por novos equipamentos isentos de SF6, e à deteção de fugas de SF6 e de gás refrigerante (AVAC) em equipamentos da EDA Renováveis.

[14] À data de publicação do relatório, não foi possível obter informação sobre emissões fugitivas para a SEGMA. A empresa não possui emissões derivadas da combustão em equipamentos estacionários nem de processo.

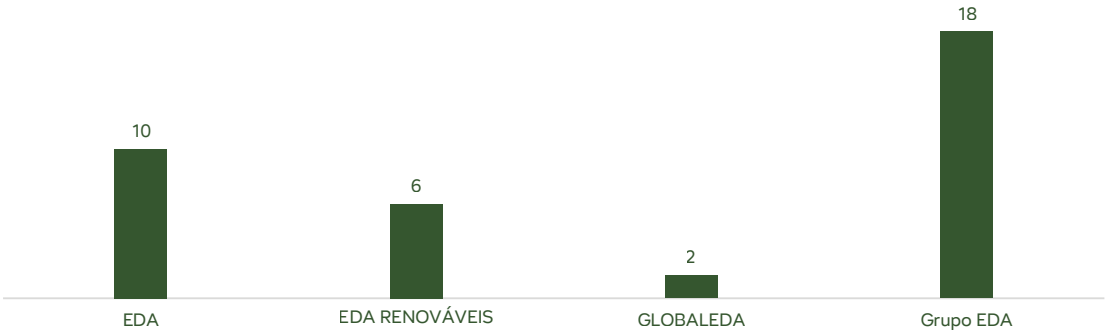
Do total de emissões de âmbito 1, os equipamentos estacionários da EDA são responsáveis por 91,7% dessas emissões, dos quais 81,1% estão associadas a centrais termoelétricas abrangidas pelo CELE, seguindo-se as emissões de processo (7,5%), fugitivas (0,7%) e da combustão de equipamentos móveis (0,1%).

Gráfico 34 - Emissões brutas de GEE de âmbito 1 (tCO_2e)



Para o âmbito 2, o Grupo EDA contabilizou 18 tCO_2e de emissões em 2025 (*market-based*), um aumento de 31,1% face ao ano anterior, sendo 55,9% derivadas da EDA[15]. As emissões de âmbito 2 da EDA integram também as emissões da SEGMA, por estarem sediadas nas mesmas instalações.

Gráfico 35 - Emissões brutas de GEE de âmbito 2 (*market-based*) (tCO_2e)



Relativamente ao âmbito 3, o Grupo EDA procede à análise de algumas categorias significativas de emissões e de outras para as quais a organização detém informação para o seu cálculo, nomeadamente[16]:

- Categoria 3) Atividades relacionadas com o combustível e energia (não incluídas nos âmbitos 1 e 2);
- Categoria 4) Transporte e distribuição de combustíveis e resíduos;
- Categoria 5) Resíduos gerados;
- Categoria 6) Viagens de negócios.

[15] À data de publicação do relatório, estas emissões incluem o consumo de eletricidade a partir dos RSU nas ilhas São Miguel e Terceira, tendo em conta os consumos de energia da rede por parte da EDA, EDA Renováveis e GLOBALEDA no *mix* energético da ilha e o consumo de eletricidade a partir dos RSU, Cogeração fóssil e Gás Natural da delegação da GLOBALEDA em Lisboa no mix energético do respetivo comercializador.

[16] À data de publicação do relatório, para a categoria 4 apenas existe informação disponível para a EDA e EDA Renováveis. A categoria 6 inclui as quatro empresas. As categorias 9 (Transporte e distribuição a jusante), 10 (Transformação de produtos vendidos) e 14 (Franchises) não são aplicáveis ao Grupo EDA. As restantes categorias não foram analisadas à data do presente relatório.

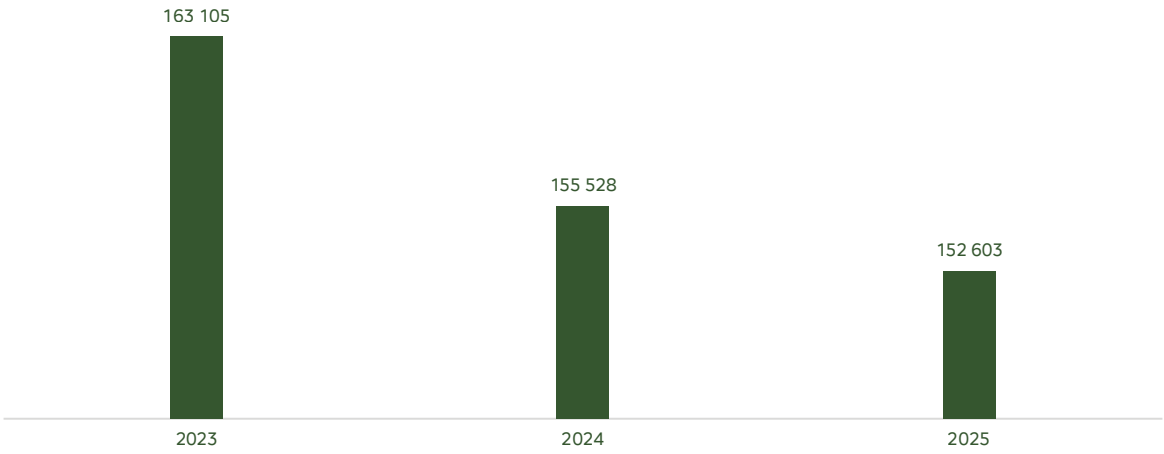
Com base na análise destas categorias, o Grupo EDA contabilizou **103 261 tCO_2e de emissões de âmbito 3 em 2025**, um aumento de 1,6% comparativamente a 2024, sendo a categoria 3 a que representa um maior peso (95,9%).

Gráfico 36 - Emissões brutas de GEE de âmbito 3 (tCO_2e)



Com a introdução das energias renováveis no mix energético da RAA, **foi possível evitar a emissão de 152 603 tCO_2e em 2025**, uma ligeira diminuição de 1,9% face a 2024.

Gráfico 37 - Emissões de GEE evitadas (tCO_2e)



4.1.4 Eficiência energética

A estratégia do Grupo EDA assenta nos três pilares ESG, sendo o pilar ambiental influenciado significativamente pela aposta na eficiência energética, que contribui para a redução do consumo de recursos e das emissões de GEE. A preocupação com a sustentabilidade do negócio a longo prazo reconhece a interdependência entre as operações e o ambiente, tornando a eficiência energética uma prioridade.

Dadas as características da sua atividade, a eficiência energética impacta todas as fases do seu modelo de negócio: (i) na produção otimiza o uso de combustíveis fósseis e de recursos; (ii) no transporte e distribuição reduz perdas na rede; (iii) e na comercialização influencia o consumo dos clientes, podendo gerar novas oportunidades de negócios. A implementação de medidas de eficiência energética, embora possam exigir investimentos iniciais por vezes elevados, a longo prazo contribui para a redução dos custos operacionais e para a melhoria da competitividade do Grupo EDA.

Em 2025, a EDA e a EDA Renováveis emitiram para a rede 837 082 MWh de energia, um aumento de 1,2% relativamente ao ano passado.

A estratégia de eficiência energética do Grupo EDA está alinhada com o quadro jurídico nesta matéria (Diretiva (UE) n.º 2023/1791, de 13 de setembro de 2023), que pressupõe uma economia de baixo carbono competitiva. Esta estratégia integra medidas dirigidas: à certificação energética dos edifícios; planos de ação para a promoção da melhoria do desempenho energético dos edifícios, frotas de transporte e da iluminação pública; utilização racional de energia; práticas de informação por parte dos operadores e comercializadores; desenvolvimento de projetos-piloto para a aplicação de novas tecnologias, produtos e serviços mais eficientes; monitorização contínua de indicadores de desempenho; e realização de auditorias energéticas aos consumos das instalações.

O ganho de eficiência energética pela eletrificação dos consumos, leva à necessidade de aumentar a produção de energia elétrica, podendo obrigar a novos investimentos ao nível das redes e da produção térmica para garantir o abastecimento. Como tal, o ganho de eficiência energética pela eletrificação dos consumos deve ser acompanhado de uma aposta na eficiência energética das infraestruturas e equipamentos elétricos e da produção local, para que o aumento do consumo não coloque em risco a capacidade de abastecimento do sistema elétrico.

Grupo EDA

No Grupo EDA, o processo de avaliação dos impactos da eficiência energética ao nível da produção e do autoconsumo dos sistemas auxiliares, passa pela análise sistemática dos consumos de cada equipamento e do potencial de aproveitamento dos recursos naturais, com uma periodicidade mínima mensal. Nessa análise, é possível identificar perdas de recurso que resultam da ineficiência dos centros produtores ou do excesso de consumos, que podem estar associados à deterioração de equipamentos.

A identificação de riscos e oportunidades passa, assim, por uma monitorização contínua das produções e consumos, pela definição e análise de indicadores de desempenho e por uma análise de causa/raiz na identificação de perdas de recurso e excesso de consumos, para que se possa determinar a origem das perdas. Este processo envolve a investigação de falhas de equipamentos, de práticas operacionais inadequadas ou outras questões relacionadas com os processos de produção e consumo de energia.

A definição de objetivos de promoção da eficiência energética e monitorização dos consumos energéticos das instalações é feita de acordo com os critérios definidos no Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 30 de abril, bem como pelas alterações introduzidas por diplomas legais subsequentes. Neste sentido, são desenvolvidas auditorias de forma a se caracterizar energeticamente as várias instalações e respetivos setores e equipamentos, com o objetivo de se quantificarem os consumos energéticos e respetivos custos. Nas auditorias, são também identificadas situações de desperdício de energia, definindo-se soluções para as anomalias detetadas, com a finalidade de se reduzirem as perdas sem afetar a produção, isto é, economizar energia através do seu uso mais eficiente. Esta caracterização permite a determinação de rácios que serão tomados como referência para a redução do consumo energético, nomeadamente ao interligar o consumo energético com a produção (consumo específico) e/ou o nível de funcionamento da instalação.

Em 2025, decorreu uma auditoria energética a um conjunto de instalações da EDA para se caracterizarem os consumos energéticos, de acordo com o Decreto-lei referido acima, e avaliar a eficácia das medidas implementadas nos últimos quatro anos. Desta auditoria irá resultar um conjunto de novas ações que visam a melhoraria da eficiência energética global.

EDA Renováveis

Entre as principais metas estratégicas destaca-se o aumento da produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, em particular da geotermia, contribuindo para a redução da dependência de combustíveis fósseis e para a descarbonização dos sistemas eletroprodutores das ilhas dos Açores. Neste contexto, as centrais geotérmicas da Ribeira Grande, Pico Vermelho e Pico Alto mantiveram, em 2025, uma produção conjunta de 165,8 GWh, permitindo evitar a emissão de cerca de 74 500 toneladas de CO_2 que resultariam da produção equivalente em centrais térmicas convencionais.

A monitorização do desempenho energético e da exploração do recurso geotérmico constitui um dos principais instrumentos de gestão. Para esse efeito, são utilizados indicadores técnicos relacionados com a produção e o comportamento dos poços geotérmicos, que permitem avaliar a sustentabilidade da exploração do recurso e identificar precocemente riscos associados ao declínio de produção ou a fenómenos de incrustação mineral nos poços.

Outro indicador relevante é a disponibilidade e capacidade produtiva das centrais geotérmicas, associada à gestão do parque de equipamentos e à disponibilidade dos poços de produção e reinjeção. Em 2025, verificaram-se algumas limitações associadas à produção insuficiente de determinados poços, fatores que são objeto de acompanhamento técnico e avaliação contínua para garantir a otimização da exploração do recurso.

A eficiência da gestão do recurso geotérmico é igualmente acompanhada através da monitorização do reservatório geotérmico e da reinjeção dos fluidos geotérmicos após utilização nas centrais. A reinjeção ocorre naturalmente, sem necessidade de bombagem, contribuindo para a manutenção da pressão do reservatório e para a sustentabilidade a longo prazo da exploração. O acompanhamento da pressão, temperatura e composição química do reservatório permite avaliar a estabilidade do sistema geotérmico, tendo os resultados de 2025 indicado condições estáveis de exploração no campo geotérmico da Ribeira Grande.

Do ponto de vista ambiental, são igualmente utilizados indicadores associados às emissões de gases não condensáveis resultantes da produção geotérmica. A gestão dos impactos ambientais e dos riscos associados à exploração geotérmica é ainda suportada por um programa abrangente de monitorização ambiental, que inclui o acompanhamento da atividade sismovulcânica, da qualidade do ar, dos recursos hídricos, da ecologia e da deformação do terreno, bem como a monitorização geoquímica e geofísica dos campos geotérmicos. Estes programas permitem identificar precocemente eventuais impactos e assegurar que a exploração dos recursos ocorre de forma sustentável.

Adicionalmente, a empresa participa em iniciativas internacionais de investigação e melhoria de práticas de gestão ambiental da geotermia, nomeadamente através da participação na *Geothermal Gas Management Task* da Agência Internacional de Energia, que tem como objetivo avaliar a variabilidade das emissões naturais de gases e promover soluções que permitam reduzir ou neutralizar as emissões associadas à produção geotérmica.

Em conjunto, estas metas e indicadores permitem acompanhar o desempenho energético e ambiental da atividade geotérmica, apoiar a tomada de decisão operacional e reforçar o contributo da produção geotérmica para a transição energética e para a redução das emissões de GEE no sistema elétrico regional.

- No plano de investimento do Grupo EDA, e nos planos de gestão das instalações abrangidas pelo SGQAS, são inseridas ações de melhoria da eficiência energética, algumas provenientes das primeiras auditorias energéticas efetuadas (e.g., mudança de iluminação, isolamento dos tanques de receção de fuelóleo, deteção de fugas de GEE, entre outras). O Grupo EDA realiza um estudo da viabilidade destas ações, que inclui a estimativa dos custos de aquisição e de exploração para análise da relação benefício-investimento, estando algumas destas ações já implementadas.

- As medidas ainda em curso ou planeadas consideram a oferta de serviços e produtos sustentáveis a clientes, que contribuem para um maior nível de descarbonização, eficiência e sustentabilidade da comunidade açoriana. Para além das medidas mencionadas no capítulo **4.1. Alterações Climáticas e Transição Energética**, destaca-se:

- Disseminação da mobilidade elétrica, incluindo o desenvolvimento, implantação e operação de postos de carregamento e infraestruturas associadas;

- Desenvolvimento de campanhas junto dos clientes e de projetos que promovam as energias renováveis e aumentem a eficiência energética nos edifícios, incluindo a adoção de bombas de calor elétricas, esquentadores elétricos e medidores inteligentes;

- Renovação do parque de luminárias da rede de iluminação pública (IP) com tecnologias mais eficientes, nomeadamente através da substituição de lâmpadas de vapor de sódio por tecnologia LED;

- Instalação de sensores para equipamentos de aquecimento de água (em residências) e sensores para carregamento inteligente de veículos (em áreas públicas);
- Desenvolvimento e implantação de estações de hidrogénio hipocarbónicas e infraestruturas associadas;
- Substituição gradual de viaturas a combustão por veículos elétricos.

LIFE IP CLIMAZ

No âmbito deste projeto (mais informação em **4.1.1. Estratégia de descarbonização**), o Grupo EDA está a desenvolver uma iniciativa inovadora que consiste na recuperação de calor para aumentar a eficiência da produção de energia a partir de combustível fóssil. Este mecanismo aproveita a energia térmica desperdiçada dos gases de escape, da água de refrigeração dos grupos térmicos a diesel ou do vapor gerado para produção de eletricidade.

Para isso, está a ser desenvolvido um estudo e projeto-piloto para um sistema de permuta para recuperação de calor, testando diferentes cenários:

- Cenário 1 - Utilização de bateria térmica apenas com a água de refrigeração dos motores ou aproveitamento do vapor excedente das caldeiras recuperativas;
- Cenário 2 - Cenário 1 acrescido de resistências elétricas, para aproveitamento do curtailment de energias renováveis;
- Cenário 3 – Utilização da tecnologia *Organic Rankine Cycle* (ORC) para produzir eletricidade a partir do excesso de produção de vapor.

Este projeto permite, desta forma, diminuir consumos energéticos e emissões de GEE nas centrais termoelétricas, melhorando, simultaneamente a eficiência dos grupos electroprodutores.

GESTÃO ENERGIA CAMPUS CAMINHO DA LEVADA

Ainda no contexto da inovação como impulsionador da eficiência energética, o Grupo EDA está também a desenvolver um projeto para a monitorização *online* do consumo de energia nos edifícios do campus da EDA no Caminho da Levada. No âmbito deste projeto, estão sendo monitorizados 20 circuitos e desagregados 7 tipos de consumos. Esta informação irá permitir informar processos de decisão no sentido de eliminar consumos desnecessários e implementar medidas de eficiência.

EDA Renováveis

EDA Renováveis integra a eficiência energética na gestão e operação das suas infraestruturas de produção elétrica, através da monitorização contínua do desempenho dos equipamentos, da modernização tecnológica das centrais e da avaliação sistemática de oportunidades de otimização do consumo energético associado aos serviços auxiliares das instalações. Em 2025, desmontou os grupos 1 e 2 da Central Geotérmica da Ribeira Grande e iniciou a execução de uma empreitada dessa Revitalização da Central. Efetuou também um *workover* no poço PV8, de forma a disponibilizar mais 2 MW de potência instalada na Central Geotérmica do Pico Vermelho.

Neste contexto, a empresa acompanha permanentemente o desempenho operacional das centrais e identifica oportunidades de melhoria através da análise de dados operacionais, da atualização de sistemas de controlo e supervisão e da avaliação da eficiência dos equipamentos instalados. Estes processos permitem identificar impactos e riscos associados à eficiência energética, nomeadamente ao nível do consumo interno das centrais, da disponibilidade dos equipamentos e da gestão dos recursos energéticos renováveis.

Também em 2025, várias iniciativas contribuíram indiretamente para a melhoria da eficiência global do sistema eletroprodutor regional, destacando-se os investimentos associados à expansão e modernização da produção geotérmica. No âmbito da meta de instalação de 17 MW adicionais de potência geotérmica até 2026, foram desenvolvidos projetos estruturantes para a ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho (12 MW). Este projeto, conjuntamente com a Revitalização da Central Geotérmica da Ribeira Grande, incluem a instalação de novos equipamentos mais eficientes energeticamente, a atualização de infraestruturas elétricas e sistemas auxiliares e a modernização dos sistemas de controlo e segurança, contribuindo para melhorar a eficiência operacional e a fiabilidade das centrais.

Para garantir a implementação destes projetos, foram mobilizados diversos mecanismos de planeamento, acompanhamento técnico e supervisão de segurança, incluindo a contratação de equipas especializadas para monitorizar a execução das empreitadas e assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, ambientais e de segurança. Paralelamente, foram iniciadas várias empreitadas complementares, nomeadamente a construção de edifícios técnicos, a instalação de transformadores auxiliares, a atualização de quadros elétricos e o desenvolvimento de sistemas hidráulicos associados à operação das centrais que têm em conta critérios de eficiência energética.

No domínio da produção renovável, foram igualmente prosseguidas iniciativas de reforço da capacidade instalada em energias renováveis no arquipélago, com destaque para a conclusão do Parque Eólico do Cerrado das Vacas e do Parque Fotovoltaico do Pão de Açúcar, na ilha do Corvo, no âmbito do projeto "Corvo Renovável". Estes investimentos contribuem para aumentar a integração de fontes renováveis no sistema elétrico regional, reduzindo a necessidade de produção térmica de origem fóssil e promovendo uma utilização mais eficiente dos recursos energéticos disponíveis.

A maioria destas iniciativas desenvolve-se no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que constitui um importante instrumento de financiamento e de concretização da estratégia regional de descarbonização e reforço da eficiência do sistema elétrico.

A EDA Renováveis atende à sua responsabilidade social e promove a transição para uma economia de baixo carbono nos Açores. Considera o desenvolvimento de um portefólio de produção de eletricidade através de fontes renováveis, suportado em soluções diferenciadoras, ajustadas aos recursos naturais de cada uma das ilhas dos Açores. É neste contexto que apostou em 2025 na conclusão do Projeto Corvo Renováveis com a instalação de 7 aerogeradores na mais pequena ilha dos Açores e na instalação de 150 kW de potência fotovoltaica.

Ao nível da digitalização, o Grupo EDA pretende continuar a aprofundar a sua transformação enquanto organização centrada em dados, dando continuidade a um conjunto de projetos estruturantes desenvolvidos no âmbito da estratégia e do roteiro para o governo de dados.

Neste contexto, e em 2025, destaca-se o desenvolvimento de um Roteiro de Data *Governance*, assente num diagnóstico transversal à organização, que permitiu avaliar o grau de maturidade da EDA em matérias como políticas de dados, processos de decisão, tecnologia, competências e modelo operativo, envolvendo ativamente as diversas direções e estruturas da empresa. Este trabalho veio estabelecer princípios claros para uma gestão integrada, consistente e responsável dos dados, bem como para a definição de papéis e responsabilidades ao longo de todo o seu ciclo de vida.

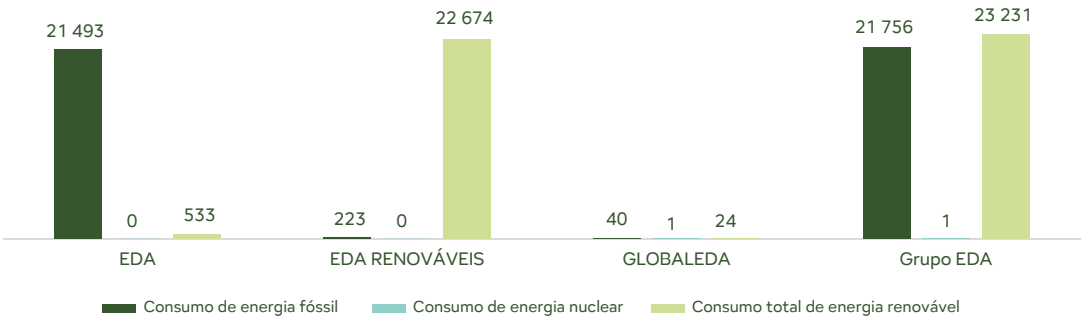
Paralelamente, estão a ser definidos processos e mecanismos de aferição da qualidade, consistência e fiabilidade dos dados, incluindo a clarificação das responsabilidades na recolha, validação e gestão da informação, criando as bases para um Modelo de Governação de Dados.

Estas iniciativas permitem não apenas melhorar a gestão das redes e dos ativos do Grupo, mas também potenciar o recurso a analítica avançada e modelos preditivos, nomeadamente na identificação de padrões de consumo, áreas de desperdício e ineficiências energéticas, na otimização da manutenção e na melhoria da qualidade e confiabilidade do fornecimento elétrico. Em simultâneo, contribuem para uma utilização mais eficiente dos ativos do Grupo EDA e de outros intervenientes do sistema elétrico, reforçando a resiliência, a sustentabilidade e a eficiência global do sistema energético dos Açores.

Este ano, o Grupo EDA consumiu cerca de 44 989 MWh de energia, uma redução de 2,5% face a 2024, devido principalmente aos consumos da EDA e EDA Renováveis que detêm atividades em setores de elevado impacto climático. Devido às características da sua atividade, a parte significativa da energia consumida corresponde ao consumo de energia fóssil utilizada no autoconsumo das centrais termoelétricas da EDA (47,8%) e de energia renovável na EDA Renováveis para alimentar serviços auxiliares (50,4%)[17].

[17] À data de publicação do relatório, não foi possível recolher informação sobre o consumo de fontes fósseis e da aquisição de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento para a SEGMA. A empresa não consome energia nuclear, combustíveis de fontes renováveis, nem produz energia renovável. Como tal, não se encontra representada nos gráficos.

Gráfico 38 - Consumo total de energia em 2025 (MWh)



Dentro do consumo total de energia renovável (23 231 MWh), que representa 51,6% de toda a energia consumida, 97,1% corresponde a energia renovável gerada pela EDA Renováveis. Os restantes 2,9% correspondem à aquisição de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento provenientes de fontes renováveis de outros produtores.

Gráfico 39 - Consumo de energia renovável em 2025 (MWh)



Para as empresas EDA e EDA Renováveis, a intensidade energética em 2025 foi de 0,0002 MWh/€, valor praticamente constante desde 2023, considerando cerca de 299 milhões de euros de receitas líquidas no ano.

4.2. Emissões Atmosféricas

Tabela 40 - Emissões atmosféricas: Impactos, Riscos e Oportunidades

Subtema	Descrição	Tipo	Cadeia de valor	Potencial / Real
Poluição do ar (ESRS E2)	A combustão de combustíveis fósseis na produção de energia térmica e eventuais fugas de gás refrigerante e isolante nas operações elétricas, libertam poluentes atmosféricos, que podem ter efeitos negativos na qualidade do ar, no clima e na saúde dos trabalhadores e comunidades locais.	I-	OP	☑

Legenda:

I+ Impacto positivo I- Impacto negativo R Risco O Oportunidade OP Operações próprias M Montante J Jusante

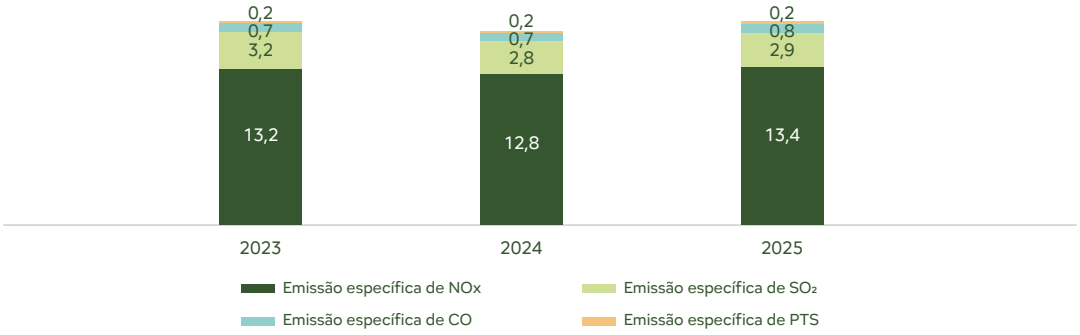
☑ Real ●●● Potencial a curto prazo ●● Potencial a médio prazo ● Potencial a longo prazo

Em resultado da exploração de recursos para produção de energia, para além das emissões de CO_2e, nas centrais termoelétricas são emitidos poluentes primários e secundários, sendo o Dióxido de Enxofre (SO_2), os Óxidos de Azoto (NOx), o Monóxido de Carbono (CO) e as Partículas (PTS) os mais relevantes.

Tabela 41 - Emissões atmosféricas poluentes das centrais termoelétricas

Emissões atmosféricas poluentes das centrais termoelétricas[18]	2023	2024	2025
Total de NOx emitido (ton)	7 016	7 486	7 673
Total de SO_2 emitido (ton)	1 720	1 666	1 645
Total de CO emitido (ton)	376	386	430
Total de PTS emitida (ton)	101	100	86

Gráfico 40 - Emissões específicas de poluentes atmosféricos nas centrais termoelétricas do Grupo EDA (g/kWh)[19]



Em 2025 verificou-se uma redução do peso das energias renováveis no mix energético, o que levou a um aumento de 2,0% nas emissões totais de poluentes, sobretudo de CO (aumento de 14,2% das emissões específicas), de NOx (aumento de 5,1% das emissões específicas) e de SO_2 (aumento de 1,3% das emissões específicas), resultante de uma maior produção de eletricidade de origem térmica. As emissões totais de SO_2 e de PTS reduziram-se 1,2% e 14,0%, respetivamente.

Anualmente, são realizadas, pelo menos, duas monitorizações pontuais aos grupos eletrogeradores de todas as centrais termoelétricas, bem como a monitorização em contínuo nas quatro centrais termoelétricas que utilizam fuelóleo como combustível, de forma a serem cumpridos os limites legais aplicáveis. São realizados ensaios de calibração dos sistemas de medição automática, de acordo com a Norma EN 14181, por laboratórios acreditados e em conformidade com as normas BREF da União Europeia (UE).

As centrais termoelétricas do Caldeirão e do Belo Jardim estão abrangidas pela Diretiva Emissões Industriais e pelas conclusões MTD (Melhores Técnicas Disponíveis) da UE, pelo que possuem um plano para cumprir um conjunto de obrigações de forma a garantir que não ultrapassam os níveis associados às MTD, sobretudo ao nível das emissões.

[18] Valores calculados com base nas monitorizações pontuais e contínuas dos efluentes gasosos.
[19] Valores calculados com base na produção bruta das centrais termoelétricas.

4.3. Eficiência de Recursos

4.3.1. Gestão de Resíduos

Tabela 42 - Gestão de resíduos: Impactos, Riscos e Oportunidades

Subtema	Descrição	Tipo	Cadeia de valor	Potencial / Real
Resíduos (ESRS E5)	A gestão inadequada de resíduos, provenientes da combustão de combustíveis líquidos ou das atividades associadas à operação, manutenção e desmantelamento de ativos energéticos, pode contaminar águas subterrâneas e solos, impactando negativamente o ambiente e ecossistemas.	I-	OP; J	●●●
	A gestão inadequada de resíduos perigosos provenientes dos sistemas de produção de energia (baterias, resíduos de combustível e lubrificantes, entre outros), pode libertar substâncias tóxicas no ambiente e prejudicar os ecossistemas locais.	I-	J	●

Legenda:

I+ Impacto positivo I- Impacto negativo R Risco O Oportunidade OP Operações próprias M Montante J Jusante

☑ Real ●●● Potencial a curto prazo ●● Potencial a médio prazo ● Potencial a longo prazo

A produção de energia elétrica está associada à exploração de recursos naturais, com a consequente produção de resíduos líquidos ou sólidos. Para a gerir estas questões de forma transversal, no âmbito da sua **Política de Qualidade, Ambiente e Segurança**, a EDA assume um compromisso com o ambiente para a minimização dos impactos diretos e indiretos decorrentes da sua atividade.

Para além deste documento normativo, a EDA implementou ainda uma **Política de Circularidade** específica para os eventos que organiza, com o objetivo de integrar práticas de circularidade e promover comportamentos mais responsáveis entre participantes, fornecedores e restantes *stakeholders*, bem como sensibilizar a comunidade para modelos de consumo mais sustentáveis. A política define um conjunto de linhas de atuação que orientam a preparação e execução dos eventos, incluindo:

Produção
Escolha do local e infraestruturas
Minimização dos impactes ambientais, redução de plásticos e materiais descartáveis, reutilização de estruturas e equipamentos e preferência por fornecedores locais com boas práticas ambientais.

Transporte e acessibilidade
Incentivo à mobilidade sustentável, otimização das deslocações e recolha de dados para cálculo da pegada carbónica associada ao evento.

Elementos de comunicação
Eliminação de brindes e materiais publicitários descartáveis e adoção de soluções recicláveis ou biodegradáveis (como badges em papel reciclado com sementes).

Gestão de recursos e resíduos
Redução de consumos, reutilização de materiais, separação adequada e retoma de excedentes.

Catering
Promoção de opções mais sustentáveis e redução de desperdício alimentar.

Em 2025, o Grupo EDA produziu cerca de 2 335 toneladas de resíduos, um aumento acentuado de 35,4% face a 2024. O desempenho de 2025 foi influenciado por uma situação pontual, que não se prevê voltar a ocorrer nos próximos anos: as obras de remodelação das centrais geotérmicas de São Miguel, realizadas ao longo do ano, originaram um aumento de 95,4% na produção de resíduos não perigosos.

Apesar deste aumento, desde 2016 que se tem verificado uma redução na produção de resíduos, sobretudo devido à melhoria de eficiência na utilização dos equipamentos de tratamento e desidratação dos resíduos de combustível e lubrificantes nas Centrais Termoelétricas que utilizam fuelóleo.

Do total de resíduos produzidos, a maioria são resíduos não perigosos (52,7%), devido ao acima referido. Não obstante, em 2025, verificou-se ainda um ligeiro aumento (0,9%) na produção de resíduos perigosos.

Gráfico 41 - Produção de resíduos do Grupo EDA

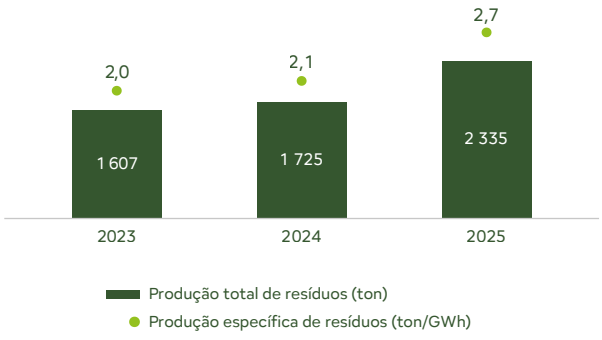
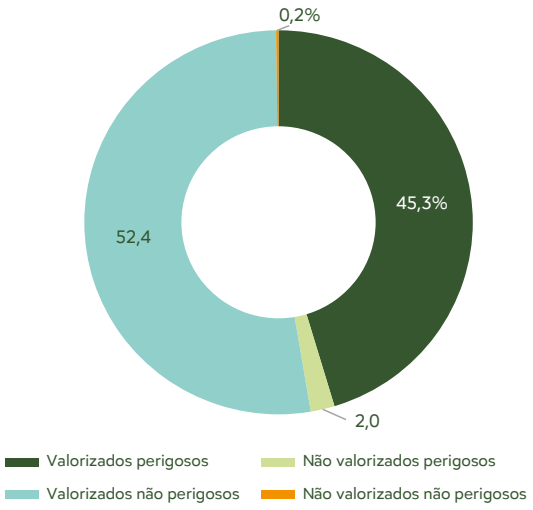


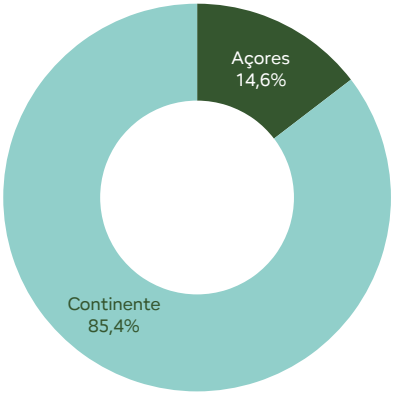
Gráfico 42 - Tipologia dos resíduos do Grupo EDA



Apesar deste aumento, desde 2016 que se tem verificado uma redução na produção de resíduos, sobretudo devido à melhoria de eficiência na utilização dos equipamentos de tratamento e desidratação dos resíduos de combustível e lubrificantes nas Centrais Termoelétricas que utilizam fuelóleo.

Do total de resíduos produzidos, a maioria são resíduos não perigosos (52,7%), devido ao acima referido. Não obstante, em 2025, verificou-se ainda um ligeiro aumento (0,9%) na produção de resíduos perigosos.

Gráfico 43 - Destino dos resíduos do Grupo EDA



4.3.2. Gestão da Água

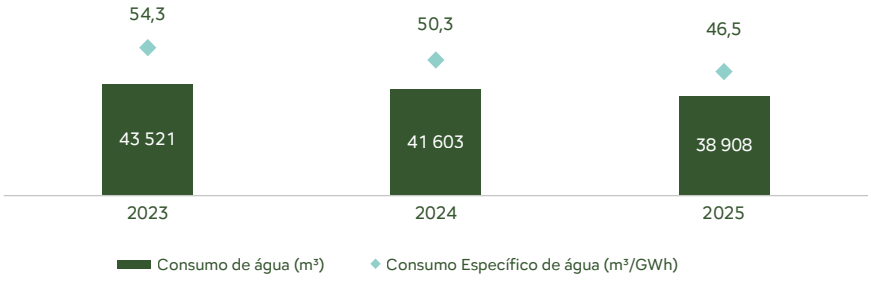
Embora não seja considerado um tema material, a água é um recurso essencial para as atividades do Grupo EDA, particularmente para as centrais hidroelétricas, geotérmicas e termoelétricas. Por esse motivo, a sua utilização e consumo são continuamente monitorizados e alvos de medidas de melhoria contínua, garantindo uma utilização cada vez mais eficiente.

Este ano, destaca-se a implementação de medidas de modernização de equipamentos, nomeadamente a substituição de caldeiras recuperativas obsoletas no Sistema de Vapor e Condensados por equipamentos mais eficientes nas centrais termoelétricas, de forma a reduzir perdas energéticas e a aumentar o rendimento global do sistema. Foram também efetuadas melhorias na monitorização e controlo dos sistemas que utilizam água nas centrais termoelétricas, permitindo detetar e corrigir eventuais desvios com maior rapidez e reforçar o controlo operacional.

Ao nível do processo produtivo, nas instalações de produção geotérmica da EDA Renováveis, a água de processo é o fluído geotérmico, que é captado nos poços de produção e devolvido na sua totalidade para o interior do reservatório geotérmico, em profundidade, através dos poços de injeção. No consumo de água nas Centrais Geotérmicas, a única característica alterada é a temperatura, sendo esta monitorizada de acordo com as orientações da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) decorrentes das entidades oficiais.

Nas instalações de produção hídrica da EDA Renováveis, o volume de água utilizado é substancialmente superior aos das restantes instalações, contudo, uma vez que o uso se resume à sua contenção, não existem alterações significativas nas suas características qualitativas. O único impacto potencial é na velocidade do fluxo, ou no regime hidrológico. Nas ilhas de São Miguel e Flores, a taxa de uso da água disponível é superior às restantes ilhas, devido a uma maior presença de produção hidroelétrica. Nas instalações de produção termoelétrica, não houve reutilização e reciclagem de água.

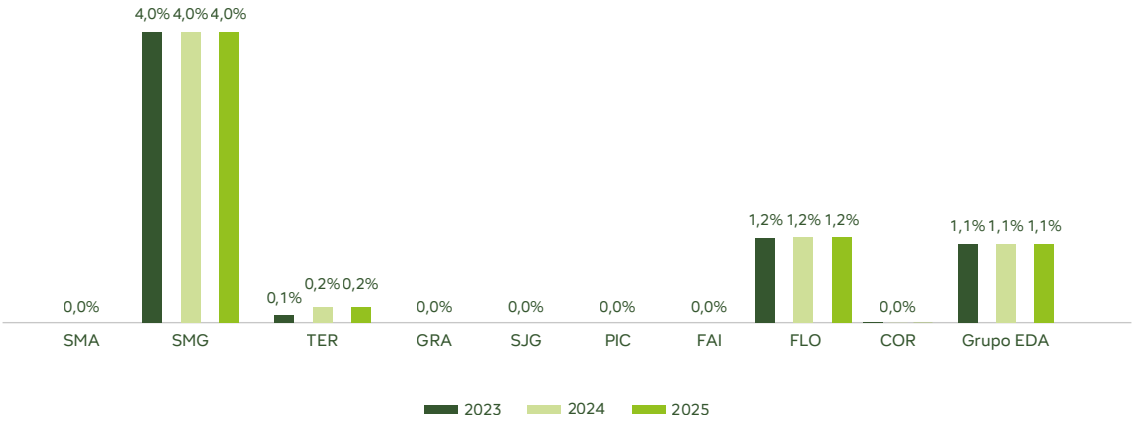
Gráfico 44 - Consumo de água nas centrais termoelétricas da EDA e da EDA Renováveis



Em 2025, verificou-se um consumo total de água de 39 085 m³, sendo 99,5% derivado exclusivamente das instalações da EDA e da EDA Renováveis. Face ao ano passado, verificou-se uma redução de 6,1% no consumo absoluto de água e de 7,6% no consumo específico. Este desempenho evidencia os esforços do Grupo EDA na melhoria contínua, refletidos numa redução acumulada do consumo específico em 32,2% ao longo dos últimos 5 anos.

O volume de água utilizada nas instalações da EDA, nas várias ilhas, apresenta um impacte diminuto no ambiente, considerando a quantidade de água disponível nos lençóis freáticos, ou seja, a EDA utiliza apenas um volume correspondente a 1,2% da água disponível na RAA[20].

Gráfico 45 - Relação entre o uso da água pelo Grupo EDA e a quantidade de água disponível nas ilhas da RAA[21]



[20] A água disponível inclui água superficial e água subterrânea explorável. A água disponível nas ilhas Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial e Corvo é inferior a 0,0001%. Informação sobre disponibilidade hídrica das ilhas disponível no Portal do Estado do Ambiente dos Açores (http://rea.azores.gov.pt).

[21] Bibliografia: Portal do estado do Ambiente dos Açores (http://rea.azores.gov.pt)

5 . PILAR SOCIAL

5.1. Trabalhadores

Tabela 43 - Trabalhadores: Impactos, Riscos e Oportunidades

Subtema	Descrição	Tipo	Cadeia de valor	Potencial / Real
Condições de trabalho (ESRS S1)	A ausência de mecanismos que monitorizem as alterações no contexto externo e os seus efeitos financeiros na empresa, podem impactar a sua capacidade para garantir a alocação do número de recursos humanos e remuneração adequados.	I-	OP	●●
	Horários de trabalho prolongados e/ou por turnos nas atividades de construção, operação e manutenção de infraestruturas elétricas podem afetar negativamente o bem-estar físico e mental dos colaboradores.	I-	OP	●●
	A existência de políticas de remuneração e benefícios adequados contribui para o bem-estar dos colaboradores, para a retenção de talento e promove a melhoria das suas condições de vida.	I+	OP	☑
	A compatibilidade entre vida profissional e pessoal promove o bem-estar dos trabalhadores e aumenta a sua satisfação e produtividade.	I+	OP	☑
	A inexistência de uma cultura de segurança que promova a prevenção, a saúde e bem-estar dos trabalhadores, pode aumentar a ocorrência de acidentes de trabalho e potenciar problemas de saúde física e psicológica.	I-	OP	●
	As atividades de operação e manutenção de infraestruturas de produção e distribuição energética, podem expor os trabalhadores a condições perigosas, como trabalhos em altura e falhas elétricas/em equipamentos, com possíveis efeitos negativos na sua saúde física e mental.	I-	OP	●●●
	Políticas de remuneração e benefícios adequadas contribuem para a atratividade do Grupo e para a retenção de talento, reforçando a estabilidade das equipas.	O	OP	●●●
Igualdade no tratamento e oportunidades para todos (ESRS S1)	A existência de um Acordo de Empresa garante a igualdade salarial de géneros para funções de trabalho idênticas.	I+	OP	☑
	A escassez de recursos humanos especializados, juntamente com a complexidade dos sistemas tecnológicos, dificulta a gestão eficiente da cibersegurança, podendo afetar a qualidade dos serviços prestados.	I-	OP	●●●
	A falta de políticas eficazes de gestão de competências pode comprometer o desenvolvimento profissional e o conhecimento técnico, provocar a perda de conhecimento com a saída de trabalhadores e afetar negativamente a produtividade, gerando custos adicionais com formação e capacitação.	R	OP	●●●
Condições de trabalho (ESRS S2)	O estabelecimento de disposições de segurança para as prestações de serviço e empreitadas, juntamente com o acompanhamento dos requisitos de segurança e garantia de implementação, previnem acidentes e asseguram a execução em boas condições de saúde e segurança.	I+	M; OP	☑
	A compra de materiais provenientes de regiões com instabilidade geopolítica e/ou a subcontratação de serviços com fracas medidas de segurança, pode perpetuar condições laborais precárias e a ocorrência de acidentes laborais para os trabalhadores da cadeia de valor.	I-	M; J	●●
	A intensificação das atividades de produção e distribuição de energia pode aumentar o risco de acidentes de trabalho para os fornecedores e subcontratados, especialmente em condições perigosas como trabalhos em altura, comprometendo a continuidade operacional, aumentando os custos	R	M; J	●●●

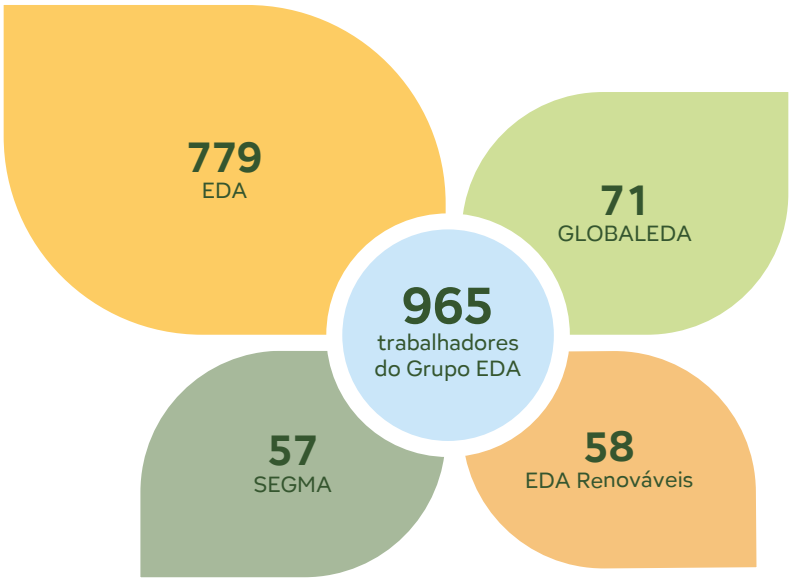
Legenda:

I+ Impacto positivo I- Impacto negativo R Risco O Oportunidade OP Operações próprias M Montante J Jusante

☑ Real ●●● Potencial a curto prazo ●● Potencial a médio prazo ● Potencial a longo prazo

Em 2025, o Grupo EDA reforçou o seu compromisso com a eficiência e a sustentabilidade, reconhecendo que o contributo, o conhecimento e a dedicação dos trabalhadores são determinantes para o desempenho da organização. Nesse sentido, continua a investir em condições que promovam o bem-estar, o desenvolvimento e a motivação das equipas, consciente de que uma gestão eficaz do capital humano se reflete diretamente na competitividade e no sucesso do Grupo.

No final de 2025, o Grupo EDA era constituído por uma equipa de **965 trabalhadores**, valor que representa um aumento na ordem dos 0,1% face ao final de 2024. No ano de reporte, o total de trabalhadores era representado por **790** homens e **175** mulheres, diferença que decorre do tipo de atividade e das suas funções, de predominância operacional.



5.1.1. Caracterização e Gestão do Capital Humano

A dinâmica e a constante evolução do negócio do Grupo EDA exigem equipas capazes de se adaptar, atuar com flexibilidade e antecipar desafios. Neste enquadramento, a gestão de recursos humanos assume um papel determinante, promovendo práticas que incentivam o desenvolvimento contínuo das competências pessoais, profissionais e organizacionais dos trabalhadores, fortalecendo a capacidade interna de resposta às exigências do setor.

A EDA reconhece que, para cumprir com a sua missão, é necessária a atualização constante das competências dos trabalhadores para que possam exercer as suas funções com sucesso.

A Direção de Gestão de Pessoas assume um papel estratégico na identificação, gestão e mitigação dos principais impactos, riscos e oportunidades associados à gestão do capital humano, contribuindo para a promoção de um ambiente organizacional sustentável, inclusivo e orientado para o desenvolvimento contínuo.

O Grupo assegura a implementação de processos estruturados e transparentes de atração de talento, baseados em critérios de mérito, igualdade de oportunidades e não discriminação, garantindo a adequação dos perfis recrutados às necessidades das diferentes áreas e promovendo uma integração eficaz dos novos trabalhadores. Paralelamente, é promovida uma abordagem integrada de gestão de talento, assente na identificação contínua de necessidades de desenvolvimento e no alinhamento entre os objetivos individuais e as prioridades estratégicas da organização.

No domínio da capacitação, a EDA assegura a concretização de um plano de formação anual ajustado às necessidades identificadas dos trabalhadores, integrando ações de natureza técnica e comportamental, em formatos presenciais, online e assíncronos. No período em análise, foram dinamizados 303 cursos de formação, alguns com múltiplas edições, que totalizaram 3 760 participações e 23 566 horas de formação, refletindo o investimento consistente no desenvolvimento de competências e na valorização dos trabalhadores.

No âmbito do projeto "Mais Equipa", orientado para o reforço da coesão organizacional, foram igualmente promovidas diversas iniciativas formativas, das quais se destacam:



Importa ainda destacar que o projeto "Mais Equipa", iniciado no ano anterior com as chefias, foi alargado aos restantes quadros que integraram mais recentemente a organização, com o objetivo de promover o conhecimento e a identificação dos comportamentos desejáveis, bem como daqueles a evitar, contribuindo para uma maior consistência cultural e alinhamento organizacional.

No final do ano, foi realizado o miniprojecto "Missão das Direções e Qualidade do Serviço Prestado", um desafio a todas as direções para revisão da sua missão. Foi um processo participativo, humano e orientado para a melhoria continua.

Durante o período em análise, foram ainda reforçadas outras iniciativas, como o alinhamento contínuo entre necessidades organizacionais e oferta formativa, a avaliação da eficácia das ações de formação e a promoção da partilha de conhecimento interno. Os recursos alocados incluem investimento em formação, utilização de formadores internos e externos e ferramentas digitais de suporte à aprendizagem e gestão de talento.

Em 2025, o total de horas de formação no Grupo EDA foi de 26 940h, sendo a EDA responsável por 87,5% das horas de formação, refletindo uma redução global de 5,3% face a 2024. Ao nível das participações em ações de formação, o Grupo EDA contabilizou cerca de 4 309 participações, sendo 87,3% correspondentes à EDA (uma diminuição de 11,5% e 7,7%, respetivamente).

Esta variação resulta de uma evolução estratégica do plano formativo, com um redirecionamento do investimento para áreas técnicas e especializadas, alinhando com as exigências operacionais e com os desafios específicos das diferentes direções.

Importa referir que, em 2024, se verificou uma forte aposta em formações de natureza transversal, nomeadamente nas áreas de ética, bem-estar e segurança, o que contribuiu para um volume formativo mais elevado nesse período.

Neste contexto, em 2025 privilegiou-se uma afetação mais criteriosa e eficiente dos recursos formativos, com menor incidência de ações transversais e maior enfoque no desenvolvimento de competências críticas para a atividade, reforçando a especialização técnica e potenciando o impacto da formação no desempenho organizacional.

Gráfico 46 - Média de horas de formação do Grupo EDA

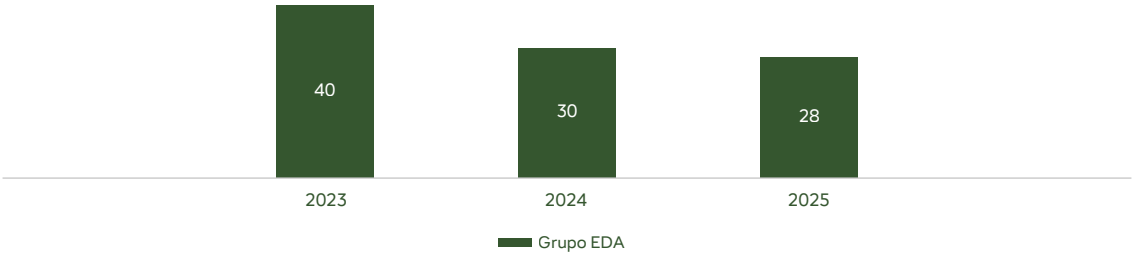
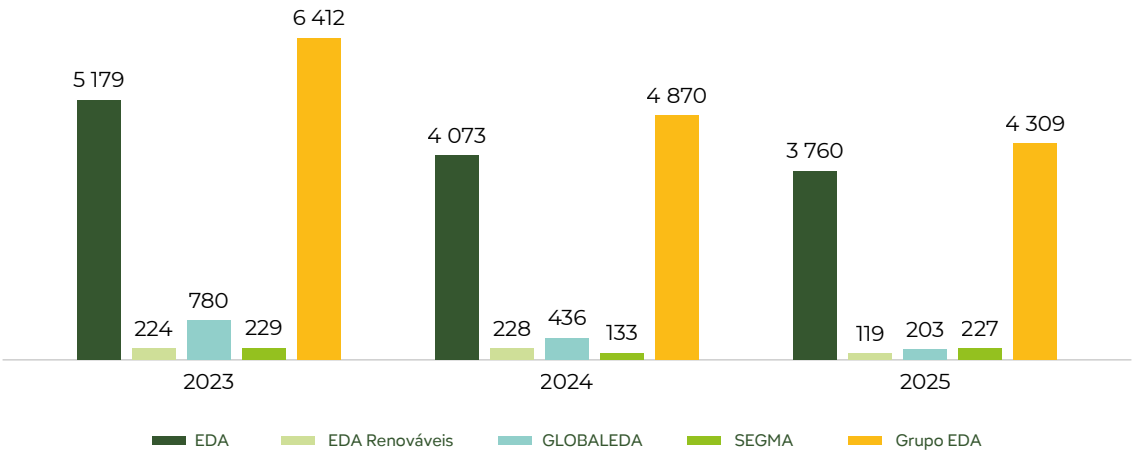


Gráfico 47 - Número de participações nas formações



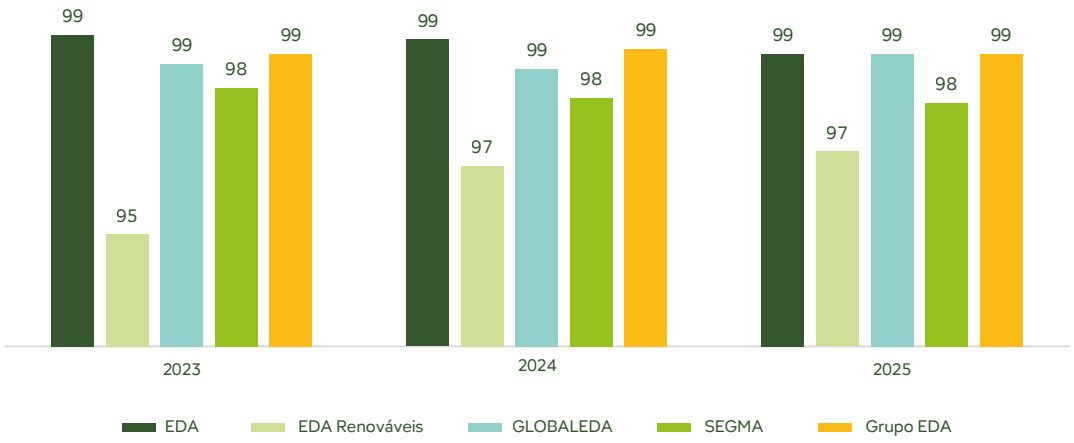
Esta concentração mais acentuada de horas de formação na EDA, face às restantes empresas do Grupo, deve-se não só ao número mais elevado de trabalhadores, mas também à natureza das suas atividades, que implicam uma forte componente operacional e formação contínua, designadamente em matérias técnicas, de segurança e de cumprimento de requisitos legais e regulamentares. Assim, uma parte significativa das ações de formação promovidas no âmbito do Grupo é dirigida aos trabalhadores da EDA.

A política de gestão do capital humano do Grupo EDA é reforçada por um conjunto de documentos e práticas, nomeadamente o **processo de recrutamento externo**, um **modelo de avaliação de desempenho**, o **manual organizacional e de funções**, o **código de conduta** (mais informação em **6.1.1 Ética, Transparência e Integridade**), um **modelo de remunerações para as chefias**, a **política de saúde** (mais informação em **5.1.2 Saúde e Segurança Ocupacional**) e um **plano de formação anual**. Estes elementos estruturais criam um ambiente de trabalho robusto, transparente e justo, que não só promove a atração, mas também a retenção do talento, promovendo uma cultura de aprendizagem contínua e de excelência operacional.

A gestão do desempenho constitui um instrumento essencial nesta gestão, ao permitir monitorizar a evolução dos trabalhadores, reforçar o alinhamento com os objetivos organizacionais e identificar oportunidades de melhoria e desenvolvimento. Este modelo é suportado por uma cultura de feedback contínuo, que incentiva a responsabilização, o reconhecimento e a melhoria sustentada do desempenho.

A elevada percentagem de trabalhadores que participam nos processos de análise de desempenho ao longo dos anos, reflete, assim, uma avaliação e obtenção de *feedback* assíduas, permitindo o controlo de efetividade e melhoria dos processos.

Gráfico 48 - Análises de desempenho (%)



Em 2025, observou-se uma diminuição (3 pp) da **taxa de rotatividade ao nível do Grupo**, tendo atingido os 4,6%, comparativamente aos 7,6% do ano precedente, um reflexo das iniciativas de atração e retenção de talento.

Conscientes de que a remuneração é também um fator decisivo para o tema da gestão do capital humano do Grupo, os salários base dos trabalhadores estão estabelecidos nos acordos de empresa, aplicando-se a todos os trabalhadores, sem distinção de género ou outras características. Esses salários correspondem ao posicionamento na carreira profissional individual e são determinados conforme a categoria salarial negociada com os sindicatos que assinam tais acordos.

Em 2025, todos os trabalhadores tiveram uma remuneração base superior ao salário mínimo regional. A disparidade salarial entre géneros do Grupo EDA foi de 1,0%, ainda que entre os valores individuais das empresas do Grupo se observe uma variação considerável (mais informação em 7. Tabela ESRS).

Estas variações decorrem exclusivamente da natureza das funções desempenhadas e das especificidades operacionais de cada empresa, não resultando da aplicação de metodologias remuneratórias discriminatórias. A realidade da atividade de cada empresa influencia a distribuição de funções, o que se reflete em diferentes níveis de representação de homens e mulheres.

Além da prática regular de avaliações de desempenho, também são implementadas avaliações intercalares e finais para períodos experimentais de novas admissões e para a adaptação de trabalhadores em processos de mobilidade. As avaliações são complementadas pela **análise da satisfação e do impacto das formações realizada**s, para que seja recolhido feedback construtivo por parte dos trabalhadores, permitindo, desta forma, a implementação de ações de melhoria específicas e garantindo que os investimentos em capacitação estão alinhados com as necessidades reais dos trabalhadores e com os objetivos da organização.

Estas ações, apoiadas por recursos adequados e uma política de feedback e melhoria contínua, sublinham a preocupação do Grupo EDA em criar um ambiente de trabalho que não só valoriza o desenvolvimento profissional e pessoal dos seus trabalhadores, mas também promove a excelência operacional e a inovação.

5.1.2. Saúde e Segurança Ocupacional

A Saúde e Segurança no Trabalho (SST) é um dos pilares estratégicos do Grupo EDA e uma prioridade para o sucesso da EDA, como Grupo Empresarial, fundamental para a satisfação dos trabalhadores.

Atingir a excelência nos resultados com segurança é um objetivo partilhado nos vários níveis da organização, desde a direção até aos colaboradores e fornecedores de serviços.

Este compromisso com a SST é evidente na Política de Qualidade, Ambiente e Segurança da empresa, potenciando a melhoria contínua e garantindo um ambiente laboral seguro e saudável. Só com compromisso de todos, desde a Gestão de Topo, trabalhadores e prestadores de serviço podemos atingir o sucesso nos resultados.

Ao longo dos anos tem havido uma promoção estratégica da melhoria contínua das condições de segurança nos locais de trabalho, através do estabelecimento das melhores práticas e metodologias. Ao serem adotados comportamentos seguros é, assim, assegurada a diminuição do risco, consolidando uma cultura de segurança positiva.

A prevenção assume um papel relevante na segurança ocupacional de todos os trabalhadores, bem como na promoção de uma cultura de segurança. Com o envolvimento de todos na adoção de comportamentos seguros e na participação de situações perigosas e quase-acidentes, garantimos que, no final da jornada de trabalho, o trabalhador regressa a casa sem qualquer lesão.

Para isso, é essencial definir objetivos claros ao nível da SST ao nível do Grupo, que incluam não apenas a redução do risco nas atividades e instalações, mas também a melhoria das condições de trabalho, a promoção do bem-estar interno e a redução dos incidentes de trabalho (acidentes e quase-acidentes) que, tendencialmente, se pretende que atinjam o nível zero, incentivando a comunicação dos quase-acidentes e identificando a génese das situações perigosas. Para atingir esses objetivos, a EDA tem vindo a implementar gradualmente o **Sistema de Gestão de Segurança, baseado na Norma ISO 45001:2023**.

A Central Termoelétrica de Santa Bárbara, no Faial, mantém, desde 2020, a certificação NP EN ISO 45001:2023. A GLOBALEDA também possui a mesma certificação. Em 2025, a Central Termoelétrica do Aeroporto em Santa Maria e a Central Termoelétrica do Belo Jardim, na Terceira, da EDA, obtiveram também a certificação. O objetivo do Grupo EDA é estender gradualmente o Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho a todas as empresas, instalações e atividades.

No âmbito da SST, o Grupo EDA pretende:

- Contribuir para o desenvolvimento sustentável das empresas do Grupo EDA, reduzindo as perdas por incidentes e doenças profissionais, bem como dos fornecedores e prestadores de serviços externos que colaboram com as empresas do Grupo EDA;
- Desenvolver uma cultura de prevenção e segurança, contribuindo para a proteção dos trabalhadores contra os perigos e afeções para a saúde;
- Garantir o cumprimento da legislação em vigor por todos os intervenientes nas atividades das empresas;
- Promover a integração da gestão da prevenção e segurança na gestão organizacional;
- Contribuir para uma melhoria contínua efetiva dos processos de segurança;
- Evidenciar, perante todas as partes interessadas, a gestão responsável da SST, sendo uma das vertentes essenciais do desenvolvimento sustentável.

Para apoiar os colaboradores na implementação dos procedimentos de SST, e tendo em conta as atividades desenvolvidas na EDA, consideradas de risco elevado, a empresa possui uma e**quipa de Serviços Internos de Prevenção e Segurança no Trabalho**, dotados de técnicos de segurança com as competências definidas na legislação em vigor, que também presta serviços às restantes empresas do Grupo EDA.

Em 2025, para além das **auditorias técnicas de segurança às instalações**, foram elaborados, revistos e implementados procedimentos de segurança, de acordo com as atividades desenvolvidas. Verificou-se a conformidade dos equipamentos de trabalho, equipamentos de proteção individual e equipamentos de proteção coletiva para trabalhos em altura e procedeu-se à medição e avaliação de diversos fatores de risco, como ruído laboral e vibrações.

Para além de toda a documentação produzida e ferramentas informáticas desenvolvidas, estruturantes na organização em SST, em 2025 manteve-se o acompanhamento de atividades no terreno, garantindo um apoio no cumprimento das várias disposições de SST, as quais foram amplamente divulgadas.

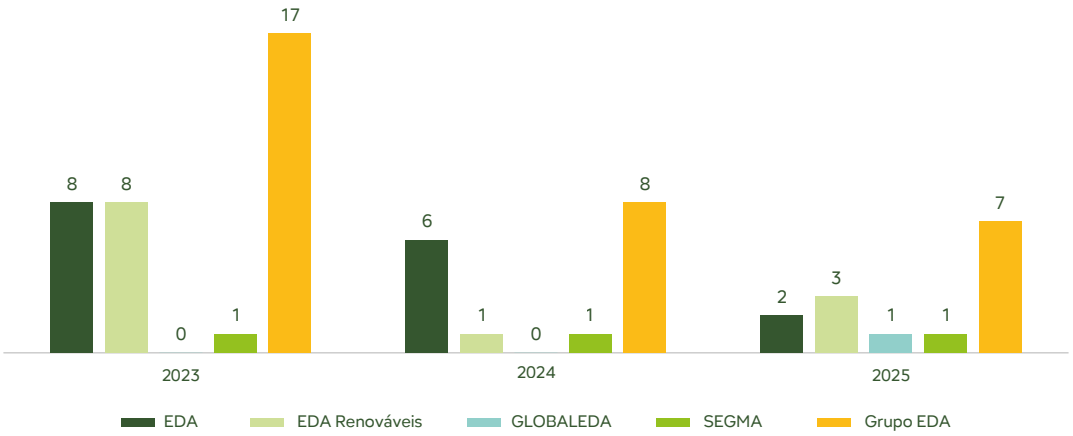
Paralelamente, tem havido uma promoção da formação e ações de sensibilização nas diversas temáticas de SST, habilitando e capacitando todos os trabalhadores para a execução das suas atividades em segurança, tendo sido desenvolvido diversos conteúdos digitais formativos, em parceria com o departamento de formação da Gestão de Pessoas (GEPES) o qual visa promover sessões de acolhimento *online* no imediato, após admissão do trabalhador no Grupo, potenciando o conhecimento e capacitação sobre as variadas temáticas de segurança. Posteriormente, os trabalhadores participam também numa sessão presencial, a qual visa aumentar o detalhe e sentido critico sobre estas temáticas.

Ao nível da prevenção e capacidade de resposta à emergência, tem sido dado relevância aos estabelecimentos industriais (centros produtores de energia elétrica) e principais edifícios administrativos, com a implementação das medidas de autoproteção, a realização de treinos e simulacros. De uma forma transversal, tem sido assegurada formação em primeiros socorros e em meios de primeira intervenção, garantindo uma melhor preparação das equipas de emergência da respetiva instalação.

O envolvimento dos Representantes dos Trabalhadores de SST para a EDA (que foram eleitos para o triénio 2025/2028, conforme publicação no jornal oficial, II série nº 208 69, de 29 de outubro de 2025), tem sido preponderante para o sucesso da articulação com os trabalhadores, tendo existido uma partilha das ações realizadas pelo departamento de Segurança Ocupacional. Os Representantes dos Trabalhadores de SST efetuaram várias visitas às instalações, promoveram a consulta e participação dos trabalhadores e, conjuntamente com o departamento de Segurança Ocupacional e o Responsável de Segurança da Instalação, promoveram-se várias melhorias nas condições de trabalho.

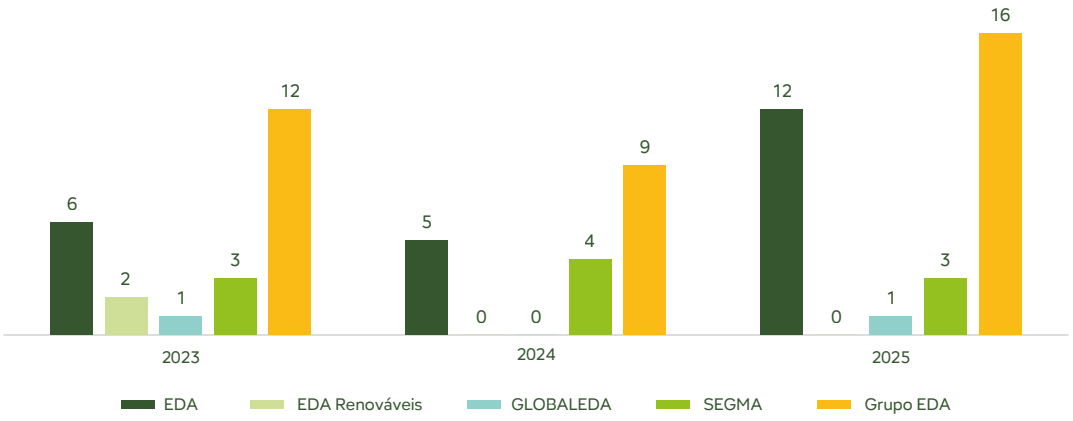
A sinistralidade laboral é um dos principais indicadores de monitorização do desempenho em SST. **Em 2025, o Grupo EDA registou um total de 23 acidentes, o que representa um aumento de 35,3%, relativamente ao ano anterior**, sendo que o aumento foi de 3 acidentes na EDA, 2 na EDA Renováveis e 1 na Globaleda, tendo a SEGMA verificado uma redução de 1 acidente. No entanto, do total de acidentes em 2025, apenas 7 foram com baixa, ou seja, menos 1 acidente com baixa em relação a 2024.

Gráfico 49 - N.º de Acidentes com Baixa



Este desempenho representou uma diminuição em 126 dias do número de dias perdidos, face ao registado em 2024 (-16,3%), com um total de 647 dias. Em relação aos acidentes sem baixa verificou-se um aumento de 9 para 16 incidentes, a maioria na EDA.

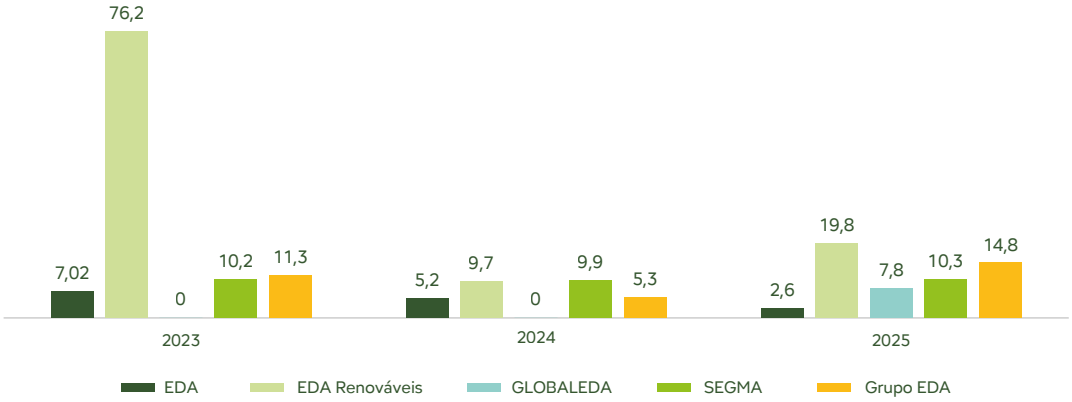
Gráfico 50 - N.º de Acidentes sem Baixa



No seguimento da investigação à causa-raiz dos acidentes, foram implementadas diversas medidas corretivas, nomeadamente no âmbito da sensibilização dos trabalhadores, para mitigar estas ocorrências.

No caso do Grupo EDA, o **índice de frequência** de 2025, face a 2024, apresenta uma **diminuição de 5,3 para 4,7**.

Gráfico 51 - Índice de Frequência

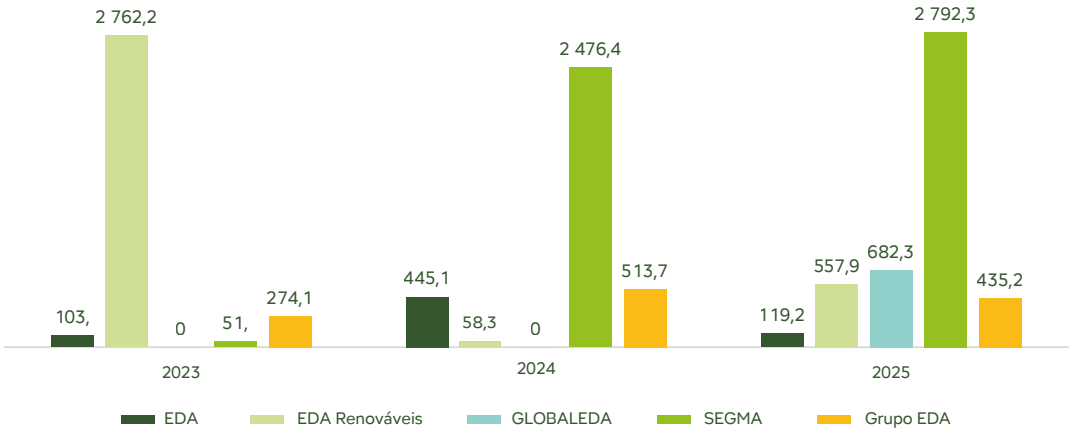


$Tf = \frac{N \times 10^6}{T}$

Tf – Índice de Frequência.
N – Número de acidentes de trabalho mortais e não mortais.
T – Número de horas trabalhadas.

Apesar do número total de acidentes no Grupo EDA ter aumentado em 2025, em relação ao ano anterior, **o índice de gravidade diminuiu de 513,7 para 435,2**, sobretudo devido à melhoria do desempenho na EDA, que passou de 445,1 para 119,2.

Gráfico 52 - Índice de Gravidade



$G = \frac{T \times 1.000.000}{H}$

Onde:
G =Taxa de Gravidade.
T = Tempo computado.
H = Horas - Homem de exposição ao risco.

A salvaguarda da saúde e do bem-estar dos colaboradores do Grupo EDA é efetivada através do seguimento rigoroso das normativas de vigilância da saúde ocupacional, em linha com a legislação em vigor.

No percurso para atingir estas metas, o Grupo EDA tem vindo a desenvolver e a implementar vários documentos que planificam, previnem e definem o modo de atuação de todas as empresas do Grupo face aos desafios que se apresentem no âmbito do tema da SST, entre eles:

- Sistema de Gestão de Segurança, baseado na Norma NP EN ISO 45001:2023;
- Política de Prevenção de Acidentes Graves Envolvendo Substâncias Perigosas (PPAG), aplicada à Central Termoelétrica do Caldeirão, Central Geotérmica do Pico Vermelho, Ribeira Grande e Pico Alto;
- Manual da Organização de Segurança no Trabalho do Grupo EDA;
- Manual de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança do Grupo EDA;
- Política de Qualidade, Ambiente e Segurança da EDA, GLOBALEDA e SEGMA;
- Política da Segurança e Saúde no Trabalho da EDA Renováveis;
- Política de Saúde no trabalho do Grupo EDA.

No âmbito da SST, as metas e objetivos do Grupo EDA englobam, prioritariamente, a redução do risco nas atividades e instalações, a melhoria das condições de trabalho, a promoção do bem-estar interno e a eliminação dos incidentes de trabalho (acidentes e quase-acidentes), incentivando a comunicação das ocorrências de quase-acidentes e identificando, na sua génese, as situações perigosas.

Desta forma, são monitorizados diversos indicadores de desempenho:

- O número de exames médicos efetuados, por tipologia;
- O número de visitas aos locais de trabalho;
- O índice de trabalhadores condicionados para o trabalho;
- A taxa de trabalhadores com degradação auditiva;
- A taxa de trabalhadores com problemas psicossociais;
- A taxa de trabalhadores com problemas obesidade;
- A taxa de cumprimento da realização de consulta de medicina do trabalho;
- A taxa de trabalhadores com Lesões Músculo Esqueléticas (LME).

5.2. Satisfação do Cliente

Tabela 44 - Gestão de resíduos: Impactos, Riscos e Oportunidades

Subtema	Descrição	Tipo	Cadeia de valor	Potencial / Real
Segurança pessoal dos consumidores e/ou utilizadores finais (ESRS S4)	Grandes perturbações nas infraestruturas elétricas podem comprometer o acesso a serviços essenciais, como cuidados de saúde, sistemas de emergência e segurança pública, colocando em risco a saúde e o bem-estar dos consumidores, especialmente os mais vulneráveis.	I-	J	●●●
		I-	J	●

Legenda:

I+ Impacto positivo I- Impacto negativo R Risco O Oportunidade OP Operações próprias M Montante J Jusante

☑ Real ●●● Potencial a curto prazo ●● Potencial a médio prazo ● Potencial a longo prazo

A qualidade de serviço do Grupo EDA assenta na interação com os clientes e na disponibilização das infraestruturas/serviço, estando alicerçada em três *drivers* de atuação.

Qualidade do serviço ao Cliente

- Qualidade das soluções implementadas, a zelar pela fialbilidade das infraestruturas e equipamentos.
- Melhorias nos procedimentos que se traduzem em reflexos positivos na qualidade do serviço percecionada pelos clientes.
- Prioridade na introdução de soluções que simplefiquem o nível de satisfação dos clientes.

A EDA reconhece a satisfação dos clientes como um vetor crítico para a criação de valor e para a sustentabilidade do negócio, assegurando a sua monitorização contínua no âmbito dos processos de gestão da qualidade e de relacionamento com o cliente. No âmbito da atividade comercial, a política relacionada com a satisfação do cliente traduz-se no compromisso de serviço ao cliente, assegurando, como princípio norteador, o cumprimento dos padrões regulamentares de forma eficaz e eficiente.

Para garantir uma compreensão abrangente e representativa das expectativas, necessidades e perceções dos diferentes segmentos, a empresa integra metodologias de auscultação e múltiplas fontes de informação nos seus mecanismos regulares de acompanhamento do desempenho.

O Grupo EDA detém, em exclusividade, a concessão do transporte e distribuição de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores, estando sob a regulação da **ERSE** e sujeita aos regulamentos emanados por esta entidade, tais como:

- **Regulamento de Relações Comerciais** – Estabelece o relacionamento comercial entre os intervenientes no setor elétrico, onde estão incluídos os clientes, e prevê, para determinadas temáticas, a reparação dos impactos negativos decorrentes da atuação da organização;
- **Regulamento da Qualidade de Serviço** – Define as obrigações e níveis de qualidade de serviço a cumprir pela empresa, nomeadamente aquelas relacionadas com a continuidade de serviço, qualidade da eletricidade e qualidade comercial.

O Grupo EDA definiu como missão servir os seus clientes com eficiência e eficácia. Este desígnio está implícito nos princípios que regem a estratégia da organização, conforme pode ser consultado no plano estratégico e na Política de Qualidade, Ambiente e Segurança da EDA, Globaleda e SEGMA, onde assume e demonstra compromisso com estes temas, e que se materializa através das metodologias e dinâmicas estabelecidas pelo Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança (SGQAS).

No âmbito do SGQAS, o Grupo EDA instituiu normas e metodologias para monitorizar e avaliar a sua eficiência e eficácia no que se refere à satisfação do cliente, das quais se destacam:

- Realização de inquéritos de satisfação de clientes, no âmbito do estudo anual de satisfação dos diversos tipos de clientes do Grupo EDA;

- Definição de indicadores de desempenho que, direta ou indiretamente, contribuem para avaliar o nível de satisfação do cliente e monitorizar o desempenho do processo comercial. Para além dos indicadores obrigatórios decorrentes dos regulamentos definidos pela ERSE, são ainda definidos e monitorizados indicadores no âmbito do SGQAS e dos inquéritos de satisfação dos clientes;

- Análise mensal de *tableau de board* relativo à qualidade de serviço;

- Realização de reuniões periódicas, com encontros de quadros, para acompanhamento do desempenho dos processos, incluindo o processo comercial no qual está integrada a avaliação da satisfação do cliente e a identificação de riscos e oportunidades;

- Revisão do SGQAS pela Gestão de Topo, onde são analisados os resultados da monitorização dos processos, bem como na análise do contexto interno e externo, riscos e oportunidades, entre outros;

- Realização de auditorias internas e externas;

- Política de qualidade e melhoria contínua através do SGQAS, análise SWOT e estudos de sustentabilidade;

- Desenvolvimento de uma cultura de gestão de risco e de serviço assente na responsabilidade, no rigor técnico e em condutas alinhadas com as políticas do Grupo;

- Transparência e disponibilidade de informação ao cliente através de folhetos, inclusive no site da organização.

No domínio da auscultação direta, a EDA promove inquéritos estruturados (telefónicos) a clientes domésticos e não domésticos, com vista à avaliação da experiência de serviço e à identificação de oportunidades de melhoria. Este processo é complementado por auditorias internas aos Centros de Atendimento (Lojas e Centros de Energia), orientadas para a verificação da conformidade com os padrões de serviço estabelecidos e para a aferição da qualidade do atendimento presencial. A metodologia de

cliente mistério, aplicada nos Centros de Atendimento e no *Call Center*, reforça a análise objetiva dos diferentes pontos de contacto. O processo de auscultação, realizado entre 2022 e 2023, apontou, de forma geral, para clientes satisfeitos com o serviço, para o reconhecimento da EDA como empresa açoriana de confiança e foi destacada a qualidade do atendimento nos Centros de Atendimento e no *Call Center*. Comparando com outras entidades regionais do universo das utilities, a EDA obteve a classificação mais elevada atribuída pelos clientes.

Em 2026, está prevista a realização de um novo estudo de avaliação de satisfação de clientes que irá permitir avaliar a evolução e eficácia das ações implementadas nos últimos anos.

Para além destas metodologias estruturadas, a EDA procede à análise sistemática de reclamações e sugestões recebidas nos seus canais digitais (incluindo o site institucional) e presenciais, valorizando igualmente os contributos recolhidos em eventos e iniciativas públicas. As situações identificadas em auditorias internas e externas complementam esta avaliação, evidenciando o grau de conformidade, a robustez dos processos e oportunidades de melhoria.

Toda a informação recolhida a partir destas diversas fontes é tratada e consolidada de forma sistemática, suportando a definição e atualização de planos de ação orientados para a resolução de constrangimentos, o reforço de práticas valorizadas pelos clientes e a melhoria contínua dos níveis de serviço. Este enquadramento assegura que a atuação da empresa se mantém alinhada com as expectativas dos clientes, promovendo uma relação de confiança sustentada e contribuindo para a excelência da experiência proporcionada.

Este processo de monitorização da satisfação do cliente é sustentado pelo acompanhamento de um conjunto de indicadores, que permitem aferir o desempenho dos serviços disponibilizados, identificar anomalias e captar oportunidades de melhoria.

Indicador de desempenho do serviço ao cliente	Desempenho em 2025
Percentagem de requisições com prazo de apresentação das informações relativas aos serviços de ligação igual ou inferior a 15 dias úteis	99,8%
Percentagem de ativações de fornecimento com prazo de ligação igual ou inferior a 4 dias úteis	99,1%
Tempo médio de ativação de fornecimento	2 dias
Percentagem do cumprimento do prazo previsto no RQS, para início da visita combinada	95,4%
Percentagem de restabelecimento do fornecimento dentro dos prazos (RQS), após interrupção por facto imputável ao cliente	99,6%
Percentagem de leituras em BTN com intervalo face à leitura anterior inferior ou igual a 96 dias	91,2%
Percentagem de atendimentos telefónicos comerciais, com tempos de espera até 60 segundos	86,7%
Percentagem de pedidos de callback satisfeitos no prazo de dois dias úteis	100,0%
Percentagem de atendimentos telefónicos para comunicação de avarias, com tempos de espera até 60 segundos	87,6%
Percentagem de cumprimento dos prazos previstos no RQS para início de assistência técnica a instalações de clientes prioritários	100,0%
Percentagem de cumprimento dos prazos previstos no RQS para início de assistência técnica a instalações de clientes não prioritários	99,2%
Percentagem de correção de valores de anomalias de medição e leitura de forma atempada	95,5%
Prazo médio de reclamações apreciadas e respondidas	7 dias
Percentagem de pedidos de informação apresentados por escrito com resposta até 15 dias úteis	96,4%
Percentagem de Contratos ativos com fatura enviada digitalmente - TE11 (Fatura Eletrónica) + TE07 (ficheiro EDI)	43,8%
Percentagem de contratos ativos com débito direto	58,0%

Os **canais de comunicação** estabelecidos com os clientes servem de apoio ao SGQAS e fornecem informação à Gestão de Topo para a orientação estratégica e tomada de decisão. Esta comunicação é privilegiada através de pontos de atendimento presencial/digital, *Call Center*, canal de reclamações, canal de denúncia de irregularidades, Provedor do Cliente, site do Grupo EDA e das redes sociais.

Em 2025, destacam-se ainda outras medidas implementadas em prol da satisfação dos clientes do Grupo EDA:

- Melhoria dos processos de faturação, nomeadamente a definição de um novo *layout* da fatura, concebido de forma mais acessível para o cliente;

- Aumento do número de faturas em formato digital, especialmente as faturas eletrónicas (enviadas por *e-mail* em PDF), com ganhos de eficácia e eficiência ao nível dos prazos de disponibilização ao cliente e de custos.

5.3. Apoio à Comunidade

O Grupo EDA assume um papel ativo na sociedade em que se insere, promovendo iniciativas que refletem o seu compromisso social e a sua vontade de contribuir para o bem-estar coletivo, mesmo não sendo este um tema identificado como material.



Visitas às instalações do Grupo EDA

Uma das principais ações promovidas pelo Grupo EDA, como forma de dinamizar o envolvimento com a comunidade, é a receção de visitas de escolas, de diferentes níveis de ensino, aos centros produtores das 9 ilhas. Durante as visitas, os colaboradores dão explicações técnicas sobre a produção de energia, convencional ou renovável, o funcionamento das centrais e outros aspetos relacionados com o fornecimento de energia elétrica. Paralelamente, são diversas as entidades e organismos oficiais, portugueses e estrangeiros, que também demonstram interesse na atividade do Grupo.

Este interesse voltou a verificar-se em 2025. Foram realizadas diversas visitas de estudo das escolas da Região e do País às diversas instalações da EDA Renováveis (Geotermia, Hídricas e Eólicas) em várias ilhas. No âmbito das energias renováveis, a energia geotérmica é a que suscita maior curiosidade. O número de visitas realizadas durante este ano foi menos significativo que o verificado nos anos anteriores, por se terem realizado obras que inviabilizaram as mesmas durante parte do ano. A Central Geotérmica do Pico Vermelho, situada na ilha de São Miguel, foi palco ainda de duas visitas institucionais de relevo durante o mês de setembro, evidenciando o crescente interesse internacional pela aposta dos Açores na produção de energia renovável:

- Acompanhada por representantes da EDA e da EDA Renováveis, uma comitiva composta por embaixadores dos Estados-membros da União Europeia acreditados em Portugal visitou a central. A visita incluiu uma apresentação técnica conduzida por especialistas da EDA Renováveis, que destacaram o papel da geotermia na matriz energética regional e os investimentos em curso para reforçar a sustentabilidade do setor elétrico açoriano.

- A central recebeu ainda uma delegação das Canárias, acompanhada pela comunicação social de Tenerife.

No contexto da XVIII Reunião Geral do Projeto LIFE IP CLIMAZ, a equipa do projeto, composta por 11 membros, deslocou-se, no dia 29 de setembro de 2025, à Central Termoelétrica de Santa Bárbara, no Faial, para visitar as instalações e conhecer o enquadramento para o desenvolvimento de um estudo e de um projeto-piloto para um sistema de aproveitamento, recuperação e armazenamento de calor, que visa aumentar a eficiência da produção de energia a partir de combustível fóssil, através de uma bateria térmica.

Em outubro, os Açores receberam uma delegação de Representantes Permanentes das Nações Unidas, que se deslocaram à Região, no contexto da candidatura de Portugal a um lugar no Conselho de Segurança da ONU para o biénio 2027-2028. A visita, organizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, contou com o apoio e colaboração do Governo dos Açores, integrando um programa que pretendeu dar a conhecer projetos e infraestruturas de relevância regional e nacional. Entre os pontos de interesse, encontra-se a Central Geotérmica do Pico Vermelho, símbolo do compromisso açoriano com a energia limpa e a sustentabilidade.

Apesar das dificuldades associadas às empreitadas em curso, também foram recebidas visitas no âmbito de Colóquios e Congressos internacionais realizados no arquipélago.

Contacto com os proprietários

Tendo em conta que a EDA desempenha uma atividade concessionada, existem mecanismos legais definidos para atuar e permitir o estabelecimento de servidões para o estabelecimento de linhas e infraestruturas elétricas de serviço público. Contudo, e de modo a estabelecer e desenvolver a sua atividade, em sintonia com os interesses externos à empresa, a EDA tem procedimentos de contacto formal e presencial com os proprietários para minimizar o impacto das suas atividades de construção, procurando, tanto na fase da elaboração dos projetos, como no decorrer dos trabalhos de construção, adequar, na medida do possível, as instalações à salvaguarda dos interesses dos proprietários. Como exemplo de tal preocupação, destaca-se a implantação dos apoios AT/MT que é em regra projetada para as extremas dos prédios, o que minimiza os constrangimentos à sua exploração, em particular no que respeita à operação de máquinas agrícolas, mitigando-se potenciais perdas de produção, sendo também normalmente esta última componente motivo de articulação com os proprietários, tendo em vista a adequação das datas de entrada nos prédios aos respetivos ciclos de cultivo. Além disso, existem mecanismos previstos para indemnizar perdas de rendimento e outros eventuais prejuízos provocados pela atividade de construção da EDA, nos termos na legislação vigente e de acordo com o previsto nos artigos 37.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 43335, de 19 de novembro de 1960.

No que respeita à implantação de Postos de Transformação, a EDA tem vindo a estabelecer, com os proprietários dos prédios, contratos de promessa de constituição de direito de superfície, com a celebração posterior de escritura pública, sendo estes ressarcidos pela ocupação da respetiva área do terreno ocupado.

Minimização do impacte na via pública

A EDA desenvolve parte da sua atividade de construção em vias públicas, principalmente em centros urbanos. Os procedimentos e regras de trabalho com os empreiteiros e prestadores de serviços procuram minimizar o impacto das intervenções da EDA, junto da população em geral, garantindo todas as condições de segurança requeridas, minimizando os períodos da intervenção e procurando comunicar antecipadamente as intervenções a realizar. A EDA tem vindo a intensificar os contactos com outras entidades que também operam nas vias públicas, com o objetivo de compatibilizar as intervenções em troços comuns, permitindo, assim, a criação de sinergias que se refletem na redução de custos para as partes envolvidas e na minimização dos constrangimentos à normal utilização das vias alvo de intervenção.

No que se refere à reposição de pavimentos em vias regionais e municipais, a EDA tem vindo a assumir a reposição de pelo menos meia faixa de rodagem, uma reposição provisória de pavimento inicial, de modo a garantir que as vias sejam afetadas o menos possível pelas intervenções da EDA e condições meteorológicas adversas.

Patrocínios

A EDA tem implementada uma política que visa a atribuição de donativos a instituições de solidariedade social e apoios de incentivo à cultura, educação e desporto na RAA. Estes contributos são o reflexo de que a EDA tem preocupações mais abrangentes, para além da boa execução da sua atividade de produção, transporte, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Em 2025, a EDA concedeu cerca de 123 mil euros em apoios e patrocínios.

Os apoios concedidos em 2025, corresponderam a:

Gráfico 53 - Patrocínios atribuídos em 2025



A EDA Renováveis apoiou em 2025 diversas atividades de cariz cultural, nomeadamente:

- A cooperativa Ponta Norte Cooperativa de Ensino e Desenvolvimento da Ribeira Grande, no âmbito do Protocolo de Cooperação com a EDA Renováveis;
- O Colóquio da Lusofonia (AIC, Associação Internacional Colóquios da Lusofonia) que ocorreu na ilha das Flores.

Participação em eventos

A EDA participa em vários eventos e iniciativas, procurando contribuir ativamente para o desenvolvimento das comunidades em que se insere. Ao longo de 2025, foram várias as participações, sendo de destacar:

- Em janeiro, a EDA participou na Conferência e Exibição "*Driving Energy Transition in EU: the Role of Electric Mobility*", organizada em colaboração com a EDP *NEW*, o *Smart Energy Lab* (SEL), o INESC-ID e o Instituto Superior Técnico (IST). A presença da EDA consubstanciou-se pela participação no painel e mesa-redonda dedicados à discussão acerca dos V2X (*Vehicle-to-Everything*) "*main Challenges and Opportunities*", focando os desafios e oportunidades relacionados com a integração dos V2X em sistemas elétricos específicos como são o caso dos insulares.

- A ERSE realizou, no dia 12 de fevereiro em Lisboa, o Seminário "Análise do setor elétrico e prospetiva para o novo período regulatório 2026-2029". A EDA participou no primeiro painel dedicado ao tema das Redes, que teve como oradores os presidentes dos diversos operadores de redes nacionais: REN, E-REDES, EDA e EEM, nomeadamente o presidente da EDA.

- Entre os dias 25 e 27 de março de 2025, o programa *Europeu Green Overseas* (GO), com o apoio da *Th!nk E*, promoveu o *Workshop* sobre Transporte Sustentável, em São Miguel. O evento, onde a EDA esteve presente, reuniu representantes de 13 Países e Territórios Ultramarinos (PTUs) europeus e britânicos, com o objetivo de acelerar a transição energética através de soluções de mobilidade sustentável adaptadas às realidades insulares. No último dia, os participantes visitaram a central geotérmica do Pico Vermelho, um exemplo de produção energética sustentável.

- Nos dias 14 e 15 de maio, decorreu a edição de 2025 do Fórum Clean energy for EU islands, na cidade de Ponta Delgada. O evento reuniu cerca de 140 participantes de mais de 45 ilhas, de forma presencial, para explorar o tema "A Fórmula das Ilhas: equilibrar as prioridades ambientais, sociais e económicas para a meta de 100% de energias renováveis".

- No fórum, a EDA contribuiu com duas apresentações, uma sobre os desafios e oportunidades do transporte sustentável (marítimo e terrestre) para os sistemas elétricos dos Açores, e outra referente aos desafios e soluções para a alteração do paradigma das redes elétricas nos Açores (evolução das redes tradicionais para as redes inteligentes). Nos dois dias do fórum, os participantes tiveram a oportunidade de visitar a Central Geotérmica do Pico Vermelho, a Central Termoelétrica do Caldeirão e o sistema BESS em São Miguel.

- No dia 16 de maio, na sequência do Fórum *Clean energy for EU islands*, decorreu o *Workshop* "*Energy Storage opportunities for EU Islands: about batteries and beyond*", na cidade da Lagoa, organizado pela Secretaria da CE4EUI como parte de uma série de iniciativas de capacitação para

apoiar as ilhas e os grupos de ilhas do Programa 30 para 2030 na sua transição para projetos de energia renovável e eficiência energética. Neste *workshop*, a EDA realizou uma apresentação sobre a aposta em sistemas BESS, com vista a permitir o aumento da integração direta no sistema de produção renovável através da redução do número de grupos geradores térmicos necessários manter em operação para assegurar a segurança de abastecimento e a qualidade de serviço técnica. Foi também apresentado o Projeto V2G (*Vehicle-To-Grid*) Açores.

- De 26 a 28 de maio, a EDA Renováveis participou no Fórum de Energia Geotérmica, na ilha de Nevis durante a Cimeira Global de Ilhas Sustentáveis 2025, que reuniu mais de 60 participantes de governos, setor privado, universidades e organizações de desenvolvimento.

- A 31 de maio, a EDA colaborou, uma vez mais, com a Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço no evento CANSAT Júnior Açores. Este evento teve como objetivo a largada de microssatélites, desenvolvidos por alunos do 3.º ciclo de diversas escolas da RAA, a 100 metros de altura. A EDA, através da equipa de operações com aeronaves não tripuladas, colabora no transporte dos microssatélites até à altura pretendida pela organização, permitindo que as equipas concorrentes possam analisar os dados transmitidos dos seus microssatélites após a sua largada. A participação da EDA no CANSAT júnior Açores levou a que empresa fosse convidada a colaborar com a instituição Ciência Viva para operar na 5.ª edição do evento CANSAT Júnior Nacional, realizado no dia 28 de junho no Aeródromo de Ponte de Sor, em Portalegre. Este evento contou com a presença de 15 equipas, compostas por alunos do 3.º ciclo de diversas escolas do país.

- No dia 2 de junho, ocorreu o 3.º Seminário Técnico de Economia Circular promovido pela Secretaria Regional do Ambiente e Ação Climática, na cidade da Horta, que proporcionou o diálogo com especialistas, a partilha de experiências e conhecimentos relacionados com a transição para modelos de Economia Circular. A EDA foi convidada a participar no seminário no painel "Boas práticas de Economia Circular – apresentação de projetos", cuja apresentação incidiu nos projetos que a EDA se encontra a desenvolver neta temática.

- A EDA e a Faculdade de Economia e Gestão da Universidade dos Açores promoveram uma Conferência subordinada ao tema "Desafios do Setor Elétrico na Economia dos Açores", no dia 17 de junho na Universidade dos Açores, em Ponta Delgada. A conferência contou com dois painéis principais: "Incentivos e Quadro Regulatório na RAA" e "Energias Renováveis e desafios técnicos do setor elétrico nos Açores".

- A APE organizou, a 1 de julho, o seminário "Resiliência do Consumo de Energia: Lições do Apagão", que constituiu um marco importante na reflexão sobre a segurança energética nacional, especialmente após o apagão de 28 de abril. Neste evento, a EDA desenvolveu uma apresentação sobre o tema "Sistemas Elétricos Isolados dos Açores - Lições Aprendidas", destacando os desafios e soluções específicas das redes isoladas.

- As II Jornadas Regionais da Sustentabilidade, evento organizado pelo Grupo EDA e pelo Grupo Finançor, realizaram-se no dia 2 de outubro de 2025, em Ponta Delgada. Este evento, enquadrado no programa de ação do Cluster Açores da Grace para 2025, envolveu oradores regionais e nacionais, incluindo a participação de responsáveis de algumas organizações líderes em sustentabilidade, focando-se em temas das três componentes ESG.

- No âmbito da implementação da certificação de Qualidade (ISO 9001), Ambiente (ISO 14001) e Segurança (ISO 45001) na Central Termoelétrica do Aeroporto (Santa Maria) e da certificação de Segurança na Central Termoelétrica do Belo Jardim (Terceira), a EDA promoveu, no final de outubro, o Workshop sobre Ambiente e Segurança Ocupacional com cerca de 30 participantes de 20 prestadores de serviço que habitualmente trabalham nestas instalações.

- Durante o workshop, destacou-se o papel determinante dos prestadores de serviço na proteção da saúde e da vida dos trabalhadores, salientando que as centrais termoelétricas apresentam riscos especiais, associados a atmosferas perigosas e à existência de várias atividades em simultâneo, exigindo atenção redobrada e comportamentos seguros.

- Nos dias 20 e 21 de novembro, a ilha de São Miguel foi o palco do 48.º Colóquio da Qualidade, promovido pela APQ e com a coorganização da EDA, na qualidade de vice-presidente da APQ. O Colóquio decorreu em formato híbrido, alargando o alcance da iniciativa a profissionais de todo o país, permitindo a participação de 345 participantes.

- O Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL) foi o palco da conferência anual do CIGRE Portugal, realizada no dia 20 de novembro de 2025. O encontro reuniu cerca de 120 participantes para discutir os desafios críticos que moldam o futuro do setor elétrico nacional e internacional, tendo a EDA marcado presença através da apresentação do tema "Insularidade e Sustentabilidade", que versou sobre o caminho dos Açores para a descarbonização, onde nove sistemas isolados exigem soluções tecnológicas customizadas para cada ilha.

- O Projeto Europeu IANOS, dedicado à promoção da transição energética sustentável em ilhas, chegou à sua etapa final com a realização do evento de encerramento no dia 8 de outubro, na Universidade dos Açores. O encontro contou com a presença de cerca de 50 participantes internacionais, entre representantes de empresas, nomeadamente a EDA, investigadores e professores universitários, que debateram os resultados alcançados pelo projeto e as perspetivas futuras para a implementação de soluções inovadoras em energia limpa, eficiência e descarbonização em contextos insulares.

- No dia 21 de novembro a EDA, conjuntamente com o SEL e a SEGMA realizaram, na CCIPD, um *workshop* que contou com a participação de sete representantes de empresas gestoras de condomínios nos Açores. Este workshop pretendeu apresentar não apenas a solução, mas também um projeto-piloto que será desenvolvido num condomínio da ilha de São Miguel em 2026.

- A EDA Renováveis participou ainda no Festival das Reservas da Biosfera, na ilha das Flores, e recebeu o Governo das Canárias para partilha de conhecimentos no âmbito do aproveitamento geotérmico.

GREDA

O GREDA (Grupo Recreativo da EDA) é uma associação de trabalhadores que visa o desenvolvimento de um conjunto de atividades de carácter desportivo, cultural e recreativo que correspondam às expectativas de desenvolvimento físico, intelectual e social dos seus membros, bem como a solidariedade entre os colaboradores e com associações congéneres, e ainda outras atividades que, pela sua natureza, beneficiem os seus associados, nomeadamente protocolos com prestadores de serviços de áreas diversas. Algumas destas ações possuem cumulativamente uma expressão positiva na comunidade em que a empresa se insere.

O GREDA possui associados em todas as empresas do Grupo EDA, de Santa Maria ao Corvo, contando com um elemento representante da sua direção em todas as ilhas dos Açores.

Para cumprir o seu objeto social, o GREDA elabora um plano de atividades, tendo continuado, em 2025, a desenvolver uma série de iniciativas de carácter social e desportivo:

- O GREDA / Grupo EDA associou-se à iniciativa "Pedalar por uma causa" para angariar fundos para uma menina com uma doença rara. Na totalidade das empresas que se juntaram a esta causa, foram angariados 11 000€;

- Realização de trilhos na ilha de São Miguel: o trilho Lomba d'El Rei e o trilho do Sanguinho;

- Promoção de diversos torneios desportivos, nomeadamente o 2.º Torneio de Futebol 7, na Escola do Pauleta, com a participação de 6 equipas do Grupo EDA e a 1.ª Supertaça do Grupo Oriental 2025 – Futsal;

- Realização da nova edição do Torneio de Pesca Amizade - Carlos Oliveira e António Furtado e do 3.º Torneio de Pesca na Ilha de São Miguel, constituído por 4 provas na Ilha das Flores;

- Realização dos tradicionais almoços de Amigos/Amigas, o almoço de São Martinho e a celebração do seu 30.º aniversário, no dia 11 de abril, em todas as ilhas dos Açores, com atividades variadas;

- Promoção do 2.º Concurso de Fotografia - Olhar Sobre Uma Lente;

- Novas dádivas de sangue promovidas pelo Grupo de Dadores de Sangue do GREDA, que procedeu às suas 43.ª e 44.ª dádivas de sangue na ilha de São Miguel.

6 . PILAR *GOVERNANCE*

6.1. Conduta Empresarial

Tabela 45 - Conduta empresarial: Impactos, Riscos e Oportunidades

Subtema	Descrição	Tipo	Cadeia de valor	Potencial / Real
Cultura empresarial (ESRS G1)	Garantir uma conduta corporativa assente na ética, transparência e conformidade regulatória pode reduzir coimas e penalizações, potenciar o acesso a financiamento e a reputação do Grupo.	O	OP	●●
Corrupção e suborno (G1)	A comunicação e formação contínua sobre políticas e procedimentos anticorrupção reforça a cultura de ética e integridade, contribuindo para a prevenção de práticas ilícitas.	I+	OP	☑
	A manutenção de um sistema de gestão certificado e auditado, apoia a conformidade regulatória e a prevenção de situações de corrupção e suborno, reforçando a credibilidade junto de investidores.	O	OP	●●

Legenda:

I+ Impacto positivo I- Impacto negativo R Risco O Oportunidade OP Operações próprias M Montante J Jusante

☑ Real ●●● Potencial a curto prazo ●● Potencial a médio prazo ● Potencial a longo prazo

No Grupo EDA, a conduta empresarial passa por reconhecer que o sucesso das empresas não está apenas associado à qualidade e confiabilidade dos serviços prestados, mas também à integridade e profissionalismo com que os serviços são prestados, em conjunto com a noção de responsabilidade e ética que cada colaborador, independentemente da função ou local onde a desempenha, tem nas suas ações e no seu dia-a-dia.

A EDA assegura um serviço público vital de abastecimento de energia elétrica em todas as ilhas da RAA e, por esse motivo, está comprometida em fazê-lo com os mais elevados padrões éticos em todas as atividades da organização, permitindo corresponder à confiança que todos os açorianos depositam na empresa. Por forma a uniformizar a atuação e comportamentos das diversas empresas, a EDA tem ainda como responsabilidade estabelecer uma estratégia conjunta – aplicável a todas as empresas do seu grupo –, e coordenar as respetivas atuações, bem como assegurar, globalmente, funções comuns a todas elas.

Nesse sentido, foi desenvolvido o Programa para a Prevenção da Corrupção do Grupo EDA 2023-2025 (PPC GEDA), que assenta em quatro pilares que norteiam a forma de atuação da organização e dos seus colaboradores: o Código de Conduta; o Plano de Prevenção do Risco de Corrupção e Infrações Conexas 2023-2025 (PPR GEDA); o Plano de Formação Interna; e os Canais de Denúncias da EDA e das participadas (mais informação em **5.1. Trabalhadores** e em **6.1.1. Ética, Transparência e Integridade**). O Plano de Prevenção da Corrupção é aplicável a todas as empresas do Grupo, sem prejuízo de análises, medidas específicas e controlos complementares que os órgãos de gestão das empresas entendam estabelecer.

Em relação ao Código de Conduta do Grupo EDA, o documento pretende promover a transparência e a adoção de comportamentos individuais que garantam o bom ambiente de trabalho, uma atuação responsável e aplicando o melhor julgamento para o exercício da atividade de forma equilibrada, justa

e sustentável. O Código estabelece, assim, os valores fundamentais que orientam a ética empresarial, reforçando compromissos de equidade, confiança, sustentabilidade, integridade e cumprimento das leis e regulamentos. Define regras de atuação para colaboradores, fornecedores, parceiros e outros *stakeholders*, e diretrizes sobre o uso responsável dos recursos da organização e sobre a política de ofertas, constituindo um instrumento essencial para a promoção de comportamentos éticos.

6.1.1. Ética, Transparência e Integridade

0
Condenações por infrações de combate à corrupção e ao suborno

0€
Em multas ou coimas aplicadas por infrações das leis de combate à corrupção e ao suborno

A aposta na transparência, integridade e ética surge da necessidade de criar mecanismos que norteiem os comportamentos dos stakeholders internos e externos do Grupo EDA e de dar a conhecer a forma de atuação da empresa e os seus resultados. A adoção de mecanismos internos, como o Código de Conduta, a implementação do PPR GEDA, o regulamento de recrutamento, o regulamento de execução orçamental e o regulamento de procedimentos contratuais para a aquisição de bens, serviços e empreitadas demonstram o caminho traçado pelo Grupo para mitigar os potenciais riscos de conflito de interesses e de atos de corrupção, promovendo, dessa forma, comportamentos éticos e uma maior transparência e integridade. Ao mesmo tempo, a disponibilização de canais de comunicação externos e a divulgação pública e regular de informação relacionada com os resultados, como, por exemplo, através do Relatório e Contas e de Informação de Sustentabilidade, aumentam a confiança dos *stakeholders* e demonstram a integridade, transparência e responsabilidade que o Grupo EDA coloca nas suas atividades.

O Grupo tem à sua disposição um livro de reclamações online, acessível através do seu site, com ligação à ERSE, bem como o Provedor do Cliente – um canal de comunicação específico que privilegia a proximidade com o cliente (mais informação em **5.2. Satisfação do Cliente**). O canal de denúncias de irregularidades da EDA e das participadas, aberto a colaboradores e terceiros, permite aos *stakeholders*, de forma independente e anónima, comunicar qualquer situação ou suspeita fundamentada relacionada com a prática de irregularidades que violem ou prejudiquem: (i) de forma grave, a legislação, normas e estatutos ou regulamentos vigentes; (ii) o património da sociedade; (iii) a imagem e reputação institucional da empresa; e (iv) situações suscetíveis de corrupção ou fraude.

A nível interno, destaca-se o PPR GEDA 2023-2025, que tem como objetivo identificar, analisar e classificar as situações e os riscos de exposição do Grupo a atos de corrupção, bem como estabelecer e monitorizar um conjunto de medidas para a sua mitigação, monitorização e reporte. Este plano de prevenção da corrupção contempla também o planeamento de ações de formação aos colaboradores

específicas sobre estas matérias. O PPR GEDA é, assim, um instrumento que permite fortalecer a conduta empresarial, fomentar relações de confiança e prever conflitos de interesse e atos de corrupção.

Em 2025, não foram registadas condenações por infrações de combate à corrupção e ao suborno.

De salientar que, em conformidade com o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro), é designado um responsável pelo programa de prevenção da corrupção nas empresas do Grupo EDA, cabendo ao Diretor da Direção de Auditoria Interna da EDA executar, controlar e rever o PPR GEDA. Neste âmbito, o Grupo EDA aplica ainda a Declaração de Inexistência de Conflito de Interesses, assegurando que todos os colaboradores e responsáveis envolvidos em processos críticos atuam de forma imparcial e alinhada com os princípios éticos da organização.

Adicionalmente, a EDA dispõe de um Sistema de Controlo Interno (SCI) que tem três objetivos principais:

- Salvaguardar os ativos da organização;
- Diminuir os riscos passíveis de comprometer o alcance dos objetivos, incluindo não conformidades, fraudes, irregularidades ou erros;
- Garantir o cumprimento da legalidade em todos os atos de gestão e de desempenho de funções.

O SCI engloba um conjunto de *standards*, estrutura organizativa, políticas e procedimentos que promovem o controlo interno dentro da empresa, no âmbito do desenvolvimento das competências atribuídas aos órgãos sociais e a cada uma das áreas da empresa, incluindo realização de auditorias aleatórias para deteção de eventuais condicionantes e/ou medidas de correção ou de aperfeiçoamento.

Fortalecendo esta abordagem de gestão de risco, destaca-se a elaboração do Plano de Auditoria Interna, no âmbito do qual são executadas auditorias periódicas que permitem uma análise detalhada dos processos internos e a identificação de oportunidades de melhoria. Além disso, é efetuada uma avaliação e matriz de riscos, presente no PPR GEDA, que pretende avaliar potenciais eventos, situações ou circunstâncias em função da magnitude previsível do seu impacto e probabilidade de ocorrência. Esta avaliação é feita para cada empresa do Grupo EDA e contempla diversas áreas de atuação, nomeadamente vendas e prestação de serviços, aprovisionamento, gestão de recursos humanos e gestão de recursos materiais e financeiros.

Para reforçar a monitorização das obrigações regulamentares, a Direção de Planeamento, Controlo de Gestão e Regulação (PLCOR) elabora relatórios semestrais, sendo o último relatório emitido referente ao 1.º semestre de 2025.

6.2 Cibersegurança

Tabela 46 - Conduta empresarial: Impactos, Riscos e Oportunidades

Subtema	Descrição	Tipo	Cadeia de valor	Potencial / Real
Impactos relacionados com a informação para os consumidores e/ou utilizadores finais (ESRS S4)	Falhas na proteção de dados pessoais dos utilizadores de energia, podem comprometer a privacidade e segurança dos clientes.	I-	J	●●●
	O investimento em serviços inovadores e soluções mais robustas para a segurança de dados dos utilizadores, permite dar resposta a eventuais ciberataques, fortalecendo a reputação do Grupo e garantindo o fornecimento da energia.	O	J	●●

Legenda:

I+ Impacto positivo I- Impacto negativo R Risco O Oportunidade OP Operações próprias M Montante J Jusante

☑ Real ●●● Potencial a curto prazo ●● Potencial a médio prazo ● Potencial a longo prazo

A EDA é reconhecida como uma Operadora de Infraestruturas Críticas e de Serviços Essenciais devido à sua concessão do serviço público de abastecimento de energia elétrica, vital para as populações, estando, desta forma, sujeita às obrigações impostas pelo Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço.

Em 2025, iniciou-se um período de transição regulatória profunda, com impacto direto na EDA enquanto entidade essencial e crítica do setor da energia, destacando-se:

- Novo Regime Jurídico da Resiliência das Infraestruturas Críticas (Decreto-Lei n.º 22/2025, de 19 de março);
- Novo Regime Jurídico da Cibersegurança (Decreto-Lei n.º 125/2025, de 4 de dezembro);
- Aplicação progressiva do Regulamento Europeu de *Ciber* resiliência (Regulamento (UE) 2024/2847 *Cyber Resilience Act* – CRA), com obrigações críticas a partir de 11 de setembro de 2026;
- Entrada em vigor do Regulamento da Inteligência Artificial (Regulamento (UE) 2024/1689 IA Act), com impacto nas infraestruturas críticas de energia. VAC) em equipamentos da EDA Renováveis.

Por isso, e no contexto atual, marcado por desafios sociopolíticos e tecnológicos, a cibersegurança torna-se um fator crítico, sendo necessário garantir a proteção dos sistemas e dados essenciais para o funcionamento ininterrupto e seguro do abastecimento de energia. A transição digital impacta diretamente a estratégia e o modelo de negócio da empresa, particularmente com a introdução de ferramentas e processos digitais que visam melhorar a produtividade, estimular a inovação e reduzir custos operacionais.

No entanto, essa evolução também aumenta o risco de exposição a ataques cibernéticos, que podem ter ramificações significativas e afetar a segurança do abastecimento, desde a produção de

energia em centrais elétricas até ao transporte e distribuição, sendo, por isso, crucial investir na segurança da informação e em infraestrutura de suporte.

O Grupo EDA está a dar continuidade ao seu processo de transição digital na busca permanente pelo aumento da eficiência dos seus processos, com vista à melhoria da produtividade de toda a sua atividade.

Considerando a importância da cibersegurança, é essencial analisar os possíveis impactos que o tema pode ter nas operações e na sociedade em geral. A ocorrência de interrupções nos serviços devido a ameaças externas pode afetar os clientes e provocar diversos efeitos financeiros para o Grupo, nomeadamente associados ao elevado investimento em ferramentas digitais e recursos humanos, ao abalo na reputação em caso de violação de dados e a sanções decorrentes do não cumprimento de obrigações legais e regulatórias.

A crescente complexidade e dependência dos sistemas informáticos e tecnológicos, aliada aos custos associados, também representa um desafio significativo, destacando a importância de medidas robustas de cibersegurança para mitigar os riscos e proteger os ativos da empresa. Apesar disso, é importante salientar que as atividades e processos implementados pelo Grupo possibilitam a disponibilização de serviços inovadores e contribuem para o aumento da eficiência e eficácia dos processos, refletindo-se positivamente na produtividade e na segurança.

Por outro lado, o investimento na cibersegurança permite também garantir a confidencialidade, autenticidade, integridade e disponibilidade dos dados, através do aumento dos níveis de proteção das infraestruturas e dos ativos de suporte às atividades críticas por meio da implementação de mecanismos de proteção, deteção e resposta, na mudança de comportamentos e adoção de práticas preventivas por parte dos colaboradores e, sobretudo, pela minimização dos riscos de ataques cibernéticos.

A implementação de processos e políticas para identificar, avaliar e abordar os principais impactos, riscos e oportunidades relacionados com a cibersegurança é, por isso, uma resposta direta ao contexto atual.

Neste sentido, consciente de que a informação sensível relativa a colaboradores, clientes e ao negócio, deve ser tratada de maneira a assegurar a sua credibilidade, o Grupo EDA implementou uma **Política de Segurança de Informação** de forma a manter o comprometimento com a Segurança de Informação, garantir e reforçar a conformidade com a regulamentação e exigências legais em vigor, assegurar a integridade, a confidencialidade, a autenticidade e a disponibilidade da informação e estabelecer um padrão de qualidade consistente com a dimensão e importância da organização.

A par desta política, a **Política de Privacidade de Dados Pessoais** assegura que, sempre que ocorra algum tratamento de dados pessoais de clientes, colaboradores ou de outras pessoas singulares,

nomeadamente para efeitos de disponibilização de serviços ou outras contraprestações, esses dados sejam tratados nos termos desta política. O compromisso do Grupo é que os dados pessoais recolhidos, armazenados e tratados estejam sempre protegidos por medidas de segurança adequadas, sendo adotadas as ações necessárias para poder restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico.

Em 2025, o Grupo EDA consolidou um conjunto estruturado de processos destinados a identificar, gerir e mitigar os principais impactos, riscos e oportunidades relacionados com a cibersegurança, assegurando o cumprimento das obrigações legais e reforçando a resiliência das suas operações. Estes processos integram-se num modelo abrangente de governação, apoiado por documentos estruturantes, atividades de monitorização contínua, ações de formação e mecanismos específicos de coordenação interna.

A identificação e avaliação dos riscos foi assegurada através da elaboração do **Relatório Anual de Segurança do Ciberespaço**, produzido pelo Responsável de Segurança da Informação (CISO) e aprovado pela Comissão Executiva, que reuniu informação crítica sobre o estado de segurança, incidentes registados, medidas implementadas e necessidades de melhoria. Simultaneamente, foi atualizado o Inventário de Ativos Diretamente Acessíveis pela Internet, documento essencial para a análise de exposição a ameaças externas e para o cumprimento do Decreto-Lei n.º 65/2021. Estes processos permitiram identificar vulnerabilidades, priorizar intervenções, implementar projetos de remediação e suportar as decisões estratégicas na área da segurança digital, contribuindo para a redução de vulnerabilidades de alto risco.

A empresa iniciou o desenvolvimento de um **sistema de governação e mitigação dos riscos de cibersegurança** assente em três pilares fundamentais: o Plano de Segurança das Redes e Sistemas de Informação (PSRSI), o Plano de Emergência e Governação de Resposta a Incidentes (PEGRI) e o Regulamento de Governo da Segurança de Redes e Sistemas de Informação (RGSRSI). Estes documentos foram alvo de revisões jurídicas e técnicas significativas durante o ano de 2025, reforçando o modelo de controlo interno e clarificando responsabilidades, estando em curso uma nova revisão para garantir o alinhamento com o novo enquadramento regulatório, nomeadamente o Regime Jurídico da Cibersegurança (RJC/NIS2), o *Cyber Resilience Act* (CRA) e os regimes associados à resiliência das Infraestruturas Críticas e ao uso de Inteligência Artificial (IA), passando a integrar estas obrigações na evolução das suas políticas e práticas internas. A articulação entre estes instrumentos assegura uma abordagem integrada à governação, gestão de riscos e resposta a incidentes, cobrindo igualmente as áreas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), Sistemas de Tecnologia Operacionais e de Controlo Industrial (OT/ICS), fundamentais no contexto das infraestruturas críticas do setor energético.

A capacitação interna foi outro eixo prioritário. Em 2025 foram realizadas 12 campanhas de simulação de phishing a mais de 1 000 colaboradores, envolvendo mais de 11 mil emails, complementadas por 553 ações de formação dedicadas ao tema e 214 horas adicionais de formação transversal, bem como iniciativas de sensibilização no âmbito do Mês Europeu da Cibersegurança. A empresa participou ainda

em exercícios e *workshops* nacionais, reforçando a maturidade organizacional e a cultura de segurança. A monitorização ativa de credenciais expostas, o acompanhamento de alertas da Autoridade Nacional de Cibersegurança (CNCS) e a investigação de incidentes internos contribuíram para uma melhoria contínua da postura de segurança.

A identificação de oportunidades decorreu também do acompanhamento da evolução regulatória europeia, incluindo o *AI Act* e o *Ciber resilience Act* (CRA), cuja implementação representa desafios, mas também oportunidades para o reforço da conformidade, melhoria dos processos de *patching*, aumento da transparência de fornecedores e evolução das práticas de gestão de vulnerabilidades. Em 2025, foi iniciado o levantamento dos sistemas de IA utilizados nas empresas do Grupo, concluindo-se que não existiam sistemas classificados como alto risco, reforçando a conformidade e permitindo planear ações futuras.

A evolução dos sistemas, os desafios colocados pela necessidade de interligação dos sistemas, o aumento das ameaças do ciberespaço, bem como a pressão legal e regulatória, tiveram como consequência um **investimento na segurança**, através de projetos de revisão de acessos na rede e sistemas corporativos, investimento na renovação tecnológica de *firewalls* e *proxy's*, sistemas de backup e restore, ativos de rede, upgrades e aplicação de patches em sistemas e aplicações, permitindo reduzir as vulnerabilidades de segurança. Foi também iniciada criação de áreas restritas de trabalho nos dispositivos móveis, para segregar os ambientes pessoais dos ambientes de trabalho nestes dispositivos e melhorar o respetivo controlo.

Em paralelo, o avanço ao nível dos processos de negócio e o crescimento do volume de informação produzida e da necessidade de dados levaram à implementação de um **projeto de revisão de acessos e perfis** dos sistemas corporativos e à implementação de uma **estratégia *data centric***, para o desenvolvimento de uma organização centrada nos dados.

No âmbito do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), suportado pelo respetivo Regulamento Interno de Governo, e das avaliações de impacto sobre a proteção de dados pessoais (AIPD) realizadas, têm sido avaliados vários processos que envolvem o tratamento de dados pessoais, aproveitando para efetuar a revisão de configurações de ativos, acessos à informação, bem como a revisão de alguns contratos de prestação de serviço, que resultaram no reforço da segurança dos dados pessoais e da informação em geral.

Com o objetivo de manter um elevado padrão de cibersegurança, a EDA estabeleceu também níveis de serviço (*Service Level Agreement* - SLA) exigentes nos contratos de prestação de serviços, para 'Monitorização, Deteção e Resposta', que estabeleceu neste domínio. São definidas metas para o tempo decorrido nas várias etapas do processo de resposta a incidentes de cibersegurança, desde o alerta despoletado pelos sistemas até à conclusão da intervenção da equipa de cibersegurança.

Assim, o ano de 2025 caracterizou-se pela consolidação dos processos de avaliação e controlo de riscos, atualização dos instrumentos de governação, reforço da capacitação interna e aprofundamento

do alinhamento com as principais exigências regulatórias nacionais e europeias. Este conjunto articulado de ações reforça a capacidade do Grupo EDA para enfrentar ameaças emergentes, proteger infraestruturas críticas e garantir a continuidade e segurança dos serviços essenciais que presta à região.

Em decorrência dessas ações, a empresa alcançou importantes marcos, incluindo a implementação de mecanismos de monitorização para deteção precoce de ameaças e resposta em tempo real (SIEM e EDR), a aplicação automática de atualizações, bem como o aumento da consciencialização entre os trabalhadores e uma melhoria na literacia digital de toda a organização. Estes resultados contribuem para a um reforço da segurança e promoção de um papel ativo dos colaboradores na proteção dos recursos digitais, fortalecendo a segurança da empresa.

Os resultados apresentados no relatório anual de cibersegurança enviado ao CNCS demonstram uma evolução positiva na eficácia operacional: o tempo de resolução diminuiu drasticamente no último trimestre e, apesar de elevado número de alertas analisados, apenas 2,6% resultaram em incidentes reais, mas sem qualquer ocorrência de impacto substancial nos serviços essenciais. Os incidentes críticos também diminuíram, e foram maioritariamente associados a *phishing*.

A resiliência operacional foi fortalecida com a modernização de infraestruturas, incluindo o perímetro de segurança, *reverse proxy* e sistemas de *backup* e *restore*, e com a preparação de mecanismos avançados de continuidade de negócio e recuperação de desastres.

Este conjunto de medidas consolidou uma cultura organizacional mais robusta e preparada para enfrentar ameaças digitais, reforçando a proteção dos serviços essenciais prestados à população e a confiança dos stakeholders.

Destaca-se ainda que, em 2025, **não ocorreram incidentes de impacto relevante ou substancial na segurança das redes e sistemas de informação**, conforme consta do relatório anual entregue à CNCS, e a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) deliberou arquivar os processos DBN relativamente à notificação da violação de dados pessoais ocorrida no seguimento do ciberataque de maio de 2022, nas quatro empresas do Grupo EDA, por não se mostrarem necessárias outras ações face às violações notificadas e aos elementos entretanto disponibilizados.

6.3. Cadeia de Fornecedores

Tabela 47 - Conduta empresarial: Impactos, Riscos e Oportunidades

Subtema	Descrição	Tipo	Cadeia de valor	Potencial / Real
Gestão da relação com fornecedores (ESRS G1)	A inexistência de mecanismos de devida diligência impede a identificação e mitigação de possíveis violações dos direitos humanos e de efeitos negativos graves no ambientais ao longo da cadeia de valor do Grupo.	I-	M;J	☑

Legenda:

I+ Impacto positivo I- Impacto negativo R Risco O Oportunidade OP Operações próprias M Montante J Jusante

☑ Real ●●● Potencial a curto prazo ●● Potencial a médio prazo ● Potencial a longo prazo

A EDA cumpre integralmente os requisitos regulamentares e legais aplicáveis à contratação pública, promovendo concursos públicos sempre que tal é determinado pelos diplomas em vigor. Nas situações em que os valores contratuais se situam abaixo dos limiares europeus aplicáveis aos setores especiais - casos em que a EDA se encontra isenta dos procedimentos previstos na Parte II do Código dos Contratos Públicos - a empresa dispõe de autonomia para realizar consultas a uma ou várias entidades, consoante a natureza dos bens ou serviços a adquirir.

O Grupo EDA privilegia uma relação de confiança com os seus fornecedores, com especial relevo para a transparência e ética, no respeito pelos valores constantes do Código de Conduta em vigor. Neste sentido, em 2025, foi realizado um workshop com fornecedores, com o objetivo de fomentar relações de maior proximidade e esclarecer sobre os requisitos ambientais e de segurança e sobre as expectativas da EDA no âmbito dos produtos ou serviços contratados.

Cerca de 75% do valor total das compras é realizado a fornecedores sediados na RAA, contribuindo para o desenvolvimento económico local.
No processo de contratação, são integrados requisitos específicos de qualidade, ambiente e segurança, em conformidade com os procedimentos instituídos no Sistema de Gestão da EDA.

A EDA dispõe de um processo formal de qualificação, seleção e avaliação de fornecedores e prestadores de serviços, aplicável às entidades cujo fornecimento ou atividade apresenta relevância para a operação da empresa. Este processo estabelece critérios e objetivos de desempenho e promove a implementação de ações de melhoria sempre que necessário. Os requisitos das aquisições de serviços, obras e empreitadas são também estabelecidos para cada tipologia e consideram o cumprimento das Disposições de Qualidade, Ambiente e Segurança que a EDA estabelece.

No ano de 2025, foram avaliados **95 fornecedores e prestadores de serviço**, enquadrados na componente operacional do negócio, abrangendo a aquisição de serviços, bens e materiais utilizados nas atividades operacionais da empresa. A avaliação resultou numa classificação média global de cerca de 88%, evidenciando um desempenho global positivo e um elevado grau de alinhamento com os padrões de qualidade exigidos pela EDA.

Paralelamente à avaliação de fornecedores, a EDA realizo um processo de avaliação dos empreiteiros enquadrados na Empreitada Contínua, assegurando que os serviços executados no âmbito das atividades operacionais decorrem com padrões adequados de qualidade, segurança e eficiência. Este processo permite acompanhar o desempenho global dos empreiteiros, garantir o cumprimento dos requisitos definidos pela empresa e reforçar a capacidade de resposta das equipas no terreno. Os resultados obtidos são partilhados internamente e constituem um instrumento de apoio à decisão nos processos de contratação subsequentes.

A análise consolidada das avaliações realizadas evidencia que a generalidade dos fornecedores e empreiteiros apresenta um desempenho satisfatório, o que demonstra um alinhamento com os requisitos operacionais, de qualidade e de segurança definidos pela EDA, contribuindo para a fiabilidade e continuidade das operações.

Adicionalmente, a EDA encontra-se a implementar um novo sistema de suporte à gestão da avaliação de fornecedores, que permitirá sistematizar, uniformizar e digitalizar este processo. Esta evolução reforçará a eficiência, a rastreabilidade e a consistência das avaliações realizadas, contribuindo para a melhoria contínua da cadeia de fornecimento e para um processo decisório mais informado, transparente e alinhado com os princípios de boa governação.

CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

A EDA, enquanto empresa de capitais maioritariamente públicos, segue o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP). Porém, por atuar no setor especial da energia, aplica os procedimentos previstos no CCP sempre que os contratos ultrapassam os limiares europeus atualmente aplicáveis aos setores especiais, fixados em 5 404 000 € para empreitadas de obras públicas e 432 000 € para fornecimento de bens, prestação de serviços e concursos de conceção. Para contratos com valores inferiores a estes limiares, a EDA não aplica a Parte II do CCP, beneficiando do regime específico previsto para os setores especiais. Ainda assim, de forma a assegurar práticas de contratação transparentes, equitativas e concorrenciais, a empresa adota um Regulamento Interno de Contratação, que estabelece procedimentos alinhados com os princípios da Parte II do CCP e garante uma gestão responsável, ética e rigorosa das aquisições de bens, serviços e empreitadas.

POLÍTICA DE CONTRATAÇÕES EXTERNAS

Para garantir rigor, uniformidade e transparência, a EDA aplica um regulamento interno de contratação que define os procedimentos aplicáveis às aquisições de bens e serviços, privilegiando os princípios da imparcialidade, eficiência e da promoção da concorrência. As relações com fornecedores assentam em critérios de confiança, transparência e ética, em alinhamento com o Código de Conduta da empresa.

6.4. Desempenho Económico e Sustentável

308 M€
De valor económico gerado

262 M€
De valor económico distribuído

Tabela 48 - Desempenho económico sustentável: Impactos, Riscos e Oportunidades

Subtema	Descrição	Tipo	Cadeia de valor	Potencial / Real
Desempenho económico sustentável	A instabilidade do mercado energético pode afetar negativamente o desempenho financeiro, os investimentos, a cadeia de abastecimento e a competitividade do Grupo.	R	M	●●●
	Garantir a existência de um sistema de gestão da conformidade legal certificado e auditado, permite reduzir eventuais sanções e melhorar a reputação.	O	OP	●●
	A adoção de um framework de financiamento sustentável certificado, promove o alinhamento da estratégia do Grupo com investimentos em soluções sustentáveis.	O	OP	●●
	Risco de condicionamento do desempenho económico do Grupo por evoluções adversas da conjuntura macroeconómica, dos mercados financeiros e do contexto legal.	R	M	●●
	Risco de desequilíbrio financeiro do Grupo devido ao elevado volume de investimento necessário para cumprir metas relativas à transição energética e descarbonização.	R	OP	●

Legenda:

I+ Impacto positivo I- Impacto negativo R Risco O Oportunidade OP Operações próprias M Montante J Jusante

☑ Real ●●● Potencial a curto prazo ●● Potencial a médio prazo ● Potencial a longo prazo

O desempenho económico sustentável surge como um pilar para garantir a viabilidade do negócio do Grupo EDA a longo prazo e a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável dos Açores, influenciando, por isso, os seus objetivos estratégicos e planos de ação. A transição para uma economia de baixo carbono é vista não só como uma necessidade ambiental, mas também como uma oportunidade para o crescimento sustentável do negócio.

Sendo o desempenho económico sustentável um tema material para o Grupo EDA, este refere-se à promoção da solidez económica da organização, assegurando a continuidade da missão através de políticas sustentáveis, bons resultados e um modelo de negócio resiliente, ambientalmente responsável e assente num crescimento justo e inclusivo. A sua implementação é suportada por uma combinação de mecanismos financeiros prudentes, uma estrutura de gestão focada na sustentabilidade, um planeamento estratégico que integra aspetos económicos e de sustentabilidade, a otimização das operações através da eficiência e da inovação, e a utilização de sistemas de gestão e monitorização para garantir o cumprimento dos objetivos e a melhoria contínua.

As empresas de produção, transporte, distribuição e venda de energia elétrica desempenham um papel fulcral no desenvolvimento económico e sustentável da sociedade. Tal como tem acontecido um pouco por todos os setores de atividade, também o setor energético tem sentido pressão, por parte dos seus *stakeholders*, para equilibrar o seu desempenho económico com a responsabilidade ambiental e social.

Para isso, o Grupo EDA define o **Plano Estratégico Plurianual 2026-2030** com vários objetivos e medidas que refletem o seu compromisso com a incorporação das questões de sustentabilidade no cerne da estratégia de negócio, nas operações e no dia-a-dia dos colaboradores. Este plano compreende uma multiplicidade de novos projetos na ordem dos 455 milhões de euros, onde se incluem medidas ao nível dos centros produtores de energia, das redes de transporte e distribuição,

bem como de outras imobilizações menos significativas. O investimento alocado a projetos de aproveitamento de energias renováveis e sistemas de reserva rápida do tipo BESS corresponde a cerca de 157 milhões de euros, o que, no atual estado de desenvolvimento das tecnologias conhecidas, maximiza a penetração de produção renovável nos pequenos e isolados sistemas elétricos dos Açores.

Os investimentos dos últimos anos levaram a que a quantidade de energia endógena nos sistemas da RAA atingisse níveis elevados. Como resultado, e em virtude de se tratar de sistemas isolados, torna-se gradualmente mais relevante e exigente a necessidade de se efetuar a regulação do sistema, bem como manter a sua estabilidade. Esta dificuldade será acrescida com o aumento, ao longo do tempo, das energias renováveis intermitentes.

A função de controlo de tensão e frequência é assegurada, quase em exclusivo, pelos grupos térmicos, o que constitui uma imposição técnica que limita a penetração de uma maior quota de energias renováveis ou endógenas. A mitigação deste constrangimento à integração de produção renovável ou endógena depende, não só da redução ao mínimo possível do valor da potência térmica necessária para o sistema, como de soluções que permitam garantir a continuidade e qualidade do produto disponibilizado, bem como da segurança de pessoas e bens. A instalação de sistemas de reserva rápida do tipo BESS permite à EDA, não só uma melhor ação no controlo de tensão e frequência com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço prestado, como também a substituição de reserva de energia girante por reserva estática, minimizando, assim, o funcionamento dos grupos térmicos e assegurando maiores níveis de penetração de energias renováveis.

Numa tentativa de se obter um compromisso entre a necessidade de promover a maximização do aproveitamento da energia renovável remanescente e o cumprimento dos parâmetros de qualidade de serviço (regulação da tensão e da frequência), iremos continuar a implementar sistemas de reserva rápida do tipo BESS em todas as ilhas dos Açores, a partir do momento em que esteja assegurado um nível adequado de financiamento público. Na ilha Graciosa, na ilha Terceira e na ilha de São Miguel já se encontram em funcionamento sistemas de armazenamento de energia. No Plano 2026-2030 estão previstos cerca de 26 milhões de euros para os sistemas de armazenamento do Corvo e São Jorge. Neste período prevê-se ainda investir cerca de 14 milhões de euros na implementação no Faial, cuja entrada em exploração ocorrerá fora do horizonte do plano (previsto para 2031).

A estratégia de desenvolvimento do Grupo é revisitada anualmente no processo de construção/atualização do Plano Estratégico Plurianual e Orçamento, estabelecido no Ciclo do Plano. Deste processo resulta o plano a implementar para o horizonte de 5 anos, assim como os orçamentos de investimento e exploração que concretizam os objetivos traçados.

Ao nível do investimento a efetuar, salienta-se a implementação de uma matriz de priorização de investimentos que permite selecionar os investimentos de acordo com a capacidade financeira e recursos disponíveis. No âmbito dos custos operacionais são definidos limites anuais para a rubrica de fornecimentos e serviços externos, tendo em conta as metas de eficiência fixadas pelo Regulador.

O acompanhamento do desempenho do Grupo EDA, nomeadamente a sustentabilidade do seu negócio, é feito de modo permanente pela administração mediante o plano estratégico e os instrumentos de acompanhamento da atividade, nomeadamente demonstrações financeiras, indicadores, informação de gestão relativa à execução do Plano e execução orçamental.

Objetivos do Plano Estratégico Plurianual 2026-2030

Promover a Eletrificação e a Descarbonização

Este objetivo foca-se na maximização da integração de produção de eletricidade com origem renovável em todas as ilhas, ajustando ao contexto de cada uma e considerando a capacidade de atuação ao nível da gestão da procura. Ao mesmo tempo, pretende-se acompanhar a inovação no âmbito dos combustíveis sustentáveis alterativos e a evolução tecnológica das soluções de armazenamento, para a energia renovável produzida em excesso no vazio para posterior uso nos períodos de maior consumo. Este pilar contempla também a promoção contínua junto dos clientes e trabalhadores do Grupo EDA sobre sustentabilidade, nomeadamente sobre eficiência energética.

Dinamizar a Inovação e a Digitalização

Este objetivo permite responder aos desafios associados à complexidade da gestão dos sistemas elétricos, através da aposta na digitalização de processos e em sistemas inteligentes para gestão integrada de produção dispersa.

Promover o Desenvolvimento das nossas Pessoas

Este é um dos pilares da gestão dos recursos humanos do Grupo EDA, no âmbito do qual se pretende, principalmente, captar e reter talentos para as funções críticas, dinamizar formações para as prioridades de desenvolvimento, concretizar planos de sucessão para as funções-chave, sensibilizar os colaboradores sobre saúde e segurança, rever o Sistema de Avaliação de Desempenho e promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional dos seus colaboradores.

Incrementar a Solidez e a Sustentabilidade Financeira

Neste âmbito, o Grupo pretende promover o aumento dos níveis de produtividade, otimizar os resultados e o *cash-flow* operacional (EBITDA) para melhorar a estrutura financeira da empresa e adequar o endividamento ao ativo, garantindo sempre a segurança do abastecimento de energia elétrica e suportando os objetivos de sustentabilidade do Grupo, nomeadamente a descarbonização dos sistemas elétricos dos Açores. Para tal, tem havido um foco contínuo no controlo dos custos, na gestão da dívida e na priorização dos investimentos, de forma a selecionar os investimentos com melhor equilíbrio custo-benefício.

Melhorar os Índices de Satisfação e de Confiança do Cliente

O Grupo EDA está empenhado em prestar um serviço de excelência adequado às necessidades dos seus clientes, apostando, por isso, na qualidade das soluções disponibilizadas, na fiabilidade das infraestruturas e equipamentos e na melhoria de procedimentos, desenvolvendo novas soluções que simplifiquem o relacionamento e aumentem o nível de satisfação dos clientes.

De forma a potenciar a transição energética na RAA, **até 2030, o Grupo EDA definiu como objetivo aumentar, para 51%, a energia elétrica emitida com base em energias renováveis** (face à parcela atual de 32%), ou para 55% se se considerar a componente produzida a partir da incineração de resíduos. A energia renovável no mix da RAA poderá ser ainda superior com a integração de novos projetos de produtores independentes. A necessária revisão da calendarização dos investimentos nos sistemas de reserva rápida do tipo BESS nas ilhas, excluindo Graciosa, Terceira e São Miguel que já se encontram em exploração, teve como consequência a diminuição da proporção de energia renovável a atingir no horizonte do plano, face a planos anteriores. Iremos continuar a implementar sistemas de reserva rápida do tipo BESS em todas as ilhas dos Açores, a partir do momento em que esteja assegurado um nível adequado de financiamento público, assegurando que não comprometemos a sustentabilidade da empresa.

7 . TABELA ESRS

O exercício de alinhamento do Relatório de Sustentabilidade do Grupo EDA com a CSRD e as ESRS pressupôs a recolha de informação associada a alguns requisitos das normas, tendo em conta a capacidade de reporte das empresas para os vários temas materiais. Não é garantida, nesta fase, uma resposta completa a todos os datapoints dos requisitos sugeridos.

Tabela de correspondência entre os Temas Materiais, os Temas ESRS e as normas GRI

Temas materiais do Grupo EDA	ESRS temática	Requisito ESRS	Correspondência com as normas GRI
Alterações climáticas	ESRS E1	E1-5 – Consumo energético e combinação de energia	GRI 103: Energia 2025
		E1-6 – Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE	GRI 102: Alterações climáticas 2025
Poluição	ESRS E2	E2-4 – Poluição do ar, água e solo	*Sem correspondência direta*
Economia circular	ESRS E5	E5-5 – Saída de recursos	GRI 306: Resíduos 2020
Mão de obra própria	ESRS S1	S1-6 – Características dos trabalhadores assalariados da empresa	GRI 401: Emprego 2016 GRI 403: Saúde e segurança ocupacional 2018 GRI 404: Capacitação e Educação 2016 GRI 405: Diversidade e igualdade de oportunidades 2016 GRI 406: Não discriminação 2016
		S1-8 – Cobertura de negociação coletiva e diálogo social	
		S1-9 – Métricas de diversidade	
		S1-10 – Salários adequados	
		S1-11 – Proteção social	
		S1-12 – Pessoas com deficiência	
		S1-13 – Métricas de formação e desenvolvimento de competências	
		S1-15 – Métricas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada	
		S1-16 – Métricas de compensação (disparidade salarial e compensação total)	
		S1-17 – Incidentes, queixas e graves impactos e incidentes de desrespeito dos direitos humanos	
		S1-14 – Métricas de saúde e segurança	GRI 403: Saúde e segurança no trabalho 2018
Trabalhadores da cadeia de valor	ESRS S2	-	*Sem correspondência direta*
Consumidores e utilizadores finais	ESRS S4	S4-2 – Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactos	GRI 418: Privacidade do cliente 2016
		S4-3 – Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais poderem expressar preocupações	
Conduta empresarial	ESRS G1	G1-4 – Incidentes confirmados de corrupção ou suborno	GRI 205: Combate à corrupção 2016
		G1-6 – Práticas de pagamento	GRI 204: Práticas de *procurement* 2016
Desempenho Económico Sustentável	-	-	GRI 201: Desempenho económico 2016

Requisito de divulgação	Título
1 . INFORMAÇÕES GERAIS	
ESRS 2: DIVULGAÇÕES GERAIS	
BASE DE ELABORAÇÃO	
BP-1	Base geral para a elaboração das declarações de sustentabilidade
BP-1	Divulgações em relação a circunstâncias específicas
GOVERNANCE	
GOV-1	O papel dos órgãos de administração, de supervisão e de direção
GOV-2	Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão da empresa
GOV-3	Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos
GOV-4	Declaração sobre o dever de diligência
GOV-5	Gestão de riscos e controlos internos do relato de sustentabilidade
ESTRATÉGIA	
SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor
SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas
SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio
GESTÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES	
IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais
IRO-2	Requisitos de divulgação constantes de ESRS abrangidas pela declaração de sustentabilidade da empresa
3 . INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	
ESRS E1: ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	
GOVERNANCE	
GOV-3	Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos
ESTRATÉGIA	
SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio
GESTÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES	
IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais
MÉTRICAS E METAS	
E1-5	Consumo energético e combinação de energia

Conteúdo
Sobre o relatório
Não considerado no presente exercício
3. Divulgação Geral | 3.1 Abordagem Estratégica A representação dos trabalhadores é feita através da Comissão de Trabalhadores, que se reúne mensalmente com a Comissão Executiva, desempenhando as suas competências de acordo com a legislação vigente.
3. Divulgação Geral | 3.1 Abordagem Estratégica
O Grupo EDA ainda não aplica a integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos da Comissão Executiva.
Não considerado no presente exercício
O Grupo EDA ainda não aplica estes procedimentos ao nível do relato de sustentabilidade.
A - Relatório de Gestão
3. Divulgação Geral | 3.1 Abordagem Estratégica
Divulgação Geral | 3.2 Envolvimento com *stakeholders*
4. Pilar ambiental
5. Pilar social
6. Pilar Governance
3. Divulgação Geral | 3.1 Abordagem Estratégica
Tabela ESRS
O Grupo EDA ainda não aplica a integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos da Comissão Executiva.
4. Pilar ambiental | 4.1 Alterações Climáticas e Transição Energética
Divulgação Geral | 3.1 Abordagem Estratégica
4. Pilar ambiental | 4.1 Alterações Climáticas e Transição Energética O Grupo EDA encontra-se a atualizar e a melhorar a sua metodologia de cálculo dos consumos energéticos. A EDA e EDA Renováveis apenas têm atividades em setores de elevado impacto climático. A GLOBALEDA e a SEGMA apenas têm atividades em setores de baixo impacto climático. Desta forma, sempre que o reporte não seja aplicável à empresa, coloca-se a designação "NA" (Não Aplicável). Sempre que, à data de publicação do relatório, ainda não existia informação, coloca-se a designação "NR" (Não Responde). Os valores apresentados na tabela das atividades em setores de baixo impacto climático, são calculados tendo por base o consumo de eletricidade e os mix Energéticos da RAA e da EDP (fornecedor do edifício da GLOBALEDA em Lisboa). Relativamente às atividades de setores de elevado impacto (EDA e EDA Renováveis), para a eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos são apresentados valores calculados tendo por base o consumo de eletricidade e os mix energéticos da RAA correspondentes a cada ano. Para o consumo de petróleo bruto e produtos petrolíferos, foram considerados os autoconsumos das centrais termoelétricas. As duas empresas não consomem energia de origem fóssil proveniente de carvão e produtos do carvão, de gás natural ou de outras fontes para além das apresentadas na tabela. Para a energia renovável gerada pela organização foram considerados os autoconsumos das Centrais Geotérmicas. A GLOBALEDA e SEGMA não produzem energia. Nenhuma das empresas consome combustíveis de fontes renováveis Devido à compra e venda de eletricidade entre as empresas do Grupo EDA, o total de receitas líquidas não corresponde à soma direta das receitas de cada empresa. Pelo mesmo motivo, não é possível retirar a parcela associada à GLOBALEDA e à SEGMA do cálculo da intensidade energética das atividades em setores de elevado impacto climático. Para a receita líquida consideram-se as vendas e prestações de serviço, sendo que os valores reportados estão em conformidade com as demonstrações financeiras no Relatório de Gestão. A intensidade de energética é o rácio entre consumo total de energia proveniente de atividades em setores de elevado impacto climático (MWh) e as receitas líquidas (€). O Grupo EDA não fez alterações significativas na definição do que constitui a empresa que comunica as informações e a sua cadeia de valor a jusante e a montante.

Consumo total de energia - Atividades em setores de baixo impacto climático			2023
	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Consumo de energia fóssil (MWh)	**37**	**NR**	**37**
Consumo de energia nuclear (MWh)	**1**	**0**	**1**
Consumo de energia renovável (MWh)	**20**	**0**	**20**
Eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes renováveis (MWh)	20	NR	**20**
Energia renovável gerada pela organização (MWh)	0	0	**0**
Consumo total de energia (MWh)	**58**	**0**	**58**
Percentagem de fontes fósseis no consumo total de energia (%)	64,0%	-	**64,0%**
Percentagem de consumo de fontes de energia nuclear no consumo total de energia (%)	1,5%	-	**1,5%**
Percentagem de fontes renováveis no consumo total de energia (%)	34,7%	-	**34,7%**

Consumo total de energia - Atividades em setores de elevado impacto climático			2023
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	Grupo EDA
Consumo de energia fóssil (MWh)	**20 621**	**243**	**20 863**
Petróleo bruto e produtos petrolíferos (MWh)	19 570	0	19 570
Eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos, provenientes de fontes fósseis (MWh)	1 051	243	1 293
Consumo de energia nuclear (MWh)	**0**	**0**	**0**
Consumo de energia renovável (MWh)	**604**	**23 890**	**24 494**
Eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes renováveis (MWh)	604	139	743
Energia renovável gerada pela organização (MWh)	0	23 751	23 751
Consumo total de energia de atividades em setores de elevado impacto climático (MWh)	**21 225**	**24 133**	**45 358**
Percentagem de fontes fósseis no consumo total de energia (%)	97,2%	1,0%	46,0%
Percentagem de consumo de fontes de energia nuclear no consumo total de energia (%)	0,0%	0,0%	0,0%
Percentagem de fontes renováveis no consumo total de energia (%)	2,8%	99,0%	54,0%

Intensidade energética - Atividades em setores de elevado impacto climático
Receitas líquidas provenientes de atividades em setores de elevado impacto climático (€)
Intensidade energética de atividades em setores de elevado impacto climático (MWh/€)
Setores com elevado impacto climático incluídos no âmbito do cálculo da intensidade energética

		2024			2025
GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
37	**NR**	**37**	**40**	**NR**	**40**
2	**0**	**2**	**1**	**0**	**1**
23	**0**	**23**	**24**	**0**	**24**
23	NR	**23**	24	NR	**24**
0	0	**0**	0	0	**0**
62	**0**	**62**	**65**	**0**	**65**
60,0%	-	**60,0%**	62,0%	-	**62,0%**
2,5%	-	**2,5%**	2,0%	-	**2,0%**
37,4%	-	**37,4%**	37,0%	-	**37,0%**

		2024			2025
EDA	EDA RENOVÁVEIS	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	Grupo EDA
20 827	**226**	**21 053**	**21 493**	**223**	**21 716**
19 758	0	**19 758**	20 406	0	**20 406**
1 069	226	**1 295**	1 087	223	**1 310**
0	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
557	**24 492**	**25 049**	**533**	**22 674**	**23 207**
557	118	**675**	533	110	**643**
0	24 374	**24 374**	0	22 564	**22 564**
21 384	**24 718**	**46 102**	**22 026**	**22 897**	**44 923**
97,4%	0,9%	**45,7%**	98,0%	1,0%	**48,0%**
0,0%	0,0%	**0,0%**	0,0%	0,0%	**0,0%**
2,6%	99,1%	**54,3%**	2,0%	99,0%	**52,0%**

		2024			2025
EDA	EDA RENOVÁVEIS	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	Grupo EDA
264 565 631	29 359 240	**274 653 016**	287 334 176	28 315 611	**299 089 293**
0,0001	**0,0008**	**0,0002**	**0,0001**	**0,0008**	**0,0002**
Centrais Termoelétricas	Eólica Geotermia Hídricas	-	Centrais Termoelétricas	Eólica Geotermia Hídricas	-

Consumo total de energia					2023
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Consumo de energia fóssil de todas as atividades (MWh)	20 621	243	37	NR	**20 900**
Consumo de energia nuclear de todas as atividades (MWh)	0	0	1	0	**1**
Consumo total de energia renovável de todas as atividades (MWh)	604	23 890	20	0	**24 515**
Consumo total de energia de todas as atividades (MWh)	**21 225**	**24 133**	**58**	**0**	**45 416**

Produção de energia			2023
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	Grupo EDA
Produção de energia não renovável (MWh)	530 374	0	**530 374**
Produção de energia renovável (MWh)	0	271 700	**271 700**
Total de energia produzida (MWh)	**530 374**	**271 700**	**802 073**

Requisito de divulgação	Título
3 . INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	
ESRS E1: ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	
MÉTRICAS E METAS	
E1-6	Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE

				2024					2025
EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
20 827	226	37	NR	**21 090**	21 493	223	40	NR	**21 756**
0	0	2	0	**2**	0	0	1	NR	**1**
557	24 492	23	0	**25 072**	533	22 674	24	0	**23 231**
21 384	**24 718**	**62**	**0**	**46 163**	**22 026**	**22 897**	**65**	**0**	**44 989**

		2024			2025
EDA	EDA RENOVÁVEIS	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	Grupo EDA
566 226	0	**566 226**	589 988	0	**589 988**
0	261 203	**261 203**	0	247 094	**247 094**
566 226	**261 203**	**827 429**	**589 988**	**247 094**	**837 082**

Conteúdo

4. Pilar ambiental | 4.1 Alterações Climáticas e Transição Energética

O Grupo EDA encontra-se a melhorar a sua metodologia de análise da pegada de carbono, face ao ano passado, tendo apenas sido possível analisar, à data do presente relatório, determinadas emissões associadas a quatro empresas detidas pela organização (EDA, EDA Renováveis, GLOBALEDA e SEGMA), em conformidade com o âmbito de reporte financeiro. Ainda não é possível contabilizar as emissões associadas aos investimentos.

Para o cálculo das emissões de âmbito 2, aplicando o método baseado no mercado, é calculado o consumo de eletricidade a partir dos RSU (ilha Terceira) tendo em conta o seu peso no mix energético da ilha. FE = 777 grCO2/kWh - INERPA.

As emissões de âmbito 2 da SEGMA estão incluídas no valor das emissões da EDA, uma vez que esta se encontra instalada no mesmo edifício, não sendo, por isso, possível separar os valores de ambas as empresas.

O Grupo EDA não tem emissões biogénicas de CO2.

À data de publicação do relatório, apenas foram analisadas as emissões das categorias 3, 4, 5, 6, 9, 10 e 14 de âmbito 3, sendo que as últimas três categorias não são aplicáveis ao negócio do Grupo EDA. A categoria 6 integra as emissões das quatro empresas do Grupo, não sendo possível desagregar esta informação para cada uma.
As restantes categorias não foram incluídas no âmbito do relato. O Grupo EDA está a desenvolver esforços no sentido de analisar e reportar as emissões das restantes categorias significativas.

Devido à compra e venda de eletricidade entre as empresas do Grupo EDA, o total de receitas líquidas não corresponde à soma direta das receitas de cada empresa. Para a receita líquida consideram-se as vendas e prestações de serviço, sendo que os valores reportados estão em conformidade com as demonstrações financeiras no Relatório de Gestão. A intensidade de emissões de GEE é o rácio entre as emissões totais de GEE baseadas no mercado (tCO_2e) e as receitas líquidas.

Sempre que, à data de publicação do relatório, ainda não existia informação, coloca-se a designação "NR" (Não Responde).

Emissões de GEE de âmbito 1					2023
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Emissões da combustão estacionária (tCO_2e) - Não CELE	41 815	0	0	0	**41 815**
Emissões da combustão estacionária (t CO_2e) - CELE	325 090	0	0	0	**325 090**
Emissões da combustão móvel (tCO_2e)	484	67	74	NR	**625**
Emissões de processo (tCO_2e)	0	36 571	0	0	**36 571**
Emissões fugitivas (tCO_2e)	4 750	0	0	NR	**4 750**
Emissões brutas de GEE de âmbito 1 (tCO_2e)	**372 139**	**36 638**	**74**	**0**	**408 851**
Percentagem de emissões de GEE de âmbito 1 provenientes dos sistemas de comércio de licenças de emissão regulamentados - CELE (%)	87,4%	0,0%	0,0%	-	**79,5%**

Emissões de GEE de âmbito 1	Fatores de emissão e conversão utilizados
Emissões da combustão estacionária (tCO_2e) - Não CELE	Gasóleo: FE (43070 kj/kg) PCI (74,1ton CO_2/TJ) FO (0,990) do INERPA 2013
Emissões da combustão estacionária (tCO_2e) - CELE	CTSB e CTPl_ Fuel: FE (40280 kj/kg) PCI (78,9ton CO2/TJ) FO (0,993) Gasóleo: FE (43070kj/kg) PCI (74,1 ton CO_2TJ) FO (0,990) do INERPA 2013
	CTC e CTBJ: os FE, PCI e FO do Fuelóleo, são uma média ponderada das análises efetuadas ao longo do ano. OS FE, PCI e FO do gasóleo são: FE (43070kj/kg) PCI (74,1ton CO_2/TJ) FO (0,990) do INERPA 2013
Emissões da combustão móvel (tCO_2e)	Gasóleo: PCI (42,70 GJ/t) FE (69,64 ton CO_2/TJ) do INERPA 2023 (considerando 7,33% de biodiesel no gasóleo)
	Gasolina: PCI (43,77 Gj/t) FE (71,65ton CO_2/TJ) do INERPA 2013 (considerando 1,58% de bioetanol na gasolina)
Emissões de processo (tCO_2e)	O fator de emissão é o fornecdo pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) - INERPA
	https://www.erse.pt/eletricidade/garantias-de-origem-e-rotulagem/rotulagem/
Emissões fugitivas (tCO_2e)	PAG retirado do AR5 do IPCC 2014

Emissões de GEE de âmbito 2					2023
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Emissões brutas de GEE de âmbito 2 baseadas na localização (tCO_2e)	**NR**	**NR**	**NR**	**NR**	**NR**
Emissões brutas de GEE de âmbito 2 baseadas no mercado (tCO_2e)	**14**	**0**	**0**	**0**	**14**

				2024					2025
EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
45 346	0	0	0	**45 346**	46 759	0	0	0	**46 759**
343 234	0	0	0	**343 234**	357 038	0	0	0	**357 038**
510	53	62	1	**626**	460	63	70	48	**641**
0	35 334	0	0	**35 334**	0	32 993	0	0	**32 993**
2 122	31	0	0	**2 153**	2 952	92	0	0	**3 043**
391 213	**35 418**	**62**	**1**	**426 694**	**407 208**	**33 147**	**70**	**48**	**440 473**
87,7%	0,0%	0,0%	0,0%	**80,4%**	88,0%	0,0%	0,0%	0,0%	**81,0%**

Notas metodológicas
Inclui as centrais termoelétricas, geradores móveis e de emergência, Bombas Combate a incêndio e compressores diesel de Ar Comprimido.
A EDA RENOVÁVEIS, GLOBALEDA e SEGMA não possuem equipamentos fixos de combustão.
Os Fatores de Emissão (FE), Fatores de Oxidação (FO) e Poder Calorífico Inferior (PCI) dos combsutíveis fuelóleo e gasóleo afetos às Centrais Termoelétricas de S. Bárbara e Pico são os do INERPA publicado em 2013. Os FE, FO e PCI do Fuelóleo das Centrais Termoelétricas do Caldeirão e Belo Jardim, são uma média ponderada dos boletins de análises de cada central. Os FE, FO e PCI do Gasóleo são os do INERPA.
A EDA RENOVÁVEIS, GLOBALEDA e SEGMA não estão abrangidos pelo CELE.
Inclui frota a gasóleo e frota a gasolina.
Dados de 2023 para a SEGMA não disponíveis.
A EDA, GLOBALEDA e SEGMA não possuem emissões de processo.
No caso da EDA Renováveis, as emissões de processo são decorrentes do processo de exploração das fontes geotérmicas.
Dados de 2023 da SEGMA não disponíveis.

				2024					2025
EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
6	**2**	**2**	**0**	**9**	**6**	**4**	**1**	**0**	**10**
9	**3**	**2**	**0**	**14**	**10**	**6**	**2**	**0**	**18**

Emissões significativas de GEE de âmbito 3 por categoria					2024
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
3) Atividades relacionadas com o combustível e energia (não incluídas nos Âmbitos 1 e 2) (tCO_2e)	97 619	12	14	NR	**97 646**
4) Transporte e distribuição (tCO_2e)	1 940	NR	NR	NR	**1 940**
5) Resíduos gerados (tCO_2e)	1 747	15	2	2	**1 765**
6) Viagens de negócios (tCO_2e)	327	NR	NR	NR	**327**
Emissões brutas de GEE de âmbito 3 (tCO_2e)	**101 633**	**27**	**17**	**2**	**101 678**

Emissões totais de GEE					2023
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Emissões totais de GEE baseadas na localização (tCO_2e)	**NR**	**NR**	**NR**	**NR**	**NR**
Emissões totais de GEE baseadas no mercado (tCO_2e)	**476 340**	**36 638**	**74**	**0**	**513 052**

Emissões totais de GEE					2024
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Receitas líquidas (€)	264 565 631 €	29 359 240 €	4 353 262 €	13 297 108 €	**274 653 016 €**
Intensidade de emissões de GEE por receita líquida, baseada na localização (tCO_2e/€)	**0,002**	**0,001**	**0,00002**	**0,0000002**	**0,002**
Intensidade de emissões de GEE por receita líquida, baseada no mercado (tCO_2e/€)	**0,002**	**0,001**	**0,00002**	**0,0000002**	**0,002**

				2025	Notas metodológicas
EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	
99 016	14	15	10	**99 055**	Emissões da EDA relacionadas com: - Emissões a montante combustíveis em fontes móveis - Emissões a montante de combustíveis em fontes fixas - Emissões de Perdas de transporte e distribuição (T&D) - eletricidade - Emissões associadas à energia comprada e vendida Não foi possível obter informação desagregada para a SEGMA.
2 017	NR	NR	NR	**2 017**	Emissões da EDA relacionadas com: - Transportes a montante Não foi possível desagregar as emissões por empresa, pelo que o valor da EDA contempla as quatro empresas. Em 2025, foram feitos ajustes metodológicos.
1 763	25	2	39	**1 829**	Emissões da EDA relacionadas com: - Efluentes domésticos - Resíduos gerados em operações - Transporte de resíduos
265	31	11	53	**359**	Emissões relacionadas com: - Viagens de avião (regional, nacional e internacional) e barco (regional) - Estadias nos hotéis. Antes de 2025, não foi possível desagregar as emissões por empresa, pelo que o valor da EDA contempla as quatro empresas. Em 2025, Foram realizadas mais viagens e estadias. Os valores da EDA integram emissões relativas às estadias das restantes empresas do Grupo EDA, porque não foi possível desagregar a informação por empresa. Para as emissões associadas às viagens, foi possível desagregar.
103 060	**69**	**29**	**103**	**103 261**	

				2024					2025
EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
492 851	**35 447**	**81**	**2**	**528 381**	**510 274**	**33 220**	**100**	**151**	**543 745**
492 854	**35 448**	**81**	**2**	**528 385**	**510 278**	**33 223**	**100**	**151**	**543 753**

				2025
EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
287 334 176 €	28 315 611 €	3 415 297 €	12 942 824 €	**299 089 293 €**
0,002	**0,001**	**0,00003**	**0,0000120**	**0,002**
0,002	**0,001**	**0,00003**	**0,0000120**	**0,002**

Requisito de divulgação (cont)	Título
3 . INFORMAÇÕES AMBIENTAIS	
ESRS E2: POLUIÇÃO	
GESTÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES	
IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais
MÉTRICAS E METAS	
E2-4	Poluição do ar, água e solo
ESRS E5: ECONOMIA CIRCULAR	
GESTÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES	
IRO-1	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais
MÉTRICAS E METAS	
E5-5	Saída de recursos

Peso total de resíduos gerados pelas operações próprias
Peso total de resíduos gerados (t)
Peso total de resíduos perigosos (t)
Peso total de resíduos não perigosos (t)
Peso total de resíduos valorizados (t)
Resíduos valorizados perigosos (t)
Resíduos valorizados não perigosos (t)
Peso total de resíduos não valorizados (t)
Resíduos não valorizados perigosos (t)
Resíduos não valorizados não perigosos (t)
Quota resíduos valorizados (%)
Quota resíduos não valorizados (%)
Quota resíduos fim desconhecido (%)

Conteúdo

3 . Divulgação Geral | 3.1 Abordagem Estratégica

4.2 Emissões atmosféricas

As variações ao longo dos anos estão relacionadas com a qualidade do combustível, a carga de funcionamento dos grupos e a manutenção dos grupos.
Quantidade de poluentes determianda por meio de: medição direta contínua através da utilização de sistemas reconhecidos de monitorização; medição direta periódica.
São realizados ensaios de calibração dos sistemas de medição automática, de acordo com a norma EN 14181.
Foi assegurada a verificação da medição periódica por laboratórios independentes.
Os processos de monitorização das emissões estão em conformidade com as normas BREF da UE.
Instalações exploradas pela empresa abrangidas pela DEI e pelas conclusões MTD da UE: Centrais térmicas Caldeirão e Belo Jardim.

3 . Divulgação Geral | 3.1 Abordagem Estratégica

4.2 Emissões atmosféricas

A EDA produz diversos tipos de resíduos, como: metálicos resultantes de manutenções, REEE fora de uso, betão, madeira, vidro, ferro e aço, mistura de metais, cabos elétricos, resíduos biodegradáveis, óleos usados, lamas do tratamento de combustível, águas oleosas, resíduos de combustível, embalagens contaminadas e absorventes contaminados.

Relativamente aos destinos de valorização e liminação, a maioria dos operadores de gestão de resíduos nos Açores apenas armazenam os resíduos para posterior encaminhamento para o Continente. Após o envio para o Continente, os resíduos podem ser encaminhados para diferentes destinos de valorização ou eliminação, não sendo possível, no presente reporte, desagregar os resíduos por tipo de destino.

Valores anteriores a 2025 não incluem GLOBALEDA e SEGMA.

					2025
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
	1 712	**569**	**0**	**54**	**2 335**
	1 081	**19**	**0**	**5**	**1 105**
	631	**550**	**0**	**48**	**1 230**
	1 676	**555**	**0**	**52**	**2 283**
	1 045	**8**	**0**	**5**	**1 058**
	631	**547**	**0**	**47**	**1 224**
	36	**14**	**0**	**2**	**52**
	36	**10**	**0**	**0**	**46**
	0	**4**	**0**	**2**	**6**
	-	-	-	-	**97,8%**
	-	-	-	-	**2,2%**
	-	-	-	-	**0,0%**

Requisito de divulgação (cont)	Título
3 . INFORMAÇÕES SOCIAIS	
ESRS S1: MÃO DE OBRA PRÓPRIA	
ESTRATÉGIA	
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas
ESRS 2 SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios
MÉTRICAS E METAS	
S1-6	Características dos trabalhadores assalariados da empresa

Trabalhadores por género					2023
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Homens	652	54	51	51	**808**
Mulheres	132	9	34	7	**182**
Total	**784**	**63**	**85**	**58**	**990**

Taxa de rotatividade					2023
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Trabalhadores que deixaram a empresa no período de relato	28	13	9	2	**52**
Total de trabalhadores	784	63	85	58	**990**
Taxa de rotatividade	**3,6%**	**20,6%**	**10,6%**	**3,4%**	**5,3%**

Informação de trabalhadores por género	2023				
	N.º de trabalhadores permanentes	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA
Mulheres	**182**	132	9	34	7
Homens	**796**	651	48	49	48
	N.º de trabalhadores a tempo inteiro				
Mulheres	**181**	131	9	34	7
Homens	**808**	652	54	51	51
	N.º de trabalhadores temporários				
Mulheres	**0**	0	0	0	0
Homens	**12**	1	6	2	3
	N.º de trabalhadores a tempo parcial				
Mulheres	**1**	1	0	0	0
Homens	**0**	0	0	0	0

Conteúdo

3. Divulgação Geral | 3.2 Envolvimento com *stakeholders*

5. Pilar Social | 5.1 Trabalhadores

5. Pilar Social | 5.1 Trabalhadores

Entre 2023 e 2025, o número de horas de trabalho não garantidas dos trabalhadores é zero, para as quatro empresas do Grupo.

A taxa de rotatividade é calculada pela razão entre o total de trabalhadores assalariados que deixaram a empresa voluntariamente ou por despedimento, reforma ou morte em serviço. no período de relato, e o total de trabalhadores em nº efetivos.

				2024					2025
EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
642	51	44	46	**783**	649	50	41	50	**790**
132	9	33	7	**181**	130	8	30	7	**175**
774	**60**	**77**	**53**	**964**	**779**	**58**	**71**	**57**	**965**

				2024					2025
EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
50	5	11	7	**73**	33	2	6	3	**44**
774	60	77	53	**964**	779	58	71	57	**965**
6,5%	**8,3%**	**14,3%**	**13,2%**	**7,6%**	**4,2%**	**3,4%**	**8,5%**	**5,3%**	**4,6%**

	2024					2025				
	N.º de trabalhadores permanentes	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	N.º de trabalhadores permanentes	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA
	180	131	9	33	7	**174**	129	8	30	7
	776	641	49	42	44	**786**	648	48	40	50
	N.º de trabalhadores a tempo inteiro					N.º de trabalhadores a tempo inteiro				
	180	131	9	33	7	**175**	130	8	30	7
	783	642	51	44	46	**790**	649	50	41	50
	N.º de trabalhadores temporários					N.º de trabalhadores temporários				
	1	1	0	0	0	**1**	1	0	0	0
	7	1	2	2	2	**4**	1	2	1	0
	N.º de trabalhadores a tempo parcial					N.º de trabalhadores a tempo parcial				
	1	1	0	0	0	**0**	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	**0**	0	0	0	0

Requisito de divulgação (cont)	Título
3 . INFORMAÇÕES SOCIAIS	
ESRS S1: MÃO DE OBRA PRÓPRIA	
MÉTRICAS E METAS	
S1-8	Cobertura de negociação coletiva e diálogo social
S1-9	Métricas de diversidade

Trabalhadores nos Quadros Superiores, por género					2023
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Homens (nº)	127	15	16	13	**171**
Mulheres (nº)	44	7	8	1	**60**
Homens (%)	74,3%	68,2%	66,7%	92,9%	**74,0%**
Mulheres (%)	25,7%	31,8%	33,3%	7,1%	**26,0%**
Total	**171**	**22**	**24**	**14**	**231**

Trabalhadores nos Quadros Superiores, por faixa etária					2023
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
< 30 anos	15	2	5	2	**24**
30 - 50 anos	91	17	18	11	**137**
> 50 anos	65	3	1	1	**70**
Total	**171**	**22**	**24**	**14**	**231**

Requisito de divulgação (cont)	Título
MÉTRICAS E METAS	
S1-10	Salários adequados
S1-11	Proteção social
S1-12	Pessoas com deficiência
S1-13	Métricas de formação e desenvolvimento de competências

Análises de desempenho (%)					2023
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Homens (%)	82,7%	81,0%	58,8%	86,2%	**80,7%**
Mulheres (%)	16,7%	14,3%	40,0%	12,1%	**18,3%**

Conteúdo

5. Pilar Social | 5.1 Trabalhadores

Todos os trabalhadores assalariados do Grupo são abrangidos por convenções coletivas e diálogo social (através de Sindicatos, Comissão de trabalhadores e Representantes para Saúde e Segurança do Trabalho).

5. Pilar Social | 5.1 Trabalhadores

				2024					2025
EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
125	15	11	12	**163**	131	15	10	12	**168**
46	7	8	2	**63**	49	6	6	2	**63**
73,1%	68,2%	57,9%	85,7%	**72,1%**	72,8%	71,4%	62,5%	85,7%	**72,7%**
26,9%	31,8%	42,1%	14,3%	**27,9%**	27,2%	28,6%	37,5%	14,3%	**27,3%**
171	**22**	**19**	**14**	**226**	**180**	**21**	**16**	**14**	**231**

				2024					2025
EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
11	1	3	2	**17**	8	0	1	2	**11**
96	19	13	11	**139**	109	18	12	10	**149**
64	2	3	1	**70**	63	3	3	2	**71**
171	**22**	**19**	**14**	**226**	**180**	**21**	**16**	**14**	**231**

Conteúdo

5. Pilar Social | 5.1 Trabalhadores

Todos os trabalhadores do Grupo EDA recebem uma remuneração superior ao salário mínimo, cumprindo o requisito de salário adequado.

Todos os trabalhadores assalariados estão abrangidos por proteção social, promovida tanto através de regimes públicos como benefícios oferecidos pela empresa. A proteção social abrange perdas de rendimento devido a: doença, desemprego, acidentes de trabalho e incapacidade adquirida, licença parental e reforma/aposentação.

Em 2025, o Grupo EDA empregou 24 pessoas com deficiência (23 na EDA e 1 na GLOBALEDA), o que representa 2,5% do universo de trabalhadores do Grupo. Em 2024 empregou 25 pessoas com deficiência (2,7%) e em 2023 empregou 26 (2,6%).

5. Pilar Social | 5.1 Trabalhadores

Foi feito um ajuste metodológico no cálculo da média de horas de formação a homens e a mulheres, tendo sido atualizados os valores de 2023 e 2024.

				2024					2025
EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
82,4%	81,7%	55,8%	84,9%	**80,4%**	82,8%	82,8%	56,3%	86,0%	**81,0%**
16,9%	15,0%	42,9%	13,2%	**18,7%**	16,6%	13,8%	42,3%	12,3%	**18,0%**

Média de horas de formação por trabalhador e por género					2023
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Nº médio de horas de formação a Homens	44	17	33	33	**40**
Nº médio de horas de formação a Mulheres	42	14	26	14	**37**
Nº médio de horas de formação por trabalhador	**43**	**16**	**30**	**31**	**40**

Requisito de divulgação (cont)	Título
MÉTRICAS E METAS	
S1-14	Métricas de saúde e segurança

Métricas de SST - Trabalhadores assalariados					2023
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
% de trabalhadores da sua própria mão de obra abrangida pelo sistema de gestão da saúde e da segurança da empresa	5,9%	0,0%	100,0%	0,0%	**26,5%**
Número de acidentes relacionados com o trabalho passíveis de registo	14	10	1	4	**29**
Número de horas trabalhadas pela própria mão de obra	1 140 141	104 989	163 504	97 909	**1 506 543**
Taxa de acidentes relacionados com o trabalho passíveis de registo	12,3	95,2	6,1	40,9	**19,2**
Número de dias perdidos devido a lesões e mortes relacionadas com o trabalho	118	290	0	5	**413**

Requisito de divulgação (cont)	Título
MÉTRICAS E METAS	
S1-15	Métricas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada
S1-16	Métricas de compensação (disparidade salarial e compensação total)

Disparidade salarial e Remuneração total					2023
	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
Disparidade salarial (%)	-6,1%	-36,3%	28,4%	27,3%	**3,3%**
Rácio remuneração total anual do indivíduo mais bem pago em relação à remuneração total anual mediana de todos os trabalhadores assalariados	2,9	3,5	3,8	3,8	**3,5**

				2024					2025
EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
31	19	18	14	**28**	29	15	7	39	**28**
39	34	24	10	**35**	35	4	2	48	**28**
32	**21**	**21**	**14**	**30**	**30**	**13**	**5**	**40**	**28**

Conteúdo

5. Pilar Social | 5.1 Trabalhadores

O grupo dispõe apenas de dados relativos aos trabalhadores assalariados, não incluindo trabalhadores não assalariados ou outros trabalhadores.

Entre 2023 e 2025, não foram registadas mortes devido a lesões ou problemas de saúde relacionadas com o trabalho, nem casos de problemas de saúde relacionados com o trabalho, para nenhuma das quatro empresas do grupo.

A taxa de acidentes relacionados com o trabalho passíveis de registo é calculada pela razão entre o respetivo número de casos e número total de horas trabalhadas pela própria mão de obra, multiplicado por 1 000 000 horas trabalhadas. Por conseguinte, esta taxa representa o número de casos respetivos por milhão de horas trabalhadas.

				2024					2025
EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
5,6%	0,0%	100,0%	0,0%	**26,4%**	12,6%	0,0%	100,0%	0,0%	**28,2%**
11	1	0	5	**17**	14	3	2	3	**22**
1 161 418	102 998	139 464	100 952	**1 504 831**	1 159 436	102 175	127 516	97 412	**1 486 539**
9,5	9,7	0,0	49,5	**11,3**	12,1	29,4	15,7	30,8	**14,8**
517	6	0	250	**773**	231	57	87	272	**647**

Conteúdo

5. Pilar Social | 5.1 Trabalhadores

Todos os trabalhadores assalariados são abrangidos pelo direito a gozar licenças para assistência à família: na EDA existe ausência remunerada prevista para assistência à família para todos os trabalhadores e, para todas as empresas, existe esta ausência prevista pelo regime de segurança social.

5. Pilar Social | 5.1 Trabalhadores

A Disparidade salarial é calculada pela seguinte fórmula:

((Nível horário bruto médio de remuneração dos trabalhadores assalariados masculinos - o Nível horário bruto médio de remuneração dos trabalhadores assalariados femininos) / Nível horário bruto médio de remuneração dos trabalhadores assalariados masculino) x 100.

O Rácio remuneração total anual do indivíduo mais bem pago em relação à remuneração total anual mediana de todos os trabalhadores assalariados é calculado pela seguinte fórmula:

Remuneração total anual da pessoa com o salário mais elevado da empresa / Remuneração total anual mediana dos trabalhadores assalariados excluindo a pessoa com o salário mais elevado.

				2024					2025
EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA	EDA	EDA RENOVÁVEIS	GLOBALEDA	SEGMA	Grupo EDA
-4,8%	-40,8%	27,8%	22,4%	**1,1%**	-5,0%	-42,7%	28,4%	23,4%	**1,0%**
3,3	3,0	4,4	3,6	**3,6**	3,0	2,9	3,8	3,6	**3,3**

Requisito de divulgação (cont)	Título
3 . INFORMAÇÕES SOCIAIS	
ESRS S1: MÃO DE OBRA PRÓPRIA	
MÉTRICAS E METAS	
S1-17	Incidentes, queixas e graves impactos e incidentes de desrespeito dos direitos humanos
ESRS S4: CONSUMIDORES E UTILIZADORES FINAIS	
ESTRATÉGIA	
ESRS 2 SBM-2	Interesses e pontos de vista das partes interessadas
ESRS 2 SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios
GESTÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES	
S4-1	Políticas relacionadas com consumidores e utilizadores finais
S4-2	Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactos
S4-3	Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais poderem expressar preocupações
S4-4	Adoção de medidas sobre impactos materiais e abordagens para atenuar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com os consumidores e os utilizadores finais e eficácia dessas ações e abordagens
MÉTRICAS E METAS	
S4-5	Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais
4 . INFORMAÇÕES SOBRE *GOVERNANCE*	
ESRS G1: CONDUTA EMPRESARIAL	
GOVERNANCE	
ESRS 2 GOV-1	O papel dos órgãos de administração, de supervisão e de direção
GESTÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES	
G1-4	Incidentes confirmados de corrupção ou suborno
G1-6	Práticas de pagamento
DESEMPENHO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL	
GOVERNANCE	
-	Gestão do tema material
ESTRATÉGIA	
-	Impactos, riscos e oportunidades materiais
GESTÃO DOS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES	
-	Políticas e ações para gestão do tema material
MÉTRICAS E METAS	
-	Metas e métricas associadas ao tema material

Conteúdo
5. Pilar Social | 5.1 Trabalhadores
Em 2025 o Grupo EDA não registou quaisquer incidentes de discriminação, violações de direitos humanos relacionadas com a sua força de trabalho, nem quaisquer multas, penalidades ou indemnizações associadas a estes temas.
3. Divulgação Geral | 3.2 Envolvimento com *stakeholders*
5. Pilar Social | 5.2 Satisfação do Cliente
5. Pilar Social | 5.2 Satisfação do Cliente
5. Pilar Social | 5.2 Satisfação do Cliente
5. Pilar Social | 5.2 Satisfação do Cliente
5. Pilar Social | 5.2 Satisfação do Cliente
5. Pilar Social | 5.2 Satisfação do Cliente
3. Divulgação Geral | 3.1 Abordagem Estratégica
6. Pilar de *Governance* | 6.1 Conduta empresarial
6. Pilar de Governance | 6.3 Gestão de Fornecedores
As condições de pagamento são normalmente 60 dias ou, em casos previamente contratualizados, 30 dias. À exceção de certos fornecedores em que o prazo de pagamento é 10 dias.
6. Pilar de *Governance* | 6.4 Desempenho Económico e Sustentável
6. Pilar de *Governance* | 6.4 Desempenho Económico e Sustentável
6. Pilar de *Governance* | 6.4 Desempenho Económico e Sustentável
6. Pilar de *Governance* | 6.4 Desempenho Económico e Sustentável

*Para todos os requisitos em que a repartição por género é aplicável, as categorias "Outro" e "Não declarado" não estão identificadas nas tabelas porque o Grupo não apresenta trabalhadores incluídos nas mesmas.



C.

Proposta de Aplicação dos Resultados

C . PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

No exercício de 2025 a EDA - Electricidade dos Açores, S.A. apresentou resultados de 11.404.825,75 euros nas contas societárias preparadas numa base individual de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC).

Considerando que:

1) O Código das Sociedades Comerciais estipula a aplicação de 5% para constituição da reserva legal e o pagamento no mínimo de dividendos de 50% dos resultados apurados distribuíveis, salvo se aprovado em contrário pelos acionistas;

2) Na Assembleia Geral realizada em 30 de dezembro de 2021, os acionistas aprovaram a Política de Distribuição de Dividendos a observar pelo Conselho de Administração da EDA - Electricidade dos Açores S.A, nos termos da qual deve ser proposta a distribuição aos acionistas de, pelo menos, metade do lucro do exercício que, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, seja distribuível, salvo posição contrária devidamente justificada;

O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

(i) 5.712.000 euros para dividendos, i.e. 0,408 € / ação, correspondente a uma remuneração média de 8,2% do capital social;

(ii) o remanescente, de 5.692.825,75 euros para resultados transitados.

Ponta Delgada, 13 de abril de 2026

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho	Rodrigo Rebelo Costa
João Carlos Santos Correia	Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda
António Félix Flores Rodrigues	Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt
Joana Oliveira Freitas	Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira



D.

Apreciação e Certificação de Contas Individuais e Consolidadas

D . APRECIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

D1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E NOTAS 232

D2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS 298

D3. ANEXOS 385

D1.

Demonstrações Financeiras Individuais e Notas

D1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E NOTAS

1.1. BALANÇO 234

1.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS 235

1.3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 236

1.4. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA 238

1.5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 239

1.1. Balanço

	Nota	31 de dezembro 2025	2024
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	232 751 624	228 795 185
Propriedades de investimento	7	1 772 842	1 839 206
Ativos intangíveis	8	239 803 881	237 316 859
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	9	191 868 626	176 662 765
Outros investimentos financeiros	10	379 690	379 690
Créditos a receber	11	12 052 058	-
Clientes	14	6 788 263	-
Ativos por impostos diferidos	12	4 446 384	3 510 775
		689 863 369	**648 504 480**
Corrente			
Inventários	13	21 353 461	24 590 347
Clientes	14	28 582 389	60 361 321
Estado e outros entes públicos	15	4 622 037	-
Outros créditos a receber	11	14 271 172	9 581 453
Diferimentos	16	588 510	550 420
Caixa e depósitos bancários	4	413 215	1 196 127
		69 830 784	**96 279 668**
Total do ativo		**759 694 153**	**744 784 148**
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	17	70 000 000	70 000 000
Reservas legais	18	14 000 000	14 000 000
Outras reservas	18	346 796	346 796
Resultados transitados	18	132 230 112	128 945 347
Ajustamento/outras variações no capital próprio	19	82 588 995	66 621 750
Resultado líquido do período	-	11 404 826	10 431 116
		310 570 728	**290 345 009**
Total do capital próprio			
Passivo			
Não corrente			
Financiamentos obtidos	20	278 871 403	291 306 931
Responsabilidades por benefícios pós emprego	21	6 667 902	5 450 984
Passivos por impostos diferidos	12	2 649 053	811 694
Outras dívidas a pagar	22	4 473 622	16 407 361
		292 661 980	**313 976 970**
Corrente			
Fornecedores	23	29 915 994	26 277 487
Estado e outros entes públicos	15	2 391 846	5 741 574
Financiamentos obtidos	20	93 667 232	87 933 227
Outras dívidas a pagar	22	30 486 373	20 509 882
		156 461 445	**140 462 170**
Total do passivo		**449 123 425**	**454 439 140**
Total do capital próprio e do passivo		**759 694 153**	**744 784 148**

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho

João Carlos Santos Correia

António Félix Flores Rodrigues

Joana Oliveira Freitas

Rodrigo Rebelo Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt

Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

1.2. Demonstração dos Resultados

	Nota	Período 2025	2024
Vendas e serviços prestados	24	287 334 176	264 565 631
Subsídios à exploração	-	12 012	95 109
Ganhos/ perdas imputados de subsidiárias e associadas	9	8 463 749	11 079 553
Trabalhos para a própria entidade	25	6 010 622	5 164 134
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	26	(147 911 837)	(135 698 815)
Fornecimentos e serviços externos	27	(36 079 859)	(26 259 948)
Gastos com o pessoal	28	(38 374 226)	(37 301 528)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	13	(82 548)	(61 157)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	14	(125 342)	(225 780)
Outros rendimentos	29	11 589 179	7 112 857
Outros gastos	30	(35 852 222)	(31 554 019)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**54 983 703**	**56 916 037**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6,7,8	(31 016 531)	(30 067 581)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**23 967 172**	**26 848 456**
Juros e rendimentos similares obtidos	31	(11 693 824)	(15 816 892)
Resultado antes de impostos		**12 273 348**	**11 031 565**
Imposto sobre o rendimento do período	32	(868 522)	(600 449)
Resultado líquido do período		**11 404 826**	**10 431 116**
Resultado por ação básico		**0,815**	**0,745**

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho

João Carlos Santos Correia

António Félix Flores Rodrigues

Joana Oliveira Freitas

Rodrigo Rebelo Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt

Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

1.3. Demonstração das Alterações no Capital Próprio

	Nota	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas
A 1 de janeiro de 2024		**70 000 000**	**14 000 000**	**346 796**
Alterações no período				
Correções anos anteriores	18	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	18, 19	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18, 19	-	-	-
		-	-	-
Resultado líquido do período				
Resultado integral				
Outras operações no período				
Distribuições	18, 33	-	-	-
		70 000 000	**14 000 000**	**346 796**
A 31 de dezembro de 2024				
Alterações no período		-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	18, 19	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	18, 19	-	-	-
Resultado líquido do período				
Resultado integral				
Outras operações no período				
Distribuições		-	-	-
	18, 33	-	-	-
A 31 de dezembro de 2025		**70 000 000**	**14 000 000**	**346 796**

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Resultados transitados	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
	118 547 312	**58 464 023**	**17 087 133**	**278 445 264**
	(269 137)	-	-	(269 137)
	(731 717)	479 950	-	(251 767)
	18 398 889	7 677 776	(17 087 133)	8 989 532
	17 398 035	**8 157 726**	**(17 087 133)**	**8 468 629**
			10 431 116	10 431 116
			10 431 116	**10 431 116**
	(7 000 000)	-	-	(7 000 000)
	(7 000 000)	**-**	**-**	**(7 000 000)**
	128 945 347	**66 621 750**	**10 431 116**	**290 345 009**
	(46 520)	337 190	-	290 670
	8 553 285	15 630 056	(10 431 116)	13 752 224
	8 506 765	**15 967 246**	**(10 431 116)**	**14 042 895**
			11 404 826	11 404 826
			11 404 826	**11 404 826**
	(5 222 000)	-	-	(5 222 000)
	(5 222 000)	**-**	**-**	**(5 222 000)**
	132 230 112	**82 588 995**	**11 404 826**	**310 570 728**

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho

João Carlos Santos Correia

António Félix Flores Rodrigues

Joana Oliveira Freitas

Rodrigo Rebelo Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt

Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

1.4. Demonstração de fluxos de caixa

	Nota	Período 2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		319 273 005	336 199 562
Pagamentos a fornecedores		(187 456 337)	(181 160 805)
Pagamentos ao pessoal		(37 607 234)	(37 115 203)
		94 209 434	**117 923 554**
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(6 414 417)	(4 322 041)
Outros recebimentos/ pagamentos		(19 945 118)	(24 937 015)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		**67 849 898**	**88 664 498**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(16 327 809)	(17 964 971)
Ativos intangíveis		(41 323 734)	(42 218 300)
Investimentos financeiros		(521 303)	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		284 895	184 791
Subsídios ao investimento		2 722 440	3 820 371
Dividendos	9	11 236 452	6 909 869
Fluxos de caixa das atividades de investimento		**(43 929 059)**	**(49 268 241)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		11 880 000	20 830 000
Outras operações de financiamento		234 055 000	251 370 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(20 755 952)	(28 915 043)
Juros e gastos similares suportados		(12 815 799)	(14 981 345)
Dividendos	33	(5 222 000)	(7 000 000)
Outras operações de financiamento		(231 845 000)	(265 820 000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		**(24 703 751)**	**(44 516 388)**
Variação de caixa e seus equivalentes		**(782 912)**	**(5 120 131)**
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1 196 127	6 316 258
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	**413 215**	**1 196 127**

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho

João Carlos Santos Correia

António Félix Flores Rodrigues

Joana Oliveira Freitas

Rodrigo Rebelo Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt

Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

1.5. Anexo às demonstrações financeiras

1. INTRODUÇÃO 240
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 244
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS 245
4. FLUXOS DE CAIXA 263
5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS 263
6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 264
7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO 266
8. ATIVOS INTANGÍVEIS 267
9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL 269
10. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS 272
11. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER 272
12. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS 273
13. INVENTÁRIOS 274
14. CLIENTES 274
15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS 276
16. DIFERIMENTOS 277
17. CAPITAL SUBSCRITO 277
18. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS 278
19. AJUSTAMENTOS/OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 279
20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS 279
21. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS 281
22. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR 286
23. FORNECEDORES 287
24. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS 287
25. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE 288
26. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS 288
27. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS 289
28. GASTOS COM PESSOAL 289
29. OUTROS RENDIMENTOS 290
30. OUTROS GASTOS 290
31. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS 291
32. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO 291
33. DIVIDENDOS 292
34. COMPROMISSOS 292
35. PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES 292
36. MATÉRIAS AMBIENTAIS 293
37. PARTES RELACIONADAS 293
38. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO 296
39. OUTRAS INFORMAÇÕES 296
40. EVENTOS SUBSEQUENTES 296

Anexo às demonstrações financeiras

1. Introdução

A EDA – Electricidade dos Açores, S.A., (referida neste documento como EDA ou Empresa), com sede em Ponta Delgada na Rua Francisco Pereira Ataíde, n.º 1, foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pelo Decreto-Lei n.º 79/97, de 8 de abril.

A 30 de novembro de 1999, a Região Autónoma dos Açores transmitiu à EDP Participações, SGPS, SA, um lote de 1.148.163 ações correspondentes a 10% do capital social da EDA. Na primeira e segunda fase do processo de reprivatização direta do capital social da EDA, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 243/2004, de 31 de dezembro de 2004, foram alienadas ações representativas de 39,9% do capital social, respetivamente, um lote indivisível de 4.748.100 ações (por concurso público) à ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS, SA e um lote de 837.900 ações através da oferta pública aos trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes. As ações representativas do capital subscritas pela Região Autónoma dos Açores só poderão ser transmitidas para outros entes públicos por deliberação do Governo Regional.

A EDA rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o setor da eletricidade e com a própria empresa.

A Empresa detém, presentemente, como principais atividades, a produção, a aquisição, o transporte, a distribuição e a venda de energia elétrica, bem como o exercício de outras atividades relacionadas com aquelas. Nos termos do contrato de concessão da gestão do sistema, o transporte e a distribuição de energia elétrica celebrado com a Região Autónoma dos Açores, a EDA tem a responsabilidade de exercer a atividade que é objeto da concessão pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 12 de outubro de 2000, data da aprovação da Resolução n.º 181/2000, publicada no Jornal Oficial, I Série, n.º 41/2000.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, a 13 de abril de 2026, estando ainda sujeitas à aprovação pelos acionistas. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da EDA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Adicionalmente a EDA prepara demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS como estabelecido no n.º 2, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de julho, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística. Estas poderão ser consultadas no sítio da internet da EDA em: www.eda.pt.

1.1. Atividades concessionadas e reguladas

A concessão do transporte e distribuição de energia elétrica para Região Autónoma dos Açores foi atribuída à EDA, conforme o Decreto Legislativo Regional n.º 15/96/A, de 1 de agosto, pelo período de 50 anos, a contar da data de 12 outubro de 2000. A concessão tem por objeto a gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas, o transporte e distribuição de energia elétrica, bem como a construção das infraestruturas que a integram.

A atividade da concessão compreende:

a) A receção da energia elétrica;

b) O transporte de energia elétrica;

c) A distribuição da energia elétrica;

d) A gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas.

A concessão é exercida em regime de serviço público, devendo a EDA (concessionária) adquirir a energia necessária à prestação do serviço público aos produtores, quer vinculados quer não vinculados ao serviço público, em condições não discriminatórias. A concessionária deve assegurar o fornecimento de energia elétrica de forma permanente e contínua.

Pelo decurso do prazo da concessão, os bens afetos à concessão revertem para a entidade concedente (RAA). A entidade concedente pagará à entidade concessionária uma indemnização pelo valor líquido contabilístico dos investimentos realizados e não amortizados, carecendo de aprovação do concedente os investimentos realizados cujo período de depreciação excedam o prazo da concessão remanescente, à data do investimento.

O contrato de concessão pode ser alterado por mútuo acordo, desde que a alteração não envolva a violação do regime jurídico da concessão nem implique a derrogação das presentes cláusulas. A concessão extingue-se por acordo entre o concedente e a concessionária, por rescisão, por resgate e pelo decurso do prazo.

As atividades da concessão são reguladas, estando as competências para o exercício da atividade da regulação atribuídas à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), através do estabelecimento de disposições aplicáveis aos critérios e métodos para a formulação, cálculo e publicação das tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços, à definição das tarifas reguladas e respetiva estrutura, à determinação dos proveitos permitidos, às obrigações em matéria de prestação de informação e, ainda, à convergência tarifária dos sistemas elétricos públicos.

As tarifas de eletricidade a cobrar aos consumidores são fixadas anualmente pela ERSE em função do Regulamento Tarifário, onde para além da metodologia de determinação do nível de proveitos a

proporcionar por cada tarifa, se caracteriza a metodologia de cálculo tarifário e a forma de determinação da estrutura das tarifas.

A estrutura das tarifas de Venda a Clientes Finais, nas Regiões Autónomas resulta da aplicação do princípio da aditividade tarifária que consiste na definição de tarifas de Venda a Clientes Finais com preços que resultam da adição das respetivas tarifas aditivas aplicáveis em cada nível de tensão e opção tarifária, aos clientes do comercializador de último recurso, nomeadamente: tarifas de Uso Global do Sistema, Uso da Rede de Transporte, Uso da Rede de Distribuição, Energia, e Comercialização.

As tarifas são estabelecidas pela ERSE de forma a proporcionar às empresas reguladas um montante de proveitos calculados de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário, sendo construídas com base em estimativas de vendas de energia e custos operacionais e de investimento entregues pelas empresas reguladas e sujeitos a um processo de aceitação pelo regulador.

Os valores da convergência tarifária das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são incluídos na Tarifa de Uso Global do Sistema que é aplicada pelos distribuidores vinculados aos fornecimentos a clientes do comercializador de último recurso e às entregas a clientes no mercado liberalizado.

Em dezembro de 2013, a ERSE procedeu à revisão de algumas disposições do Regulamento Tarifário designadamente a introdução do mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível do custo com capital das atividades reguladas. Esta alteração foi materializada através da publicação no Diário da República, 2.ª série — n.º 2, da Diretiva n.º 1/2014, de 3 de janeiro de 2014.

O Artigo n.º 117-A da Diretiva n.º 1/2014, estabelece que a correção dos desvios provisórios do custo com capital, referente ao ano n-1, é determinada de acordo com a estimativa dos ativos fixos para esse ano e aplicada a taxa de remuneração definitiva.

No período regulatório 2022-2025, os proveitos permitidos que integram anualmente as tarifas, são determinados, de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário em vigor, sendo construídos com base em valores previsionais, que resultam quer dos custos aceites pelo regulador, quer da aplicação dos parâmetros fixados para aquele período de regulação, aos respetivos indutores de custos, para cada atividade regulada. Dado que os proveitos permitidos, previstos para as tarifas, assentam nos pressupostos anteriormente descritos, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano n+1 e n+2, o diferencial que decorre da comparação daqueles com os valores efetivamente realizados, e, desta forma, a empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste mecanismo, referente ao ano n.

No período regulatório 2022-2025, mantêm-se as metodologias de regulação aplicadas no anterior período regulatório 2018-2021. Relativamente à remuneração dos ativos, o regulador manteve o princípio de equiparação do custo de capital afeto a cada uma das atividades da EDA às atividades equivalentes das empresas congéneres do Continente. O custo de capital está indexado às *yields* das

Obrigações do Tesouro a 10 anos, apresentando um limite superior (*cap*) e um limite inferior *(floor*) de 7% e 3,7%, respetivamente, para a atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema e de 7,3% e 4% para as atividades de Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica.

Os custos aceites com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme Regulamento Tarifário em vigor, correspondem:

- ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e

- aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, que foi determinada pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo e revisto pelo Regulador de acordo com a Instrução n.º 9/2022, de 19 de outubro e Instrução n.º 3/2023, de 11 de agosto.

A Lei do Orçamento de Estado 2014 (Lei n.º 83-C/2013) aprovada em 31 de dezembro de 2013, estabeleceu uma contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE), com o propósito de financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do setor energético, através da constituição de um fundo que visa contribuir para a redução da dívida tarifária e para o financiamento de políticas sociais e ambientais do setor energético. Esta contribuição incide, entre outras, sobre a atividade de produção, transporte ou distribuição de eletricidade.

A Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, através do Artigo 112.º Contribuição extraordinária sobre o setor energético, estabelece que, em 2025, mantém-se em vigor a contribuição extraordinária sobre o setor energético, cujo regime foi aprovado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro. A Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, estende a vigência da contribuição para o ano de 2026. Deixam de ser consideradas na base as despesas de investimento relativas ativos fixos tangíveis em estado e novo ou na parte em que sejam ampliados, nos períodos de tributação que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2026.

A Lei n.º 7-A/2016, alargou às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, os princípios considerados através do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, que conferem aos municípios do território continental uma renda paga pelas concessionárias no âmbito das concessões atribuídas para a distribuição de eletricidade em baixa tensão. O Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, revogou o Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto. No entanto, o mencionado direito mantém-se nos termos do artigo 268.º do Diploma vigente.

Nas regiões autónomas, sendo as concessões atribuídas ao nível regional e sem equivalente compensação, os municípios não dispunham deste benefício, permanecendo numa situação de desigualdade face aos municípios do continente, apesar de, também no seu território, as concessionárias ou entidades distribuidoras utilizarem os bens de domínio público e privado municipal.

A Lei n.º 7-A/2016, vem assim corrigir esta desigualdade, atendendo à especificidade das condições de concessão regionais, atribuindo aos municípios das regiões autónomas uma remuneração pela utilização dos mencionados bens de domínio público e privado, calculada de modo equivalente às rendas pagas pelas concessionárias aos municípios do território continental, com efeitos a partir de 2016.

A tarifa social de fornecimento de energia elétrica a aplicar a consumidores finais economicamente vulneráveis, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 138 -A/2010, de 28 de dezembro e posteriormente incorporada no Decreto-Lei n.º 15/2022 de 14 de janeiro que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional. A tarifa social de fornecimento de energia elétrica é calculada mediante a aplicação de um desconto na tarifa de acesso às redes em baixa tensão normal. O valor do desconto é determinado através de despacho do membro do Governo responsável pela área da energia, ouvida a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

Nos termos do Despacho n.º 12372/2025, de 21 de outubro, o valor do desconto a aplicar na tarifa de acesso às redes a partir de 1 de janeiro de 2024 corresponde a 33,8% sobre as tarifas transitórias de venda a clientes finais de eletricidade.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela EDA, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.25.

As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, tendo por base a natureza das atividades desenvolvidas pela Empresa e as projeções de fluxos de caixa de curto prazo, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A 31 de dezembro de 2025, o ativo corrente é inferior ao passivo corrente em 84.846.473 euros. A Empresa tem ainda 125.000.000 euros em linhas de papel comercial disponíveis e não utilizadas, com vencimento até um ano, sendo renováveis automaticamente por iguais períodos, até ao máximo de 5 anos, bem como 47.580.000 euros em linhas de crédito disponíveis. As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis de forma automática anual ou trimestralmente, enquanto as de vencimento após 1 ano não têm limite definido. Adicionalmente, a Empresa gera suficientes fluxos de caixa para suprir quaisquer outras necessidades correntes.

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais a EDA tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. Na avaliação de controlo foi considerado para além dos poderes de voto, o poder de definir as políticas financeiras e operacionais, e o poder de nomear a Gestão das subsidiárias.

Nas demonstrações financeiras individuais a valorização dos investimentos em subsidiárias é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente com as da EDA, na aplicação do método da equivalência patrimonial.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição acrescido dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da EDA nos ativos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos resultados.

Associadas

Os investimentos em associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que a influência significativa começa até à data em que efetivamente termina. As associadas são entidades sobre as quais a EDA tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a Empresa tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo.

Ganhos ou perdas não realizadas em transações entre a Empresa e as suas associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pela participada são considerados reduções do investimento detido.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela da EDA nos ativos identificáveis adquiridos é registado como parte do valor inicialmente registado como investimento em associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos resultados.

Quando a quota-parte das perdas de uma associada excede o investimento na associada, a Empresa

reconhece perdas adicionais se tiver assumido obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da associada.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da EDA e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do Balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2025	2024
USD	1,1750	1,0389
GBP	-	0,8292
CHF	-	0,9412

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de Dezembro

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo. Os ativos elegíveis para capitalização são ativos que necessitam de um período de tempo substancial para estarem disponíveis para uso. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil, ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos são capitalizados no custo do ativo.
Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 50 anos
Equipamento básico	
Produção termoelétrica	Entre 3 e 40 anos
Contadores	16 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 2 e 16 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 4 e 40 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos gerados pelos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as depreciações dos ativos são recalculadas prospetivamente de acordo com o valor recuperável.

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível é desreconhecida no momento de alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos resultados.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento que se referem a ativos detidos para obtenção de rendas são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial são mensuradas ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis registados no balanço referem-se a direitos de utilização de software, a licenças de emissão de dióxido de carbono (licenças CO_2) adquiridas e ao direito de concessão resultante da aplicação da IFRIC 12 – Acordos de serviço de concessão.

Os ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A EDA valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, sendo o ativo escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

Um ativo intangível é desreconhecido no momento da alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho ou perda é determinado como a diferença entre os proveitos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada desse ativo, sendo reconhecidos nos resultados.

Programas de computador

A EDA capitaliza na rubrica de programas de computador os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e de upgrade. Estes ativos são amortizados entre 3 e 8 anos.

Licenças emissões de gases (CO_2)

As atividades desenvolvidas pela EDA envolvem a queima de combustíveis fósseis com a consequente emissão de gases de carbono (CO_2).

As licenças de caráter ambiental resultam da atividade operacional ou de negociação.

As licenças para consumo próprio são reconhecidas como ativo intangível sendo mensuradas ao preço de aquisição, enquanto as licenças detidas para negociação são registadas ao preço de aquisição e ajustadas para o justo valor correspondente ao preço de mercado. Os rendimentos e gastos resultantes destes ajustamentos são reconhecidos em resultados do ano.

Direitos de concessão

A empresa tem uma concessão atribuída para as atividades de gestão do sistema, do transporte e distribuição de energia elétrica na RAA. Os ativos adquiridos/construídos pela EDA, ao abrigo destes contratos de concessão, referidos como ativos da concessão, compreendem essencialmente ativos fixos tangíveis cuja construção/aquisição a EDA permuta pelo direito de explorar o serviço público associado.

De acordo com a IFRIC 12, um acordo de serviço de concessão envolve normalmente uma entidade (o operador) que constrói a infraestrutura utilizada na prestação do serviço público, que a desenvolve (por exemplo, aumento da capacidade existente) e faz a manutenção e operação da mesma por um período específico. O operador é remunerado pelos serviços prestados pelo período do acordo. O acordo de serviço de concessão é regulado por um contrato de concessão que estabelece os níveis de serviço, os mecanismos de ajustamento de preços e a resolução de disputas. Estes contratos de concessão podem ser designados por construir-operar-transferir, reabilitar-operar-transferir ou público-privado.

Tendo em conta o disposto no contrato de concessão, a EDA suporta, para além dos riscos associados à construção, o risco de disponibilidade e, nos moldes previstos no regulamento tarifário, os riscos de procura, pelo que o investimento efetuado nos bens da concessão encontra-se registado de acordo com o modelo do ativo intangível.

São classificados como custo do ativo intangível os valores investidos referentes à construção, expansão e requalificação das infraestruturas que constituem o estabelecimento da concessão. Considerando as características das infraestruturas associadas à prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica, parte significativa dos investimentos são referentes à ampliação e remodelação da rede e a equipamentos de contagem e medição do consumo.

Relativamente aos investimentos de substituição/renovação das infraestruturas, de acordo com a IFRIC 12 estes custos só são passíveis de registo como parte do direito da concessão, na medida em que tenham retribuição associada.

No caso da EDA, tendo em conta o modelo regulatório em vigor para o período 2022 – 2025, concorre para a formação das tarifas a que a EDA tem direito para remunerar a sua atividade, o valor da amortização da base de ativos regulados e a remuneração desse capital investido pela aplicação de uma taxa ao ativo médio afeto às atividades reguladas. A taxa de remuneração e a sua indexação é definida pela ERSE no início de cada período regulatório. Incluem-se na base de ativos tanto os investimentos novos e de expansão como os de substituição e renovação. Deste modo, são considerados como custos do ativo intangível tanto os primeiros como os segundos.

No que respeita à amortização, a IFRIC 12 remete diretamente para o normativo dos ativos intangíveis que corresponde no SNC à NCRF 6, a qual refere que os ativos intangíveis têm de ser amortizados

numa base sistemática que reflita o padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao mesmo. No caso da EDA, o ativo intangível registado corresponde ao direito de explorar o serviço público concessionado, pelo que os benefícios económicos associados são os que advém das tarifas a praticar durante o período da concessão.

3.5. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil indefinida estão sujeitos a depreciação/amortização por um período de 10 anos e, são objeto de testes de imparidade anuais quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável. Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. Ativos financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

(a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDA classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber (clientes, outros créditos a receber, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A EDA classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados de período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A EDA avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a EDA reconhece uma perda por imparidade na Demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses ativos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.7. Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transação sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é feita dos instrumentos financeiros derivados. Quando se tratem de instrumentos financeiros derivados de negociação, os ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do período nas rubricas de custos ou proveitos financeiros. Quando designados como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor dependem da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (fair value hedge), o valor desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado de forma a

refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura de justo valor são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos coberto atribuíveis ao risco cobertos.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (cash flow hedge), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas no Capital próprio, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a EDA não tem negociados quaisquer instrumentos financeiros derivados.

3.8. Inventários

Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação, assim como combustíveis utilizados na produção de energia termoelétrica.

Os inventários são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para o seu uso/consumo.

Os inventários são reduzidos por imparidade quando apresentam sinais de obsolescência técnica ou há lugar à descontinuação dos equipamentos a que se referem.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

3.9. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade quando aplicável. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de se verificar.

O montante de perda por imparidade para um instrumento financeiro mensurado ao custo ou ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva inicial do ativo financeiro.

Os saldos de clientes e outros créditos a receber são desreconhecidos quando:

(a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou

(b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou

(c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

3.10. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado.

Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Quando a Empresa está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controlo de uma subsidiária, a totalidade dos ativos e passivos dessa subsidiária são classificados como detidos para venda quando se verifiquem os critérios acima descritos, mesmo que a Empresa mantenha uma participação minoritária nessa subsidiária após a venda. Os ativos não correntes (e todos os ativos e passivos relacionados a alienar) classificados como detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contabilístico ou justo valor deduzido dos custos incrementais de realização da venda, excluindo custos financeiros e fiscais. Em contrapartida, estes ativos não são amortizados.

3.11. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidades iniciais até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizados sem risco significativo de flutuações de justo valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração de fluxos de caixa, como Caixa e equivalentes de caixa.

3.12. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.13. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

(a) Ao custo amortizado; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDA classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, dívidas a pagar (fornecedores, outras dívidas a pagar, etc.).

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.14. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a EDA possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.15. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 14,0%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei nº 12-A/2010, consoante os escalões aplicáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no Balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data da liquidação dos impostos diferidos passivos.

3.16. Benefícios aos empregados

A EDA concede benefícios pós-emprego aos seus empregados sob a forma de: i) plano de complemento de pensões de reforma aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 (o qual inclui o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública ao seu serviço e reformados até novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço a si prestados); e ii) plano de contribuição definida para os empregados admitidos a partir de 1 de janeiro de 2003.

i) Plano de benefícios definidos da Electricidade dos Açores, S.A.

Os complementos de reforma atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo constituído junto da Real Vida Seguros, para o qual são transferidas a totalidade das responsabilidades e entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos. A responsabilidade com o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública que prestaram serviço à EDA e foram reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço prestados à EDA, constituem uma responsabilidade equiparável a um benefício definido, para o qual não existe um fundo autónomo constituído, reconhecendo a EDA uma provisão nas suas demonstrações financeiras.

As responsabilidades com o pagamento das referidas contribuições são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de rating elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido no Balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do relato financeiro, deduzido do justo valor dos ativos do plano.

As remensurações decorrentes de alterações de pressupostos demográficos, financeiros e de outros ajustamentos, são registadas nos capitais próprios, em Resultados Transitado.

ii) Plano de contribuição definida

O plano de contribuição definida denominado por Futuro+ é gerido pela BPI pensões. A EDA constituiu o fundo em dezembro de 2005, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2003 para todos os empregados da EDA admitidos após essa data.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

a) contribuição base de 1% do salário pensionável pela Empresa sem qualquer condição;

b) contribuição voluntária do empregado que a EDA reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano a Empresa não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições, conforme as condições estabelecidas no plano. As contribuições efetuadas são registadas como Gastos com o pessoal na Demonstração dos resultados, no período em que ocorrem.

3.17. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a EDA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EDA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de desconto, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.18. Subsídios e apoios do Governo

A EDA reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido.

As comparticipações atribuídas à EDA, a fundo perdido, por conta dos projetos de investimento em ativos tangíveis de uso próprio, são contabilizadas na rubrica de Outras variações de capital próprio, quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas. Os subsídios são subsequentemente creditados na Demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados, na rubrica de Outros rendimentos.

Os subsídios obtidos para financiar a construção de infraestruturas para a concessão de serviço público incluindo as comparticipações recebidas de clientes (cujo ativo é reconhecido pelo seu custo estimado) são deduzidos diretamente ao valor do ativo intangível reconhecido como direito de concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.19. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a EDA detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinados à data de início do contrato. O valor a pagar resultante de um contrato de locação financeira é registado líquido de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a EDA não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a EDA tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.20. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.21. Rédito

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda ou permuta dissemelhante de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da EDA. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

No caso da EDA, para as atividades englobadas no contrato de concessão, é apresentada de forma individualizada o rédito proveniente dos serviços de construção e de exploração.

Eletricidade:
A faturação de eletricidade é efetuada numa base mensal, em contagens reais de consumos ou em consumos estimados através dos dados históricos de cada consumidor. Os consumos ocorridos e não faturados até à data do balanço são estimados e registados em Outros créditos a receber - Devedores por acréscimos de rendimentos.

O reconhecimento do rédito para as atividades reguladas é efetuado com base na informação da eletricidade vendida aos consumidores finais, os montantes de convergência tarifária previsionais definidos pela ERSE e os ajustamentos do ano à convergência tarifária estimada, a incorporar nas tarifas do SEP (Sistema elétrico de serviço público) em anos subsequentes.

Os réditos obtidos destas atividades são regulados pela ERSE, a entidade reguladora dos serviços energéticos, que através da publicação do regulamento tarifário, define as fórmulas de cálculo das tarifas e os mecanismos de recuperação dos desvios que sejam apurados em cada período.

As tarifas a serem aplicadas aos clientes finais (domésticos, industriais e outros) são fixadas anualmente pela ERSE, para cada componente do sistema, tais como: produção, transporte e distribuição.

Serviços de construção:
A EDA apresenta na sua Demonstração dos resultados o rédito associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão. Os dispêndios associados à construção de infraestruturas (construção nova, requalificação, substituição/renovação) são registados diretamente, pela sua natureza, nas rubricas de gastos da Demonstração dos resultados. Relativamente aos encargos financeiros, uma vez que a atividade de Transporte e Distribuição se encontra, para efeitos regulatórios, num regime do price cap, os encargos financeiros estimados são também considerados como uma componente do custo de aquisição/construção.

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte a EDA não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão, pelo que o rédito e os encargos associados a serviço de construção destes ativos apresentam igual montante.

3.22. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da EDA é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.23. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados, salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

3.24. Matérias ambientais

A EDA reconhece os dispêndios de caráter ambiental, bem como os passivos e ativos com eles relacionados.

Os dispêndios são reconhecidos como gastos no período em que são incorridos, exceto se forem realizados para evitar ou reduzir danos futuros e proporcionem benefícios económicos no futuro, sendo nesse caso capitalizados e amortizados sistematicamente ao longo das suas vidas económicas. São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a EDA tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma

saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

3.25. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EDA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

3.25.1. Convergência tarifária

A EDA estima, a cada data de relato, de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, para a aceitação dos custos operacionais e a determinação dos proveitos permitidos, o valor de correção à convergência tarifária que decorre dos desvios apurados entre os custos reais e estimados. Esta correção é ajustada mediante a aprovação da ERSE no ano seguinte (ano n+1), para incorporação das tarifas do ano a seguir (n+2).

3.25.2. Provisões

A EDA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.25.3. Pressupostos atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os ativos e as tabelas de mortalidade.

3.25.4. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos e do consumo dos benefícios económicos subjacentes, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

3.25.5. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EDA, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

À data do balanço são constituídas perdas por imparidade equivalentes aos créditos de clientes vencidos há mais de 6 meses, exceto as dívidas das entidades públicas, atendendo ao risco associado.

3.26. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

3.27. Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

4. Fluxos de caixa

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A EDA não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização, para os períodos apresentados.

4.2. Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

Moeda	2025	2024
Caixa	5 292	5 186
Depósitos bancários	407 923	1 190 94
	413 215	**1 196 127**

Os valores considerados para efeitos da elaboração da Demonstração de fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão de acordo com o quadro apresentado acima.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pela Empresa.

5.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela EDA, para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

A EDA não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCRF 4.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
1 de janeiro de 2025			
Custo de aquisição	3 706 030	77 425 423	354 900 693
Imparidade acumulada	-	-	(335 582)
Depreciações acumuladas	-	(47 522 564)	(225 211 663)
Valor líquido	**3 706 030**	**29 902 858**	**129 353 448**
Movimento do exercício			
Adições	-	-	-
Alienações e abates	(39 190)	-	(235 777)
Reclassificações	263 936	-	-
Transferências	-	1 516 464	17 490 427
Depreciação - período	-	(1 824 178)	(12 443 617)
Depreciação - alienações	-	-	235 777
Depreciação - Reclassificações	-	-	-
	3 930 776	**29 595 144**	**134 400 257**
31 de dezembro de 2025			
Custo de aquisição	3 930 776	78 941 886	372 155 343
Imparidade acumulada	-	-	(335 582)
Depreciações acumuladas	-	(49 346 742)	(237 419 503)
Valor líquido	**3 930 776**	**29 595 144**	**134 400 257**

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
1 de janeiro de 2024			
Custo de aquisição	3 686 099	77 290 571	354 354 311
Imparidade acumulada	-	-	(335 582)
Depreciações acumuladas	-	(45 735 096)	(213 211 745)
Valor líquido	**3 686 099**	**31 555 475**	**140 806 984**
Movimento do exercício			
Adições	19 931	-	88 433
Alienações e abates	-	-	(248 809)
Reclassificações	-	-	-
Transferências	-	134 851	706 758
Depreciação - período	-	(1 787 468)	(12 248 727)
Depreciação - alienações	-	-	248 809
Depreciação - Reclassificações	-	-	-
	3 706 030	**29 902 858**	**129 353 448**
31 de dezembro de 2024			
Custo de aquisição	3 706 030	77 425 423	354 900 693
Imparidade acumulada	-	-	(335 582)
Depreciações acumuladas	-	(47 522 564)	(225 211 663)
Valor líquido	**3 706 030**	**29 902 858**	**129 353 448**

Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
7 519 006	9 168 172	43 189 381	52 024 339	547 933 044
-	-	-	-	(335 582)
(5 366 498)	(7 403 171)	(33 298 380)	-	(318 802 276)
2 152 508	**1 765 001**	**9 891 001**	**52 024 339**	**228 795 185**
	232 660	509 763	19 561 431	20 748 935
445 081	(11 871)	-	-	(605 987)
(319 149)	-	-	-	263 936
-	-	893 726	(19 900 617)	-
-	(692 590)			(17 017 242)
(769 418)	11 871	(1 287 438)	-	566 797
319 149	-	-	-	-
-	-	-	-	-
1 828 171	**1 305 071**	**10 007 052**	**51 685 153**	**232 751 624**
7 644 938	9 388 961	44 592 871	51 685 153	568 339 928
-	-	-	-	(335 582)
(5 816 767)	(8 083 890)	(34 585 818)	-	(335 252 721)
1 828 171	**1 305 071**	**10 007 052**	**51 685 153**	**232 751 624**

Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
7 063 172	8 704 860	41 838 876	41 568 905	534 506 794
-	-	-	-	(335 582)
(5 296 392)	(6 902 878)	(31 860 894)	-	(303 007 006)
1 766 780	**1 801 981**	**9 977 982**	**41 568 905**	**231 164 205**
1 020 503	615 839	432 360	12 215 189	14 392 256
(564 669)	(153 279)	-	-	(966 757)
-	752	-	-	752
-	-	918 145	(1 759 754)	-
(634 775)	(652 882)			-
564 669	153 279	(1 437 485)	-	(16 761 338)
-	(689)	-	-	966 757
	-	-	-	(689)
2 152 508	**1 765 001**	**9 891 001**	**52 024 339**	**228 795 185**
7 519 006	9 168 172	43 189 381	52 024 339	547 933 044
-	-	-	-	(335 582)
(5 366 498)	(7 403 171)	(33 298 380)	-	(318 802 276)
2 152 508	**1 765 001**	**9 891 001**	**52 024 339**	**228 795 185**

Adições

Os aumentos registados em ativos tangíveis durante o ano de 2025 englobam 1.187.504 euros de aquisições diretas e 19.561.431 euros de obras em curso, que correspondem maioritariamente ao investimento efetuado em equipamentos de produção e distribuição (15.207.364 euros) e no novo edifício administrativo em Ponta Delgada (1.240.029 euros).

Em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de Ativos em curso referem-se aos seguintes projetos:

Moeda	2025	2024
Produção	25 359 419	34 518 672
Implementação e atualização de soluções informáticas	7 599 725	6 846 848
Ampliação central térmica Belo Jardim	5 076 167	1 554 674
Outras obras	13 649 842	9 104 146
	51 685 153	**52 024 339**

As transferências de Ativos em curso para Ativos fixos tangíveis ocorridas em 2025, no montante de 19.900.617 euros, referem-se essencialmente a obras de ampliação e beneficiação de centros produtores, à construção e remodelação de edifícios de suporte à atividade da Empresa, bem como à instalação e montagem de contadores.

Depreciações

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.

Alienações e Abates

Em 2025 e 2024 o valor das alienações refere-se a materiais obsoletos tais como contadores, disjuntores, grupos geradores, terrenos, outros equipamentos administrativos e de transporte.

7. Propriedades de investimento

O saldo desta rubrica refere-se ao antigo edifício sede da EDA na Calheta, o qual se encontra totalmente arrendado:

	2025	2024
A 1 de janeiro		
Valor bruto	3 000 000	3 000 000
Depreciações acumuladas	(1 160 794)	(1 099 840)
Imparidades acumuladas	-	292 540
Valor líquido	**1 839 206**	**2 192 700**
Depreciações - Período	(66 363)	(84 358)
Correção da depreciação	-	23 404
Correção da imparidade	-	(292 540)
	(66 363)	**(353 494)**
A 31 de dezembro		
Valor bruto	3 000 000	3 000 000
Depreciações	(1 227 158)	(1 160 794)
Valor líquido	**1 772 842**	**1 839 206**

Em conformidade com a avaliação patrimonial reportada a 1 de janeiro de 2024, os ativos classificados como propriedades de investimento, possuem o seguinte justo valor:

Terrenos	857 000
Edifícios	2 143 000
	3 000 000

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os rendimentos e gastos operacionais diretos associados às propriedades de investimento são os seguintes:

	2025		2024	
	Rendas	Gastos diretos	Rendas	Gastos diretos
Edifícios Calheta	133 658	1 105	130 494	22 270
	133 658	**1 105**	**130 494**	**22 270**

8. Ativos intangíveis

O valor dos intangíveis refere-se a licenças de CO_2, direitos de superfície, software e ao contrato de concessão. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	Licenças CO_2	Direitos de superfície	*Software* e outros	Contratos de concessão	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2025						
Custo de aquisição	148 170 683	139 927	28 355 464	470 177 840	-	646 843 914
Amortizações acumuladas	(147 501 452)	(53 700)	(21 135 150)	(240 836 753)	-	(409 527 055)
Valor líquido	**669 231**	**86 227**	**7 220 314**	**229 341 087**	**-**	**237 316 859**
Adições	26 264 689	-	25 250	16 939 096	-	43 229 035
Reclassificações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	-	(198 841)	(294 738)	-	(493 579)
Amortização - período	(26 514 349)	(10 545)	(1 334 488)	(12 587 893)	-	(40 447 275)
Amortização - Reclassificações	-	-	-	-	-	-
Amortização - abates	-	-	198 841	-	-	198 841
Valor líquido	**419 571**	**75 682**	**5 911 076**	**233 397 552**	**-**	**239 803 881**
31 de dezembro de 2025						
Custo de aquisição	174 435 372	139 927	28 181 873	486 822 198	-	689 579 370
Amortizações acumuladas	(174 015 801)	(64 245)	(22 270 797)	(253 424 646)	-	(449 775 488)
Valor líquido	**419 571**	**75 682**	**5 911 076**	**233 397 552**	**-**	**239 803 881**

	Licenças CO_2	Direitos de superfície	*Software* e outros	Contratos de concessão	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2024						
Custo de aquisição	127 025 361	128 478	26 955 776	454 765 473	-	608 875 087
Amortizações acumuladas	(124 902 330)	(41 860)	(19 716 120)	(229 046 425)	-	(373 706 735)
Valor líquido	**2 123 031**	**86 618**	**7 239 656**	**225 719 047**	**-**	**235 168 351**
Adições	21 145 323	11 449	25 343	15 330 767	1 375 097	37 887 979
Reclassificações	-	-	(752)	-	-	(752)
Transferências e abates	-	-	1 375 097	81 599	(1 375 097)	81 599
Amortização - período	(22 599 122)	(11 840)	(1 419 719)	(11 790 326)	-	(35 821 007)
Amortização - Reclassificações	-	-	689	-	-	689
Amortização - abates	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	**669 231**	**86 227**	**7 220 314**	**229 341 087**	**-**	**237 316 859**
31 de dezembro de 2024						
Custo de aquisição	148 170 683	139 927	28 355 464	470 177 840	-	646 843 914
Amortizações acumuladas	(147 501 452)	(53 700)	(21 135 150)	(240 836 753)	-	(409 527 055)
Valor líquido	**669 231**	**86 227**	**7 220 314**	**229 341 087**	**-**	**237 316 859**

Licenças CO_2

No âmbito do regime do comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (CELE), a Diretiva n.º 2009/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho apresenta o quadro legal para o período após 2013. Em conformidade, a Agência Portuguesa do Ambiente publicou a lista nacional de instituições e alocação preliminar de licenças de emissão gratuitas no período 2013-2020, no qual as instalações de produção da EDA deixaram de beneficiar da atribuição gratuita de licenças.

Em 2025 encontram-se registados em gastos 357.038 toneladas de licenças de CO_2, no montante de 26.514.349 euros (2024: 343.234 toneladas e 22.599.122 euros), relativas às emissões do exercício de 2024. Releva-se que das licenças adquiridas em 2025 foram consideradas excedentárias 4.878 toneladas no montante de 419.571 euros.

Software

O valor capitalizado como software em 2025, refere-se essencialmente à aquisição de licenciamentos e novas soluções SAP.

Contrato de Concessão

O detalhe dos movimentos foram como segue:

	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios Concessão	Total
A 1 de janeiro de 2025				
Custo de aquisição	524 685 639	22 827 961	(77 335 760)	470 177 840
Amortizações acumuladas	(285 403 790)	-	44 567 037	(240 836 753)
Valor líquido	**239 281 850**	**22 827 961**	**(32 768 723)**	**229 341 087**
Adições	155 119	17 953 764	(1 169 787)	16 939 096
Transferências	9 824 803	(10 088 739)	-	(263 936)
Transferências e abates	-	(30 802)	-	(30 802)
Amortização - período	(14 965 995)	-	2 378 102	(12 587 893)
Valor líquido	**234 295 775**	**30 662 184**	**(31 560 408)**	**233 397 552**
31 de dezembro de 2025				
Custo de aquisição	534 665 561	30 662 184	(78 505 547)	486 822 198
Amortizações acumuladas	(300 369 786)	-	46 945 139	(253 424 648)
Valor líquido	**234 295 775**	**30 662 184**	**(31 560 408)**	**233 397 552**

	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios Concessão	Total
A 1 de janeiro de 2024				
Custo de aquisição	501 876 176	29 112 245	(76 222 948)	454 765 473
Amortizações acumuladas	(271 216 406)	-	42 169 981	(229 046 425)
Valor líquido	**230 659 770**	**29 112 245**	**(34 052 967)**	**225 719 047**
Adições	420 518	16 023 061	(1 112 812)	15 330 767
Transferências	22 388 945	(22 388 945)	-	-
Transferências e abates	-	81 599	2 397 056	81 599
Amortização - período	(14 187 382)	-	-	(11 790 326)
Valor líquido	**239 281 850**	**22 827 961**	**(32 768 723)**	**229 341 087**
31 de dezembro de 2024				
Custo de aquisição	524 685 639	22 827 961	(77 335 760)	470 177 840
Amortizações acumuladas	(285 403 790)	-	44 567 037	(240 836 753)
Valor líquido	**239 281 850**	**22 827 961**	**(32 768 723)**	**229 341 087**

No período de 2025 a EDA efetuou investimentos em aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão no montante de 16.939.096 euros (2024: 15.330.767 euros), líquido dos subsídios recebidos.

A amortização do ativo intangível, líquida da amortização de subsídios recebidos, no montante de 12.587.893 euros (2024: 11.790.326 euros), foi efetuada com base nos valores de amortização dos ativos afetos à concessão.

9. Participações financeiras – método equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o investimento em subsidiárias é como segue:

	Subsidiárias
1 de janeiro de 2024	162 803 280
Ganhos/(Perdas)	11 079 553
Outros movimentos no Capital (Nota 19)	9 689 801
Dividendos recebidos	(6 909 869)
31 de dezembro de 2024	176 662 765
Ganhos/(Perdas)	8 463 749
Compra Ações da EDA Renováveis detidas pela SEGMA	521 303
Outros movimentos no Capital (Nota 19)	17 457 261
Dividendos recebidos	(11 236 452)
31 de dezembro de 2025	**191 868 626**

Os Ganhos/(Perdas) reconhecidos resultam da apropriação da quota-parte da EDA no resultado do período das subsidiárias. Nas situações em que para além da participação detida diretamente também existem participações cruzadas, como é o caso das empresas EDA Renováveis e SEGMA foi incorporada a percentagem detida por cada uma daquelas empresas, que serve de base para o cálculo do método de equivalência patrimonial.

Os valores registados em Outros movimentos de capital correspondem essencialmente ao Ajustamento em ativos financeiros, com origem na subsidiária EDA Renováveis.

Em 2025 a EDA recebeu dividendos das subsidiárias no total de 11.236.452 euros (EDA Renováveis: 5.369.352 euros; SEGMA: 5.867.100 euros – inclui distribuição extraordinária da SEGMA no montante de 5.400.000 euros) e em 2024 um total de 6.909.869 euros (EDA Renováveis: 6.769.469 euros; SEGMA: 140.400 euros).

Em conformidade com a Resolução n.º 154/2025, de 17 de novembro, foi concretizada a alienação da participação de capital detida pela SEGMA na EDA Renováveis à EDA – Electricidade dos Açores, S.A., pelo montante de 521.303 euros.

Os ativos e passivos a 31 de dezembro de 2025 e 2024, e os rendimentos e gastos gerados no período, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais das empresas subsidiárias, são como segue:

2025

	% detida	Valor contabilístico	Ativos		Passivos	
			Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Empresas subsidiárias						
EDA Renováveis, SA[1]	100,00%	184 717 039	125 296 207	83 541 462	16 359 052	8 427 298
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA	74,90%	1 160 100	845 837	2 166 616	-	1 463 588
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	90,00%	5 991 487	1 147 908	8 940 437	-	3 431 138
		191 868 626				

[1] O valor contabilístico desta subsidiária inclui a apropriação de 10% da SEGMA que nas contas desta subsidiária está registado ao custo.

2024

	% detida	Valor contabilístico	Ativos		Passivos	
			Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Empresas subsidiárias						
EDA Renováveis, SA[1]	100,00%	165 503 448	100 391 561	84 003 169	12 652 503	7 291 319
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA	74,90%	1 686 462	974 560	2 522 275	-	1 245 217
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	90,00%	9 472 856	949 062	13 774 140	-	4 197 806
		176 662 765				

[1] O valor contabilístico desta subsidiária inclui a apropriação de 10% da SEGMA que nas contas desta subsidiária está registado ao custo.

	Capital Próprio	Rendimentos	Gastos	Resultado líquido	Contribuição no Resultado	Contribuição no Capital Próprio
	184 051 318	32 947 975	25 478 399	7 469 576	7 034 919	(17 457 261)
	1 548 866	3 682 168	4 384 920	(702 752)	(526 361)	-
	6 657 208	14 235 676	11 584 864	2 650 812	1 955 191	-
					8 463 749	**(17 457 261)**

	Capital Próprio	Rendimentos	Gastos	Resultado líquido	Contribuição no Resultado	Contribuição no Capital Próprio
	164 450 908	35 132 955	24 360 103	10 772 853	10 876 512	(9 689 801)
	2 251 618	4 555 958	5 530 446	(974 488)	(729 892)	-
	10 525 396	13 574 189	12 537 597	1 036 592	932 933	-
					11 079 553	**(9 689 801)**

10. Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a participações em instrumentos de capital, sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa:

		% detida	2025	2024
Participações financeiras - método do custo				
NOS Açores Comunicações, S.A.		6,18%	228 649	228 649
Fundação Engenheiro José Cordeiro	i)	33,68%	3 242	3 242
INOVA		0,77%	5 297	5 297
			237 188	**237 188**
Outros investimentos				
Fundo de compensação do trabalho			142 502	142 502
			142 502	**142 502**
			379 690	**379 690**

i) Apesar da percentagem de participação detida na Fundação Engenheiro José Cordeiro corresponder a 33,68% do Património social, a EDA não tem controlo ou influência significativa sobre as atividades exercidas por esta entidade.

11. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de outros créditos a receber são como segue:

				2025			2024
		Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Outros devedores	i)	766 204	-	766 204	764 567	-	764 567
Programa FEDER		-	-	-	1 707 531	-	1 707 531
Programa LIFE IP CLIMAZ	ii)	489 919	-	489 919	489 919	-	489 919
Adiantamentos ao pessoal		117 182	-	117 182	136 736	-	136 736
Adiantamentos a fornecedores		6 053	-	6 053	17 105	-	17 105
		1 379 358	**-**	**1 379 358**	**3 115 859**	**-**	**3 115 859**
Devedores acréscimos rendimentos							
Energia a faturar (Nota 24)	iii)	7 248 296	-	7 248 296	2 873 436	-	2 873 436
Convergência tarifária:	iv)						
Ano de 2025 (Nota 24)		-	12 052 058	12 052 058	-	-	-
Ano de 2024		5 643 518	-	5 643 518	-	-	-
Ano de 2023		-	-	-	3 592 158	-	3 592 158
		14 271 172	**12 052 058**	**26 323 230**	**9 581 453**	**-**	**9 581 453**
Imparidades acumuladas		-	-	-	-	-	-
		14 271 172	**12 052 058**	**26 323 230**	**9 581 453**	**-**	**9 581 453**

i) O saldo inclui dívidas a receber de devedores diversos, dizendo respeito maioritariamente a adiantamentos efetuados na realização de contratos de compra e venda de terrenos;

ii) Reconhecimento do subsídio ao investimento destinado a financiar o projeto LIFE IP CLIMAZ aprovado pela União Europeia tem como objetivo apoiar a implementação do Programa Regional dos Açores para as Alterações Climáticas (PRAC), nas 9 ilhas dos Açores.

iii) A rubrica de energia a faturar no montante de 7.248.296 euros (2024: 2.873.436 euros) respeita a valores em contador a faturar aos clientes em 2026. A diferença verificada relativamente a 2024 é devida ao diferimento entre consumo e faturação a clientes decorrente da atualização em 2025 do sistema informático de faturação;

iv) A convergência tarifária refere-se ao registo dos desvios apurados entre os custos reais incorridos nas atividades de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica e os custos estimados incluídos na determinação das tarifas pela ERSE. Os valores apurados no final de cada período correspondem à melhor estimativa do valor a recuperar ou a devolver nos anos seguintes considerando as regras de cálculo dos regulamentos tarifários, contudo poderão existir acertos propostos pela ERSE a estes valores. O mecanismo em vigor para a recuperação destes desvios encontra-se regulamentado pela ERSE e traduz-se na incorporação dos desvios apurados no ano n, nos custos totais que servirão de base à determinação das tarifas do ano n+1 (custo do capital) e n+2.

Desta forma o ajustamento estimado para 2025 é de 12.052.058 euros.

12. Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no Balanço pelo seu valor bruto. O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	2025	2024
Impactos na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	982 129	(1 852 405)
Passivos por impostos diferidos	(1 837 359)	5 064 244
	(855 230)	**3 211 840**
Impactos no capital próprio		
Ativos por impostos diferidos	(46 520)	(731 717)
	(46 520)	**(731 717)**
Impacto líquido dos impostos diferidos	**(901 750)**	**2 480 123**

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do período

	Pensões	Convergência tarifária	Imparidade ativos	Clientes	Prejuízos fiscais	Total
A 1 de janeiro de 2025	**849 264**	**2 566 790**	**52 284**	**42 437**	**-**	**3 510 775**
Alteração de taxa - por capital	(306 036)	-	-	-	-	(306 036)
Constituição/reversão por capital	259 516	-	-	-	-	259 516
Alteração de taxa - por resultados	210 099	(193 316)	(5 906)	-	-	10 876
Constituição por resultados	-	10 368	-	19 402	2 067 700	2 097 470
Reversão por resultados	(91 338)	(992 441)	-	(42 439)	-	(1 126 217)
Movimento do período	**72 241**	**(1 175 389)**	**(5 906)**	**(23 036)**	**2 067 700**	**935 609**
A 31 de dezembro de 2025	**921 505**	**1 391 401**	**46 377**	**19 401**	**2 067 700**	**4 446 384**

	Pensões	Convergência tarifária	Imparidade ativos	Clientes	Prejuízos fiscais	Total
A 1 de janeiro de 2024	**1 510 276**	**1 124 598**	**61 747**	**38 008**	**3 780 029**	**6 514 658**
Alteração de taxa - por capital	(527 345)	-	-	-	-	(527 345)
Constituição/reversão por capital	(204 372)	-	-	-	-	(204 372)
Alteração taxa - por capital	-	-		-	(419 761)	(419 761)
Alteração de taxa - por resultados	295 879	(169 223)	-	-	(160 013)	(42 820)
Constituição por resultados	-	1 717 881	(9 463)	42 439	-	1 760 319
Reversão por resultados	(225 174)	(106 466)	-	(38 009)	(3 200 255)	(3 569 904)
			-			
Movimento do período	**(661 012)**	**1 442 193**	**(9 463)**	**4 430**	**(3 780 029)**	**(3 003 882)**
A 31 de dezembro de 2024	**849 264**	**2 566 790**	**52 284**	**42 437**	**-**	**3 510 775**

O montante de prejuízos fiscais acumulados que se encontram disponíveis para utilização decompõem-se da seguinte forma:

	2025
Prejuízos fiscais reportáveis:	
- ano 2025 (Nota 32)	15 546 613

A dedução dos prejuízos fiscais a efetuar em cada um dos períodos não pode exceder o montante correspondente a 65% do respetivo lucro tributável. A Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2023, coloca fim à limitação temporal para reporte de prejuízos fiscais.

O imposto diferido ativo reconhecido no montante de 2.067.700 euros, correspondente ao prejuízo fiscal apurado no exercício de 2025, reflete a expectativa da Administração de que existirá lucro tributável suficiente em períodos futuros para a sua recuperação integral, em conformidade com as estimativas internas de desempenho económico e financeiro.

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do período

	Reavaliação normativo anterior	Convergência tarifária	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2025	**(46 211)**	**(536 178)**	**(229 305)**	**(811 694)**
Alteração de taxa - por resultados	5 220	-	-	31 124
Constituição por resultados	-	(2 416 582)	25 903	(2 416 582)
Reversão por resultados	6 031	536 178	5 890	548 099
Movimentos do período	**11 251**	**(1 880 404)**	**31 793**	**(1 837 359)**
A 31 de dezembro de 2025	**(34 960)**	**(2 416 581)**	**(197 512)**	**(2 649 053)**

	Reavaliação normativo anterior	Convergência tarifária	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2024	**(63 307)**	**(5 481 608)**	**(331 024)**	**(5 875 939)**
Alteração de taxa - por resultados	9 703	-	50 733	60 435
Constituição por resultados	-	(536 178)	-	(536 178)
Correção de imposto	-	-	41 932	41 932
Reversão por resultados	7 393	5 481 608	9 054	5 498 056
Movimentos do período	**17 096**	**4 945 430**	**101 719**	**5 064 244**
A 31 de dezembro de 2024	**(46 211)**	**(536 178)**	**(229 305)**	**(811 694)**

O montante de Outros está relacionado com o terreno e edifícios da Calheta.

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de Balanço do período findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 13,82% (2024: 15,58%).

13. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	2025	2024
Matérias primas	4 024 494	4 199 069
Matérias subsidiárias	239 732	309 168
Materiais diversos	16 545 533	19 364 684
Materiais em trânsito	629 249	781 333
	21 439 008	**24 654 255**
Imparidade de inventários	(85 547)	(63 907)
	21 353 461	**24 590 347**

O saldo de inventários refere-se essencialmente a matérias-primas como o fuel, gasóleo e peças de manutenção e reparação, para substituição corrente nos ativos tangíveis de produção.

O custo dos inventários reconhecidos em 2025 como gasto e incluído na rubrica custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 147.911.837 euros (2024: 135.698.815 euros) (Nota 26).

Imparidade de inventários

	2025	2024
A 1 de janeiro	**63 907**	**86 476**
Aumentos	82 548	61 157
Utilizações	(60 908)	(83 725)
A 31 de dezembro	**85 547**	**63 907**

A variação ocorrida na rubrica de imparidade de inventários deveu-se à utilização direta no montante de 60.908 euros (2024: 83.725 euros) e ao reforço da imparidade no montante de 82.548 euros (2024: 61.157 euros).

14. Clientes

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a decomposição da rubrica de Clientes é como se segue:

			2025			2024
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Clientes - gerais	29 016 447	6 788 263	35 804 710	60 905 637	-	60 905 637
Clientes - partes relacionadas (Nota 37)	531 267	-	531 267	410 726	-	410 726
i)	**29 547 714**	**6 788 263**	**36 335 977**	**61 316 362**	**-**	**61 316 362**
Imparidade de clientes	(965 325)	-	(965 325)	(955 041)	-	(955 041)
	28 582 389	**6 788 263**	**35 370 652**	**60 361 321**	**-**	**60 361 321**

i) Nesta rubrica encontram-se registados os seguintes saldos a receber de clientes:

a) valores faturados à REN a título de convergência tarifária no montante de 10.843.926 euros (em 2024: 15.732.665 euros);

b) outros serviços diversos no montante de 2.938.288 euros (2024: 1.338.766 euros);

c) os saldos a receber decorrentes do regular fornecimento de eletricidade, que apresentam a seguinte antiguidade:

			2025			2024
	Menos de seis meses	Mais de seis meses	Total	Corrente	Mais de seis meses	Total
Entidades públicas	8 090 076	3 169 326	11 259 402	4 702 611	26 049 157	30 751 767
Empresarial e particulares	10 331 332	963 030	11 294 361	12 541 859	951 305	13 493 164
	18 421 408	**4 132 355**	**22 553 763**	**17 244 470**	**27 000 461**	**44 244 931**

No exercício de 2025, efetuou-se um acordo de crédito estabelecido para cessão de dívida de clientes, que levou ao recebimento de 26.064.385 euros.

Após recebimento dos montantes da cessão de créditos, foram faturados juros de mora no montante de 5.004.074 euros. Este montante consta em ativo não corrente, pelo facto de serem recebidos apenas em 2029.

A Empresa não procedeu à constituição de qualquer perda por imparidade para as contas a receber de entidades públicas com elevada antiguidade por entender que as mesmas são recuperáveis.

Imparidade de clientes

	2025	2024
A 1 de janeiro	955 041	910 443
Aumentos	126 780	226 872
Utilizações	(115 058)	(181 182)
Reversões	(1 438)	(1 092)
A 31 de dezembro	**965 325**	**955 041**

A variação ocorrida na rubrica de imparidade de clientes deveu-se essencialmente ao reforço da imparidade de clientes no montante de 126.780 euros (2024: 226.872 euros) e à utilização direta no montante de 115.058 euros (2024: 181.182 euros).

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

15. Estado e outros entes públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	2025		2024	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	4 622 037	-	-	1 723 921
Impostos s/ rendimento - IRS	-	503 377	-	734 723
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	1 028 004	-	2 470 788
Contribuições p/ segurança social	-	699 030	-	662 001
Outros impostos	-	161 435	-	150 139
	4 622 037	**2 391 846**	**-**	**5 741 574**

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	2025	2024
Pagamentos por conta	(4 614 348)	(2 053 416)
Retenções na fonte	(20 982)	(34 951)
Estimativa de IRC (Nota 32)	13 293	3 812 288
	(4 622 037)	**1 723 921**

16. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a EDA tem registado na rubrica Diferimentos os seguintes saldos:

	2025	2024
Seguros e outros serviços	588 510	550 420
	588 510	**550 420**

17. Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social da EDA, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 14.000.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	Número de ações	Capital Social
Capital	14 000 000	70 000 000
	14 000 000	**70 000 000**

As ações representativas do capital são detidas integralmente pelas seguintes entidades:

	Número de ações	% detida
Região Autónoma dos Açores	7 014 000	50,1%
ESA - Energia e Serviços dos Açores, SGPS, S.A.	5 558 120	39,7%
EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.	1 400 000	10,0%
Outros	27 880	0,2%
	14 000 000	**100%**

A EDA não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2024 e 2023. Nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 243/2004 que aprovou as primeiras fases do processo de reprivatização da EDA, a Região Autónoma dos Açores enquanto detiver pelo menos 5% do capital social da EDA terá: (i) direito de veto em deliberações da Assembleia Geral que tenham por objeto ou como efeito a redução significativa da atividade da empresa na Região Autónoma dos Açores, a fusão, a cisão, a transformação ou a dissolução da sociedade e a alteração dos seus estatutos, incluindo a redução do capital social e a mudança da localização de sede, mas excluindo o aumento do capital social e (ii) e poder de designar um dos membros do Conselho de Administração, que dispõe de direitos de veto nas deliberações do Conselho que tenham objeto idêntico ao referido na alínea anterior.

18. Outras reservas e Resultados transitados

	Reserva Legal	Reserva para investimentos	Reserva para fins sociais	Reservas especiais	Resultados transitados	Total
1 de janeiro de 2024	**14 000 000**	**100 911**	**19 235**	**226 650**	**118 547 311**	**132 894 106**
Aplicação do Resultado do período	-	-	-	-	17 087 133	17 087 133
Correções anos anteriores (Nota 7)	-	-	-	-	(269 137)	(269 137)
Ajustamentos por impostos diferidos (Nota 12)	-	-	-	-	(731 717)	(731 717)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	-	1 311 756	1 311 756
Distribuições 2023	-	-	-	-	(7 000 000)	(7 000 000)
31 de dezembro de 2024	**14 000 000**	**100 911**	**19 235**	**226 650**	**128 945 347**	**143 292 141**
Aplicação do Resultado do período	-	-	-	-	10 431 116	10 431 116
Ajustamentos por impostos diferidos (Nota 12)	-	-	-	-	(46 520)	(46 520)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio (Nota 21)	-	-	-	-	(1 877 831)	(1 877 831)
Distribuições 2024	-	-	-	-	(5 222 000)	(5 222 000)
31 de dezembro de 2025	**14 000 000**	**100 911**	**19 235**	**226 650**	**132 230 112**	**146 576 906**

Em conformidade com a Assembleia Geral realizada a 29 de abril de 2025, o resultado apurado no período de 2024 teve a seguinte aplicação:

Dividendos	5 222 000
Resultados transitados	5 209 116
	10 431 116

Na rubrica de Resultados transitados encontram-se incluídos 892.572 euros (2024: 1.008.819 euros) decorrentes de excedentes de reavaliação efetuados no âmbito do normativo contabilístico anterior e ainda não realizados por depreciação ou anulação, não sendo passíveis de distribuição aos acionistas, podendo apenas ser utilizados em futuros aumentos de capital ou em outras situações específicas previstas na legislação.

Adicionalmente encontram-se registados em Resultados transitados e Resultados do exercício os montantes não passíveis de distribuição aos acionistas até à data em que se encontrem realizados, expetavelmente através de distribuição de dividendos, como se indicam:

		2025	2024
Apropriação de Resultados das Subsidiárias			
Ano 2025		8 463 749	-
Ano 2024	i)	5 764 405	11 079 553
Anos anteriores		78 722 360	84 122 360
Perdas Atuariais		(19 266 256)	(17 388 425)
Compensação Tarifária			
Ano 2025		11 977 035	-
Ano 2024		(4 747 185)	(11 026 192)
Ano 2023		-	(2 116 527)
		80 914 108	**64 670 770**

i) No decorrer de 2025, as empresas participadas EDA Renováveis e SEGMA procederam à distribuição de 5.369.352 euros e 467.100 euros, respetivamente, relativos aos anos de 2024, pelo que estes montantes passaram a estar disponíveis para distribuição por parte da Entidade.

19. Ajustamentos/outras variações no capital próprio

Esta rubrica tem a seguinte composição a 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Total
1 de janeiro de 2024	27 544 920	30 919 103	58 464 023
Alteração de taxa (Nota 22)	-	1 068 528	1 068 528
Amortização de subsídio (Nota 29)	-	(2 383 985)	(2 383 985)
Desreconhecimento	-	(696 567)	(696 567)
Ajustamento por imposto (Nota 22)	-	479 950	479 950
Ajustamento capital próprio subsidiária (Nota 9)	9 689 801	-	9 689 801
31 de dezembro de 2024	**37 234 721**	**29 387 029**	**66 621 750**
Alteração de taxa (Nota 22)	-	612 665	612 665
Amortização de subsídio (Nota 29)	-	(2 439 870)	(2 439 870)
Ajustamento por imposto (Nota 22)	-	337 190	337 190
Ajustamento capital próprio subsidiária (Nota 9)	17 457 261	-	17 457 261
31 de dezembro de 2025	**54 691 982**	**27 897 013**	**82 588 995**

Os valores registados em Outras variações no capital correspondem essencialmente ao Ajustamento em ativos financeiros, com origem na subsidiária EDA Renováveis, e em resultado do registo de subsídios ao investimento no âmbito do PRR por parte desta subsidiária.

O montante reconhecido de 4.473.622 euros referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento, foi registado por contrapartida de Outras dívidas a pagar (Nota 22).

20. Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de financiamento, no final de cada período, é como segue:

			2025			2024
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Papel comercial	-	85 000 000	85 000 000	-	95 000 000	95 000 000
Empréstimos bancários	8 868 452	33 601 786	42 470 238	11 005 952	42 220 238	53 226 190
Obrigações	24 138 182	161 551 818	185 690 000	18 060 000	155 690 000	173 750 000
Contas correntes caucionadas	5 420 000	-	5 420 000	5 480 000	-	5 480 000
Outros empréstimos (Nota 37)	54 000 000	-	54 000 000	51 790 000	-	51 790 000
	92 426 634	**280 153 604**	**372 580 238**	**86 335 952**	**292 910 238**	**379 246 190**
Juros a pagar - Empréstimos	1 240 598	-	1 240 598	1 597 275	-	-
Juros pagos (antecipação)	-	(1 282 201)	(1 282 201)	-	(1 603 307)	(1 603 307)
	93 667 232	**278 871 403**	**372 538 635**	**87 933 227**	**291 306 931**	**379 240 158**

A EDA é subscritora de 9 programas de papel comercial no valor de 260.000.000 euros, dos quais se encontravam utilizados 85.000.000 euros a 31 de dezembro de 2025. Estes programas de papel comercial são evidenciados no passivo não corrente, uma vez que é prática do Grupo proceder à renovação dos contratos durante o seu período de vigência. O prazo dos programas de papel comercial é de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, até ao máximo de 5 anos.

Os empréstimos bancários não têm como garantia real atribuída os ativos da EDA. No entanto, alguns empréstimos contratados junto de instituições de crédito especiais, como seja o BEI, beneficiam de aval da Região Autónoma dos Açores e/ou do Governo da República. Os montantes dos empréstimos avalizados simultaneamente pela Região e pela República em 31 de dezembro de 2025 eram de 18.053.571 euros (2024: 20.517.857 euros).

Nos Outros Empréstimos são englobados a cedência de fundos das participadas no montante de 54.000.000 euros, que vencem juros à taxa média anual de 2,23% (2024: 4,01%).

Apresenta-se de seguida os reembolsos dos empréstimos existentes por maturidade:

	Menos de 1 ano	Entre 1 ano e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Papel comercial	-	85 000 000	-	**85 000 000**
Empréstimos bancários	8 868 452	30 333 929	3 267 857	**42 470 238**
Obrigações	24 138 182	144 931 818	16 620 000	**185 690 000**
Contas correntes caucionadas	5 420 000	-	-	**5 420 000**

No final do período de 2025 e 2024 a EDA possuía ainda as seguintes linhas de crédito contratadas e não utilizadas:

	2025	2024
Linhas disponíveis		
Correntes	172 580 000	179 020 000
Não Correntes	50 000 000	35 000 000
	222 580 000	**214 020 000**

Nota: Correntes inclui contas correntes caucionadas e PPC CP. Não Correntes inclui PPC MLP.

As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis, de forma automática, anual ou trimestralmente. As linhas de crédito com vencimento após 1 ano não têm limite definido.

A taxa média de financiamento da EDA foi de 3,30% em 2025 (2024: 3,65%).

Com a finalidade de proteger o interesse do financiador são estabelecidos nos diversos contratos de financiamento compromissos por meio dos quais fica estabelecido que determinados atos devem ser cumpridos, ao passo que outros não devem ser executados, os chamados Covenants.

Os *Covenants* associados aos contratos de financiamento da EDA são:

	Empréstimos Mercado Interno *Covenants*	Empréstimos Mercado Externo *Covenants*	Papel Comercial *Covenants*	Obrigacionistas *Covenants*	Conta Corrente *Covenants*
Empréstimo A	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* *Cross Default*	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário *Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge*	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* *Cross Default*	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* *Asset Disposal*	*Ownership Clause*
Empréstimo B	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* *Cross Default*	-	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* *Cross Default*	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA	*Cross Default*
Empréstimo C	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA	-	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* *Cross Default*	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Cross Default*	-
Empréstimo D	-	-	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* *Cross Default*	*Ownership Clause* *Negative Pledge* Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA	-
Empréstimo E	-	-	*Ownership Clause* *Pari Passu* Cisão ou fusão do Mutuário	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA	-
Empréstimo F	-	-	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* *Cross Default*	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA	-
Empréstimo G	-	-	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* Rácio Net Debt/EBITDA Cisão ou fusão do Mutuário	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* *Cross Default*	-
Empréstimo H	-	-	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* Rácio Net Debt/EBITDA *Cross Default*	*Pari Passu*	-
Empréstimo I	-	-	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge*		-

O cumprimento dos *Covenants* acima apresentados são com referência às contas consolidadas.

21. Obrigações de benefícios de reforma e outros

A EDA tem as seguintes obrigações pós-emprego: i) benefícios definidos referentes a complementos de pensões de reforma para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 e o pagamento de pensões de reforma a empregados da Administração Pública reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos ao seu serviço; e ii) contribuições definidas para pensões de reforma (empregados admitidos após 1 de janeiro de 2003).

i) Plano de benefícios definidos

Com base no regulamento de ação social em vigor até 31 de dezembro de 2002, a EDA tem a responsabilidade de complementar até ao máximo de 80% as pensões de reforma atribuídas pelas instituições de segurança social aos seus empregados, admitidos até 31 de dezembro de 2002, reformados com pelo menos 30 anos de serviço (sendo de 20 anos para os trabalhadores em regime de turnos), sofrendo esse limite uma redução em função do tempo de serviço prestado, se inferior. Para além desta responsabilidade com complementos de pensões de reforma, a EDA tem ainda a responsabilidade de assegurar o pagamento das pensões aos empregados oriundos do setor público e das autarquias locais abrangidos pelo regime da Caixa Geral de Aposentações e reformados até 30 de novembro de 1999, na parte correspondente ao período em que estiveram ao serviço da EDA.

ii) Plano de contribuição definida

A EDA constituiu um plano de contribuições definidas, o Plano de pensões Futuro+ para os seus empregados não abrangidos por outros planos de benefícios. Este plano é gerido pela BPI Pensões.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras é como segue:

	2025	2024
Obrigações no balanço		
Plano de benefícios definidos	6 667 902	5 450 984
	6 667 902	**5 450 984**
Gastos na demonstração dos resultados (Nota 28)		
Plano de benefícios definidos	569 157	628 896
Plano de contribuições definidas	542 151	524 751
	1 111 308	**1 153 647**

Os principais pressupostos utilizados no cálculo atuarial são os abaixo indicados:

	2025	2024
Tábua de mortalidade	TV 88/90 (-1)	TV 88/90 (-1)
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80
Taxa técnica de rendimento	4,00%	3,50%
Taxa técnica de actualização	4,00%	3,50%
Taxa de crescimento salarial	3,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,50%	1,50%
Taxa de crescimento salarial (S. Social)	3,00%	2,00%
Taxa de revalorização salarial	0,75%	0,75%

Em 2025, a taxa técnica de atualização usada foi de 4,00% refletindo a previsão das taxas de juro do mercado no longo prazo. Se a taxa de desconto utilizada para calcular as obrigações da EDA à data do relato financeiro, fosse de 4,50% as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 2.136.351 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais em 2025, seria superior em 2.110.836 euros. Se a taxa de desconto utilizada fosse de 3,50%, as responsabilidades com o plano de pensões seriam superiores em 2.199.563 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais seria reduzido em 2.174.824 euros.

Caso ocorresse um aumento de 0,5% na taxa de crescimento de salários as responsabilidades com o plano de pensões seriam incrementadas em 1.839.942 euros. Se ocorresse uma diminuição de 0,5% na taxa salarial as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.938.310 euros.

Adicionalmente, caso ocorresse um aumento de 0,5% na taxa de crescimento de pensões as responsabilidades com o plano de pensões seriam incrementadas em 1.935.578 euros. Se ocorresse uma diminuição de 0,5% na taxa pensionista as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.923.351 euros.

Em 31 de dezembro de 2025 não existiam responsabilidades por financiar, sendo a contribuição estimada para o Fundo de pensões, a pagar em 2026, acrescida de juros ascende a 642.576 euros e será liquidada em dez prestações mensais 64.258 euros, com início no mês de março e termo em dezembro de 2026.

21.1. Plano de pensões

O montante da obrigação reconhecida no Balanço é determinado como segue:

	2025	2024
Valor presente da obrigação	47 929 171	45 251 279
Justo valor dos ativos do plano	(41 261 269)	(39 800 295)
	6 667 902	**5 450 984**

Existem 6.398.926 euros (2024: 6.693.114 euros) de responsabilidades que não se encontram abrangidas pelo fundo constituído.

O movimento ocorrido no valor atual da obrigação subjacente ao plano de pensões foi o seguinte:

	Responsabilidades do plano	Ativos do plano	Total
A 1 de janeiro de 2024	**46 974 708**	**(38 766 691)**	**8 208 017**
Custo serviço corrente	330 193	-	330 193
Juro líquido	1 644 115	(1 345 411)	298 703
Sub-total	**48 949 015**	(40 112 102)	**8 836 913**
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	(461 351)	(461 351)
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	(850 404)	-	(850 404)
Contribuições	-	(1 268 346)	(1 268 346)
Benefícios pagos	(2 847 332)	2 041 504	(805 828)
A 31 de dezembro 2024	**45 251 279**	**(39 800 295)**	**5 450 984**
Custo serviço corrente	348 887	-	348 887
Juro líquido	1 583 795	(1 363 525)	220 270
Sub-total	**47 183 961**	**(41 163 819)**	**6 020 142**
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	(1 898 429)	(1 898 429)
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	3 776 260	-	3 776 260
Contribuições	-	(341 750)	(341 750)
Benefícios pagos	(3 031 050)	2 142 728	(888 321)
A 31 de dezembro 2025	**47 929 171**	**(41 261 269)**	**6 667 902**

As remensurações registadas resultam da diferença entre a taxa média de rentabilidade real dos ativos do fundo, a taxa técnica de atualização e da alteração de outros pressupostos, tais como as taxas de crescimento salarial e de pensões.

Os impactos do plano na demonstração dos resultados são como segue:

	2025	2024
Custos serviços correntes	348 887	330 193
Juro líquido	220 270	298 703
	569 157	**628 896**

Os impactos do plano registados em Capital próprio são como segue:

	2025	2024
Ganhos/ (perdas) atuariais iniciais	(17 388 425)	(18 700 180)
Ganhos/ (perdas) atuariais do período (Nota 18)	(1 877 831)	1 311 756
Ganhos/ (perdas) atuariais acumuladas	**(19 266 256)**	**(17 388 425)**

O detalhe da maturidade das responsabilidades do plano é o seguinte:

	2025	2024
Duração das responsabilidades do Plano de Pensões	10,63	10,75
Pagamento Esperado de Benefícios (grelha de distribuição)		
Pagamento Esperado de Benefícios dentro de 12 meses	2 232 250	2 067 090
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 1 ; 3] anos	4 787 943	4 360 938
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 3 ; 6] anos	7 884 567	7 137 840
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 6 ; 11] anos	14 395 151	12 835 454
Pagamento Esperado de Benefícios entre] 11 ; 14] anos	8 343 732	7 370 140
Pagamento Esperado de Benefícios após 14 anos	31 120 602	26 771 701

Detalhe da natureza dos ativos que constituem o fundo do plano de pensões:

	2025	2024
Depósitos	682 946	868 361
Fundos de investimento e outros	1 979 191	1 987 224
Ações	11 246 167	11 096 079
Obrigações	23 550 509	22 491 728
Imóveis	3 802 456	3 356 903
	41 261 269	**39 800 295**

Composição da carteira de ativos:

	2025				2024			
	Ativos cotados	Não cotados	Total	%	Ativos cotados	Não cotados	Total	%
Liquidez	682 946	-	682 946	1,7%	868 361	-	868 361	2,2%
Imobiliário Directo								
Doméstico	-	1 380 000	1 380 000	3,3%	-	1 040 308	1 040 308	2,6%
Ações								
Domésticas	483 500	-	483 500	1,2%	1 579 736	-	1 579 736	4,0%
Estrangeiras	10 762 667	-	10 762 667	26,1%	8 871 709	-	8 871 709	22,3%
Obrigações								
Domésticos, AAA a BBB -	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Domésticos, inferior a BBB -	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Estrangeiros, AAA a BBB -	21 597 455	-	21 597 455	52,3%	19 903 937	-	19 903 937	50,0%
Estrangeiros, inferior a BBB -	1 953 055	-	1 953 055	4,7%	1 929 327	-	1 929 327	4,8%
Fundos de Investimento								
Ações								
Estrangeiras	-	-	-	0,0%	644 634	-	644 634	1,6%
Obrigações				0,0%	658 464		658 464	1,7%
Estrangeiros, inferior a BBB -	-	-	-			-		
Imobiliário								0,0%
Estrangeiros	2 422 456	-	2 422 456	5,9%	2 316 595	-	2 316 595	5,8%
Outros investimentos	1 979 191	-	1 979 191	4,8%	1 987 224	-	1 987 224	5,0%
	39 881 269	**1 380 000**	**41 261 269**	**100,0%**	**38 759 987**	**1 040 308**	**39 800 295**	**100,0%**

Os ativos do plano de pensões não incluem ações próprias ou ativos não correntes da Empresa. A taxa de retorno esperada dos ativos do plano para 2025 foi determinada, baseada numa estimativa do retorno esperado dos ativos do plano a longo prazo, e a estratégia de investimentos a realizar.

21.2. Contribuição definida

Em 2025, o valor das contribuições definidas efetuadas pela EDA para o Plano Pensões Futuro+, ascendeu a 542.151 euros (2024: 524.751 euros).

22. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

		2025			2024		
		Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Fornecedores investimentos	i)	10 138 101	-	10 138 101	7 469 172	-	7 469 172
Fornecedores de investimentos - gerais		622 881	-	622 881	418 614	-	418 614
Fornecedores de investimentos - partes relacionadas (Nota 37)		10 760 983	-	10 760 983	7 887 787	-	7 887 787
Outros credores e Acréscimos por gastos						-	
Convergência tarifária	ii)						
Ano de 2025		75 023	-	75 023	-	-	-
Ano de 2024		10 390 703	-	10 390 703	42 308	10 983 884	11 026 192
Ano de 2023		-	-	-	5 708 684	-	5 708 684
		10 465 726	-	10 465 726	5 750 992	10 983 884	16 734 876
Subsídios investimento-Imposto a pagar	iii)	-	4 473 622	4 473 622	-	5 423 477	5 423 477
Encargos com remunerações		5 185 742	-	5 185 742	5 116 701	-	5 116 701
Outros acréscimos por gastos		2 764 002	-	2 764 002	419 848	-	419 848
Caução - partes relacionadas		252 469	-	252 469	270 491	-	270 491
Cauções outros		650 437	-	650 437	556 317	-	556 317
Outros credores		407 014	-	407 014	507 748	-	507 748
		19 725 390	4 473 622	24 199 012	12 622 096	16 407 361	29 029 457
		30 486 373	**4 473 622**	**34 959 994**	**20 509 882**	**16 407 361**	**36 917 243**

i) Fornecedores de investimentos – esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos relativos às faturas de prestação de serviços e fornecimentos de materiais incorporados nos ativos em construção, classificados como ativos tangíveis em curso e ativos da concessão;

ii) A rubrica de convergência tarifária refere-se ao registo dos desvios apurados entre os custos reais incorridos nas atividades de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica e os custos estimados incluídos na determinação das tarifas pela ERSE. Os valores apurados no final de cada período correspondem à melhor estimativa do valor a recuperar ou a devolver nos anos seguintes considerando as regras de cálculo dos regulamentos tarifários, contudo poderão existir acertos propostos pela ERSE a estes valores.

O mecanismo em vigor para a regularização destes desvios encontra-se regulamentado pela ERSE e traduz-se na incorporação dos desvios apurados no ano n, nos custos totais que servirão de base à determinação das tarifas do ano n+2.

iii) Saldo referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento:

	2025	2024
A 1 de janeiro	**(5 423 477)**	**(6 971 955)**
Alteração de taxa	612 665	1 068 528
Constituição por capital	-	-
Reversão por capital	337 190	479 950
Movimento do período (Nota 19)	**949 855**	**1 548 478**
A 31 de dezembro	**(4 473 622)**	**(5 423 477)**

A taxa utilizada para a valorização do imposto a pagar no futuro à data de Balanço do período findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 13,82% (2024: 15,58%).

23. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos de fornecedores, integralmente correntes, são os seguintes:

		2025	2024
Fornecedores - gerais	i)	24 098 914	18 650 139
Fornecedores - partes relacionadas (Nota 37)	ii)	4 696 213	6 973 568
Fornecedores - Faturas em receção e conferência		1 120 867	653 780
		29 915 994	**26 277 487**

i) Fornecedores – gerais: parte significativa deste saldo refere-se aos saldos a pagar pela aquisição de fuel para a produção de energia nas centrais termoelétricas, bem como de materiais de redes e produção e ainda da prestação dos serviços informáticos;

ii) Fornecedores – partes relacionadas: saldo referente à aquisição de energia elétrica à EDA Renováveis e de serviços técnicos à SEGMA e GLOBALEDA.

24. Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e serviços prestados reconhecido na Demonstração dos resultados em 2025 e 2024 é detalhado como segue:

		2025	2024
Vendas de eletricidade			
Em média tensão		33 404 203	38 241 155
Em baixa tensão		97 599 670	93 867 924
Energia em contadores (Nota 11)		7 248 296	2 873 436
Ajustamentos de tarifário	i)	129 465 017	111 169 648
Serviços prestados			
De eletricidade		1 558 590	1 381 741
De outros		104 635	1 008 666
Serviços de construção IFRIC 12	ii)	17 953 764	16 023 061
		287 334 176	**264 565 631**

i) Ajustamento tarifário: montante estimado dos custos anuais com a convergência tarifária de 2025 e as correções efetuadas pela ERSE ao desvio de 2024, como se indica:

Descrição	2025	2024
Convergência de tarifário do período *	113 095 439	118 391 055
Tarifa social do período	3 312 441	3 241 488
Desvio tarifário de 2025 (Nota 11	12 052 058	-
Desvio tarifário de 2024 (Nota 22)	-	(10 983 884)
Desvio da tarifa social de 2024 (Nota 22)	-	(42 308)
Correção Desvio Tarifário 2024 (ERSE)	990 879	-
Correção Desvio Tarifário 2023 (ERSE)	-	552 090
Devolução créditos - Instrução N.º 4 / 2018	14 200	11 207
	129 465 017	**111 169 648**

* Inclui acerto custo capital do ano n-1 registado em n.

ii) Serviços de construção IFRIC 12 - montante associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão, o qual pode ser decomposto como segue:

	2025	2024
Fornecimentos e serviços externos (Nota 27)	9 915 203	8 008 198
Materiais	3 766 496	4 076 056
Pessoal	1 951 242	1 856 077
Fornecimentos e serviços externos - outros	2 290 059	1 997 669
Outros custos operacionais	30 763	85 061
	17 953 764	**16 023 061**

25. Trabalhos para a própria entidade

O detalhe dos trabalhos para a própria empresa para os períodos apresentados refere-se à seguinte natureza de gastos incorridos:

	2025	2024
Materiais	888 163	651 394
Fornecimentos e serviços externos	1 040 813	598 944
Impostos	1 000	-
Pessoal	1 273 608	1 107 889
Encargos financeiros	2 807 038	2 805 906
	6 010 622	**5 164 134**

Os valores mais significativos capitalizados referem-se aos custos com empreitadas contratadas para a realização de ampliações nos centros produtores.

26. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas demonstra-se como segue:

	2025	2024
Inventários iniciais (Nota 13)	24 654 255	21 543 062
Compras	144 696 590	138 810 008
Inventários finais (Nota 13)	(21 439 008)	(24 654 255)
	147 911 837	**135 698 815**

O montante do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas detalha-se como segue:

	2025	2024
Energia adquirida	35 703 164	35 517 639
Combustíveis	95 739 879	84 880 272
Outros	16 468 794	15 300 904
	147 911 837	**135 698 815**

Do valor de energia adquirida, 28.315.611 euros (2024: 29.359.240 euros) dizem respeito à EDA Renováveis (Nota 37).

27. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		2025	2024
Serviços de construção IFRIC 12 (Nota 24)	i)	9 915 203	8 008 198
Trabalhos especializados	ii)	9 809 485	5 592 081
Conservação e reparação	iii)	9 292 901	6 599 969
Seguros		1 100 053	971 654
Comunicações		1 034 560	825 179
Rendas e alugueres		948 762	333 459
Limpeza, higiene e conforto		694 519	573 130
Vigilância e segurança		601 631	662 152
Honorários		563 834	509 932
Deslocações e estadas		506 100	479 956
Comissões		333 415	323 628
Cursos de formação profissional		246 809	226 328
Combustíveis		235 447	249 492
Publicidade e propaganda		226 484	149 870
Material escritório		114 491	255 364
Transporte mercadorias		99 364	73 240
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		99 351	118 728
Água		80 292	91 655
Outros		177 159	215 934
		36 079 859	**26 259 948**

i) Os Serviços de construção incluem essencialmente gastos com aquisição de serviços e equipamentos para as infraestruturas afetas à concessão;

ii) Os gastos com Trabalhos especializados incluem maioritariamente gastos com serviços informáticos e consultorias diversas. O aumento verificado diz respeito essencialmente a serviços informáticos;

iii) A rubrica de Conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a manutenção e reparação dos ativos técnicos, como a manutenção, desmontagem e alteração de linhas e a manutenção dos equipamentos das centrais. O aumento desta rubrica está relacionado diretamente com a reparação do grupo 6 da avaria da Central do Caldeirão.

28. Gastos com pessoal

Os Gastos com pessoal incorridos durante os períodos de 2025 e 2024 foram como segue:

	2025	2024
Remunerações		
Órgãos sociais	492 874	471 493
Pessoal	28 681 393	27 826 554
	29 174 267	**28 298 047**
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	6 588 941	6 261 133
Benefícios pós-emprego (Nota 21)	1 111 308	1 153 647
Seguros acid. trabalho e doenças profissionais	195 017	189 458
Gastos de ação social	1 153 329	1 136 961
Outros	151 364	262 282
	9 199 959	9 003 481
	38 374 226	**37 301 528**

O número médio de empregados em 2025 foi de 775 (2024: 783).

Os gastos com benefícios pós-emprego referem-se aos encargos do período com os planos de benefícios de reforma atribuídos aos empregados no montante de 569.157 euros (2024: 628.896 euros) e de 542.151 euros (2024: 524.751 euros) para o plano de contribuição definida (Nota 21).

29. Outros rendimentos

O detalhe da rubrica de Outros rendimentos é apresentado como segue:

		2025	2024
Outros rendimentos operacionais	i)	8 882 752	3 715 895
Amortização de subsídios ao investimento (Nota 19)	ii)	2 439 870	2 383 985
Ganhos na alienação de ativos tangíveis		238 986	154 831
Outros		16 246	71 776
Indemnizações		9 193	15 530
Sinistros		873	553 870
Benefícios e penalidades contratuais		-	216 970
Recuperação de dívidas		1 258	-
		11 589 179	**7 112 857**

i) A rubrica de Outros rendimentos operacionais inclui: (i) os juros especializados sobre os montantes de compensação tarifária no montante de 350.311 euros; (ii) o rendimento obtido com a cedência de utilização das linhas e redes da EDA no montante de 2.007.075 euros; (iii) os juros faturados a clientes pelo atraso no pagamento no montante de 5.422.605 euros; e (iv) rendas obtidas através da cedência de edifícios no montante de 206.717 euros;

ii) Esta rubrica de outros rendimentos refere-se ao valor da amortização dos subsídios ao investimento registada em resultado no período.

30. Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

		2025	2024
Desp.propriedade industrial	i)	26 514 349	22 599 122
Direitos passagem Municípios	ii)	5 800 223	5 637 088
Contr. extraord. setor energético	iii)	1 950 132	1 919 348
Impostos e Outras licenças	iv)	517 149	503 257
Outros gastos operacionais		745 078	495 270
Insuficiência da estimativa para impostos		76 148	123 276
Donativos		83 270	122 869
Quebras em inventário		55 838	18 640
Dívidas Incobráveis		72	9 951
Outras perdas		109 963	125 197
		35 852 222	**31 554 019**

i) Na rubrica de Despesas Propriedade Industrial encontram-se registados os gastos com as licenças de CO_2 correspondentes à estimativa das emissões de gases de carbono ocorridas durante o ano (Nota 8);

ii) Em conformidade com a Lei 7-A/2016 de 30 de março, e com efeitos a partir de 2016, a EDA enquanto entidade que explora a atividade de distribuição de eletricidade em baixa tensão ficou obrigada ao pagamento de uma contrapartida ou de uma remuneração anual aos municípios da Região Autónoma dos Açores;

iii) Contribuição extraordinária sobre o setor energético regulamentada no Orçamento do Estado para 2014 - Lei nº. 83-C /2013 de 31 de dezembro. A Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, através do Artigo 112.º, estabelece que, em 2025, mantém-se em vigor a contribuição extraordinária sobre o setor energético;

iv) Esta rubrica inclui maioritariamente o encargo com as taxas de exploração dos ativos afetos às atividades de produção e distribuição.

31. Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros é como segue:

		2025	2024
Juros e gastos similares			
Encargos financeiros suportados	i)	8 983 567	11 756 232
Outros gastos e perdas financeiras	ii)	1 460 012	1 696 687
Encargos financeiros de empresas do grupo (Nota 37)		1 250 245	2 363 973
		11 693 824	**15 816 892**

i) Juros referentes aos empréstimos contraídos pela EDA para o financiamento das suas atividades;

ii) Os Outros gastos e perdas financeiras incluem essencialmente comissões e taxas de aval associadas aos financiamentos contraídos.

32. Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2025	2024
Imposto s/ rendimento corrente (Nota 15)	13 293	3 812 288
Imposto s/ rendimento diferido (Nota 12)	855 230	(3 211 840)
	868 522	**600 449**

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	2025	2024
Resultado antes de Imposto	12 273 348	11 031 565
Diferenças temporárias:		
Convergência tarifária	(20 451 545)	36 895 533
Plano de pensões	(660 914)	(1 445 277)
Perdas por imparidade em contas a receber	(131 997)	65 821
Outros	120 189	47 723
	(21 124 267)	35 563 800
Diferenças permanentes:		
MEP	(8 463 749)	(11 079 553)
Contribuição extraordinária do setor energético	1 950 132	1 919 348
Outros	(182 078)	(43 371)
	(6 695 694)	(9 203 576)
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	(15 546 613)	37 391 789
Prejuízos fiscais dedutíveis	-	(22 858 967)
Taxa nominal de imposto	14,0%	14,7%
	-	**2 136 325**
Derrama Municipal	-	321 507
Derrama Estadual	-	1 339 672
Tributação autónoma	13 293	14 785
Imposto diferido	855 230	(3 211 840)
	868 522	**600 449**

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2025	2024
Taxa de imposto	14,00%	14,70%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama Estadual		
> 1.500.0000 e < 7.500.000	2,40%	2,40%
> 7.500.0000 e < 35.000.000	4,00%	4,00%
> 35.000.0000	7,20%	7,20%

33. Dividendos

Os dividendos pagos durante o período de 2025 e 2024 foram de 5.222.000 euros e 7.000.000 euros respetivamente.

34. Compromissos

Os compromissos assumidos pela empresa à data do Balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como segue:

Compromissos para investimentos

Os investimentos contratados ainda não ocorridos, na data do Balanço são como segue:

	2025	2024
Mercadorias encomendadas a fornecedores	3 101 360	2 352 041
Encomendas de equipamentos e empreitadas adjudicadas	26 607 672	25 415 812
	29 709 031	**27 767 853**

35. Passivos e Ativos Contingentes

A EDA tem as seguintes garantias bancárias prestadas:

Beneficiário	Objeto	Início	2025	2024
Tribunal Trabalho de P. Delgada	Assegurar o bom e integral cumprimento das obrigações assumidas por sentença judicial relativamente aos herdeiros dependentes do funcionário sinistrado João Manuel Raposo Correia	2011	220 468	220 468
Euroscut	Instalação de infraestruturas de eletricidade no T2.2 entre o PK 1+800 e 2+700	2025	20 000	-
Câmara Municipal de Lagoa	Operação, manutenção e acompanhamento técnico das 5 estações elevatórias e do emissário submarino na rede de esgotos domésticos	2008	1 590	1 590
NAV, E.P.E.	Substituição AVAC SMA-CRX	2008	1 472	1 472
			243 530	**223 530**

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a EDA não tinha identificado outros passivos contingentes

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a EDA não tinha identificado ativos contingentes.

36. Matérias Ambientais

Como referido na Nota 8, a EDA para o período 2013-2020 não beneficiou da atribuição gratuita de licenças de emissão de CO_2.

Em 2025 a EDA registou o consumo de licenças de CO_2 correspondentes à emissão de 357.038 toneladas, enquanto que em 2024 o consumo foi de 343.234 toneladas.

A EDA considerou os riscos relacionados com as alterações climáticas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, que refletem adequadamente o efeito desses objetivos nos ativos, passivos, ganhos e perdas, incorporando, se necessário, os impactos materiais e previsíveis conforme exigido pelo normativo nacional. A EDA também avaliou cuidadosamente se as questões das alterações climáticas afetaram os pressupostos razoáveis e suportados utilizados para estimar os fluxos de caixa esperados. Quando necessário, a EDA também levou em consideração o impacto de longo prazo das mudanças climáticas.

37. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a EDA é controlada pela Região Autónoma dos Açores que detém 50,1% do capital da Empresa. O restante é detido pela ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS (39,7%), EDP – Gestão da Produção de Energia (10%) sendo o remanescente por pequenos acionistas.

Para além da aplicação dos resultados, em conformidade a deliberação em Assembleia Geral, não existem transações individualmente significativas com a Região Autónoma dos Açores em relação de domínio e de grupo. As transações realizadas não são distintas das operações comerciais normais.

37.1. Remuneração dos órgãos sociais

O Conselho de Administração da EDA foi considerado de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos-chave da gestão da Empresa. Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	2025	2024
Remunerações	476 074	454 693
	476 074	**454 693**

Os membros dos Órgãos de Gestão da EDA não realizaram qualquer tipo de contrato com a empresa, para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos ao Conselho Fiscal os seguintes montantes:

	2025	2024
Conselho Fiscal	16 800	16 800
	16 800	**16 800**

Os pagamentos efetuados ao Revisor Oficial de Contas são os seguintes:

	2025	2024
Serviços de revisão legal de contas	28 000	28 000
	28 000	**28 000**

37.2. Saldos e transações com empresas subsidiárias

(a) Natureza do relacionamento

Subsidiárias:

EDA Renováveis, S.A.

GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.

SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

(b) Transações e Saldos Pendentes

Durante os períodos de 2025 e 2024 a EDA efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

	2025	2024
Vendas de produtos e serviços		
EDA Renováveis, S.A.	184 632	458 900
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	164 445	397 768
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	75 381	68 862
	424 458	**925 530**
Outros rendimentos		
EDA Renováveis, S.A.	690 391	77 161
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	232 588	86 980
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	46 028	56 045
	969 007	**220 185**
Compra de energia		
EDA Renováveis, S.A.	28 315 611	29 359 240
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	13 262	12 962
	28 328 873	**29 372 201**
Compras de produtos e serviços		
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	1 143 251	3 112 195
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	2 565 280	3 078 886
	3 708 531	**6 191 081**
Juros e gastos similares		
EDA Renováveis, S.A.	1 126 291	2 156 712
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	123 954	207 260
	1 250 245	**2 363 973**

No final dos períodos de 2025 e 2024 os saldos pendentes resultantes de transações efetuadas com subsidiárias são como segue:

		2025	2024
Saldos devedores			
Clientes e Outros créditos a receber			
EDA Renováveis, S.A.		167 838	221 369
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.		262 380	85 167
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda		101 049	104 190
		531 267	**410 726**
Saldos credores			
Fornecedores			
EDA Renováveis, S.A.		3 837 772	4 917 005
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.		96 037	132 951
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda		762 404	1 923 612
		4 696 213	**6 973 568**
Outras dívidas a pagar			
GLOBALEDA - Telecomun. e Sistemas de Informação, S.A.	i)	189 915	176 123
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda	ii)	432 967	242 491
		622 881	**418 614**
Financiamentos			
EDA Renováveis, S.A.		54 000 000	46 390 000
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda		-	5 400 000
		54 000 000	51 790 000
		59 319 094	**59 182 182**

i) Em 2025 este montante inclui 111.115 euros relativos a cauções (2024: 129.137 euros);

ii) Em 2025 este montante inclui 213.502 euros relativos a cauções (2024: 213.502 euros).

38. Políticas de gestão do risco financeiro

As políticas de gestão de risco financeiro são divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

39. Outras informações

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

40. Eventos subsequentes

O conflito entre os EUA, Israel e Irão no final de fevereiro de 2026, desencadeou uma subida significativa dos preços do petróleo e do gás e aumento da volatilidade nos mercados financeiros. A economia mundial está dependente dos fluxos de petróleo e gás natural do Médio Oriente que são, em grande medida, exportados através do Estreito de Ormuz. A paralisação do tráfego comercial neste estreito, a par da redução da capacidade produtiva e outros constrangimentos operacionais provocados pela guerra, contribuiu para a pressão sobre os preços destas matérias-primas. O preço do petróleo registou uma subida abrupta com o início da ofensiva militar. O impacto no preço do gás europeu foi ainda mais pronunciado, embora muito aquém do valor atingido em março de 2022 com a invasão da Ucrânia pela Rússia. Embora os envios de gás natural liquefeito através do Estreito se destinem principalmente à Ásia, estas perturbações condicionam o mercado global de petróleo e gás. Na cadeia de abastecimento de equipamentos de produção, transporte e distribuição de energia elétrica, a intensificação do conflito pode provocar atrasos e encarecimento de materiais por via de disrupções logísticas (seguros, fretes, desvios de rotas). Em particular, equipamentos com longos prazos de fabrico podem ver os *lead times* aumentar, com impacto em calendários de manutenção, reforços de rede e novos investimentos. Adicionalmente, a subida do custo da energia e dos metais industriais tende a pressionar custos de fabrico. Atualmente, o grau de incerteza é elevado quanto à evolução do conflito e, consequentemente, sobre a magnitude e a duração dos seus efeitos sobre os preços das matérias-primas, os mercados financeiros e a confiança dos agentes económicos.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho
João Carlos Santos Correia
António Félix Flores Rodrigues
Joana Oliveira Freitas
Rodrigo Rebelo Costa
Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda
Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt
Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira



D2.

Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas

D2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E NOTAS

2.1. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA 300

2.2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL 301

2.3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 302

2.4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA 304

2.5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 305

2.1. Demonstração consolidada da posição financeira

	Nota	31 de dezembro 2025	2024
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	252 372 206	241 613 291
Ativos sob direito de uso	9	95 887	144 482
Propriedades de investimento	10	914 787	950 924
Ativos intangíveis	11	240 239 498	769 137
Ativos por impostos diferidos	12	11 315 922	10 261 274
Outros ativos financeiros	14	437 193	437 193
Clientes e outras contas a receber	15	18 907 896	63 672
		524 283 389	**491 239 973**
Corrente			
Inventários	16	22 312 261	25 338 116
Clientes e outras contas a receber	15	74 803 507	108 424 506
Imposto sobre o rendimento a receber	17	4 971 251	125 633
Caixa e equivalentes de caixa	18	2 543 745	3 009 649
		104 630 763	**136 897 904**
Total do ativo		**628 914 151**	**628 137 878**
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	19	70 000 000	70 000 000
Outros instrumentos de capital	-	251 007	251 007
Outras reservas	20	14 346 796	14 346 796
Resultados acumulados	-	129 795 459	126 545 895
Resultado liquido atribuível a detentores de capital	20	11 407 315	10 395 915
	-	**225 800 577**	**221 539 613**
Interesses que não controlam			
	21	388 765	565 156
Total do capital próprio		**226 189 343**	**222 104 770**
Passivo			
Não corrente			
Provisões	22	4 697 524	2 853 966
Empréstimos obtidos	23	278 871 403	291 306 931
Obrigações de benefícios de reforma e outros	24	6 667 902	5 450 984
Passivos por impostos diferidos	12	2 649 054	811 695
Fornecedores e outras contas a pagar	25	59 649	12 198 939
Passivos de locação	26	89 455	102 233
		293 034 986	**312 724 748**
Corrente			
Fornecedores e outras contas a pagar	25	69 767 228	55 347 202
Passivos de locação	26	12 778	51 084
Imposto sobre o rendimento a pagar	17	242 585	1 766 847
Empréstimos obtidos	23	39 667 232	36 143 227
		109 689 823	**93 308 360**
Total do passivo		**402 724 809**	**406 033 108**
Total do capital próprio e do passivo		**628 914 151**	**628 137 878**

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho

João Carlos Santos Correia

António Félix Flores Rodrigues

Joana Oliveira Freitas

Rodrigo Rebelo Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt

Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

2.2. Demonstração consolidada dos resultados e do rendimento integral

		Período	
	Nota	2025	2024
Vendas e serviços prestados	27	299 089 293	274 653 016
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	28	(121 444 759)	(108 931 457)
Fornecimentos e serviços externos	29	(43 020 429)	(32 313 020)
Gastos com pessoal	30	(43 661 487)	(42 959 519)
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	8,9,10,	(35 565 347)	(34 621 250)
Imparidade de ativos depreciáveis/ amortizáveis	10	(4 405 931)	(1 495 963)
Imparidade inventários	16	(96 690)	(61 157)
Imparidade de contas a receber	15	541 190	(825 570)
Provisões	22	385 504	-
Outros rendimentos	31	8 777 813	5 379 835
Outros gastos	32	(38 246 388)	(34 407 677)
Resultado operacional		**22 352 769**	**24 417 238**
Custos financeiros	33	(7 648 998)	(10 728 819)
Proveitos financeiros	33	8 266	12 709
Resultados antes de impostos		**14 712 037**	**13 701 128**
Imposto sobre o rendimento	34	(3 481 113)	(3 549 809)
Resultado líquido do período		**11 230 924**	**10 151 319**
Outros rendimentos do período:			
Itens que não reclassificam por resultados:			
Remensuração de planos de benefícios definidos, valor bruto	24	(1 877 831)	1 311 756
Imposto sobre as remensurações de planos de benefícios definidos	12	(46 520)	(731 717)
Outros rendimentos do período - líquidos de imposto		**(1 924 351)**	**580 039**
Total do rendimento integral do período		**9 306 573**	**10 731 358**
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital do Grupo EDA		11 407 315	10 395 915
Interesses que não controlam	21	(176 391)	(244 596)
		11 230 924	**10 151 319**
Rendimento integral do período atribuível a:			
Detentores do capital do Grupo EDA		9 482 964	10 975 954
Interesses que não controlam		(176 391)	(244 596)
		9 306 573	**10 731 358**
Rendimento líquido por ação:			
- básico	35	0,81	0,74
- diluído	35	0,81	0,74
Rendimento integral por ação:			
- básico	35	0,68	0,78
- diluído	35	0,68	0,78

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho

João Carlos Santos Correia

António Félix Flores Rodrigues

Joana Oliveira Freitas

Rodrigo Rebelo Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt

Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

2.3. Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

	Nota	Capital	Outros instrumentos Capital	Outras reservas
A 1 de janeiro de 2024		**70 000 000**	**251 007**	**14 346 796**
Rendimento integral				
Resultado líquido do exercício		-	-	-
Remensurações de planos de benefícios definidos, líquidas de imposto		-	-	-
Total do rendimento integral do exercício		**-**	**-**	**-**
Correções de exercícios anteriores		-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-
Transf. para outras reservas		-	-	-
A 31 de dezembro de 2024		**70 000 000**	**251 007**	**14 346 796**
Rendimento integral				
Resultado líquido do exercício		-	-	-
Remensurações de planos de benefícios definidos, líquidas de imposto		-	-	-
Total do rendimento integral do exercício		**-**	**-**	**-**
Distribuição de dividendos	20,35	-	-	-
Transf. para outras reservas		-	-	-
A 31 de dezembro de 2025		**70 000 000**	**251 007**	**14 346 796**

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Resultados acumulados	Resultado exercício	Capital Próprio atribuível accionistas	Interesses que não controlam	Total dos Capitais Próprios
116 204 212	**17 030 780**	**217 832 796**	**809 753**	**218 642 547**
-	10 395 915	**10 395 915**	(244 596)	**10 151 319**
580 039	-	**580 039**	-	**580 039**
580 039	**10 395 915**	**10 975 954**	**(244 596)**	**10 731 358**
(269 137)	-	**(269 137)**	-	**(269 137)**
(7 000 000)	-	**(7 000 000)**	-	**(7 000 000)**
17 030 780	(17 030 780)	**-**	-	**-**
126 545 895	**10 395 915**	**221 539 613**	**565 156**	**222 104 770**
-	11 407 315	**11 407 315**	(176 391)	**11 230 924**
(1 924 351)	-	**(1 924 351)**	-	**(1 924 351)**
(1 924 351)	**11 407 315**	**9 482 964**	**(176 391)**	**9 306 573**
(5 222 000)	-	**(5 222 000)**	-	**(5 222 000)**
10 395 915	(10 395 915)	**-**	-	**-**
129 795 459	**11 407 315**	**225 800 577**	**388 765**	**226 189 343**

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho

João Carlos Santos Correia

António Félix Flores Rodrigues

Joana Oliveira Freitas

Rodrigo Rebelo Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt

Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

2.4. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

		Período	
	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		333 588 644	350 651 105
Pagamentos a fornecedores		(170 897 653)	(160 786 580)
Pagamentos ao pessoal		(44 505 477)	(43 838 327)
Outros recebimentos/pagamentos atividade operacional		(27 422 697)	(32 866 171)
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(8 839 425)	(8 344 175)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		**81 923 392**	**104 815 852**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		308 806	304 913
Investimentos financeiros		31 444 320	5 638 111
Outros ativos		2 494 710	1 655 843
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(48 343 547)	(43 464 399)
Ativos intangíveis		(41 323 734)	(42 218 300)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		**(55 419 445)**	**(78 083 833)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		11 880 000	20 830 000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(20 755 952)	(29 460 498)
Juros e gastos similares		(12 816 111)	(15 029 045)
Dividendos	20	(5 222 000)	(7 000 000)
Locações		(55 787)	(58 987)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		**(26 969 850)**	**(30 718 530)**
Aumento líquido (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa		**(465 904)**	**(3 986 511)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	18	3 009 649	6 996 160
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	18	**2 543 745**	**3 009 649**
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa		7 302	7 304
Depósitos bancários		2 536 443	3 002 345
		2 543 745	**3 009 649**

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho

João Carlos Santos Correia

António Félix Flores Rodrigues

Joana Oliveira Freitas

Rodrigo Rebelo Costa

Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt

Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira

2.5. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

1. INFORMAÇÃO GERAL 306
2. INFORMAÇÃO SOBRE OS CONTRATOS DE CONCESSÃO ATRIBUÍDOS 308
3. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 313
4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS 316
5. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO 333
6. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS 337
7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS 340
8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS 344
9. ATIVOS SOB DIREITO DE USO 349
10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO 350
11. ATIVOS INTANGÍVEIS 351
12. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS 353
13. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS POR CATEGORIA 355
14. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS 355
15. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER 356
16. INVENTÁRIOS 359
17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO 359
18. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 360
19. CAPITAL SOCIAL 360
20. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS 361
21. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM 362
22. PROVISÕES 363
23. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS 363
24. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS 366
25. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR 371
26. PASSIVO DE LOCAÇÃO 371
27. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS 372
28. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS 373
29. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS 373
30. GASTOS COM PESSOAL 374
31. OUTROS RENDIMENTOS 374
32. OUTROS GASTOS 375
33. CUSTOS E PROVEITOS FINANCEIROS 375
34. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO 376
35. DIVIDENDOS POR AÇÃO 377
36. COMPROMISSOS 377
37. PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES 378
38. EMPRESAS CONSOLIDADAS 380
39. ALTERAÇÕES NO GRUPO 382
40. PARTES RELACIONADAS 382
41. DISPOSIÇÕES LEGAIS 383
42. EVENTOS SUBSEQUENTES 383

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

1. Informação geral

A Electricidade dos Açores, S.A. (referida neste documento como EDA ou Grupo EDA), com sede na Rua Francisco Pereira Ataíde nº1, Ponta Delgada, foi transformada em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pelo Decreto-Lei nº. 79/97, de 8 de abril.

Em 30 de novembro de 1999, a Região Autónoma dos Açores transmitiu à EDP Participações, SGPS, SA, um lote de 1.148.163 ações correspondentes a 10% do capital social da EDA. Na primeira e segunda fase do processo de reprivatização direta do capital social da EDA, aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 243/2004, de 31 de dezembro de 2004, foram alienadas ações representativas de 39,9% do capital social, respetivamente, um lote indivisível de 4.748.100 ações (por concurso público) à ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS, SA e um lote de 837.900 ações através da oferta pública aos trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes. As ações representativas do capital subscritas pela Região Autónoma dos Açores ("RAA") só poderão ser transmitidas para outros entes públicos por deliberação do Governo Regional.

A 31 de dezembro de 2025, os maiores acionistas da EDA são a RAA e a ESA, com 50,1% e 39,7% do capital, respetivamente.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração, na reunião de 13 de abril de 2026, estando ainda sujeitas à aprovação dos acionistas. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo EDA, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

A EDA rege-se pelo seu Estatuto, pelas normas reguladoras das sociedades anónimas e por disposições do Governo Regional relacionadas com o setor da eletricidade e com a própria empresa.

A transformação da EDA em sociedade anónima introduziu um novo conceito empresarial, o de Grupo EDA, com a aposta na diversificação e desenvolvimento de novos negócios em áreas onde a EDA detinha elevado *know-how*. O Grupo EDA detém, presentemente, uma área de negócio principal, a Eletricidade, e outras atividades secundárias como a prestação de serviços de telecomunicações e a conceção e elaboração de projetos de consultoria de engenharia, gestão e manutenção de instalações industriais.

O Grupo EDA é constituído pelas seguintes entidades:

Negócio Eletricidade

Electricidade dos Açores, SA (EDA)

Empresa-mãe do Grupo EDA, o seu objeto social é a produção, a aquisição, o transporte, a distribuição e a venda de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de outras atividades relacionadas com aquelas. Nos termos do contrato de concessão do transporte e distribuição de energia elétrica celebrado com a RAA, a EDA tem o direito e a responsabilidade de exercer a atividade que é objeto da concessão pelo prazo de 50 anos, contados a partir de 12 de outubro de 2000. Esta atividade está sujeita a regulação por parte da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

EDA Renováveis, SA (EDA Renováveis)

A EDA Renováveis foi constituída em 2 de fevereiro de 1990, e tem como objeto o aproveitamento de recursos renováveis da RAA. Em 2014, no seguimento do processo de reestruturação do Projeto Geotérmico da ilha Terceira que contemplou a aquisição do capital detido pela EDP Imobiliária e Participações, S.A. e outras medidas de caráter financeiro, foi aprovado um processo de fusão por incorporação da Geoterceira – Sociedade Geoeléctrica da Terceira, S.A..

A EDA Renováveis é responsável pela produção de energia elétrica através de infraestruturas de captação e transformação do calor geotérmico, tendo sido atribuído dois contratos de concessão de exploração de recursos geotérmicos na zona demarcada do Concelho da Ribeira Grande por um período de 25 anos contados a partir de 2 de abril de 2020 e na zona situada no Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017.

A EDA Renováveis tem também como objeto a construção e exploração de aproveitamentos de recursos renováveis de natureza hídrica, eólica e fotovoltaica na Região Autónoma dos Açores, possuindo atualmente 22 centros produtores (12 centrais mini-hídricas, 8 parques eólicos e 2 parques fotovoltaicos) instalados em 8 ilhas do arquipélago, consoante as condições naturais existentes.

A EDA Renováveis enquanto produtora de energia elétrica a partir de fontes renováveis tem, de acordo com o Decreto Legislativo Regional nº.15/96/A, uma garantia de venda sobre toda a eletricidade que produz. Assim, a EDA Renováveis tem um contrato de compra de energia elétrica com a entidade concessionária do transporte e distribuição de eletricidade para a RAA, a EDA - Electricidade dos Açores, S.A., no qual esta assume a obrigação de adquirir toda a eletricidade produzida pelos centros produtores da EDA Renováveis. A concessionária gere a suspensão temporária da atividade das instalações de produção em função das necessidades de consumo e das cláusulas dos respetivos contratos de fornecimento de energia, estabelecendo regras que motivem a exploração otimizada dos recursos renováveis ligados à rede, devendo maximizar a injeção na rede da produção de energia elétrica com origem renovável, dando prioridade à colocação no diagrama de carga

da potência dos centros produtores renováveis com data de entrada em exploração mais antiga e que permitam uma maior integração da componente renovável.

A eletricidade produzida é vendida aos preços acordados em contrato e sujeitos a atualização anual com base no Índice de Preços no Consumidor. Em 2025 o preço praticado para os contratos antigos da energia produzida e cedida foi de 114,60 euros/MWh (2024: 112,24 euros/MWh). Relativamente aos novos contratos estão ao abrigo das novas orientações do regulador (ERSE), que a partir de 2022 é que define as regras para o preço de cada contrato. No caso da Empresa estas novas regras estão a ser aplicadas à energia produzida e cedida do Parque Fotovoltaico do Corvo – Fase B (106,10 euros/MWh) e do Parque Eólico do Corvo (77,30 euros/MWh).

Atividades complementares

GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA

Empresa cujo objeto é o aproveitamento dos recursos existentes e o *know-how* da EDA, SA. Em fevereiro de 2018 foi efetuada a venda de 60% do capital da GLOBALEDA à NOVABASE Consulting. Em agosto de 2008, com vista à reestruturação dos negócios da GLOBALEDA foi efetuada a cisão do negócio de sistemas de informação para uma nova entidade criada para o efeito, designada por NOVABASE Atlântico. Esta reestruturação permitiu o realinhamento das participações pela EDA, que passou a deter 60% da GLOBALEDA e 40% da NOVABASE Atlântico. Em 2013, os acionistas deliberaram a fusão da NOVABASE Atlântico, até 2012 classificada como Associada, na GLOBALEDA mediante a transferência global do seu património, a qual foi aprovada na Assembleia Geral realizada em 26 de dezembro de 2013. Atualmente, a GLOBALEDA é detida em 74,9% pela EDA, Electricidade dos Açores, SA e em 25,1% pela NOVABASE Business Solutions.

SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda

Empresa cujo objeto é a prestação de serviços de engenharia associados a infra-estruturas elétricas ao nível dos projetos ou supervisão de execução quer ao Grupo EDA quer a entidades terceiras.

2. Informação sobre os contratos de concessão atribuídos

2.1. Contrato de concessão de eletricidade

A concessão do transporte e distribuição de energia elétrica para Região Autónoma dos Açores foi atribuída à EDA, conforme o Decreto Legislativo Regional n.º 15/96/A, de 1 de agosto, pelo período de 50 anos, a contar da data de 12 outubro de 2000. A concessão tem por objeto a gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas, o transporte e distribuição de energia elétrica, bem como a construção das infraestruturas que a integram.

A atividade da concessão compreende:

i) A receção da energia elétrica;

ii) O transporte de energia elétrica;

iii) A distribuição da energia elétrica;

iv) A gestão técnica global do sistema elétrico de cada uma das ilhas.

A concessão é exercida em regime de serviço público, devendo a EDA (concessionária) adquirir a energia necessária à prestação do serviço público aos produtores, quer vinculados quer não vinculados ao serviço público, em condições não discriminatórias. A concessionária deve assegurar o fornecimento de energia elétrica de forma permanente e contínua.

Pelo decurso do prazo da concessão, os bens afetos à concessão revertem para a entidade concedente (RAA). A entidade concedente pagará à entidade concessionária uma indemnização pelo valor líquido contabilístico dos investimentos realizados e não amortizados, carecendo de aprovação do concedente os investimentos realizados cujo período de depreciação excedam o prazo da concessão remanescente, à data do investimento.

O contrato de concessão pode ser alterado por mútuo acordo, desde que a alteração não envolva a violação do regime jurídico da concessão nem implique a derrogação das presentes cláusulas. A concessão extingue-se por acordo entre o concedente e a concessionária, por rescisão, por resgate e pelo decurso do prazo.

As atividades da concessão são reguladas, estando as competências para o exercício da atividade da regulação atribuídas à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), através do estabelecimento de disposições aplicáveis aos critérios e métodos para a formulação, cálculo e publicação das tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços, à definição das tarifas reguladas e respetiva estrutura, à determinação dos proveitos permitidos, às obrigações em matéria de prestação de informação e, ainda, à convergência tarifária dos sistemas elétricos públicos.

As tarifas de eletricidade a cobrar aos consumidores são fixadas anualmente pela ERSE em função do Regulamento Tarifário, onde para além da metodologia de determinação do nível de proveitos a proporcionar por cada tarifa, se caracteriza a metodologia de cálculo tarifário e a forma de determinação da estrutura das tarifas.

A estrutura das tarifas de Venda a Clientes Finais, nas Regiões Autónomas resulta da aplicação do princípio da aditividade tarifária que consiste na definição de tarifas de Venda a Clientes Finais com preços que resultam da adição das respetivas tarifas aditivas aplicáveis em cada nível de tensão e opção tarifária, aos clientes do comercializador de último recurso, nomeadamente: tarifas de Uso Global do Sistema, Uso da Rede de Transporte, Uso da Rede de Distribuição, Energia e Comercialização.

As tarifas são estabelecidas pela ERSE de forma a proporcionar às empresas reguladas um montante de proveitos calculados de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário, sendo construídas com base em estimativas de vendas de energia e custos operacionais e de investimento entregues pelas empresas reguladas e sujeitos a um processo de aceitação pelo regulador.

Os valores da convergência tarifária das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são incluídos na Tarifa de Uso Global do Sistema que é aplicada pelos distribuidores vinculados aos fornecimentos a clientes do comercializador de último recurso e às entregas a clientes no mercado liberalizado.

Em dezembro de 2013, a ERSE procedeu à revisão de algumas disposições do Regulamento Tarifário designadamente a introdução do mecanismo de correção dos desvios provisórios ocorridos ao nível do custo com capital das atividades reguladas. Esta alteração foi materializada através da publicação no Diário da República, 2.ª série — n.º 2, da Diretiva n.º 1/2014, de 3 de janeiro de 2014.

O Artigo 117-A, da Diretiva n.º 1/2014, estabelece que a correção dos desvios provisórios do custo com capital, referente ao ano n-1, é determinada de acordo com a estimativa dos ativos fixos para esse ano e aplicada a taxa de remuneração definitiva.

No período regulatório 2022-2025, os proveitos permitidos que integram anualmente as tarifas, são determinados, de acordo com as disposições constantes no Regulamento Tarifário em vigor, sendo construídos com base em valores previsionais, que resultam quer dos custos aceites pelo regulador, quer da aplicação dos parâmetros fixados para aquele período de regulação, aos respetivos indutores de custos, para cada atividade regulada. Dado que os proveitos permitidos, previstos para as tarifas, assentam nos pressupostos anteriormente descritos, existe um mecanismo de ajustamento que permite incluir nas tarifas do ano n+1 e n+2, o diferencial que decorre da comparação daqueles com os valores efetivamente realizados, e, desta forma, a empresa pode recuperar ou devolver aos consumidores o montante que resulta da aplicação deste mecanismo, referente ao ano n.

No período regulatório 2022-2025, mantêm-se as metodologias de regulação aplicadas no anterior período regulatório 2018-2021. Relativamente à remuneração dos ativos, o regulador manteve o princípio de equiparação do custo de capital afeto a cada uma das atividades da EDA às atividades equivalentes das empresas congéneres do Continente. O custo de capital está indexado às *yields* das Obrigações do Tesouro a 10 anos, apresentando um limite superior (*cap*) e um limite inferior (*floor*) de 7% e 3,7%, respetivamente, para a atividade de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema e de 7,3% e 4% para as atividades de Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica.

Os custos aceites com os combustíveis para a produção de energia elétrica, conforme Regulamento Tarifário em vigor, correspondem:

- ao custo unitário praticado no mercado primário de referência, acrescido de margem de comercialização, e

- aos custos eficientes com a descarga, armazenamento, transporte e comercialização de combustível, que foi determinada pela ERSE em resultado de um estudo realizado por um consultor externo e revisto pelo Regulador de acordo com a Instrução n.º 9/2022, de 19 de outubro e Instrução n.º 3/2023, de 11 de agosto.

A Lei do Orçamento de Estado 2014 (Lei n.º 83-C/2013) aprovada em 31 de dezembro de 2013, estabeleceu uma contribuição extraordinária sobre o setor energético (CESE), com o propósito de financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do setor energético, através da constituição de um fundo que visa contribuir para a redução da dívida tarifária e para o financiamento de políticas sociais e ambientais do setor energético. Esta contribuição incide, entre outras, sobre a atividade de produção, transporte ou distribuição de eletricidade.

A Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, através do Artigo 112.º Contribuição extraordinária sobre o setor energético, estabelece que, em 2025, mantém-se em vigor a contribuição extraordinária sobre o setor energético, cujo regime foi aprovado pelo artigo 228.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro. A Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro, estende a vigência da contribuição para o ano de 2026. Deixam de ser consideradas na base as despesas de investimento relativas ativos fixos tangíveis em estado e novo ou na parte em que sejam ampliados, nos períodos de tributação que se iniciem a, ou após, 1 de janeiro de 2026.

A Lei n.º 7-A/2016, alargou às regiões autónomas dos Açores e da Madeira, os princípios considerados através do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, e do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro, que conferem aos municípios do território continental uma renda paga pelas concessionárias no âmbito das concessões atribuídas para a distribuição de eletricidade em baixa tensão. O Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, revogou o Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto. No entanto, o mencionado direito mantém-se nos termos do artigo 268.º do Diploma vigente.

Nas regiões autónomas, sendo as concessões atribuídas ao nível regional e sem equivalente compensação, os municípios não dispunham deste benefício, permanecendo numa situação de desigualdade face aos municípios do continente, apesar de, também no seu território, as concessionárias ou entidades distribuidoras utilizarem os bens de domínio público e privado municipal.

A Lei n.º 7-A/2016, vem assim corrigir esta desigualdade, atendendo à especificidade das condições de concessão regionais, atribuindo aos municípios das regiões autónomas uma remuneração pela utilização dos mencionados bens de domínio público e privado, calculada de modo equivalente às rendas pagas pelas concessionárias aos municípios do território continental, com efeitos a partir de 2016.

A tarifa social de fornecimento de energia elétrica a aplicar a consumidores finais economicamente vulneráveis, foi criada pelo Decreto-Lei n.º 138-A/2010, de 28 de dezembro e posteriormente

incorporada no Decreto-Lei n.º 15/2022 de 14 de janeiro que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Elétrico Nacional. A tarifa social de fornecimento de energia elétrica é calculada mediante a aplicação de um desconto na tarifa de acesso às redes em baixa tensão normal. O valor do desconto é determinado através de despacho do membro do Governo responsável pela área da energia, ouvida a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

Nos termos do Despacho n.º 12372/2025, de 21 de outubro, o valor do desconto a aplicar na tarifa de acesso às redes a partir de 1 de janeiro de 2024 corresponde a 33,8% sobre as tarifas transitórias de venda a clientes finais de eletricidade.

2.2. Concessão de exploração atribuída à EDA Renováveis

A EDA Renováveis tem atribuídos dois contratos de concessão para a exploração de recursos geotérmicos, sendo um na ilha de S. Miguel, na zona situada no Concelho da Ribeira Grande, pelo prazo de 25 anos contados a partir de 2 de abril de 2020 e o outro na ilha Terceira, no Pico Alto, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017.

No âmbito deste contrato a EDA Renováveis obriga-se a:

i) executar os trabalhos de exploração em conformidade com o plano de exploração previamente aprovado;

ii) manter permanentemente um serviço de monitorização sísmica e vulcânica;

iii) proceder à eliminação dos resíduos de óleos e produtos de limpeza de furos;

iv) proceder ou mandar proceder à prospeção e pesquisa de novos aquíferos, dentro da área da concessão.

Como compensação pela concessão da exploração a EDA Renováveis deverá pagar à entidade concedente uma taxa anual, a título de compensação, que será incrementada consoante as quantidades extraídas.

A concessão extingue-se por acordo entre o concedente e a concessionária, por rescisão e pelo decurso do prazo. No decurso do prazo da concessão, os bens afetos à concessão revertem para a entidade concedente, mediante as condições a acordar entre as partes.

3. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Base de Preparação

As demonstrações financeiras consolidadas da EDA e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros e incluem informação comparativa em relação ao período anterior.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as IFRS adotadas pela União Europeia (IFRS), emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e em vigor ou emitidas e adotadas antecipadamente, à data de 1 de janeiro de 2025. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas a EDA seguiu a convenção do custo histórico, modificada, quando aplicável, pela avaliação dos ativos financeiros disponíveis para venda, ao justo valor.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela EDA, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de relato.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas na Nota 6.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, tendo por base as atividades desenvolvidas pelo Grupo e as projeções de fluxos de caixa de curto prazo, a Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A 31 de dezembro de 2025, o passivo corrente é superior ao ativo corrente em 3.274.871 euros. O Grupo tem ainda 125.000.000 euros em linhas de papel comercial disponíveis e não utilizadas, com vencimento até um ano, sendo renováveis automaticamente por iguais períodos, até ao máximo de 5 anos, bem como 48.580.000 euros em linhas de crédito disponíveis. As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis de forma automática anual ou trimestralmente, enquanto as de vencimento após 1 ano não têm limite definido. Adicionalmente, a Empresa gera suficientes fluxos de caixa para suprir quaisquer outras necessidades correntes.

Normas que se tornaram de aplicação efetiva em 1 de janeiro de 2025

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia têm aplicação obrigatória no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2025:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE
Regulamento n.º 2024/2862	Alterações à IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: falta de permutabilidade

Não houve qualquer impacto significativo nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões referidas na tabela acima, para além da revisão efetuada às políticas contabilísticas divulgadas conforme a alteração à IAS 1.

Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026, que a União Europeia já endossou:

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE	Aplicação prevista nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento N.º 2025/1047	Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Alteração à classificação e mensuração de instrumentos financeiros.	1 janeiro 2026
Regulamento N.º 2025/1266	Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos negociados com referência a eletricidade gerada a partir de fontes renováveis.	1 janeiro 2026
Regulamento N.º 2026/338	Alterações à IFRS 18 – Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.	1 janeiro 2027

Estas alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026, pelo que não foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras. Não se espera que estas alterações venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras da empresa.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, mas que a União Europeia ainda não endossou:

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Aplicação prevista nos exercícios iniciados em ou após
Alterações à IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações	1 janeiro 2027
Melhoramentos anuais das normas internacionais de relato financeiro (volume 11)	1 janeiro 2027

A Gestão está a avaliar o impacto da adoção futura das alterações às normas já em vigor, não sendo expectável um impacto significativo nas suas Demonstrações Financeiras.

b) Bases de Consolidação

Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) sobre as quais o Grupo tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre os retornos variáveis do seu envolvimento com a Entidade, e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder exercido sobre a Entidade. As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa. As entidades que se qualificam como subsidiárias encontram-se listadas na Nota 37.

A aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos ativos entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial, são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação do Grupo nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do rendimento integral.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são registados diretamente em resultados do período.

Quando à data da aquisição do controlo a EDA já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou compra a baixo preço.

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Transações subsequentes de alienação ou de aquisição de participações a interesses que não controlam, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada, reconhecida no Capital próprio, em Outros instrumentos de Capital próprio.

Os resultados negativos gerados em cada período pelas subsidiárias com interesses que não controlam, são alocados na percentagem detida aos interesses que não controlam, independentemente destes se tornarem negativos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações com empresas do grupo são eliminados. Perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se constituírem uma perda de imparidade no ativo transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir, que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

4. Políticas contabilísticas materiais

As políticas contabilísticas materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados.

a) Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

i) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelas quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);

ii) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e

iii) Sobre a qual esteja disponível informação financeira distinta.

O Grupo EDA apresenta como segmentos operacionais, a Eletricidade e Outros. O segmento Eletricidade inclui as empresas de grupo: EDA e EDA Renováveis, agregando o segmento Outros as atividades das empresas do grupo: SEGMA e GLOBALEDA, com atividades associadas à prestação de serviços diversos, a entidades terceiras.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo. Os ativos elegíveis para capitalização são ativos que necessitam de um período de tempo substancial para estarem disponíveis para uso. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros são considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos, quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis com fiabilidade.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de forma sistemática com base no método das quotas constantes, pelo período da vida útil estimada. Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos para os períodos de 2025 e 2024 são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 10 e 50 anos
Equipamento básico	
Produção hidroelétrica	Entre 20 e 60 anos
Produção termoelétrica	Entre 3 e 40 anos
Produção eólica	Entre 12 e 24 anos
Produção geotérmica	Entre 10 e 20 anos
Contadores	16 anos
Outros	Entre 4 e 20 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 8 anos
Equipamento administrativo	Entre 1 e 16 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 1 e 40 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas no final do ano para cada ativo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade (ver alínea f) – Imparidade de ativos não financeiros).

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível é desreconhecida no momento de alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do rendimento integral consolidado.

c) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento que se referem a ativos detidos para obtenção de rendas são mensuradas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial são mensuradas ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A vida útil dos edifícios considerados em propriedades de investimento varia entre 30 anos e 50 anos.

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis registados na Demonstração da posição financeira referem-se a licenças CO2 adquiridas, direitos de utilização de software, direitos de superfície e direitos de concessão.
Os dispêndios com estudos e avaliações efetuados no decurso das atividades operacionais são reconhecidos nos resultados do período em que são incorridos, exceto se forem referentes à atividade de exploração e avaliação de recursos minerais.
Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.
Um ativo intangível é desreconhecido no momento da alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho ou perda é determinado como a diferença entre os proveitos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada desse ativo, sendo reconhecidos nos resultados.

Licenças CO_2

Algumas das atividades desenvolvidas pelo Grupo EDA envolvem a queima de combustíveis fósseis com a consequente emissão de gases de carbono (CO_2). O Grupo tem licenças de emissão de CO_2.

O registo das licenças de CO_2, como um ativo intangível, é efetuado na data da sua atribuição/aquisição ao valor de mercado da data da atribuição/aquisição e subsequentemente ao custo. O registo dos consumos das licenças é efetuado na base FIFO.

Software

O Grupo EDA capitaliza na rubrica de *software* os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e de *upgrade*. Estes ativos são amortizados entre 3 e 5 anos.

Direitos superfície

Este montante refere-se a direitos de superfície adquiridos pela empresa do grupo, a EDA Renováveis, para a construção de parques eólicos. O direito adquirido é amortizado pelo período estimado do contrato.

Direitos de concessão

O Grupo tem uma concessão atribuída para as atividades de gestão do sistema, do transporte e distribuição de energia elétrica na RAA. Os ativos adquiridos/construídos pela EDA, ao abrigo destes contratos de concessão, referidos como ativos da concessão, compreendem essencialmente ativos fixos tangíveis cuja construção/aquisição a EDA tem o direito de explorar o serviço público associado.

De acordo com a IFRIC 12, um acordo de serviço de concessão envolve normalmente uma entidade (o operador) que constrói a infraestrutura utilizada na prestação do serviço público, que a desenvolve (por exemplo, aumento da capacidade existente) e faz a manutenção e operação da mesma por um período específico. O operador é remunerado pelos serviços prestados pelo período do acordo. O acordo de serviço de concessão é regulado por um contrato de concessão que estabelece os níveis de serviço, os mecanismos de ajustamento de preços e a resolução de disputas.

Tendo em conta o disposto no contrato de concessão, a EDA suporta, para além dos riscos associados à construção, o risco de disponibilidade e, nos moldes previstos no regulamento tarifário, os riscos de procura, pelo que o investimento efetuado nos bens da concessão encontra-se registado de acordo com o modelo do ativo intangível.

São classificados como custo do ativo intangível os valores investidos referentes à construção, expansão e requalificação das infraestruturas que constituem o estabelecimento da concessão. Considerando as características das infraestruturas associadas à prestação do serviço público de fornecimento de energia elétrica, parte significativa dos investimentos são referentes à ampliação e remodelação da rede e a equipamentos de contagem e medição do consumo.

Relativamente aos investimentos de substituição/ renovação das infraestruturas, de acordo com a IFRIC 12 estes custos só são passíveis de registo como parte do direito da concessão, por via da permuta de serviços de construção, na medida em que tenham retribuição associada.

No caso da EDA, tendo em conta o modelo regulatório em vigor para o período 2022 – 2025, concorre para a formação das tarifas a que a EDA tem direito para remunerar a sua atividade, o valor da amortização da base de ativos regulados e a remuneração desse capital investido pela aplicação de uma taxa ao ativo médio afeto às atividades reguladas. A taxa de remuneração e a sua indexação é definida pela ERSE no início de cada período regulatório. Incluem-se na base de ativos tanto os investimentos novos e de expansão como os de substituição e renovação. Deste modo, são considerados como custos do ativo intangível tanto os primeiros como os segundos.

No que respeita à amortização, a IFRIC 12 remete diretamente para o normativo dos ativos intangíveis que corresponde nas IFRS à IAS 38, a qual refere que os ativos intangíveis têm de ser amortizados numa base sistemática que reflita o padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao mesmo. No caso da EDA, o ativo intangível registado corresponde ao direito de explorar o serviço público concessionado, pelo que os benefícios económicos associados são os que advém das tarifas a praticar durante o período da concessão, sendo os ativos intangíveis amortizados durante esse mesmo período.

e) Avaliação e exploração de recursos geotérmicos

O Grupo EDA inclui no perímetro de consolidação uma empresa cujo objeto social é o aproveitamento de recursos minerais, através da construção e operação de instalações de produção de energia elétrica ou outra. Estes ativos são amortizados entre 10 e 20 anos.

Esta entidade desenvolve, para além do aproveitamento dos recursos minerais já instalados, trabalhos de prospeção em novas áreas delimitadas, para as quais ainda não está determinada a viabilidade comercial da exploração dos recursos geotérmicos, embora esta se afigure altamente provável. Desta forma, e ao abrigo da 'IFRS 6 – exploração e avaliação de recursos naturais', os custos incorridos com estudos e testes na fase de prospeção são capitalizados como ativo intangível em curso e os custos com a construção de poços e estruturas acessórias são capitalizados como ativos tangíveis em curso, até à data em que se determine a sua viabilidade.

Durante a fase de prospeção, e sempre que existam indicadores de imparidade, a EDA procede ao cálculo e registo de imparidade. Os principais indicadores de imparidade resultam das seguintes

situações: i) a prospeção na área específica não levou à descoberta de quantidades comercialmente viáveis de recursos minerais e a entidade decidiu descontinuar essas atividades na área específica; ou ii) o desenvolvimento na área específica é viável mas estima-se que a quantia escriturada do ativo de exploração e avaliação não seja recuperada na totalidade, no âmbito da exploração efetiva do recurso mineral ou através de alienação.

arte das atividades de prospeção são comparticipadas através de fundos dos programas comunitários para a Região Autónoma dos Açores que se encontram registados na Demonstração da posição financeira a deduzir à respetiva de categoria de ativos, na situação presente Ativos fixos tangíveis.

f) Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a depreciação/amortização e são objeto de testes de imparidade anuais quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável. Os ativos com vida útil finita são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras consolidadas possa não ser recuperável.

Assim, sempre que o valor recuperável é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo EDA regista a respetiva imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do ativo face ao seu valor recuperável, sendo o valor recuperável, o maior entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os Ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Para os ativos valorizados de acordo com o modelo do custo depreciado, as perdas por imparidade e as suas reversões, são reconhecidas na demonstração do rendimento integral consolidado.

Quando há lugar ao registo de uma perda por imparidade ou a sua reversão, a depreciação/amortização dos respetivos ativos é recalculada prospectivamente de acordo com o valor recuperável ajustado da imparidade reconhecida.

g) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o Grupo se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo justo valor. Os custos da transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativos financeiros (exceto ativos financeiros ao valor justo através de resultados) são acrescidos ao justo valor dos ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos imediatamente em resultados.

Para efeitos de mensuração, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- mensurados ao justo valor (através do outro rendimento integral ou através de resultados), e
- mensurados ao custo amortizado.

Um ativo financeiro é mensurado pelo custo amortizado se forem satisfeitas as seguintes condições:

- o ativo é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros a fim de recolher fluxos de caixa contratuais;
- os termos contratuais do ativo dão origem em datas definidas a fluxos de caixa contratuais que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre capital em dívida são classificados e mensurados ao justo valor através dos resultados.

Os ativos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado são contas a receber de clientes e outras contas a receber, os depósitos bancários. A mensuração subsequente destes ativos financeiros é feita pelo custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

As contas a receber de clientes e outras contas a receber são registadas ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber à data da demonstração da posição financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados, e podem ser revertidas, num período posterior, se as perdas estimadas diminuírem.

h) Imparidade de ativos financeiros

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas (ECL) em clientes, contas a receber e ativos contratuais. A quantia de perdas de crédito esperadas é atualizada em cada data de relato para refletir as alterações no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respetivo instrumento financeiro.

O Grupo reconhece sempre as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil das contas a receber. As perdas de crédito esperadas para estes ativos financeiros são estimadas utilizando uma matriz de provisões com base no histórico de perdas de crédito do Grupo, ajustada por fatores específicos dos devedores, condições económicas gerais e uma avaliação, tanto corrente como de previsão, das condições à data de relato, incluindo o valor temporal do dinheiro, quando apropriado.

Para todos os outros ativos financeiros ao custo amortizado, o Grupo reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil sempre que se verifique um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Contudo, se o risco de crédito do instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo avalia a provisão de perdas para esse instrumento financeiro num valor igual às perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses na data de relato corrente.

As perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil representam as perdas de crédito esperadas que resultarão de todos os possíveis eventos de incumprimento durante a vida útil de um instrumento financeiro. Em contraste, as perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses representam a parte das perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil que se esperam em resultado de eventos de incumprimento num instrumento financeiro num prazo de 12 meses após a data de relato.

Medição e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

A mensuração das perdas de crédito esperadas é em função da probabilidade de incumprimento, da perda em caso de incumprimento (ou seja, a magnitude da perda se houver incumprimento) e a exposição à situação de incumprimento. A avaliação da probabilidade de incumprimento e a perda em caso de incumprimento é baseada em dados históricos ajustados por informações prospetivas, conforme descrito acima.

Política de desreconhecimento

O Grupo anula um ativo financeiro quando existe informação de que o devedor está em graves dificuldades financeiras e que não há perspetivas de recuperação, por ex. quando o devedor se encontrar em liquidação ou em processo de insolvência. Os ativos financeiros anulados podem ainda estar sujeitos a atividades de execução de acordo com os procedimentos de recuperação do Grupo, tendo em conta o aconselhamento jurídico, quando apropriado. Quaisquer recuperações feitas são reconhecidas em resultados.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses da data de constituição ou aquisição e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de "Empréstimos obtidos", na demonstração da posição financeira.

j) Inventários

Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação e na comercialização de telemóveis e acessórios, bem como combustíveis utilizados na produção de energia termoelétrica.

Os inventários são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para o seu uso/consumo.

Os inventários são reduzidos por imparidade quando apresentam sinais de obsolescência técnica ou quando os equipamentos a que se referem são descontinuados.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

k) Ativos e passivos não correntes detidos para venda

O conjunto de ativos e passivos relativos a subsidiárias detidas para venda são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado.

Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais.

Todos os ativos e passivos a alienar classificados como detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contabilístico ou justo valor, menos os custos incrementais relacionados com a venda, excluindo os custos financeiros e gastos fiscais. Em contrapartida, estes ativos não são amortizados.

l) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o Grupo se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao justo valor.

Passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo justo valor. Os custos da transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão de passivos financeiros (exceto passivos financeiros ao valor justo através de resultados) são deduzidos ao justo valor dos ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à emissão de passivos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos imediatamente em resultados.

Para efeitos de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- mensurados ao justo valor através de resultados, e
- mensurados ao custo amortizado.

Os passivos financeiros mensurados ao justo valor respeitam essencialmente aos instrumentos financeiros derivados. A mensuração subsequente destes passivos financeiros é feita pelo justo valor e registado na demonstração das alterações no capital próprio, se reunirem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura. Se não reunirem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura, o justo valor destes ativos financeiros é registado na demonstração de resultados.

Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado correspondem aos empréstimos bancários e os empréstimos de outras entidades, incluindo acionistas, e as contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. A mensuração subsequente destes passivos financeiros é feita pelo custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

m) Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo e mensurados pelo custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses empréstimos, pagas usualmente antecipadamente aquando da emissão dos mesmos, designadamente as comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses empréstimos. As referidas despesas incorridas são apresentadas a deduzir à rubrica de "Empréstimos bancários".

Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares (nomeadamente Imposto do selo) são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data de relato, classificados na rubrica de "Outros passivos correntes".

Considerando o modelo de contabilização previsto na IFRS 16, os resultados financeiros passam a incluir os custos com juros ("*unwinding*") calculados sobre os passivos de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento).

n) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

o) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração do rendimento integral, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 14,0%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais, as empresas que integram o perímetro de consolidação estão sujeitas à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual aprovada pela Lei n.º 12-A/2010 e alterada pela Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro conforme os escalões aplicáveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na Demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores contabilísticos nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data da liquidação dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal, nem dê origem a diferenças temporárias tributárias e dedutíveis equivalentes.

Os impostos diferidos ativos apenas são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. No que se refere aos prejuízos fiscais reportados, o registo do efeito fiscal futuro da sua dedução ao lucro tributável, como imposto diferido ativo, apenas é efetuado na medida em que a sua recuperação seja previsível dentro do prazo de reporte dos prejuízos fiscais definido por lei.

Posições fiscais incertas

O montante de imposto reconhecido corresponde ao entendimento do Grupo sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto, sendo reconhecidos passivos relativos a imposto sobre o rendimento ou outro tipo de impostos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada. Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da considerada pelo Grupo, tal situação é objeto de análise, considerando a probabilidade de perda em processo de reclamação. Se a probabilidade de perda é inferior a 50%, o Grupo trata a situação como um passivo contingente, não reconhecendo qualquer montante de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento do mesmo. Nas situações em que a probabilidade de perda é superior a 50%, é reconhecido um passivo, ou, caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

p) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de ativos em desenvolvimento são capitalizados fazendo parte do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos gastos financeiros elegíveis para capitalização. Considerando o modelo de contabilização previsto na IFRS 16, os encargos financeiros também incluem os custos com juros ("*unwinding*") calculados sobre os passivos de locação.

Os restantes encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto.

q) Benefícios aos empregados

A EDA concede benefícios pós-emprego aos seus empregados sob a forma de: i) plano de complemento de pensões de reforma aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 (o qual inclui o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública ao seu serviço e reformados até novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço a si prestados); e ii) plano de contribuição definida para os empregados admitidos a partir de 1 de janeiro de 2003.

As empresas do Grupo EDA, a EDA Renováveis e a SEGMA aderiram ao fundo de contribuição definida da EDA, a Futuro+, em novembro de 2007 que inclui todos os empregados efetivos que não estejam abrangidos por qualquer um dos planos de benefício definido.

i) Plano de benefícios definidos da Electricidade dos Açores, S.A.

Os complementos de reforma atribuídos aos empregados constituem um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo constituído junto da Real Vida Seguros, para o qual são transferidas a totalidade das responsabilidades e entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos. A responsabilidade com o pagamento de reformas aos empregados da Administração Pública que prestaram serviço à EDA e foram reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos de serviço prestados à EDA, constituem uma responsabilidade equiparável a um benefício definido, para o qual existe um fundo autónomo constituído, reconhecendo a EDA um passivo nas suas demonstrações financeiras.

As responsabilidades com o pagamento das referidas contribuições são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método do crédito da unidade projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de rating elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido na Demonstração da posição financeira relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do relato financeiro, deduzido do justo valor dos ativos do plano.

As remensurações decorrentes de alterações de pressupostos demográficos, financeiros e de outros ajustamentos, são registadas nos capitais próprios, em Resultados Transitados.

ii) Plano de contribuição definida

O plano de contribuição definida denominado por Futuro+ é gerido pela BPI pensões. A EDA foi a primeira entidade a constituir este fundo em dezembro de 2005, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2003 para todos os empregados da EDA admitidos após essa data. Em novembro de 2007, aderiram a este fundo as empresas do Grupo, a EDA Renováveis e a SEGMA, abrangendo todos os seus empregados efetivos à data.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

i) contribuição base de 1% do salário pensionável pelo Grupo EDA sem qualquer condição;

ii) contribuição voluntária do empregado que a EDA reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano o Grupo EDA não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições referidas no parágrafo anterior. As contribuições efetuadas são registadas como custos com o pessoal na demonstração do rendimento integral do período em que ocorrem.

r) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a EDA tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável do que não, que seja necessário, um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EDA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos pagamentos estimados para extinguir a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

As provisões para desmantelamento são reconhecidas quando o Grupo EDA assume a responsabilidade de desmantelar e/ou remover os equipamentos de produção dos parques eólicos instalados em propriedade de terceiros. O valor da provisão é determinado tendo por base o prazo do contrato de arrendamento e a vida útil associada aos ativos de cada parque, considerando o tipo de trabalhos a realizar para repor os locais de instalação na sua condição inicial. O valor estimado é calculado pelo valor presente aplicando aos dispêndios estimados uma taxa de desconto sem risco.

s) Subsídios do Estado e outros

Os subsídios recebidos do Estado português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições para o recebimento do subsídio serão cumpridas.

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis, são reconhecidos como uma dedução ao custo de aquisição dos respetivos ativos consoante a sua natureza (ver Nota 8 e 11), sendo subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral consolidado conjuntamente com os ativos a que estão associados, na rubrica de Gastos/ reversões de depreciação e amortização.

Subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na Demonstração do rendimento integral consolidado no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

t) Rédito

A IFRS 15 baseia-se no princípio de que o rédito da venda de bens e prestação de serviços é reconhecido na data da transferência do controlo para o cliente, sendo o valor da transação alocado às diferentes obrigações de desempenho assumidas perante o cliente e sujeitas a ajustamento na mensuração, sempre que a contraprestação seja variável ou sujeita a efeito financeiro significativo.

O modelo de reconhecimento do rédito, de acordo com esta norma, baseia-se numa abordagem de cinco etapas de análise, por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante a reconhecer:

i) identificação de um contrato com um cliente;

ii) identificação das obrigações de desempenho;

iii) determinação do preço de transação;

iv) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho; e

v) reconhecimento do rédito à medida que a EDA satisfaz as obrigações de desempenho.

O reconhecimento do rédito depende se as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo ou se, pelo contrário, o controlo sobre o bem ou serviço é transferido para o cliente num determinado momento, sendo mensurado pelo montante que a entidade espera receber.

O rédito do Grupo EDA assume diferentes naturezas consoante as áreas de atividade.

Eletricidade:

A faturação de eletricidade é efetuada numa base mensal, em contagens reais de consumos ou em consumos estimados através dos dados históricos de cada consumidor. Os consumos ocorridos e não faturados até à data do balanço são estimados e registados em Outros créditos a receber - Devedores por acréscimos de rendimentos.

O reconhecimento do rédito para as atividades concessionadas é efetuado com base na informação da eletricidade vendida aos consumidores finais, os montantes de convergência tarifária previsionais definidos pela ERSE e os ajustamentos do ano à convergência tarifária estimada, a incorporar nas tarifas do SEP (Sistema elétrico de serviço público) em anos subsequentes.

Os réditos obtidos destas atividades são regulados pela ERSE, a entidade reguladora para o setor da eletricidade, que através da publicação do regulamento tarifário, define as fórmulas de cálculo das tarifas e os mecanismos de recuperação dos desvios que sejam apurados em cada período.

As tarifas a serem aplicadas aos clientes finais (domésticos, industriais e outros) são fixadas anualmente pela ERSE, para cada componente do sistema, tais como: produção; transporte e distribuição.

A cada data de relato a EDA estima e regista em ganhos do exercício o desvio tarifário, do ano, de acordo com os regulamentos e regras publicadas pela ERSE.

Telecomunicações:

O rédito reconhecido resulta:

i) da comercialização de telemóveis e outros acessórios (em lojas exclusivas sob a insígnia da Vodafone). O rédito é reconhecido quando é efetuada a venda ao cliente final;

ii) das comissões obtidas da Vodafone decorrentes da venda de pacotes de comunicações, cartões e ativações no ato da venda;

iii) da prestação de serviços de operação e manutenção de redes de telecomunicações. O rédito é reconhecido com base na percentagem de acabamento.

Serviços de construção:

O Grupo EDA apresenta na sua Demonstração consolidada do rendimento integral o rédito associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão. Os dispêndios associados à construção de infraestruturas (construção nova, requalificação, substituição/renovação) são registados diretamente, pela sua natureza, nas rubricas de gastos da Demonstração consolidada do rendimento integral.

Relativamente aos encargos financeiros, uma vez que a atividade de Transporte e Distribuição se encontra, para efeitos regulatórios, num regime do price cap, os encargos financeiros estimados são também considerados como uma componente do preço de aquisição/construção.

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte o Grupo EDA não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão, pelo que o rédito e os encargos associados a serviço de construção destes ativos apresentam igual montante.

Outros:

O rédito reconhecido pelas empresas que não pertencem ao segmento da eletricidade e ao negócio de telecomunicações refere-se essencialmente à prestação de serviços de conceção de projetos e fiscalização e atividades de consultadoria, desenvolvimento e operação de sistemas informáticos. O rédito é reconhecido com base na percentagem de acabamento à medida que os serviços são prestados.

u) Locações

Uma locação é definida como um contrato que confere o direito de controlar o uso de um ativo identificável durante um certo período e em troca de um determinado valor.

Na data de início de cada contrato, o Grupo avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação, reconhecendo um ativo sob direito de uso e um passivo de locação, na data da entrada em vigor do contrato, ou seja, na data em que assume o controlo sobre o ativo.

O Grupo EDA aplica a exceção de reconhecimento prevista na IFRS 16 para os contratos de locação cujo prazo de arrendamento é igual ou inferior a 12 meses e para os contratos de locação sobre ativos de baixo valor.

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo valor inicial do passivo de locação ajustado de quaisquer pagamentos efetuados na data de início ou antes desta, de custos diretos iniciais incorridos, de custos estimados de desmantelamento e restauro (caso aplicável), e deduzido dos incentivos incorridos.

O valor do passivo de locação corresponde ao valor presente dos pagamentos de locação que não estejam pagos nessa data, descontados segundo a taxa de juro implícita na locação ou, se esta não puder ser facilmente identificada, a taxa incremental de financiamento do Grupo.

Para obtenção do valor do ativo e passivo de locação importa também o prazo da locação, sendo este o período não cancelável do contrato acrescido de quaisquer opções de prorrogação ou deduzido de rescisão da locação, se razoavelmente certas.

No que respeita à mensuração subsequente, o Grupo mensura os ativos por direito de uso ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade e o passivo de locação é aumentado, refletindo os juros sobre o mesmo e é reduzido pelos pagamentos de locação realizados no período.

O passivo de locação pode, também, sofrer remensurações caso se verifiquem alterações nos pagamentos futuros, devendo o Grupo reconhecer o referido montante como um ajustamento ao ativo sob direito de uso. Caso a quantia escriturada do ativo sob direito de uso estiver reduzida a zero, a quantia remanescente da remensuração deve ser reconhecida na demonstração de resultados.

Sempre que o contrato de locação é modificado e a modificação não qualifica como uma locação separada, o Grupo EDA procede à remensuração do passivo de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) e ajusta o ativo sob direito de uso em conformidade, descontando os pagamentos de locação revistos, à taxa incremental de financiamento determinada à data da modificação.

As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa não são incluídas na mensuração do passivo de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento), nem do ativo sob direito de uso. Tais pagamentos são reconhecidos enquanto gastos no período em que o evento ou condição que dá lugar aos pagamentos ocorre.

O Grupo apresenta o ativo sob direito de uso e o passivo de locação em rubricas segregadas na demonstração da posição financeira.

5. Políticas de gestão do risco financeiro

5.1. Fatores do risco financeiro

As atividades da EDA estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro, entre outros.

A evolução dos mercados é analisada em consonância com a política de gestão de riscos determinada pelo Conselho de Administração.

A gestão do risco é conduzida centralmente pelo departamento financeiro com base em políticas aprovadas pela Comissão Executiva. O departamento financeiro identifica, avalia e remete à aprovação da Comissão Executiva, mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição com vista à minimização dos riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da EDA.

A Comissão Executiva define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

i. Risco de taxa de câmbio

O Grupo EDA não tem operações significativas em moeda estrangeira.

ii. Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo EDA deve ser avaliado por área de negócio:

Eletricidade:

O risco de crédito existe, uma vez que parte significativa da venda de eletricidade resulta da faturação emitida aos consumidores finais de eletricidade. O risco de crédito é, contudo, ponderado pela natureza essencial do bem fornecido, a energia elétrica, pelos mecanismos legais disponíveis para persuadir ao pagamento e pela dispersão da faturação por um número muito elevado de clientes.

Telecomunicações e Outros serviços:

Nas empresas do Grupo, com atividades inseridas em setores de mercado concorrenciais, o risco de crédito de clientes é mais elevado embora pouco significativo. Esta exposição ao risco de crédito prende-se, essencialmente, com os saldos a receber decorrentes da sua atividade operacional e é influenciado pelas características individuais de cada cliente. É efetuada uma gestão permanente das carteiras de clientes e dos saldos devedores em aberto. O acompanhamento do perfil de risco de crédito dos devedores da Empresa, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente. Esta abordagem é complementada pelos procedimentos de cobrança.

No que se refere aos depósitos bancários do grupo, classificadas como Caixa e equivalentes de caixa, estas estão contratadas junto de instituições financeiras com um rating de crédito que varia entre A1 e Ba2, conforme a classificação da Moody's.

Rating	2025	2024
A1	204 480	-
A2	2 132 551	2 005 184
A3	-	6 947
Baa	47 320	395 886
Baa2	86 686	507 962
Ba1	5 372	21 112
Ba2	-	6 770
Sem classificação	60 034	58 484
Total (Nota 18)	**2 536 443**	**3 002 345**

Relativamente ao exposto verificamos uma melhoria na avaliação do rating das instituições financeiras em que se encontram as disponibilidades do Grupo EDA.

A exposição ao risco de crédito de Clientes e outras contas a receber é apresentada na Nota 15.

iii. Risco de liquidez

O Grupo EDA efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento, com compromisso de tomada firme, para garantir o acesso

imediato aos fundos. Estas linhas contratadas junto de instituições nacionais são utilizadas em complemento a programas de papel comercial e emissão de obrigações, assim como de créditos financeiros, contratados junto de instituições nacionais e internacionais, neste caso, quase exclusivamente contratados com o Banco Europeu de Investimento, os quais permitem diversificar as fontes de financiamento de curto e médio e longo prazo do Grupo EDA.

A tabela seguinte analisa os passivos financeiros da EDA e os derivados financeiros pelo líquido, por grupos de maturidade relevantes, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do relato financeiro. Os montantes que constam da tabela são cash-flows contratuais não descontados calculados com base em taxas de juros projetadas, informação disponibilizada pelo consultor financeiro da Empresa:

	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2025				
Empréstimos obtidos:				
- empréstimos bancários	9 886 255	34 763 343	3 345 085	47 994 683
- obrigacionista	30 248 556	162 123 069	17 448 300	209 819 925
- papel comercial	4 095 973	104 852 114	-	108 948 087
Fornecedores e contas a pagar	48 926 215	-	-	48 926 215

	Menos de 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2024				
Empréstimos obtidos:				
- empréstimos bancários	12 673 129	38 441 139	7 259 784	58 374 052
- obrigacionista	23 613 834	139 445 885	33 457 626	196 517 345
- papel comercial	3 834 318	109 913 400	-	113 747 718
Fornecedores e contas a pagar	37 632 081	-	-	37 632 081

iv. Risco de taxa de juro

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem dois impactos nas contas do Grupo: na remuneração dos ativos da empresa, conforme o regulamento tarifário; e no serviço da dívida contratada. O departamento financeiro da empresa, monitoriza de forma regular a evolução das taxas de juro, propondo à Comissão Executiva mecanismos para minimização desses impactos.

Uma vez que parte significativa dos ativos da EDA tem um rendimento garantido através das tarifas, refletindo tendencialmente a taxa de juro do mercado, os seus fluxos de caixa operacionais são substancialmente afetados pelas alterações da taxa de juro de mercado. Acréscimos desta taxa determinam aumentos substanciais dos fluxos de caixa e vice-versa.

A EDA apresenta ainda exposição ao risco de taxa de juro, por via dos empréstimos obtidos pelas empresas do grupo. Os empréstimos emitidos com taxa variável expõem a EDA ao risco associado aos fluxos de caixa, decorrentes de alterações na taxa de juro. Os empréstimos emitidos com taxa fixa expõem a EDA ao risco de justo valor, decorrente de alterações na taxa de juro.

A exposição ao risco da variação da taxa de juro está apresentada na Nota 23 – Empréstimos obtidos.

Análise de sensibilidade dos custos financeiros a variações na taxa de juro

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base na dívida total do Grupo EDA subtraída das aplicações de fundos e das disponibilidades, com referência a 31 de dezembro de 2025 e 2024.

31 de dezembro de 2025

Tendo por referência a dívida líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2025, um acréscimo de 0,25% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 552 milhares de euros.

31 de dezembro de 2024

Tendo por referência a dívida líquida do Grupo em 31 de dezembro de 2024, um acréscimo de 0,25% nas taxas de juro resultaria num incremento dos custos financeiros líquidos anuais de 526 milhares de euros.

v. Riscos da atividade regulada

Os ganhos registados em cada período pela EDA resultam diretamente dos pressupostos considerados pelo regulador, a ERSE, na definição das tarifas.

5.2. Gestão do risco de capital

O objetivo do Grupo EDA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida e mantendo um rating de crédito sólido que lhe permita reduzir o custo de capital.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de construção de ativos para a concessão e ativos de empresas de produção a partir de energias renováveis; ii) a taxa de remuneração dos ativos regulados prevista no regulamento tarifário em vigor; e iii) a política de dividendos definida.

A EDA monitoriza ainda o seu capital total com base no rácio de *gearing*, o qual é determinado como sendo a dívida líquida a dividir pelo capital. A dívida líquida é calculada como o montante total de empréstimos (incluindo os saldos correntes e não-correntes conforme divulgado na Demonstração da posição financeira deduzido dos montantes de caixa e equivalentes de caixa). O capital total é calculado através da soma dos capitais próprios (como divulgado na Demonstração da posição financeira) acrescido da dívida líquida.

Os rácios de *gearing* em 31 de dezembro de 2025 e 2024 encontram-se de acordo com os objetivos definidos e apresentavam os seguintes valores:

	2025	2024
Empréstimos totais (Nota 23)	318 538 635	327 450 158
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 18)	(2 543 745)	(3 009 649)
Dívida líquida	315 994 891	324 440 510
Capital Próprio atribuível accionistas	225 800 577	221 539 613
Capital Total	**541 795 468**	**545 980 123**
Gearing	58%	59%

6. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem.

Estimativas contabilísticas relevantes

a) Desvios tarifários

A EDA estima, a cada data de relato, de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, para a aceitação dos custos operacionais e a determinação dos proveitos permitidos, o valor de correção à convergência tarifária que decorre dos desvios apurados entre os custos reais e estimados. Esta correção é ajustada mediante a aprovação da ERSE no ano seguinte (ano n+1), para incorporação das tarifas do ano a seguir (n+2), não tendo sido apuradas diferenças significativas nos últimos exercícios (ver Nota 15 e 25).

b) Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo EDA, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao Grupo.

Relativamente aos ativos fixos tangíveis em curso relacionados com as atividades de prospeção de recursos minerais, a avaliação da capacidade de extração de fluídos de cada poço e da sua potência é efetuada regularmente de forma a determinar a viabilidade de cada poço per si e do projeto como um todo.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

No que respeita ao cálculo da imparidade (e da passagem do modelo de perda incorrida para o modelo de perda esperada), o Grupo optou por uma abordagem simplificada. A avaliação está alinhada com os critérios de mitigação do risco de crédito implementados no Grupo e segue o seguinte:

i) Identificação das dívidas comerciais, estratificadas em dívida corrente e dívida não corrente, líquidas das garantias prestadas (cauções e garantias bancárias);

ii) Definição do risco de default por segmento de cliente e análise casuística (cliente a cliente). Este risco está alinhado com os procedimentos em matéria de gestão de risco de crédito.

c) Provisões

A EDA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

A EDA reconhece na demonstração consolidada da posição financeira a estimativa do valor a pagar aquando do desmantelamento e remoção dos equipamentos de produção dos aproveitamentos eólicos instalados em propriedade de terceiro, de acordo com a melhor estimativa dos trabalhos a efetuar e o respetivo custo (ver Nota 22).

d) Pressupostos atuariais

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades e às tabelas de mortalidade utilizadas (ver Nota 24).

e) Ativos fixos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração do rendimento integral consolidado de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

f) Ativos intangíveis

A determinação do padrão de amortização dos direitos de concessão corresponde à melhor estimativa do consumo dos benefícios económicos estimados para os mesmos. A diferença entre o padrão de amortização utilizado e o que resultaria da aplicação de uma taxa de amortização linear equivalente ao prazo da concessão não é considerada significativa.

g) Transição energética

O Grupo EDA considerou os riscos relacionados com as alterações climáticas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, que refletem adequadamente o efeito desses objetivos nos ativos, passivos, ganhos e perdas, incorporando, se necessário, os impactos materiais e previsíveis conforme exigido pelo normativo nacional. O Grupo também avaliou cuidadosamente se as questões das alterações climáticas afetaram os pressupostos razoáveis e suportados utilizados para estimar os fluxos de caixa esperados. Quando necessário, o Grupo também levou em consideração o impacto de longo prazo das mudanças climáticas.

7. Informação por segmentos

O Grupo EDA apresenta como segmento operacional, a Eletricidade e outros. O segmento Eletricidade inclui as empresas de grupo: EDA e EDA Renováveis, agregando o segmento Outros as atividades das empresas do grupo: SEGMA e GLOBALEDA, com atividades associadas à prestação de serviços diversos, a entidades terceiras.

A informação por segmentos operacionais do Grupo EDA a 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Total de vendas e serviços prestados	315 649 787	16 358 120	-	332 007 907
Vendas e serviços prestados inter - segmentos	(28 500 243)	(38 443)	(4 379 928)	(32 918 614)
Vendas e serviços prestados	**287 149 543**	**16 319 678**	**(4 379 928)**	**299 089 293**
Resultado Operacional por Segmento	23 127 257	2 480 241	(3 254 729)	22 352 769
Custos financeiros	(7 763 943)	(9 008)	123 954	(7 648 998)
Proveitos financeiros	-	132 220	(123 954)	8 266
Ganhos/ (perdas) em Associadas	-	-	-	-
Resultados antes do imposto				14 712 037
Imposto do período				(3 481 113)
Resultado Líquido do período total				**11 230 924**
Outros custos:				
Depreciações e amortizações	(35 362 300)	(203 047)	-	(35 565 347)
Reforço Imparidade de ativos	(4 405 931)	-	-	(4 405 931)

A informação por segmentos operacionais do Grupo EDA a 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Total de vendas e serviços prestados	293 924 870	17 650 370	-	311 575 241
Vendas e serviços prestados inter - segmentos	(29 818 140)	(15 718)	(7 088 367)	(36 922 224)
Vendas e serviços prestados	**264 106 730**	**17 634 653**	**(7 088 367)**	**274 653 016**
Resultado Operacional por Segmento	24 656 791	104 275	(343 828)	24 417 238
Custos financeiros	(10 927 652)	(8 428)	207 260	(10 728 819)
Proveitos financeiros	-	219 969	(207 260)	12 709
Ganhos/ (perdas) em Associadas	-	-	-	-
Resultados antes do imposto				13 701 128
Imposto do período				(3 549 809)
Resultado Líquido do período total				**10 151 319**
Outros custos:				
Depreciações e amortizações	(34 453 001)	(168 249)	-	(34 621 250)
Reforço Imparidade de ativos	(1 495 963)	-		(1 495 963)

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de 2025, são como segue:

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Ativos	627 225 831	13 135 958	(11 447 637)	628 914 151
Investimentos em associadas	-	-	-	-
Total ativos	627 225 831	13 135 958	(11 447 637)	628 914 151
Passivos	399 893 887	4 930 751	(2 099 828)	402 724 809
Investimento em ativos tangíveis	55 376 777	503 819	-	55 880 596
Investimento em ativos intangíveis	43 254 035	2 305	-	43 256 340

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de 2024 são como segue:

	Eletricidade	Outros	Anulações	Grupo
Ativos	631 677 507	18 265 460	(21 805 089)	628 137 878
Investimentos em associadas	-	-	-	-
Total ativos	631 677 507	18 265 460	(21 805 089)	628 137 878
Passivos	409 068 104	5 489 036	(8 524 032)	406 033 108
Investimento em ativos tangíveis	41 656 881	347 865	-	42 004 746
Investimento em ativos intangíveis	37 916 283	27 720	-	37 944 003

Os montantes na coluna "Anulações" referem-se aos saldos em aberto entre as empresas dos dois segmentos de relato que são anulados no processo de consolidação, em cada data de relato financeiro.

8. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
1 de janeiro de 2025			
Custo de aquisição	8 979 759	108 259 744	586 154 523
Imparidade acumulada	(1 065 757)	(1 545 130)	(28 493 540)
Subsídio ao investimento	-	(374 273)	(153 438 961)
Depreciações acumuladas	-	(70 191 840)	(410 057 343)
Amortizações subsídio Acum.	-	310 756	111 947 352
Valor líquido	**7 914 002**	**36 459 256**	**106 112 031**
Movimento do período			
Adições	421 108	36 338	-
Reclassificação	263 936	-	-
Provisão de desmantelamento	-	-	339 062
Alienações	(39 190)	-	(976 393)
Transferências e abates	16 800	2 174 597	24 044 493
Adições subsídios	-	-	-
Imparidade - período	-	140 465	1 619 860
Depreciação - período	-	(2 766 029)	(19 262 533)
Depreciação - alienações	-	-	971 547
Amortização Subsídio	-	-	3 528 617
	8 576 656	**36 044 627**	**116 376 682**
31 de dezembro de 2025			
Custo de aquisição	9 642 413	110 470 678	609 561 684
Imparidade acumulada	(1 065 757)	(1 404 665)	(26 873 680)
Subsídio ao investimento	-	(374 273)	(153 438 961)
Depreciações acumuladas	-	(72 957 869)	(428 348 330)
Amortizações subsídio Acum.	-	310 756	115 475 968
Valor líquido	**8 576 656**	**36 044 627**	**116 376 682**

Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
9 521 501	9 877 852	44 560 555	119 840 266	887 194 199
-	-	-	(1 958 319)	(33 062 746)
-	(13 002)	(58 481)	(41 199 787)	(195 084 505)
(7 139 878)	(7 974 166)	(34 387 019)	-	(529 750 247)
-	-	58 481	-	112 316 589
2 381 623	**1 890 685**	**10 173 535**	**76 682 159**	**241 613 291**
844 830	274 195	582 992	53 721 133	55 880 596
-	-	-	-	263 936
-	-	-	1 890 000	2 229 062
(401 171)	(12 292)	(43 610)	-	(1 472 657)
-	(80 939)	859 532	(27 166 201)	(151 718)
-	-	-	(21 624 405)	(21 624 405)
-	-	-	(6 166 256)	(4 405 931)
(890 144)	(752 818)	(1 360 815)	-	(25 032 338)
401 171	93 231	77 804	-	1 543 753
-	-	-	-	3 528 617
2 336 309	**1 412 062**	**10 289 438**	**77 336 431**	**252 372 206**
9 965 160	10 058 815	45 959 468	148 285 198	943 943 417
-	-	-	(8 124 575)	(37 468 676)
-	(13 002)	(58 481)	(62 824 192)	(216 708 909)
(7 628 851)	(8 633 752)	(35 670 030)	-	(553 238 832)
-	-	58 481	-	115 845 206
2 336 309	**1 412 062**	**10 289 438**	**77 336 431**	**252 372 206**

8. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico
1 de janeiro de 2024			
Custo de aquisição	8 800 665	108 124 892	587 873 525
Imparidade acumulada	(566 764)	(1 371 280)	(27 539 358)
Subsídio ao investimento	-	(374 273)	(153 438 961)
Depreciações acumuladas	-	(67 485 369)	(394 113 653)
Amortizações subsídio Acum.	-	310 756	108 489 204
Valor líquido	**8 233 901**	**39 204 725**	**121 270 755**
Movimento do período			
Adições	179 094	-	89 670
Reclassificação	-	-	-
Alienações	-	-	(3 085 245)
Transferências e abates	-	134 851	1 276 573
Adições subsídios	-	-	-
Desreconhecimento subsídios	-	-	-
Imparidade - período	(498 992)	(42 789)	(954 181)
Correção imparidade	-	(131 061)	-
Depreciação - período	-	(2 716 956)	(19 052 054)
Correção depreciação	-	10 485	-
Depreciação - alienações	-	-	3 108 364
Depreciação - reclassificações	-	-	-
Amortização Subsídio	-	-	3 458 148
	7 914 002	**36 459 256**	**106 112 031**
31 de dezembro de 2024			
Custo de aquisição	8 979 759	108 259 744	586 154 523
Imparidade acumulada	(1 065 757)	(1 545 130)	(28 493 540)
Subsídio ao investimento	-	(374 273)	(153 438 961)
Depreciações acumuladas	-	(70 191 840)	(410 057 343)
Amortizações subsídio Acum.	-	310 756	111 947 352
Valor líquido	**7 914 002**	**36 459 256**	**106 112 031**

	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
	9 120 122	9 400 886	43 047 472	82 865 626	849 233 188
	-	-	-	(1 958 319)	(31 435 722)
	-	(13 002)	(58 481)	(29 195 762)	(183 080 480)
	(7 038 507)	(7 433 286)	(32 892 361)	-	(508 963 177)
	-	-	58 481	-	108 858 441
	2 081 615	**1 954 598**	**10 155 110**	**51 711 545**	**234 612 250**
	1 134 054	637 947	599 643	39 364 337	42 004 746
	-		-	-	752
	(732 675)	752	-	-	(3 979 653)
	-	(161 733)	913 440	(2 389 698)	(64 833)
	-	-	-	(12 700 592)	(12 700 592)
	-	-	-	696 567	696 567
	-	-	-	-	(1 495 963)
	-	-	-	-	(131 061)
	(748 195)	(699 370)	(1 499 363)	-	(24 715 938)
	-	-	-	-	10 485
	646 824	159 179	4 705	-	3 919 072
	-	(689)	-	-	(689)
	-	-	-	-	3 458 148
	2 381 623	**1 890 685**	**10 173 535**	**76 682 159**	**241 613 291**
	9 521 501	9 877 852	44 560 555	119 840 266	887 194 199
	-	-	-	(1 958 319)	(33 062 746)
	-	(13 002)	(58 481)	(41 199 787)	(195 084 505)
	(7 139 878)	(7 974 166)	(34 387 019)	-	(529 750 247)
	-	-	58 481	-	112 316 589
	2 381 623	**1 890 685**	**10 173 535**	**76 682 159**	**241 613 291**

Subsídios ao investimento

Os ativos fixos tangíveis encontram-se líquidos de subsídios ao investimento, cujo valor é de 100.863.704 euros em 2025 e 82.767.916 euros em 2024.

Adições

Os aumentos registados em ativos tangíveis durante o ano de 2025 englobam 2.159.463 euros de aquisições diretas (em 2024: 2.640.409 euros). E ainda, 53.721.133 euros de obras em curso (em 2024: 39.364.337 euros), que correspondem ao investimento efetuado em ampliações de centrais termoelétricas e geotérmicas, parques eólicos, sistemas de armazenamento de baterias, equipamentos de produção, e em edifícios de suporte à atividade das empresas.

Ativos fixos tangíveis em curso

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor acumulado dos ativos fixos tangíveis em curso, líquido de subsídio ao investimento, ascende a 77.336.431 euros e 76.682.159 euros, respetivamente.

O valor de custos com empréstimos capitalizados em 2025 nos ativos tangíveis em curso ascende a 2.807.038 euros (2.805.906 euros em 2024).

No caso da EDA os valores mais significativos incluídos na rubrica de Ativos em curso distribuem-se por:

EDA	2025	2024
Produção	25 359 419	34 518 672
Implementação e atualização de soluções informáticas	7 599 725	6 846 848
Ampliação central térmica Belo Jardim	5 076 167	1 554 674
Outras obras	13 649 842	9 104 146
	51 685 153	**52 024 339**

Os ativos em curso nas restantes empresas do grupo correspondem essencialmente aos seguintes projetos:

	2025	2024
EDA Renováveis		
Aproveitamentos hidroelétricos	649 241	573 419
Parques eólicos	18 870 557	15 496 113
Parques fotovoltaicos	520 705	497 905
Campo Geotérmico Pico Alto	14 855 159	14 966 972
Campo Geotérmico Ribeira Grande	61 668 878	36 238 585
	96 564 540	**67 772 994**
Imparidade	(8 124 575)	(1 958 319)
Subsídios ao investimento em curso	(62 824 192)	(41 199 787)
	25 615 774	**24 614 888**
SEGMA		
Postos de carregamento de viaturas elétricas	35 507	42 934
Saldo a 31 de dezembro	**25 651 281**	**24 657 822**

As transferências de Ativos em curso para Ativos fixos tangíveis ocorridas em 2025, no montante de 27.166.201 euros, referem-se essencialmente a obras de ampliação e beneficiação de centros produtores, à construção e remodelação de edifícios de suporte à atividade da Empresa, bem como à instalação e montagem de contadores.

Imparidade

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as perdas por imparidades de ativos não correntes reconhecidas tinham o seguinte destino:

	2025	2024
Central Geotérmica do Pico Alto	27 713 372	23 307 441
Poço geotérmico PA1	6 249 616	6 249 616
Poço geotérmico RG 5	1 958 319	1 958 319
Outros	1 547 369	1 547 369
	37 468 676	**33 062 745**

O campo geotérmico do Pico Alto foi considerado em anos anteriores uma área geral de interesse comercial para efeitos de produção de energia elétrica. Com base na avaliação inicial da produtividade dos quatro poços de produção e injeção, a Administração concluiu que existia um risco elevado de diminuição do fluido geotérmico. Assim, avançou numa primeira fase na construção de uma central geotérmica de 3,5 MW, que entrou em exploração em setembro de 2017.

O imobilizado total em exploração no Campo Geotérmico do Pico Alto atingiu o montante de 43.378.988 euros, tendo a central geotérmica atingido em 2025 uma produção de cerca de 4,1 GWh (em 2024 – 7,4 GWh), sendo anualmente efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável deste ativo, com base nos seguintes pressupostos:

	2025	2024
Vida útil estimada dos ativos	17 anos	18 anos
Custo médio ponderado do capital (WACC)	6,50%	5,95%

O valor de uso desses ativos foi determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados para a central no seu estado atual, considerando que a unidade geradora de caixa se consubstancia no Campo Geotérmico do Pico Alto, com os atuais níveis de produção que poderão ser substancialmente alterados se se concretizar a expansão da capacidade instalada prevista para 10 MWh, e tendo em conta que a central geotérmica terá um período de vida útil previsível de 17 anos.

Em 2025 alterou-se o projeto inicial da construção da central para os novos poços e decidiu-se incorporar na central existente. Nesta base adicionou-se ao estudo da imparidade da Central Geotérmica do Pico Alto existente os novos poços que se encontram ainda em Investimento em curso, no montante de 14.728.747 euros, sendo expetável a sua entrada em exploração em 2031.

A determinação das vendas de energia a produzir foi fundada no preço unitário que vigorará em 2025 acrescido de 2% para os exercícios até 2030. O preço a partir de 2031 tem por base a nova diretiva da ERSE, que estabelece que o preço para novas entradas de energia renovável difere do preço praticado atualmente. Para o estudo da imparidade foi considerada a produção média anual conforme quadro infra:

Unid.: MWh

2026	2027	2028	2029	2030	Média 2031 a 2042
5 037	15 590	19 505	19 505	19 505	35 000

A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC estimado de 6,50%, tendo em conta a estrutura dos capitais investidos e o risco específico destes ativos, nomeadamente os com reflexo nos mercados financeiros e na subida de preços, cuja incerteza sobre a sua duração, expõe riscos de natureza diversa significativos.

Como cenário de sensibilidade ponderou-se os efeitos da variação de um ponto percentual da WACC e redução ou aumento do nível dos fluxos de caixa descontados em cerca de 10%, com os resultados a seguir indicados:

	Cenário base	Cenários de sensibilidade Variação de 1%	
Custo médio ponderado do capital (WACC)	6,50%	5,50%	7,50%
Valor atual dos fluxos de caixa descontados	8 562 491	9 830 891	7 445 486
Variação do nível dos fluxos de caixa descontados			
Aumento de 10%	9 418 741		
Redução de 10%	7 706 242		

Com base nos pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso, que, comparativamente ao ano anterior incorporam as alterações de comportamento dos mercados financeiros, do risco operacional e do aumento das necessidades de investimento, a Administração aprovou a constituição de imparidade no montante de 4.405.931 euros, conforme verificado no seguinte movimento:

	2025	2024
Valor de custo (líquido de depreciações	36 275 863	23 307 441
Imparidades acumuladas)	(23 307 441)	(21 811 478)
Imparidade do período	(4 405 931)	(1 495 963)
	8 562 491	-

A totalidade dos gastos incorridos com o poço geotérmico PA1 que foi considerado abandonado no âmbito do desenvolvimento do campo geotérmico do Pico Alto, no montante de 6.249.616 euros, foi integralmente reconhecida em 2011 como irrecuperável.

Em 2016, registou-se uma imparidade de 1.958.319 euros, referente aos gastos incorridos no poço geotérmico RG5 situado no campo geotérmico da Ribeira Grande por ter sido determinada a sua inviabilidade económica.

9. Ativos sob direito de uso

Os movimentos na rubrica de Ativos sob direito de uso durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, para o Grupo, são analisados como se segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Total
1 de janeiro de 2025			
Custo de aquisição	207 758	307 154	514 912
Depreciações acumuladas	(126 145)	(244 284)	(370 429)
Valor líquido	**81 612**	**62 870**	**144 482**
Movimento do período			
Adições	-	-	-
Depreciação - período	(21 869)	(26 726)	(48 595)
	59 743	**36 144**	**95 887**
31 de dezembro de 2025			
Custo de aquisição	207 758	307 154	514 912
Depreciações acumuladas	(148 014)	(271 010)	(419 025)
Valor líquido	**59 743**	**36 144**	**95 887**

Os movimentos na rubrica de Ativos sob direito de uso durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, para o Grupo, foram os seguintes:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Total
1 de janeiro de 2024			
Custo de aquisição	207 758	257 867	465 625
Depreciações acumuladas	(104 276)	(214 558)	(318 834)
Valor líquido	**103 481**	**43 309**	**146 791**
Movimento do período			
Adições	-	49 287	49 287
Depreciação - período	(21 869)	(29 726)	(51 595)
	81 612	**62 870**	**144 482**
31 de dezembro de 2024			
Custo de aquisição	207 758	307 154	514 912
Depreciações acumuladas	(126 145)	(244 284)	(370 429)
Valor líquido	**81 612**	**62 870**	**144 482**

10. Propriedades de investimento

O saldo desta rubrica refere-se às instalações da estação geodésica, na ilha de Santa Maria e ao antigo edifício sede da EDA na Calheta:

	Terrenos	Edifícios	Total
A 1 de janeiro de 2025			
Valor bruto	529 912	2 868 399	3 398 311
Depreciações acumuladas	-	(1 248 310)	(1 248 310)
Imparidades acumuladas	(104 345)	(1 094 732)	(1 199 077)
Valor líquido	**425 567**	**525 356**	**950 924**
Depreciações - Período	-	(36 137)	(36 137)
A 31 de dezembro de 2025	**-**	**(36 137)**	**(36 137)**
Valor bruto	529 912	2 868 399	3 398 311
Depreciações acumuladas	-	(1 284 447)	(1 284 447)
Imparidades acumuladas	(104 345)	(1 094 732)	(1 199 077)
Valor líquido	**425 567**	**489 220**	**914 787**

	Terrenos	Edifícios	Total
1 de janeiro de 2024			
Valor bruto	529 912	2 868 399	3 398 311
Depreciações acumuladas	-	(1 213 567)	(1 213 567)
Imparidades acumuladas	(104 345)	(933 253)	(1 037 598)
Valor líquido	**425 567**	**721 578**	**1 147 146**
Depreciações - Período	-	(47 661)	(47 661)
Correção da depreciação	-	12 918	12 918
Correção da imparidade	-	(161 479)	(161 479)
31 de dezembro de 2024	**-**	**(196 222)**	**(196 222)**
Valor bruto	529 912	2 868 399	3 398 311
Depreciações acumuladas	-	(1 248 310)	(1 248 310)
Imparidades acumuladas	(104 345)	(1 094 732)	(1 199 077)
Valor líquido	**425 567**	**525 356**	**950 924**

O valor recuperável do ativo da SEGMA é determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes das rendas que venham a ser acordadas e com a alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Na impossibilidade de formalizar um acordo com a Região Autónoma dos Açores para o arredamento do imóvel, a Gerência decidiu constituir imparidade da propriedade de investimento no ano de 2023, a qual se manteve em 2025, dado não ter ocorrido qualquer desenvolvimento em relação a esta situação.

O justo valor das propriedades de investimento não diverge significativamente do valor líquido contabilístico, tendo sido usado o nível 2 para o justo valor, conforme preconizado na IFRS 13.

11. Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o saldo dos intangíveis detalha-se como se segue:

	Licenças CO_2	*Software*	Direitos de concessão	Direitos de superfície	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2025						
Custo de aquisição	148 170 683	28 549 377	470 177 840	1 079 780	-	647 977 682
Amortizações acumuladas	(147 501 452)	(21 302 267)	(240 836 753)	(568 073)	-	(410 208 545)
Valor líquido	**669 231**	**7 247 110**	**229 341 087**	**511 707**	**-**	**237 769 137**
Adições	26 264 689	27 555	16 939 096	25 000	-	43 256 340
Reclassificações	-	-	-	-	-	-
Transferências e abates	-	(198 841)	(294 738)	-	-	(493 579)
Amortização - período	(26 514 349)	(1 346 460)	(12 587 893)	(42 540)	-	(40 491 242)
Amortização - abates	-	198 841	-	-	-	198 841
Amortização - Reclassificações	-	-	-	-	-	-
	419 571	**5 928 205**	**233 397 552**	**494 167**	**-**	**240 239 498**
31 de dezembro de 2025						
Custo de aquisição	174 435 372	28 378 091	486 822 198	1 104 780	-	690 740 444
Amortizações acumuladas	(174 015 801)	(22 449 886)	(253 424 646)	(610 613)	-	(450 500 946)
Valor líquido	**419 571**	**5 928 205**	**233 397 552**	**494 167**	**-**	**240 239 498**

	Licenças CO_2	*Software*	Direitos de concessão	Direitos de superfície	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2024						
Custo de aquisição	127 025 361	27 121 969	454 765 473	1 040 027	-	609 952 828
Amortizações acumuladas	(124 902 330)	(19 871 537)	(229 046 425)	(525 614)	-	(374 345 906)
Valor líquido	**2 123 031**	**7 250 432**	**225 719 047**	**514 412**	**-**	**235 606 924**
Adições	21 145 323	53 063	15 330 767	39 753	1 375 097	37 944 003
Reclassificações	-	(752)	-	-	-	(752)
Transferências e abates	-	1 375 097	81 599	-	(1 375 097)	81 599
Amortização - período	(22 599 122)	(1 431 420)	(11 790 326)	(42 459)	-	(35 863 327)
Amortização - abates	-	-	-	-	-	-
Amortização - Reclassificações	-	689	-	-	-	689
	669 231	**7 247 110**	**229 341 087**	**511 707**	**-**	**237 769 137**
31 de dezembro de 2024						
Custo de aquisição	148 170 683	28 549 377	470 177 840	1 079 780	-	647 977 682
Amortizações acumuladas	(147 501 452)	(21 302 267)	(240 836 753)	(568 073)	-	(410 208 545)
Valor líquido	**669 231**	**7 247 110**	**229 341 087**	**511 707**	-	**237 769 137**

Licenças CO_2

No âmbito do regime do comércio europeu de licenças de emissão de gases com efeito de estufa (CELE), a Diretiva n.º 2009/29/CE do Parlamento Europeu e do Conselho apresenta o quadro legal para o período após 2013. Em conformidade, a Agência Portuguesa do Ambiente publicou a lista nacional de instituições e alocação preliminar de licenças de emissão gratuitas no período 2013-2020, no qual as instalações de produção da EDA deixaram de beneficiar da atribuição gratuita de licenças.

Em 2025 encontram-se registados em gastos 357.038 toneladas de licenças de CO_2, no montante de 26.514.349 euros (2024: 343.234 toneladas e 22.599.122 euros), relativas às emissões do exercício de 2024. Releva-se que das licenças adquiridas em 2025 foram consideradas excedentárias 4.878 toneladas no montante de 419.571 euros.

Software

O valor capitalizado como software em 2025, refere-se essencialmente à aquisição de licenciamentos e novas soluções SAP.

Contrato de Concessão

O detalhe dos movimentos foram como se segue:

	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios Concessão	Total
1 de janeiro de 2025				
Custo de aquisição	524 685 639	22 827 961	(77 335 760)	470 177 840
Amortizações acumuladas	(285 403 790)	-	44 567 037	(240 836 753)
Valor líquido	**239 281 850**	**22 827 961**	**(32 768 723)**	**229 341 087**
Adições	155 119	17 953 764	(1 169 787)	16 939 096
Transferências	9 824 803	(10 088 739)	-	(263 936)
Transferências e abates	-	(30 802)	-	(30 802)
Amortização - período	(14 965 995)	-	2 378 102	(12 587 893)
Valor líquido	**234 295 775**	**30 662 184**	**(31 560 408)**	**233 397 552**
31 de dezembro de 2025				
Custo de aquisição	534 665 561	30 662 184	(78 505 547)	486 822 198
Amortizações acumuladas	(300 369 786)	-	46 945 139	(253 424 648)
Valor líquido	**234 295 775**	**30 662 184**	**(31 560 408)**	**233 397 552**

	Ativos Concessão	Ativos Concessão em Curso	Subsídios Concessão	Total
1 de janeiro de 2024				
Custo de aquisição	501 876 176	29 112 245	(76 222 948)	454 765 473
Amortizações acumuladas	(271 216 406)	-	42 169 981	(229 046 425)
Valor líquido	**230 659 770**	**29 112 245**	**(34 052 967)**	**225 719 047**
Adições	420 518	16 023 061	(1 112 812)	15 330 767
Transferências	22 388 945	(22 388 945)	-	-
Transferências e abates	-	81 599	-	81 599
Amortização - período	(14 187 382)	-	2 397 056	(11 790 326)
Valor líquido	**239 281 851**	**22 827 961**	**(32 768 723)**	**229 341 087**
31 de dezembro de 2024				
Custo de aquisição	524 685 639	22 827 961	(77 335 760)	470 177 840
Amortizações acumuladas	(285 403 790)	-	44 567 037	(240 836 753)
Valor líquido	**239 281 851**	**22 827 961**	**(32 768 723)**	**229 341 087**

No período de 2025 a EDA efetuou investimentos em aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão no montante de 16.939.096 euros (2024: 15.330.767 euros), líquido dos subsídios recebidos.

A amortização do ativo intangível, líquida da amortização de subsídios recebidos, no montante de 12.587.893 euros (2024: 11.790.326 euros), foi efetuada com base nos valores de amortização dos ativos afetos à concessão.

Direitos superfície

Este montante refere-se a direitos de superfície adquiridos para instalação dos aproveitamentos eólicos.

Amortizações

Do valor constante no mapa de movimentos como amortizações do período no montante de 40.491.242 euros (em 2024: 35.863.327 euros), 13.976.893 euros (2024: 13.264.204 euros) encontram-se reconhecidos na rubrica de Gastos/Reversões de depreciação e amortização e o remanescente, relativo às licenças de CO_2, em outros gastos operacionais (ver Nota 32).

12. Ativos e passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados na Demonstração da posição financeira consolidada pelo seu valor bruto.
O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os períodos apresentados, foi como se segue:

	2025	2024
Impacto na demonstração do rendimento integral	1 101 167	(1 858 480)
Ativos por impostos diferidos	(1 837 359)	5 064 244
Passivos por impostos diferidos	(736 191)	3 205 765
Impactos no Capital próprio		
Ativos por impostos diferidos (Nota 34)	(46 520)	(731 717)
	(46 520)	**(731 717)**

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Pensões	Convergência tarifária	Prejuízos fiscais	Provisão Desmantel. Pq. Eólicos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2025	**849 263**	**2 566 790**	**111 781**	**460 874**	**6 272 569**	**10 261 274**
Alteração de taxa - por capital	(306 036)	-	-	-	-	**(306 036)**
Constituição/reversão por capital	259 516	-	-	-	-	**259 516**
Alteração de taxa - por resultados	210 099	(193 316)	-	(22 706)	(385 503)	**(391 427)**
Constituição por resultados	-	10 368	2 067 700	-	1 150 247	**3 228 315**
Reversão por resultados	(91 338)	(992 441)	(111 782)	(37 501)	(502 660)	**(1 735 721)**
Movimento do exercício	**72 241**	**(1 175 389)**	**1 955 918**	**(60 207)**	**262 085**	**1 054 647**
A 31 de dezembro de 2025	**921 504**	**1 391 401**	**2 067 699**	**400 667**	**6 534 653**	**11 315 922**

	Pensões	Convergência tarifária	Prejuízos fiscais	Provisão Desmantel. Pq. Eólicos	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2024	**1 510 275**	**1 124 598**	**3 897 400**	**516 110**	**6 222 852**	**13 271 231**
Utilização do exercício	-	-	(419 761)	(78 746)	-	**(498 508)**
Alteração de taxa - por capital	(527 345)	-	-	-	-	**(527 345)**
Constituição/reversão por capital	(204 372)	-	-	-	-	**(204 372)**
Alteração de taxa - por resultados	295 879	(169 223)	(165 602)	(12 873)	(234 879)	**(286 698)**
Constituição por resultados	-	1 717 881	-	36 384	334 703	**2 088 967**
Reversão por resultados	(225 174)	(106 466)	(3 200 255)	-	(50 107)	**(3 582 002)**
Movimento do exercício	**(661 012)**	**1 442 193**	**(3 785 618)**	**(55 236)**	**49 717**	**(3 009 957)**
A 31 de dezembro de 2024	**849 263**	**2 566 790**	**111 781**	**460 874**	**6 272 569**	**10 261 274**

O montante de prejuízos fiscais acumulados que se encontram disponíveis para utilização decompõem-se da seguinte forma:

	EDA	GLOBALEDA
Prejuízos fiscais reportáveis:		
- ano 2022	-	59 722
- ano 2023	-	738 221
- ano 2024	-	924 489
- ano 2025	15 546 613	592 970

A dedução a efetuar em cada um dos períodos não pode exceder o montante correspondente a 65% do respetivo lucro tributável. A Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, relativamente ao Orçamento de Estado para 2023, coloca fim à limitação temporal para reporte de prejuízos fiscais.

O ativo por imposto diferido reconhecido no montante de 2.067.700 euros, correspondente ao prejuízo fiscal apurado no exercício de 2025, reflete a expectativa da Administração de que existirá lucro tributável suficiente em períodos futuros para a sua recuperação integral, em conformidade com as estimativas internas de desempenho económico e financeiro.

Passivos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Reavaliação normativo anterior	Convergência tarifária	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2025	**(46 211)**	**(536 181)**	**(229 302)**	**(811 695)**
Alteração de taxa - por resultados	5 220	-	25 903	31 124
Constituição por resultados	-	(2 416 582)	-	(2 416 582)
Reversão por resultados	6 031	536 178	5 890	548 099
Movimento do exercício	**11 251**	**(1 880 404)**	**31 793**	**(1 837 359)**
A 31 de dezembro de 2025	**(34 960)**	**(2 416 585)**	**(197 509)**	**(2 649 054)**

	Reavaliação normativo anterior	Convergência tarifária	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2024	**(63 307)**	**(5 481 611)**	**(331 021)**	**(5 875 939)**
Alteração de taxa - por resultados	9 703	-	50 733	**60 435**
Constituição por resultados	-	(536 178)	-	**(536 178)**
Correção de imposto	-	-	41 932	**41 932**
Reversão por resultados	7 393	5 481 608	9 054	**5 498 056**
Movimento do exercício	**17 096**	**4 945 430**	**101 719**	**5 064 244**
A 31 de dezembro de 2024	**(46 211)**	**(536 181)**	**(229 302)**	**(811 695)**

13. Ativos e passivos financeiros por categoria

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

2025	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros disponíveis para venda	Passivos ao custo amortizado	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	2 543 745	-	-	-	2 543 745
Clientes e outras contas a receber	93 711 403	-	-	-	93 711 403
Outros ativos financeiros	-	437 193	-	-	437 193
Total ativos financeiros	**96 255 147**	**437 193**	**-**	**-**	**96 692 340**
Passivos					
Empréstimos obtidos	-	-	(318 538 635)	-	(318 538 635)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(59 376 567)	(10 450 309)	(69 826 876)
Total passivos financeiros	**-**	**-**	**(377 915 202)**	**(10 450 309)**	**(388 365 512)**

2024	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros disponíveis para venda	Passivos ao custo amortizado	Ativos/ passivos não financeiros	Total
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	3 009 649	-	-	-	3 009 649
Clientes e outras contas a receber	108 488 178	-	-	-	108 488 178
Outros ativos financeiros	-	437 193	-	-	437 193
Total ativos financeiros	**111 497 827**	**437 193**	**-**	**-**	**111 935 019**
Passivos					
Empréstimos obtidos	-	-	(327 450 158)	-	(327 450 158)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(55 582 012)	(11 964 128)	(67 546 140)
Total passivos financeiros	**-**	**-**	**(383 032 170)**	**(11 964 128)**	**(394 996 298)**

14. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital detidos nas seguintes entidades:

Entidade		% detida 2025	2025	% detida 2024	2024
NOS Açores Comunicações, S.A.		6,18%	228 649	6,18%	228 649
Fundação Eng. José Cordeiro	i)	60,00%	5 736	60,00%	5 736
INOVA - Instituto Inovação Tecnológica dos Açores		0,77%	5 297	0,77%	5 297
Total participações capital			**239 682**		**239 682**

i) Apesar da percentagem de participação detida na Fundação Engenheiro José Cordeiro corresponder a 60% do capital, a EDA não tem controlo ou influência significativa sobre as atividades exercidas por esta entidade;

Outros investimentos	2025	2024
Fundo de compensação do trabalho	197 511	197 511
	197 511	**197 511**
	437 193	**437 193**

As participações de capital encontram-se mensuradas ao custo de aquisição.

15. Clientes e outras contas a receber

No período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a decomposição da rubrica de Clientes e outras contas a receber é como se segue:

		2025			2024		
		Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Clientes	i)	35 014 024	6 855 838	41 869 862	66 356 984	63 672	66 420 655
Imparidade de clientes	ii)	(1 441 540)	-	(1 441 540)	(2 097 788)	-	(2 097 788)
Clientes - Valor líquido		33 572 484	6 855 838	40 428 322	64 259 196	63 672	64 322 867
Programa PRR	iii)	24 555 171	-	24 555 171	31 652 646	-	31 652 646
Programa FEDER	iii)	-	-	-	1 707 531	-	1 707 531
Programa LIFE IP CLIMAZ	iii)	489 919	-	489 919	489 919	-	489 919
Convergência tarifária:	iv)	-	-		-	-	-
Ano de 2025		-	12 052 058	12 052 058	-	-	-
Ano de 2024		5 643 518	-	5 643 518	-	-	-
Ano de 2023	v)	-	-	-	3 592 158	-	3 592 158
Outros devedores	vi)	2 090 612	-	2 090 612	1 885 807	-	1 885 807
Acréscimo proveitos		8 451 803	-	8 451 803	4 788 473	-	4 788 473
		74 803 507	18 907 896	93 711 403	108 424 506	63 672	108 488 178
Imparidade devedores acréscimos rendimentos		-	-	-	-	-	-
		74 803 507	**18 907 896**	**93 711 403**	**108 424 506**	**63 672**	**108 488 178**

i) Clientes:

Os principais clientes do Grupo EDA têm as seguintes naturezas:

- 10.843.926 euros (2024: 15.732.665 euros) referem-se aos valores faturados à REN a título de convergência tarifária;

- 22.553.763 euros (2024: 44.244.931 euros) referem-se a saldos a receber decorrentes do regular fornecimento de energia elétrica, sendo 11.294.361 euros referentes a clientes do setor empresarial e particular (2024: 13.493.164 euros) e 11.259.402 euros de entidades públicas (2024: 30.751.767 euros);

Qualidade do crédito

A qualidade de crédito dos ativos financeiros, podem ser avaliados com referência ao rating de crédito ou informação histórica das entidades a que se referem:

	2025	2024
BBB	10 843 926	15 732 665
Outros sem rating	31 025 936	50 687 990
Total de créditos e valores a receber	**41 869 862**	**66 420 655**

A antiguidade dos saldos a receber sem rating associado e por segmento de cliente são os mostrados de seguida no final do exercício de 2025 e 2024:

2025	< 6 meses	< 12 meses	< 18 meses	> 18 meses	Total
Entidades Públicas	8 799 299	655 233	8 926	2 684 011	12 147 470
Setor Emp. Particular	14 529 956	1 150 036	866 262	2 332 212	18 878 466
	23 329 255	**1 805 270**	**875 188**	**5 016 223**	**31 025 936**

2024	< 6 meses	< 12 meses	< 18 meses	> 18 meses	Total
Entidades Públicas	5 888 681	1 739 953	2 216 319	22 299 513	32 144 465
Setor Emp. Particular	15 850 208	897 914	410 305	1 385 099	18 543 525
	21 738 889	**2 637 866**	**2 626 623**	**23 684 611**	**50 687 990**

No exercício de 2025, efetuou-se um acordo de crédito estabelecido para cessão de dívida de clientes, que levou ao recebimento de 26.064.385 euros.

Após recebimento dos montantes da cessão de créditos, foram faturados juros de mora no montante de 5.004.074 euros. Este montante consta em ativo não corrente, pelo facto de serem recebidos apenas em 2029.

A Empresa não procedeu à constituição de qualquer perda por imparidade para as contas a receber de entidades públicas com elevada antiguidade por entender que as mesmas são recuperáveis.

ii) Imparidade de clientes

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor da imparidade de clientes registou os seguintes movimentos:

	2025	2024
A 1 de janeiro	2 097 788	1 455 384
Aumentos	378 841	977 537
Utilizações	(115 058)	(183 166)
Reduções	(920 032)	(151 967)
Movimento do exercício	**(656 248)**	**642 404**
A 31 de dezembro	**1 441 540**	**2 097 788**

iii) Reconhecimento dos subsídios ao investimento destinados a financiar os seguintes projetos:

- "Aumento da potência instalada geotérmica para a produção de eletricidade" e "Corvo Renovável - Incremento da potência instalada em renováveis para a produção de eletricidade na ilha do Corvo", enquadrado na componente C14 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a "Transição Energética nos Açores";
- O projeto LIFE IP CLIMAZ aprovado pela União Europeia tem como objetivo apoiar a implementação do Programa Regional dos Açores para as Alterações Climáticas (PRAC), nas 9 ilhas dos Açores.

No exercício de 2024, foi desreconhecida a atribuição do subsídio PRR na sequência da resolução do Contrato de financiamento ao investimento "C14-i03.03 - Instalação de sistemas de armazenamento de energia elétrica nas restantes seis ilhas da RAA".

Apresenta-se abaixo a execução do investimento previsto em 2025 e 2024, e o valor do respetivo subsídio reconhecido em cada exercício:

	Investimento realizado em 31.12.2025	Investimento total previsto	Subsídio do Governo	Montante recebido até 31.12.2025	Subsídio reconhecido no capital próprio em 31.12.2025
PRR - Aumento da potência geotérmica (EDA Renováveis)	68 933 040	82 500 000	71 000 000	34 769 021	59 324 192
PRR - Corvo renovável (EDA Renováveis)	6 156 820	3 810 000	3 500 000	3 500 000	3 500 000
Total	**75 089 859**	**86 310 000**	**74 500 000**	**38 269 021**	**62 824 192**

	Investimento realizado em 31.12.2024	Investimento total previsto	Subsídio do Governo	Montante recebido até 31.12.2024	Subsídio reconhecido no Ativo Tangível em 31.12.2024
PO2020 - Baterias São Miguel (EDA)	30 149 984	28 142 716	23 921 309	18 887 484	23 921 309
PRR - Aumento da potência geotérmica (EDA Renováveis)	43 806 091	82 500 000	71 000 000	8 374 485	37 699 787
PRR - Corvo renovável (EDA Renováveis)	4 566 372	3 810 000	3 500 000	1 172 656	3 500 000
Total	**78 522 447**	**114 452 716**	**98 421 309**	**28 434 625**	**65 121 096**

iv) A convergência tarifária refere-se ao registo dos desvios apurados entre os custos reais incorridos nas atividades de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica e os custos estimados incluídos na determinação das tarifas pela ERSE. Os valores apurados no final de cada período correspondem à melhor estimativa do valor a recuperar ou a devolver nos anos seguintes considerando as regras de cálculo dos regulamentos tarifários, contudo poderão existir acertos propostos pela ERSE a estes valores. O mecanismo em vigor para a recuperação destes desvios encontra-se regulamentado pela ERSE e traduz-se na incorporação dos desvios apurados no ano n, nos custos totais que servirão de base à determinação das tarifas do ano n+1 (custo do capital) e n+2.

v) Outros devedores:

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de Outros devedores inclui Adiantamentos a fornecedores no montante de 14.477 euros (2024: 32.231 euros), 925.595 euros (2024: 930.988 euros) referente a Custos diferidos e ainda 123.128 euros de Adiantamentos ao pessoal (2024: 145.536 euros);

vi) Acréscimos de proveitos:

Inclui a energia em contador no montante de 7.248.296 euros (2024: 2.873.436 euros) a faturar aos clientes em 2026 e serviços prestados relacionados com a atividade das subsidiárias e ainda não faturados.

16. Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	2025	2024
Mercadorias	156 778	145 568
Materiais diversos	21 577 645	24 381 473
	21 734 423	24 527 040
Materiais em trânsito	677 528	877 038
	22 411 951	25 404 078
Imparidade:		
Materiais diversos	(99 690)	(65 962)
	22 312 261	**25 338 116**

O saldo de mercadorias em 31 de dezembro de 2025 refere-se essencialmente a equipamento de rádio, telemóveis e acessórios comercializados pela GLOBALEDA, na sua atividade de Telecomunicações.

O saldo de materiais diversos refere-se essencialmente a matérias-primas como o fuelóleo e gasóleo, e peças de manutenção e reparação, para substituição corrente nos ativos tangíveis de produção.

Evolução da imparidade de inventários:

	2025	2024
A 1 de janeiro	65 962	90 213
Aumentos	96 690	61 157
Utilizações	(62 962)	(85 407)
Valor líquido	**99 690**	**65 962**

A variação ocorrida na rubrica de imparidade de inventários deveu-se à utilização direta no montante de 62.962 euros (2024: 85.407 euros) e ao reforço da imparidade no montante de 96.690 euros (2024: 61.157 euros).

17. Imposto sobre o rendimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos referentes a imposto sobre o rendimento corrente são como segue:

	2025	2024
Pagamentos por conta	(7 359 606)	(4 757 958)
Retenções na fonte	(275 376)	(516 545)
Estimativa de IRC (Nota 34)	2 906 317	6 915 717
Total imposto s/ rendimento	**(4 728 666)**	**1 641 214**
Saldo ativo	(4 971 251)	(125 633)
Saldo passivo	242 585	1 766 847
	(4 728 666)	**1 641 214**

18. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

	2025	2024
Caixa	7 302	7 304
Depósitos bancários		
À ordem	1 636 443	2 002 345
A prazo	900 000	1 000 000
	2 543 745	**3 009 649**

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa para efeitos da elaboração da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é igual ao apresentado acima, dado não existirem descobertos bancários a estas datas.

Os depósitos a prazo são contratualizados por períodos inferiores a 1 ano. Sendo um produto exclusivo para clientes empresariais, pode ser mobilizado antecipadamente com penalização total do juro relativo ao montante mobilizado.

19. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social da EDA, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 14.000.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é o seguinte:

	2025	2024
Capital Social	14 000 000	70 000 000
	14 000 000	**70 000 000**

As ações representativas do capital são detidas integralmente pelas seguintes entidades:

	N.º Ações	% detida
Região Autónoma dos Açores	7 014 000	50,1%
ESA - Energia e Serviços dos Açores, SGPS, SA	5 558 120	39,7%
EDP - Gestão da Produção de Energia, SA	1 400 000	10,0%
Outros	27 880	0,2%
	14 000 000	**100%**

A EDA não possui quaisquer ações próprias em carteira à data de 31 de dezembro de 2025 e 2024. Nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 243/2004 que aprovou as primeiras fases do processo de reprivatização da EDA, a Região Autónoma dos Açores enquanto detiver pelo menos 5% do capital social da EDA terá: (i) direito de veto em deliberações da Assembleia Geral que tenham por objeto ou como efeito a redução significativa da atividade da empresa na Região Autónoma dos Açores, a fusão, a cisão, a transformação ou a dissolução da sociedade e a alteração dos seus estatutos, incluindo a redução do capital social e a mudança da localização de sede, mas excluindo o aumento do capital social e (ii) e poder de designar um dos membros do Conselho de Administração, que dispõe de direitos de veto nas deliberações do Conselho que tenham objeto idêntico ao referido na alínea anterior.

20. Outras reservas e resultados acumulados

Outras reservas

A rubrica Outras reservas registou os seguintes movimentos durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Reserva legal	Reserva estatutárias	Total
A 1 de janeiro de 2024	**14 000 000**	**346 796**	**14 346 796**
Aplicação Resultado líquido	-	-	-
A 31 de dezembro de 2024	**14 000 000**	**346 796**	**14 346 796**
Aplicação Resultado líquido	-	-	-
A 31 de dezembro de 2025	**14 000 000**	**346 796**	**14 346 796**

	2025	2024
Apropriação de Resultados das Subsidiárias		
Ano 2025	8 463 749	-
Ano 2024	5 764 405	11 079 553
Anos anteriores	78 722 360	84 122 360
Perdas Atuariais	(19 266 256)	(17 388 425)
Compensação Tarifária		
Ano 2025	11 977 035	-
Ano 2024	(4 747 185)	(11 026 192)
Ano 2023	-	(2 116 527)
	80 914 108	**64 670 770**

As Reservas estatutárias referem-se a reservas constituídas em períodos anteriores à data da transformação da EDA em sociedade anónima em 1997. Estas reservas não são distribuíveis podendo apenas ser utilizadas para aumentos de capital.

Resultados acumulados

Por deliberação da Assembleia Geral da EDA (contas individuais), de 29 de abril de 2025, a aplicação do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2024, resultou na distribuição a título de dividendos de 5.222.000 euros, correspondendo a 0,37 euros por ação, e Resultados transitados no montante de 5.209.116 euros.

Na rubrica de Resultados transitados encontram-se incluídos 892.572 euros (2024: 1.008.819 euros) decorrentes de excedentes de reavaliação efetuados no âmbito do normativo contabilístico anterior e ainda não realizados por depreciação ou anulação, não sendo passíveis de distribuição aos acionistas, podendo apenas ser utilizados em futuros aumentos de capital ou em outras situações específicas previstas na legislação.

Adicionalmente encontram-se registados em resultados os montantes não passíveis de distribuição aos acionistas até à data em que se encontrem realizados, expetavelmente através de distribuição de dividendos, como se indicam:

	2025	2024
Apropriação de Resultados das Subsidiárias		
Ano 2025	8 463 749	-
Ano 2024	5 764 405	11 079 553
Anos anteriores	78 722 360	84 122 360
Perdas Atuariais	(19 266 256)	(17 388 425)
Compensação Tarifária		
Ano 2025	11 977 035	-
Ano 2024	(4 747 185)	(11 026 192)
Ano 2023	-	(2 116 527)
	80 914 108	**64 670 770**

21. Interesses que não controlam

O valor de interesses que não controlam registou a seguinte evolução:

	2025	2024
A 1 de janeiro	**565 156**	**809 753**
Lucro/(prejuízo) do período:		
- GLOBALEDA	(176 391)	(244 596)
A 31 de dezembro	**388 765**	**565 156**

O saldo de interesses que não controlam refere-se às seguintes participações:

	2025		2024	
	Capital	Saldo	Capital	Saldo
GLOBALEDA	25,10%	388 765	25,10%	565 156
		388 765		**565 156**

A informação financeira relativa às entidades que têm interesses que não controlam está apresentada na Nota 38.

22. Provisões

O Grupo EDA reconheceu nas suas demonstrações financeiras uma provisão referente a gastos a incorrer com desmantelamentos no final do período de exploração dos aproveitamentos eólicos.

No exercício de 2024 a Empresa deu início ao desmantelamento dos equipamentos instalados nos parques eólicos localizados nas ilhas Flores, São Jorge e Santa Maria. Em 2025 efetuou-se a reversão da provisão dos parques já desmantelados, e ainda de uma torre no Parque Eólico dos Graminhais. De igual modo, procedeu-se à constituição da provisão dos parques em Investimento em curso, bem como, para o Parque Eólico do Corvo passado para exploração no final do ano.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os movimentos nesta rubrica foram os seguintes:

	Desmantelamento
A 1 de janeiro 2024	**3 236 024**
Utilização da provisão	(427 970)
Efeito financeiro do desconto	45 912
A 31 de dezembro de 2024	**2 853 966**
Reversão da provisão	(385 504)
Dotação do ano - investimentos em curso	1 890 000
Dotação do ano	339 062
A 31 de dezembro de 2025	**4 697 524**

23. Empréstimos obtidos

A repartição dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período, é como segue:

			2025			2024
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Papel comercial	-	85 000 000	85 000 000	-	95 000 000	95 000 000
Empréstimos bancários	14 288 452	33 601 786	47 890 238	16 485 952	42 220 238	58 706 190
Empréstimos obrigacionistas	24 138 182	161 551 818	185 690 000	18 060 000	155 690 000	173 750 000
	38 426 634	280 153 604	318 580 238	34 545 952	292 910 238	327 456 190
Juros a pagar - Empréstimos	1 240 598	-	1 240 598	1 597 275	-	1 597 275
Juros pagos (antecipação)	-	(1 282 201)	(1 282 201)	-	(1 603 307)	(1 603 307)
	39 667 232	**278 871 403**	**318 538 635**	**36 143 227**	**291 306 931**	**327 450 158**

O Grupo EDA é subscritor de 9 programas de papel comercial no valor de 260.000.000 euros, dos quais se encontravam utilizados 85.000.000 euros a 31 de dezembro de 2025. Estes programas de papel comercial são evidenciados no passivo não corrente, uma vez que é prática do Grupo proceder à renovação dos contratos durante o seu período de vigência. O prazo dos programas de papel comercial é de um ano, renovável automaticamente por iguais períodos, até ao máximo de 5 anos.

Os empréstimos bancários não têm como garantia real atribuída os ativos da EDA. No entanto, alguns empréstimos contratados junto de instituições de crédito especiais, como seja o BEI, beneficiam de aval da Região Autónoma dos Açores e/ou do Governo da República. Os montantes dos empréstimos avalizados simultaneamente pela Região e pela República em 31 de dezembro de 2025 eram de 18.053.571 euros (2024: 20.517.857 euros).

Apresenta-se de seguida os reembolsos dos empréstimos existentes por maturidade:

	menos de 1 ano	entre 1 ano e 5 anos	mais de 5 anos	Total
Papel comercial	-	85 000 000	-	**85 000 000**
Empréstimos bancários	8 868 452	30 333 929	3 267 857	**42 470 238**
Obrigações	24 138 182	144 931 818	16 620 000	**185 690 000**
Contas correntes caucionadas	5 420 000	-	-	**5 420 000**
	38 426 634	**260 265 747**	**19 887 857**	**318 580 238**

O detalhe dos empréstimos bancários e contas correntes caucionadas em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	Montante	Moeda	Data Inicio	Data Fim	Remuneração	Reembolso
Empréstimo 1	5 420 000	euros	25-07-2014	(a)	EUR_360_1M + spread	-
Empréstimo 2	2 000 000	euros	11-02-2016	11-02-2026	EUR_360_6M + spread	Semestral
Empréstimo 3	3 750 000	euros	04-11-2019	30-11-2029	EUR_360_12M + spreas	Semestral
Empréstimo 4	14 666 667	euros	31-05-2023	31-05-2031	EUR_360_6M + spread	Semestral
Empréstimo 5	4 000 000	euros	05-08-2025	05-08-2030	EUR_360_6M + spread	Semestral
Empréstimo 6	15 000 000	euros	29-10-2014	29-10-2032	Taxa Fixa	Semestral
Empréstimo 7	3 053 571	euros	29-04-2017	29-04-2035	Taxa Fixa	Semestral
Total	**47 890 238**					

(a) Renovação trimestral automática

(b) Renovação semestral automática

O detalhe dos empréstimos bancários e contas correntes caucionadas em 31 de dezembro de 2024 é como segue:

	Montante	Moeda	Data Inicio	Data Fim	Remuneração	Reembolso
Empréstimo 1	5 480 000	euros	25-07-2014	(a)	EUR_360_1M + spread	-
Empréstimo 2	6 000 000	euros	11-02-2016	11-02-2026	EUR_360_6M + spread	Semestral
Empréstimo 3	4 687 500	euros	23-08-2019	23-08-2029	EUR_360_12M + spreas	Semestral
Empréstimo 4	4 687 500	euros	04-11-2019	04-05-2029	EUR_360_6M + spread	Semestral
Empréstimo 5	17 333 333	euros	31-05-2023	31-05-2031	EUR_360_6M + spread	Semestral
Empréstimo 6	17 142 857	euros	29-10-2014	29-10-2032	Taxa Fixa	Semestral
Empréstimo 7	3 375 000	euros	29-04-2017	29-04-2035	Taxa Fixa	Semestral
Total	**58 706 190**					

(a) Renovação trimestral automática

(b) Renovação semestral automática

No final do período de 2025 e 2024, o Grupo EDA possuía ainda as seguintes linhas de crédito contratadas e não utilizadas:

	2025	2024
Linhas disponíveis		
Correntes	174 580 000	180 020 000
Não Correntes	50 000 000	35 000 000
	224 580 000	**215 020 000**

Nota: Correntes inclui contas correntes caucionadas e PPC CP. Não correntes inclui PPC MLP

As linhas de crédito com vencimento até 1 ano são renováveis, de forma automática, anual ou trimestralmente.

A exposição dos empréstimos do Grupo EDA às alterações das taxas de juro nos períodos contratuais de fixação das taxas é como se segue:

	2025	2024
Até 6 meses	229 276	206 860 411
Entre 6 e 12 meses	667	-
Entre 1 e 5 anos	-	120 595 779
Superior a 5 anos	89 303 571	-
	318 580 238	**327 456 190**

O justo valor dos empréstimos são como se segue:

Justo Valor	2025	2024
Papel Comercial	85 000 000	95 000 000
Empréstimos Bancários	42 064 317	49 526 374
Obrigações	183 737 861	160 665 340

O justo valor é calculado pelo método dos *cash flows* descontados, utilizando a taxa de desconto, da data do relato financeiro, de acordo com as características de cada empréstimo. O justo valor dos empréstimos negociados a taxas de juro variáveis aproxima-se ao valor contabilístico dos mesmos. No caso dos empréstimos com taxas de juro fixas (ex: BEI) é calculado o respetivo justo valor, para efeitos de divulgação.

Com a finalidade de proteger o interesse do financiador são estabelecidos nos diversos contratos de financiamento compromissos por meio dos quais fica estabelecido que determinados atos devem ser cumpridos, ao passo que outros não devem ser executados, os chamados *Covenants*.

Os *Covenants* associados aos contratos de financiamento do Grupo EDA são:

	Empréstimos Mercado Interno *Covenants*	Empréstimos Mercado Externo *Covenants*	Papel Comercial *Covenants*	Obrigacionistas *Covenants*	Conta Corrente *Covenants*
Empréstimo A	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* *Cross Default*	Garantia Região Autónoma Açores Garantia República Portuguesa Cisão ou fusão do Mutuário *Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge*	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* *Cross Default*	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* *Asset Disposal*	*Ownership Clause*
Empréstimo B	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* *Cross Default*	-	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* *Cross Default*	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA	*Cross Default*
Empréstimo C	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA	-	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* *Cross Default*	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Cross Default*	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Cross Default*
Empréstimo D	-	-	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* *Cross Default*	*Ownership Clause* *Negative Pledge* Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA	-
Empréstimo E	-	-	*Ownership Clause* *Pari Passu* Cisão ou fusão do Mutuário	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA	-
Empréstimo F	-	-	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* *Cross Default*	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* Rácio Capital Próprio/Ativo Rácio Net Debt/EBITDA	-
Empréstimo G	-	-	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* Rácio Net Debt/EBITDA Cisão ou fusão do Mutuário	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* *Cross Default*	-
Empréstimo H	-	-	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge* Rácio Net Debt/EBITDA *Cross Default*	*Pari Passu*	-
Empréstimo I	-	-	*Ownership Clause* *Pari Passu* *Negative Pledge*		-

O Grupo está em cumprimento com os *Covenants* acima apresentados com referência a 31 de dezembro de 2025.

24. Obrigações de benefícios de reforma e outros

A EDA tem as seguintes obrigações de pagamento de benefícios aos empregados pós-emprego: i) benefícios definidos referentes a complementos de pensões de reforma para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2002 e o pagamento de pensões de reforma a empregados da Administração Pública reformados até 30 de novembro de 1999, na quota-parte dos anos ao seu serviço; e ii) contribuições definidas para pensões de reforma (empregados admitidos após 1 de janeiro de 2003).

i) Plano de benefícios definidos (EDA)

Com base no regulamento de ação social em vigor até 31 de dezembro de 2002, a EDA tem a responsabilidade de complementar até ao máximo de 80% as pensões de reforma atribuídas pelas instituições de segurança social aos seus empregados, admitidos até 31 de dezembro de 2002, reformados com pelo menos 30 anos de serviço (sendo de 20 anos para os trabalhadores em regime de turnos), sofrendo esse limite uma redução em função do tempo de serviço prestado, se inferior. Para além desta responsabilidade com complementos de pensões de reforma, a EDA tem ainda a responsabilidade de assegurar o pagamento das pensões aos empregados oriundos do setor público e das autarquias locais abrangidos pelo regime da Caixa Geral de Aposentações e reformados até 30 de novembro de 1999, na parte correspondente ao período em que estiveram ao serviço da EDA.

ii) Plano de contribuição definida

As empresas do Grupo EDA, EDA Renováveis e SEGMA constituíram um plano de contribuições definidas, o Plano de pensões Futuro+ para os seus empregados não abrangidos por outros planos de benefícios. Este plano é gerido pela BPI Pensões.

Em termos globais, o impacto destes planos nas demonstrações financeiras consolidadas é como segue:

	2025	2024
Obrigações na Demonstração da posição financeira		
Plano de pensões	6 667 902	5 450 984
	6 667 902	**5 450 984**
Gastos na demonstração dos resultados		
Plano de pensões	569 157	628 896
Planos contribuições definidas	627 013	570 890
	1 196 170	**1 199 786**

Os principais pressupostos utilizados no cálculo atuarial, são os abaixo indicados:

	2025	2024
Tábua de mortalidade	TV 88/90 (-1)	TV 88/90 (-1)
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80
Taxa técnica de rendimento	4,00%	3,50%
Taxa técnica de actualização	4,00%	3,50%
Taxa de crescimento salarial	3,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,50%	1,50%
Taxa de crescimento salarial (S. Social)	3,00%	2,00%
Taxa de revalorização salarial	0,75%	0,75%

Em 2025, a taxa técnica de atualização usada foi de 4,00% refletindo a previsão das taxas de juro do mercado no longo prazo. Se a taxa de desconto utilizada para calcular as obrigações da EDA à data do relato financeiro, fosse de 4,50% as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em

2.136.351 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais em 2025, seria superior em 2.110.836 euros. Se a taxa de desconto utilizada fosse de 3,50%, as responsabilidades com o plano de pensões seriam superiores em 2.199.563 euros e o impacto nos ganhos/(perdas) atuariais seria reduzido em 2.174.824 euros.

Caso ocorresse um aumento de 0,5% na taxa de crescimento de salários as responsabilidades com o plano de pensões seriam incrementadas em 1.839.942 euros. Se ocorresse uma diminuição de 0,5% na taxa salarial as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.938.310 euros.

Adicionalmente, caso ocorresse um aumento de 0,5% na taxa de crescimento de pensões as responsabilidades com o plano de pensões seriam incrementadas em 1.935.578 euros. Se ocorresse uma diminuição de 0,5% na taxa pensionista as responsabilidades com o plano de pensões seriam reduzidas em 1.923.351 euros.

Em 31 de dezembro de 2025 não existiam responsabilidades por financiar, sendo a contribuição estimada para o Fundo de pensões, a pagar em 2026, acrescida de juros ascende a 642.576 euros e será liquidada em dez prestações mensais 64.258 euros, com início no mês de março e termo em dezembro de 2026.

a) Plano de pensões

O montante da obrigação reconhecida na Demonstração da posição financeira consolidada é determinado como segue:

	2025	2024
Valor presente da obrigação	47 929 171	45 251 279
Justo valor dos ativos do plano	(41 261 269)	(39 800 295)
	6 667 902	**5 450 984**

Existem 6.398.926 euros (2024: 6.693.114 euros) de responsabilidades que não se encontram abrangidas pelo fundo constituído.

O movimento ocorrido no valor atual da obrigação subjacente ao plano de pensões foi o seguinte:

	Responsabilidades do plano	Ativos do plano	Total
A 1 de janeiro de 2024	**46 974 708**	**(38 766 691)**	**8 208 017**
Custo serviço corrente	330 193	-	330 193
Juro líquido	1 644 115	(1 345 411)	298 703
	48 949 015	**(40 112 102)**	**8 836 913**
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	(461 351)	(461 351)
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	(850 404)	-	(850 404)
Contribuições	-	(1 268 346)	(1 268 346)
Benefícios pagos	(2 847 332)	2 041 504	(805 828)
A 31 de dezembro 2024	**45 251 279**	**(39 800 295)**	**5 450 984**
Custo serviço corrente	348 887	-	348 887
Juro líquido	1 583 795	(1 363 525)	220 270
	47 183 961	**(41 163 819)**	**6 020 142**
Remensurações:			
Retorno ativos do plano (exclui quota-parte juro líquido)	-	(1 898 429)	(1 898 429)
(Ganhos)/perdas ajuste de experiência	3 776 260	-	3 776 260
Contribuições	-	(341 750)	(341 750)
Benefícios pagos	(3 031 050)	2 142 728	(888 321)
A 31 de dezembro 2025	**47 929 171**	**(41 261 269)**	**6 667 902**

As remensurações registadas resultam da diferença entre a taxa média de rentabilidade real dos ativos do fundo, a taxa técnica de atualização e da alteração de outros pressupostos, tais como as taxas de crescimento salarial e de pensões.

Os impactos do plano na demonstração do rendimento integral consolidado são como segue:

	2025	2024
Custos serviços correntes	348 887	330 193
Juro líquido	220 270	298 703
	569 157	**628 896**

Os impactos do plano registados em capital próprio são como segue:

	2025	2024
Ganhos/ (perdas) atuariais iniciais	(17 388 425)	(18 700 180)
Ganhos/ (perdas) atuariais do período	(1 877 831)	1 311 756
Ganhos/ (perdas) atuariais acumuladas	**(19 266 256)**	**(17 388 425)**

O detalhe da maturidade das responsabilidades do plano é a seguinte:

	2025	2024
Duração das responsabilidades do Plano de Pensões	10,63	10,75
Pagamento Esperado de Benefícios (grelha de distribuição)		
Pagamento Esperado de Benefícios dentro de 12 meses	2 232 250	2 067 090
Pagamento Esperado de Benefícios entre [1 ; 3] anos	4 787 943	4 360 938
Pagamento Esperado de Benefícios entre [3 ; 6] anos	7 884 567	7 137 840
Pagamento Esperado de Benefícios entre [6 ; 11] anos	14 395 151	12 835 454
Pagamento Esperado de Benefícios entre [11 ; 14] anos	8 343 732	7 370 140
Pagamento Esperado de Benefícios após 14 anos	31 120 602	26 771 701

Detalhe da natureza dos ativos que constituem o fundo do plano de pensões:

	2025	2024
Depósitos	682 946	868 361
Fundos de investimento e outros	1 979 191	987 224
Ações	11 246 167	11 096 079
Obrigações	23 550 509	22 491 728
Imóveis	3 802 456	3 356 903
	41 261 269	**39 800 295**

Composição da carteira de ativos e valor do fundo:

			2025				2024	
	Ativos cotados	Não cotados	Total	%	Ativos cotados	Não cotados	Total	%
Liquidez	682 946	-	682 946	1,7%	868 361	-	868 361	2,2%
Imobiliário Directo								
Doméstico	-	1 380 000	1 380 000	3,3%	-	1 040 308	1 040 308	2,6%
Ações								
Domésticas	483 500	-	483 500	1,2%	1 579 736	-	1 579 736	4,0%
Estrangeiras	10 762 667	-	10 762 667	26,1%	8 871 709	-	8 871 709	22,3%
Obrigações								
Domésticos, AAA a BBB -	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Domésticos, inferior a BBB -	-	-	-	0,0%	-	-	-	0,0%
Estrangeiros, AAA a BBB -	21 597 455	-	21 597 455	52,3%	19 903 937	-	19 903 937	50,0%
Estrangeiros, inferior a BBB -	1 953 055	-	1 953 055	4,7%	1 929 327	-	1 929 327	4,8%
Fundos de Investimento								
Ações								
Estrangeiras	-	-	-	0,0%	644 634	-	644 634	1,6%
Obrigações				0,0%	658 464		658 464	1,7%
Estrangeiros, inferior a BBB -	-	-	-			-		
Imobiliário								0,0%
Estrangeiros	2 422 456	-	2 422 456	5,9%	2 316 595	-	2 316 595	5,8%
Outros investimentos	1 979 191	-	1 979 191	4,8%	1 987 224	-	1 987 224	5,0%
	39 881 269	**1 380 000**	**41 261 269**	**100,0%**	**38 759 987**	**1 040 308**	**39 800 295**	**100,0%**

Os ativos do plano de pensões não incluem ações próprias ou ativos não correntes da Empresa. A taxa de retorno esperada dos ativos do plano para 2025 foi determinada, baseada numa estimativa do retorno esperado dos ativos do plano a longo prazo, e a estratégia de investimentos a realizar.

b) Contribuição definida

Em 2025, o valor das contribuições definidas efetuadas pelo Grupo para o Plano Pensões Futuro+ ascendeu a 627.013 euros (2024: 570.890 euros).

25. Fornecedores e outras dívidas a pagar

A decomposição da rubrica Fornecedores e outras dívidas a pagar, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

		2025			2024		
		Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Fornecedores							
Fornecedores	i)	27 848 074	-	**27 848 074**	23 574 118	-	**23 574 118**
Outros credores							
Credores diversos	ii)	1 240 796	59 649	**1 300 445**	1 427 052	1 215 055	**2 642 108**
Fornecedores de investimentos	iii)	14 139 215	-	**14 139 215**	8 955 155	-	**8 955 155**
Estado e outros entes públicos		3 248 784	-	**3 248 784**	4 949 061	-	**4 949 061**
Proveitos diferidos							
Outros proveitos diferidos		1 108 390	-	**1 108 390**	1 064 183	-	**1 064 183**
Acréscimos de custos							
Convergência tarifária:	iv)						
Ano de 2025		75 023	-	**75 023**	-	-	**-**
Ano de 2024		10 390 703	-	**10 390 703**	42 308	10 983 884	**11 026 192**
Ano de 2023		-	-	**-**	5 708 684	-	**5 708 684**
Férias e subsídio férias		6 018 113	-	**6 018 113**	5 950 884	-	**5 950 884**
Taxas de concessão	v)	2 374 966	-	**2 374 966**	2 494 683	-	**2 494 683**
Outros		3 323 164	-	**3 323 164**	1 181 072	-	**1 181 072**
Fornecedores e outras contas a pagar		**69 767 228**	**59 649**	**69 826 876**	**55 347 202**	**12 198 939**	**67 546 140**

i) Fornecedores: esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos a pagar pela aquisição de fuel para a produção de energia nas centrais termoelétricas, bem como de materiais de redes e produção e ainda da prestação dos serviços informáticos;

ii) Esta rubrica inclui essencialmente 303.789 euros (2024: 138.520 euros) de cauções de clientes de energia, 12.996 euros (2024: 296.631 euros) de taxas da contribuição audiovisual faturadas a clientes e 105.549 euros (2024: 151.449 euros) referentes a cauções prestadas no âmbito da construção da central geotérmica do Pico Alto, bem como 624.256 (2024: 532.783 euros) euros referentes a cauções de empreitadas.

iii) Fornecedores de investimentos: saldos relativos às faturas de prestação de serviços e fornecimentos de materiais incorporados nos ativos em construção, classificados como ativos tangíveis em curso e ativos da concessão;

iv) A rubrica de convergência tarifária refere-se ao registo dos desvios apurados entre os custos reais incorridos nas atividades de Aquisição de Energia Elétrica e Gestão do Sistema, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica e os custos estimados incluídos na determinação das tarifas pela ERSE. Os valores apurados no final de cada período correspondem à melhor estimativa do valor a recuperar ou a devolver nos anos seguintes considerando as regras de cálculo dos regulamentos tarifários, contudo poderão existir acertos propostos pela ERSE a estes valores. O mecanismo em vigor para a regularização destes desvios encontra-se regulamentado pela ERSE e traduz-se na incorporação dos desvios apurados no ano n, nos custos totais que servirão de base à determinação das tarifas do ano n+2.

v) Compensação financeira que a EDAR terá de pagar à Região Autónoma dos Açores como contrapartida da exploração dos recursos geotérmicos relativa ao período de 2025 no montante de 2.374.966 euros (2024: 2.494.683 euros).

26. Passivo de locação

A rubrica Passivos de Locação (Rendas vincendas de contratos de arrendamento) decompõe-se como segue:

	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Passivos e locações	12 778	89 455	**102 233**	51 084	102 233	**153 317**

A variação do período inclui: (i) 55.787 euros correspondentes a pagamentos de rendas efetuados; e (ii) 4.703 euros correspondentes à atualização financeira do passivo (ver Nota 33). À data de 31 de dezembro de 2025, o valor nominal dos passivos de locação (rendas vincendas dos contratos de arrendamento) é apresentado por maturidade como segue:

	2025	2024
Até 5 anos	54 082	101 498
Entre 5 e 10 anos	20 488	19 754
Entre 10 e 15 anos	18 372	20 656
Superior a 15 anos	9 291	11 409
	102 233	**153 317**

27. Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração do rendimento integral consolidado é detalhado como segue:

		2025	2024
Vendas de eletricidade			
Em média tensão		33 404 203	38 241 155
Em baixa tensão		97 599 670	93 867 924
Energia em contadores		7 248 296	2 873 436
Ajustamentos de tarifário	i)	129 465 017	111 169 648
Vendas de serviços telecomunicações		2 317 484	1 219 639
Serviços prestados			
De eletricidade		1 558 590	1 381 741
De outros		9 542 269	9 876 413
Serviços de construção IFRIC 12	ii)	17 953 764	16 023 061
		299 089 293	**274 653 016**

i) Ajustamento tarifário: montante estimado dos custos anuais com a convergência tarifária de 2025 e as correções efetuadas pela ERSE ao desvio de 2024, como se indica:

Descrição	2025	2024
Convergência de tarifário do período *	113 095 439	118 391 055
Tarifa social do período	3 312 441	3 241 488
Desvio tarifário de 2025 (Nota 15)	12 052 058	-
Desvio tarifário de 2024 (Nota 25)	-	(10 983 884)
Desvio da tarifa social de 2024	-	(42 308)
Correção Desvio Tarifário 2024 (ERSE)	990 879	-
Correção Desvio Tarifário 2023 (ERSE)	-	552 090
Devolução créditos - Instrução n.º 4 / 2018	14 200	11 207
	129 465 017	**111 169 648**

* Inclui acerto custo capital do ano n-1 registado em n.

ii) Serviços de construção IFRIC 12 - montante associado à aquisição/construção de ativos para a infraestrutura da concessão, o qual pode ser decomposto como segue:

	2025	2024
Fornecimentos e serviços externos (Nota 29)	9 915 203	8 008 198
Materiais	3 766 496	4 076 056
Pessoal	1 951 242	1 856 077
Fornecimentos e serviços externos - outros	2 290 059	1 997 669
Outros custos operacionais	30 763	85 061
	17 953 764	**16 023 061**

28. Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas dos períodos de 2025 e 2024 demonstra-se como segue:

	2025	2024
Inventários iniciais (Nota 16)	25 404 078	22 348 478
Compras	118 471 618	111 988 356
Regularização de inventários	(18 987)	(1 299)
Inventários finais (Nota 16)	(22 411 951)	(25 404 078)
	121 444 759	**108 931 457**

O montante do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas detalha-se como segue:

	2025	2024
Combustíveis	95 739 879	84 880 272
Peças de reserva e materias de redes	15 876 583	14 971 514
Energia adquirida	7 374 291	6 145 438
Equipamento de comunicações	376 852	741 600
Material diverso	2 077 154	2 192 633
	121 444 759	**108 931 457**

29. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos dos períodos de 2025 e 2024 é como segue:

		2025	2024
Serviços Construção IFRIC 12 (Nota 27)	i)	9 915 203	8 008 198
Conservação e reparação	ii)	9 549 431	6 327 476
Trabalhos especializados	iii)	8 646 559	4 364 182
Subcontratos	iv)	5 201 241	4 983 652
Seguros		1 728 500	1 580 930
Rendas e alugueres		1 528 441	782 012
Comunicações		1 077 416	874 003
Honorários		824 695	828 090
Limpeza, higiene e conforto		788 172	675 542
Vigilância e segurança		752 461	770 435
Deslocações e estadas		682 269	636 046
Combustíveis		347 653	338 851
Outros (inferiores a 300.000 euros)		1 978 388	2 143 602
		43 020 429	**32 313 020**

i) Os gastos com serviços de construção prestados no âmbito do contrato de concessão referem-se à subcontratação de entidades terceiras na construção de novas infraestruturas para a concessão;

ii) A rubrica de Conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a manutenção e reparação dos equipamentos das centrais térmicas, dos ativos de produção instalados nos parques eólicos, obras de beneficiação dos poços geotérmicos e dos edifícios administrativos. O aumento desta rubrica está relacionado diretamente com a reparação do grupo 6 da avaria da Central do Caldeirão.

iii) Os gastos com Trabalhos especializados incluem maioritariamente gastos com serviços informáticos, estudos de monitorização ambiental, recolha de resíduos da produção e consultorias diversas. O aumento verificado diz respeito essencialmente a serviços informáticos;

iv) A rubrica de Subcontratos refere-se maioritariamente à contratação de serviços especializados e materiais incorporados na execução dos projetos em curso.

30. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante o período de 2025 e 2024, foram como segue:

	2025	2024
Remunerações		
Orgãos sociais	817 359	871 055
Pessoal	31 917 532	457 235
	32 734 891	**32 328 290**
Encargos sociais		
Encargos sobre remunerações	7 861 142	7 467 768
Benefícios pós-emprego	1 206 258	1 209 874
Custos de ação social	1 340 334	1 327 717
Outros	518 861	625 870
	10 926 595	**10 631 229**
	43 661 487	**42 959 519**

O número médio de empregados do Grupo EDA em 2025 foi de 965 (2023: 980).

Os gastos com benefícios pós-emprego referem-se aos encargos do período com os planos de benefícios de reforma atribuídos aos empregados no montante de 569.157 euros (2024: 628.896 euros) para o plano de benefícios definidos e de 627.013 euros (2024: 570.890 euros) para o plano de contribuição definida e 10.088 euros (em 2024: 10.088 euros) com pensões de sobrevivência não fundeadas.

31. Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada da seguinte forma:

		2025	2024
Outros juros de mora - clientes e devedores	i)	5 422 605	834 324
Cedência de utilizações linhas	ii)	2 007 075	902 152
Juros "Convergência tarifária"	iii)	350 311	1 439 003
Ganhos na alienação de ativos tangiveis		278 031	162 902
Comparticipações Vodafone		239 216	150 269
Venda de sucata		151 296	186 105
Sinistros		95 000	553 870
Subsídio à exploração		20 667	95 109
Deslastragens		-	216 464
Acionamento garantias bancárias		-	84 933
Outros (< 30.000 euros)		213 611	754 703
		8 777 813	**5 379 835**

i) Juros faturados a clientes de energia pelo atraso no pagamento. A variação ocorrida no exercício de 2025 está relacionada com a cessão de créditos mencionada na Nota 15;

ii) Rendimento obtido com a cedência de utilização das linhas e redes da EDA;

iii) Juros especializados sobre os montantes de compensação tarifária.

32. Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

		2025	2024
Desp. Propriedade Industrial	i)	26 514 349	22 599 122
Direitos passagem Municípios	ii)	5 800 223	5 637 088
Taxas de licenciamento	iii)	2 871 454	3 081 837
Contr.Extraord.Setor Energético	iv)	1 950 132	1 919 348
Outros gastos operacionais		762 242	546 626
Donativos		92 952	134 169
Deslastragens		-	166 507
Outras perdas		255 035	322 978
		38 246 388	**34 407 677**

Os outros gastos e perdas operacionais referem-se:

i) Em Despesas de Propriedade Industrial encontram-se registados os gastos com as licenças de CO2 referentes à estimativa das emissões de gases de carbono ocorridas durante o ano;

ii) Em conformidade com a Lei 7-A/2016 de 30 de março, e com efeitos a partir de 2016, a EDA enquanto entidade que explora a atividade de distribuição de eletricidade em baixa tensão ficou obrigada ao pagamento de uma contrapartida ou de uma remuneração anual aos municípios da Região Autónoma dos Açores;

iii) Às taxas pagas no âmbito dos licenciamentos atribuídos para o período da atividade de exploração de recursos geotérmicos no valor de 2.312.774 euros (em 2024: 2.494.683 euros) e de instalações elétricas de serviço público no valor de 416.740 euros (em 2024: 399.956 euros) e outros impostos e taxas diversas;

iv) Contribuição extraordinária sobre o setor energético regulamentada no Orçamento do Estado para 2014 - Lei nº. 83-C /2013 de 31 de dezembro. A Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, através do Artigo 112º, estabelece que, em 2025, mantém-se em vigor a contribuição extraordinária sobre o setor energético.

33. Custos e proveitos financeiros

O detalhe dos gastos financeiros incorridos e rendimentos financeiros obtidos é como segue:

		2025	2024
Custos financeiros			
Juros empréstimos	i)	(6 176 529)	(8 968 941)
Comissões, taxas aval e outros		(1 467 766)	(1 708 501)
"Unwinding" de passivos de locação	ii)	(4 703)	(5 465)
Provisão desmantelamento - efeito financeiro		-	(45 912)
		(7 648 998)	**(10 728 819)**
Proveitos financeiros			
Juros obtidos		8 266	12 709
		8 266	**12 709**

i) Juros referentes aos empréstimos contraídos pelo Grupo EDA para o financiamento das suas atividades;

ii) A rubrica *"Unwinding"* de passivos de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) inclui a atualização financeira inerente aos passivos de locação (rendas vincendas de contratos de arrendamento) registadas a valor presente (ver Notas 4 e 26).

34. Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas é conforme segue:

	2025	2024
Imposto s/ rendimento corrente (Nota 17)	2 906 317	6 915 717
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	(161 395)	(160 143)
Imposto s/ rendimento diferido (Nota 12)	736 191	(3 205 765)
	3 481 113	**3 549 809**

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	2025	2024
Resultado consolidado antes de Imposto	14 712 037	13 701 128
Diferenças temporárias		
Convergência tarifária	(20 451 545)	36 895 533
Plano de pensões	(660 914)	(1 445 277)
Perdas por imparidade em contas a receber	(498 560)	432 519
Perdas por imparidade em ativos	6 229 343	1 559 669
Reversões de ativos depreciáveis	(1 760 325)	-
Reversões de provisões	(385 504)	-
Prejuízo Fiscal	16 139 583	924 489
Outros	107 262	47 762
Diferenças permanentes		
Contrib. Extraord. Setor Energético	1 950 132	1 919 348
Outros	1 105 317	262 791
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	16 486 826	54 297 963
Prejuízos fiscais dedutíveis	-	(22 858 967)
Taxa nominal de imposto	14,0%	14,7%
	2 308 156	**4 621 532**
Derrama	572 647	2 268 387
Tributação autónoma	25 514	25 797
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	(161 395)	(160 143)
Imposto diferido	736 191	(3 205 765)
	3 481 113	**3 549 809**
Taxa efetiva de imposto	**23,7%**	**25,9%**

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras consolidadas é conforme segue:

	2025	2024
Taxa de imposto	14,00%	14,70%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama Estadual		
> 1.500.0000 e < 7.500.000	2,40%	2,40%
> 7.500.0000 e < 35.000.000	4,00%	4,00%
> 35.000.0000	7,20%	7,20%

No enquadramento do disposto no Lei nº 41/2024, a Entidade não é abrangida pelo Regime do Imposto Mínimo Global, pelo facto de a receita total do Grupo EDA não exceder o limite mínimo considerado nesse regulamento.

35. Dividendos por ação

Os dividendos pagos pela EDA durante o período de 2025 foram de 5.222.000 euros, o que corresponde a 0,37 euros por ação (2024: 7.000.000 euros, correspondendo a 0,50 euros por ação).

O resultado líquido básico e diluído por ação em 2025 e 2024 foram os seguintes. Não existem diferenças entre o resultado líquido básico por ação e o resultado líquido diluído por ação:

	2025	2024
Rendimento líquido	11 407 315	10 395 915
Nº de ações	14 000 000	14 000 000
Rendimento líquido por ação	**0,81**	**0,74**

O resultado integral básico e diluído por ação em 2025 e 2024 foram os seguintes. Não existem diferenças entre o resultado integral básico por ação e o resultado integral diluído por ação:

	2025	2024
Rendimento integral	9 482 964	10 975 954
Nº de ações	14 000 000	14 000 000
Rendimento integral por ação	**0,68**	**0,78**

36. Compromissos

Os compromissos assumidos pelo Grupo EDA, à data do relato financeiro do período findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são como segue:

	2025	2024
Mercadorias encomendadas a fornecedores	3 101 360	2 352 041
Encomendas de equipamentos e empreitadas adjudicadas	77 756 861	57 215 535
	80 858 220	**59 567 576**

37. Passivos e Ativos Contingentes

O Grupo EDA tem as seguintes garantias bancárias prestadas:

Beneficiário	Objeto	Início	2025	2024
Alfândega de Ponta Delgada	Isenção de Imposto sobre produtos petrolíferos na aquisição de matérias-primas	2001	2 494	2 494
MOTOROLA Espanha	Caução para prestação de serviços	2003	5 000	5 000
Câmara Municipal de Lagoa	Operação, manutenção e acompanhamento técnico das 5 estações elevatórias e do emissário submarino na rede de esgotos domésticos	2008	1 590	1 590
NAV, E.P.E.	Substituição AVAC SMA-CRX	2008	1 472	1 472
Tribunal Trabalho de Ponta Delgada	Assegurar o bom e integral cumprimento das obrigações assumidas por sentença judicial relativamente aos herdeiros dependentes do funcionário sinistrado João Manuel Raposo Correia	2011	220 468	220 468
ANA, S.A.	Empreitada de AJP - Prestação de Serviços de Manutenção AVAC	2013	2 840	2 840
Vice Presidência Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos no Pico Alto, Ilha Terceira	2015	1 000	1 000
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos	2016	249 399	249 399
Somague Ediçor	Instalação sistema AVAC na empreitada de construção e remodelação do Hotel Principe de Mónaco	2016	30 880	30 880
NAV, E.P.E.	Contrato de Empreitada de Reabilitação das instalações do NDB Locator de Ponta Delgada	2016	7 609	7 609
Somague Ediçor	Construção Cívil da Central Geotérmica do Pico Alto na Terceira	2016	3 792	3 792
Somague Ediçor	Execução da Rede AVAC da Central Geotérmica do Pico Alto na Terceira	2016	2 068	2 068
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos do Pico Alto	2017	250 000	250 000
EUROSCUT Açores	Instalação Luminárias LED - Nó da Levada e Nó S. Gonçalo	2017	-	6 370
EUROSCUT Açores	Instalação Luminárias LED - Nó de Belém	2017	-	3 229
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Quente (S. Miguel) para a produção de energia hidroelétrica	2018	22 001	22 001
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Grande (Flores) para a produção de energia hidroelétrica	2018	83 391	83 391
EUROSCUT Açores	Instalação de Lumunárias Led's Nó do hospital	2018	-	7 102
NAV, E.P.E.	Contrato Fornecimento e Instalação QGBT para o Centro Emissor e Recetor em Santa Maria	2018	4 999	4 999
ANA, SA	Prestação de Serviços para manutenção preventiva e corretiva das Instalações Técnicas do Aeroporto de Santa Maria	2018	4 740	4 740
NAV, E.P.E.	Instalação Grupo Emergência e Instalações Elétricas na Estação Localizer do Aeroporto João Paulo II	2018	3 800	3 800
NAV, E.P.E.	Reabilitação das Estações NDB-FIL e NDB-H5	2019	24 482	24 482
ANA, SA	AFL - Iluminação da Plataforma	2019	-	1 662
Região Autónoma Açores	Concessão de exploração de recursos geotérmicos no campo geotérmico da Ribeira Grande	2020	500 601	500 601
Euroscut	Instalação de luminárias LED	2021	27 804	27 804
Parque Atlântico	Fornecimento e instalação de material elétrico relativo à execução do projeto do sistema de cortes gerais do Parque Atlântico	2021	12 353	12 353
Caixa Geral de Depósitos	Trabalhos de remodelação do sistema AVAC no edifício sito na Praça da República, em Ponta Delgada	2021	9 341	9 341
	a transportar		**1 472 123**	**1 490 485**

Beneficiário	Objeto	Início	2025	2024
	transporte		1 472 123	1 490 485
Sata	Reforço da caução 2% do contrato "Trabalhos de construção civil para o fornecimento e instalação de equipamentos de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) na Aerogare do Aeródromo da ilha de são jorge	2021	6 870	6 870
Banco Santander Totta	Remodelação de AVAC - Balcão 8701- Vila do Porto	2021	3 005	3 005
Direção Reg. do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos	Manutenção da Rede de Monitorização do Ciclo Hidrológico da R.A.A.	2022	5 678	5 678
NAV	Fornecimento e instalação de unidades UPS para o Centro de Controlo Oceânico de Santa Maria	2022	36 398	36 398
Euroscut	Instalação de luminárias LED	2022	16 226	16 226
Euroscut	Instalação de luminárias LED	2022	28 246	28 246
NAV	Procedimento NAV nº157- A/DEP/2024- Empreitada de Reabilitação do Interior da Torre de Controlo do Aeroporto de Santa Maria- Açores	2024	23 795	23 795
SRTMI	Empreitada de Fornecimento e Montagem de Infraestruturas Elétricas no Hospital Medular - HDES	2024	5 073	5 073
ANA, SA	AHR - Substituição de luminárias nos edifícios do aerporto para tecnologia LED	2024	2 791	2 791
ANA, SA	Aeroporto João Paulo II- Upgrade do sistema de referência visual de aproximação à pista 12	2024	4 547	4 547
ANA, SA	Aeroporto João Paulo II- Parques de Estacionamento- substituição das colunas de iluminação	2024	6 649	6 649
ANA, SA	Aeroporto João Paulo II- Substituição de luminárias para tecnologia LED- Parques de Estacionamento	2024	2 506	2 506
ANA, SA	AJPII-Aerogare substituição da iluminação das áreas públicas	2020	7 776	7 776
NAV, E.P.E.	Empreitada de adaptação das Infraestruturas EGNOS V3 – Monte da Guia-Horta-Consulta Prévia-PI1.02.06.0211-3.01/DEP/2020	2020	19 093	19 093
Sata	Trabalhos de construção civil para fornecimento e instalação de equipamentos de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)	2020	6 870	6 870
Euroscut	Instalação de infrestruturas de eletricidade no T2.2 entre o PK 1+800 e 2+700	2025	20 000	-
			1 667 648	**1 666 010**

Passivos contingentes:

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o Grupo EDA não tinha identificado outros passivos contingentes.

Ativos contingentes:

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a EDAR detinha um contrato de subsídio ao investimento destinado a financiar os projetos "Aumento da potência instalada geotérmica para a produção de eletricidade" e "Corvo Renovável - Incremento da potência instalada em renováveis para a produção de eletricidade na ilha do Corvo" enquadrado na componente C14 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a "Transição Energética nos Açores" no montante de 74.500.000 euros. O reconhecimento do subsídio, o qual foi reconhecido por contrapartida dos ativos fixos, encontra-se registado apenas na quota-parte do subsídio correspondente à execução dos programas de investimento. Em 2025 e 2024, encontram-se reconhecidos apenas os montantes de 62.824.192 euros e 41.199.787 euros, respetivamente. O remanescente no total de 11.675.808 euros, será reconhecido mediante a execução do investimento.

38. Empresas Consolidadas

As Empresas do grupo incluídas na consolidação à data de 31 de dezembro de 2025 são as seguintes:

	Atividade	Data de referência	Capital próprio
Segmento Eletricidade			
Electricidade dos Açores, SA Ponta Delgada	Produção e venda de eletricidade e prestação de serviços	31-12-2025	310 570 728
EDA Renováveis, SA Ponta Delgada	Produção de eletricidade a partir de fontes geotérmicas hídricas e eólicas	31-12-2025	184 051 318
Outros			
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda Ponta Delgada	Prestação de serviços especializados em obras elétricas	31-12-2025	6 657 208
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA Ponta Delgada	Prestação de serviços de telecomunicações	31-12-2025	1 548 866

As Empresas do grupo incluídas na consolidação à data de 31 de dezembro de 2024 são as seguintes:

	Atividade	Data de referência	Capital próprio
Segmento Eletricidade			
Electricidade dos Açores, SA Ponta Delgada	Produção e venda de eletricidade e prestação de serviços	31-12-2024	290 345 009
EDA Renováveis, SA Ponta Delgada	Produção de eletricidade a partir de fontes geotérmicas hídricas e eólicas	31-12-2024	164 450 908
Outros			
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda Ponta Delgada	Prestação de serviços especializados em obras elétricas	31-12-2024	10 525 396
GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, SA Ponta Delgada	Prestação de serviços de telecomunicações	31-12-2024	2 251 618

					% detida	
	Ativos	Passivos	Volume de negócios	Lucro/ (prejuízo)	Grupo	Individual
	759 694 153	449 123 425	287 334 176	12 535 104	-	-
	208 837 669	24 786 350	28 315 611	7 469 576	100,00%	100,00%
	10 088 345	3 431 138	12 942 824	2 650 812	100,00%	90,00%
	3 012 454	1 463 588	3 415 297	(702 752)	74,90%	74,90%

					% detida	
	Ativos	Passivos	Volume de negócios	Lucro/ (prejuízo)	Grupo	Individual
	744 784 148	454 439 140	264 565 631	10 431 116	-	-
	184 394 730	19 943 822	29 359 240	10 772 853	100,00%	100,00%
	14 723 202	4 197 806	13 297 108	1 036 592	100,00%	90,00%
	3 496 834	1 245 217	4 353 262	(974 488)	74,90%	74,90%

39. Alterações no grupo

No período de 2025 e 2024 não se verificaram alterações no perímetro de consolidação.

40. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a EDA é controlada pela Região Autónoma dos Açores que detém 50,1% do capital da empresa. O restante é detido pela ESA – Energia e Serviços dos Açores, SGPS (39,7%), EDP – Gestão da Produção de Energia (10%) sendo o remanescente por pequenos acionistas.

Para além da aplicação dos resultados, em conformidade a deliberação em Assembleia Geral, não existem transações individualmente significativas com a Região Autónoma dos Açores em relação de domínio e de grupo. As transações realizadas não são distintas das operações comerciais normais.

40.1. Remuneração dos Órgãos de Gestão

Como elementos chave da gestão no âmbito da IAS 24 foram considerados os Órgãos de Gestão das empresas do Grupo EDA. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, as remunerações auferidas pelos mesmos referem-se às seguintes naturezas:

	2025	2024
Remunerações (Nota 30)	817 359	871 055
	817 359	**871 055**

Os membros dos Órgãos de Gestão das empresas do Grupo EDA não realizaram qualquer tipo de contrato com as empresas, para os períodos apresentados.

40.2. Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas:

- Região Autónoma dos Açores;

- ESA - Energia e Serviços dos Açores, SGPS, SA (agrupamento composto pelas sociedades: Bensaúde Participações SGPS, SA; Bensaúde, SA; Bentrans – Carga e Transitários, SA; Agência Açoreana de Viagens, SA; Novo Banco, SA e Novo Banco dos Açores, SA)

- EDP - Gestão da Produção de Energia, SA.

41. Disposições legais

Os pagamentos efetuados ao Revisor Oficial de Contas da empresa-mãe e ao Fiscal Único das empresas subsidiárias são os seguintes:

	2025	2024
Empresa		
Serviços de revisão legal de contas	28 000	28 000
Serviços de consultoria fiscal	28 000	28 000
Subsidiárias		
Serviços de revisão legal de contas	34 500	28 500
	34 500	**28 500**
	62 500	**56 500**

42. Eventos subsequentes

O conflito entre os EUA, Israel e Irão no final de fevereiro de 2026, desencadeou uma subida significativa dos preços do petróleo e do gás e aumento da volatilidade nos mercados financeiros. A economia mundial está dependente dos fluxos de petróleo e gás natural do Médio Oriente que são, em grande medida, exportados através do Estreito de Ormuz. A paralisação do tráfego comercial neste estreito, a par da redução da capacidade produtiva e outros constrangimentos operacionais provocados pela guerra, contribuiu para a pressão sobre os preços destas matérias-primas. O preço do petróleo registou uma subida abrupta com o início da ofensiva militar. O impacto no preço do gás europeu foi ainda mais pronunciado, embora muito aquém do valor atingido em março de 2022 com a invasão da Ucrânia pela Rússia. Embora os envios de gás natural liquefeito através do Estreito se destinem principalmente à Ásia, estas perturbações condicionam o mercado global de petróleo e gás. Na cadeia de abastecimento de equipamentos de produção, transporte e distribuição de energia elétrica, a intensificação do conflito pode provocar atrasos e encarecimento de materiais por via de disrupções logísticas (seguros, fretes, desvios de rotas). Em particular, equipamentos com longos prazos de fabrico podem ver os *lead times* aumentar, com impacto em calendários de manutenção, reforços de rede e novos investimentos. Adicionalmente, a subida do custo da energia e dos metais industriais tende a pressionar custos de fabrico. Atualmente, o grau de incerteza é elevado quanto à evolução do conflito e, consequentemente, sobre a magnitude e a duração dos seus efeitos sobre os preços das matérias-primas, os mercados financeiros e a confiança dos agentes económicos.

O Contabilista Certificado

Maria Manuela C. Pontes Furtado

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Francisco Manuel Sousa Botelho
João Carlos Santos Correia
António Félix Flores Rodrigues
Joana Oliveira Freitas

Rodrigo Rebelo Costa
Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda
Maria de Fátima de Melo Gonçalves Pinto Bettencourt
Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira



D3.

Anexos

3.1. Apreciação e Certificação de Contas Individuais

3.1.1. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
(Contas Individuais 2025)

Em conformidade com o disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e da alínea g) do artigo 5º do Regulamento do Conselho Fiscal da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. (adiante designada por Sociedade ou Empresa), vem este órgão apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida no exercício de 2025 e parecer sobre o Relatório de Gestão, Contas Individuais e proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

1. RELATÓRIO

I. Introdução

A EDA-Electricidade dos Açores, S. A., adota um modelo fiscalização composto por um Conselho Fiscal e uma SROC, que não é membro daquele órgão, conforme o previsto na alínea b) do nº1 do artº413 do CSC.

O Conselho Fiscal em funções foi eleito na reunião da Assembleia Geral realizada em 30 de junho de 2023, para o mandato de 2023-2025, sendo composto por três membros efetivos e um suplente.

Todos os membros do Conselho Fiscal são independentes nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, e não estão abrangidos por nenhuma incompatibilidade nos termos do n.º 1 do artigo 414.º A, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

II. Atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal

Relativamente ao exercício de 2025, o Conselho Fiscal realizou dez reuniões, nas quais estiveram presentes todos os membros, tendo sido exaradas as respetivas atas.

O Conselho Fiscal definiu e calendarizou um plano de ação de fiscalização para o período de maio de 2025 a abril de 2026, em 18 de julho de 2025.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu Regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu várias ações durante o ano de 2025, das quais destaca as seguintes:

1. Fiscalizar a administração da Sociedade, vigiar o cumprimento da lei e do contrato de sociedade e acompanhar de modo permanente a atividade da empresa

O acompanhamento permanente da atividade da EDA, Electricidade dos Açores, S. A., durante o ano de 2025, foi realizado, designadamente, através da análise das atas do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, apreciação do Plano Estratégico Plurianual e Orçamento para 2026, participação nas Assembleias Gerais realizadas, análise trimestral do *tableau de bord,* do relatório do serviço da dívida e dos relatórios e contas intercalares emitidos, bem como do Relatório de Gestão 2025 - Contas e Sustentabilidade.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal reuniu com o Revisor Oficial de Contas, com o Auditor Externo, com o responsável pela Direção de Auditoria Interna e estabeleceu contactos com a Administradora Executiva responsável pelo pelouro financeiro.

Os membros do Conselho Fiscal estiveram presentes na reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de abril de 2026, em que foram aprovadas as contas anuais relativas ao exercício de 2025.

2. Fiscalização do cumprimento das políticas e práticas contabilísticas, bem como do processo de preparação e divulgação da informação financeira e revisão de contas nos documentos de prestação de contas da sociedade

A fiscalização do cumprimento das políticas, critérios e práticas contabilísticas e da fiabilidade da informação financeira foi exercida pelo Conselho Fiscal através de indagações ao Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, da análise da Certificação Legal das Contas, do Relatório de Auditoria e do anexo às demonstrações financeiras de 2025.

O acesso do Conselho Fiscal à informação financeira foi realizado de forma regular e adequada, sem que tenham surgido quaisquer constrangimentos no exercício das suas funções.

3. Fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e do sistema de auditoria interna

Ao Conselho Fiscal cabe o papel de fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, cuja criação e implementação competem ao órgão de gestão, bem como o de avaliar anualmente o funcionamento dos sistemas e os respetivos procedimentos internos.

A fiscalização da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e do sistema de auditoria interna foi exercida pelo Conselho Fiscal, durante o ano de 2025, através de reuniões e do reporte de informação pelo Revisor Oficial de Contas, Auditor Externo e responsável pela Direção de Auditoria Interna, bem como da apreciação das políticas de gestão de riscos constantes no Relatório de Gestão 2025 - Contas e Sustentabilidade.

No âmbito do acompanhamento do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas Grupo EDA 2023-2025, tomamos conhecimento do Relatório de Avaliação de 2025 elaborado pela Direção de Auditoria Interna, para análise do grau de implementação das medidas nele contempladas.

4. Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros

Compete ao Conselho Fiscal, enquanto órgão social responsável pela fiscalização da Sociedade, receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outras entidades, assim como registar, por escrito, as denúncias recebidas, bem como todas as verificações, fiscalizações e diligências feitas e os procedimentos definidos com vista à regularização das irregularidades detetadas.

Na sequência da publicação em 20 de dezembro da Lei n.º 93/2021, que estabelece o regime geral de proteção de denunciantes de infrações, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União, o Conselho Fiscal foi designado o órgão competente para receber e dar seguimento às denúncias de irregularidades.

Durante o ano de 2025, o Conselho Fiscal recebeu uma denúncia que foi arquivada liminarmente, por não recair no âmbito do Regulamento de Denúncias de Irregularidades da EDA-Electricidade dos Açores, S.A.

5. Fiscalizar a independência do revisor oficial de contas, designadamente no tocante a prestação de serviços adicionais

No âmbito da verificação do cumprimento das regras de independência do Revisor Oficial de Contas, o Conselho Fiscal confirmou que não foi prestado qualquer serviço distinto do de revisão legal das contas durante o exercício de 2025.

2. PARECER

Exmos. Senhores acionistas da
EDA, Electricidade dos Açores, S. A.,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais da EDA-Electricidade dos Açores, S. A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

No âmbito das nossas competências, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2025, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras.

Procedemos ainda à apreciação do Relatório de Gestão emitido pelo Conselho de Administração, da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, bem como do Relatório de Auditoria emitido pelo Auditor Externo.

No âmbito das nossas funções verificamos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento que:

a) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da EDA-Electricidade dos Açores, S. A.;
b) As demonstrações financeiras individuais e o correspondente anexo, bem como as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Sociedade, em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilístico.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais, com as quais concordamos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove:

- O Relatório de Gestão e Contas Individuais de 2025;
- A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Por último, o Conselho Fiscal entende manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. pela colaboração prestada ao exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 13 de abril de 2026

O Conselho Fiscal,

Catarina Isabel Furtado Pacheco – Presidente

João Manuel Beliz Trabuco – Vogal

Carlos Eduardo Ferreira Oliveira - Vogal

3.1.2. Certificação Legal de Contas

R. CORDEIRO & ASSOCIADO
SROC, LDA.

email. sroc292@my-roc.com
tlf. (+351) 296 098 892

morada. Rua Dr. Hugo Moreira, Nº56 - 9500-792 Ponta Delgada

www.my-roc.com

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **EDA – Electricidade dos Açores, S.A.** (a Entidade ou EDA), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 759.694.153 euros e um total de capital próprio de 310.570.728 euros, incluindo um resultado líquido de 11.404.826 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **EDA – Electricidade dos Açores, S.A.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando

R. CORDEIRO & ASSOCIADO
SROC, LDA.

email. sroc292@my-roc.com
tlf. (+351) 296 098 892

morada. Rua Dr. Hugo Moreira,
Nº56 - 9500-792
Ponta Delgada

www.my-roc.com

exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante das secções A e C do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

13 de abril de 2026

R. Cordeiro & Associado, SROC, Lda.
Representada por Rúben Mota Cordeiro, ROC nº 1670
Registado na CMVM com o nº 20161280

Assinado por: **Rúben Mota Cordeiro**
Num. de Identificação: 11302808
Data: 2026.04.13 15:44:33+00'00'

3.1.3. Relatório de Auditoria

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389
Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Electricidade dos Açores, S. A. ("Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 759.694.153 Euros e um total de capital próprio de 310.570.728 Euros, incluindo um resultado líquido de 11.404.826 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Electricidade dos Açores, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras anexas referem-se à atividade da Entidade a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Embora as participações financeiras tenham sido registadas pelo método da equivalência patrimonial, através do qual são considerados no resultado líquido do período e no capital próprio os efeitos da consolidação das entidades participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de ativos, passivos, gastos e rendimentos totais, o que será efetuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e a publicar em separado.

MAKING AN IMPACT THAT MATTERS since 1845

bsi ISO 22301 Business Continuity Management CERTIFIED ISO/IEC 27001 Information Security Management CERTIFIED

"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 961.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2026. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordocom as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que a informação referida nas secções A e C do relatório de gestão foi preparada de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 13 de abril de 2026

Cidália Duarte Pedro

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Cidália Duarte Pedro, ROC
Registo na OROC n.º 2130
Registo na CMVM n.º 20240002

3.2. Apreciação e Certificação de Contas Consolidadas

3.2.1. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
(Contas Consolidadas 2025)

Em conformidade com o disposto na alínea g) do nº 1 do artigo 420º, do nº1 do artº508-D do Código das Sociedades Comerciais (CSC), e da alínea g) do artigo 5º do Regulamento do Conselho Fiscal da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. (adiante designada por Sociedade), vem este órgão apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida no exercício de 2025 e parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas.

1. RELATÓRIO

Para além das ações fiscalizadoras levadas a cabo pelo Conselho Fiscal, constantes do Relatório e Parecer do Conselho Fiscal às contas individuais do exercício de 2025, apreciámos o Relatório e Contas, o Relatório e Parecer do Fiscal Único, a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria relativos ao exercício de 2025 de todas as empresas integradas no perímetro de consolidação, emitidos em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhes são aplicáveis.

2. PARECER

Exmos. Senhores acionistas da
EDA, Electricidade dos Açores, S. A.,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas consolidadas da EDA-Electricidade dos Açores, S. A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

No âmbito das nossas competências, examinámos a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2025, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Procedemos ainda à apreciação do Relatório de Gestão emitido pelo Conselho de Administração, da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, bem como do Relatório de Auditoria emitido pelo Auditor Externo.

No âmbito das nossas funções verificámos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento que:

a) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da EDA-Electricidade dos Açores, S. A., e do conjunto de empresas incluídas no perímetro de consolidação, evidenciando com clareza os aspetos mais significativos da sua atividade e satisfaz, de um modo geral, os requisitos exigidos pelo artigo 508º-C do Código das Sociedades Comerciais;

b) As demonstrações financeiras consolidadas e o correspondente anexo, bem como as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos, conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas, com as quais concordamos, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Por último, o Conselho Fiscal entende manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da EDA, Electricidade dos Açores, S. A. pela colaboração prestada ao exercício das suas funções.

Ponta Delgada, 13 de abril de 2026

O Conselho Fiscal,

Catarina Isabel Furtado Pacheco – Presidente

João Manuel Beliz Trabuco – Vogal

Carlos Eduardo Ferreira Oliveira - Vogal

3.2.2. Certificação Legal de Contas

R. CORDEIRO & ASSOCIADO
SROC, LDA.

email. sroc292@my-roc.com
tlf. (+351) 296 098 892

morada. Rua Dr. Hugo Moreira, N°56 - 9500-792 Ponta Delgada

www.my-roc.com

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **EDA – Electricidade dos Açores, S.A.** (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 628.914.151 euros e um total de capital próprio de 226.189.343 euros, incluindo um resultado líquido de 11.407.315 euros), a demonstração consolidada dos resultados e do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativa ao ano findo naquela data e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **EDA – Electricidade dos Açores, S.A.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

R. CORDEIRO & ASSOCIADO
SROC, LDA.

email. sroc292@my-roc.com
tlf. (+351) 296 098 892

morada. Rua Dr. Hugo Moreira,
Nº56 - 9500-792
Ponta Delgada

www.my-roc.com

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- planeámos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante das secções A e C do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

R. CORDEIRO & ASSOCIADO
SROC, LDA.

email. sroc292@my-roc.com
tlf. (+351) 296 098 892

morada. Rua Dr. Hugo Moreira,
Nº56 - 9500-792
Ponta Delgada

www.my-roc.com

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

13 de abril de 2026

R. Cordeiro & Associado, SROC, Lda.
Representada por Rúben Mota Cordeiro, ROC nº 1670
Registado na CMVM com o nº 20161280

Assinado por: **Rúben Mota Cordeiro**
Num. de Identificação: 11302808
Data: 2026.04.13 15:51:11+00'00'

3.2.3. Relatório de Auditoria

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389
Av. Eng. Duarte Pacheco, 7
1070-100 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 422 500
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Electricidade dos Açores, S. A. ("Entidade") e suas subsidiárias ("Grupo"), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 628.914.151 Euros e um total de capital próprio de 226.189.343 Euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores de capital do Grupo de 11.407.315 Euros), a demonstração consolidada dos resultados e do rendimento integral, a demonstração consolidada de alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Electricidade dos Açores, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõe o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

MAKING AN IMPACT THAT MATTERS since 1845

bsi ISO 22301 Business Continuity Management CERTIFIED ISO/IEC 27001 Information Security Management CERTIFIED

"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula na CRC: 501776311 | Capital social: € 981.020,00
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2026. Para informações, contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamosos riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão degestão;

Deloitte.

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeámos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que a informação referida nas secções A e C do relatório de gestão foi preparada de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 13 de abril de 2026

Cidália Duarte Pedro

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Cidália Duarte Pedro, ROC
Registo na OROC n.º 2130
Registo na CMVM n.º 20240002

E.

Ata



Extrato da Ata Número 1/2026

Reunião da Assembleia Geral da EDA – Electricidade dos Açores, S. A.

A 28 de abril de 2026, pelas 9h30, na sala de reuniões da sede da EDA - Electricidade dos Açores, S. A., sita à rua Francisco Pereira Ataíde, n.º 1, com o capital social de setenta milhões de euros, inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, sob o número único de pessoa coletiva 512012032, reuniram, presencialmente e através de meios telemáticos, em **Assembleia Geral**, para deliberar, conforme convocatória e ordem do dia, as acionistas:

- **Região Autónoma dos Açores**, titular de 7.014.000 (sete milhões e catorze mil) ações, representativas de 50,1 % do capital social, no montante de 35.070.000,00 € (trinta e cinco milhões e setenta mil euros), aqui representada, presencialmente, pelo senhor Diretor Regional do Orçamento e Tesouro, José António Gomes, conforme instrumento de representação que apresentou;

- **ESA - Energia e Serviços dos Açores, S. G. P. S., S. A.**, titular de 5.558.120 (cinco milhões, quinhentas e cinquenta e oito mil, cento e vinte) ações, representativas de 39,7 % do capital social, no montante de 27.790, 600,00 € (vinte e sete milhões, setecentos e noventa mil e seiscentos euros), aqui representada por Maria João Pimentel Costa Furtado Sousa, conforme instrumento de representação que apresentou;

- **EDP Gestão da Produção de Energia, S. A.**, titular de 1.400.000 (um milhão e quatrocentas mil) ações, representativas de 10 % do capital social, no montante de 7.000.000,00 € (sete milhões de euros), representada, por meios telemáticos, pelo senhor Administrador Ricardo Augusto Carreiro da Silva Ferreira, conforme instrumento de representação que apresentou;

- **Nuno Miguel M. S. Guerra Rodrigues**, de forma presencial, titular de 6.740 (seis mil e setecentos e quarenta) ações, representativas de 0,048 % do capital social, no montante 37.700,00 € (trinta e sete mil e setecentos euros);

- **SINERGIA - Sindicato da Energia**, titular de 200 (duzentas) ações, representativas de 0,001% do capital social, no montante 1.000,00 € (mil euros), representado, presencialmente, pelo senhor Teodomiro Subica Pedro Silveira, conforme instrumento de representação que apresentou.

Totalizando, 13.972,320 ações, no valor de 69.861.600,00 euros, representativas de 99,8 % do capital social.

Do Conselho de Administração participaram, presencialmente, o senhor Presidente do Conselho de Administração, Paulo Jorge da Costa André, os senhores Administradores Executivos Francisco Manuel Sousa Botelho, Rodrigo Rebelo Costa, João Carlos Santos Correia, Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda, António Félix Flores Rodrigues e Ricardo Augusto Carreiro da Silva

Ferreira, e, por meios telemáticos, a senhora Administradora Não Executiva, Ana Paula de Amorim Martins Moreira.

Do Órgão de Fiscalização participaram, presencialmente, a senhora Presidente do Conselho Fiscal, Catarina Pacheco e os senhores Vogais Carlos Oliveira e João Manuel Beliz Trabuco, e por meios telemáticos o senhor Revisor Oficial de Contas Ruben Cordeiro.

Da Mesa da Assembleia, participaram, presencialmente, o senhor Presidente, João António Câmara Correia e o senhor Secretário, José Emanuel Lopes Fernandes.

Foi analisada a conformidade das declarações de titularidade e de bloqueio de ações e dos instrumentos de representação, verificando-se estar representado 99,8 % do capital social, pelo que estavam reunidas as condições para a reunião se efetuar, de acordo com a seguinte

Ordem de trabalhos

1) **DELIBERAR SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E AS CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS, DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (DL 1AG/2026);**

2) **DELIBERAR SOBRE A PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (DL 2/AG/2026);**

3) **PROCEDER À APRECIAÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE (DL 3/AG/2026).**

(...)
Dando início à reunião o senhor Presidente deu as boas-vindas, agradeceu a disponibilidade de todos pela presença nesta reunião e, face à participação de Ana Paula de Amorim Martins Moreira, questionou a Assembleia Geral se havia oposição a tal, e face à anuência quanto à sua presença, prosseguiu dispensando-se da leitura da Ordem de trabalhos, por ser do conhecimento de todos, passando à apreciação dos assuntos em agenda, sobre os quais foi deliberado:

1) **DELIBERAR SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E AS CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS, DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (DL 1AG/2026)**

(...)
Pelo exposto resultou a aprovação, por unanimidade, da proposta do Conselho de Administração do **Relatório de Gestão e as Contas Individuais e Consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2025**.
(...)

2) **DELIBERAR SOBRE A PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (DL 2/AG/2026)**

O senhor Presidente da Mesa informou a Assembleia Geral que, além da proposta do Conselho de

Administração, a Mesa havia recebido também, uma proposta subscrita pela Região Autónoma dos Açores, outra pelo SINERGIA - Sindicato da Energia, as quais iria ler, nos seus aspetos fundamentais, por ordem de chegada.

Começou pela proposta do Conselho de Administração, reproduzindo-se de seguida na íntegra o respetivo teor:

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

"No exercício de 2025 a EDA - Electricidade dos Açores, S.A. apresentou resultados de 11.404.825,75 euros nas contas societárias preparadas numa base individual de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC).

Considerando que:

1) O Código das Sociedades Comerciais estipula a aplicação de 5% para constituição da reserva legal e o pagamento no mínimo de dividendos de 50% dos resultados apurados distribuíveis, salvo se aprovado em contrário pelos acionistas;

2) Na Assembleia Geral realizada em 30 de dezembro de 2021, os acionistas aprovaram a Política de Distribuição de Dividendos a observar pelo Conselho de Administração da EDA - Electricidade dos Açores S.A, nos termos da qual deve ser proposta a distribuição aos acionistas de, pelo menos, metade do lucro do exercício que, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, seja distribuível, salvo posição contrária devidamente justificada;

O Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

(i) 5.712.000 euros para dividendos, i.e. 0,408 € / ação, correspondente a uma remuneração média de 8,2% do capital social;

(ii) o remanescente, de 5.692.825,75 euros para resultados transitados."

Não tendo havido pedidos de esclarecimento sobre esta proposta, de seguida, sintetizou a proposta da RAA, reproduzindo-se na íntegra o respetivo teor, o qual foi projetado em tela:

"PROPOSTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PARA APLICAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2025

Considerando que a Proposta de Aplicação de Resultados do exercício de 2025 apresentada pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral;

Considerando que o n.º 1, do art. 294°, do Código das Sociedades Comerciais estipula que "salvo diferente cláusula contratual ou deliberação tomada por maioria de três quartos dos votos

correspondentes ao capital social em Assembleia Geral para o efeito convocada, não pode deixar de ser distribuída aos acionistas metade do lucro do exercício que, nos termos desta Lei, seja distribuível";

A Região Autónoma dos Açores propõe à Assembleia Geral que os resultados de 2025 apurados nas contas societárias, preparadas numa base individual de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), no valor 11 404 825,75 euros, tenham a seguinte aplicação:

a) 5 712 000,00 euros para dividendos, correspondendo a 0,408 euros por ação;

b) o remanescente, 5 692 825,75 euros, para resultados transitados.

A Região Autónoma dos Açores propõe ainda a atribuição de uma contribuição extraordinária do Plano de pensões de contribuição definida aos trabalhadores da EDA no valor de 350 000,00 euros e para os trabalhadores das restantes empresas do Grupo EDA, maioritariamente detidas pela Região, que apresentaram resultados positivos em 2025, na mesma percentagem do valor pensionável aplicado na EDA, salvaguardando que o montante total não pode ultrapassar 3,07 % dos resultados apurados naquele período, em cada uma das sociedades.
Ponta Delgada, 27 de abril de 2026"

Passou finalmente à síntese da ***PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DO ACIONISTA SINERGIA****, reproduzindo-se na íntegra o respetivo teor:*

"Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Accionistas 2026 da EDA - ELECTRICIDADE DOS AÇORES, SA

Proposta de Aplicação de Resultados do Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O SINERGIA-Sindicato da Energia, em conformidade com a legislação aplicável e correspondente Contrato/Estatutos de Sociedade e enquanto subscritor deste documento, propõe aos Senhores Accionistas que, no sentido do reconhecimento do contributo decisivo dos trabalhadores da EDA para o bom desempenho da Empresa, parte dos Resultados do Exercício de 2025 sejam aplicados da seguinte forma:

a) 3% (três por cento) do montante global, no Reforço do Fundo de Pensões Individual dos trabalhadores da EDA;

b) Atribuição, a título de participação nos Resultados, de um prémio de 250 euros a cada trabalhador do Grupo EDA, no ativo, com um mínimo de 6 meses de trabalho efetivo e sem faltas injustificadas no ano de 2025.
Ponta Delgada, 20 de abril de 2026."

Terminada a apresentação destas propostas, informou a Assembleia Geral que iria submeter a votação a proposta da acionista maioritária, Região Autónoma dos Açores, da qual resultou a sua aprovação por unanimidade dos votos expressos, com os votos favoráveis, da Região Autónoma dos Açores, da ESA - Energia e Serviços dos Açores, S. G. P. S., S. A., da EDP, Gestão da Produção da Energia, S.A., e com a abstenção de votação do acionista Sinergia.

3) PROCEDER À APRECIAÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE (DL 3/AG/2026)

O senhor Presidente da Mesa informou que, no âmbito da **Apreciação Geral da Administração e Fiscalização da Sociedade**, havia sido apresentada uma proposta subscrita em nome da Região Autónoma dos Açores, cuja leitura efetuou e que foi projetada em tela e de seguida se reproduz:

"PROPOSTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Considerando que, os resultados obtidos pela EDA no exercício económico de 2025, continuam a assegurar uma boa rentabilidade do capital social bem como o reforço da sua estrutura financeira, resultados estes que traduzem a competência e empenhamento dos membros dos seus órgãos de gestão e, também, dos seus dirigentes e trabalhadores, a Região Autónoma dos Açores, em reconhecimento e apreço por todos eles, vêm propor um voto de louvor e confiança aos membros do Conselho de Administração, bem como aos membros do Conselho Fiscal e ao ROC.
Ponta Delgada, 28 de abril de 2026."

Finda a leitura da proposta, submeteu-a a votação do que resultou a sua aprovação por unanimidade.
(...)

Após isto, e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa expressou votos de boas vindas aos recém-eleitos e de felicidade e, ainda, maior sucesso para o novo mandato e deu por encerrada a reunião, eram 10h35, da qual foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo senhor Presidente da Mesa e por mim, Secretário da Mesa, que a escrevi.

João António Câmara Correia
Presidente da Mesa

José Emanuel Lopes Fernandes
Secretário da Mesa

EDA
Electricidade dos Açores

EDA - Electricidade dos Açores, S. A.

Rua Francisco Pereira Ataíde, n.º1

9504-535 Ponta Delgada

296 202 000

eda@eda.pt

eda.pt